Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes

Fragmentos de uma História *Panhĩ*

História e Território *Apinajé* na Longa Duração

cancioneiro

FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA *PANHÍ*

MARCELO GONZALEZ BRASIL FAGUNDES

Fragmentos de uma história *Panhĩ*: história e território Apinajé na longa duração

cancioneiro

Copyright © 2024 by Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes

Todos os direitos reservados.

Projeto gráfico e diagramação
Ronyere Ferreira

Capa
Mário Sérgio Olivindo

Edição de texto
Bruno Dorigatti

CANCIONEIRO

Editora-chefe
Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial
Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)
Henrique Buarque de Gusmão (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Márcio Douglas de Carvalho e Silva (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)
Silvia Glocer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)
Talyta Marjorie Lira Sousa (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Patrocínio financeiro
PROAP/CAPES e Programa de Pós-Graduação de História da UFSC

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Fagundes, Marcelo Gonzalez Brasil.
Fragmentos de uma história *Panhĩ*: história e território Apinajé na longa duração / Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes. – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.
448 p.: il.

ISBN: 978-65-5380-188-2 (físico) / 978-65-5380-189-9 (digital)

1. Brasil – História 2. História indígena 3. Arqueologia 4. Antropologia 5. Território 6. Apinajé 7. Longa Duração 8. Política Indigenista 9. Indigenismo I. Título

CDD: 981

Ficha catalográfica elaborada por Larissa Andrade, CRB 3/1179

EDITORA CANCIONEIRO
Teresina - Piauí
www.editoracancioneiro.com.br
contato@editoracancioneiro.com.br

Partindo de uma fronteira do mundo e do presente em busca de um passado às vezes perdido, às vezes perpetuado e de uma totalidade concebida como modelo ideal, optamos por um caminho no qual eles se misturam de maneira confusa, mas dentro de certos processos inteligíveis, ordens sociais e suas transformações, o necessário e o contingente, memória e esquecimento.

(Nathan Wachtel)

Sumário

Agradecimentos..... 9

Prefácio..... 13
Luisa Tombini Wittmann

Introdução..... 17
Apresentação do problema..... 18
Entre os Apinajé..... 20
Os Apinajé e o estudo da História Indígena..... 23
História indígena: escopo, métodos e fontes..... 26
A história indígena de longa duração..... 33
Capítulos do livro..... 38

1 As histórias Panhĩ e o território..... 41
1.1 As formas das histórias Apinajé..... 42
1.2 A história topográfica..... 47

2 Linguística e arqueologia..... 69
2.1 A língua Apinajé e suas relações genéticas..... 70
2.2 As evidências arqueológicas no "Bico do Papagaio"..... 79

3 Território e mobilidade..... 97
3.1 O ciclo jesuítico e bandeirantista..... 99
3.2 O território e as frentes de expansão..... 111

3.3 Os corsários do rio Tocantins: guerra e a mobilidade..... 134
3.4 Os subgrupos Apinajé e suas aldeias..... 144

4 Entre a fé e o progresso..... 157
4.1 Os preceitos ideológicos e a política indigenista em Goiás.... 157
4.2 O(s) aldeamento(s) de Boa Vista..... 168
4.3 A inserção dos Apinajé na rede de relações capitalistas..... 178
4.4 As Epidemias e a depopulação..... 185

5 Nos tempos do SPI..... 191
5.1 A resistência e a re-existência Apinajé..... 191
5.2 O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na aldeia..... 199
5.3 Os Postos indígenas como unidades produtivas..... 210
5.4 O SPI e a demarcação da terra..... 218

6 O desenvolvimentismo e a luta pela terra..... 233
6.1 A Política Indigenista Militar e a Amazônia..... 233
6.2 A Transamazônica e o Programa Grande Carajás..... 241
6.3 A luta pela demarcação do território..... 250
6.3.1 Os estudos de identificação da Terra Indígena..... 250
6.3.1 O confronto final..... 269

7 A gestão ambiental e territorial Panhĩ..... 289
7.1 Um novo ciclo desenvolvimentista..... 294
7.2 A crise do Cocalinho e a fundação da Pempxà..... 311
7.3 Os conflitos socioambientais e a revisão dos limites..... 321

Considerações finais..... 333

Notas..... 343
Fontes..... 397
Referências..... 415

Agradecimentos

Obviamente que esta obra deve sua existência aos próprios Apinajé. Foram das experiências vivenciadas em seu território que surgiram os problemas e hipóteses desenvolvidas nessa pesquisa. Agradeço à minha *inã* Maria de Almeida (*Irepxi*) (*in memoriam*), que me fez nascer *Nhindò* na cultura Apinajé. Sua liderança inconteste, seus discursos profundos e contundentes não serão esquecidos. A Cândido, meu *ipã*, a quem me batizou como *Wahmẽgo* e minha *inã* Graça. A todos os demais das aldeias Brejinho e Bacabinha. Agradeço ao meu compadre Oscar *Wahmẽ*, uma das principais lideranças Apinajé da atualidade, com quem pude aprender muito sobre as histórias do seu povo, sobre a política interna, além demonstrar um bom humor típico nas inúmeras conversas. A Carlos *Tepkrut*, também neto de Maria Barbosa, que, nas andanças pelo território, nas acolhidas na aldeia, nos rituais e festas, foi sempre um anfitrião especial e um grande amigo. Ao grande cantor Apinajé Alexandre (Zé Cabelo), amigo de toda hora, com sorriso fácil e alegria contagiante; a Creuza *Nhidò*, sábia amiga que através dos ensinamentos de sua mãe Maria Barbosa tornou-se uma das mais importantes *Pahi* dos Apinajé; a Neide e todos os demais da aldeia *Irepxi*. A Teresinha *Amnhàk*, uma das maiores conhecedoras da cultura, com quem tive o privilégio de aprender diversas histórias Apinajé. Sua sabedoria fincou raízes em seus filhos que trilharam o caminho da educação *kupẽ* para compreender a história de seu povo. Ao professor Cassiano Apinagé, mestre em Ciências do Ambiente, que pesquisou as narrativas contadas pelos anciãos e à professora Maria dos Reis *Pãxre* Apinajé, que investigou a biografia de *Matyk* e proporcionou a possibilidade de tornar conhecidas essas histórias. Agradeço a vocês e a todos os demais da Aldeinha. Agradeço a Joanita

(*Pãx*), que batizou meu filho com o nome de seu avô *Matyk*; a Roberto da Mata (*Wahmẽ*) e sua companheira *Irepxi*, *inã* da minha filha; a Rosa (*in memoriam*), a Jesuíno e a todos os demais da aldeia Patizal, onde vivemos muitos momentos agradáveis; a Camilo (*in memoriam*), uma das mais antigas lideranças a qual tive enorme prazer de ouvir muitas histórias; a Edna *Amnhy*; a Jorge (*in memoriam*), Sabino, Eva e todos os demais da aldeia Palmeiras; a Abílio *Waxmexy* Apinagé (*in memoriam*), grande *Wajangà* (pajé) e conhecedor das artes manuais dos trançados e das bordunas. A Santana e sua arte de tramar o tatu na palha do babaçu. A *Sirãx,* seu companheiro Albino *Wahmego* e todos da aldeia Boi Morto. A Beatriz e Pedão, sempre tão hospitaleiros. Ao meu *krãtum* João *Nhindò* e sua companheira Rosalina, conhecedores dos rituais e da cultura; a Francisco e todos os demais da Serrinha. A Joanita e Cláudio, e todo os demais da Areia Branca; a Miguel e Francisco *Kangrò*, duas importantes referências das histórias antigas; a Romão (*in memoriam*) e sua incansável luta pela reconhecimentos das terras do Gameleira; ao professor Vanderlei, filho de Romão; a Joaquim Preto (*in memoriam*), amigo e liderança da aldeia Mariazinha; a João Pedro (*Ahtwỳr*); a Maria e todos da aldeia Olho d'Água; a *Djè*, aguerrida *pahi* da aldeia Macaúba; a Zé da Doca e sua companheira Helena. Ao meu *Itõ* Juliano, da aldeia Botica. A David *Wahme*, liderança política da aldeia São José e no mundo do *Kupẽ*, amigo para toda hora; ao professor Júlio Kamer, mestre que inspira outros jovens a conhecer sua cultura. Às jovens lideranças Edmar, Emílio, Ercílio, Daniel, Joel, Evangelista, Robson, Luiz e outros tantos *Pemp*. A Antônio Veríssimo, pela socialização dos conhecimentos adquiridos com os Apinajé. Nas armadilhas da memória, seguramente muitas pessoas significativas nessa vivência podem ter sido esquecidas, mas agradeço a todos os Apinajé que me proporcionaram momentos únicos na vida. A todos eles, dedico esta obra.

Agradeço aos meus ex-colegas da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Agradeço à Universidade Federal do Tocantins (UFT). Agradeço ao Serviço de Gestão Documental, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas e ao Museu do Índio, que forneceu microfilmes digitalizados do Serviço de Proteção aos Índios. Agradeço ao Laboratório de História Indígena (LABHIN) e aos membros do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA), por proporcionar

a possibilidade de um olhar dinâmico e profundo sobre a História Indígena. Agradeço, especialmente, ao meu orientador durante o doutorado, Lucas de Melo Reis Bueno, por possibilitar adentrar o mundo da arqueologia, por acreditar na possibilidade de pensar uma história indígena de longa duração a partir da historiografia e pela contribuição fundamental para o resultado dessa pesquisa.

Prefácio

O livro *Fragmentos de uma história Panhĩ* tem como intuito reconstruir uma história indígena de longa duração, que revela além da violência que marca a história dos povos originários, uma força de re-existência Apinajé. A obra apresenta pesquisa de fôlego com leitura fluida, embasada em consistente análise bibliográfica e de fontes diversas, sobretudo arqueológicas e históricas (incluindo contemporâneas). É fruto de uma tese de doutorado em História de um indigenista, professor universitário da UFT, que encara um trabalho transdisciplinar através de um olhar de historiador, ou seja, atento às mudanças, ao movimento da história. Assim, implode fronteiras fixas e rígidas temporais, como na construção de uma historiografia focada num período específico ou mesmo de uma arqueologia "pré-colonial" com pesquisa empírica localizada. A análise de diferentes contextos históricos através de vasta documentação, inclusive imagética e cartográfica, demonstra de forma inconteste não apenas uma presença/ocupação indígena antiga, mas uma complexa história que exige enfrentar difíceis questões migratórias, linguístico-culturais e de contatos interétnicos. Uma história que intersecciona, inclusive, histórias indígenas, posto que os Apinajé, além da constante relação (indesejada) com os brancos, se relacionam com outros povos indígenas ao longo da história.

Trata-se de um trabalho que tem uma proposta desafiadora para o campo da História, explorando as relações entre espaço e tempo ao construir uma história profunda. Demonstra, assim, de forma detalhada, as atuações de frentes de expansão não-indígena em territórios Apinajé. Trata-se – entre tantas outras –, de uma história de invasão de terras, uso de mão de obra indígena, migração forçada e restrição territorial desde

o período colonial. Na República, aldeamentos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e projetos de desenvolvimento, implementados durante a ditadura civil-militar, ocasionaram uma drástica depopulação do povo Apinajé. É importante frisar que os Apinajé tem um uso singular de seus territórios, conforme suas próprias temporalidades. Foi, por exemplo, através da exploração do babaçu que adquiriram condições para novo crescimento demográfico. Sem alterar significativamente seu modo de produção tradicional, os Apinajé se inseriram nas redes de relações econômicas com não-indígenas sem serem completamente controlados por ela, sobrevivendo diante de tanta violência e morte por doenças.

Destaco, assim, uma frase de Júlio Kamêr Apinajé, que a partir das memórias de seu avô sobre a luta pela demarcação da Terra Indígena nos anos 1980 e de sua experiência escolar e acadêmica, demonstra a importância de contar as histórias do conhecimento da cultura *Panhĩ*: "um povo sem histórias é um povo vulnerável à sociedade 'majoritária'". Podemos aqui, lembrar do emblemático provérbio africano que diz: "Até que os *leões* tenham seus próprios *historiadores*, a história da caça sempre glorificará o *caçador*". Ou do perigo da história única, que nos alertou a escritora nigeriana Chimamanda Adichie. Afinal, a história para os Apinajé (para os indígenas, em geral), não é uma história linear, de progresso, que se pauta na visão do que o xamã yanomami Davi Kopenawa chamaria de "povo da mercadoria". As memórias dos antigos compõem uma compreensão da história calcada na experiência na terra, na vivência no território e nas marcas produzidas nele. No caso Apinajé, destaca-se o petróglifo *kẽn kagà* – de significativa importância cosmológica, histórica e ambiental –, e sua habilidade como exímios navegadores e guerreiros. As narrativas sobre o passado, portanto, estão vinculadas à territorialidade e aos impactos do colonialismo histórico e da colonialidade vigente.

Mẽ ixàhpumuhn, conceito presente no título da dissertação de Julio Kamêr, foi traduzido por ele como "nossa sabedoria; processo histórico de resistência *Panhĩ* no território". Este conceito designa uma compreensão sobre o passado Apinajé ancorado na busca pela soberania de suas terras, que une conhecimento, história, luta e terra numa expressão. Assim sendo, os sujeitos Apinajé aparecem ao longo do trabalho como pensadores da própria história e agentes dela. Uma importante contri-

buição deste trabalho, nesse sentido, é a valorização histórica das lutas constantes dos Apinajé pelo reconhecimento de seu território – como abrir picadas e fazer bloqueios na Rodovia Transamazônica –, que se consolidam com a fundação da potente Associação União das Aldeias Apinajé (PEMPXÁ). Um movimento político calcado em sua territorialidade ancestral, que permite inclusive aos mais jovens uma reconexão com esse território através do monitoramento dele. Uma re-existência da sociedade Apinajé, que encontra diferentes formas de combater desafios pela manutenção de seu modo de ser.

Por fim, vale salientar que a invasão de Abya Yala instaura a modernidade/colonialidade, naturaliza relações assimétricas de poder cuja base é a racialização de grupos e de pessoas negras e indígenas, legitimando assim a escravidão e genocídios. Este livro, nesse sentido, é pertinente e fundamental para compreensão de uma longa luta indígena pelo seu território ancestral, pelo direito à vida, ao mesmo tempo que reconstrói parte significativa de uma história de esbulho territorial e de recursos que segue na contemporaneidade. Um passado-presente tanto de violência estatal e de forças econômicas quanto de resistência indígena quanto às ameaças constantes. Afinal, como finaliza Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes, essa é "uma história que ainda está sendo escrita"; pelo e para o povo Apinajé.

Luisa Tombini Wittmann

Introdução

A partir de uma compreensão da relação intrínseca entre o conceito de história e território para os povos indígenas, me propus a investigar a história Apinajé, observando a formação, a luta pela consolidação e manutenção de seu território. Esta obra é resultado de uma pesquisa que investigou a história Apinajé, considerando-a em uma perspectiva de longa duração, inserindo-se no campo de estudo da História Indígena e nos fundamentos metodológicos da etno-história. Este livro reflete sobre as continuidades e permanências da territorialidade Apinajé na diacronia, valendo-se de distintas fontes etno-históricas. Considera observar as múltiplas relações estabelecidas com o território, em uma perspectiva temporal alongada. Nessa concepção, o território se caracteriza por ser um espaço historicizado, marcado pela materialidade e imaterialidade das relações estabelecidas, que procura conjugar uma noção indígena de território aquelas definidas pela dimensão jurídico-política.[1]

No entanto, uma avaliação diacrônica das histórias indígenas em um período longo não se constitui uma tarefa fácil devido à suposta limitação das informações históricas sobre os povos indígenas. Uma investigação nesse sentido deve considerar a mobilidade dessas populações, as ocupações e reocupações, os conflitos e as interações. Assim, as referências ao território de ocupação que aparecem nas distintas fontes etno-históricas implicam a compreensão da fluidez das fronteiras territoriais dos povos indígenas e das próprias noções de etnicidade. A história indígena nesta perspectiva necessita relativizar os essencialismos étnicos que espelham no passado a imagem e semelhança dos povos do presente. Falar em "história Apinajé" é, de alguma forma, anacrônico. As fontes etno-históricas

indicam que os Apinajé no passado distante são mais complexos do que se poderia supor.

Esta história longa indica a necessidade de considerar as especificidades das distintas designações normalmente associadas aos Apinajé contemporâneos. Apinajé – etnônimo cujo sentido é incerto – não é a forma como o povo se autodenomina. Essa designação se consolidou ao longo dos séculos, a partir da nomeação dada a eles, presentes em distintos registros históricos. Os Apinajé se autodenominam *Panhĩ*.[2] Conforme Julio *Kamêr* Apinajé, *Panhĩ* é a composição do *"pa"*, um indicativo pessoal de primeira pessoa do plural, e "*nhĩ*", uma variação dialetal com significado semelhante a "carne/substância".[3] Procurei assim recompor os fragmentos das histórias *Panhĩ*, de seus distintos subgrupos que estavam ligados entre si pela língua comum, mas que também eram únicos em relação a seus vizinhos e povos aparentados, como sugere a classificação de sua língua.[4]

Apresentação do problema

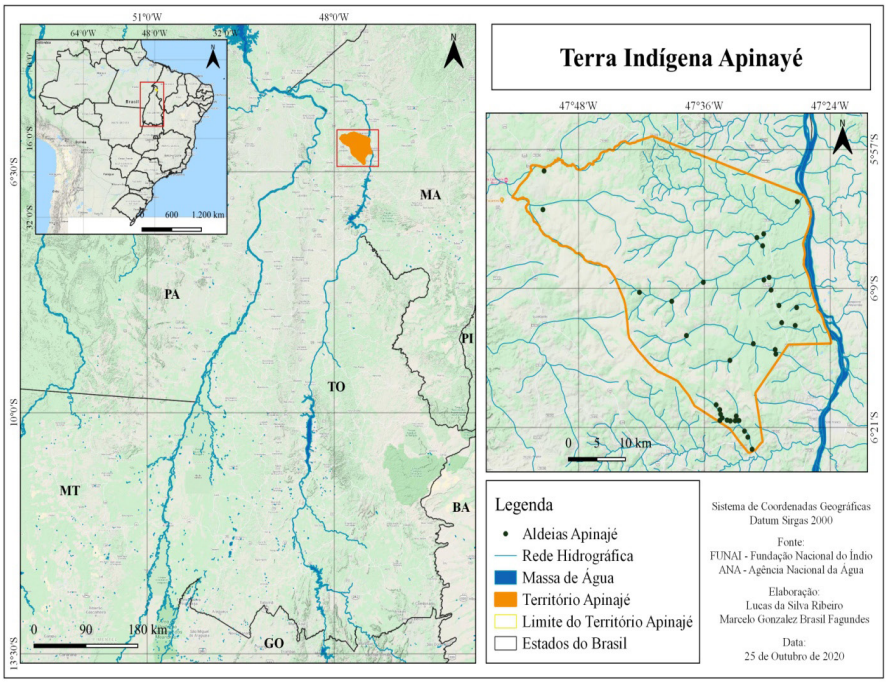
Olhar o caminho ajuda a entender o sentido do destino. Certa vez, durante o período em que atuava como indigenista junto ao povo Apinajé, uma liderança falou com certa ironia que o colapso das hidrelétricas projetadas para serem construídas no Bico do Papagaio[5] iria provocar uma enorme inundação em toda a região e levaria os Apinajé a se refugiar na Serra Morena novamente, como na história do dilúvio. Conforme a narrativa, *Myyti* (sol) provocou a elevação dos níveis dos rios Tocantins e Araguaia, fazendo com que suas águas se encontrassem. A enchente cobriu todo território Apinajé e fez com que eles se dividissem em diversos povos. Alguns subiram nas árvores e transformaram-se em abelhas e cupins, outros construíram jangadas com auxílio de cabaças e outros escalaram a serra.

Com esta história em mente, passei então a investigar os projetos desenvolvimentistas e os impactos socioambientais que causavam ao território Apinajé. Durante esse período, conversei com muitas lideranças, ouvindo o que os Apinajé tinham a dizer sobre a história de implementação destes empreendimentos e coletei documentos e informações que pudessem auxiliar no entendimento dessa conjuntura. Percebi que,

em algum sentido, os Apinajé traziam uma resposta a esses acontecimentos com base nas suas referências do passado, como na relação estabelecida entre o mito do dilúvio e os impactos das grandes obras de infraestrutura. Talvez, a principal consequência da instalação desses empreendimentos relaciona-se à restrição territorial. Este é o caso da construção da BR-230 (Transamazônica), no início da década de 1970, que dividiu ao meio o território habitado pelos Apinajé e serviu de limite para a demarcação uma década e meia depois.

De forma geral, esta obra surgiu do interesse em investigar essas questões, de pensar a história dos Apinajé a partir de uma conjuntura do presente. Os Apinajé reivindicam hoje a incorporação dessa parte do território suprimida na demarcação da Terra Indígena (TI) delimitada em 1985. Essa área de referencial cosmológico e histórico, utilizado para caça e pesca e coleta de plantas de uso ritual e medicinal, é palco de disputas entre os Apinajé e os *kupẽ* (não indígenas) até hoje. Esta supressão territorial foi reconhecida e revista pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) meses após decretada a demarcação, instituindo Grupo de Trabalho (GT) para "estudar" a área "Apinajé II".

No entanto, por pressão das oligarquias locais, o processo foi interrompido na década de 1990. Em um debate que se estende desde então, os Apinajé constantemente reforçam a ilegalidade do processo de demarcação que retirou as áreas do ribeirão Gameleira. Em setembro de 2020, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou Ação Civil Pública para investigar a morosidade na conclusão do processo de revisão de limites. A decisão impôs prazo de dois anos para a conclusão do processo e instituiu multa a União e a FUNAI em caso de protelação. Em 26 de novembro de 2021, a Justiça Federal acatou a decisão do MPF.[6] Estes fatos apontam para a pertinência de uma investigação sobre o território Apinajé em dimensões que componham a sua compreensão de territorialidade, sua história territorial e o conflituoso processo de territorialização imposto pelo aparato político-jurídico da sociedade não indígena. Percebe-se que o cenário político atual é bastante hostil às demandas indígenas. Portanto, parece pouco provável, no presente, que por vias institucionais ocorra o reconhecimento do Estado ao território Apinajé II.



Mapa 1: Mapa da Terra Indígena Apinayé e suas aldeias atuais

Para este estudo, em princípio, estabeleci uma limitação temporal restrita ao período da demarcação e a implementação dos projetos de infraestrutura durante a ditadura militar. No entanto, as leituras feitas durante o doutorado, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, nas disciplinas da linha de pesquisa de *História indígena, Etno-história e Arqueologia*, trouxeram a ideia de uma história indígena de longa duração. Uma história dos povos indígenas que procura explorar as relações entre espaço e tempo, com o objetivo de construir uma história profunda.[7]

Entre os Apinajé

Outra vereda que me levou a esta pesquisa tem relação com o envolvimento que estabeleci com os Apinajé durante os cinco anos em que atuei com Indigenista Especializado da FUNAI, no município de Tocantinópolis/TO. Em 2010, assumi o cargo de indigenista na Coordenação

Regional em Palmas, no Tocantins. Esta coordenação foi criada no processo de reestruturação do órgão com a responsabilidade de administrar ampla variedade de povos e TIs, o que lhe conferia o título de maior regional do país. Entre a variedade de povos que lhe era atribuída estavam os Timbira (Canela Apanjekrà, Canela Ramkokamekrà, Krahô), os Apinajé (incluídos entre os Timbira), Karajá-Xambioá, Karajá da ilha do Bananal, Karajá de Aruanã, Javaé, Avá-Canoeiro (de Goiás e do Tocantins) e Xerente.

Primeiramente, estive vinculado ao Serviço de Gestão Ambiental e Territorial, que na nova estrutura administrativa exercia a função de coordenar projetos etnoambientais, auxiliar nas relações que envolviam o licenciamento de obras e empreendimentos em Terras Indígenas, além da execução de projetos de monitoramento e proteção destas mesmas TIs. Depois de um breve período cuidando de questões referentes aos povos do Parque Indígena do Araguaia (Karajá e Javaé), fui designado para acompanhar os povos Krahô e Apinajé. Nessa conjuntura surgiu a oportunidade de ir pela primeira vez aos Apinajé. Nessa visita curta pude conversar com as lideranças da aldeia São José e presenciar um ritual de casamento.

Em 2011, fui transferido para a coordenação local em Tocantinópolis para trabalhar com o povo Apinajé. Durante aproximadamente cinco anos, exerci sobretudo a função de organizar e executar os planos de trabalho de monitoramento e fiscalização da Terra Indígena Apinayé, além de elaborar e executar projetos etnoambientais, mas muitas vezes fui impelido a responder por uma série de questões que envolvia os Apinajé na sua conflituosa relação com a sociedade do entorno.

O processo de reestruturação da FUNAI havia retirado os Postos Indígenas das aldeias e criado um escritório de assistência na cidade. Isso alterou a forma como se dava a aplicação da política indigenista na "ponta", que procurava transformar a relação da FUNAI com os povos indígenas. Enquanto tateava e aprendia como exercer o complexo e por vezes contraditório serviço do indigenismo estatal, tinha que lidar com os vícios institucionais que o órgão indigenista carregava de longa data. O regime da tutela indígena, superado no regramento jurídico pela Constituição de 1988, ainda estava fortemente impregnado nos órgãos municipais, estaduais e federais que aplicam políticas públicas voltadas aos povos indígenas, incluindo as comunidades Apinajé.

Nessa experiência, alguns eventos foram importantes para formar uma visão sobre a conjuntura territorial e ambiental que estavam postos aos Apinajé naquele momento. Os conflitos socioambientais decorrentes da pressão da sociedade envolvente eram potencializados pelo estabelecimento de grandes projetos de desenvolvimento. Nesse contexto os Apinajé constituíam estratégias coletivas para enfrentar e gerir esses problemas no âmbito de seu território. A criação da Associação União das Aldeias Apinajé (PEMPXÀ), em 2008, funcionou como ferramenta para responder a esses desafios e foi um mecanismo utilizado por eles para pressionar o Estado brasileiro frente aos problemas enfrentados. Nesse mesmo ano, os Apinajé e a FUNAI elaboraram um Plano de Proteção Territorial. Esse plano foi construído com o objetivo de subsidiar ações futuras de monitoramento e fiscalização.

Com base nestas experiências e contando com protagonismo dos Apinajé, planejamos e executamos ações de proteção da TI, que em geral envolviam ações policiais (com a participação da polícia ambiental) e ações de monitoramento executadas pelos próprios indígenas. Nos debates de construção desses planos discutia-se as estratégias de proteção que estavam relacionadas aos usos próprios que os Apinajé davam ao território, como a realização de pescarias, caçadas e coleta de frutos sazonais como o bacuri, por exemplo. Foram realizadas inúmeras reuniões com as lideranças Apinajé – e também com os povos Timbira – para a construção desses planos. Na execução de algumas dessas ações pude percorrer praticamente toda a extensão da TI e do entorno e observar *in loco* as dinâmicas próprias da territorialidade contemporânea e os conflitos socioambientais da região.

Para além da atuação indigenista constituí com os Apinajé uma profunda ligação pessoal. Apesar das dificuldades iniciais em estabelecer uma relação de confiança, a convivência intensa por vários anos com as aldeias durante as reuniões, movimentos e rituais, as excursões de caça, coleta de sementes e viagens propiciaram uma forte aproximação com muitos Apinajé. Particularmente, agradeço a amizade e atenção de muitos anciãos com quem pude conviver nesses tempos. Senti-me imensamente honrado de haver sido escolhido por *Irepxi* (Maria de Almeida), a quem dedico este trabalho *in memoriam*, para ser batizado e receber o nome de *Nhinò*. Aos mais jovens professores, caciques e lideranças com quem tive

um intenso convívio e com quem realizei ações durante esses dez anos, agradeço os ensinamentos e trocas de experiências.

Os Apinajé e o estudo da História Indígena

Existem várias pesquisas científicas sobre os Apinajé, o que lhes conferem o status de um povo relativamente bem estudado pela academia. Em sua ampla maioria, estas investigações concentram-se nas áreas da Antropologia e da Linguística. As primeiras análises da língua Apinajé ocorreram nos anos de 1960, nos trabalhos do *Summer Institute of Linguistic* (SIL).[8] Além destes, estudos mais recentes, como o de Oliveira,[9] auxiliam nas reflexões sobre as relações linguísticas dos Apinajé com outros povos. Os estudos de linguística comparativa dos povos Jê[10] possibilitam reflexões sobre a história Apinajé na longa duração. Ao longo do século XX, diversos estudos antropológicos foram realizados com os Apinajé. Em sua maioria, as pesquisas realizadas entre eles foram etnografias que focaram, principalmente, suas relações de parentesco e a cosmologia. Algumas dessas pesquisas trazem informações ou discussões sobre a etno-história Apinajé. Além disso, estas etnografias possuem um fim histórico em si, uma vez que, elaboradas no decorrer do tempo, possibilitam um olhar diacrônico sobre a sociedade Apinajé.

Curt Nimuendajú[11] esteve em cinco ocasiões entre os Apinajé durante os anos de 1928 e 1937, totalizando quase oito meses de convivência. Publicou em 1939 a obra *The Apinayé*,[12] considerada uma das primeiras etnografias sobre os povos Jê. Seu estudo traz uma síntese de diversos temas: o histórico, a língua, a terra, as aldeias, a organização social etc., com um apêndice que reúne uma coletânea de 17 histórias Apinajé. No capítulo intitulado "Histórico", Nimuendajú apresenta uma importante pesquisa de documentos escritos entre os séculos XVII e princípios do século XX com informações sobre o povo. Fez ainda uma pequena retrospectiva histórica das aldeias existentes naquele momento, além de um breve comentário sobre a língua, o nome e a terra. Nas descrições dos aspectos sociais, culturais e políticos, Nimuendajú estabelece comparações com outros grupos Jê e, em alguns casos, utiliza-se de informações históricas. Ao final da obra, descreve diversas narrativas Apinajé sobre a cosmologia, as origens da humanidade e dos Apinajé, o

surgimento do "homem branco" e outros seres humanos ou não humanos. Destaco que a obra de Nimuendajú é uma referência fundamental para um estudo de caráter etno-histórico, sendo ele o primeiro pesquisador a desenvolver estudos diacrônicos sobre os Apinajé.

Além disso, o registro visual dos povos indígenas estudados também era uma preocupação de Nimuendajú. A coleção iconográfica dele sobre os Apinajé é composta por 122 fotografias tiradas em diferentes períodos.[13] A partir da análise desse acervo, é possível observar que o registro iconográfico retrata os Apinajé em contextos coletivos e individuais, rituais e cotidianos, além de documentar artefatos ritualísticos, instrumentos de uso cotidiano, brinquedos e armas. Algumas fotografias foram tiradas nas aldeias Cocal, Bacaba e Gato Preto. Há ainda fotografias dos artefatos e enfeites.

Figura 1: Os *Pebkaag* junto das toras *gramãnati*[14]

Nimuendajú, mais conhecido por seu trabalho etnográfico, desenvolveu, no entanto, pesquisas sobre a história indígena que poderíamos considerar de caráter transdisciplinar e de longa duração. Estas pesquisas possuem um primoroso trabalho arquivístico. Apesar da ausência de análises processuais, seu levantamento de fontes históricas sobre os Apinajé, como também de outros povos, serviu de referência para todos os estudos sobre a história Apinajé, inclusive os estudos para delimitação da terra indígena ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980.

Nos anos de 1960, como parte do *Havard Central Brazil Project*, o antropólogo Roberto DaMatta desenvolveu pesquisa de doutoramento que

culminou na publicação de sua obra sobre a estrutura social dos Apinajé. *O mundo dividido*,[15] voltado para o estudo das relações de parentesco, apresenta um quadro sobre a situação dos Apinajé naquele momento. Neste livro, DaMatta discute as relações entre os Apinajé e a sociedade do entorno a partir da economia da extração e comercialização do coco do babaçu, abundante no território Apinajé. Essa relação é o tema da dissertação de mestrado em Antropologia de José Gonçalves,[16] publicada em 1981, que retoma as ideias de DaMatta e traça um interessante panorama da situação dos Apinajé e dos conflitos com os *kupẽ* em um período anterior à demarcação da terra. Publicado originalmente em 1981, o livro *Relativizando*, de Roberto DaMatta, traz um debate sobre a relação da antropologia com a história. Dissertando sobre suas ideias de tempo e História, desenvolve uma reflexão sobre a historicidade Apinajé.

Em 2000, Odair Giraldin publicou sua tese de doutorado em Antropologia, com o subtítulo *História, cosmologia, onomástica e amizade formal Apinajé*.[17] Segundo Giraldin, sua intenção inicial era estudar a forma com que os Apinajé interpretavam sua experiência histórica. Mas ele optou posteriormente por retomar algumas questões sobre a organização social dos Apinajé, trazidas anteriormente pelas obras de Nimuendajú e DaMatta. No entanto, no primeiro capítulo de sua tese, a partir da discussão trazida por DaMatta, apresenta interpretações referentes à etno-história. Neste texto, Giraldin faz uma reconstituição histórica a partir da relação dos Apinajé com a sociedade envolvente e uma importante discussão sobre o regime de historicidade Apinajé. Recentemente, Giraldin e Cassiano Apinagé[18] retomaram algumas questões discutidas na tese de Giraldin para falar da perspectiva Apinajé da história.

Raquel Rocha[19] abordou em sua tese o período da demarcação do território, a partir de sua pesquisa de campo no fim dos anos 1990, e trouxe algumas reflexões sobre a temporalidade Apinajé. Rocha já havia desenvolvido pesquisa anterior sobre as relações de gênero,[20] tema que foi retomado novamente por Welitânia Rocha no estudo das lideranças femininas.[21]. Em 2018, foi publicada a dissertação de Carolina Santos sobre a história Apinajé.[22]

Com a presença cada vez mais forte dos povos indígenas nas universidades, começam a surgir interpretações dos próprios Apinajé sobre sua história.[23] A dissertação de mestrado de Cassiano Apinagé, intitulada

Escola, meio ambiente e conhecimentos,[24] é referência fundamental para pensar uma etno-história Apinajé. Sua pesquisa apresenta as narrativas de origem a partir das histórias de uma grande conhecedora da cultura Apinajé, *Amnhàk* (Teresinha), e estabelece interessantes reflexões sobre essas histórias. Também traz as memórias dos anciãos sobre o território e as formas como os Apinajé interagem com ele. Em outro artigo recente, Cassiano Apinagé e Giraldin trouxeram narrativas sobre a relação dos Apinajé com outros povos e com elementos da natureza, fornecendo subsídios para um conhecimento sobre a sua territorialidade.[25] A história e o território também são o tema da dissertação de Julio *Kamer* Ribeiro.[26] Maria dos Reis *Pãxre* Apinajé[27] reconstitui algumas narrativas e traz informações biográficas sobre José Dias *Mãtyk*, antiga liderança.

Desde 2015, venho desenvolvendo pesquisa sobre a implementação dos grandes projetos de infraestrutura no regime militar e suas interfaces com a demarcação da Terra Indígena, em 1985.[28] Além dessas pesquisas, existe um rico acervo de informações históricas e etnográficas nos estudos para identificação e delimitação da Terra Indígena Apinayé, que entre 1970 e 1994 gerou diversos relatórios para a identificação do território Apinajé. Em seu conjunto, esses materiais trazem muitas informações etno-históricas sobre os Apinajé. A conjuntura histórica de elaboração desses relatórios confunde-se com o próprio desenvolvimento da história indígena no Brasil.

História indígena: escopo, métodos e fontes

O protagonismo político dos povos indígenas nas lutas pelo reconhecimento de seus direitos territoriais, ocorridos na conjuntura de elaboração da Constituição de 1988, garantiram a participação efetiva de representantes dos povos indígenas na construção e luta por direitos. Este protagonismo tem origem nas discussões surgidas pela construção de dispositivos legais internacionais e debates acadêmicos que procuravam estabelecer marcos na relação entre as sociedades nacionais e os povos indígenas.[29] Estas discussões têm significativa importância para os direitos territoriais dos indígenas no Brasil e para os estudos de história indígena.

Através de sua luta e resistência os povos indígenas conseguiram, no fim da década de 1980, uma ampliação e um reconhecimento de suas de-

mandas em espaços institucionais. O processo constituinte abriu espaço para significativas inovações em relação às legislações anteriores, notadamente no campo social, cultural e ambiental. Na esteira da mobilização de diversas forças políticas, populares e democráticas, lideranças indígenas, em conjunto com seus aliados (juristas, intelectuais e organizações da sociedade civil), articularam e ocuparam um espaço estratégico para tratar questões candentes para o movimento indígena e indigenista da época, como o fim da tutela, a regularização fundiária e os recursos naturais, entre outras. A partir desse processo, colocou-se em xeque a tese de desaparecimento dos povos indígenas e estes passaram a ser reconhecidos como protagonistas de sua própria história. Conforme Monteiro:

> A principal voz discordante, em enfática negação da tese do desaparecimento, pertence aos próprios índios que, através de novas formas de expressão política – tais como as organizações indígenas –, reivindicam e reconquistam direitos históricos. O novo indigenismo, por seu turno, encontrou, desde a primeira hora, fortes aliados no meio antropológico, que passaram a pautar suas pesquisas não apenas a partir de interesses acadêmicos, mas também pela necessidade de fornecer subsídios para as lutas e reivindicações dos índios. Assim, surge uma nova bibliografia que tem contribuído não apenas para ampliar a visibilidade de povos indígenas numa história que sempre os omitiu, como também revela as perspectivas destes mesmos povos sobre seu próprio passado, incluindo visões alternativas do contato e da conquista.[30]

O contexto acadêmico advindo do quinto centenário da invasão da América impulsionou uma efervescência editorial sobre a história indígena no Brasil.[31] O livro *História dos índios no Brasil*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha, constitui um marco para esse campo de estudo.[32] Ele contou com a participação de inúmeros colaboradores de diferentes áreas do conhecimento e sua "intenção era avaliar o atual estado do conhecimento sobre a história indígena".[33] O projeto de organização do livro iniciou-se em 1988 através da iniciativa do Núcleo de Pesquisa de História Indígena do Indigenismo, vinculado à Universidade de São Paulo (USP), e insere-se na conjuntura política nacional de articulação de um movimento indígena e dos debates em torno dos direitos dos povos indígenas no âmbito da elaboração da Constituição Federal de 1988.

Nos debates em torno da autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no âmbito da legislação nacional estavam presentes as ques-

tões referentes aos direitos territoriais. A necessidade do estabelecimento de um "consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação", para a definição da área territorial indígena a ser demarcada, incentivou os estudos históricos sobre os povos indígenas. Essa noção de "consenso histórico" surge no regramento jurídico a partir da reformulação dos direitos indígenas realizada ainda durante o regime militar. Com isso, passaram a ser mais recorrentes o uso de métodos etno-históricos de pesquisa que procuravam incorporar a noção de historicidade dos povos indígenas e dar limites geográficos às territorialidades, com o objetivo de produzir uma visão que garantisse seus direitos territoriais. Os processos de identificação de delimitação das Terras Indígenas levaram a necessidade de sistematização de conceitos, como o de território, e influenciaram a história indígena através da adoção dos registros documentais e da tradição oral para a compreensão das territorialidades ameríndias e a definição de limites geográficos do território demarcado.[34]

O debate político favoreceu o desenvolvimento do campo da História Indígena no Brasil. Os estudos voltados para a identificação e delimitação de territórios indígenas passavam a ter influência nas demandas territoriais dos povos indígenas. Mas em que consiste a história indígena? Quais são os métodos utilizados por esse campo de conhecimento? Cavalcante[35] e Oliveira[36] nos alertavam da necessidade de discutir as diferenças e aproximações entre a "história indígena" e a "etno-história", devido à pouca clareza com que eram discutidos esses conceitos nas pesquisas que envolvem os povos indígenas a partir de abordagens diacrônicas.

Os estudos embasados em preceitos metodológicos chamados de etno-históricos tomaram forma a partir da conjuntura mundial do pós-guerra. Em seu contexto inicial, o termo "etno-história" estava associado à história dos povos ágrafos e consistia basicamente em pesquisas realizadas através de estudos de relatos e testemunhos orais.[37] A expressão "etno-história" foi utilizada originalmente na obra do antropólogo estadunidense Clark Wissler, em 1909, em referência às fontes que remetiam ao passado indígena.[38] Ainda que utilizada esporadicamente antes, o termo passou a ser usado por arqueólogos, antropólogos e historiadores norte-americanos na década de 1950 para definir investigações e estudos sobre os povos ameríndios. Enquanto conceito disciplinar e teórico, a etno-história traz consigo um antigo debate sobre sua natureza e especificidade.

A definição de etno-história aprimorou-se a partir de demandas sociais e práticas políticas – a reivindicação de terras dos povos indígenas – e precisou englobar distintas disciplinas para responder a esses objetivos de pesquisa.[39] Isso trouxe para o interior do debate acadêmico das ciências humanas a necessidade de diluição das fronteiras disciplinares que se fazem ainda hoje presentes. O historiador Robert Carmack definiu a etno-história afirmando que:

> A etno-história é um conjunto especial de técnicas e métodos para estudar a cultura através do uso de tradições escritas e orais. Como metodologia, é complementar não apenas à arqueologia, mas também à linguística histórica, à etnografia e à paleobiologia (tradução do autor).[40]

Arqueologia, História e Antropologia se unem na busca de um nível distinto de reflexão e – por que não? – também a Linguística e a Geografia, ou tantas outras disciplinas capazes de conjugar reflexões em busca de uma história profunda. A etno-história é vista aqui como um método que se vale da confluência entre as disciplinas e se ocupa do outro social, desde a perspectiva da etnicidade e considerando suas transformações através do tempo.[41]

Rojas destacou que a etno-história não é um método exclusivo de alguma disciplina, mas que se fundamenta na conjunção de disciplinas através da interdisciplinaridade de seus métodos. O autor corrobora a ideia de que a etno-história é uma técnica de obtenção de dados. Baseia-se, entre outras, em fontes documentais históricas porque os fatos e acontecimentos não podem ser observados diretamente. Cabe ressaltar a definição que distingue diferentes níveis de documentação, a cada qual se aplica uma técnica distinta de obtenção de dados, buscando fugir do "método-centrismo", valendo-se da trans ou multidisciplinaridade, uma vez que as fontes disponíveis assim obrigam o etno-historiador a propor diferentes perspectivas de análise. Eremites de Oliveira destacou ainda que essas são técnicas que poderiam ser utilizadas em pesquisas em distintos povos e comunidades:

> [...] entendo que ainda é relevante devido à relevância teórico-metodológica que possui para a produção sobre história indígena. Neste sentido, entendo que a etno-história não deve ser reduzida à noção de uma história anacrôni-

> ca, exótica, êmica e essencialista dos povos indígenas, tampouco percebida como uma proposta restrita aos povos indígenas outrora estudados quase que exclusivamente por etnólogos. Deve ser compreendida para muito mais além, inclusive como uma perspectiva metodológica interdisciplinar – ou disciplina híbrida como alguns a defendem – que tem por objetivo estudar a história e a cultura de povos e comunidades tradicionais, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.[42]

Essa "disciplina híbrida", de que nos fala Eremites de Oliveira, constitui-se de uma proposição metodológica que fundamenta pesquisas com os povos indígenas a partir dessa perspectiva transdisciplinar. Conforme o autor, os estudos arqueológicos, geográficos e linguísticos são fundamentais para compor a transdisciplinaridade necessária para a escrita das histórias indígenas, e então compreender a dinamicidade dos povos. Assim, essa história "possui um caráter marcadamente interdisciplinar, isto é, para além das fronteiras disciplinares, e se opõe a todo tipo de areacentrismo ou fobia em relação a outros campos do saber".[43] Assim, a história indígena é vista aqui como campo de fronteiras disciplinares fluido, que se utiliza dos métodos etno-históricos transdisciplinares.

As fontes documentais analisadas nesta pesquisa constituem-se de uma ampla variedade de registros escritos que possuem especificidades a serem consideradas no processo de análise, a partir de uma crítica documental atenta. As fontes escritas entre os séculos XVII e XIX constituem-se de relatos de cronistas (religiosos, militares, naturalistas, historiadores), Relatórios dos Governadores de Província de Goiás e Pará (escritas ao longo do século XIX), documentos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre 1946 e 1967, e da FUNAI, de 1967 até o presente.

Atualmente, diversos acervos digitais com documentação e pesquisa sobre os povos indígenas têm se tornado mais acessíveis aos pesquisadores. Um exemplo desses arquivos é a biblioteca virtual vinculada ao Museu do Índio, da FUNAI, que disponibiliza, além de uma ampla gama de referências bibliográficas, um importante acervo arquivístico com documentos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre de outros.[44]

Os dados cartográficos aparecem aqui como fontes etno-históricas que possuem ampla relevância para a história indígena e podem ser analisados de distintas maneiras. Os documentos cartográficos disponibilizados por diferentes acervos, com excelente nível de detalhamento,

possibilitam observar as representações geográficas e étnicas dos povos indígenas, espacializando a territorialidade indígena, indicando suas áreas de ocupação e compreendendo seus processos migratórios. Além disso, o georreferenciamento de informações etno-históricas possibilita observar as territorialidades indígenas a partir de uma outra perspectiva. Essas reflexões têm sido desenvolvidas em outras áreas de conhecimento, como a arqueologia[45] e a geografia.[46] No entanto, a historiografia desempenha papel fundamental na interpretação da documentação histórica com o objetivo de evidenciar a problematização destas fontes. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa senti a necessidade de aprender a utilizar programas computacionais para a elaboração de mapas – no caso aqui utilizei o QGIS. Assim, são apresentados neste livro uma série de mapas que procuraram georreferenciar os dados etno-históricos sobre os Apinajé.

Em 2016, enquanto professor do departamento de História da Universidade Federal do Tocantins, coordenei uma oficina com os Apinajé, intitulada "Política Indigenista, Meio Ambiente e Direitos Indígenas". O curso de extensão apresentou análises de projeto de pesquisa sobre os Apinajé e os grandes empreendimentos durante o regime militar. A capacitação de membros da associação PEMPXÀ buscou produzir conhecimento sobre o território, a política indigenista e os programas de compensação anteriores, com o objetivo de auxiliar na execução do programa de compensação da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), localizada na cidade de Estreito/MA, e que utiliza o potencial hidroenergético do rio Tocantins, e consequentemente diminuir impactos socioambientais decorrentes da implementação da obra. A oficina possibilitou a reflexão da comunidade sobre a história de luta pela demarcação do território tradicional, observando a forma de ação da política indigenista do Estado brasileiro frente ao povo indígena. Foram apresentados e discutidos a execução e os impactos do Programa Grande Carajás, implementado no início dos anos 1980, problematizando o planejamento e a execução do programa. A metodologia adotada procurou perceber a memória da comunidade sobre essas problemáticas, promovendo uma troca de experiências entre antigas e novas gerações do povo indígena.

A tradição oral dos povos indígenas nos remete a evidências que nos auxiliam na compreensão dessa história indígena reconstruída a partir de

outras fontes. A cosmologia Jê, reconstituída a partir de um sem-número de narrativas, permite observar um panorama amplo de similaridades e distanciamentos que podem operar como marcadores de proximidades e relações, tais como a evidência linguística sugere. Os relatos orais, produzidos em contextos culturais distintos, caracterizados pela subjetividade inerente, devem ser ouvidos no contexto específico em que são produzidos.[47] Publicado em 2008, *The American Indian Oral History Manual*,[48] escrito por Charles Trimble, membro da etnia Oglala Sioux, com coautoria de Barbara Sommers e Mary Kay Quinlan, se propunha a auxiliar metodologicamente a construção de trabalhos de história oral feitos por pesquisadores indígenas. O livro ressalta os códigos legais e éticos que envolvem a oralidade entre os povos, destacando que por muito tempo os pesquisadores "estrangeiros" não levaram em consideração as dinâmicas da oralidade indígena. O antropólogo canadense Bruce Granville Miller, refletindo sobre a utilização das narrativas orais indígenas nos tribunais de justiça, afirmou que o trabalho de campo é essencial para entender o contexto e o significado das narrativas orais.[49]

Essas preocupações acompanham as reflexões sobre as fontes das tradições orais indígenas. Silva e Silva são enfáticos na valorização das fontes orais indígenas para a escrita historiográfica.

> O que se pretende afirmar é que a empreitada de escrever uma história indígena, por meio de fontes orais, dentre outras, deve supor uma abertura muito grande do pesquisador, além de trabalho de campo com o rigor do método etnográfico de pesquisa. Há que se levar em conta, ainda, o fato de que há grandes chances de se defrontar com outras lógicas de entendimento da história. Um historiador que se aventura pela história indígena deve estar preparado para encontrar (e não desprezar) versões sobre relações interétnicas inesperadas, explicações de mundo e inclusão de elementos aparentemente "estranhos", mas que são determinantes para o curso da história do grupo. Nesse sentido, a ação de xamãs ou de mortos, os locais de moradia de espíritos que podem governar as ações humanas ou a quantidade de chuvas e o estoque de caça podem aparecer nas narrativas como tais elementos.[50]

Neste sentido, quando ampliamos nossa noção de fontes, podemos ter a etnografia enquanto método para acessar as historicidades que compõem os cotidianos indígenas. Oliveira[51] destaca que a etnografia se funda nas etapas do *olhar*, *ouvir* e *escrever* para construir um dado

saber/conhecimento sobre determinada situação social/cultural, a partir de um conjunto de pressupostos teóricos que constituem o "olhar etnográfico". Assim, a partir do *olhar*, outros elementos de pesquisa de campo descortinam-se ao historiador pesquisador junto aos povos indígenas. O *olhar* e o *ouvir* estiverem presentes durante os anos em que trabalhei como indigenista. Apesar de não haver realizado uma pesquisa de campo sistemática, compreendo que as dinâmicas de um intenso convívio com os Apinajé em um período de pouco mais de cinco anos constituem-se de uma prática etnográfica. Essas experiências do *olhar* e *ouvir* foram em parte apresentadas ao longo do texto. Nos objetivos iniciais dessa pesquisa constava a intenção de realizar uma pesquisa de campo etnográfica a partir dos dados etno-históricos levantados e sistematizados. No entanto, a pandemia de COVID-19 que eclodiu em março de 2020 impossibilitou a ida ao território Apinajé naquele momento. Compreendo que estes dados, que poderão ser estudados posteriormente, teriam enriquecido enormemente esta pesquisa.

A abrangência dos estudos sobre povos indígenas em sua diacronia depende das fontes históricas disponíveis. Os registros escritos, visuais, orais, cartográficos, ecológicos, linguísticos – disponíveis em maior ou menor medida –, apontam as possibilidades disciplinares e metodológicas. Mas utilizar-se destas distintas fontes leva a outra história: a longa duração.

A história indígena de longa duração

> Para o historiador, aceitar a longa duração é propor-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma reviravolta do pensamento, a uma nova concepção do social. É familiarizar-se com um tempo em câmera lenta, às vezes quase nas raias da imobilidade. Nessa etapa, e não em outra [...], é lícito desapegar-se do tempo exigente da história, sair dele e depois a ele voltar, mas com outro olhar, um olhar carregado de inquietações, e de outras questões. Em todo caso, é com relação a essas camadas da história lenta que a totalidade da história pode ser repensada, como a partir de uma infraestrutura. Todos os andares, todos os milhares de andares, todas as milhares de explosões do tempo da história se compreendem a partir dessa profundidade, dessa semi-imobilidade; tudo gravita em volta dela.[52]

Em 1958, em resposta as reflexões de Lévi-Strauss sobre a História, o historiador Fernand Braudel escreveu o artigo "História e Ciências Sociais: a longa duração", publicado na *Revista dos Annales*, onde criticava as afirmações do antropólogo estruturalista francês e sistematizava o conceito de "longa duração". Nesse texto, introduz a "dialética das durações", que se refere às inter-relações que se estabelecem entre os diferentes padrões e ritmos a partir das quais se processam as mudanças históricas. Para Braudel, a história era a única disciplina capaz de considerar a interação entre estrutura, conjuntura e evento; a única capaz de "oferecer uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo".[53] Mais que sobrepor-se a outras ciências humanas, a História para Braudel assumiria um caráter interdisciplinar, articulando as distintas noções de duração do tempo histórico presentes nas demais ciências sociais.

A concepção de longa duração remonta ao livro *O Mediterrâneo* (1949), em que Braudel explorou as amplas dimensões das distintas escalas temporais que operam sobre um recorte geográfico, que ia além da perspectiva restritiva das histórias nacionais. Foi, no entanto, no artigo "História e Ciências Sociais: a longa duração" que ele detalhou o conceito de duração e "os modos como interagem em diversos ritmos históricos que poderiam ser referidos como 'durações'".[54] Assimilando de maneira crítica a noção de "estrutura", desenvolvida pela linguística e pela antropologia, Braudel a incorpora à longa duração como forma de pensar as interconexões temporais entre "estrutura" e "evento".[55] A "arquitetura das durações", forjada a partir desse modelo, comporta o entrelaçamento de diferentes estruturas que operam na multiplicidade de possibilidades de caminhos nos "rios do tempo". No interior de uma estrutura podem ser vislumbradas as dinâmicas de média (conjuntura) e curta duração (evento). A relação da sociedade com o meio físico é, para Braudel, uma boa forma de observar a longa duração. Para ele:

> O exemplo mais acessível parece ser ainda o do meio geográfico. O homem é prisioneiro, durante séculos, de climas, vegetações, populações animais, culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode se desviar sem provocar o rompimento de tudo ao seu redor. Observem o papel ocupado pela transumância na vida das populações das montanhas, a permanência de alguns setores da vida marítima, enraizados em certos pontos privilegiados do li-

> toral; vejam ainda a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e vias de tráfego, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações.[56]

Vale ressaltar que a articulação possível entre as durações "é sempre uma construção do historiador, e nunca um dado da própria realidade",[57] como nos alerta Barros. É nada mais que uma forma de representar as considerações de uma pesquisa historiográfica. Contudo, essas representações na análise dos dados históricos têm desempenhado um importante papel na historiografia mais recente. A longa duração foi ressignificada em um novo contexto intelectual de maior relação transdisciplinar e frente à enormidade de dados de análise existentes atualmente. Para Guldi e Armitage:

> A nova *longue durée* surgiu dentro de um ecossistema muito diferente de alternativas intelectuais. Ela possui um dinamismo e uma flexibilidade que as versões anteriores não tinham. Tem uma nova relação com as abundantes fontes de grandes dados disponíveis em nosso tempo – dados ecológicos, governamentais, econômicos e culturais na natureza, grande parte deles recentemente disponíveis para as lentes da análise digital. Como resultado desta maior reserva de evidências, a nova *longue durée* também tem maior potencial crítico, para os historiadores, para outros cientistas sociais, para os formuladores de políticas e para o público (tradução do autor).[58]

A longa duração surge, nessa conjuntura, como categoria analítica com forte teor transdisciplinar. A utilização da perspectiva de longa duração na história indígena já estava presente na obra do historiador Nathan Wachtel. Em sua obra *El regreso de los antepasados*, publicado originalmente em 1990, Wachtel promove a articulação das técnicas historiográficas e etnográficas para buscar uma "história total" dos Chipayas, no altiplano boliviano. Segundo o historiador, "as variações de escala no espaço e o corte das dimensões temporais ao longo de nosso itinerário apontam para a superação de uma estrutura estritamente monográfica e para a restituição da pluralidade de durações" (tradução do autor).[59] A composição de uma história total não se confunde, no entanto, com a tentativa de constituir uma história universalizante. Indo mais além, procura nas rupturas e nos fragmentos do passado reconstituir os processos históricos, tornando-os inteligíveis através de caminhos por vezes confusos. Como nas inspiradoras palavras de Wachtel:

> Partindo de uma fronteira do mundo e do presente em busca de um passado às vezes perdido, às vezes perpetuado e de uma totalidade concebida como modelo ideal, optamos por um caminho no qual eles se misturam de maneira confusa, mas dentro de certos processos inteligíveis, ordens sociais e suas transformações, o necessário e o contingente, memória e esquecimento (tradução do autor).[60]

Inseridos nessa perspectiva, o livro *Long History, Deep Time: Deepening Histories of Place*, publicado em 2015 na Austrália, traz a convergência de pesquisadores de várias áreas refletindo as histórias aborígenes a partir de diferentes métodos de pesquisa, mas utilizando-se como fio condutor a historicidade dos povos. Comentando sobre o desafio de escrever uma "história indígena profunda", Ann McGrath, organizadora do livro, é enfática ao problematizar o tempo historicizado na história ocidental. Para a autora, quando se trata de povos indígenas tal perspectiva deve ser ampliada e complexificada, pois inúmeras variáveis, entre elas, as experiências dos grupos em diferentes territórios, cosmologias e *saber-fazer*, compõem as historicidades indígenas. Entretanto, se a análise historiográfica não se apropriar desses dinamismos da existência indígena, tampouco conseguirá escrever histórias indígenas, e apenas vai continuar a reproduzir referências ao indígena a-histórico, estático no tempo, limitando a complexidade de sua existência.[61]

Na arqueologia, o conceito de longa duração tem sido utilizado desde a década de 1980. No entanto, foi somente a partir de meados dos anos 1990 que o referencial de arqueologia como história de longa duração difundiu-se no Brasil, com os estudos de Francisco Noelli, Michael Heckenberger, Eduardo Neves e Jorge Eremites de Oliveira.[62] Inicialmente marcada pelas circunstâncias históricas que afastaram a arqueologia da antropologia cultural e das ciências sociais em geral e pelo uso descontextualizado de teorias e práticas metodológicas de influência francesa ou norte-americana,[63] a arqueologia brasileira começou a se utilizar da análise de processos históricos extensos e dinâmicos, marcados pela expansão territorial, territorialização, mudança, abandono, ruptura e migração.[64] Atualmente, "a arqueologia se volta constantemente para os estudos antropológicos e etnoarqueológicos visando entender o comportamento humano no presente e, assim, enriquecer

e ampliar o conhecimento sobre as pessoas e seu passado".[65] Estudos recentes[66] apontam para a incorporação das tradições orais indígenas na reconstrução desse passado profundo, em geral, tratando-se de estudos de arqueologia colaborativa, em que é considerada a participação dos povos indígenas atuais.[67] Garcia aponta que "a '*longue durée*' colocou o discurso arqueológico no debate sobre as políticas ambientais e a manutenção dos territórios indígenas".[68] Bespalez destaca que "os índios compreenderam a arqueologia como 'etno-história', no sentido da história deles, a partir de uma perspectiva êmica, e como uma oportunidade de apropriação simbólica do conhecimento na legitimação das suas demandas territoriais".[69] Assim, a incorporação de uma perspectiva de longa duração na arqueologia, procurando perceber as continuidades e transformações entre os povos encontrados nos registros arqueológicos e os povos indígenas contemporâneos, possibilitou uma nova forma de se observar a história indígena.

A adoção da noção de história indígena de longa duração é aqui incorporada na tentativa de conjugar distintas fontes para a construção de uma história profunda. No entanto, como nos alerta Heckenberger,[70] a história "estrutural" de longa duração, no sentido empregado por Braudel, é de difícil apreensão quando aplicada a história dos povos indígenas, dada a limitação das fontes documentais clássicas ao método historiográfico.

A tentativa de reconstituição de uma história indígena que possua profundidade temporal esbarra invariavelmente em uma série de fatores. A suposta pouca disponibilidade de fontes (e aqui consideramos fontes históricas uma ampla variedade de possibilidades), além das próprias limitações das fontes existentes. No entanto, como destacou Whitehead,[71] pensar a história dos povos indígenas passa por uma revisão das formas de construção do conhecimento historiográfico, incorporando outras perspectivas de análise para gerar hipóteses em uma história indígena, até certo ponto, possível.

O argumento de que as fontes que usamos para a construção de uma história dos povos indígenas são poucas e insatisfatórias pode nos levar a pensar que o passado desses povos está dado, na lógica que seu presente reflete um tempo cíclico e de perpétua repetição, e que seu passado inalcançável é um mero reflexo de seu presente. Assim, conforme argu-

mento de Whitehead, a deficiência de fontes historiográficas é característica presente em outras partes do mundo, inclusive na Europa. Isso, no entanto, não inibiu ou inibe o estudo da história e o desenvolvimento de estratégias investigativas mais criativas. Portanto, para lidarmos com a dificuldade da aparente ausência de fontes historiográficas devemos considerar, também, as práticas sociais e culturais dos povos indígenas expressas através de suas ações e seus discursos.

Capítulos do livro

No primeiro capítulo, apresentarei alguns breves aspectos sobre a escrita da história Apinajé. Em seguida, procuro descrever uma possibilidade de observar uma história topográfica Apinajé e as distintas interfaces estabelecidas entre eles e a paisagem. Analiso as referências ao território e à paisagem presentes nas histórias Apinajé. No segundo capítulo, descrevo o contexto linguístico e arqueológico que envolve o povo Apinajé e seu território de ocupação histórica, procurando elencar elementos para a construção de uma história Apinajé profunda. No capítulo terceiro, analiso os documentos escritos produzidos entre os séculos XVII e XIX para reconstituir o território de ocupação histórica dos Apinajé e as dinâmicas populacionais relacionadas às transformações do período colonial. Reflito ainda sobre os distintos etnônimos utilizados para designá-los nas fontes do período, relacionando-os aos subgrupos Apinajé. Por fim, apresento uma conjuntura de mobilidade ao refletir sobre os Apinajé como navegadores. No quarto capítulo, aponto para as relações entre a aplicação da política indigenista no século XIX através da implementação da política de aldeamentos e a inserção dos Apinajé no âmbito das modernas relações capitalistas. Analiso ainda o impacto das epidemias na depopulação Apinajé.

No quinto capítulo, destaco a pressão exercida pelas frentes de expansão ao território Apinajé, demonstrando a luta pelo reconhecimento de suas terras. Observo ainda, a instalação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) junto aos Apinajé e as formas como se reorganizam a ação indigenista junto a eles. No sexto capítulo, descrevo o estabelecimento de projetos de infraestrutura, a partir da segunda metade do século XX, e seus impactos na territorialidade do povo. Analiso os embates entre as

concepções indígenas de territorialidade e as noções legais de território, no contexto da demarcação da Terra Indígena, na década de 1980. Por fim, no sétimo capítulo, retomo a discussão sobre os grandes empreendimentos, mas agora em um contexto mais recente, para analisar os conflitos ambientais e territoriais decorrentes dessa conjuntura. Observo as formas encontradas pelos Apinajé para gerir seu território demarcado em meio ao contexto da política de gestão das terras indígenas.

Essa pesquisa parte efetivamente de minha experiência entre os Apinajé. Seu recorte espaço-temporal é estabelecido pelo objetivo de um olhar mais alargado sobre a relação entre os Apinajé e seu território. Essa temática é apresentada aqui sob o olhar de um não indígena, que obviamente carece de entendimento aprofundado da cultura Apinajé. Pretende apenas possibilitar uma reflexão à construção da história indígena e proporcionar informações aos Apinajé sobre seu passado que possam servir de ferramentas para enfrentar os dilemas do presente.

1. As histórias *Panhĩ* e o território

> Quando penso no território do meu povo, não penso naquela reserva de 4 mil hectares, mas num território onde a nossa história, os contos e as narrativas do meu povo vão acendendo luzes nas montanhas, nos vales, nomeando os lugares e identificando nossa cultura ancestral o fundamento da nossa tradição. Esse fundamento da tradição, assim como o tempo do contato, não é um mandamento ou uma lei que a gente segue, nos reportando ao passado, ele é vivo como é viva a cultura, ele é vivo como é dinâmica e viva qualquer sociedade humana. É isso que nos dá a possibilidade de sermos contemporâneos uns dos outros.[1]

As palavras de Ailton Krenak exploram as correlações entre a história e o território no pensamento dos povos indígenas, demonstrando seu caráter dinâmico e vivo. Para ele, as narrativas dos povos indígenas "acendem luzes" na paisagem e, nomeando-a, criam significados para história. As narrativas se inscrevem na paisagem como marcas do passado, mas transformam-se ao longo do tempo, possibilitando que sejam ressignificadas na contemporaneidade.

Mẽ ixàhpumuhn, conceito presente no título da dissertação de Julio *Kamêr*, foi traduzido por ele como "nossa sabedoria; processo histórico de resistência *Panhĩ* no território".[2] Este conceito designa uma compreensão sobre o passado Apinajé ancorado na luta pela soberania de suas terras. Conhecimento, história, luta e terra se conjugam em uma expressão, em um único sentido. Estas ideias demonstram a relevância do território na compreensão da história e das noções de historicidade dos povos indígenas.

No caso dos Apinajé, as histórias de origem apresentam elementos que indicam a relação com outros povos, humanos ou não humanos, movimentos migratórios e eventos naturais que aparecem como fatores de distintividade entre os grupos. O rio, a serra, a caverna, a pedra são elementos da paisagem que compõe o cenário dessas narrativas e que aparecem como marcadores de uma história inscrita no território. A partir dessas reflexões, exploro as possibilidades de compreensão da história Apinajé, com um olhar voltado para essas significações dadas ao território.

1.1 As formas das histórias Apinajé

O antropólogo Roberto DaMatta, que realizou pesquisa de campo com os Apinajé nos anos de 1960, utilizou-se de alguns dados sobre a noção temporal para pautar um debate sobre o seu regime de historicidade.[3] Ao se questionar sobre como seria a história dos Apinajé narrada por eles mesmos, afirmou que eles "não têm uma perspectiva histórica". Segundo o autor, não ter uma perspectiva histórica significa, "não tomar o tempo e sua passagem como uma moldura pela qual se possam ligar todos os acontecimentos".[4] A unidade não é dada pela noção de que certos eventos causam ou conduzem a outros, num processo indefinido e jamais acabado.[5] DaMatta buscava evidenciar as diferenças entre as sociedades humanas, indicando que o regime de historicidade Apinajé diferia do regime de historicidade europeu pautado na lógica do progresso.

O entendimento de DaMatta estava ancorado na noção de Lévi-Strauss sobre a historicidade das sociedades humanas. Para Lévi-Strauss, a diferenciação mais fundamental entre as culturas se dava na forma como estas sociedades davam significado à história. Para entender essas distinções ele introduziu as categorias de sociedades quentes e frias, que significa "a atitude subjetiva que as sociedades humanas adotam diante da história".[6] Lévi-Strauss distinguiu a relação das sociedades humanas com a história entre as de característica "fria", que preferiram recusar a história, buscando manter-se impermeáveis às mudanças, e as sociedades "quentes", que seriam aquelas abertas à história e que fariam dela o motor de seu desenvolvimento, demonstrando as formas pelas quais os grupos humanos representam o seu grau de historicidade.

Vale ressaltar que Lévi-Strauss, ao se referir a "história", distinguia, ao menos, três diferentes sentidos para o termo: a "história dos homens", ou a história como processo social vinculado à passagem do tempo; "a história dos historiadores", ou mais restritamente as concepções das "filosofias da história", que almejam estabelecer o sentido do processo histórico; e, por fim, a historicidade das sociedades humanas, ou seja, as diferentes noções sobre o tempo e o passado estabelecidos pelas sociedades.[7] É neste último sentido para onde se direciona o foco da interpretação de DaMatta sobre a historicidade Apinajé.

Para DaMatta, uma forma de dar sentido à diversidade social seria através da noção da descontinuidade, evidenciando os contrastes entre sociedades dominadas pela mudança e aquelas outras marcadas pelo tempo cíclico, regida pelo ritmo das estações.[8] Essa descontinuidade do tempo histórico está presente na noção Apinajé de um "presente anterior", onde na interação mítica entre *Mỳỳti* (Sol) e *Mỳwrỳre* (Lua) forma-se o mundo e a humanidade e esse "presente anterior", formado por Sol e Lua, é o mesmo "presente atual", pois tudo que eles deixaram ainda é realizado hoje. Esse era, para DaMatta, um processo dialético, onde seria impossível "separar o homem da natureza ou o tempo do processo histórico. Aqui tudo se entrelaça, simultânea, paralela e dialeticamente".[9] O tempo não é visto como processo linear e contínuo, mas como uma dimensão descontínua marcada por duas fases diferenciadas. A ideia de descontinuidade parte da premissa de que o "presente anterior" e o "presente atual" se apresentam como categorias orgânicas, estáveis que não alteram sua estrutura.

Essa distinção entre o tempo presente e passado foi observada por outros pesquisadores que investigaram os Apinajé. Rocha, que se utilizou das categorias de "tempo do primeiro" e o "tempo do agora"[10], afirmou que essas expressões são utilizadas "pelos Apinajé para diferenciar práticas ancestrais de costumes adquiridos através da convivência com a sociedade majoritária".[11] As distinções entre os tempos são usadas pela autora para refletir sobre as transformações culturais dos Apinajé decorrentes da interação com a sociedade não indígena. Essas interações decorrentes do contato levam a uma reelaboração das noções dos Apinajé sobre seu passado. Visto dessa forma, estas categorias de compreensão do passado se entrelaçam de modo dialético e podem ser elaboradas e ressignificadas no decorrer do processo histórico.

Essa ressignificação se evidencia nas formas com que os Apinajé classificam os acontecimentos do passado. Giraldin e Apinagé[12] não mencionam diretamente os conceitos de "tempo dos antigos" e "tempo do presente". No entanto, segundo os autores, os Apinajé qualificam todas as histórias como *mẽ ujarẽnh* (narrativas, histórias). "Essa é uma categoria geral e pode se referir a qualquer acontecimento, passado ou presente".[13] Essa categoria, por sua vez, é classificada em *mẽ ujarẽnh tũm* (histórias antigas), *kupẽ kêt ri mẽ ujarẽnh* (histórias sem a presença dos não indígenas) e *Ra kupẽ kamã ri mẽ ujarẽnh* (histórias com a presença dos não indígenas).

Os *mẽ ujarẽnh tũm* retratam diferentes temporalidades e formas de construção da narrativa. São acontecimentos do passado que não possuem testemunhas oculares. Nessa categoria estão incluídos os conflitos com os não indígenas nos séculos XIX e princípios do século XX e os denominados "mitos". Nas histórias denominadas *kupẽ kêt ri mẽ ujarẽnh* são apresentadas as ações de *Myyti* e *Mytwrỳỳre* na criação do mundo e da humanidade e a criação dos *kupẽ*. Segundo os autores, essas narrativas possuem a característica de falar sobre questões ontológicas da vida social, como respeito e reciprocidade fundamentada nas relações de amizade formal, e de não abordar necessariamente espaços e pessoas específicas.[14] As histórias classificadas como *Ra kupẽ kamã ri mẽ ujarẽnh* referem-se aos acontecimentos posteriores à chegada dos não indígenas na região.

Esta descrição das distintas categorias com que os Apinajé classificam suas histórias indicam uma separação entre a história "antiga" e a história recente, ou o que DaMatta denominou de "presente anterior" e "presente atual". No entanto, esta compreensão sobre o passado está em constante ressignificação e pode ser expressa de diferentes formas. Conforme afirma Cassiano:

> As histórias do mito, então definidas como narrativas, são verdadeiras e diversificadas internamente, que compartilha o fato de acreditar nos mitos e que os escolhe como forma privilegiada de pensar o mundo e expressar suas concepções. [...] Na concepção indígena, as narrativas têm muitas camadas de significação e, no contexto em que tem vigência, são repetidamente apresentadas ao longo da vida dos indivíduos. À medida que amadurecem social e intelectualmente, vão descobrindo novos e insuspeitos significados nas mesmas histórias de sempre, por debaixo das camadas já conhecidas e já compreendidas. É as-

> sim que os povos indígenas conseguem apresentar conhecimentos, reflexões e verdades essenciais em uma linguagem que é acessível já às crianças que, deste modo, muito cedo entram em contato com questões cuja complexidade irá aos poucos descobrindo e compreendendo.[15]

As "camadas de significação" dessas narrativas possuem diferentes níveis de entendimento. As mensagens transmitidas pelas narrativas do passado engendram distintos lugares e tempos. Em sua proposta de reflexão sobre o passado, Cassiano Apinagé procurou analisar a "historicidade do território" a partir da memória dos anciãos. Sua preocupação com a temática se deveu ao fato que "nenhum trabalho acadêmico [...] trata da terra indígena Apinajé e da nossa relação com o meio ambiente".[16] Para ele, "as tradições orais já não bastam. É preciso pensar em outra estratégia para manter vivos os conhecimentos tradicionais do meu povo. E a pesquisa como essa tem o sentido significativo no contexto indígena como outra estratégia de preservação".[17] Dessa forma, seu olhar para a história inscrita no território fundamenta-se pelo sentido de continuidade, preservação e memória. Ele constatou que os conhecimentos ancestrais de seu povo estão vinculados às histórias e podem ser observados como uma expressão dela. O passado se inscreve nas práticas cotidianas e despertam uma significação para a historicidade do território. Como ele afirma:

> Com base dos relatos descritos e através da minha própria observação, a complexidade do sistema do conhecimento indígena ainda está longe de compreender definitivamente os fatos da memória. A história de memória retoma as mensagens transmitidas através dos mitos, apresentam não só em único momento, de lugares de cada acontecimento e sim ocupa como parte de um universo mais amplo. [...] os conhecimentos da memória possibilitam um diálogo cosmológico e cultural verdadeiro para os Apinajé, na medida em que consideram os fatos reais. Então, de acordo com os relatos dos mais velhos, descobri que o conhecimento sobre o mundo de acontecimento histórico não se desvincula das práticas cotidianas como também não dissocia da produção de alimentos.[18]

As narrativas sobre o passado compõem uma compreensão da história em que esta está vinculada a experiência sobre a terra, a vivência no território. Nesse entendimento, diferentes momentos históricos podem ser recompostos com a finalidade de construir uma nova significação.

Mas constituem-se de fatos, são reveladores de experiências históricas concretas. Estas histórias apontam para uma compreensão da historicidade Apinajé que está relacionada ao espaço, onde se conjugam distintas camadas de tempo histórico.

Cassiano apresentou em sua dissertação as narrativas de origem relacionadas às histórias de *Myyti* e *Mytwrỳỳre*, o surgimento das plantas cultivadas a partir da história de *Kanhêti*, a história da origem dos não indígenas com a história do *Wanhmẽ Kaprãnre* e a história dos seres mitológicos *Kupẽ Nhêp*. Todas essas narrativas baseiam-se sobretudo nos conhecimentos de *Amnhàk* (Teresinha) e são seguidas de suas próprias interpretações e reflexões. Em seguida, destacou a partir das narrativas de *Kangrô* (Francisco) e *Wanhmẽ* (Miguel) algumas histórias sobre o território, sobre as aldeias e lugares antigos. Além disso, em outra proposta de refletir sobre a história Apinajé, Cassiano traz as narrativas e histórias dos contatos dos Apinajé com outros povos.[19] Segundo o texto, seu objetivo era o de apresentar as narrativas com vista a compreender "a forma de contato dos Apinajé com a natureza e com outros povos".[20] Essas relações, estabelecidas principalmente através da guerra, revelam aspectos da territorialidade. Em uma das narrativas, Cassiano apresenta a história do *Pẽp Pyxihti*, um guerreiro Apinajé que em seu treinamento recluso aprende os cantos dos seres da natureza. *Pẽp Pyxihti* resolve ir ao território dos Kupẽ Rop para adquirir miçangas.

Julio *Kamêr* Apinajé[21] apresenta uma reflexão sobre os conhecimentos de seu povo a respeito do território e sua aplicação no ambiente escolar *Panhĩ* ou, como ele mesmo afirma, nos "processos educacionais de luta e resistência pelo território". No relato de sua vivência escolar e acadêmica, Julio *Kamêr* aponta a necessidade de compreender seu contexto histórico e social para que se possa "relatar, transcrever e escrever as histórias do conhecimento da cultura *Panhĩ*, com intenção de trabalhar estes conceitos *panhĩ* com os jovens. Um povo sem histórias é um povo vulnerável à sociedade 'majoritária'".[22] A partir das memórias de seu avô *Ahtwỳr* (João Pedro), ele descreve sua trajetória de vida e suas memórias sobre a luta pela demarcação da Terra Indígena nos anos 1980. Seu objetivo é, antes de tudo, pensar o território (*Mẽ Ixpapxà*), os conhecimentos *Panhĩ* e a transmissão desses saberes, a partir da memória dos anciãos ou no ambiente escolar. *Mẽ Ixàhpumn* se constitui dessa

forma, como categoria de entendimento do passado, que possui sentido polissêmico. Visto como "processo histórico", compreende ainda a luta e resistência pela manutenção do território. E este processo, inacabado, se insere em distintos momentos históricos, seja no "tempo dos antigos", seja no "tempo atual".

Assim, a datada afirmação de DaMatta sobre a ausência de perspectiva histórica parece não mais fazer sentido no contexto contemporâneo de surgimento de ricas interpretações sobre o passado advindas dos próprios Apinajé, perspectivas sobre o passado que estão intimamente ligadas a forma como experienciam o território. Nas narrativas dos anciãos, ressaltadas por Cassiano e Júlio, estão postas suas memórias sobre vivências e trajetórias pelo território. A luta pela terra e a história da demarcação da Terra Indígena são temas recorrentes nas histórias contadas pelos mais velhos. O conflito com os invasores é um pano de fundo para as narrativas sobre esse período e períodos anteriores, mas também um tema contemporâneo e cotidiano. Nas narrativas "dos antigos", onde há a interação entre humanos e não humanos, também se evidencia uma forma de compreender o passado através de um olhar sobre o território.

1.2 A história topográfica

Fausto e Heckenberger[23] afirmaram que estudos recentes apontam para um crescente interesse sobre a memória inscrita na paisagem e pelas temporalidades envolvidas na interação com o ambiente. As relações políticas, as experiências significantes de vivência do território e os rituais também têm sido percebidos como forma de encapsular e transmitir a memória histórica. Um dos exemplos destas perspectivas é o estudo sobre a "escrita da história" entre os Yanesha, em que Santos-Granero indica três distintas formas de transmissão das informações históricas: o modo mítico, a tradição oral e os atos representativos ou performáticos. Mas o autor mostrou diversas pesquisas que destacam a importância da paisagem como outra forma de conservar e transmitir a memória histórica, tanto em sociedades sem escrita como nas que a possuem.[24] Ele afirma que, entre os Yanesha, todas as formas de transmissão de informações históricas confluem na "escrita" da história na paisagem. Essa escrita constitui um sistema de proto-escrita, que ele denomina de "escrita topográfica", ou seja:

> Elementos da paisagem que individualmente ou inter-relacionados estão imbuídos de significado histórico. Esses elementos da paisagem atuam como mecanismos mnemônicos ou de memória que nos permitem relembrar eventos e processos históricos, principalmente aqueles em que a dimensão espacial é central (tradução do autor).[25]

Santos-Granero demonstra que a cosmologia e as marcas deixadas pelas divindades no território foram importantes na demarcação do território tradicional Yanesha. Com base na evidência arqueológica, ele destaca como as histórias narradas e as marcas na paisagem refletem o processo de migração dos Yanesha.

Observando a tradição oral Apinajé, percebemos que a "escrita topográfica" está presente em diversos aspectos. Cassiano Apinagé afirmou que para compreender a historicidade do território é importante considerar os conhecimentos ancestrais transmitidos pelos anciãos. As narrativas antigas dos Apinajé (*mẽ ujarẽn tũm*) abordam a interação de humanos e não humanos em meio a paisagem. A escrita da história na paisagem se manifesta na forma como os Apinajé incorporam determinados elementos do ambiente em suas histórias e como esses aspectos da paisagem historicizam a relação do povo com o seu território. Nesta tradição oral, os acontecimentos inter-relacionam a territorialidade, a espacialidade e a temporalidade dos grupos humanos e, dessa forma, "as tradições indígenas tornam o lugar fundamental para a compreensão do passado, e mapeiam os eventos ao longo de montanhas, trilhas e rios que ligam territórios".[26]

Na região do médio curso do rio Tocantins, no território onde os Apinajé habitam há séculos, existem petróglifos que se situam como referências na tradição oral, como marcas na paisagem. Cassiano Apinagé destacou que "na proximidade do encontro com os rios Mumbuca e Gameleira, no local chamado Seco Grande é exatamente neste lugar que existe uma pedra escrita (*kẽn kagà*) que os velhos contam. Ali havia aldeia também".[27] O *kẽn kagà*,[28] segundo *Kangro* (Francisco), representa as marcações feitas por *Tirtum* (Deus criador) na pedra indicando onde os Apinajé deveriam estabelecer morada. A região onde se localiza o *kẽn kagà* constitui-se de uma área que possui importância cosmológica, histórica e ambiental. O petróglifo desempenha papel na mediação feita com a entidade superior para indicar o local de estabelecimento. O *kẽn kagà* é

um marcador na paisagem que estabelece uma conexão entre os Apinajé e o seu território.

Figura 2: O *kẽn kagà*, localizado nas margens do ribeirão Mumbuca[29]

Essas relações estabelecidas entre as memórias dos Apinajé e determinados elementos da paisagem configuram uma forma de escrita da história. Essas narrativas possuem a capacidade de situar novas reflexões sobre a territorialidade e novas formas de recontar as histórias indígenas. Se observarmos as narrativas dos Apinajé, é possível perceber a existência de diversos elementos da paisagem que indicam marcadores de pertencimento e identidade. Além do mais, um olhar comparativo com as histórias dos outros povos Jê setentrionais permite estabelecer relações espaciais e temporais.[30]

A narrativa sobre a relação entre o Sol e a Lua, que no início dos tempos vagavam pela Terra, ocupa uma posição central na mitologia Jê. Conforme Wilbert e Simoneau, "os cenários episódicos do mito permanecem relativamente constantes em toda a vasta área de distribuição dos Jê" (tradução do autor).[31] Além disso, as histórias sobre a origem das plantas cultivadas convergem para a origem do milho e remetem ao papel da mulher como receptora dessas plantas doadas por roedores, pássaros ou gambás. A íntima relação dos Jê com o mundo não humano está presente em uma grande variedade de narrativas.

> Instituições e rituais sociais são explicados com base em associações homem-animal, com os limites essenciais entre as formas inespecificamente suspensas e em fluxo. [...] Transcendendo planos através da terra por cavernas e corpos de água coloca os seres humanos em contato com os animais e permite que eles adotem as formas uns dos outros sem serem impedidos pelas barreiras das relações sociais e sexuais. As pessoas animais e vegetais ensinam sobre seu mundo e costumes e as curam de doenças (tradução do autor).[32]

As narrativas Jê incluem ainda uma variedade de história de batalhas que fornecem informações sobre aspectos estratégicos, logísticos e táticos da guerra, que sugerem relações interétnicas belicosas, incluindo-se aí seres não humanos, como homens-morcegos, que são combatidos e vencidos.[33]

No que se refere a história do surgimento do povo Apinajé, percebe-se a prevalência de alguns aspectos espaciais nessas narrativas. Os povos Jê setentrionais têm como principal característica, nas histórias do surgimento da humanidade e da criação do mundo, as relações estabelecidas entre as entidades mitológicas Sol e Lua. Para os Apinajé, a narrativa do Sol (*Myyti*) e Lua (*Mytwrỳỳre)*, que descem do céu no princípio dos tempos, constitui a primeira versão da história de origem, aquela em que os *Panhĩ* são criados. Conforme a descrição de Cassiano Apinagé:

> O Sol e a Lua foram os primeiros seres humanos e desceram do céu e habitaram a terra. Antes não havia habitantes, somente os animais de todos os tipos que existiam e os recursos da natureza. O Sol e a Lua passaram a morar na terra. Os dois começaram a explorar os recursos e realizar ações como forma de missão a cumprir para criar os *panhĩ*. Esse período marcou a época em que os animais falavam. Por isso eles estabeleceram contatos com quem podiam realizar suas ações. O Sol tinha sua mulher que ele mesmo a fez e era quem primeiro saía ao campo para caçar enquanto a Lua não tinha mulher e saía por último, sempre acompanhando os passos do Sol. Quando os dois pisaram a terra, fizeram uma casa para morar.[34]

As muitas aventuras de *Myyti* e *Mytwrỳỳre* foram bem detalhadas nas descrições de Nimuendajú, Giraldin e Cassiano Apinagé, e não é minha intenção retomá-las. No entanto, vale destacar o momento em que *Myyti* e *Mytwrỳỳre* criaram o homem e a mulher a partir das cabaças. Segundo Cassiano Apinagé, "*Myyti* e *Mytwrỳỳre* constituem a base da divindade

no conhecimento e na organização social e política dos Apinajé".[35] Suas ações, boas e más, servem como ensinamento das dificuldades da vida e da forma de se relacionar com o meio ambiente e com os seres humanos ou não humanos. Segundo a narrativa trazida por Nimuendajú:

> *Mbud-ti* [sol] e *Mbuduvri-re* [lua] plantaram cabaças na roça e quando estavam maduros, o primeiro escolheu um poço no ribeirão e fez um caminho para êle. *Mbuduvri-re*, um pouco mais baixo, fez a mesma coisa. Na manhã seguinte, *Mbud-ti* foi o primeiro a ir para a roça: *Mbuduvri-re*, que ainda estava dormindo, seguiu depois. Ambos carregaram todos os cabaços para a beira e atiraram com eles na água, sempre de dois em dois. Os cabaços, assim que tornavam à tona se transformavam em gente, homem e mulher, que se sentavam feito quatro casais. *Mbud-ti* fez com o quinto lhe saísse cego e o sexto côxo. *Mbuduvri-re* foi ter com o companheiro e vendo que este só tinha feito gente bonita, lamentou-se muito. *Mbud-ti*, porém, disse que era bom assim. Então, *Mbuduvri-re*, por sua vez, disse também algumas palavras mágicas e logo alguns dos homens que *Mbud-ti* estava fazendo, saíram-lhe igualmente defeituosos. Assim continuaram ambos até terminarem os cabaças.[36]

As cabaças constituem-se de elementos fundamentais na formação da humanidade *Panhĩ*. A descrição da narrativa feita por Giraldin,[37] a partir da história contada por *Katàm Kaàk* (Grossinho), nesse aspecto, é bem semelhante. Essa história descreve como o Sol e a Lua criaram a humanidade a partir das cabaças plantadas na roça. Na narrativa do dilúvio, as cabaças são usadas para salvar as sementes das plantas cultivadas e os próprios indígenas.

Mas um aspecto da narrativa nos remete a territorialidade dos Apinajé e sua relação com os cursos d'água. Segundo as descrições da história, feitas por Nimuendajú e por Giraldin, é na água que as cabaças se transformam em *Panhĩ*. Ambos ressaltam se tratar de um ribeirão, o que é bem característico do território Apinajé. Entretanto, *Mãtyk* (José Dias) narrou à Carlos Estevão de Oliveira, na década de 1930 em Belém, a história que *Myyti* e *Mytwrỳỳre* teriam criado a humanidade especificamente no rio Tocantins. Conforme a descrição, as cabaças quando amadureceram foram colhidas e levadas "para a margem do Tocantins, onde, chegando, limparam uma grande área para nela ser construída a aldeia"[38] e ali, nas águas do rio, as cabaças foram jogadas para transformarem-se em *Panhĩ*.

Figura 3: Rio Tocantins, com a cidade de Tocantinópolis ao fundo (antiga Boa Vista)[39]

Nimuendajú descreve na "origem da tribo Apinayé"[40] uma história que faz referência direta ao rio Tocantins. Nimuendajú apresenta duas versões para a mesma história, provavelmente fornecida por indivíduos diferentes sem, no entanto, explicar o contexto dos registros. Ambas falam de uma divisão dos *Mãkráya* (forma como os Apinajé se refeririam aos Krikati),[41] que se dividiram quando parte do grupo atravessou o rio Tocantins. Nimuendajú afirma a partir destas narrativas que os Apinajé acreditam ser uma ramificação dos Timbira e que, se isso corresponde a fatos históricos, "a separação deve ter ocorrido há muitos séculos, pois, hoje, os Apinayé se distinguem tanto linguística como culturalmente daqueles seus parentes a leste, aproximando-se mais dos Kayapó setentrionais".[42] As duas versões da história da origem dos Apinajé descritas por Nimuendajú são apresentadas a seguir:

> Um número de guerreiros novos e raparigas [*sic*] públicas saíram da aldeia dos *Mãkráya* (Krinkati, Caracaty) para caçar. Chegando à margem do Tocantins resolveram passar para o outro lado. Fizeram uma espécie de salva-vidas de pau seco e talo de buriti, nadando com auxílio dele para a margem oposta. Lá chegando, resolveram casar-se e não mais voltar. Levantaram uma aldeia e cortaram o sulco dos cabelos ao redor da cabeça, alterando também a língua. O número dos guerreiros era, porém, menor que o das raparigas, de maneira

que, depois de casados todos, sobrou uma delas para a qual não havia marido. Ela voltou sozinha para a margem direita do Tocantins e contou aos *Mãkráya* o que se dera.
Anos depois, alguns destes últimos resolveram fazer uma visita àqueles parentes desaparecidos além do Tocantins. Mas quando chegaram à aldeia dos Apinayé estes não os reconheceram mais e mataram-nos a cacete.[43]

A seguir, a segunda versão que Nimuendajú descreve:

Um dia um bando de índios vindo de Leste chegou à margem do Tocantins. O bando era composto de homens e mulheres. Ficaram com vontade de passar o rio e para esse fim fizeram um novelo enorme de um cordão muito forte. Um deles passou o rio por meio de um salva-vidas de madeira leve, levando a ponta do cordão, que amarrou numa árvore na margem esquerda. Depois todos, segurando-se no cordão esticado começaram a passar o rio com suas mulheres. Como se achavam nadando, seguros pelas mãos ao cordão, pareceu a um índio que o número dos que queriam vir para a margem ocidental era demasiado, e por isso cortou o cordão pelo meio. Os que já haviam a alcançado a margem ocidental puxaram para terra os que se achavam agarrados na parte do cordão que estava lá amarrado, ao passo que a correnteza levou outra vez para a margem oriental os que se achavam presos a outra metade do cordão. Os da margem ocidental cortaram logo o sulco de cabelo ao redor da cabeça toda e modificaram a língua. Quando mais tarde os dois partidos se viram em terra firme, nas margens do Tocantins gritaram uns aos outros, mas já não se compreendiam bem. "Falai direito!" – gritaram os que tinham ficado na margem oriental. "Falai direito vós mesmos!" – responderam os Apinayé da margem ocidental. "Vós sois os ôtí!" – gritaram aqueles. "E vós sois os Mãkráya!" – replicaram os Apinayé. E assim ficou para sempre.[44]

Como já dito anteriormente, ambas as narrativas trazem uma referência direta à travessia do rio Tocantins como sendo fator da divisão entre os Apinajé e os *Mãkráya* (ou Krikati). Na segunda versão, os acontecimentos que marcam a travessia são descritos com mais detalhes. Mas em ambas são marcadas as distinções do corte de cabelo e da língua decorrentes da travessia, como apresentada na segunda, em que já não era mais possível compreender a linguagem uns dos outros. Na primeira história é ressaltada a rivalidade bélica entre os grupos do lado oriental e ocidental.

Anos mais tarde, na sua obra sobre os Timbiras orientais, Nimuendajú afirmou que

> Os Apinaye, que estão completamente imbuídos do sentido de parentesco com o resto do ramo, deram-me para o povo Timbira na sua totalidade a palavra mãkraya, que de outra forma usariam para os Krĩkati. A extensão é explicada pela tradição Apinaye que concebe todas as outras tribos Timbira como ramos dos Krĩkati. Literalmente, o termo significa 'tribo de avestruzes' (tradução do autor).[45]

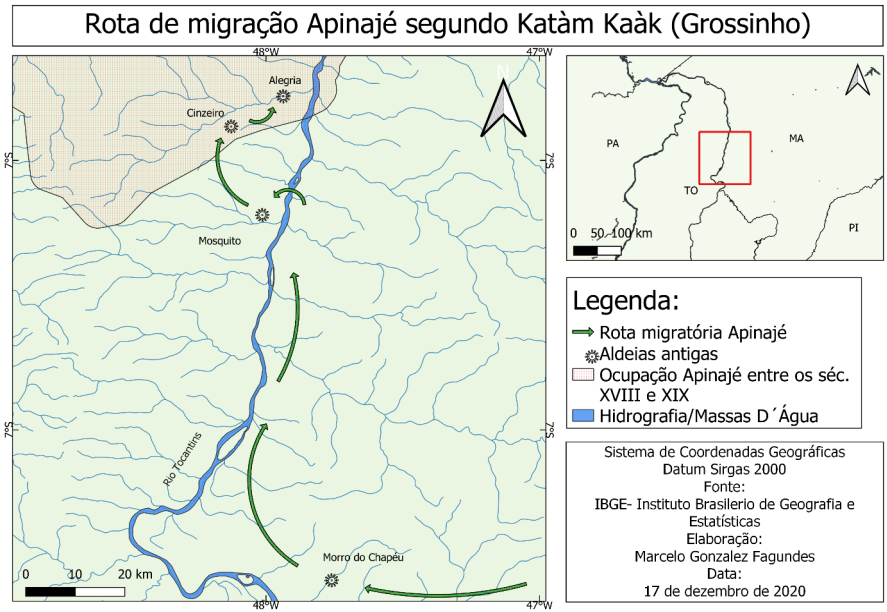
Krĩkati significa "aldeia grande" e esse é o mesmo nome com que os demais Timbira e os Kayapó setentrionais os reconhecem. Essa significação mais ampla sugere a possibilidade de que a referência aos Krĩkati denote a cisão inicial dos povos Timbira. Nas fontes dos cronistas, eles apareceram pelo etnônimo *Caracaty*, mas o povo se autodenomina Krĩkateye (os da aldeia).[46] Cassiano Apinagé,[47] afirmou em sua pesquisa não ter ouvido nenhuma referência as histórias sobre a origem *Mãkráya*.

Em outra história contada por *Katàm Kaàk* (Grossinho), é informado que a primeira aldeia dos Apinajé na região onde hoje habitam é a aldeia Alegria, que estava localizada próxima ao córrego Pirá e ao ribeirão Mumbuca (afluente do rio Tocantins). Grossinho conta uma narrativa de migração dos Apinajé que constituíram uma aldeia, composta por Apinajé e Krahô (Timbira), ao lado do Morro do Chapéu, localizada próxima ao município de Carolina, no Maranhão. Após desentendimentos, os Apinajé resolveram migrar descendo o rio Tocantins até o local onde hoje se localiza o município de Estreito, também no Maranhão. Nessa região do médio curso do rio Tocantins a distância entre as margens diminui e o rio afunila por conta do afloramento de rochas. E foi ali, segundo a história, que os Apinajé atravessaram o rio Tocantins. Utilizaram-se para isso de um novelo que, amarrado do outro lado, serviria como guia. Primeiro atravessaram os Apinajé; os Krahô vinham logo atrás, mas recusaram-se a atravessar. Em um outro momento da narrativa, no entanto, os Krahô seguem junto com os Apinajé até o ribeirão Mumbuca, onde formam uma aldeia chamada de Cinzeiro. Próximo ao ribeirão Mosquito, na região do Estreito, os Apinajé formaram uma aldeia. Segundo *Kangrò*, existem na região da foz do ribeirão Mosquito, "pedras pintadas" que marcavam a ocupação Apinajé e o local da travessia.

Conforme a narrativa de Grossinho sobre a aldeia no Mosquito:

> Ficaram morando lá. Por dois anos. Mas lá tinha mata, mas a mata era longe. Eles ficaram dois anos morando lá. Depois largaram. – Agora vamos procurar um lugar melhor. Onde tem mata. Deixando lá, vieram pra cá. Junto com o Krahô. O Apinajé na frente, o Krahô atrás. Até ali no Cinzeiro. Ai disse o Krahô: – Agora, nós vamos fazer a morada nossa aqui. […] os Apinajé fizeram outro na frente. […] atravessaram o Mumbuca.[48]

Essa aldeia fundada pelos Apinajé atravessando o ribeirão Mumbuca era a aldeia Alegria. Conforme Grossinho, nessa aldeia os Apinajé cantavam dia e noite até que vieram os padres para "amansar os índios". Essa referência a chegada dos "padres" relaciona-se ao período de formação do "aldeamento" Apinajé em 1844, e indica o momento em que eles passaram a ter relação mais próxima com a vila de Boa Vista, fundada as margens do rio Tocantins.



Mapa 2: Rota de migração para o interior do interflúvio

Cassiano Apinagé pesquisou nas memórias dos anciãos Josina, Miguel e Francisco as histórias das antigas aldeias, conhecidas como Colodino, Cinzeiro e Alegria. Segundo *Ire* (Josina), na proximidade do Morro do Chapéu, no Maranhão, havia uma aldeia "que os velhos ouviam

por um *kupẽ* (não índio), que neste local ao lado de uma montanha, existiu dois blocos de pedra esculpidos com formato de tora. Em volta havia ruinas e vestígios provavelmente era uma aldeia que existiu ali".[49] Ela fica entre os ribeirões Colodino e Cinzeiro, e ali viviam os Apinajé com seus parentes Krahô, Krikati, Gavião, Canela e Kayapó, que haviam migrado do Maranhão. E foi nessa região que, segundo *Ire*, ocorreu a separação desses povos.

> O motivo foi por causa de uma criação de papagaio, pois que naquele tempo os índios já criavam os bichos do mato como animais domésticos. O papagaio era o animal mais domesticado na preferência dos índios. O papagaio havia comido amendoim de propriedade alheia e este levou uma surra tão forte e quase morreu. O dono ficou irritado de ver seu animal ferido, então repreendeu aquele que surrou o seu papagaio. Daí ocorreu o desentendimento dos dois. De simples problema transformou em um problema muito grave que se estendeu para as demais famílias da aldeia. A partir daí ocorreu à divisão entre os Apinajé, Krahô, krikati, Gavião, Canela e Kayapó.[50]

Deste local, os Apinajé partiram para fundar a aldeia Alegria, onde teriam tido contato com os não indígenas que chegaram à região no século XIX. Francisco (*Kangrò*) também menciona a aldeia Alegria como o local de contato com a missão religiosa. Com veremos mais adiante, esse será o local descrito na documentação indigenista como o "aldeamento de Boa Vista", onde se instalou uma missão de capuchinhos em 1844.

> A aldeia foi denominada Alegria por uma missão (índios), em homenagem da santa que aconteciam todas as noites no pátio da aldeia. Então era um momento de muita alegria e festas. Não havia tristeza, nem conflitos entre si, de maneira que ali os visitantes (os não indígenas) se socializavam pacificamente observando as festas culturais que para eles é tão estranho como qualquer outra cultura.[51]

Conforme as narrativas de *Kangrò* e *Wanhmẽ* (Miguel), foi da aldeia Alegria que partiram para fundar outras aldeias como Botica, Gato Preto (*Gaxprêk*) e Cocalinho.

> Parte do grupo voltou em direção ao Rio Tocantins, mas terminou ficando no meio do caminho e fundou Aldeia Bacaba. O restante do grupo ficou na Botica. Segundo informação do Miguel *Wanhmẽ*, foi nesta pequena al-

deia Bacaba nasceu um grande líder chamado José Dias Roxo *Mãtyk*, que comandou a sua comunidade. Um dia seu companheiro, Zezinho *Tekator*, convidou *Mãtyk* e sua família, para um passeio de campo, no local onde está localizada atual aldeia Mariazinha. Lá permaneceram alguns tempos. Depois, *Mãtyk* resolveu voltar para Bacaba com sua família, ficando para trás Zezinho *Tekator* na Mariazinha.[52]

Veremos mais sobre as histórias das aldeias adiante. Retomando as histórias que remetem à travessia do rio e à separação dos povos, percebe-se, assim, a existência de diferentes narrativas que retratam a separação de um grupo "original" e o movimento migratório, que termina com a travessia do rio. Entretanto, existe ainda outra narrativa a sugerir que a distinção das línguas e a variedade dos grupos Apinajé se deu a partir da ação de *Myyti* (Sol) e *Mytwrỳỳre* (Lua): a história do dilúvio. Nesse caso, também há duas distintas narrativas sobre isso, uma trazida por Nimuendajú e a outra por Carlos Estevão de Oliveira. Na versão de Nimuendajú os elementos da narrativa são bastante diferentes. Vejamos as duas versões.

Carlos Estevão de Oliveira, com base nas informações de *Mãtyk*, fez uma descrição onde o responsável pela enchente é *Myyti* (Sol) e não a cobra grande (*kanen-ro'ti*), como descrito por Nimuendajú. Segundo a versão de *Mãtyk*, *Myyti*[53] declarou certo dia que o rio Tocantins ia encher e que a enchente ocasionada cobriria a aldeia e suas redondezas.

Todos que ouviram aquela profecia, ficaram apavorados. Ele então consolou-os, dizendo ser assim mesmo. Que tanto os seus filhos como os de *Bruburé* (Lua) tinham que se espalhar por toda a terra, vindo a falar, por fim, línguas diversas.

Alguns dos filhos de *Mebapame* convictos de que a profecia do pai se realisaria, construíram uma jangada circulando-á de G*oronis* secos (Cabaças), para que ela podesse flutuar melhor.

Depois, fizeram uma comprida corda de envira e com esta prenderam a jangada a uma enorme pedra que havia perto da aldeia.

Afinal, um dia, começou o Tocantins a encher. E encheu como nunca havia enchido: Cobrindo as praias, cobrindo as margens, cobrindo as campinas.

A aldeia ficou inteiramente debaixo d'água. E todo o povo se espalhou.

Dos filhos de *Mebapame*, muitos passaram-se para cima da jangada; outros treparam ás árvores que por ali existiam e o resto, juntamente com os filhos de *Bruburé* foram arrastados, rio abaixo, pelas águas. Logo que o Tocantins

principiou a crescer, *Mebapame* e *Brubaré* subiram para o Céu.
A enchente durou uma porção de dias. Finalmente, baixaram as águas, e, com elas, a jangada. Aqueles que se tinham salvo nesta, formaram, no lugar em que ela baixou, uma nova aldeia, a qual deram o nome de *Alegria.* Deles descendem os atuais Apinajé que habitam aquela região.
Os filhos de *Mebapame* que haviam subido em árvores grossas, delas não puderam mais descer, virando *Abelhas* e *Cupins de pau.* Outros espalharam-se pela terra com os filhos de *Bruburé.*[54]
Por isso, é que há índios *Apinajé* em diversos lugares. E, por isso, também, é que existe espalhada pelo mundo gente preta, cega e aleijada e falam os povos diferentes línguas.

Na criação da humanidade, tal como narrado por Nimuendajú e Giraldin, *Myyti* e *Mytwrỳỳre* retornam ao céu após terem criado os *Panhĩ*. No entanto, nessa narrativa trazida por Carlos Estevão de Oliveira, antes de retornarem ao céu, *Myyti* anuncia o dilúvio que seria responsável pela separação dos seus filhos dos filhos de *Mytwrỳỳre*, pela divisão dos grupos Apinajé e pelo surgimento da diversidade das línguas faladas. Somente depois da enchente *Myyti* e *Mytwrỳỳre* retornam aos céus. Alguns que acreditaram na profecia do dilúvio, construíram uma jangada onde amarraram cabaças. Quando as águas baixaram, os que estavam na jangada criaram uma aldeia. A aldeia denominada Alegria possui relações históricas com os Apinajé contemporâneos e, segundo essa versão da história, foi dessa aldeia que se originaram os Apinajé atuais.

Os que se agarraram às árvores não puderam mais descer. Esse aspecto da narrativa possui relações com outras histórias de dilúvio dos outros grupos Jê, em especial dos grupos Mẽbêngôkre (Kayapó).[55] Na narrativa de Banner,[56] o dilúvio é ocasionado por um caçador que, ao cavar um buraco atrás de um tatu, encontrou um cipó grosso que seria a "artéria da terra", e quando a cortou jorrou água e inundou o mundo inteiro. Os indígenas subiram nas árvores altas que não ficaram submersas, mas as águas demoraram a baixar e eles ficaram tão magros e fracos que não puderam mais descer, transformando-se em vespões e cupins. Apenas uma família sobreviveu fechando-se em um pilão grande, lacrado com cera, e as sementes foram conservadas em cabaças amarradas ao pilão. Na história dos Iraamráyre, narrada por Nimuendajú,[57] a inundação ocorreu pela vingança de um indígena de nome *Bebó*, que teve a

roça de seu sobrinho roubada e fez uma magia para produzir a enchente. A enchente só poupou o lugar onde morava seu sobrinho. Os que se refugiaram nos galhos das árvores se transformaram em guaribas e abelhas xupé, e outros se salvaram subindo em serras altas. Outro *wayangá* (pajé) descobriu a causa da enchente e fez a chuva cessar. É possível perceber que os elementos comuns dessas narrativas se referem ao destino dos que subiram nas árvores, que acabaram por se transformar em animais que habitam o alto das copas, como abelhas, guaribas e cupins. No entanto, aqueles que deram origem aos diferentes grupos tiveram estratégias distintas para sobreviver, seja com auxílio de cabaças, escalando serras altas ou fazendo jangadas.

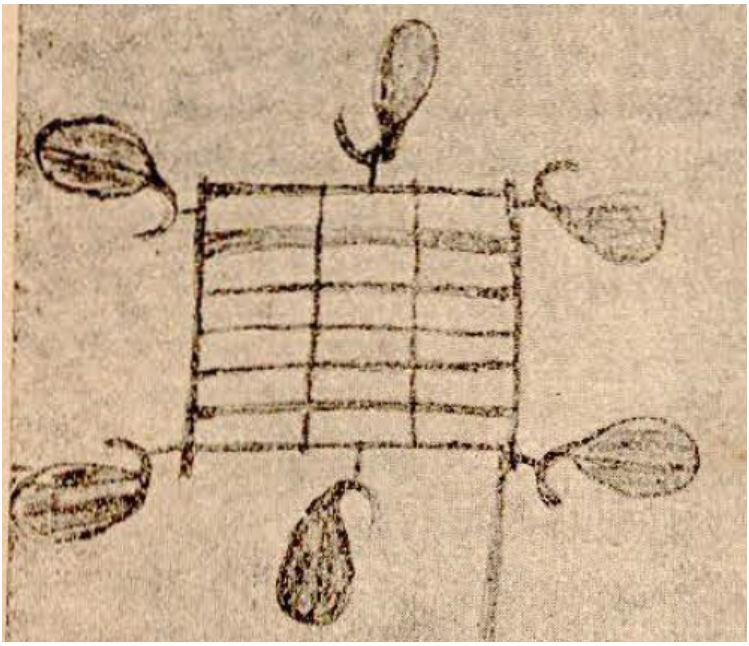


Figura 4: Desenho feito por José Dias (*Mãtyk*) da balsa que teria salvado um grupo de Apinajé do dilúvio[58]

Mas vejamos como Nimuendajú narra essa história contada pelos Apinajé.

> A cobra grande *Kanen-ro'ti* subiu do mar e fez os rios Tocantins e Araguaia, deixando às suas companheiras menores, o trabalho de fazer os rios menores e os riachos.

> Depois choveu por muitos dias. Todos os cursos d'água transbordaram. A enchente que veio do Tocantins encontrou-se com a do Araguaia, no meio da terra firme. Toda a terra esteve debaixo d'água durante dois dias. Muitos Apinayé fugiram para a Serra Negra, um morro que fica atrás de São Vicente, para as bandas do Araguaia, que, por isso, até hoje se chama *Ken-klima-ti* = "morro do ajuntamento". Outros salvaram-se nos galhos dos jatobás mais altos e, outros ainda, agarraram-se a grandes cabaços e flutuando sem rumo, acabaram perecendo.
> Um casal de índios arranjou três cabaços enormes, nos quais meteu mudas de mandioca e sementes de outras plantas, fechando as bocas cuidadosamente com cerol. Depois amarrando os três cabaços juntos, sentam-se no meio e deixaram-se levar pela enchente. A correnteza levou a embarcação, que passou rente à Serra Negra, mas resistiu ao embate dos redemoinhos.
> A água já estava nos joelhos da gente que se haviam refugiado na Serra Negra, quando, de repente, à noite, ela baixou outra vez. Então, aqueles que tinham trepado no jatobá não puderam mais descer, transformando-se em ninhos de cupim e abelhas xupé.
> Quando a água tinha escorrido, o casal com os três cabaços procurou um lugar onde fez uma roça. Mas a gente da serra negra não possuía mais nenhuma muda, nem sementes, alimentando-se de palmitos e cocos. Um dia um menino matou um periquito que levou à sua mãe. Quando ela abriu a ave achou caroços de milho no seu papo. Perguntaram ao menino de que direção tinha vindo o periquito e depois de determiná-la foram todos nesse rumo à procura do milho. Por fim, acharam a roça do casal e ficaram com ele até a colheita, quando levaram mudas e sementes.[59]

Na versão de Nimuendajú, a inundação é atribuída a ação da cobra grande *Kanen-ro'ti*, que fez os rios Tocantins e Araguaia. Depois choveu por muitos dias e os cursos destes rios transbordaram. Os indígenas tentaram sobreviver de diferentes formas: uns escalaram a Serra Negra; outros subiram nos galhos dos jatobás mais altos e outros, ainda, agarraram-se em cabaças. Os que subiram nas árvores de jatobá, como nas demais narrativas dos Kayapó, transformaram-se em cupins e abelhas xupé. Os que se agarraram à cabaças flutuaram sem rumo e acabaram por perecer. Um casal, no entanto, usou cabaças para guardar as sementes e para flutuar em meio a enchente, como na versão de *Mãtyk*. Foram eles os responsáveis por resguardar as sementes de milho que seriam usadas depois para o plantio das roças, deles e os *Panhĩ* que se refugiaram na Serra Negra.

Efetivamente, o relevo do norte do Tocantins caracteriza-se por sua baixa elevação e fica evidente a localização da serra. A tradição oral também aponta com segurança a localização da serra morena ou negra.[60] A localização da antiga aldeia é marcada, segundo os Apinajé, por uma tora de pedra como testemunho de sua ocupação. Esta antiga aldeia está localizada no alto da Serra Negra (ou Serra Morena como é referida por muitos regionais). Dessa versão apresentada por Nimuendajú, dois grupos de Apinajé sobreviveram. Um no alto da serra e o outro que estava na jangada. É relevante destacar como a paisagem está marcadamente presente nessa versão da história e na memória dos Apinajé contemporâneos, que relacionam a história dos antigos à paisagem do território.

Existem outras narrativas que procuram explicar as diferenças e especificidades linguísticas e culturais dos Apinajé com relação aos povos Timbira, bem como outros elementos da paisagem que trazem evidências dessa historicidade Apinajé. Conforme Giraldin, "os Apinajé dizem que os fatores distintivos entre eles e os demais Timbira (enfatizando-se entre estes sobretudo os Krahô), são: a linguagem, os nomes pessoais e as prerrogativas ligadas aos nomes".[61] A língua falada pelos Apinajé tornou-se conhecida através do homem-morcego (*Kupẽ nhêp*). Foi a partir desse momento que, segundo a cosmologia Apinajé, estes passaram a falar uma língua diferenciada dos demais povos Timbira. Segundo Cassiano Apinagé, essa "história de origem é aquela que conta como se modificou a língua e os nomes pessoais grandes, os quais foram incorporados ao acervo de nomes no decorrer do tempo pelos Apinajé segundo relatos de Maria de Jesus *Sirax*".[62]

Nimuendajú foi o primeiro a descrever a história do homem-morcego entre os Apinajé. Dessa narrativa podemos destacar alguns elementos importantes que nos auxiliam a refletir sobre a historicidade e territorialidade dos Apinajé. Passo a analisar alguns aspectos da narrativa. A primeira questão diz respeito à localização geográfica. A caverna dos morcegos (*Nhêp kre*) está localizada próxima à lagoa de São Bento. Sobre a localização da morada dos *Kupẽ nhêp*, Nimuendajú apresentou a seguinte versão:

> No sertão de São Vicente, para as bandas do Araguaia, existe a Serra dos Morcegos. Há nela uma grande caverna que tem uma entrada em baixo e em

cima, muito alta, uma espécie de janela. Em tempos idos, era ali a habitação dos *Kupen-dyêb*, seres de formas humanas, porém, dotados de asas de morcego.[63]

Nimuendajú descreve que a caverna habitada pelos *Kupẽ nhêp* estaria localizada "no sertão de São Vicente, para as bandas do Araguaia", região caracterizada pelos cursos de água que deságuam no rio Araguaia. Segundo os Apinajé, esta caverna existe efetivamente e está localizada às margens do ribeirão São Martinho, afluente do rio Araguaia, no município de São Bento do Tocantins, a poucos quilômetros da linha de divisa atual da Terra Indígena (cf. mapa 3).[64] Assim como na história, ela é caracterizada pela existência de duas aberturas.

É interessante notar que a história dos homens-morcego está presente entre os Xikrín, Mẽbêngôkre e Iraamráyre (subgrupos Kayapó),[65] e eles foram descritos por diferentes etnólogos com características similares àquelas narradas pelos Apinajé. Tratados como inimigos históricos pelos Iraamráyre, os *Kupẽ nhêp* habitavam uma caverna como "duas bocas", segundo a descrição de Nimuendajú.[66]

Na narrativa Apinajé, temos ainda uma descrição de como foi travada a luta com os *Kupẽ nhêp* e o que foi encontrado no interior da caverna. Sobre isso, Nimuendajú relata:

> Um Apinayé matou um veado nas vizinhanças daquela serra e como já fosse muito tarde, pernoitou não longe dela, com sua prêsa. Enquanto dormia os *Kupen-dyêb* se aproximaram voando e quebraram-lhe a cabeça com os seus machados semilunares.
> Como demorasse muito, um seu parente seguiu-lhe o rasto e achou o cadáver. Ao seu redor havia muitos rastos, mas nenhum que denunciasse a chegada ou a partida dos assassinos.
> Em consequência disso, os Apinayé evitaram por muito tempo dormir naquelas paragens, até que um dia dois caçadores, em cuja companhia se achava um menino, resolveram dormir ao pé da serra dos Morcegos. Quando anoiteceu ouviram cantar no interior da serra. Então, o menino ficou com medo e se escondeu no mato, a certa distância do fogo onde dormiam os dois caçadores. Pouco depois os *Kupen-dyêb* chegaram voando e mataram os dois, escapando o menino que correu para a aldeia e contou o desastre.
> Então reuniram-se os guerreiros das quatro aldeias dos Apinayé para aniquilar os *Kupen-dyêb*. Quando chegaram à Serra dos Morcegos, ocuparam imediatamente a entrada da caverna, onde amontoaram lenha e folhas verdes, enquan-

> to outros, por um atalho, procuraram à janela para ocupá-la também. Isso, porém, foi mais difícil do que julgavam e ainda não tinham conseguindo lá chegar quando o que estavam na entrada puseram fogo. Logo os *Kupen-dyêb*, num grande número saíram voando pela janela, sem que as flechas disparadas contra eles pelos Apinayé lhes fizessem o menor mal, foram todos para o sul. Dizem que ainda hoje habitam por lá, ninguém sabe bem onde.
> Quando a fumaça se tinha dispersado, os guerreiros Apinayé entraram na caverna; aí encontraram grande quantidade de machados semi-lunares, que os Kupen-*dyêb* tinham deixado na fuga. No lugar mais ao fundo da caverna, escondido debaixo de uma laje de pedra e quase sufocado pela fumaça, descobriram um menino de mais ou menos seis anos. A princípio quiseram matá-lo mas um deles resolveu levá-lo para a aldeia e criá-lo.[67]

Uma característica específica da versão da história entre os Apinajé é a utilização dos machados de pedra semilunares (*pykai*) como arma de ataque utilizada pelos *Kupẽ nhêp*. Na versão dos Iraamráyre, os homens morcego atacam seus inimigos a dentadas. A narrativa de *Sirax*, descrita por Cassiano Apinagé, aponta que "de repente observou um *kupẽ nhêp* descendo do alto da montanha com *kop jamã* (instrumento para matar), em direção ao homem que estava passando pela caverna".[68] Nimuendajú descreve, conforme a história, que foi encontrada certa quantidade de machados semilunares no interior da caverna. Há diversos machados semilunares na coleção etnográfica que o próprio Nimuendajú coletou entre os Apinajé.

Figura 5: Machado semilunar, grande. Arma de guerra[69]

A descrição da existência dos machados semilunares não está presente em nenhuma versão dos grupos Kayapó. Mas uma característica comum a todas as histórias dos homens-morcego refere-se à incorporação de conhecimentos culturais através do menino morcego resgatado no interior da caverna. Ainda segundo o relato de Nimuendajú, no retorno dos guerreiros para a aldeia, levando consigo o menino-morcego, aspectos específicos da cultura dos *Kupẽ nhêp* passam a ser revelados e parte desses conhecimentos são incorporados a cultura Apinajé. Temos a seguinte descrição:

> Quando, a caminho de casa, os Apinayé fizeram o seu acampamento de folhas de palmeira estiradas no chão, para pernoitar, indicaram também ao pequeno *Kupen-dyêb* um lugar de dormida. Este, porém, não quis ficar deitado, chorava muito e procurava sempre alguma coisa no ar. Então, o seu dono, se lembrou que na caverna dos *Kupen-dyêb* não havia camas nem armadores de rede, mas

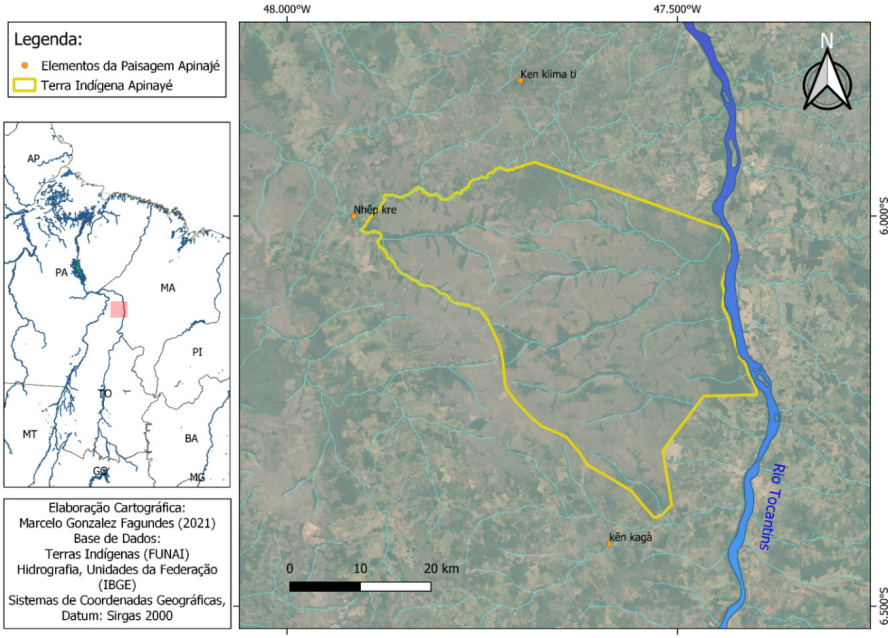
> um grande número de travessas armadas horizontalmente. Foi buscar uma vara e armou-a nas forquilhas de duas pequenas árvores vizinhas. Assim que o menino viu essa disposição, trepou pelo tronco de uma das árvores até a vara, onde se pendurou pelos joelhos, de cabeça para baixo. Depois encolheu a cabeça cobrindo o rosto com os braços cruzando-se dormiu sossegadamente nessa posição.
> Esse menino passou pouco tempo entre os Apinayé, morrendo logo depois. Um dia o observaram colocando caroços de milho cm círculo no chão e cantando e dançando diante deles: – "*U-uá! Klunã klôtxire! Klud petxetire!*". Depois juntou os caroços de milho com ambas as mãos. Quando os Apinayé lhe pediram explicações, ele disse que era esta a maneira de dançar da sua gente. Ainda hoje os Apinayé cantam essa cantiga dos *Kupen-dyêb*.[70]

Nessa versão, o menino-morcego é responsável por ensinar aos Apinajé a maneira própria de dançar de sua gente e a cantiga dos *Kupẽ nhêp*. Na narrativa coletada por Giraldin, "os pais adotivos do *kupẽ nhêp* resolveram colocar um garoto da mesma idade para conviver com o menino-morcego para, assim, aprender seus cantos e sua língua. Assim foi feito e este menino aprendeu a língua do *kupẽ nhêp*, seus cantos e os nomes pessoais".[71] Com base na narrativa de *Sirax*, Cassiano Apinagé concluiu que:

> A história de *kupẽ nhêp* remete à modificação da língua e o surgimento de nomes verdadeiros Apinajé, incorporados como forma de sua identidade étnica de modo que esta é a interpretação mais evidente. Está bem claro que a questão da língua falada pelo meu povo é dada por conta da influência de *kupẽ nhêp* diretamente. Segundo versão de Maria de Jesus *Sirax*, a língua original dos Apinajé é aquela que o povo Krahô mantém até hoje. Alguns grandes nomes, citados anteriormente, se associam aos nomes de animais selvagens e outros seres da natureza, pois não são herdados de *kupẽ nhêp*. Entre o meu povo, em relação aos dois aspectos da língua e dos nomes originados do *kupẽ nhêp*, foram os nomes que ficaram como marco da história da memória herdada do povo *kupẽ nhêp* (homem morcego).[72]

Fica patente que os ensinamentos trazidos pelos *Kupẽ nhêp* são marcadores de distinção da língua falada pelos Apinajé dos demais povos Timbira. Isso fica mais evidente se notarmos as semelhanças das histórias do homem-morcego nos diferentes grupos Kayapó.[73] Para os Iraamráyre, o *Kupẽ nhêp* "ensinou aos Kayapó as cantigas [...], que cantam até hoje".[74] Para os Xikrín, o menino ensinou as cantigas do povo morcego, a dança,

as cantigas da água e do timbó, a fala e a cantoria cerimonial do chefe. Na versão de Verswijver, além do rito cerimonial do chefe, o menino-morcego cantou as canções especiais de cada festival.[75]



Mapa 3: Elementos da paisagem na história Apinajé

Turner aponta que a história da diferenciação entre os Kayapó e os Apinajé estaria presente na tradição oral Mẽbêngôkre através da narrativa de origem do cultivo do milho. Segundo o autor:

> As tradições Kayapó falam da diferenciação dos povos Jê como tendo ocorrido na área entre os rios Araguaia e Tocantins, no atual estado de Tocantins. Segundo um mito [Kayapó], os ancestrais dos Jê viviam juntos como um só grupo nessa área até descobrirem uma grande árvore nas margens do Tocantins da qual nasciam espigas de milho. Derrubaram a árvore, obtendo assim o milho como planta de cultivo, mas, à medida que recolhiam as sementes, começaram a falar línguas diferentes, e se separaram nos diversos grupos jê atuais.[76]

Conforme Turner,[77] a separação e diferenciação dos grupos indígenas (ou, no caso, dos Jê setentrionais) teria ocorrido especificamente no rio

Tocantins. Entretanto, a história da origem do milho Apinajé não traz referência à diferenciação dos demais povos Jê. Horace Banner,[78] que descreveu a narrativa sobre a origem do milho entre os Kayapó, afirmou que eles atribuem à multiplicação das tribos, das línguas e dos costumes à domesticação do milho, devido a sua fecundidade com relação à outras plantas cultivadas.

A afirmação de Turner de que os Mẽbêngôkre citam o rio Tocantins como local de aparecimento da planta do milho – e de que, a partir dela, surgem as distinções entre os diversos povos – não apresenta correspondência nas histórias sobre as plantas cultivadas entre os Apinajé. No entanto, é recorrente a relação dessas narrativas com os cursos de água, tal como na origem da humanidade entre os Apinajé, em que seria nas margens dos ribeirões – ou na margem do rio Tocantins, como na versão de Carlos Estevão de Oliveira – que os *Panhĩ* teriam sido criados. Além disso, uma versão não confirmada nas etnografias mais recentes é de que a travessia do rio marcaria a distinção dos Apinajé dos demais povos Timbira.

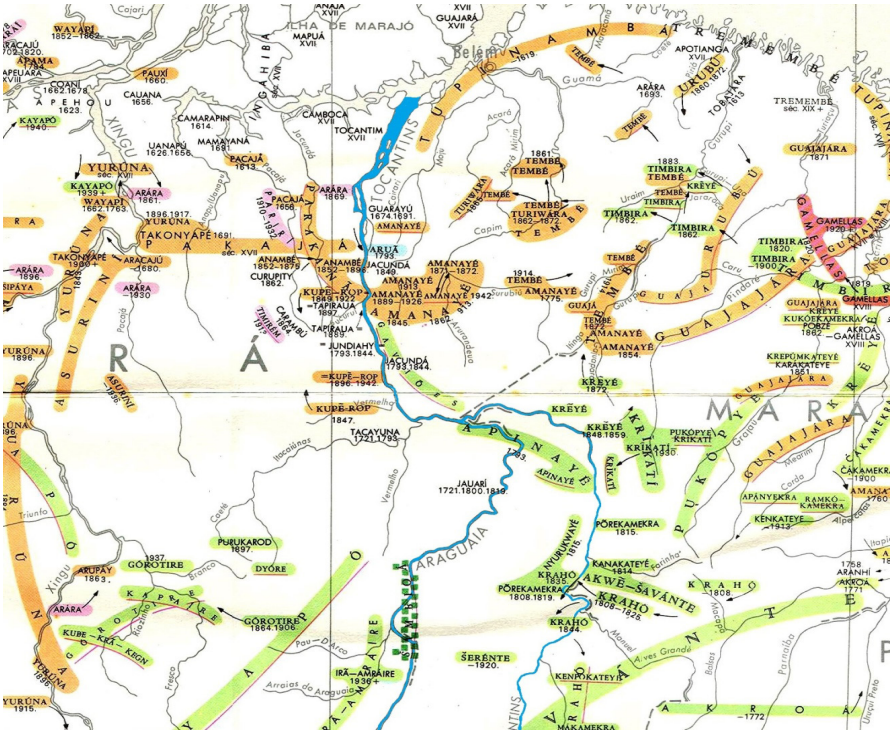
Conforme argumenta Vidal,[79] as narrativas de origem do Mẽbêngôkre localizam-se sempre a leste. Suas aldeias de origem situavam-se do lado esquerdo do rio Araguaia, à altura do rio Pau D'Arco. Esses ancestrais, denominados *Goroti Kumren* (Goroti verdadeiros), correspondem ao grupo que deu origem aos diferentes grupos Kayapó. Verswijver[80] aprofunda essa análise a partir dos documentos etno-históricos produzidos pelos cronistas entre os séculos XVII e XIX para sugerir a hipótese de que esse grupo ancestral teria cruzado o rio Araguaia entre os anos de 1820 e 1850. Essas reflexões iniciais inspiram um olhar sobre as relações entre os diversos povos Jê setentrionais. Além disso, lançam sugestões para refletir sobre o processo de cisão entre os povos Apinajé e Kayapó. Essas análises serão retomadas nos capítulos seguintes a partir do escrutínio de diferentes fontes etno-históricas.

Mas é possível constatar que as histórias contadas pelos Apinajé apresentam elementos do território e da paisagem e possuem características comuns a outros povos Jê setentrionais. A partir da leitura de algumas dessas narrativas, podemos vislumbrar de que forma certos aspectos do território se entrelaçam às ações de divindades, de humanos e não humanos. Além disso, uma análise comparativa das histórias transmitidas pelas tradições orais dos povos Jê setentrionais possibilitam estabelecer para-

lelos temporais e espaciais com as relações estabelecidas entre esses povos, e auxiliam na exploração da territorialidade Apinajé. Considerando as limitações analíticas, essas histórias possuem algumas características marcadamente comuns entre os distintos povos.

Estas histórias ensinam como os *Panhĩ* devem se relacionar com o ambiente, mas também procuram explicar aspectos históricos. As disputas territoriais com outros povos, a distintividade entre eles, os fenômenos naturais que levaram à separação dos diferentes povos. A mobilidade se insere neste enredo através da ocupação de serras e outras terras. A cabaça, origem da humanidade, sempre associada à vida, tem papel fundamental na permanência da existência dos seres vivos. O rio, com suas enchentes, leva à mobilidade e apresenta-se como marca de transformações. Os seres que habitam este território, cavernas e nascentes interagem com os *Panhĩ* e lhes permitem distinguir-se dos demais povos, ensinando-os as histórias antigas, uma linguagem própria. Assim, como demarcado por Santos-Granero[81] no caso dos Yanesha, a escrita da história no território funciona como meio de encapsular e transmitir a memória histórica dos Apinajé.

2. Linguística e arqueologia


ILHA DE MARAJÓ
TOCANTINS
ARAGUAIA
Belém
Guamá
Acará
Capim
Gurupi
Tocantins
Xingu
Tapajós
Tocantins
Arraias do Araguaia
Pau-D'Arco
Fresco
Branco
Trombetas
Jacundá
Pacajá
Itacaiúnas
Vermelho
Cesar
Trinta
Urucu Para
Alves Grande
Balsas
Parnaíba
Mamuí
Jari
Uraim
Cajari
Maracá
Mojú
Moju
Tocantins
Tocantins
Tocantins

históricos e representa graficamente com setas os movimentos migratórios. Distingue os troncos e famílias linguísticas representando-os por cores diferentes.[2]

Os Apinajé, no centro do recorte (figura 6), ocupam o extremo norte do interflúvio Araguaia-Tocantins. Analisando o mapa etno-histórico de Nimuendajú a partir das distinções linguísticas, é possível perceber que as regiões do baixo e médio Tocantins se caracterizam por ser zonas de confluência entre as famílias linguísticas Jê setentrionais e Tupi da Amazônia, com uma maior prevalência dos Tupi no baixo curso do rio Tocantins e dos Jê no médio. No caso dos Apinajé, o mapa apresenta uma amplitude cronológica de meados dos séculos XVIII às primeiras décadas do século XX.

No entanto, fontes etno-históricas indicam que os Apinajé passaram por um processo migratório até o estabelecimento na região norte do interflúvio Araguaia-Tocantins. Segundo Nimuendajú, os Apinajé consideravam que os índios-morcegos (*Kupẽ Nhêp*) eram os primeiros habitantes da região hoje ocupada por eles. Ao indicar as narrativas de origem dos Apinajé, Nimuendajú apresentou duas versões para a travessia do rio Tocantins e a separação dos Krikati. Ao sugerir a rota de migração Apinajé, DaMatta ressalta, como Nimuendajú, a origem comum entre os Kayapó e os Apinajé. Essa proximidade é atestada pelos estudos linguísticos.

Segundo estudos de linguística histórica,[3] a língua Apinajé possui uma origem comum às línguas Mẽbêngôkre (Xikrín e Kayapó) e Kĩsêdjê e Tapayúna (Jê setentrional Trans-Araguaia, cf. Nikulin).[4] Esse grupo proto-Apinajé (chamaríamos assim), denominado por Nikulin como Jê setentrional Trans-Tocantins, seria uma cisão mais antiga das línguas Timbira (Parkatêje, Kykatêjé, Krikatí, Pykobjê, Apànjekra, Mẽmõrtũmre e Krahô), localizadas à leste do rio Tocantins.

2.1 A língua apinajé e suas relações genéticas

Os estudos de linguística histórica e comparativa sobre as línguas indígenas apresentam-se como outro caminho profícuo para pensar a história indígena de longa duração. Quando confrontamos os dados linguísticos às evidências etnográficas e históricas, podemos ainda formu-

lar hipóteses que auxiliam num olhar mais profundo sobre a história dos povos indígenas, para além das limitações das fontes históricas escritas. No que tange a um estudo comparativo-histórico das línguas do tronco Macro-Jê, Rodrigues afirma que:

> Se estiver certa, a hipótese da consistência desse grande conjunto de línguas como um grupo genético, isto é, como procedente de uma língua pré-histórica comum, implica na ocupação da maior parte das terras não amazônicas do Brasil por povos que falavam e falam línguas que têm uma origem comum. Isto corresponde a dizer que esse grande território foi progressivamente ocupado por sucessivas e diversificadas migrações oriundas de um ponto comum, um "centro de dispersão" mais antigo, cuja localização está por determinar.[5]

Para elucidar essas questões, Rodrigues destaca a necessidade de uma maior integração de conhecimento e de pesquisas entre linguistas, etnólogos e arqueólogos. Urban,[6] questionando-se sobre o que poderíamos aprender sobre a história pré-colombiana do Brasil pelo estudo de suas línguas nativas ameríndias, apontou que podemos formular hipóteses sobre a localização dos povos indígenas em diversos momentos do passado através do estudo de linguística comparativa: "[...] situando as línguas historicamente relacionadas num mapa, pode-se desenvolver hipóteses quanto à localização das línguas no passado remoto e às migrações que levaram à sua atual distribuição".[7] Além disso, esse estudo permite dizer quais línguas estão próximas entre si, dentro de determinado grupo, e quais estão mais distantes. Vale destacar ainda a questão da profundidade cronológica levantada por Urban, chamada de glotocronologia, que procura estimar datações para as distinções entre as línguas. Guardadas as devidas ressalvas a determinações precisas de datações, estas inferências ajudam a traçar um perfil espaço-temporal das línguas indígenas em relação comparativa com seus parentes mais próximos. No mapa abaixo, podemos observar a distribuição das línguas do tronco Macro-Jê.[8]

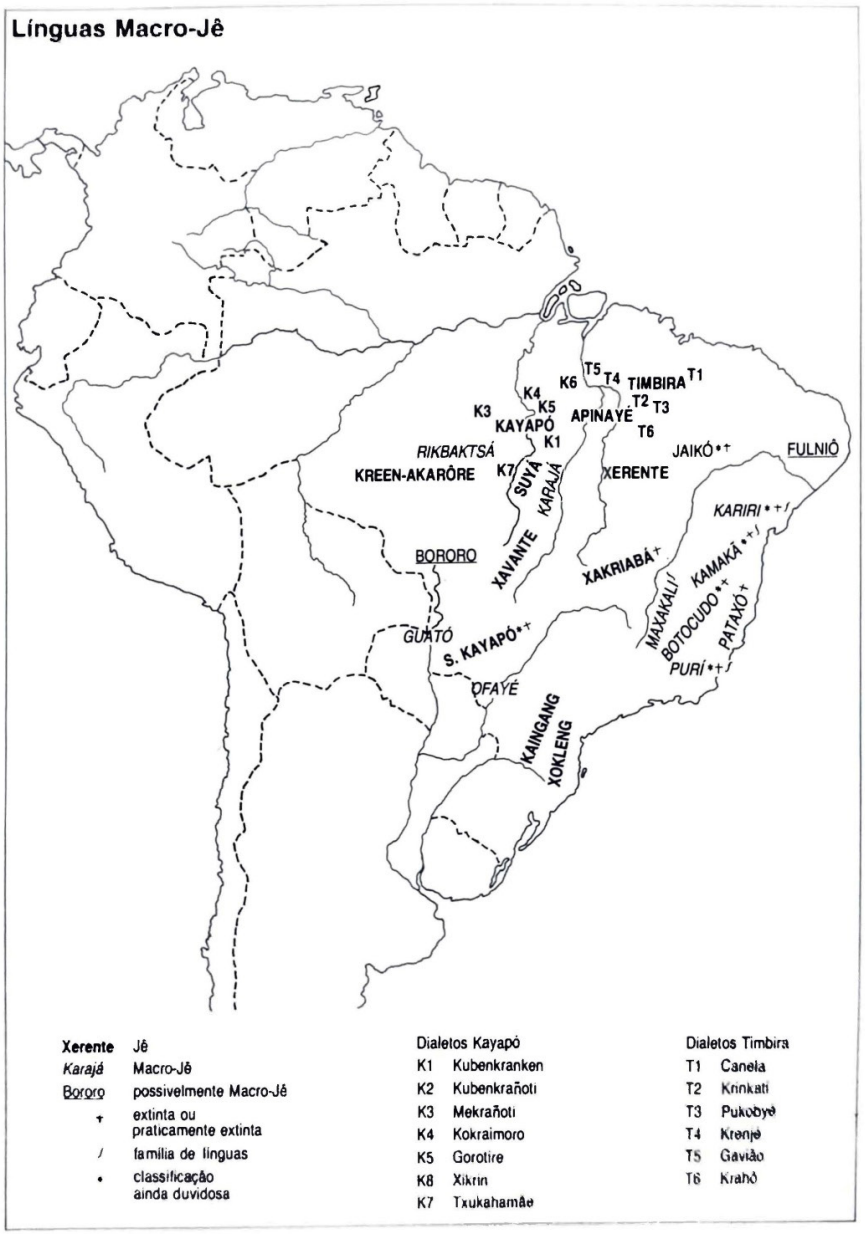


Figura 7: Distribuição das Línguas Macro-Jê[9]

Sobre as línguas da família Jê, divididas atualmente em meridionais, centrais e setentrionais, Urban estabeleceu que:

> A primeira separação teria ocorrido entre os Jê meridionais (Kaingang e Xokleng) e o resto. Estes teriam iniciado sua migração em direção ao sul nesse momento, há uns 3 mil anos, mas não se tem ideia de quando teriam chegado à região que atualmente ocupam no sul do Brasil. [...] Uma segunda cisão ocorreu entre os ramos central e setentrional; o grupo setentrional se dirigiu à bacia amazônica e foi-se expandindo gradualmente também para o oeste. Taxas de cognatos entre os ramos central e setentrional sugerem uma idade entre 1 e 2 mil anos para essa separação. A diferenciação interna dos grupos central e setentrional ocorreu provavelmente durante os últimos mil anos. Já as diferenciações internas entre os dialetos Timbira orientais (Canela, Krinkati, Pukobyê, Kranjé, Gavião e Krahô) e entre os vários dialetos Kayapó (Kubenkranken, Kubenkrañoti, Mekrañoti, Kokraimoro, Gorotire, Xikrin e Txukahamãe) teriam provavelmente ocorrido nos últimos quinhentos anos.[10]

Como já foi dito, as datações para as separações dos grupos da família Jê devem ser relativizadas. No entanto, estas servem evidentemente de parâmetro para perceber as filiações genéticas entre as línguas e suas proximidades e distanciamentos. Urban, na citação acima, não faz referência a língua Apinajé, porém, estabelece uma diferenciação relativamente recente entre os diversos dialetos das línguas Timbira e Kayapó-Mẽbêngôkre.

Rodrigues,[11] por sua vez, classifica as línguas Jê setentrionais em: a) Timbira (Canela Ramkokamekra, Canela Apanyekra, Gavião Piokobjé, Gavião Parakatejé, Krinkatí, Krahô, Krenjé); b) Apinajé; c) Kayapó (A'ukré, Gorotiré, Kararaô, Kíkretum, Kokraimôro, Kubenkrankén, Menkrangnotí, Mentuktíre, Xikrin); d) Panará (Kren-akarôre); e) Suyá (Tapayuna) [*sic*].[12] Destaco a convergência entre os linguistas sobre as diferenciações entre as línguas Timbira, Apinajé e Kayapó.

Nesse sentido, cabe enfatizar que a língua Apinajé possui uma origem comum às línguas Mẽbêngôkre (Xikrín e Kayapó) e Kĩsêdjê e Tapayúna. Esse grupo, compreendido como Jê setentrional Trans-Tocantins,[13] seria uma cisão mais antiga das línguas Timbira (Parkatêje, Kykatêjé, Krikatí, Pykobjê, Apànjekra, Mẽmõrtũmre e Krahô), localizadas à leste do rio Tocantins.

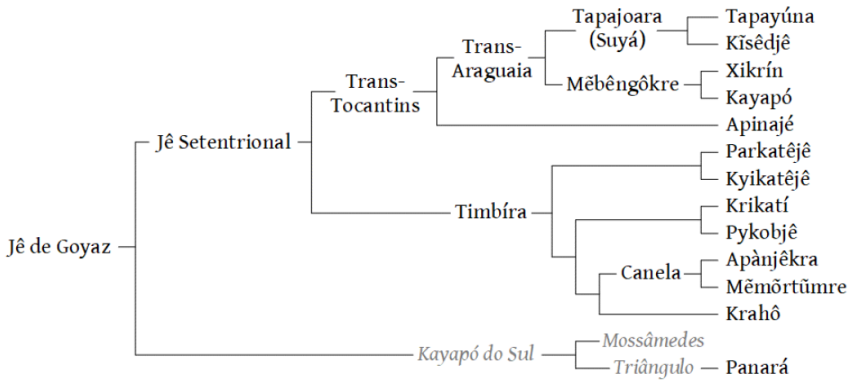


Figura 8: Classificação das línguas "Jê de Goyaz"[14]

No entanto, cabe ressaltar aqui a existência de um debate em torno da classificação das línguas Jê setentrionais e a relação estabelecida entre a língua falada pelos Apinajé. No que se refere à língua Apinajé, existe uma divergência quanto à classificação posta distintamente pela antropologia e pela linguística. Caracterizados comumente pela etnografia como um dialeto da língua Timbira, a língua Apinajé é, no entanto, qualificada pela linguística como uma língua independente. O antropólogo estadunidense Robert Lowie apontou que:

> Os Timbira compreendem uma seção ocidental e uma oriental, a primeira representada apenas pelos Apinayé, tradicionalmente descendentes de uma tribo Timbira oriental (os Cricatí), que ocupavam o triângulo entre o Tocantins e o baixo rio Araguaia a cerca de 6° 30' S., às vezes transgredindo a fronteira na direção noroeste. Em alguns aspectos, eles se aproximam do Cayapó do Norte (tradução do autor).[15]

Curt Nimuendajú também adotou essa distinção, em que os povos Timbira foram divididos em Timbiras Orientais (Krahô, Krĩkatí, Pykobjê (Gavião do Maranhão), Parkatejê (Gavião do Pará), Apãniekrá e Ramkokamekrá) e os Apinajé, qualificados como Timbira ocidental, a partir da localização geográfica com relação ao rio Tocantins. Nimuendajú[16] classificou a língua Apinajé como um dialeto da língua Timbira, destacando, no entanto, que era marcadamente distinta dos dialetos dos Timbira orientais e aproximava-se da língua dos Kayapó setentrionais.

Em sua obra dedicada aos Timbiras orientais, Nimuendajú destacou que a configuração dos povos Timbira e, consequentemente, a incorporação dos Apinajé baseava-se nas amostras disponíveis da língua ou na declaração de algum investigador competente, e que "o critério atual é puramente linguístico" (tradução do autor).[17] Ou seja, ele afirma que o critério utilizado para sua classificação se baseava em dados linguísticos. Evidentemente, como já muito bem documentado, existem similaridades culturais claras entre os Apinajé e os povos Timbira, mas os estudos linguísticos contemporâneos apontam para a classificação da língua Apinajé como distinta da língua Timbira.

No que se referem a esses estudos, os autores são unânimes em afirmar as distinções entre as línguas Timbira e Apinajé, ressaltando normalmente as similaridades entre a língua dos Mẽbêngôkre com a língua Apinajé. Christiane Oliveira aponta essa diferença entre a classificação adotada pela antropologia e pela linguística, optando, no entanto, por considerar os Apinajé como povo autônomo com língua própria. Em suas palavras:

> Os Apinajé são considerados, na literatura antropológica, uma divisão ocidental dos Timbira, vivendo a oeste do Tocantins. Os povos Timbira orientais são aqueles distribuídos em vários locais nos Estados do Maranhão e Tocantins, a leste do rio (Nimuendajú 1983; DaMatta 1982). Nas classificações linguísticas, por outro lado, não é incomum que um grupo Apinajé-Kayapó seja contrastado com o agrupamento dialetal Timbira (Davis 1966; 1968). Seja como for, a conclusão em ambos os campos é que os Apinajé constituem um grupo e uma linguagem autônomos, distintos dos Kayapó e Timbira. (tradução do autor)[18]

Oliveira é categórica em afirmar que os Apinajé estabeleceram uma linguagem autônoma diferenciando-se dos Timbira e Kayapó. Salanova, por sua vez, afirma que "sob qualquer critério razoável, as línguas Mẽbêngôkre e Apinayé devem ser consideradas cada uma como uma única língua, com diferenciação interna menor da que justificaria falar em dialetos".[19]

Sobre as relações genéticas entre a língua Apinajé e a língua Kayapó, Lea[20] discute as distintas classificações das línguas kayapó dadas por linguistas, apontando que a lista dos oito dialetos Kayapó, apresentada por Urban, se refere à aldeias que na realidade falam o mesmo dialeto e aos Xicrin [*sic*] que, de fato, falam um dialeto distinto.[21] A autora problema-

tizou essa classificação das línguas Jê setentrionais e o "rótulo" Timbira, qualificado por ela como a perpetuação de "vacas sagradas" na antropologia, pelo fato de opor a língua falada pelos Apinajé da língua dos Mẽbêngôkre. Lea analisou dissertações e teses produzidas por linguistas sobre as línguas Jê com o objetivo de entender essa "quimera". Conforme a autora, "fiquei surpresa ao descobrir que os linguistas estão cientes da precariedade dessa dicotomia entre os Jê setentrionais, mas ninguém chega a desafiá-la de forma contundente".[22] Lea foi orientadora de dois pesquisadores que desenvolveram estudos antropológicos com os Apinajé e, a partir dessa experiência, percebeu a proximidade linguística dos Apinajé com os Mẽbêngôkre. Em 2008, ela viajou com sua orientanda Raquel Rocha para a Terra Indígena Apinayé, permanecendo três semanas na aldeia São José. Conforme Lea:

> A viagem aos Apinajé me possibilitou verificar de primeira mão sua proximidade aos Mebengokre em termos linguísticos, evidenciando que a consagrada classificação antropológica dos Apinajé junto aos Timbira, diferenciados dos Mebengokre, é uma ficção.[23]

A partir da comparação das línguas Apinajé, Krahô e Mẽbêngôkre, Lea concluiu que "é significativa a falta de relacionamento entre os Mẽbêngôkre e os Timbira", e que uma classificação legada pela história, dado o relativo isolamento dos Mẽbêngôkre perante os Apinajé e os Timbira, perpetuou-se "mais por inércia do que por sua relevância sócio-cultural e linguística".[24] Para ela, as pesquisas antropológicas evitaram o debate quanto às classificações dos Timbira propostas por Lowie e Nimuendajú, optando por adotá-la sem aprofundar a controvérsia.

Além disso, Lea traz para o debate a proposta de "uniformização da ortografia das línguas Timbira" levada a cabo pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), em parceria com a associação Wyty-Catë. Flávia Alves, que integrou esse projeto por anos, destacou a particularidade da língua Apinajé perante os povos Timbira. Segundo Alves:

> [...] as variantes dialetais de uma mesma língua precisam compartilhar (em sua forma e função), as categorias gramaticais, tais como pessoa, número, gênero, caso, tempo, aspecto, modo ou modalidade etc. Nesses termos, o Apinajé não pode ser considerado, ao lado do Krahô, Krĩkatí, Pykobjê, Parkatejê, Apãniekrá e Ramkokamekrá, um dialeto da língua Timbira (a evidência para

> essa consideração é que, embora a princípio pareça que o Apinajé se diferencie do Timbira apenas por aspectos que caracterizariam modos de realização das variantes de uma mesma língua, uma análise mais apurada mostra que o Apinajé não compartilha o mesmo sistema gramatical que o Timbira (com relação, por exemplo, à marcação de caso). Por isso, do ponto de vista da Linguística Descritiva, é preciso considerar o Apinajé e o Timbira como línguas diferentes.[25]

No entanto, Alves justifica a inserção dos Apinajé no projeto a partir da noção de "autodemarcação linguística", que considera fatores sociais e políticos.

De todo modo, é relevante ressaltar a distinção linguística entre os povos Timbira, Apinajé e Mẽbêngôkre, como forma de reconstituir as relações genéticas entre essas línguas e na constituição de hipóteses sobre as dinâmicas especificas da relação entre esses povos. Retomamos aqui as questões colocadas inicialmente por Urban, expostas anteriormente, que apontam para a compreensão das localizações geográficas e migrações dos povos indígenas a partir das inferências sobre suas filiações linguísticas, bem como sua profundidade cronológica através de estudos comparativos. Assim, Urban afirma, a partir de estudos glotocronológicos, que as diferenciações entre os diversos dialetos Timbira e os dialetos Kayapó teriam ocorridos provavelmente nos últimos 500 anos. Lembremos que as definições classificatórias postas acima aproximam as línguas Apinajé e Mẽbêngôkre, o que sugere uma separação posterior, ocorrida já em princípios da era colonial. Terence Turner, sobre os Kayapó, destaca que:

> Os Kayapó são um entre vários grupos intimamente correlacionados do tronco linguístico Jê setentrional. As estimativas glotocronológicas mais confiáveis situam sua separação dos Apinayé e Suyá, seus parentes Jê setentrionais mais próximos, há aproximadamente quatro séculos. O tronco ancestral Kayapó-Apinayé-Suyá parece ter se separado dos precursores dos grupos timbira orientais, tais como os Krahô, Krikati, Gavião e Ramkokamekra-Canela, uns cem anos antes disso.[26]

Na proposição apresentada por Turner, com base na análise de estudos glotocronológicos, a separação entre os Kayapó e os Apinajé teria ocorrido por volta de quatro séculos atrás, posteriormente a cisão destes (Jê setentrional Trans-Tocantins) dos Timbira. Turner sugere ainda que

esta separação entre Kayapó e Apinajé teria ocorrido na região norte do interflúvio Araguaia-Tocantins, território habitado atualmente pelos Apinajé. Segundo suas palavras:

> Relatos portugueses do século XIX falam de vários povos Jê distintos habitando a área entre o Tocantins e o Araguaia. A maior parte desses grupos pode ser identificada, por seus nomes, a grupos Timbira orientais existentes e aos Apinayé, mas um grande grupo, os "Nhyrykwaye", não tem nenhum cognato Timbira ou Apinayé contemporâneo. "Nhyrykwa" é uma expressão kayapó para "casa" que não parece ser utilizada por outros Jê setentrionais. É provável, portanto, que esses Nhyrykwaye fossem Kayapó. Há assim boas razões para aceitar as alegações da tradição kayapó de que essa área a leste do Araguaia e a oeste do Tocantins foi, de fato, o lugar onde os Kayapó surgiram como povo Jê distinto, onde se diferenciaram dos grupos Jê setentrionais aparentados, como os Apinayé, Suyá e Timbira. Pode ser que a área entre o Tocantins e o Araguaia seja o "espaço entre as águas" mencionado na autodesignação kayapó, "Mebengokre".[27]

Turner se equivoca ao afirmar que "Nhyrykwa" é uma expressão kayapó para "casa" que não parece ser utilizada por outros Jê setentrionais, pois essa é a mesma expressão utilizada pelos Apinajé. Mas supõe que a designação Mẽbêngôkre, ou "espaço entre as águas", refere-se a esta região entre os rios Araguaia e Tocantins. Como vimos anteriormente, existem similaridades entre as narrativas Apinajé e Kayapó, que reforçam essa proximidade. Conforme Turner, os Kayapó provavelmente se diferenciaram de outros grupos Jê setentrionais em algum momento do século XVI ou início do XVII e isso teria ocorrido ao longo do rio Tocantins, provavelmente na área entre o Tocantins e o Araguaia.

Assim, é possível observar que a análise dos estudos de linguística histórica possibilita o estabelecimento de hipóteses válidas para pensar os povos indígenas de maneira diacrônica. O seu método comparativo de investigação, tendo como base os registros históricos das línguas e sua atualidade, busca compreender suas relações genéticas com outras línguas, permitindo fazer inferências sobre a sua cultura material e imaterial, sobre sua localização geográfica e os processos migratórios decorrentes da cisão de grupos em um passado remoto.[28] Assim, as investigações de linguística histórica dos povos Jê setentrionais permitem refletir sobre as relações estabelecidas entre os Apinajé e seus vizinhos, sobre processos

de cisão, além de um olhar sobre seu território. Mas além dessas linhas de investigação, as evidências arqueológicas também permitem pensar as conjunturas territoriais dos povos indígenas.

2.3 As evidências arqueológicas no "Bico do Papagaio"

Nimuendajú afirmou que os Apinajé faziam uso de fragmentos cerâmicos encontrados na bacia do rio Araguaia, próximos a confluência com o rio Tocantins. Ele concluiu que a região onde os Apinajé se encontravam naquele momento havia sido ocupada por outras populações. Segundo Nimuendajú:

> Todos os Apinayé, porém, são unânimes em afirmar que, em determinado lugar, a Noroeste da aldeia de Gato Preto, encontram-se muitos fragmentos de louça, alguns com ornamentos plásticos, à superfície da terra, prova de que, pelo menos de passagem, este lugar foi povoado por índios de outra cultura. Ocasionalmente, os atuais Apinayé, se utilizam desses fragmentos para a fabricação das suas rodas de fuso.[29]

Nimuendajú afirma que as rodelas de fuso estariam associadas à outros povos que habitavam anteriormente a região. Rodelas de fuso aparecem nos vestígios arqueológicos do baixo Araguaia e médio-baixo Tocantins, onde estão identificados sítios Tupiguarani. Instrumentos como estes, no entanto, foram também identificados em sítios da tradição ceramista Aratu. Longe de propor hipóteses consistentes sobre essas relações, cabe mencionar as informações trazidas por Nimuendajú, na década de 1930, como pistas possíveis para se pensar os registros arqueológicos.

Figura 9: Rodelas de fuso escavadas no âmbito das pesquisas da Linha de Transmissão Tucuruí-Açailândia[30]

Na região do baixo curso do rio Araguaia, o estudo de impacto ambiental elaborado em virtude do projeto de construção da Hidrelétrica de Santa Isabel no rio Araguaia[31] analisou, a partir do estudo bibliográfico e de inspeção arqueológica, 175 sítios na área de influência direta do empreendimento. O relatório apontou que a maioria se constituía de sítios cerâmicos pré-coloniais à céu aberto e apresentam características ligadas à tradição policrômica da Amazônia e a tradição Tupiguarani. Segundo o relatório:

> A cerâmica com decoração plástica, encontrada nos sítios onde os Apinayé buscavam fragmentos para confeccionar suas rodelas de fuso, pode tanto estar filiada às tradições amazônicas, quanto à tradição tupiguarani. Tendo em vista as incursões dos Apinayé às localidades ocupadas pelas populações de língua Tupi, é bem possível que os referidos fragmentos viessem de sítios arqueológicos tupiguarani, os quais [...] são abundantes na margem paraense do Araguaia e nas margens paraenses do Tocantins, abaixo da confluência com o Araguaia. Apenas pesquisas arqueológicas na área podem elucidar a questão. Afinal, a área de confluência entre os rios Araguaia e Tocantins situa-se numa zona de transição entre os ambientes da floresta amazônica e do cerrado.[32]

Segundo o estudo, as margens dos rios Araguaia e Tocantins na região do Bico do Papagaio está repleta de sítios ligados à tradição Tupi-guarani, indicando a possibilidade de que uma antiga ocupação Tupi da região. Os sítios possuem forte interligação com outros localizados próximos à região de confluência entre os rios Araguaia e Tocantins, devido – entre outras coisas – a proximidade física entre eles.[33] Estes locais seriam onde os Apinajé realizariam a coleta das rodelas de fuso, confeccionadas para fins rituais.

Muitos objetos registrados por Nimuendajú estavam vinculados ao ritual de iniciação dos novos guerreiros, chamado de *Pempkaàg*.[34] Por meio da confecção de varas de fuso (com a palmeira da buritirana), os jovens guerreiros, participantes do ritual do *pempkaàg*, convidavam as parentes de sua metade cerimonial para confeccionar os enfeites de algodão para o final da festa.

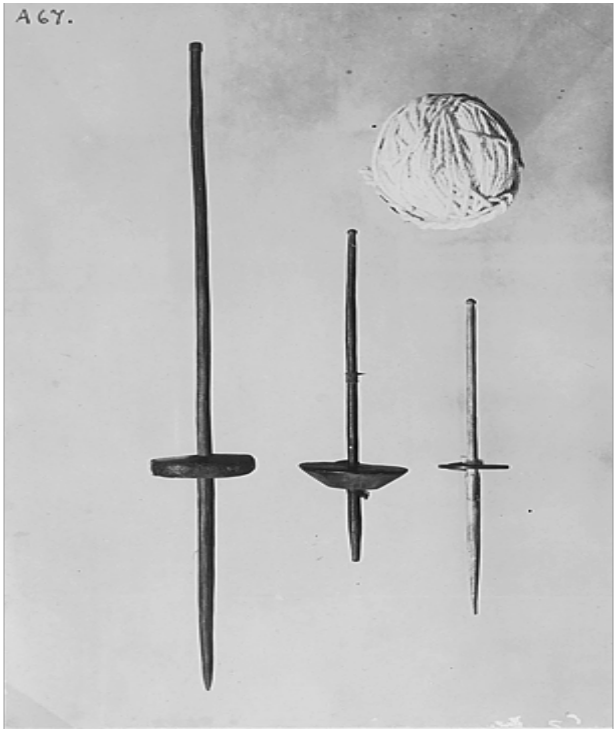


Figura 10: *Novelo de lã, varetas e fuso*[35]

As varetas do fuso eram confeccionadas pelas mulheres que preparavam os enfeites. As rodelas eram feitas de "cacos de barro encontrados nas taperas dos antigos pré-Apinayé da região".[36] Outras eram feitas de madeiras ou mesmo de moedas de cobre furadas.

As regiões à noroeste da aldeia Gato Preto estão localizadas na sub-bacia do rio Araguaia e foram ocupadas pelos Apinajé pelo menos entre os séculos XVIII e XIX. Conforme indicado nas pesquisas arqueológicas do baixo Araguaia, esses fragmentos de cerâmica decorados e utilizados por eles estão provavelmente associados à povos ligados a tradição arqueológica Tupiguarani.[37]

Evidências arqueológicas[38] sugerem que o extremo norte do interflúvio Araguaia-Tocantins estava ocupado por povos vinculados a essa tradição arqueológica à época da invasão europeia da América. Almeida e Neves falam que muitos sítios da tradição ceramista arqueológica Tupiguarani[39] foram encontrados nos cursos médio e baixo do rio Tocantins. No entanto, as investigações arqueológicas concentraram-se, até o momento, principalmente nas margens dos grandes rios. Isso pode ser um dos motivos pelos quais os dados sobre os povos Jê setentrionais são pouco abundantes na região norte do interflúvio Araguaia-Tocantins.

Como retratado no mapa etno-histórico de Nimuendajú, os dados históricos existentes indicam que, no mínimo, a partir do século XVIII, os Jê setentrionais ocuparam não só a região de confluência dos rios Araguaia-Tocantins, mas adentrando no bioma amazônico, ocuparam áreas do baixo Tocantins (margem direita) e do interflúvio Tocantins-Xingu. Esse processo indica a ocorrência de uma intensa dinâmica de deslocamento dos povos nessa região. Teriam os grupos Jê ocupado a região dominada pelos povos Tupi antes ou depois da chegada dos não indígenas à região? Como podemos compreender essa dinâmica de movimentação de povos hoje ocupada pelos Apinajé?

Os grupos histórica e etnograficamente relacionados aos povos falantes do tronco linguístico Macro-Jê, de língua Jê (central e setentrional), entre os quais estão incluídos os Apinajé, são genericamente relacionados à tradição ceramista arqueológicas Aratu, presentes na bacia do médio rio Tocantins.[40] Segundo Wüst e Barreto,[41] a tradição Aratu está relacionada às grandes aldeias circulares evidenciadas pela deposição de material cerâmico com características específicas em determinados sítios arqueológicos.

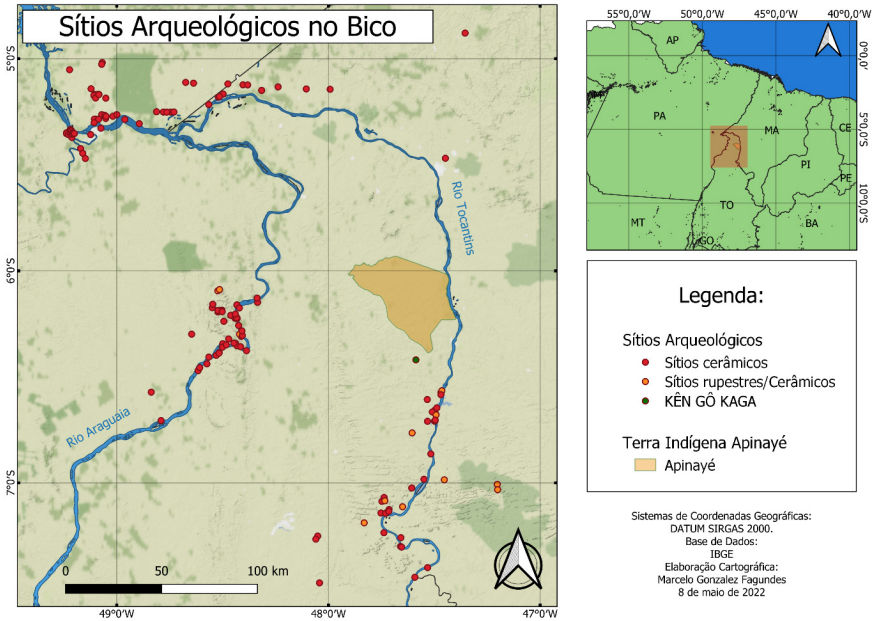
Por volta do século IX da Era Comum (EC), distintos grupos oriundos do Nordeste e da Amazônia migram para o Brasil central. Os primeiros que chegaram foram associados à tradição ceramista Aratu provenientes do leste. A área de abrangência da tradição Aratu cobria regiões à oeste dos atuais estados de Alagoas, Bahia e Minas Gerais, com evidências também no centro do Mato Grosso do Sul. O sítio mais setentrional dessa tradição, localizada até o momento, encontra-se no médio Tocantins.[42]

No entanto, como nos lembra Wüst, não existe uma correlação simplista entre cultura material e grupos étnicos. Pensar essa relação significa considerar "processos que envolvem continuidades, rupturas, manutenção ou abandono de tradições e/ou fronteiras estilísticas".[43] Ela afirma ainda que uma associação entre grupos etnográficos e cultura material necessita de uma comprovação de continuidade entre atualidade etnográfica e o passado arqueológico. As tradições ceramistas podem estar relacionadas a povos que se consideram pertencentes a uma mesma sociedade. Os povos indígenas atuais podem ser resultado de fusões étnicas e culturais, antes e depois do século XVI, de modo que não devem ser consideradas de forma homogênea. Esses povos sofreram mudanças culturais significativas após o contato com os europeus, "de modo que o presente etnográfico não deverá ser projetado de forma simplista para o passado".[44] Morales ressalta que o conceito de tradição arqueológica "oferece contornos definidos e estanques para grupos sociais que certamente apresentavam variâncias culturais, linguísticas e cosmológicas".[45] No entanto, seu uso auxilia na contextualização das características regionais das tradições ceramistas do Brasil central.

Na tentativa de compreender a dinâmica do processo de interação entre os povos indígenas em período anterior à invasão europeia é necessário, como mencionou Wüst, ter em mente que as categorias de identificação étnica diferiam do contexto etnográfico e linguístico atual. Ao confrontar as evidências arqueológicas, aos demais dados etno-históricos, é possível constatar que o extremo norte do interflúvio Araguaia e Tocantins se caracterizava por uma zona de confluência entre os povos falantes do Tupi-guarani e das línguas Jê setentrionais. Essa região de confluência de dois grandes rios, que ligam a foz do Amazonas ao Brasil central, representa um canal de interação, de comunicação, de conflito, de deslocamento e de migração. Além de se constituir como uma zona de

movimentação de população, também é uma zona de transição entre os biomas amazônico e cerrado.

Para pensar as relações possíveis entre as evidências arqueológicas e a ocupação Apinajé na região de confluência dos rios Araguaia e Tocantins é necessário observar um contexto mais amplo das pesquisas na bacia do rio Tocantins. Como já mencionado, estudos recentes indicam que o Bico do Papagaio estaria ocupado por povos ligados aos sítios cerâmicos de tradição Tupiguarani. O sudeste amazônico, designação que inclui os médios e baixos cursos dos rios Xingu e Tocantins, áreas de interflúvio e o entorno desses rios, possui grande variedade linguística Tupi-guarani e uma imensa variedade arqueológica, com datações que vão do início da Era Comum ao século XVIII para as ocupações ceramistas da região.



Mapa 4: Sítios arqueológicos no norte do interflúvio Araguaia-Tocantins

A presença da tradição arqueológica Tupiguarani na Amazônia foi identificada inicialmente nos estudos arqueológicos no sul e sudeste do Pará. Em 1963 o antropólogo Protásio Frikel, do Museu Paraense Emílio Goeldi, realizou pesquisas entre os Xikrin do alto rio Itacaiúnas e coletou vestígios cerâmicos próximos as suas antigas aldeias. Posterior-

mente, esse material cerâmico foi relacionado à tradição Tupiguarani da Amazônia, em sua fase Itacaiúnas. Nos anos de 1970, as primeiras pesquisas sistemáticas na região sudeste do Pará foram realizadas inicialmente no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA) e depois através do salvamento de sítios arqueológicos localizados na área de inundação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Na bacia dos rios Itacaiúnas e Parauapebas, sítios arqueológicos ameaçados de destruição pelas atividades de mineração foram pesquisados e de lá foram coletados vestígios cerâmicos cujas características permitiram agrupá-lo em três fases distintas: Tauari, Tucuruí e Tauá. As características consideradas para a cerâmica desses sítios apresentam traços comuns à fase Itacaiúnas que, por sua vez, apresenta uma série de características comuns com a tradição Tupiguarani, com datações que vão do início da Era Comum ao século XVIII.[46]

As investigações arqueológicas mais recentes no médio curso do rio Tocantins e no baixo Araguaia são fruto, em sua maioria, de programas que se caracterizam por investigações de salvamento de sítios arqueológicos em função da implantação de projetos de infraestrutura. Silveira[47] que pesquisou a região de Salobo, na bacia do rio Paraupebas, no sudeste do Pará, dividiu as evidências arqueológicas em diferentes períodos. O último período qualificado de período tardio foi por sua vez dividido em pré-colonial (500 EC a 1500 EC), em que se verifica uma maior quantidade de sítios, e colonial (1500 EC a 1800 EC) em que se observa uma redução no número de assentamentos. Os autores argumentam que:

> [...] entre os séculos XVII e XIX, por pressão do colonizador europeu, várias etnias do tronco linguístico Jê rumaram para o interior do país em busca de segurança. Neste processo entraram em conflito com as populações anteriormente estabelecidas e acabaram por impor o êxodo que eles mesmos sofriam a outros grupos. Na região estudada os Xikrin entraram em conflito com vários grupos do tronco linguístico Tupi.[48]

Conforme o estudo, a cerâmica desse período tardio estaria diretamente relacionada à tradição ceramista tupiguarani, de fase Itacaiúnas. Mas como evidenciado acima, a migração Jê para o interior do bioma amazônico gerou um conflito que teria expulsado os povos Tupi da região. Como exemplo dessas interações entre os Jê e os Tupi na Amazônia

temos as relações conflituosas entre os Mẽbêngôkre (Kayapó) e os Tapirapé, este último de língua Tupi.

Na margem direita do Tocantins, acima e abaixo da confluência, também foram realizados estudos de salvamento arqueológico. Segundo Almeida e Neves, os dados arqueológicos mais recentes do baixo curso dos rios Tocantins e Xingu, assim como da região de interflúvio destes rios deixam claro que grupos Tupi habitavam a região centenas de anos antes da chegada dos portugueses. Para os autores:

> A etnografia, a etno-história e a arqueologia atestam a existência de um grande número de grupos falantes de línguas tupi-guarani no sudeste da Amazônia. A cerâmica desses grupos está relacionada à Subtradição Tupinambá da Amazônia. [...] os Tupi-Guarani também ocupavam grandes áreas do sudeste amazônico antes do início da colonização europeia. As datações arqueológicas para os Tupinambá da Amazônia têm grande consistência a partir do século III d.C [EC], [...] na milenar ocupação do sudeste amazônico os inúmeros grupos de língua tupi-guarani passaram por diversos processos e eventos contingenciais, incluindo a interação com os mais diferentes grupos de entorno (e.g. Arawaks e Caribes do Xingu, Timbira do Maranhão e os Jê do Brasil Central).[49]

Almeida e Neves indicam a possibilidade de que amplas áreas dessa região já estivessem ocupadas por falante da língua tupi-guarani já por volta do ano 1000 da Era Comum. Essas ocupações são classificadas como subtradição Tupinambá da Amazônia, distinguindo-se das subtradições Guarani e Tupinambá da Mata Atlântica. Segundos os autores, longe de ser homogênea, essa subtradição abrange os subconjuntos linguísticos dos dialetos Tenetehara (no Maranhão) e dialetos Tapirapé (no Pará).[50] Essas áreas habitadas pelos Tupi na Amazônia oriental geralmente caracterizavam-se pela presença de sítios em terra firme, distante dos grandes rios.[51] Datações indicam que os sítios foram ocupados e reocupados em distintos momentos, o que estaria em consonância com os dados etnográficos sobre os Araweté, Assurini, Parakanã e Urubu-Ka'apor, que possuem uma sazonalidade nos padrões de assentamento com o reaproveitamento de regiões anteriormente ocupadas. Além disso, a dispersão aleatória do material no sítio, em oposição ao padrão circular de dispersão nos sítios do Brasil central, poderia estar relacionada à indicação etnográfica do caráter "aleatório e desordenado" das moradias entre os Tupi.[52]

No sítio Cavalo Branco, pesquisado por Almeida,[53] localizado a 15 km da margem direita do rio Tocantins, na latitude da cidade de Marabá, foram realizadas datações que levaram o pesquisador a afirmar que os Tupi já se encontravam no médio e baixo Tocantins, no entorno da atual cidade de Marabá, mil anos antes da chegada dos europeus, e que a partir dessa região teriam se expandido para o norte e o sul da região de confluência dos rios Tocantins e Araguaia. Segundo Almeida, essa expansão dos Tupi pela bacia do rio Tocantins teria alcançado inclusive regiões do Brasil central. No entanto, não está claro se esses vestígios significarem ocupações Tupi ou seriam remanescentes de processos de interação.[54] Nestes sítios Tupi da margem direita do baixo Tocantins, foram encontrados diversas rodelas de fuso, podendo ser esta região uma das quais eram frequentadas pelos Apinajé e de onde teriam coletado os fusos encontrados por Nimuendajú.

No médio curso do rio Tocantins, na região de investigação arqueológica mais próxima da área onde se localizam os Apinajé atualmente, o Programa SALTESTREITO (Usina Hidrelétrica do Estreito/MA) realizou o resgate de vestígios pré-coloniais e históricos em que foram localizados 75 sítios arqueológicos nas áreas atingidas pela barragem. A investigação revelou vestígios culturais de povos habitantes do médio curso do rio Tocantins que se constituíam de vestígios líticos, como machados polidos e pontas de projétil triangulares, entre outros cerâmicos, como urnas funerárias, peças de uso doméstico, pingentes, fusos e cachimbos.[55]

Entre os sítios investigados no Abrigo Santa Helena foram encontradas urnas funerárias com vestígios ósseos de oito pessoas. O sítio estava localizado em uma ilha, denominada Ilha dos Campos, na calha principal do rio Tocantins. Foram recolhidos materiais para análise futura de radiocarbono, no entanto, ainda não se tem uma datação dessas amostras. Em uma dessas urnas funerárias, a mandíbula de um esqueleto humano encontrado apresentava pequenas depressões simétricas na zona do queixo que, segundo a pesquisa, devem ter sido feitas em vida e podem ter relação com o uso do adorno tembetá. Em outro crânio, há um adorno no queixo denominado de tembetá. Os autores[56] afirmam que a presença desses adornos levanta fortes suspeitas de que são urnas usadas por povos indígenas associadas aos falantes Tupi-Guarani, uma vez que os tembetás seriam artefatos amplamente relacionados a sítios Tupi. Conforme o estudo:

Em face das condições de enterramento funerário, partindo do fato de que nenhum grupo indígena atual da região tem a prática de enterrar seus mortos em urnas funerárias, constata-se que as urnas encontradas são muito antigas, pertenciam a grupos pré-coloniais. Os adornos tembetá encontrados junto aos restos mortais configuram características rituais de povos antigos, provavelmente de famílias Tupi-Guarani.[57]

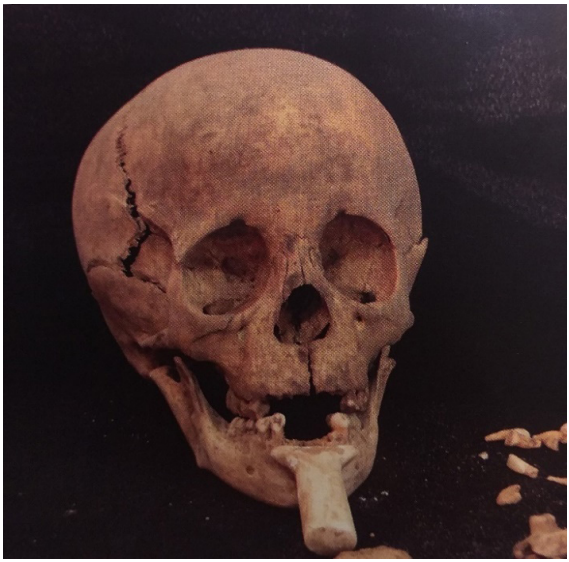


Figura 11: Crânio com adorno Tembetá[58]

O estudo de Prado analisa o uso do tembetá a partir da literatura etnográfica e informa "verificamos que a maioria de grupos indígenas que usa ou usaram o 'tembetá' não é tupí; é bem possível pois que os tupís o tenham tomado de empréstimo a outros grupos".[59] O estudo aponta que a maior incidência do uso do tembetá se dá entre os indígenas Jê centrais e setentrionais, incluindo os Apinajé, localizados na bacia dos rios Araguaia e Tocantins.[60] Nimuendajú, em carta de 1930, informou a Carlos Estevão de Oliveira que os Apinajé haviam dado a ele um "tembetá de pedra", além de outros objetos.[61] Esses dados nos levam a refletir sobre aspectos da cultura material dos povos Jê e suas interações com os Tupi.

No entanto, a análise da cerâmica da urna funerária não apontou uma tradição ceramista para sua origem. Afirma, porém, que "as urnas, no que diz respeito à forma, ao tamanho, ao material de construção e à ausência de pinturas, são muito semelhantes".[62]

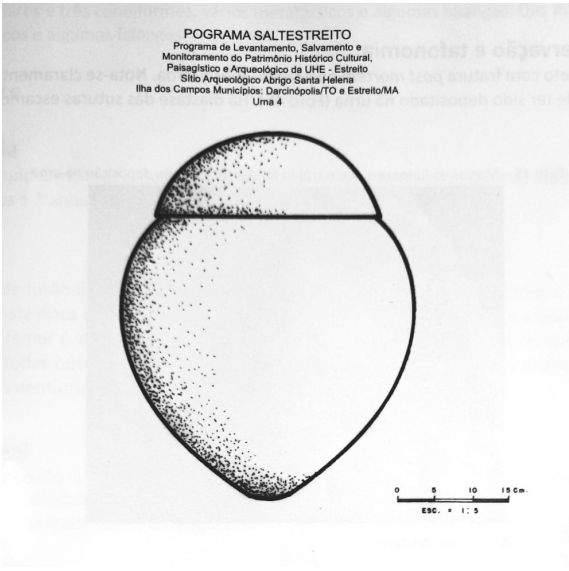


Figura 12: Urna funerária encontrada no abrigo Santa Helena[63]

Apesar do estudo não ser conclusivo sobre a tradição ceramista associada às urnas funerárias, pode-se concluir – pelo demais dados levantados nesta pesquisa – que a presença de povos falantes Tupi-Guarani na região do Bico do Papagaio estava bastante disseminada no início da era colonial. Essas considerações nos auxiliam na compreensão das conjunturas da presença dos falantes de língua Tupi no interflúvio Araguaia-Tocantins, nas interações dessas populações com os povos Jê setentrionais e na configuração de uma cronologia da expansão Jê para a Amazônia. Futuras pesquisas arqueológicas poderão trazer novos elementos para compreender a dinâmica Tupi-Jê na região norte do interflúvio Araguaia-Tocantins.

No entanto, para refletir sobre essas relações é preciso considerar alguns aspectos da cultura material dos povos Jê e da localização e cronologia dos sítios arqueológicos nessa região. A reprodução de padrões culturais dos povos Jê contemporâneos na compreensão das sociedades mais antigas pode dificultar o entendimento dessas interações. No *Handbook of South American Indians*, Michael Lowie apresentou os povos Jê como "tribos marginais". Ao indicar informações sobre a arqueologia, Lowie destaca a existência de restos cerâmicos nas áreas habitadas pelos Apinajé

e pelos Kayapó e conclui que: "Em suma, uma grande área foi em um período habitada por ceramistas, i.e., por não-Ge" (tradução do autor).[64] Lowie prossegue afirmando ainda que:

> Nimuendajú conjectura que na área do histórico Cayapo, que provavelmente se espalhou desde as estepes do sul, os povos ceramistas ocuparam maciçamente a região da floresta, mas depois sucumbiram aos Cayapo. [...] As diversas tribos Tupi [...] entraram no território de canoa e, graças à destreza dos barqueiros e à falta de canoas dos Cayapo, conseguiram se manter no período histórico (tradução do autor).[65]

Nesta outra afirmação, Lowie argumenta que os ceramistas Tupi se mantiveram por longo período nas áreas de floresta, antes da expansão Kayapó, graças aos seus conhecimentos de canoagem. Lowie distingue os povos falantes de língua Tupi e Jê com relação a sua cultura material. Os Tupi, canoeiros e ceramistas, representavam povos mais avançados tecnologicamente que as "tribos marginais", falantes da língua Jê. Esse apontamento da inexistência de cerâmica entre os povos Jê demonstra a constatação de uma realidade referente ao "presente etnográfico" e foi amplamente difundida na etnologia. No entanto, a associação dos Jê como povos não-cerâmicos e não-navegadores parece não ter correspondência nas evidências arqueológicas e mesmo na documentação colonial, que demonstra, de maneira inequívoca, que os Apinajé foram exímios navegadores.

Diversos arqueólogos[66] apontam para a possibilidade de correlação de sítios arqueológicos de tradição ceramista Aratu como povos de família linguística Jê. Esses sítios apresentam material cerâmico de características particulares.[67]

No Brasil central, as primeiras pesquisas arqueológicas sistemáticas foram realizadas, em 1972, através do Programa Arqueológico de Goiás, cujo objetivo era a identificação extensiva de sítios, realizando a classificação dos materiais associados e a elaboração de um quadro cronológico da ocupação humana pré-colonial. Segundo Wüst, esses estudos voltados para a classificação do material arqueológico em fases e tradições não estavam preocupados com a estrutura e dinâmica dos sistemas socioculturais. A partir da década de 1980, Wüst realizou pesquisas com propostas teórico-metodológicas relacionadas às questões antropológicas, em que,

através de análises espaciais na distribuição dos sítios e recursos na paisagem, estabelece hipóteses sobre a ocupação humana da região.[68]

As evidências da presença humana no Brasil central remontam a 11 mil anos A.P. (9.000 AEC) com grupos de caçadores e coletores. Os sítios pré-cerâmicos identificados em diferentes locais do Brasil central foram atribuídos à tradição Itaparica. Acredita-se que estes grupos tenham permanecido em ambientes de cerrado e caatinga até o advento dos horticultores. "A transição para o uso das plantas cultivadas ainda é pouco conhecida e não está necessariamente associada ao aparecimento da cerâmica".[69]

O surgimento da cerâmica no município de Monte do Carmo (TO) remonta a 2400 A.P. (400 AEC), mas as primeiras evidências às práticas agrícolas aparecem na região de Serranópolis somente 1100 A.P. (950 EC). Estes eram grupos associados à tradição Una, que habitavam abrigos de rocha e permaneceram "durante alguns séculos à margem dos territórios daqueles grupos que começam a estabelecer grandes aldeias circulares ou lineares".[70] Na Tradição Una, "os recipientes cerâmicos são pouco volumosos e raramente decorados, mas apresentam acabamento cuidadoso. Entre as principais plantas cultivadas encontram-se milho, cabaça, amendoim, abóbora e algodão".[71] A Tradição Una engloba uma série de manifestações locais distintas: a fase Palma, Jaborandi, Jataí e Pindorama. Esta última, no centro-leste do atual estado do Tocantins. Em abrigos localizados em Monte do Carmo (TO) foram encontrados sepultamentos secundários em covas coletivas e individuais, sem acompanhamento funerário. Estes sítios foram pesquisados por Barbosa e outros pesquisadores que associam os seus achados aos povos indígenas de língua Jê. Segundo os autores:

> Quando buscamos relacionar os nossos achados com populações indígenas históricas, naturalmente pensamos nos sítios que estão colocados na parte mais recente de nossa sequência, uma vez que os mais antigos já estão muito afastados no tempo para tal comparação. Dois grupos do tronco linguístico Gê moravam na área, quando os brancos o invadiram em busca de ouro: os Akroá, posteriormente aldeados no Duro e em Mossâmedes e atualmente extintos; e os Xerente, que ainda sobrevivem na proximidade da desembocadura do rio do Sono no Tocantins, ao norte da área de nossa pesquisa. Ambos os grupos são de uma mesma das grandes repartições linguísticos do

tronco Gê, sendo atribuídos às línguas do leste por Loukotka (1968:81, 83), às línguas do Centro por Nimuendajú (1942:1).[72]

No entanto, segundo Wüst, ainda é difícil avaliar a relação entre as sociedades vinculadas às Tradições Una e Aratu. Nestas regiões do Brasil central, a maioria dos sítios cerâmicos são aldeias com unidades residenciais dispostas de maneira circular com uma praça central. Arqueologicamente, as aldeias circulares são facilmente identificadas pela concentração de material cerâmico. Essas aldeias circulares apareceram no Brasil central a partir do século IX da Era Comum e foram classificadas em duas tradições cerâmicas principais: Aratu e Uru.[73]

O primeiro a associar a tradição cerâmica Aratu aos povos falantes de língua Jê foi Brochado.[74] Segundo ele, a expansão dessa tradição "começada antes do A.D. 700 [EC], claramente representa a expansão colonizadora dos Gê propriamente ditos e dos Cariri".[75] Wüst e Barreto[76] defendem o argumento que esses assentamentos representavam uma solução local para fatores históricos e circunstanciais, como repentinas mudanças demográficas e por necessidades defensivas. A pesquisa de Wüst e Barreto indica que esses assentamentos anulares chegavam a medir até 500 m de diâmetro, algumas com 90 unidades residenciais e uma população estimada de 2 mil pessoas.

Figura 13: Machado semilunar, tembetá de quartzo e rodela de fuso encontrados em sítios arqueológicos associados à tradição Aratu.[77]

Os autores afirmam que a ideia de que as aldeias circulares do Brasil central representavam sociedades "marginais" caracterizadas por caçadores e coletores, organizados em pequenos grupos seminômades persistiu por muito tempo. A visão de arqueólogos e etnógrafos dos povos Jê do Brasil central como marginais era amparada na ideia da existência de uma cultura material pouco desenvolvida. No entanto, os dados arqueológicos sugerem que as aldeias circulares, existentes antes da invasão europeia, eram mais populosas e numerosas do que aquelas descritas etnograficamente.[78] Além disso, supõe-se que as aldeias circulares surgiram devido a pressões demográficas, interação com grupos vizinhos e necessidade de defesa. O declínio dessas sociedades parece haver ocorrido antes mesmo da chegada dos europeus na América. Wüst nos alerta que é importante para a compreensão do contexto etnográfico e arqueológico da região observar as relações entre as tradições Tupiguarani e Aratu.

No curso médio do Tocantins, existem mais de 200 sítios arqueológicos registrados. Na serra do Lajeado, à margem direita do rio, foram identificados 36 sítios rupestres e sete sítios cerâmicos a partir das pesquisas realizadas no programa de resgate arqueológico da barragem Luís Eduardo Magalhães. Os sítios cerâmicos, geralmente à céu aberto, estão relacionados a quatro tradições ceramistas pré-coloniais: Una, Uru, Aratu e Tupi-guarani. Robrah-González e De Blasis argumentam que:

> A Amazônia constituiu, aliás, umas das regiões que apresenta as datações mais antigas da América para sítios cerâmicos e, justamente, na região em que desemboca o Tocantins. [...] Dentro desta discussão, o médio Tocantins aparece como porção intermediária entre os planaltos orientais mais áridos da Bahia e norte de Minas, o planalto central propriamente dito (sobretudo Goiás e Mato Grosso, que parecem ter constituído uma área nuclear de desenvolvimento de vários grupos ceramistas), a região xinguana e o médio Araguaia e, por fim, a Amazônia. De fato a calha do Tocantins, com suas planícies inundáveis e várzeas férteis, pode ter constituído um dos eixos de penetração para grupos ceramistas provenientes da Amazônia e do nordeste, em época mais recente.[79]

Nota-se a confluência das considerações sobre a utilização do rio Tocantins como eixo de ligação entre a Amazônia e o Brasil central. Nestas pesquisas na Serra do Lajeado, os sítios cerâmicos foram localizados fora da área de influência direta da barragem, a mais de 700 metros da calha do

rio Tocantins. Foram visitadas três aldeias referentes aos sítios Lajeado 5, 15 e 19. Conforme a informação dos moradores locais, uma correspondia a uma aldeia Krahô e outra, a uma aldeia Xerente. "Abriam-se, assim, novas perspectivas de pesquisa, no campo da Etnohistória e da Etnoarqueologia".[80] Os sítios cerâmicos identificados foram divididos em sítios a céu aberto e sítios em abrigo. Os sítios a céu aberto localizavam-se distantes do rio Tocantins e próximos (menos de 100 metros) a rios ou córregos menores. Essa forma de assentamento corresponde ao padrão utilizado pelos povos Jê setentrionais e centrais.

Nas pesquisas arqueológicas realizadas na Serra do Lajeado, coordenados por De Blasis e Robrahn-Gonzalez, foram feitos estudos etnoarqueológicos com os Xerente – povo Jê central –, procurando pensar aspectos da cultura material desse povo e as relações que poderiam apresentar com a deposição dos vestígios arqueológicos.[81] Nesse contexto de investigação, De Blasis afirmou que:

> Como pano de fundo, havia uma questão de amplo espectro calcada na relação – consistente, mas ainda fragilmente documentada – entre as características arqueológicas das aldeais de grupos ceramistas do planalto central brasileiro genericamente designados como "Tradição Aratu" e "Tradição Uru" (presentes também na bacia do médio Tocantins, nossa região de pesquisa), com os grupos histórica e etnograficamente conhecidos como falantes de idiomas do tronco linguístico Jê.[82]

Para ele, a pesquisa de Moi apresentava um desafio, uma vez que "a produção cerâmica não mais fazia parte das atividades cotidianas do grupo".[83] Em suas considerações sobre os Xerente, Moi destacou que, entre os Jê, "atividades desenvolvidas por centenas de anos, como a confecção de cerâmica e o trabalho com a pedra, largamente encontrados em sítios arqueológicos, foram sendo substituídos a partir dos primeiros contatos com o 'branco'".[84]

Essas afirmações nos fazem refletir sobre a persistência de olhares equivocados sobre a cultura material dos Jê em uma perspectiva diacrônica. O olhar sobre os Jê do "presente" sedimentou uma característica que não corresponde à realidade quando procuramos analisar esses povos nas suas transformações através do tempo. Por essa razão, a investigação proposta por Moi deveria considerar também a cultura material

dos Xerente através do tempo e não apenas no presente, em que – como aponta a autora – "profundas alterações foram verificadas não só no que se refere à confecção de objetos tradicionais [...] como também no que se refere ao significado que é atribuído a esses mesmos objetos".[85]

Como reflete o estudo de Moi, o contato com a sociedade não indígena promoveu alterações em muitos aspectos das culturas materiais dos povos indígenas. Devemos considerar, assim, a possibilidade de que os registros arqueológicos não apresentem as mesmas características trazidas pelos estudos etnográficos. Através do olhar sobre as fontes etno-históricas podemos apontar traços dessas mudanças, que obviamente não representam uma constante.

Um exemplo dessa reflexão diz respeito ao uso de canoas pelos povos Jê e, especificamente, pelos Apinajé. Os dados etno-históricos são categóricos em afirmar que os Apinajé eram hábeis navegadores, chegando a exercer certo controle sobre os rios Tocantins e Araguaia. Eles navegavam grandes distâncias para guerrear ou fazer comércio, chegando inclusive à foz do Tocantins. Atualmente, os Apinajé não utilizam mais os grandes rios para a navegação, não produzem mais suas canoas e raramente se aventuram em pescarias pelo rio Tocantins. Como veremos no próximo capítulo, Nimuendajú atribui essa prática ao contato com os Karajá. Além disso, o aumento da pressão das forças coloniais para utilizarem os rios para navegação afastou os Apinajé do curso dos grandes rios e pode ter sido a causa do desuso dessa prática cultural.

A partir desse complexo cenário de interações entre distintas sociedades relacionadas aos povos falantes de língua Jê e Tupi, observadas através das evidências arqueológicas e associadas as informações presentes nos registros coloniais, percebemos a conjuntura de expansão Jê pela bacia do rio Tocantins e entrada desses povos no bioma amazônico. Como veremos adiante, esse processo de expansão dos Jê setentrionais para áreas antes ocupadas por povos Tupi está relacionado a migração dos povos Kayapó rumo às florestas de terra firme amazônica.[86] Garcia sugere que "podemos pensar que os conflitos entre as populações Tupi-Guarani e os Jê setentrionais são mais antigos do que os registros históricos apontam".[87]

Entretanto, a despeito das evidências arqueológicas da tradição Tupi-Guarani, novas pesquisas arqueológicas sobre os povos Jê setentrio-

nais poderiam ampliar os conhecimentos sobre essas interações, deslocamentos e conflitos. Futuras pesquisas arqueológicas voltadas para a presença Jê na região do interflúvio Araguaia-Tocantins poderiam explorar elementos da cultura material desses povos, empréstimos decorrentes das interações interétnicas ou mesmo as evidências da presença de aldeias circulares, comumente associadas aos povos Jê. Poderiam ser pensadas estratégias metodológicas que consideram os conhecimentos dos povos indígenas contemporâneos sobre seu território e seu passado, e suas formas próprias de compreensão do mundo.[88] Essas experiências de arqueologia colaborativa ainda não se constituíram entre os povos indígenas do Tocantins.[89]

Os registros linguísticos e etnográficos apontam para uma origem comum entre os povos Kayapó e Apinajé e indicam que uma cisão entre eles poderia ter ocorrido há mais ou menos cinco séculos, na região do interflúvio Araguaia-Tocantins, onde hoje estão localizados os Apinajé. As fontes etno-históricas, por sua vez, indicam a possibilidade da presença dos povos Jê setentrionais, nas margens direita do Araguaia, já no princípio do século XVII. Mesmo neste momento, povos de língua Tupi permaneciam no interior do interflúvio Araguaia-Tocantins.

3. Território e mobilidade

Os etnônimos utilizados para identificar os povos mencionados nos documentos escritos variam bastante e devem ser observados com cautela. Por isso, busco analisar esses distintos etnônimos e problematizar a identificação dos Jê setentrionais nas fontes. A reconstituição e espacialização destes povos, nos primeiros séculos após a invasão, sugerem hipóteses acerca dos deslocamentos, migrações e interações entre os distintos povos indígenas. Considero fundamental o afastamento de uma espécie de essencialismo étnico, em que os Apinajé seriam vistos como grupo homogêneo e anacrônico.

Neste capítulo, analiso documentos escritos, produzidos entre os séculos XVII e XIX, procurando perceber a dinâmica do processo de ocupação dos Jê setentrionais no interflúvio e a distinção entre os falantes da língua Apinajé. Observo, assim, um quadro mais amplo a partir da perspectiva de uma história Jê setentrional integrada – e aqui evidenciando a distintividade dos povos que estavam na região de interflúvio Araguaia-Tocantins, ou mesmo na margem esquerda do Araguaia.

Uma análise mais acurada das crônicas produzidas neste período permite levantar hipóteses sobre a espacialidade dos povos Jê setentrionais. Na leitura dessas fontes é necessário considerar alguns fatores, como elementos culturais, localização geográfica e filiações linguísticas. Observando esses aspectos, busco espacializar os povos Jê setentrionais, identificando, sempre que possível, a distintividade dos falantes de língua Apinajé.

Karasch[1] elaborou uma tabela com os etnônimos dos povos indígenas do Brasil central que aparecem nos documentos dos cronistas entre os séculos XVI e XIX. Apesar do grandioso trabalho de coligir a ocorrência de etnônimos indígenas nas fontes do período, nem sempre é possível

ter certeza da correlação com povos indígenas contemporâneos. Devem ser observados, para isso, aspectos geográficos e culturais, informações que nem sempre estão evidentes. Inspirado no levantamento de Karasch e analisando as fontes com um olhar voltado para a espacialidade dos povos Jê setentrionais no interflúvio, organizei a seguinte tabela com os etnônimos que podem estar relacionados aos Apinajé e aos Kayapó.[2] A inclusão dos Kayapó se justifica pela proximidade territorial e linguística com os Apinajé e por, às vezes, poderem estar confundidos na documentação.

ETNÔNIMOS APINAJÉ E KAYAPÓ (SÉCULOS XVII AO XIX)

Povo	Etnônimos	Ano	Local	Fonte
Apinajé	*Guapinhaxés* (?)	1646	Rio Araguaia	Bartolomeu Barreiros de Ataíde
	Otoeporaz (?)	1721	?	Manoel Mota, cf. Nimuendajú
	Pinarés	1740	?	Luiz Mascarenhas
	Pinagés	1792	Rio Araguaia	Thomaz de Souza Villa Real
	Apinagés	1793	Interflúvio	Tristão da Cunha Menezes
	Pinoré	1800'	Interflúvio	Mapa *Tocantins e seus afluentes*
	Angutgé	1812	Rio Tocantins	Francisco de Paula Ribeiro
	Cortí/Coroty (?)	1812	Rio Tocantins	Francisco Pinto Magalhães
	Afotigês	1824	Rio Tocantins	Jozé Raimundo da Cunha Mattos
	Otogês	1824	Rio Tocantins	Jozé Raimundo da Cunha Mattos
	Apinajés	1844	Interflúvio	Francis de Castelnau
Kayapó	*Bilreiros* (?)	1590	Rio Araguaia	Bandeira de Grou e Macedo
	Norocoagês/ Nhyrykwaye	1812	Rio Tocantins	Francisco Pinto Magalhães
	Gradaús/Kradaú-ya	1824	Rio Araguaia	Jozé Raimundo da Cunha Mattos

Tabela 1: Etnônimos possivelmente associados aos povos Jê setentrional Trans-Tocantins

Além destes, outros etnônimos que aparecem nos documentos seiscentistas e setecentistas (como *Inheiguaras*, *Poquiguaras*, *Guapinhaxés*, *Turiguaras*) podem estar associados aos Jê setentrionais. Uma forma de pensar a espacialidades dos povos indígenas no interflúvio Araguaia-Tocantins (incluindo aí regiões à oeste do rio Araguaia) se dá através da tentativa de identificação das famílias linguísticas associadas aos diversos etnônimos presentes nos escritos dos cronistas. Somente na documentação do século XIX é possível distinguir com mais clareza os grupos falantes de língua Apinajé.

3.1 O ciclo jesuítico e bandeirantista

O movimento bandeirantista e as atividades missioneiras jesuíticas foram responsáveis por produzir as primeiras informações coloniais sobre os povos indígenas que habitavam o interflúvio Araguaia-Tocantins em princípios do século XVII. O interesse das bandeiras paulistas em explorar essa região teve início com as informações passadas pelos indígenas do litoral sobre a existência de uma grande lagoa no interior do continente, onde haveria muitos povos e riquezas. Descobriu-se no século XVII que essa lagoa na verdade era uma ilha fluvial localizada no rio Araguaia: a ilha do Bananal. Em 1613, a bandeira de André Fernandes alcançou a confluência do Araguaia com o Tocantins e trouxe informações sobre os povos habitantes do Bico do Papagaio. Entrando a partir da foz do rio Tocantins, os jesuítas subiram seu curso e relataram algumas notícias sobre os povos que habitavam suas proximidades. Bandeiras vindas do Pará, com objetivo de escravizar indígenas, também foram realizadas. Nestas documentações, como veremos, aparecem os etnônimos *Catingas* (ou *Caatingas*), *Bilreiros, Guapinhaxés, Inheiguaras* e *Poquis* (ou *Poquiguaras*), referindo-se aos povos que habitavam a região.

Buscando redimensionar o contexto histórico do bandeirantismo, Monteiro[3] afirmou que as incursões para o interior tinham por fim escravizar indígenas para servirem de mão de obra na incipiente agricultura paulista. As bandeiras constituíam-se de pequenas "armações" de apresamento, organizadas com o intuito de suprir o abastecimento de cativos para a lavoura. Com a chegada dos jesuítas, ainda no século XVI, novas formas de interação com os indígenas e de organização da mão

de obra entraram na pauta do projeto mercantil-colonizador. "Os jesuítas buscavam controlar e preservar os índios através de um processo de transformação que visava regimentar o índio enquanto trabalhador produtivo",[4] através da política de aldeamentos. Os aldeamentos desintegravam as sociedades indígenas, o que facilitava a utilização do trabalho forçado pelos portugueses. As vantagens desses aldeamentos era o fácil acesso à mão de obra, porém, apenas na medida em que permaneciam vantajosas economicamente. As expedições missioneiras configuraram como uma das bases primordiais da política indigenista na América portuguesa. As formas de interação e controle dos povos indígenas estavam na base das disputas que se deram entre jesuítas e colonos ao longo do período colonial.

Karasch indica a existência de ao menos quatro tipos de expedições que penetravam os territórios indígenas nos sertões do Brasil central: o primeiro, de mais difícil identificação, consistia em expedições de corsários que entravam no continente, em canoas ou a pé, buscando riquezas minerais e escravizando indígenas; o segundo tipo, as bandeiras "oficiais", eram organizadas e financiadas pelas autoridades coloniais portuguesas; uma terceira forma consistia em bandeiras formadas localmente por conselhos de vilas para protegê-las de ataques indígenas e, também, para aquisição de escravos; por fim, as expedições jesuíticas (ou entradas) no rio Tocantins, que eram militarizadas para enfrentar os indígenas que atacavam esses grupos.[5]

As expedições paulistas eram multiétnicas, e os não indígenas, uma minoria.[6] Holanda indicou a influência dos conhecimentos indígenas sobre a fauna, a flora, a coleta de alimentos, sobre o caminhar e os caminhos que levavam ao interior do continente nas entradas dos bandeirantes. "Para o sertanista branco ou mameluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar tão prestimoso e necessário quanto fora para o indígena".[7] As veredas que levavam os bandeirantes aos sertões eram conhecidas dos indígenas e foram utilizadas por eles durante séculos. Holanda ressaltou que os indígenas possuíam "um senso de orientação quase miraculoso. Disso, há exemplo na extraordinária habilidade cartográfica de que frequentemente são dotados".[8] Nessas expedições, o Tupi (*Nheengatu*) era a língua preponderante e foi majoritária na América Portuguesa, até fins do século XVII.[9] Isso fez com que

a predominância da língua Tupi se refletisse nas denominações geográficas e dos povos indígenas (inclusive dos povos falantes de língua não Tupi) e foram, sem dúvida, as entradas e bandeiras responsáveis pela sua difusão. Assim, as bandeiras paulistas descreveram os sertões a partir, principalmente, do olhar dos povos Tupi, nomeando a paisagem e os demais povos existentes no interior.

Já no século XVII, a necessidade de mão de obra fez com que os colonos paulistas atacassem diversas aldeias indígenas, trazendo milhares de indígenas escravizados para trabalharem sob a condição de "serviço obrigatório". Sob os pretextos de expedições punitivas e busca de metais preciosos, novas formas de apresamento foram organizadas. As expedições rumo ao sertão passaram a ser de menor porte, mais frequentes e mais dispersas em termos geográficos. Conforme Monteiro:

> Inicialmente, a despeito da distância envolvida, algumas expedições partiram para o miolo do continente, na região do Araguaia-Tocantins, conhecido como o sertão do Paraupava. Os paulistas já tinham conhecimento da região, pois pelo menos duas expedições haviam penetrado nestes sertões nos anos iniciais do século [XVII].[10]

Ao contrário do que afirma Nimuendajú – que os primeiros "civilizados" a chegarem ao extremo norte do interflúvio Araguaia-Tocantins foram os padres jesuítas –, a documentação sobre as bandeiras demonstra que os paulistas já haviam encontrado a confluência dos rios por volta do início do século XVII. Tal como aponta Monteiro, essa região era conhecida como sertão de Paraupava. Paraupava era a denominação utilizada pelos bandeirantes, entre os séculos XVI e XVII, para referir-se a uma região no Brasil central (sertão, lagoa ou rio) que mais tarde foi associado especificamente ao rio Araguaia. A bacia do rio Tocantins aparece na cartografia portuguesa em princípios do século XVI.

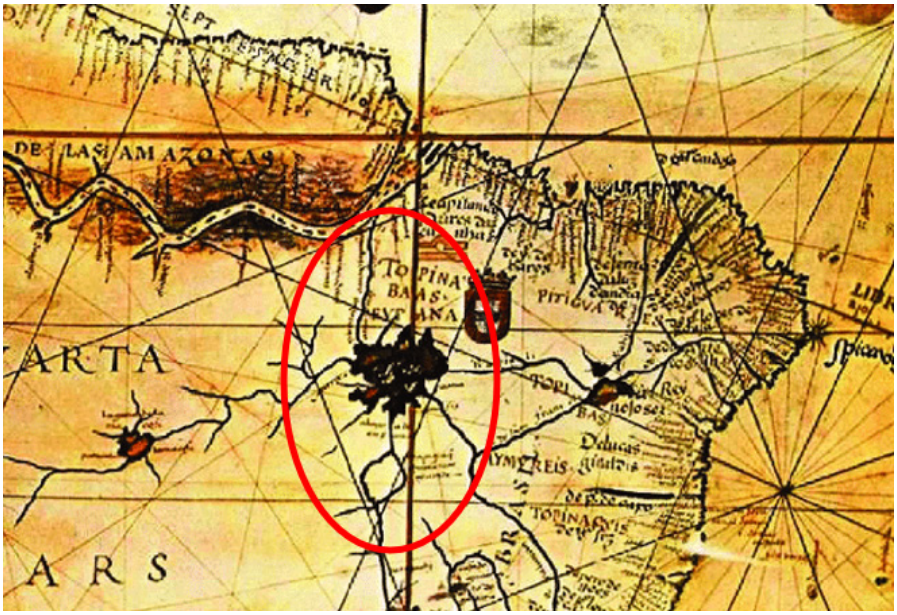


Figura 14: Detalhe do Mapa de Bartolomeu Velho (1561)

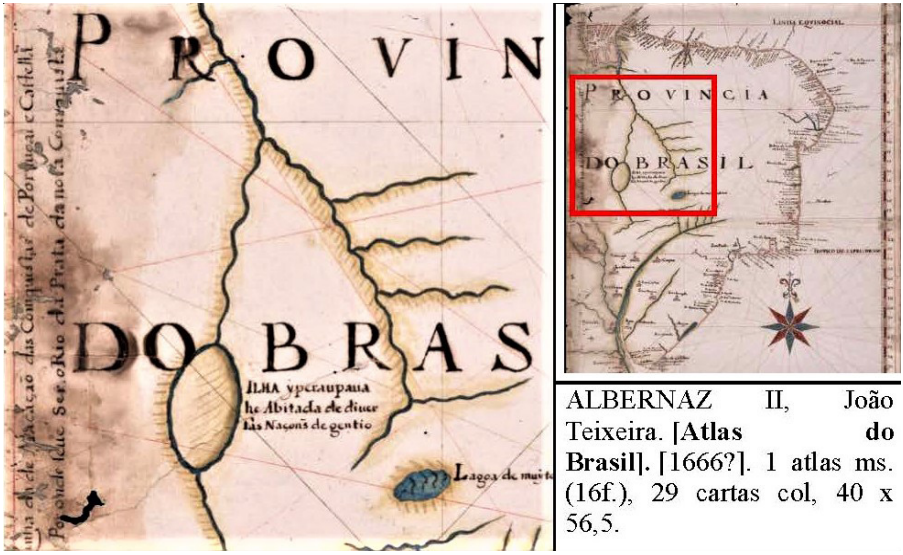
Os paulistas organizaram expedições rumo ao Brasil central informados pelos indígenas da existência de uma grande lagoa no interior do território. Este era o local onde se encontrariam muitas riquezas e onde estariam as nascentes dos rios Paraguai e São Francisco e de um grande rio, que desembocaria na foz do Amazonas. Com base nessas informações os cosmógrafos portugueses, espanhóis e holandeses desenhavam uma grande lagoa no interior ligando a foz dos rios da Prata, do São Francisco e do Amazonas.

Ferreira[11] apontou que a existência dessa lagoa figura na documentação portuguesa a partir de 1528. O mapa acima (figura 14), de 1561, elaborado pelo cosmógrafo português Bartolomeu Velho, representa a lagoa com o nome de *Eupana*. Localizada no centro do território, ela possuía uma ligação com a foz do rio Amazonas. Ferreira afirmou que "devemos salientar que para a época a quantidade de informações sobre a referida lagoa era abundantíssima: informações orais dos índios, livros, documentos e mapas".[12] Assim, ainda no século XVI começaram a ser organizadas bandeiras paulistas em busca da lagoa de Paraupava. A rota utilizada por essas bandeiras seguia através do rio São Francisco e,

por fim, os bandeirantes acabaram por concluir que esse rio não nascia na lagoa. Chegando à cabeceira do rio Araguaia, perceberam que se tratava do rio que desemboca na foz do Amazonas. Deram-lhe, portanto, o nome de rio Paraupava.

Ferreira denominou de "ciclo de Paraupava" o período de 1590 a 1618, quando foram organizadas bandeiras para essa região. A partir dessas expedições os paulistas puderam identificar com mais precisão os rios que compunham a hidrografia do Brasil central. A primeira bandeira que passou pela região e ficou conhecida como "sertão de Paraupava" foi a bandeira de Domingos Luís Grou e Antônio Macedo (1590-1593) que chegou até essa região à procura da famosa lagoa e trouxe consigo indígenas cativos.

A partir das notícias da expedição de Grou e Macedo, surgiram relatos da existência de um "roteiro dos martírios". Os "martírios" eram gravuras rupestres que representavam formas que os bandeirantes interpretavam como sendo os instrumentos dos castigos de Cristo: martelo, cravo, a escada, lança e coroa de espinhos. Ao se depararem com essas gravuras nas rochas, os bandeirantes chamaram-na de martírios. Os sítios arqueológicos dos martírios foram identificados no baixo rio Araguaia e localizam-se na fronteira sul de onde se situavam as aldeias Apinajé no século XVIII. Estes sítios foram também objeto do estudo de salvamento da UHE Santa Isabel, onde foram identificadas quantidades expressivas de artefato cerâmico associado aos povos Tupi.



ALBERNAZ II, João Teixeira. [**Atlas do Brasil**]. [1666?]. 1 atlas ms. (16f.), 29 cartas col, 40 x 56,5.

Figura 15: Mapa de João Teixeira Albernaz (1666?)

Através da análise da documentação da bandeira de Belchior Carneiro (1607-1609) – que esteve na bandeira de Grou e Macedo –, Ferreira afirmou que ele comprou um indígena dos *Bilreiros*. E prosseguiu, concluindo que "estava, pois, a bandeira no sertão dos índios '*bilreiros*', ou seja, à altura da confluência dos hoje denominados rios Araguaia e Tocantins".[13] Através da análise dos etnônimos e das indicações geográficas, ele localizou os *Bilreiros* da expedição de Grou e Macedo ao norte das terras dos *Carajáúnas* (Karajá), ou seja, ao norte da ilha do Bananal.

Neme,[14] no entanto, afirmou que *Bilreiros* era um nome dado aos *Cayapó* (do Sul), no período de 1550 a 1650, e que estes não poderiam estar localizados tão ao norte. Ferreira mencionou a rejeição de Neme, mas afirmou que é provável que os paulistas de princípios do século XVI associassem os *Bilreiros* aos povos Jê em geral, pois a bandeira havia localizado eles ao norte da ilha do Bananal. Essas hipóteses levam a supor tratarem-se esses *Bilreiros* dos "sertões de Paraupava" dos povos Jê setentrionais (falantes de língua Mẽbêngôkre, ou mesmo Apinajé).

Segundo Ferreira, na análise dos documentos referentes à bandeira de André Fernandes (1613-1614) foi possível identificar que "Paraupava" era a primeira denominação dada ao rio Araguaia e que esta era a

verdadeira localização dos martírios. Estas informações reforçam a ideia de que a região já era conhecida em fins do século XVI.

A partir do relato de Pero Domingues, que esteve nas bandeiras de André Fernandes e de António Pedroso de Alvarenga (1615-1618), o padre jesuíta António de Araújo escreveu, em 1623, a *Informação da entrada que se pode fazer da vila de S. Paulo ao grande Pará* [...].[15] Neste relato, informa-se que partiram da vila de São Paulo trinta moradores e muitos indígenas e que rumaram ao sertão de Paraupava para ir "à caça do gentio".[16] Ao descerem o rio Tocantins (o qual chamavam *Iabeberi*) avistaram mais de 500 canoas antes de desembocar em um "fermoso braço do grande e afamado Pará".[17] O relato refere-se à confluência dos rios Araguaia e Tocantins. Subindo o rio Araguaia, a duas léguas da confluência na margem esquerda, no interflúvio, avistaram "7 aldeias mui grandes, plantadas ao longo da borda do dito braço do Pará. Os índios dela se chamavam Caatingas. Sua língua era a geral desta costa".[18]

A "língua geral desta costa" era referência ao *Nheengatú*, que se constituiu a partir das línguas do tronco Tupi-guarani. Portanto, a informação de que falavam a língua geral indica que se referiam a essas famílias linguísticas. A descrição do padre Antonio D'Araújo mencionou a existência de inúmeras aldeias de povos falantes de língua Tupi no interflúvio, muito próximas a confluência dos rios. Além disso, D'Araújo informou que foram encontrados entre eles "muita ferramenta, fouces, cunhas, machados, muito velório, grande número de camisas de Ruão",[19] indicando que já haviam entrado em contato com os franceses.[20]

Conforme o relato de D'Araújo, os paulistas conseguiram atrair cerca de 3 mil *Caatingas* que "embarcaram em 300 canoas das muitas que possuíam".[21] Após desavenças em virtude de um casamento interétnico, os *Caatingas* retornaram às suas aldeias. D'Araújo informou ainda sobre as aldeias *Caraiaúnas* na ilha do Bananal, e também que os paulistas já haviam chegado nesse local anteriormente. Após os relatos dos eventos ocorridos nas entradas das bandeiras, o padre D'Araújo recomendou a ação missionária ao longo da bacia do rio Tocantins habitada por inúmeros povos.

Essas entradas missionárias promovidas pelos jesuítas, originárias do Norte, estiveram presentes na região do Bico do Papagaio ao longo dos séculos XVII e XVIII. As expedições oriundas da foz do rio Tocantins são

menos conhecidas que as bandeiras paulistas.[22] Essas entradas incluíam missões dos jesuítas e bandeiras vindas de Belém que seguiram para o sul subindo o rio Tocantins. Chambouleyron e outros autores, apontando os múltiplos significados que o sertão assumia no contexto da Amazônia colonial, destacaram que as entradas através dos rios alcançavam essas regiões em busca de especiarias e escravos. O sertão era então continuamente visitado pelos portugueses que saíam de Belém, transformando-a em um "centro de irradiação bandeirantina". A vila de Cametá e a fortaleza de Gurupá também se tornaram, ao longo do século XVII, "bocas de sertão".[23] A própria vila de Cametá foi formada por indígenas "descidos" da bacia do rio Tocantins.

Destes centros irradiadores partiam para o sertão as tropas de guerra e de resgates de indígenas, que se organizavam de formas diferenciadas de entradas pelas condições ecológicas específicas. "Essas tropas constituíam, desde a sua organização, um momento privilegiado de intercâmbios e de embates, particular ao universo da Amazônia colonial. Dada a importância que adquiriram os trabalhadores indígenas livres e escravos na região".[24] A legislação seiscentista portuguesa distinguia os descimentos (ações missionárias), os resgates (portugueses compravam dos próprios indígenas prisioneiros das guerras intertribais) e as tropas de guerra. Mas na prática as diferenciações entre essas entradas eram imprecisas.[25] Na virada para o século XVIII, resgates e guerras passaram a ser coordenadas pela Junta das Missões, mas também eram organizados guerras e resgates por iniciativas dos próprios colonos.

Inserido nessa conjuntura, o relato de Bartolomeu Barreiros de Ataíde,[26] escrito em 1646, que realizou uma entrada subindo o rio Tocantins, mencionou pela primeira vez o rio Araguaia pelo nome que ele é hoje conhecido. Ele diz que a partir da "boca" do Araguaia há vários "moradores ferozes". "Seguem-se logo confinantes umas às outras, a província dos Taquanhunos, que também reduzi, os Guapinhaxés, os Turiguaras, os Carajáupivanas, os Carajais, contíguos aos Carajáputangas".[27] Esses três últimos referem-se aos distintos subgrupos ou aldeias Karajá. Essa descrição indica que a entrada de Ataíde chegou até as regiões do médio curso do Araguaia. Além disso, aponta que o território a partir da foz do rio Itacaiúnas, onde viviam os *Taquanhunos*, até as aldeias Karajá eram habitadas pelos *Guapinhaxés* e *Turiguaras*.

As tropas de resgate que subiram o rio Tocantins possuíam diferentes funcionalidades, o que se expressava em sua composição (formadas por portugueses, mestiços, indígenas e negros) e nas técnicas usadas nas expedições. Em 1653, uma grande entrada foi organizada para descer indígenas do rio Tocantins. Essa entrada era composta pelos padres jesuítas Antônio Vieira, Francisco Velloso, Antônio Ribeiro e Manoel Nunes e também por tropas chefiadas pelo capitão Gaspar Gonçalves Cardoso, além de 300 pessoas entre indígenas arqueiros e remadores. A intenção dos jesuítas era descer os indígenas *Poquiguaras* para Belém afim de cristianizá-los. Gaspar Cardoso possuía a intenção de escravizar os indígenas e, por fim, levou mais de 800 para o Pará. Estavam na região de confluência os mesmos indígenas que haviam sido identificados pelos bandeirantes em 1613: os *Caatingas*. Segundo carta do padre jesuíta Antônio Vieira:

> Uma destas nações é a dos *Catingás*, que sempre foram inimigos dos portugueses, e com guerras e assaltos têm feito muitos danos às nossas terras que lhes ficam mais vizinhas; mas já ficam de paz, assim connosco como com outra nação, também amiga, com quem traziam guerra. Demais destas trouxeram os padres notícias de outras nações que habitam por todo aquele rio dos Tocantins, muitas das quais falam a língua geral.[28]

Vieira identifica a presença dos *Caatingas* e aponta o estabelecimento da paz destes com os portugueses e com outros povos da região (estariam os Apinajé incluídos?). Muitos desses indígenas seriam levados para os aldeamentos jesuítas do Pará e se configurariam como força de trabalho imprescindível para o desenvolvimento de Cametá, na foz do Tocantins.[29]

Em 1659, uma expedição fortemente armada, liderada pelo capitão de infantaria Paulo Martins Garro, levou 450 indígenas de "arco e remo" e 45 soldados portugueses, além do padre jesuíta Manuel Nunes, "mui prático e eloqüente na língua geral da terra".[30] O objetivo desta entrada consistia em promover uma "guerra justa" contra os *Inheiguaras*. Conforme a narrativa do padre Antônio Vieira, "a primeira facção em que se empregou este poder foi em dar guerra ou castigar certos índios rebelados, de nação *Inheiguaras*, que o ano passado, com morte de alguns cristãos, tinham impedido a outros índios da sua vizinhança que se descessem para a Igreja".[31] Estes *Inheiguaras* estavam localizados na foz do

rio Itacaiúnas, no rio Tocantins, e eram caracterizados como arredios pelos jesuítas. Vieira fala que:

> São os *Inheiguaras* gente de grande resolução e valor, e totalmente impaciente de sujeição; e tendo-se retirado com suas armas aos lugares mais ocultos e defensáveis das suas brenhas, em distância de mais de cincoenta léguas, lá foram buscados, achados, cercados, rendidos e tomados quási todos, sem dano mais que de dois índios nossos levemente feridos. Ficaram prisioneiros duzentos e quarenta, os quais, conforme as leis de V. M., a título de haverem impedido a pregação do Evangelho, foram julgados por escravos e repartidos aos soldados.[32]

Conforme a descrição de Vieira, a entrada do padre Nunes perseguiu os *Inheiguaras* subindo o rio Itacaiúnas, "cinquenta léguas" em direção ao interior do território. A informação trazida pelo padre Manuel Mota, em 1722, corrobora a localização da marcha da expedição através do rio Itacaiúnas.[33] Após os embates e a escravização de um grupo de *Inheiguaras*, o padre Nunes se embrenhou por "bosques cerrados, atalhados de grandes lagos e serras"[34] a um mês de caminhada a partir da margem esquerda do rio Tocantins para realizar o descimento dos indígenas *Poquiguaras*,[35] que habitavam dez aldeias. Nunes logrou levar mais de mil indígenas deste povo para os aldeamentos do Pará.

Ao mencionar a entrada do padre Manuel, Nimuendajú cita os *Poquiguara* e coloca entre parênteses "Potiguara?". A dúvida de Nimuendajú talvez fosse que isso representasse um erro de grafia na transcrição do etnônimo. Mas, como esclarece Sampaio, estes termos possuem significados distintos. "*Poty*: resíduo, o excremento, as fezes, a borra. Confunde-se frequentemente com *poty* ou *potim*, o camarão. *Potiguara*: o comedor de excrementos. [...] Tomado, porém, como corrupção de *potin-guara* ou *potĩ-guara*, significa o comedor de camarões". No entanto, *Pochí* tem significado distinto, "feio, mau, ruim. *Alt. Poxim*".[36] Na documentação paraense, o etnônimo *Poqui-guara* ou *Poquis* é mais usual e distingue-se daquele empregado aos povos do litoral nordestino. Essa ideia vai de encontro também com o significado pejorativo qualificado pela condição de ruim ou mal, uma vez que são recorrentes as menções ao caráter hostil e belicoso desses grupos encontrados no Pará, assim mesmo como ficarão conhecidos os Kayapó e os Apinajé nos séculos seguintes.

John Hemming interpreta, a partir da documentação de Vieira, esses diferentes etnônimos de povos que habitavam o interflúvio Itacaiúnas-Araguaia como sendo pertencentes a grupos aparentados. "O Inheiguara pode muito bem ter sido uma subtribo do Poqui (poquiguara, Pochiguara, Potyguara etc.)" (tradução do autor).[37] Ferreira retomou a escrita de Bartolomeu de Ataíde sobre os *Turiguaras* para sugerir que *Poquiguaras*, *Inheiguaras* e *Turiguaras* representavam povos de uma mesma matriz linguística, diferente da língua Tupi.[38]

Se essas inferências estiverem corretas, é possível sugerir que esses grupos representavam povos Jê setentrionais. E sendo assim, estariam provavelmente referindo-se a povos falantes de língua Mẽbêngôkre e Apinajé, uma vez que estes são os únicos povos Jê identificados na margem esquerda da bacia do rio Tocantins. Seriam então os Jê setentrionais que, fugindo para oeste da entrada do padre Nunes, em 1659, andaram muitas léguas em direção as cabeceiras do rio Itacaiúnas? Vale considerar que o território em que o padre Nunes perseguiu os *Inheiguaras* corresponde a aquele em que serão identificados os *Xikrin* (subgrupo de língua Mẽbêngôkre) no século XIX. Ferreira afirma que:

> Não há dúvida alguma de que os Bilreiros eram os Inheiguaras, também chamados de Caiapós ou Tapuias. Foram esses índios que entre 1608 e 1613 destroçaram a bandeira de Martim Rodrigues. E agora, cerca de sessenta anos após destroçaram a bandeira de Sebastião Pais de Barros. Aliás, esses Bilreiros deviam ser os Inheiguaras, Poquiguaras e Turiguaras.[39]

Além disso, a carta de Ataíde menciona ainda a presença de povo chamado *Guapinhaxés* no interflúvio Itacaiúnas-Araguaia. Esse etnônimo nos leva a refletir se não seriam uma derivação da denominação *Apinagés*, que apareceu na documentação paraense em fins do século XVIII.[40] No entanto, em um documento cartográfico produzido em Goiás no século XIX, o etnônimo *Guapindayés* aparece indicando povos habitantes da bacia do rio Xingu, em regiões em que estariam localizados os Kayapó na segunda metade do século XIX.

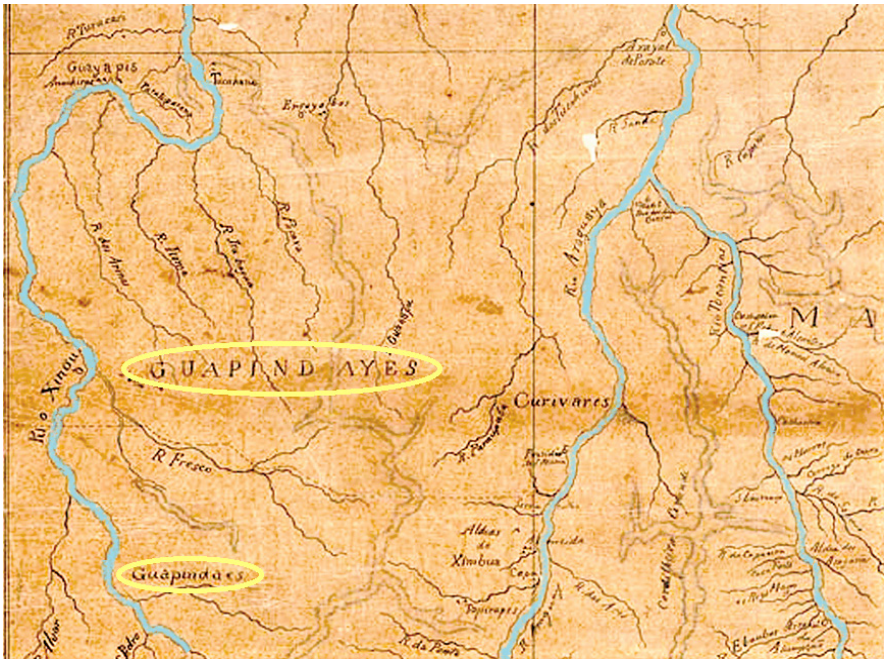
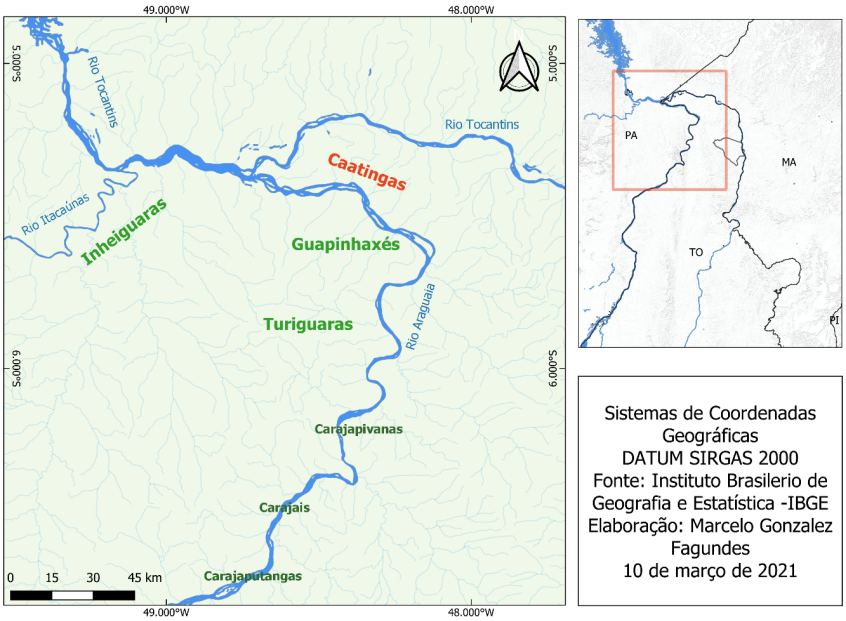


Figura 16: Detalhe do *Mappa [...]de Goyaz* (1819), indicando os *Guapindayés* na bacia do rio Xingu[41]

É muito difícil distinguir nestes grupos os povos falantes de língua Apinajé e Mẽbêngôkre. No entanto, parece-me forte o indício de tratar-se de povos Jê setentrionais e, portanto, pertencentes a uma dessas duas famílias linguísticas. Sustentam essa afirmação o fato de que essas regiões a oeste do Araguaia foram ocupadas por falantes de língua Tupi até o fim do setecentos e que, como se pode observar no mapa etno-histórico de Nimuendajú, faziam fronteiras com os Jê setentrionais. Nesse mapeamento, os Timbira muito raramente são apontados nas terras a oeste do rio Tocantins.

Assim, é provável que o ciclo de entradas jesuíticas, oriunda da foz do rio Tocantins, tenha estabelecido relações com os povos Jê setentrionais na região de confluência dos rios Araguaia e Tocantins. As fontes coloniais produzidas pelo movimento jesuítico e bandeirantista indicam que havia populações de língua Tupi (*Caatingas*) no interior do interflúvio Araguaia-Tocantins até pelo menos fins do século XVII. E que *Bilreiros*, *Guapinhaxés, Inheiguaras*, *Poquiguaras*, que provavelmente eram popu-

lações de língua Jê, habitavam as margens do baixo curso do rio Araguaia até a foz do rio Itacaiúnas, pelo menos a partir de meados do século XVII. Esse cenário reforça a ideia de interação entre os povos falantes de língua Jê e Tupi na região do Bico do Papagaio, com territórios contíguos.[42]



Mapa 5: Indicação dos povos indígenas no interflúvio Itacaiúnas-Araguaia conforme informações de Araújo (1623) e Ataíde (1646)

3.2 **O território e as frentes de expansão**

Na medida em que ocorrem tentativas de utilização dos rios Tocantins e Araguaia para estabelecimento do comércio entre as províncias do Pará e de Goiás e que avança a frente de expansão pecuarista maranhense, as informações sobre os Apinajé passam a ser mais recorrentes. A partir de meados do século XVIII, as fontes escritas identificam os Apinajé pelos etnônimos mais semelhantes à forma contemporânea: *Pinarés, Pinorés, Pinagés, Apinagés*. Essa identificação permite espacializar com mais precisão seu território de ocupação e a localização de suas aldeias. Os cronistas dos séculos XVIII e XIX indicaram, em um mesmo momento, distintos etnônimos para referir-se aos falantes de língua Apinajé. Isto sugere que

é preciso considerar os diferentes marcadores identitários, observando a distintividade dos subgrupos Apinajé.

Tabela 2: Cronistas dos séculos XVIII e XIX com referências aos Apinajé

Ano	Autor	Fonte
1740	Luiz Mascarenhas	MASCARENHAS, Luiz. Registro de um bando que se mandou publicar nos arraies de Natividade e S. Luiz sobre as bandeiras para a conquista do Gentio Pinaré, de 19 de março de 1740. *In*: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. Volume XXII. Bandos, regimentos e Ordens dos Capitães-Generaes Conde de Sarzedas e D. Luiz Mascarenhas (1732-1748). São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896. p. 146. _____ . Registro de uma portaria que se passou para o descoberto de Natividade sobre a boa forma com que se deve conservar a gente que se for na bandeira que via aos Pinarés. de 19 de março de 1740. *In*: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. Volume XXII. Bandos, regimentos e Ordens dos Capitães-Generaes Conde de Sarzedas e D. Luiz Mascarenhas (1732-1748). São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896. p. 146-147.
1774	Antonio Luiz Tavares Lisboa	LISBOA, Antonio Luiz Tavares. Roteiro da viagem que descendo pello rio Tocantins mandou fazer o Illmo. Governador da ca pitania de Goyaz José de Almeida Vasconcellos [...] anno de 1774. In: VILHENA, Luiz dos Santos. **Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas contidas em XX Cartas** [...]. Livro II, Anno de 1802. Bahia: Imprensa Official do Estado. 1921. pp. 872-905.
1793	Thomaz de Souza Villa Real	VILLA REAL, Thomaz de Souza. Diário da navegação que fez Thomaz de Sousa Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho, desde Villa Boa, capital de Goyazes, até a cidade do Pará. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. Supplementar, tomo XI, 1848a. pp. 418-422. _____. Diário da viagem que fez pelos tios Tocantins e Araguaya a transportar os índios silvestres da nação Carajás às suas habitações. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. Supplementar, tomo XI, 1848b. pp. 423-432.
1810	Francisco Pinto Magalhães	MAGALHÃES, Francisco Pinto. Memoria sobre a descoberta e fundação da povoação de São Pedro de Alcântara In: ALMEIDA, Cândido Mendes de. **A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goyaz**. Rio de Janeiro: Typographia Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães. 1852.
1812	Luiz Antônio Silva e Souza	SILVA e SOUZA, Luiz Antônio. Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz. In: **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo V, v. 16, 1º Trimestre de 1849. p 429-510

1815	Francisco de Paula Ribeiro	RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 [...] In: **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro, tomo X, 1º. Trimestre de 1848. p 5-80. RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. Memoria sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: analyse de algumas tribus mais conhecidas : processo de suas hostilidades sobre os habitantes : causas que lhes tem difficultado a reducção, e unico methodo que seriamente poderá reduzil-as. In: **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro, tomo 3º, n. 10, p. 184-197; n. 11, p. 297-322; n. 12, p. 442-456.
1821	Johann Pohl	POHL, Johann Emanuel. **Reise im innern von Brasilien**. Wien: [?], 1837.
1824	Raimundo da Cunha Mattos	MATTOS, Raimundo Jozé. Cunha. Chorographia historica da província de Goyaz. [1824] In: **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil.** Rio de Janeiro.Tomo 37, Parte primeira. 1874. p. 213-398. E MATTOS, Raimundo José da Cunha. Chorographia historica da província de Goyaz. [1824] (Continuação) In: **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil.** Rio de Janeiro. tomo 38, parte primeira. 1875. p. 5-150.
1844	Francis de Castelnau	CASTELNAU, Francis de. **Expedições às regiões centrais da América do Sul** [1844]. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.
1846	Rufino Segurado	SEGURADO, Rufino Theotonio. Viagem de Goyaz ao Pará: roteiro escrito pelo Dr. Rufino Theotonio Segurado. In: **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro, tomo X, 1º Trimestre de 1848. p 5-80.
1859	Vicente Ferreira Gomes	GOMES, Vicente Ferreira. Itinerário da cidade de Palma, em Goyaz, à cidade de Belém no Pará, e breve notícias da província de Goyaz. In: **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo XXV, v. 25, p. 485-514; Rio de Janeiro. 1862
1897	Henri Coudreau	COUDREAU, Henri. **Voyage au Tocantins-Araguaya** (31 décembre 1896 – 23 mai 1897). Paris: A. Lahure, Imprimeur-Editeur, 1897.

Nesse contexto, os Apinajé ocupavam as regiões do norte do interflúvio ultrapassando o rio Araguaia no sentido noroeste. A partir de seus estudos, Nimuendajú indicou que a região do Bico do Papagaio configurou-se como o território ocupado pelos Apinajé entre os séculos XVIII e fins do XIX.[43] Nimuendajú apontou que os registros históricos indicavam que a ocupação dos Apinajé entre os séculos XVIII e XIX estendia-se da margem esquerda do rio Tocantins até o rio Araguaia. Conforme identificou, os limites sul eram delimitados pelos ribeirões Mumbuca, Gameleira e Piranhas. No limite noroeste, há registros da presença Apinajé próximo a foz do rio Araguaia, com aldeias antigas ocupando as

duas margens do rio Araguaia. O limite oeste era demarcado pelo rio Tocantins. A fronteira norte não se estendia muito para além dos ribeirões Pecobo e São Martinho.

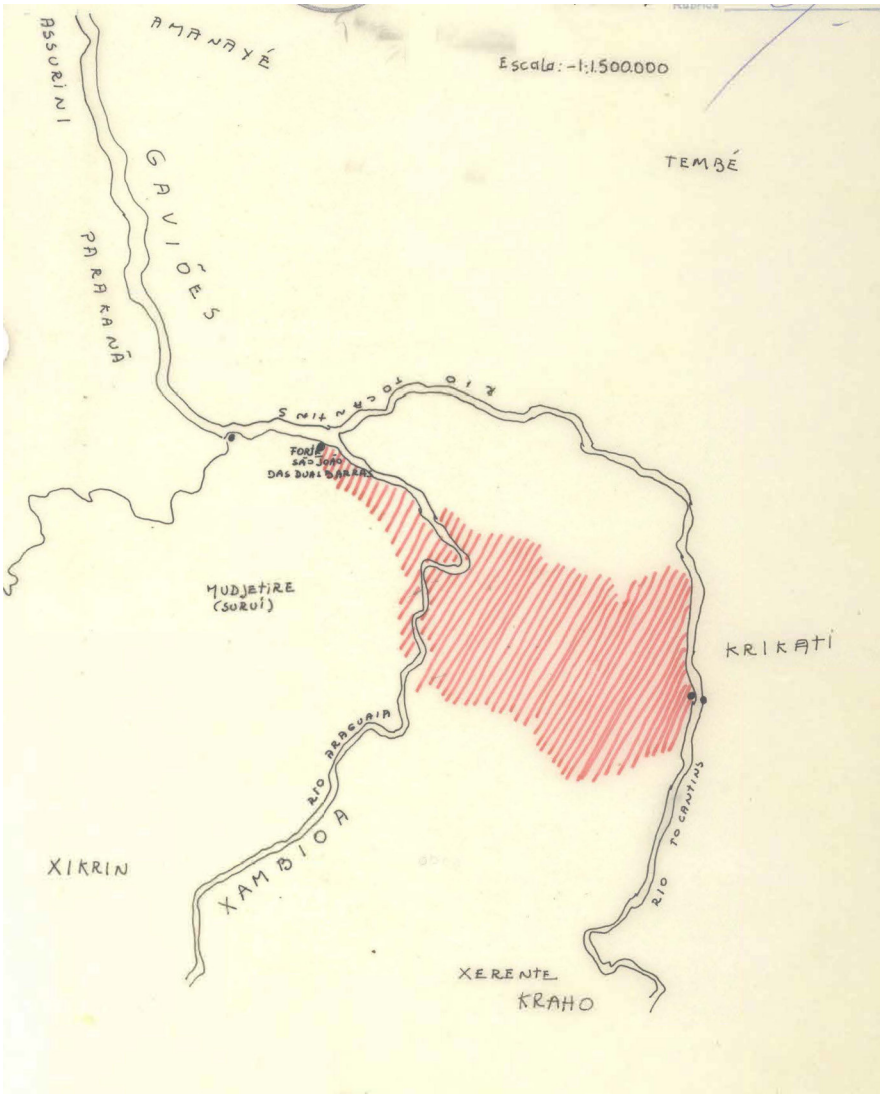
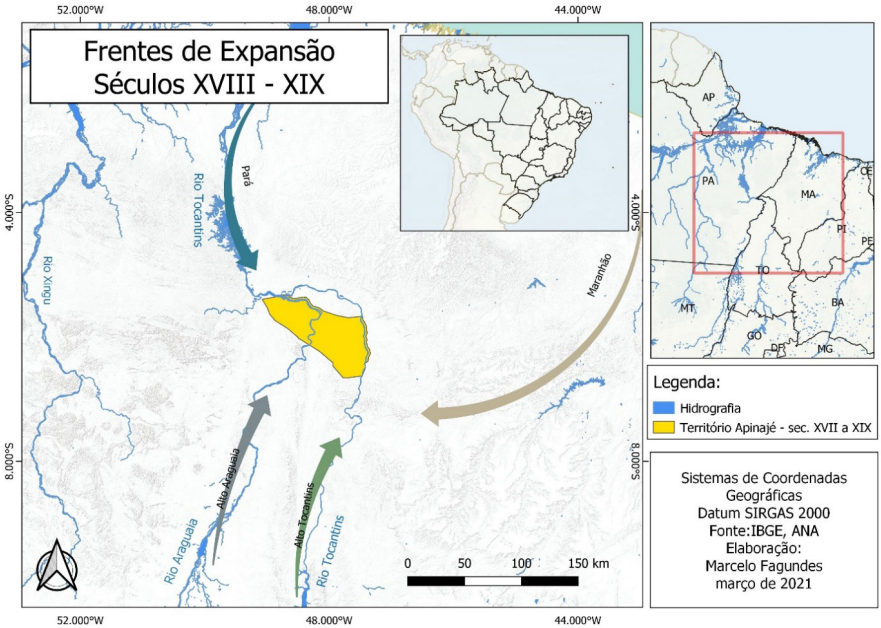


Figura 17: representação do território Apinajé segundo Nimuendajú.[44]

O Bico do Papagaio localiza-se nas regiões fronteiriças mais remotas de três distintas frentes de expansão.[45] Uma dessas frentes de expansão era oriunda do Pará, que consistia em expedições que tinham o objetivo de aldear ou escravizar indígenas através das "guerras justas". Essas entradas alcançaram regiões do Brasil central e fundaram povoações que mantinham uma ligação comercial com Belém. Uma segunda rota migratória vinda do Maranhão, associada a atividade agrícola e pecuária, ocupou as regiões das cabeceiras do rio Itapecuru. No princípio do século XIX, essa frente se aproximou das margens do rio Tocantins e estabeleceu povoações próximas ao médio curso do rio. A ocupação não indígena do sul maranhense está relacionada a expansão da frente pastoril nordestina para a região de Pastos Bons. Essa corrente migratória traria impactos profundos e duradouros para a região. A frente pastoril incorporou terras que iam sendo despojadas dos povos indígenas que habitavam o sul do Maranhão.[46] Por fim, a terceira frente, originária de Goiás, foi impulsionada pela descoberta de minas de ouro ainda na primeira metade do século XVIII. A exploração aurífera em Goiás alterou a dinâmica de interação entre indígenas e não indígenas no interflúvio, entre outras coisas, em virtude da proibição de navegação dos rios Tocantins e Araguaia.

Em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva (o *Anhanguera* filho), em busca das lendárias minas de ouro dos martírios, realizou uma expedição às cabeceiras do rio Araguaia. Em 1725, as informações sobre a descoberta de jazidas de ouro encontradas pela expedição de Bartolomeu Bueno, em cinco ribeirões no alto Tocantins, originaram uma "corrida do ouro" para a região. Teve início o ciclo do ouro de Goiás, que durou cerca de meio século. Na década que se segue, inúmeras povoações foram criadas no alto curso do rio Tocantins.[47] Duas dessas povoações foram fundadas por colonos vindos do Pará (São Felix e Natividade) e estabeleceu-se uma rota de contrabando entre o Pará e as minas de Goiás.



Mapa 6: Frentes de expansão oriundas do Pará, Maranhão e Goiás na primeira metade do século XIX

O encontro das três frentes de expansão das sociedades não indígenas, entre fins do XVIII e princípios do XIX, ocorreu no extremo norte do interflúvio Araguaia-Tocantins. Isso gerou, posteriormente, uma discussão acerca dos limites jurisdicionais das províncias de Goiás, Maranhão e Pará. Basicamente duas regiões estavam em disputa: a primeira, entre Goiás e Maranhão acerca dos limites da jurisdição nas margens orientais do médio Tocantins, na altura da povoação de São Pedro de Alcântara; e a segunda, entre as províncias de Goiás e Pará das terras a oeste do rio Araguaia, da confluência com o Tocantins até a foz do rio Itacaiúnas, que estava sob a jurisdição goiana a partir da comarca de São João das Duas Barras.

Assim, o território em que os Apinajé se encontravam entre os séculos XVII e XIX enfrentou a pressão desses movimentos migratórios e estava no limite da ação jurisdicionais dessas três províncias. Acredita-se que as dificuldades do estabelecimento da ligação fluvial entre Goiás e Pará e as disputas territoriais entre as províncias permitiram, de alguma forma, a permanência relativamente estável dos Jê setentrionais na

região do Bico do Papagaio. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, à medida que essas questões são resolvidas e que as ocupações não indígenas se tornam mais efetivas, os Jê setentrionais passam a perder espaço para essas frentes colonizadoras e se estabelecem nas regiões em que serão localizados no século XX.

O avanço da frente colonizadora originária das minas de Goiás enfrentou a resistência dos povos indígenas que habitavam a região. Em 1740, o governador da Capitania de São Paulo e das Minas de Goiás, Luiz Mascarenhas, organizou uma bandeira para combater o "numeroso e guerreiro [...] gentio *Pinaré*", que habitavam as regiões ao norte de Natividade e as "nascentes das minas", e impediam a exploração das terras. Segundo a ordem emitida pelo governador, a bandeira deveria ser poderosa devido aos perigos a que estavam expostos.[48] Em outro registro, considerava que seria de grande utilidade a redução dos *Pinarés*, mas que as forças dessa bandeira deveriam estar preparadas, uma vez que os *Pinarés* eram numerosos e "que com cautelosa ferocidade costumam armar ciladas".[49] Conforme Oliveira Júnior essa seria a mais antiga referência aos Apinajé existente na documentação colonial.[50] O etnônimo *Pinariens* já havia sido utilizado pelos franceses para referir-se aos Tenetehára-Guajajara, de família linguística Tupi, habitantes da bacia do rio Pindaré, no Maranhão.[51] Segundo Sampaio, *Pindaré* ou *Pinaré* significaria "o que é próprio de anzol; o enganchado ou fisgado; o anzol diverso ou de outro gênero. Maranhão".[52] Algumas menções aos Apinajé nos documentos destacam o fato de utilizarem adornos nas orelhas e tembetás nos lábios, o que me leva a refletir se a designação de *Pinaré* não seria uma alusão a esses enfeites. Mas isso é mera conjectura.

A associação dada aos *Pinarés*, no registro de Luiz Mascarenhas, de um povo populoso e guerreiro ao norte das minas de Natividade coincide com as referências dadas aos Apinajé pelos cronistas do século XIX.

A bandeira convocada por Mascarenhas foi chefiada por Jacinto Sampaio Soares e por João Pacheco do Couto.[53] Em 1731, Couto havia sido enviado pelo governo do Pará para investigar minas de ouro Tocantins acima e chegou até Natividade. Por ser conhecedor dos sertões, ingressou na bandeira de 1740 para combater os *Pinarés*. Não foi possível localizar informações se houve enfrentamento entre a bandeira e os *Pinarés*, mas consta que a bandeira se dissolveu em Cametá, na foz do rio Tocantins.[54]

Com o aumento da densidade demográfica decorrentes da atividade mineradora, o rio Tocantins tornou-se caminho para a evasão de ouro que era comprado por contrabandistas ingleses no Pará.[55] Para impedir o contrabando, o governo colonial ordenou a proibição da navegação do rio Tocantins, conforme Provisão do Conselho Ultramarino de 30 de maio de 1737, por constituir-se essa uma rota preferencial para a evasão de metais das minas de Goiás. Essa medida não impediu, no entanto, que diversas expedições clandestinas descessem o rio Tocantins.[56] Somente após a decadência da produção aurífera, os governadores do Pará e de Goiás passaram a solicitar ao governo colonial permissão para utilizar os rios Araguaia e Tocantins como rota de ligação entre as duas províncias.[57]

Com o objetivo de estabelecer a comunicação permanente entre estas capitanias, o capitão-geral de Goiás José de Almeida Vasconcelos enviou, em 1774, Antônio Tavares de Lisboa para descer toda a extensão do rio Tocantins até a cidade de Belém. Nessa expedição ocorreu o encontro do militar goiano com um povo indígena na cachoeira das Três Barras, próximo de onde seria fundado, em 1816, o povoado Carolina. Apesar de Lisboa não citar especificamente uma designação para o povo, a partir da localização geográfica e das características culturais, como a habilidade náutica, é possível inferir que se tratava dos Apinajé.[58] Esse encontro ocorreu próximo a foz do ribeirão que banha um importante local de assentamento Apinajé. Na altura da cachoeira, Antonio Lisboa encontrou os Apinajé em canoas, além de um "regimento" que acompanhou a passagem da expedição pela margem. São inexistentes em seu relato informações sobre os demais povos indígenas no extremo norte do interflúvio.

Inicialmente, a frente de expansão oriunda do Pará limitou-se a ocupação do baixo curso do rio Tocantins com as fundações de Cametá (1635) e a de Baião (1694). Somente em 1781, fundou-se, próximo a cachoeira de Itaboca, o posto militar e fiscal de Alcobaça com seis peças de artilharia com o objetivo de evitar o extravio de ouro das minas de Goiás e Cuiabá, além da fuga de escravos, e "desviar os indígenas alpestres Timbira, Carajá, Apinagé, Gavião, habitadores daquelas margens que tentarem agressões sobre as canoas e refocilar os indivíduos que empreenderem tão fadigosa navegação [...]".[59] Dos povos citados, efetivamente, somente os Karajá e Apinajé dominavam a navegação.

Figura 18: Trecho do Mapa do trajeto de Alcobaça ao Pontal.[60]

No mapa *Descrição do rio Tocantins, desde Alcobaça emthé Pontal*, produzido em fins do século XVIII, é representado o caminho fluvial da então recém-fundada fortaleza de Alcobaça, ao lado do povoado de Pederneiras, até o povoado do Pontal, no médio Tocantins. No trecho pode-se observar no canto superior direito da figura 18 o forte de Alcobaça. Da foz do rio Araguaia, seguindo pelo interflúvio, é possível identificar uma linha tracejada em vermelho que parece representar um caminho. Esse caminho estaria possivelmente atravessando o território Apinajé. Em outro trecho do mapa (figura 19), são representadas diversas espécies de plantas e algumas cenas com indígenas coletando algo que parece ser um açaizeiro e pescando com o uso de arco e flecha. Em destaque, próximo ao rio, está um indígena com duas bordunas nas mãos.

Figura 19: Outro trecho do mapa *Descrição do rio Tocantins*.

No mesmo ano da fundação de Alcobaça foi revogada a proibição de uso dos rios Tocantins e Araguaia e a navegação passou a ser estimulada. No entanto, o longo período de proibição inviabilizou o desenvolvimento de povoações nas margens dos rios.[61] Para incentivar a ligação comercial entre Pará e Goiás, Francisco de Sousa Coutinho, governador da capitania do Pará, criou uma sociedade mercantil. Sob ordem do governador, o militar Thomaz e Souza Villa Real partiu de Belém, em 1791, subindo o rio Tocantins, com objetivo de estudar a possibilidade de exploração comercial e proceder um minucioso estudo sobre o rio Araguaia, que, segundo Coutinho, era uma rota fluvial mais fácil que o rio Tocantins, repleto de cachoeiras e obstáculos.

De Vila Boa, capital de Goiás, Villa Real regressou descendo o rio Araguaia até o Pará. Seu relato apresenta distintos etnônimos para identificar os Apinajé, habitantes das margens do rio Araguaia. Em seu *Diário da navegação que fez Thomaz de Sousa Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho, desde Villa Boa, capital de Goyazes, até a cidade*

do Pará,[62] Villa Real afirmou que, passando a Serra das Andorinhas, em 1793, avistaram canoas dos Karajá, que informaram que se houvessem canoas à frente "eram do *Pinagé*, que eram matadores".[63] Seguindo viagem, passando uma cachoeira grande e uma ilha, não avistando mais a serra, encontraram uma ilha pequena a esquerda e uma praia grande a direita, onde avistaram "rastejo de gentio *Pinagé*".[64] Ao passar por uma grande ilha, foi informado pelos Karajá que havia uma aldeia dos *Pinagé* à direita. Na margem havia duas canoas que os Karajá saquearam, além de raptarem uma mulher e duas filhas pequenas, que foram embarcadas. Quatro léguas em frente passaram por duas ilhas grandes à direita e avistaram mais duas canoas dos *Pinagé*. Os Karajá "carregaram tudo que acharam, como também as canoas".[65] Duas ilhas grandes à direita a frente chegam os Karajá "muito contente" com mais cinco canoas que haviam tomado dos *Pinagé*. A descida de Villa Real pelo rio Araguaia indica a localização de "portos" e destaca as inúmeras canoas utilizadas pelos Apinajé na navegação fluvial. Além disso, mencionou a existência de uma aldeia, que não estava na margem do rio.[66]

Após alcançar o forte de Alcobaça, no baixo Tocantins, Villa Real retornou subindo o Araguaia e escreveu outra crônica. O *Diário da viagem que fez pelos rios Tocantins e Araguaya a transportar os índios silvestres da nação Carajás às suas habitações*.[67] Neste outro relato, ele muda a denominação para *Pinaré*, o que parece ter sido um equívoco, uma vez que a carta do governador Francisco de Souza Coutinho, de 7 de março de 1793, mencionou o desejo de estabelecer uma fundação na confluência dos rios Araguaia e Tocantins "para conter em respeito aos *Apinagés*".[68] Apesar das distintas denominações utilizadas por Villa Real (*Pinagés* e *Pinarés*), parece que o etnônimo *Apinagés* já era conhecido e utilizado na província do Pará pelo menos já nas últimas décadas do século XVIII e parecia designar o subgrupo Apinajé do Araguaia.

Nesse retorno a aldeia dos Karajá, Villa Real mencionou a localização de três aldeias Apinajé, duas localizadas próximas à margem do Araguaia e uma localizada em uma ilha do rio. Reconstituindo seu trajeto, a partir da foz do rio Araguaia, passou por algumas ilhas até localizar uma aldeia *Pinaré* em uma grande ilha. Ele indicou os nomes dos *principais* (caciques) da "nação *Pinaré*: *Tebore: Dacuacoriti*: *Uatira*". No dia seguinte, informou que de frente para a ilha, na parte oriental, havia outra aldeia

dos *Pinarés*. Uma terceira, "logo adiante da parte do occidente está outra aldêa, aonde os *Carajás* chegaram, fallaram, dançaram e negociaram com os ditos *Pinarés*".[69] Os relatos de Villa Real indicam relações de conflito e interação entre os Apinajé e seus vizinhos Karajá.

Ele lista ainda as "nações" que habitavam o Araguaia: *Carajá, Pinaré, Jacundá, Tacuayuna, Aruaque, Uacuruhá, Araueré, Carauadú, Carauaú, Carajahi, Tapirasse, Iparanim, Turiuara*. Algumas das referências dos povos habitantes das margens do Araguaia podem referir-se a povos Jê setentrionais: os *Tacuyauna* são, possivelmente, habitantes das margens do rio Itacaiúnas; os *Turiuara* que sugere ser uma variação dos *Turiguaras*, mencionados nos documentos do século XVII; os *Carauadú, Carauaú* que podem ser variações dos *Gradaú* ou *Kradaú*, que aparecerão nos documentos do século XIX como sendo grupos aparentados aos Kayapó setentrionais. No entanto, Villa Real não dá maiores detalhes sobre a localização geográfica desses povos.

Por recomendação régia, o governo do Pará decide, então, possibilitar a navegação dos rios. Em 1797, o governador José de Nápoles mandou reestabelecer junto a cachoeira da Itaboca a povoação reunindo moradores de Pederneiras e Alcobaça cujo objetivo era ainda evitar o extravio de ouro, a fuga de escravos de Cametá e conter as invasões e os ataques dos indígenas que viviam ao longo do rio, facilitando a navegação do rio Tocantins. Conforme Baena,[70] no mesmo ano, foi criada a vila de São João do Araguaia, na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins.

Havia uma controvérsia suscitada pela jurisdição dos governos do Pará e de Goiás sobre o território entre a foz do rio Araguaia e a foz do rio Itacaiúnas. Conforme Cunha Mattos, a vila de São João da Duas Barras, criada pelo governo de Goiás em 1801, foi erguida na margem esquerda do rio Tocantins, próxima a confluência do Itacaiúnas, mas não houve quem quisesse povoá-la. Em 1809, o governo colonial determina a criação de uma comarca do norte, ou Comarca de São João das Duas Barras, com sede na vila da foz do Itacaiúnas e encarrega a administração à Joaquim Theotônio Segurado. Nessa conjuntura, se funda próximo a foz do rio Araguaia o forte denominado de São João das Duas Barras (depois São João do Araguaia) com o objetivo de garantir a navegabilidade dos rios. Segundo Cunha Mattos, no "presidio de S. João das Duas Barras existiam em 1825, 42 praças de guarnição, 6 peças de artilharia, e poucos colonos.

O acesso do presídio de S. João é muito dificultoso o por causa dos recifes e no tempo das chuvas quase impraticável".[71]

Para além das disputas jurisdicionais entre os governos do Pará e Goiás, é importante ressaltar que o estabelecimento do forte se dava nas terras ocupadas pelos Apinajé no interflúvio Itacaiúnas-Araguaia. Desde a fundação do forte ocorreram uma série de conflitos entre as forças militares e os Apinajé, com claro objetivo de expulsá-los da região. O padre Silva e Sousa, em sua história de Goiás, escreveu em 1812, que os Apinajé "estava em paz, porém encontrando algumas pessôas da guarnição do presídio do Pará, que destruíram suas roças, as mataram: e em consequência d'isto foram cercadas as aldêas de guarnição militar, que até conduziu para esse fim artilharias, e foram assolados".[72] O naturalista Pohl afirmou em 1821 que quase toda a população Apinajé havia sido morta no conflito com as forças do forte de São João.[73] Nos relatos de Cunha Mattos, que visitou o forte em 1823, não aparecem referências às aldeias Apinajé próximas a São João da Duas Barras, sugerindo que talvez não mais habitassem as imediações do forte. Em fins do século XIX, o naturalista Henri Coudreau destacou na paisagem dessa região a existência de um igarapé denominado *Apinagés* (atualmente há um igarapé e um povoado com esse nome no local). Segundo Coudreau:

> Sobre todo o Furo de Cima, um pouco a jusante, o Araguaya recebe, na margem esquerda, o Igarapé dos Apinagés, cujo nome é agora apenas uma indicação histórica. Os índios Apinagés costumavam sair das florestas da margem esquerda em grande número, mas não aparecem neste lado há muitos anos. Teriam desaparecido das florestas paraenses. Os Apinagés teriam, ao que parece, ainda um aldeamento em Goyaz, no sertão de São Vicente, onde os civilizados tirariam a vantagem que normalmente se tira dele. Os últimos Apinagés, "mansos" e "civilizados" seriam muito poucos em número. Não haveria nenhum a sul do paralelo de São José (Tradução do autor).[74]

Dessa forma, podemos perceber que o estabelecimento do forte de São João das Duas Barras, durante o século XIX, levou os Apinajé a desocuparem a região do interflúvio Araguaia-Itacaiúnas, passando a ocupar unicamente a mesopotâmia Araguaia-Tocantins. Vale ressaltar a referência de Silva e Sousa da existência de aldeias Apinajé (no plural) nessa região. Portanto, é provável que houvesse mais de uma aldeia Apinajé no interflúvio Itacaiúnas-Araguaia entre fins do século XVIII e princípios do XIX.

Mapa 7: Possível localização das aldeias Apinajé, com base no relato de Villa Real e Coudreau

Nesse mesmo período, a frente de expansão maranhense também começou a estabelecer povoados próximos ao território Apinajé. Em 1810, Francisco José Pinto Magalhães fundou o povoado de São Pedro de Alcântara (Atual Carolina, no Maranhão), sobre "a antiga aldeia do *Macamekrans*".[75] Magalhães era morador do Arraial de Natividade e realizou seis viagens comerciais ao Pará. A partir destas viagens, segundo seu relato, percebeu a importância do povoamento das margens do rio Tocantins para garantir a sua navegabilidade. Assim, sem auxílio do governo colonial, foi estabelecer-se na margem do rio, próximo a foz do rio Manoel Alves.[76] Conforme a descrição da sua "conquista do gentio *Macamecran*", informa que habitavam duas aldeias localizadas a cinco léguas da povoação e que vieram estabelecer-se junto a ela "pela necessidade que eles tinham das minhas armas e da minha gente para os defender de outras nações inimigas". Estes povos eram "Cherente, Chavante, Canacategê, Norocagê, Poxety, [...] Porecamecran e Curecamecran".[77]

Através da aliança entre os colonos e os *Macamekrans*, se organizavam expedições contra os *Norocagês*, por meio das quais estes eram

capturados e vendidos como escravos, para roubarem as plantações e utensílios e capturavam outros grupos "para depois vende-los na Capitania do Pará".[78] Ribeiro mencionou ainda que, em 1816, uma expedição dirigiu-se aos *Augutgê* para convencê-los a seguirem com o grupo afim de reduzi-los, mas estes foram traídos e escravizados. Seu cacique foi assassinado e "os resto desta tribu, que não coube nas canôas do Pará, foi vendido a vários comissários volantes, que foram revendilhar no Piauhy".[79] Os colonos de São Pedro de Alcântara, com o auxílio dos Krahô, realizaram expedições com o objetivo de escravizar indígenas da região e pelo que indicam as menções de Ribeiro devem ter empreendido ataques aos Apinajé e povos aparentados.

No texto sobre as *Nações bárbaras de gentilidade entre os rios Tocantins e Araguaya*, Magalhães menciona a presença de "*Poxety*, *Noroquagê*, *Apinagê*, *Carajá* e *Coroty*.[80] Estas 5 nações são bárbaras e declaradamente nossas inimigas e infestam ambos os ditos rios que habitam".[81] Magalhães indicava que a única forma de garantir a segurança da navegação pelo rio Tocantins seria reduzir pela força esses povos considerados por ele como bárbaros.

> A Apinagê é nação barbara, e mui populosa, cujo número de guerreiros he tão grande que tem 16 cabos de guerra, homens de reconhecido valor e desmarcada ferocidade, cujos nomes são os seguintes: Puruturé, Pepucópo, Tepocranfo, Tepuerity, Tocamucô, Cancrety, Curcanty, Panhacáte, Tonty, Inhocrexú, Injaquety, Creroty, Icranxoiré, Oroncahaca, Orumuré, e Vetety, tem entre si muitos cristãos desertores das vizinhas Capitanias.[82]

A descrição feita por Magalhães sugere que ele teve contato próximo com os Apinajé, a tal ponto de registrar os chefes de guerra.

No mesmo ano em que Magalhães escreveu seu relato, o padre Luiz Antônio Silva e Souza mencionou os *Apinagés* como sendo um povo habitante de cinco aldeias nas proximidades da cachoeira de Santo Antônio no rio Araguaia.[83] Silva e Souza poderia estar referindo-se as três aldeias identificadas por Villa Real e outras duas localizadas próximas as margens do rio Tocantins e parece haver se confundido quanto a localização da cachoeira de Santo Antônio, situada no rio Tocantins. Vale lembrar que o padre Silva e Souza não viajou pela região e, portanto, obteve essas informações de fontes indiretas. Essas referências de Villa

Real e Silva e Souza são as primeiras a indicar o território Apinajé, mas provavelmente não integravam um quadro geral de suas aldeias, uma vez que deveria haver outras aldeias que não estavam necessariamente localizadas próximos às margens dos grandes rios.

Ao analisar as fontes cartográficas, é possível perceber que um detalhamento mais preciso do extremo norte do interflúvio Araguaia-Tocantins só ocorreu no princípio do século XIX. O mapa a seguir, intitulado *Configuração do rio Tocantins, desde a villa de Cametá athé os portos reaes dos arraes de Pontal e Carmo*, possui diferentes versões, que trazem grafias semelhantes para referir-se aos Apinajé, porém, todas as versões têm datas incertas, mas que devem ter sido elaboradas nos primeiros anos do século XIX.[84]

Figura 20: Trecho do mapa *Configuração do rio Tocantins* [...] [18??][85]

O registro cartográfico apresenta o povo *Pinoré*, como habitante do extremo norte do interflúvio, e os *Apinejé*, como habitantes da margem esquerda do rio Araguaia. Outras variações desse mesmo mapa trazem grafias diferentes, mas com as mesmas localizações geográficas, o que indica os *Apinagés* estabelecidos na margem esquerda do Araguaia até a foz do rio Itacaiúnas e os *Pinarés* ocupando o interior do interflúvio Araguaia-Tocantins. Essas distinções para povos de língua Apinajé presentes

em uma mesma referência cartográfica podem representar diferenciações internas entre subgrupos ou aldeias Apinajé.

No *Mapa do interior da capitania do Maranham* abaixo, elaborado em 1819, pelo governo do Maranhão para indicar as fronteiras estabelecidas entre as duas províncias, podemos observar que são assinaladas três aldeias dos *Apinagés* próximas a confluência dos rios Araguaia e Tocantins. Uma outra aldeia está indicada como sendo pertencente aos índios *Pinarés* próximo a um igarapé de mesmo nome. Essas fontes cartográficas parecem indicar as informações de Lisboa e de Villa Real sobre as aldeias Apinajé identificadas por eles.

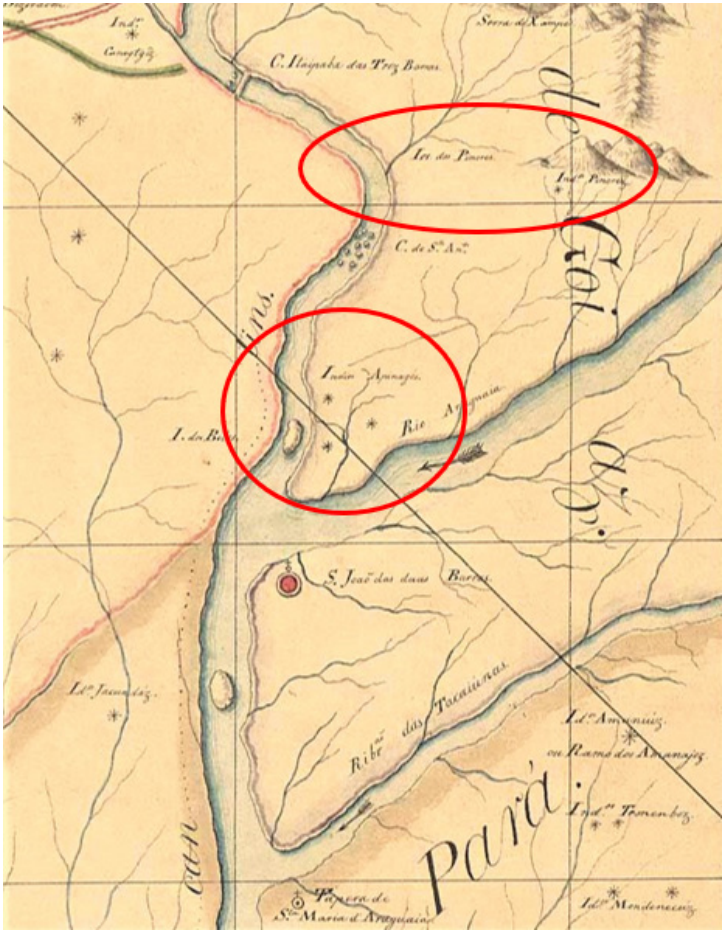


Figura 21: Detalhe do *Mapa do interior da capitania do Maranham*, de 1819[86]

Estas fontes cartográficas indicam que distintos etnônimos eram utilizados para referir-se aos Apinajé. *Apinagés* e *Pinarés* poderiam designar distintos subgrupos de língua Apinajé, onde os primeiros representariam o subgrupo do Araguaia e os outros os do Tocantins. Esse dado reforça a ideia da distintividade dos subgrupos de língua Apinajé, identificados pela cartografia, ocupando áreas distintas.

O militar português Francisco de Paula Ribeiro, atuando como comissionário para a definição de limites entre Goiás e o Maranhão, realizou um levantamento territorial da província do Maranhão. Paula Ribeiro percorreu a região do sul do Maranhão, mas, ao que parece, não as terras a oeste do rio Tocantins. De São Pedro Alcântara desceu as margens do rio Tocantins, passando a foz do rio Farinha na margem leste. Pelo tempo que permaneceu na região, obteve informações sobre os povos indígenas que habitavam a margem oeste do rio. Ele indicou que eram os "*Albarajá*, *Carajahí*, *Jacundá*, *Amaniú*, *Mondurucú*, *Apinagé*, *Norocoagé*, *Sacamecram*, *Pexetí*, *Angetgé*, *Cherente*, *Chavante*, *Pepuxí*, *Tapirapé*, *Tacamedú*, e *Caraús* ou *Macamecrans*; todas barbaras, intrataveis [...]".[87] Em seu *Mappa geographico da capitania do Maranham: que pode servir de memoria sobre a população, cultura, e couzas mais notáveis da mesma capitania*, elaborado em 1819, Paula Ribeiro espacializa os povos habitantes do interflúvio e da margem esquerda com base nas informações que recebeu de terceiros. Ele indica que o território a oeste do rio Tocantins, ao norte da foz do rio Farinha, estaria ocupado pelos *Xocamecra*, *Augutgê, Norocoagês* e *Apinagés*, e nos territórios à oeste do rio Araguaia eram habitadas por *Apinagés*. Outros povos não identificados foram indicados pelas iniciais *N.B.*, que poderia significar "nações bárbaras", porém, não há registros que confirmem esta hipótese.

Figura 22: Detalhe do *Mappa geographico da capitania do Maranham* [...] (1819). Em destaque *Apinagés*, *Norocoagês* e *Augutgê*[88]

O mapa de Ribeiro indica que os *Apinagés* estariam localizados no interflúvio Tocantins-Araguaia, como também nas terras localizadas à oeste do rio Araguaia. Ao norte do rio Farinha, na margem ocidental do rio Tocantins, na altura da cachoeira das Três Barras, Ribeiro localiza os *Norocoagês* e os *Augutgê*. Quanto a designação de *Augutgê* (*Angetgê*),

Nimuendajú sugere a possibilidade de ser uma distorção de *Ahótyê*, que equivaleria a Apinajé. Se considerarmos a espacialidade desses grupos indicados por Ribeiro em seu mapa, pode-se perceber que os *Norocoagês* (*Nyurukwayé*) – possivelmente os Kayapó - estariam ocupando áreas entre distintos grupos Apinajé (*Apinagés* e *Augutgê*). Os *Augutgê* estavam localizados na margem de um pequeno ribeirão abaixo da cachoeira das Três Barras, na margem esquerda do rio Tocantins. Essas informações trazidas por Ribeiro reforçam a existência de distintas designações para referir-se aos grupos falantes de língua Apinajé. Apesar da imprecisão cartográfica de seu mapa, pode-se perceber que os três mencionados acima encontram-se ao norte da foz do rio Farinha.

O mapa etno-histórico de Nimuendajú apresenta os *Nyurukwayé* como vizinhos imediatos dos Apinajé. Segundo ele, *Nyurukwayé* seria sinônimo dos etnônimos *Norocoagê*, *Norogagê*, *Noroguagé*, *Noroquagê* e *Unuruguajé*, e derivava da palavra Apinajé para habitação: *nyurukwá*. Os povos Timbira utilizavam a designação Apinajé para referir-se a esse povo, que vivia ao sul dos Apinajé, na margem esquerda do rio Tocantins.[89] Nimuendajú informa que foi um erro dos cronistas associaram os *Nyurukwayé* a um subgrupo Xerente, e Verswijver alerta para a impossibilidade de estes serem classificados como um grupo Timbira. Segundo Verswijver, *nhyrkwã* significa habitação para os Kayapó: "Considero Nhyrkwãjé mais uma designação antiga que foi dada aos Kaiapó" (tradução do autor).[90] Os *Nyurukwayé* não mais aparecem nos documentos a partir de 1844. Conforme Verswijver, isso pode sugerir que os Kayapó adentraram o bioma amazônico, atravessando o rio Araguaia, na altura da foz do rio Pau D'Arco, entre 1820 e 1850.

Sobre a "reconstituição do processo de cisão a partir do grupo de origem e das sucessivas migrações" dos grupos Kayapó setentrionais, Vidal destaca que os *Xikrin* afirmavam que o grupo ancestral (*Gorotire-Kumren*) se dividiu em *Pore-kru* (ancestrais diretos dos *Xikrin*) e os *Gorotire*. Em seguida, os *Pore-kru* cindiram-se em *Put-Karôt* (*Purukarod*, no mapa de Nimuendajú) e *Kokorekre*, que viriam a formar os *Djore* (*Dyore*). Na reconstituição do histórico dos *Put-Karôt*, Vidal se vale da memória dos anciãos para sugerir que os Kayapó ocuparam a região das cabeceiras do rio Cateté em período anterior a primeira década do século XIX, expulsando outros povos que habitavam o local. Segundo Vidal os *Xikrin*

se deslocavam em viagens periódicas às cabeceiras do rio Itacaiúnas para uma aldeia chamada *Roti-Djam*, indicando que eles utilizavam as florestas do rio Cateté e os campos do alto Itacaiúnas. Vidal sugere que a chegada dos Kayapó nas cabeceiras do Itacaiúnas ocorreu em um período anterior a hipótese aventada por Verswijver sobre a travessia do rio Araguaia. De fato, como vimos na documentação, é forte a evidência de que os Jê setentrionais Trans-Tocantins (línguas Apinajé e Mẽbêngôkre) estivessem localizados a oeste do rio Araguaia já no século XVIII, podendo ser essa data ainda mais antiga. Esse fato sugere a possibilidade de distintas rotas de migração dos Jê setentrionais para o interior do bioma amazônico.

As primeiras informações sobre as aldeias Apinajé localizadas próximas ao rio Tocantins foram trazidas por Raymundo José da Cunha Mattos (1776-1839). O militar português e historiador, que em 1823 foi nomeado comandante de armas de Goiás, viajou para as povoações do norte da província com o fim de "trazer a civilização aos índios de Tocantins".[91] Em sua *Corografia histórica de Goiáz*, Cunha Mattos mencionou a fundação de um povoado chamado de Três Barras em 1816, na altura da cachoeira de mesmo nome, e que em 1825 viria a adotar a denominação de Carolina. Essa povoação estava localizada nos arredores das aldeias Apinajé próximas ao rio Tocantins. Ele diz ainda que se juntaram a essa povoação "um vasto numero de Indios *Apinagés* ou *Pinayés*, *Otogés*, e *Afotigés*".[92] Segundo seu relato:

> Aldêa Carolina: Esta aldêa logo abaixo da cachoeira das Três Barras, na margem esquerda do Tocantins tem apenas 81 moradores christãos, alli, congregados por Antonio Moreira da Silva, que conservava amizade com os chefes das aldêas dos *Apinagês*, *Otogês* e *Afotigês*, próximos à mesma povoação do Moreira. Estas aldêas são: *Bom Jardim*, com mil almas, e *Santo Antonio,* cinco leguas distante do porto do mesmo nome com 1500 almas. Outra aldêa de *Santo Antonio*, 500 pessoas. *Afotigês* na Carolina sobem a 120 almas; *Araguaya* – entre o Tocantins e o rio Araguaya conta com 1400 almas.[93]

Dessa forma, Cunha Mattos indica a existência de quatro aldeias Apinajé com uma população aproximada de 4.400 pessoas, além de outros 120 que viveriam na povoação de Carolina. No mapa *Carta Corografica Plana da Província de Goyaz* abaixo, elaborado por Cunha Mattos, aparecem as indicações da povoação de Carolina e de duas aldeias Apinajé nas imediações. Indica ainda a ilha *Apinagé*, localizada no rio Tocantins.

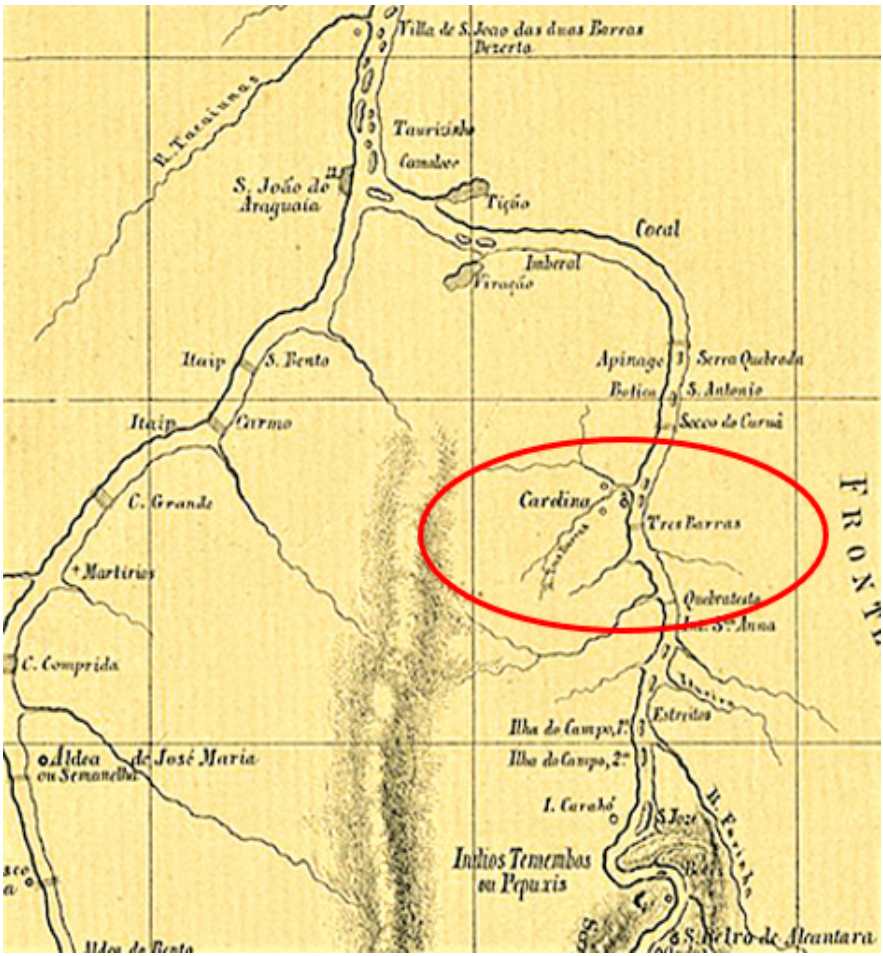


Figura 23: Carta Corografica Plana da Província de Goyaz [94]

Em 1844, Francis de Castelnau[95] navegou os rios Araguaia e Tocantins e passou alguns dias nas aldeias Apinajé. Conforme suas próprias palavras, seu projeto consistia em "em reabrir o Araguaia à navegação, que desde muitos anos tinha sido interrompida por causa dos morticínios praticados pelos índios".[96] Em seguida, subiria o rio Tocantins, apesar das dificuldades decorrentes de suas numerosas cachoeiras. Castelnau não visitou as aldeias Apinajé do Araguaia, mas afirma que eles possuíam aldeamentos próximos à confluência. Subindo o rio Tocantins a partir da foz do Araguaia, Castelnau localiza os Apinajé na margem esquerda do rio. Já

na altura da cachoeira de Santo Antônio, ele encontrou uma cabana com um morador não indígena onde viviam doze Apinajé.

Quando Castelnau chegou a Boa Vista, a vila contava com cerca de 1.500 habitantes. Boa Vista foi fundada, em 1818 por Antônio Faustino e Venâncio, que se desligaram de uma bandeira oriunda de Pastos Bons, no Maranhão, e fixaram-se na margem esquerda do rio Tocantins, a pouca distância rio acima da cachoeira das Três Barras. Em 1834, São Pedro de Alcântara passou a ser designada como Carolina, quanto assumiu a jurisdição dessas povoações. Na mesma época, os habitantes da povoação localizada nas Três Barras mudaram-se para Boa Vista. Neste local, em 1841, o frei Francisco Monte São Vitor montou uma missão que denominou de "Pacífica". A documentação oficial da província de Goiás aponta que se estabeleceu um aldeamento com a presença de indígenas Apinajé, Gradaú e Krahô que contava com cerca de 800 indivíduos em 1847.[97]

Segundo Verswijver, os Kayapó setentrionais foram identificados também pelo etnônimo *Gradahú* (*Gradahô* ou *Kradaú*), que seria a designação Karajá para o referir-se a esse povo. No entanto, Nimuendajú fala que os Apinajé viam os *Gradahú* como um povo distinto dos Kayapó setentrionais.[98] Cunha Mattos menciona a presença dos *Gradaú*, em 1824, entre o baixo Araguaia e o médio Tocantins. Castelnau acreditava que *Gradaó* era o etnônimo dado aos Kayapó setentrionais: Diz ele:

> A partir desse ponto [Cachoeira dos Martírios no Araguaia] e até o forte de São João das Duas Barras, talvez mesmo um pouco além, há uma nação de índios que os brasileiros só conhecem pelo nome de grande nação, através das informações colhidas dos Xavantes. A margem direita do Araguaia é ocupada inteiramente por estes últimos, que são donos da margem norte do Crixás-Açu. Ocupam eles o espaço entre o Araguaia e o Tocantins, até a altura de Boa Vista, onde esbarram com o território habitado pelos Apinajés, seus inimigos.[99]

Assim, conforme a afirmação de Castelnau, os Apinajé tinham entre seus principais inimigos os *Gradahú*, informação corroborada pelos dados etnográficos de Nimuendajú. É interessante notar que o aldeamento Apinajé, fundado em Boa Vista em 1841, vila administrada pelo frei São Vitor, indica a presença dos Gradaú até pelo menos a década de 1870.

Em 1859, outro visitante não indígena narrou sua experiência em uma aldeia Apinajé. Em seu *Itinerário da cidade de Palma, em Goyaz, à cidade de Belém no Pará, e breve notícias da província de Goyaz*,[100] o juiz da comarca de Palma, em Goiás, Vicente de Ferreira Gomes, visitou uma aldeia Apinajé. Ele recebeu a informação de que havia, a oeste de Boa Vista, três aldeias Apinajé com uma população aproximada de 2 mil indivíduos. Ele fala da existência de uma aldeia dos *Gradaús* na margem esquerda do rio Tocantins, no entanto, se equivoca ao sugerir a que havia uma aldeia Karajá na margem direita do rio. Nimuendajú aponta que esta aldeia deveria ser dos Gavião.

Se as pistas presentes nessas descrições forem corretas, poderíamos apontar a existência de aldeias no interflúvio Itacaiúnas-Araguaia, que não foram propriamente indicadas. As informações são recorrentes em destacar a existência de três, quatro ou cinco aldeias Apinajé ao longo do século XIX. No entanto, se analisarmos as histórias Apinajé, podemos perceber que as referências às aldeias antigas indicam uma ampla região onde poderia haver um conjunto de aldeias Apinajé. Porém, se observarmos a mobilidade dos Apinajé ao longo desse período passamos a relativizar a noção de território com fronteiras definidas.

3.3 Os corsários do rio Tocantins: guerra e a mobilidade

As guerras possuíam um significado importante nas relações dos Apinajé com outros povos indígenas.[101] Nimuendajú fala que guerras de conquista ou voltadas para a escravização de outras pessoas eram desconhecidas entre os Apinajé. Segundo ele, a vingança era a principal motivação para moverem-se à guerra. Em correspondência de 1829 dirigida a Miguel Lino Moraes, "comandante da Aldeia Carolina", se "ordena que tenham cautela e prudência no trato com os índios Krahô e Apinayé, amansando-os mediante bom acolhimento, não incomodando a sua liberdade [...] Dessa maneira, não estarão estimulando estes índios à vingança".[102]

Figura 24: Guerreiro Apinajé, Francis de Castelnau[103]

Em outros momentos, os Apinajé e os Krahô estiveram unidos em alianças militares. Em 1858, um ofício do governador Francisco Cerqueira dirigido ao frei Francisco do Monte São Vito relatou um ataque desses povos contra os Gavião, "fazendo grande mortandade e resgatando cem indivíduos, aos habitantes de Vila Boa do Tocantins".[104] Além disso, repreendeu o missionário pela sua participação. Essa aliança entre os Apinajé e os Krahô perdurou até a década de 1920, quando os Krahô saquearam a aldeia Gato Preto, como veremos mais adiante.

A relação dos Apinajé com os vizinhos Timbiras – habitantes da margem oriental do rio Tocantins – Gavião e Krikati parece ter sido bem belicosa. Na passagem de Castelnau pelas aldeias Apinajé, ele descreveu um acontecimento que apresenta aspectos dessa relação:

> Na margem oposta do rio Tocantins era frequente verem-se os índios Gaviões; contou-nos o nosso hospedeiro que pelas noites de luar claro ouviam-se as

> músicas desses selvagens, que dançavam na praia. [...] Contou-nos todavia que os Gaviões, expulsos pelos Xavante, tinha querido pouco tempo antes conseguir dos Apinajés, permissão para se fixarem na outra margem do rio.[105]

É destacado que os Gaviões não obtiveram sucesso em sua demanda, indicando que o extremo norte do interflúvio era controlado pelos Apinajé. No entanto, Nimuendajú alerta que Castelnau deve ter cometido um erro, pois deveria tratar-se dos Krikati.[106] De fato, percebe-se que os Apinajé possuíam um território relativamente consolidado na região do interflúvio, com o reconhecimento desse domínio por povos vizinhos.

Entretanto, as atividades bélicas dos Apinajé estendiam-se muito além da região do interflúvio. Conforme documento do século XVIII analisado por Karasch, no baixo Tocantins, em um local conhecido como Pederneiras, estabeleceu-se "um grande mocambo de escravos fugidos chefiados por uma mulher", formado por negros fugidos das zonas de mineração em Goiás, que foi abandonado devido a ataques constantes de "gentios". Segundo Karasch, estes "gentios" eram, possivelmente, os Apinajé, que informaram Nimuendajú destas "correrias".[107]

Suas narrativas falam ainda de histórias de ataques aos *Kupẽ rop*. Fausto indica que a designação mais frequente para os indígenas que se localizavam na margem esquerda do baixo curso do rio Tocantins era o dos *Cupenlobos* ou *Kupen-rob* (na língua Apinajé, *kupẽ* = não indígena; *rob* = jaguar), que habitavam as margens do lago Vermelho.[108] Esse etnônimo difundiu-se pela denominação que os Apinajé faziam desse povo.

As relações entre os *Kupẽ rop* e os Apinajé são descritas através da história de *Pẽp Pyxihti*. Esse era um jovem guerreiro[109] que viajou até o território dos *kupẽ rop* com o objetivo de roubar missangas. "Segundo a narrativa, havia uma figura estranha em formato de bicho lagarta numa árvore do pátio da aldeia [dos *kupẽ rop*], que se alimentava das folhas da árvore e produzia missangas por meio de suas fezes".[110] Na história apresentada a partir da pesquisa de Cassiano Apinagé, *Pẽp Pyxihti*, seu irmão *Pẽrkrokre* e sua filha atravessaram as matas e o rios para chegarem ao território do povo *Kupẽ Rop*.

> Após essa longa viagem, chegaram ao território dos *Kupẽ Rop*. Ficaram ali em volta da aldeia, observando o movimento para depois verem como atacariam este povo para obter as missangas. Passaram a observar as fontes de banho da

aldeia e identificaram uma delas, onde havia as massas de puba (mandioca amolecida na água para o preparo da farinha), que é a tarefa de mulheres.
Por isso, perceberam que mais tarde elas viriam para apanhar. Permaneceram ali atentos, à espera das mulheres *kupẽ rop*. Finalmente, elas apareceram para apanhar as massas de puba. Pẽp Pyxihti e seu irmão Pẽrkrokre atacaram as mulheres, mataram todas elas e levaram consigo os cestos de missangas, enfeites como colares, pulseiras, cocar, tangas e outros objetos pertencentes as mulheres *kupẽ rop*.
Retomando o caminho de volta às pressas para o território Apinajé, Pẽp Pyxihti iniciou o canto em memória do episódio ocorrido (ataque as mulheres *kupẽ rop*), chamado de *kupẽ wapo* [...].[111]

Após uma longa viagem de volta, sendo perseguidos por *kupẽ rop*, os três Apinajé atravessaram o rio Araguaia, a caminho do seu território. No retorno à aldeia, pararam no acampamento dos *Pẽp*. Após o anúncio de seu retorno, entraram na aldeia, onde foram recebidos em um rito cerimonial e passaram a distribuir as missangas do *kupẽ rop*. "Esses cantos realizados pelo *Pẽp Pyxihti* ao longo de sua viagem de volta, hoje são cantados no cerimonial *Mẽokrepox rundi* (que atualmente é realizado como ritual de finalização de luto quando ocorre a morte de alguém) e são chamados de *mẽgrer kryyre*".[112] *Amhàk* (Teresinha) contou-me, certa vez, a história do Pẽp Pyxihti relatando que um *Kupẽ* norte-americano possuía um colar com as missangas do *kupẽ rop*, depois doado para seu filho Cassiano.

Figura 25: Colar de miçangas de osso do Kupê Rop[113]

Os Karajá também estabeleciam relação de guerra e paz com os Apinajé. Conforme vimos, a viagem realizada por Villa Real contou com a colaboração dos Karajá para realizar a navegação do rio Araguaia. As informações passadas pelo cronista indicam uma relação belicosa entre os Karajá e os Apinajé que habitavam a Araguaia. Os Karajá disseram que os Apinajé "eram matadores" e que a expedição deveria ter cautela ao atravessar seu território. Mas já na viagem de volta às suas aldeias, os Karajá foram até as aldeias Apinajé, "dançaram e negociaram". Essas informações sugerem que as relações entre esses povos eram cambiantes.

No entanto, uma hipótese trazida por Nimuendajú chama a atenção. Segundo ele, os Apinajé seriam um dos poucos Jê setentrionais a fabricar embarcações e dominar a navegação. Ele afirma ainda que os Apinajé "aprenderam a arte da navegação dos Xambioá-Karayá".[114] O domínio da navegação é um fator extremamente relevante na forma como os Apinajé exerceram sua territorialidade ao longo dos séculos XVIII e XIX. Esse fator expressava o alcance de suas ações, o controle territorial na região do Bico do Papagaio e moldaram as relações interétnicas estabelecidas pelos Apinajé no período, constituindo-os como uma força corsária ao longo da bacia do rio Tocantins

A expressão "gentio de corso" foi utilizada no período colonial para designar alguns povos, como os Paiaguá e Guaicuru, na região do Chaco, e os Mura no rio Madeira. Significava a

> [...] imagem náutica utilizada no período colonial para definir os povos que permaneciam afastado dos povoamentos, constituindo uma ameaça aos empreendimentos coloniais, saqueando e roubando as aldeias de índios domésticos e as embarcações coloniais.[115]

Em seus *Annaes* da história do Maranhão, Berredo mencionou os combates realizados contra o "gentio de corso" que ocorriam na foz rio Amazonas, na província do Pará. Também utilizou a expressão "Tapuyas de corso" para referir-se a esses povos.[116] Berredo não atribuiu diretamente essa designação aos Apinajé, mas, como pudemos observar, eles constituíam-se uma ameaça às ocupações não indígenas ao longo do rio, atacando as povoações de Cametá, Pederneiras e Alcobaça, no baixo Tocantins. Foram construídos fortes com o objetivo de impedir que os Apinajé promovessem suas "correrias".

No alto Tocantins, suas incursões guerreiras são mais incertas, apesar de haver menções aos ataques de *Pinarés* em meados do século XVIII. Mas as referências ao seu território fluvial, seja no Araguaia ou no Tocantins, são recorrentes. Elementos da paisagem, como ilhas e igarapés, recebem designações que remetem a eles. Os cronistas identificaram até mesmo um "porto" Apinajé no Araguaia, o que não ocorreu com outros povos indígenas da região. Por tudo isso, parece evidente que os Apinajé constituíram uma relevante força naval, podendo ser qualificados como corsários do rio Tocantins.

Quando, em 1774, Antonio Tavares Lisboa desceu toda a extensão do rio Tocantins até a sua foz no Pará, encontrou em seu caminho uma grande quantidade de balsas de indígenas que eram usadas para a travessia do rio. Os vestígios deixados pelas travessias eram recentes e indicavam que haviam sido feitas por grande quantidade de pessoas. Em suas palavras:

> Nesta praya ultima achamos três balças do gentio que atravessou da direita para a esquerda, e as arrastou para a praya e tão frescos erão os rastos delle que julgamos ser daquelle mesmo dia, e de não pequeno numero de gente. Costumão certamente fazer ali passagem por se verem balsas antigas, e estrada seguida [...].[117]

No decorrer do caminho, Lisboa descreve ainda locais onde se concentravam grandes quantidades de balsas. Em sua descida, alguns pontos do rio caracterizam-se pela concentração de balsas nas margens. Isso indica a mobilidade dos indígenas pela bacia do rio Tocantins e aponta para rotas de travessia e dispersão. Castelnau, em sua expedição pelo Araguaia e Tocantins, apontou as distinções entre as balsas de travessia e as canoas de ubá, utilizadas para a navegação. Segundo ele, os Xavantes e Xerentes não possuíam canoas. Ao passar pelo "sertão dos Xavantes", temendo os ataques dos *Canoeiros* e dos *Xavantes*, esclareceu que: os Canoeiros recebiam esse nome pelo hábito de estarem sempre navegando no rio com suas canoas, enquanto os Xavantes sabem apenas construir balsas, para atravessar os rios.[118] Castelnau mencionou que uma forma de fugir do ataque dos Xerente e Xavante consistia em navegar pelo meio do rio, uma vez que estes não possuíam canoas.

Essa distinção entre as embarcações e suas utilidades também são visíveis na descrição de Lisboa. Quando ele atinge a cachoeira das Três Barras, no médio Tocantins, descreve pela primeira vez indígenas em canoas. O local do encontro coincide com a foz de um pequeno ribeirão, que deságua no Tocantins, onde os Apinajé tinham uma aldeia.

> [...] seguimos por baixios encostados a ilha onde pella primeira vez nos cercou hum grande numero de gentios e além dos do cerco tantos erão os que se vião pella parte debaixo na praya da esquerda, que parecião regimentos formados andando actualmente tres canoas a pasar indios para engrossarem o cerco. Passamos as canoas a mão por hum canal sêco, sendo percizo arrancar pedras com lavancas para podellas arrastar trabalho em que gastamos o dia todo, com as armas sempre prontas; neste tempo tivemos algumas investidas de frexas, disparando porem alguns tiros rebatemos o furor dos gentios, que se puzerão mais distantes. Fizemos pouzo em huma coroa no meio do rio á falla com elles, que toda a noute tocarão buzinas e outros similhantes instrumentos, e poderiamos andar meia legoa.
> No dia 25 de Agosto sahimos pellas sette horas no rumo de noroeste a vista de toda aquella multidão que nos acompanha com duas canoas, e hum grande esquadrão que marchou pella margem da esquerda a esperarnos onde estreita mais o rio, donde lançavão frechas, que não podião chegarnos pella nossa prevenção.[119]

Dos povos Jê setentrionais e centrais que habitavam a bacia do rio Tocantins em meados do setecentos, somente os Apinajé dominavam a navegação.[120] Segundo Silva e Sousa, os Apinajé "gyram por terra, e navegam em ubás que eles mesmos fabricam".[121] Como já mencionado, Nimuendajú afirmou que eles provavelmente aprenderam a técnica de construção de canoas com os Karajá e/ou os Xambioá. Também podemos supor que os Apinajé tivessem se adaptado à navegação pela interação com grupos Tupi que viviam no interflúvio e mobilizavam grandes contingentes navais ainda nos primeiros séculos da invasão europeia. A expedição de Martim Rodrigues, no início do século XVII, presenciou um grande número de canoas nas aldeias Tupi do interflúvio. Mais de 300 canoas foram mobilizadas para que os *Catingas* subissem o Araguaia junto com os paulistas. Cada canoa de ubá dessas transportava cerca de dez pessoas.

No entanto, pelo que indicam as fontes, durante o século XVIII, os Apinajé parecem ter exercido certo controle sobre a navegação da bacia do rio Tocantins e do território do interflúvio. Villa Real mencionou que os Karajá reconheciam as áreas abaixo das cachoeiras dos martírios no rio Araguaia como sendo área de influência Apinajé. Muitas canoas são vistas nas margens do rio e a designação "porto Apinagé" vai aparecer na cartografia no decorrer do século XIX. As referências cartográficas de princípios do século XX ainda indicavam uma série de elementos na paisagem que fazem referências aos Apinajé.

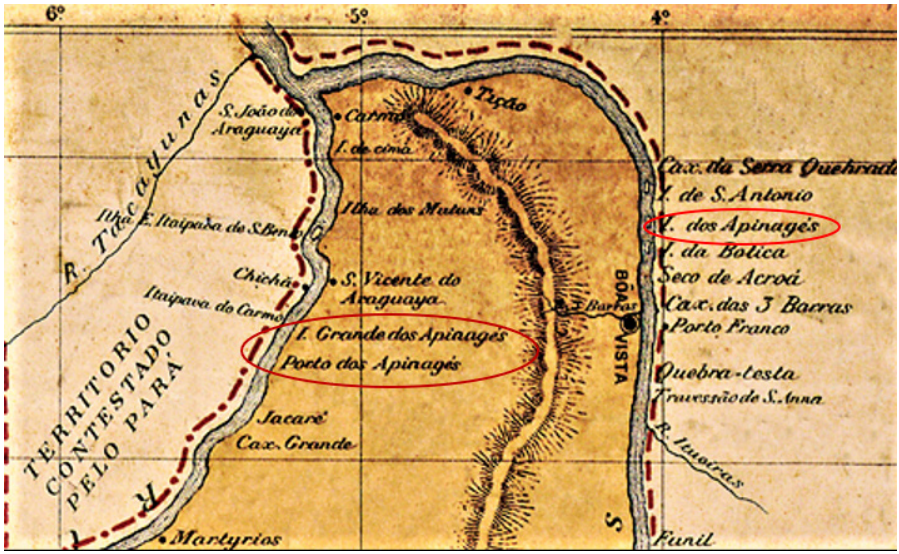


Figura 26: Mapa do início do século XX com referências ao Apinajé[122]

Os Apinajé se distinguiam assim dos demais povos Jê setentrionais e centrais pela fabricação e uso de canoas em atividades guerreiras e comerciais. Nas regiões do médio Tocantins, os Apinajé exercem controle entre a cachoeira das Três Barras até a cachoeira Santo Antônio, e possivelmente realizaram incursões subindo o rio Tocantins. Eles utilizavam a navegação como forma de adquirir ferramentas e outros utensílios com outros povos indígenas e com as povoações não indígenas da bacia do rio Tocantins. Na Carta de Francisco de Souza Coutinho, de 7 de março de 1793, há referências à ataques que os Apinajé realizavam contra as povoações de Cametá e outras ao redor. Na descrição do roteiro de Villa Real, em carta direcionada ao governador de Goiás, Coutinho fala da amizade estabelecida com os Karajá, que auxiliaram a dita expedição "servindo-lhes de guarda contra os seus inimigos os Apinagés, que habitam na boca do Araguaya". Ele afirma ainda que os Apinajé eram "uma nação poderosa e industriosa" e que, portanto, seria útil o estabelecimento de comércio com este povo, "visto que nos roubos que nos tem feito em Cametá se contentam com as ferramentas que precisam".[123]

Mapa 8: Mobilidade Apinajé na bacia rio Tocantins

Com veremos adiante, as relações comerciais entre os não indígenas do Pará e os Apinajé foram estabelecidas efetivamente em meados do século XIX, através do acesso ao porto de Belém. Depois de pacificada sua relação com os não indígenas,[124] eles passam a prestar serviços às embarcações que sobem e descem o rio em troca destas mesmas ferramentas e espingardas. Assim, fica evidente que os Apinajé se utilizaram de seus conhecimentos como navegadores para estabelecer relações comerciais com a província do Pará. O relatório reforça a relação entre os habitantes dessa província e os Apinajé.

Assim, é possível afirmar que os Apinajé, entre os séculos XVIII e XIX, exerceram uma influência efetiva não somente do território no interflúvio dos rios Araguaia e Tocantins, mas também além do Araguaia, próximo a foz do rio Itacaiúnas, na região amazônica. A utilização da navegação entre os Apinajé era uma atividade especializada, em que estes realizavam incursões comerciais e guerreiras para norte e sul. Assim, para além do território apresentado por Nimuendajú como área de ocupação histórica dos Apinajé, é possível perceber uma territorialidade, que através dos caminhos terrestres e fluviais alcançavam amplas áreas na bacia do rio Tocantins.

3.4 Os subgrupos Apinajé e suas aldeias

Em 1844, o naturalista Francis de Castelnau visitou duas aldeias Apinajé. Em uma viagem de 2,5 léguas à oeste da vila de Boa Vista, Castelnau chegou a uma aldeia Apinajé que lhe pareceu pouco interessante "porque os índios que nela habitam já adquiriram aquele começo de civilização que corrompe aos povos selvagens".[125] Ele estimou que viviam 40 pessoas em cada uma das 21 casas, dispostas em círculo, totalizando uma aldeia com 850 indivíduos. Nessa visita, chamou a atenção de Castelnau as grandes habitações dos Apinajé. Conforme suas palavras:

> As casas tinham todas a mesma forma e eram cobertas com folhas de palmeira, à moda das dos brasileiros. [...] Estas choças são bastante espaçosas, oferecendo internamente aspecto particular. Cada uma delas é habitada por diversas famílias, muito embora não existam quaisquer paredes divisórias. Dormem estes índios em camas de pau bastante altas e seus utensílios se

compõem principalmente de cuias e cabaças, além dos enfeites e armas, que cobrem literalmente as paredes.[126]

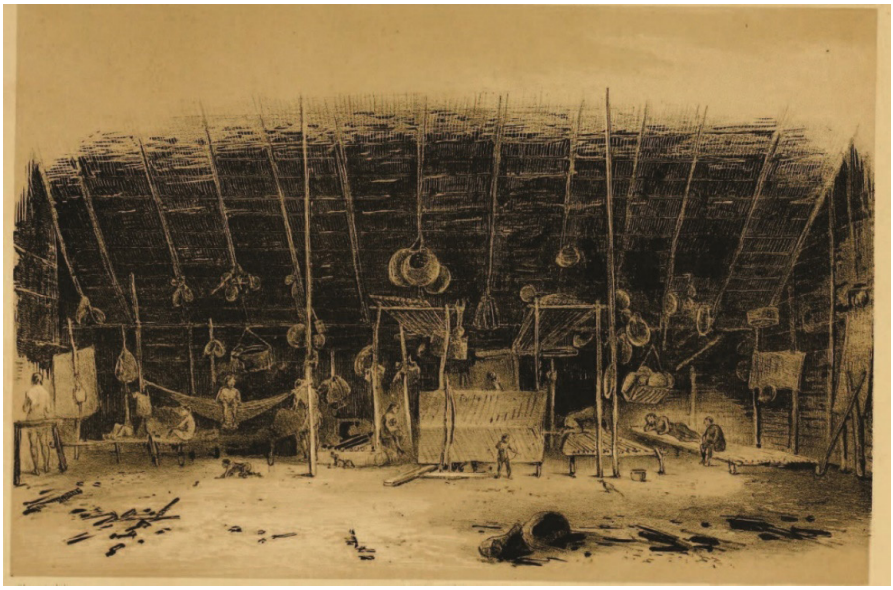


Figura 27: Uma habitação Apinajé, Castelnau[127]

Diferente dos padrões contemporâneos, as habitações feitas pelos Apinajé se caracterizavam por serem grandes casas, onde habitavam mais de um grupo familiar. Suas camas eram giraus elevados, mas a imagem mostra a presença de redes. Além disso, armas, ferramentas, cabaças e cestarias estão dispostas pelas paredes da habitação. Seguindo sua viagem, Castelnau vivenciou a realização de um ritual descrito e registrado por ele. Dessa experiência, ele narra:

> Os selvagens apareceram reunidos em grande número, entregues a uma das suas danças mais solenes. Estavam, na sua maioria, sarapintados de preto, de branco e de vermelho; muitos traziam magníficos enfeites de penas reluzentes. Ao pôr do sol adquiriram as danças renovada animação, chegando índios de todos os aldeamentos vizinhos, cada qual com a sua borduna, seu arco e suas flechas, senão uma lança, ou uma espingarda.[128]

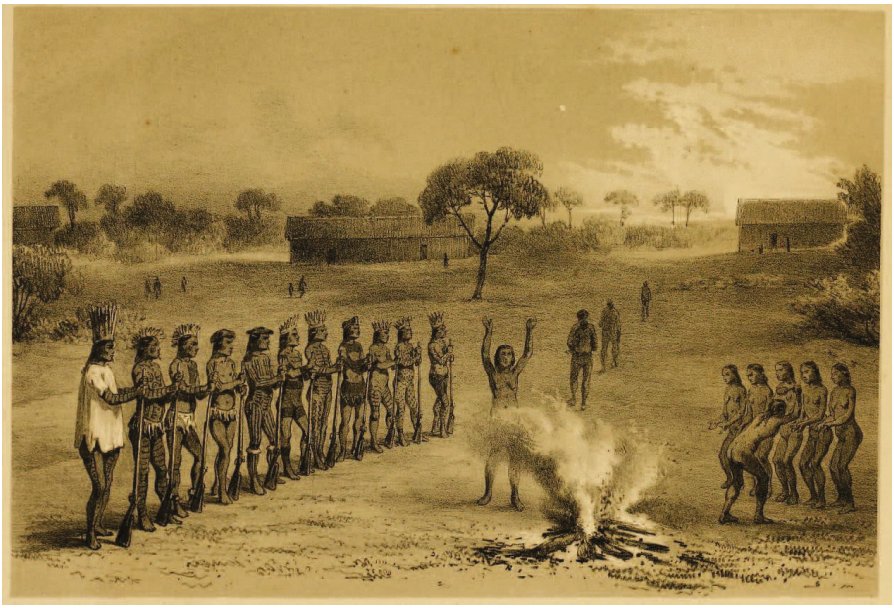


Figura 28: O ritual presenciado por Castelnau, possivelmente na aldeia Bom Jardim[129]

A experiência narrada pelo cronista descreve a realização de um canto cerimonial (que, pela sua descrição, não é possível indicar), muito similar aos cantos rituais Apinajé praticados no presente. A indicação do uso difundido da espingarda é representada na imagem acima, feita pelo próprio Castelnau. A litogravura feita por Castelnau é provavelmente um dos primeiros registros imagéticos de uma aldeia Apinajé. No canto inferior direito, as mulheres perfiladas realizam os cantos e danças rituais, com o cantor e seu maracá de frente para elas. Perfilados à esquerda da imagem, os homens adornados por pinturas e cocares empunham espingardas. Ao fundo, vê-se as grandes casas descritas por Castelnau com pessoas que vão e que vem pelo pátio da aldeia.

Castelnau mencionou ainda que as aldeias Apinajé eram circulares. As aldeias circulares relacionam-se às formas de ocupação dos povos falantes de língua Jê, entre eles os Apinajé, que ainda hoje mantêm esse padrão. Como vimos, a tradição ceramista Aratu foi associada aos povos falantes da língua Jê, com ocorrência arqueológica em amplas regiões do Brasil central, incluídos regiões do médio Tocantins. Quanto à localização das aldeias, a partir do estudo dos textos coloniais, Nimuendajú

afirmou que os Apinajé não localizavam suas aldeias na mata, mas em campo alto e aberto, a 500 metros dos cursos de água (ribeirões fortes ou rios permanentes), e que não se satisfaziam com pequenos córregos. Esse padrão de localização das aldeias persiste ainda hoje. Existem referências históricas de ao menos uma aldeia em uma ilha fluvial do Araguaia, mas, pelo que indicam as informações etno-históricas, eles não se estabeleciam imediatamente às margens dos grandes rios.

De maneira geral, o padrão de disposição das casas Apinajé é organizado de maneira a formar um pátio central. Na aldeia Irepxi, fundada em 2012, as casas começaram a ser constituídas de modo que, com o crescimento da aldeia, formassem um padrão circular. Outras aldeias, no entanto, como a aldeia Patizal e a aldeia Serrinha, possuem padrão retangular, como demonstram as imagens abaixo.

Figura 29: Vista aérea da aldeia Irepxi em junho de 2013, um ano após sua fundação, e imagem de satélite da mesma aldeia em 2021[130]

Nas considerações sobre a organização da sociedade Apinajé, DaMatta destacou que os Apinajé têm orgulho da forma de sua aldeia, mas sabem que elas não eram mais fisicamente circulares. No entanto, a aldeia é vista como unidade fundamental para suas referências e representação de sua "aldeia modelo, que aspira ser perfeitamente circular, cujas casas devem ser todas do mesmo tamanho".[131] Ao comentar a afirmação de Bus-

calioni[132] de que as aldeias Apinajé eram quadradas, Nimuendajú falou que, "se a irregularidade do círculo pôde de fato causar essa impressão, de certo isto não era intencional".[133] Segundo suas palavras:

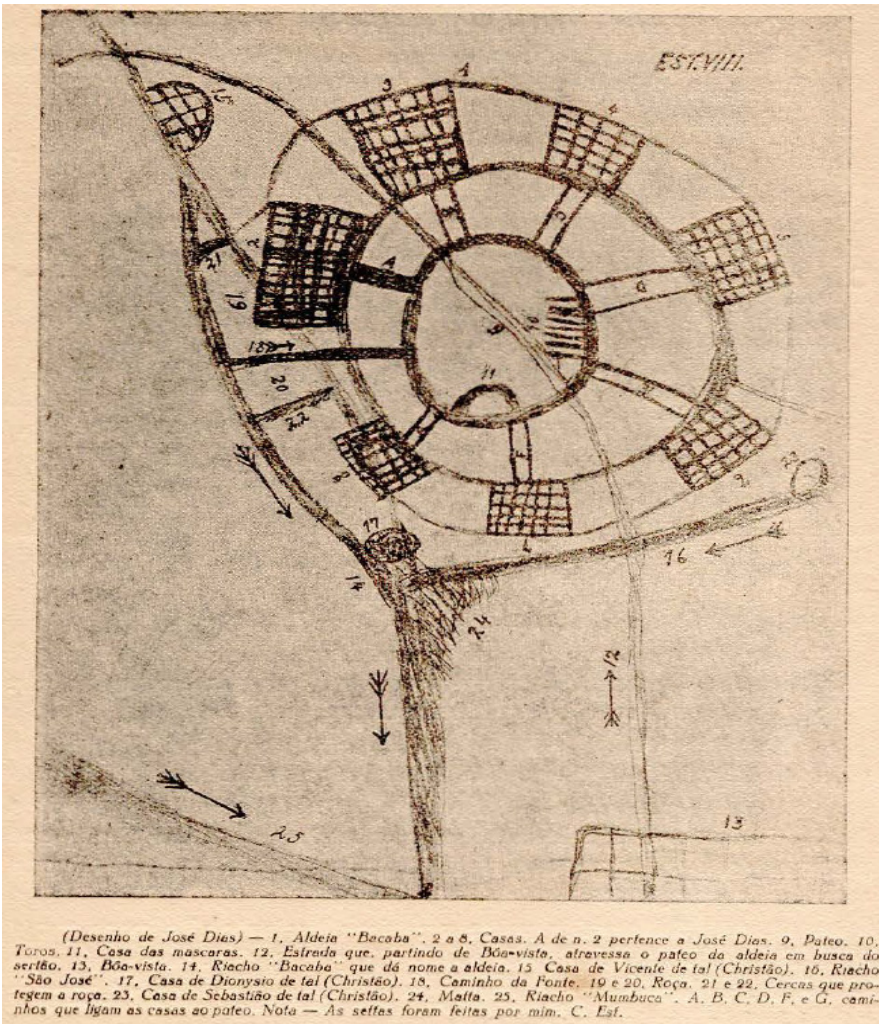
> [...] o plano da aldeia é inteiramente igual àquele das tribos campestres dos Timbira Orientais: as casas estão dispostas aproximadamente em círculo, ficando o lado mais comprido virado para a praça situada no centro. Um caminho largo que denominarei "rua" corre diante das casas ao redor do círculo interior. No centro acha-se o que chamarei de "praça", ligada a cada casa por um caminho radial, reto e limpo.[134]

Figura 30: Vista de satélite da aldeia Patizal em 2021 e vista aérea da aldeia Serrinha em junho de 2013[135]

DaMatta destacou que os Apinajé observam três distintas regiões no plano das aldeias: o centro da aldeia ou pátio, denominado *me-ingó*; a região das casas, *ikré*; e a região que fica fora dos limites da comunidade, em contato direto com a chapada, chamada de *atúk*. Para DaMatta, os formatos das aldeias permitem a eles "lerem" os arranjos ecológicos, que imprimem e demonstram as relações entre homens e natureza.

Já as informações oriundas dos cronistas do século XIX apontam sempre para o padrão circular das aldeias. O juiz da comarca de Palma na província de Goyaz, Vicente Gomes, que esteve entre os Apinajé em 1859, destacou que a aldeia era composta de 30 a 40 casas, com uma população de aproximadamente 600 indivíduos.[136] Segundo ele, "as casas todas formam um círculo, e no centro estão duas destinadas uma para os homens e outra para as mulheres que estão na puberdade, ou que se aproximam

a esse estado [...]".[137] Já o naturalista inglês Francis Castelnau, que veio à América a serviço da França e esteve entre os Apinajé em 1844, afirmou que as casas estavam dispostas em círculos de maneira a circunscrever uma grande praça central.[138] Conforme seu raciocínio, "como cada habitação contém em média umas quarenta pessoas e a aldeia possui vinte e uma casas, deve-se calcular a população desta última em 850 habitantes".[139] Essa aldeia mencionada por ele provavelmente era a aldeia Alegria.



(Desenho de José Dias) — 1, Aldeia "Bacaba". 2 a 8, Casas. A de n. 2 pertence a José Dias. 9, Pateo. 10, Toros. 11, Casa das mascaras. 12, Estrada que, partindo de Bôa-vista, atravessa o pateo da aldeia em busca do sertão. 13, Bôa-vista. 14, Riacho "Bacaba" que dá nome a aldeia. 15 Casa de Vicente de tal (Christão). 16, Riacho "São José". 17, Casa de Dionysio de tal (Christão). 18, Caminho da Ponte. 19 e 20, Roça. 21 e 22, Cercas que protegem a roça. 23, Casa de Sebastião de tal (Christão). 24, Malta. 25, Riacho "Mumbuca". A, B, C, D, F, e G, caminhos que ligam as casas ao pateo. Nota — As seltas foram feitas por mim. C. Est.

Figura 31: Representação gráfica da aldeia Bacaba feita por José Dias *Matyk*, em 1930[140]

Figura 32: Imagem de satélite da aldeia São José em 2021[141]

Esse padrão circular ou com as casas dispostas para formar uma praça central estabelecido entre os Apinajé, registrados nos documentos históricos e presentes até os dias atuais, corresponde ao padrão de disposição dos vestígios arqueológicos nos sítios associados aos povos Jê.

Chama a atenção a menção que Castelnau faz da chegada de indígenas de outros "aldeamentos vizinhos", ao ritual que ocorria no momento de sua estada entre os Apinajé. Essas informações sugerem que os locais habitados pelos Apinajé deveriam incluir outras aldeias, para além daquelas identificadas pelos cronistas.

Os processos de cisão e fusão de aldeias entre os Apinajé – bem como dos demais povos Jê setentrionais – levaram a movimentos migra-

tórios, conflitos e a constituição de novos grupos e/ou aldeias.[142] Ladeira indica – a partir de leitura de Francisco de Paula Ribeiro[143] e do estudo de Nimuendajú – [144] um padrão de alianças, cisões e guerras entre as dezenas de povos Timbira que habitavam o interior do Maranhão. Essas relações se davam pela separação ou aliança entre grupos, que permitiam a ocupação de novas áreas, propiciando uma ampliação territorial. Essa ampliação se processava quando um segmento se separava da aldeia inicial "para conquistar territórios de outros grupos mediante a guerra, em um contínuo processo de expansão".[145] Esse faccionalismo, compreendido por Ladeira como "modo de reprodução próprio aos grupos Jê em geral", leva à expansão territorial e diferenciação dos grupos. Os casos de fusão, pelo contrário, indicam retração territorial, "isto porque na medida em que um grupo/aldeia qualquer não consegue manter seu território frente ao *cupê* [não indígena] ele perde a sua autonomia, incorporando-se a outro grupo".[146]

Esse padrão em que opera a expansão e retração territorial entre os Jê setentrionais[147], conforme apresentado por Ladeira, deve ser considerado na observância das inter-relações entre os distintos subgrupos de língua Apinajé. Além disso, a dinâmica das relações políticas estabelecidas no interior de sua sociedade auxilia na compreensão dos processos de fissão de aldeias.

Segundo Nimuendajú, a aldeia é a unidade política fundamental dos Apinajé. Afirma ele: "Como entre os Xerente, a terra pertence a ela [a aldeia] e não à tribo, à metade (divisão dual da tribo), ou à família".[148] As aldeias devem ser observadas como entidades políticas autônomas. As etnografias de Nimuendajú e DaMatta destacaram que havia um chefe da aldeia (*Pahí-tí*) e um conselheiro (*Kapêl-txwúdn*), e que cabia ao *Pahí* a organização dos trabalhos da aldeia e a resolução de conflitos. Tanto a partir das etnografias quanto pela minha observação da figura do *Pahí* no contexto contemporâneo, se percebe que o *Pahí* não goza de poderes absolutos e seu poder depende da capacidade de coordenar as atividades da aldeia e de ser "bom, justo e conselheiro".

Ao analisar "as agências capazes de exercerem coerção social de modo direto"[149] entre os Apinajé, DaMatta fala que o poder da chefia da aldeia advém de determinados segmentos residenciais que "operam como grupo de coordenação econômica, como unidades de socialização e como gru-

pos de pressão social e política, numa palavra como, facções políticas".[150] Dessa forma, as "facções políticas" exercem pressão sobre o *pahí* e polarizam a disputa da chefia da aldeia. O *pahí* mantém seu poder na medida em que fortalece suas relações no âmbito dos distintos segmentos sociais, mas pressões políticas e disputas entre esses segmentos podem levar à divisão de uma aldeia. O processo de cisão das aldeias entre os Apinajé "liga-se diretamente de um lado aos arranjos motivados pela vida cotidiana; de outro, ao tamanho das aldeias. E por isso é expresso tantos nos mitos, quanto na memória das histórias das aldeias".[151] DaMatta admite não ter elementos suficientes para inferir sobre o processo de cisão em contextos históricos, mas sugere que o fator demográfico pode ter sido um dos responsáveis por essas divisões.

A presença dos distintos etnônimos nas fontes etno-históricas, utilizados para identificar os grupos falantes de língua Apinajé, sugere a existência de diferentes subgrupos Apinajé coexistindo em um mesmo momento histórico. Nos documentos dos cronistas do século XIX, os Apinajé são identificados por distintas designações, o que sugere essas distinções entre as aldeias ou entre grupos de aldeias. Paula Ribeiro [1815][152] localiza os *Norocagês, Augutgês* e *Apinagés* nas áreas ocupadas por eles atualmente. Cunha Mattos [1824][153] fala de *Apinagés*, *Afotigês* e *Otogês* para referir-se aos Apinajé.[154] Essas diferentes designações para referir-se aos Apinajé – ou mesmo a povos aparentados – aponta a existência de distintos subgrupos no âmbito dos falantes de língua Apinajé. Conforme aponta Oliveira Júnior,[155] os povos Apinajé, Kayapó e Suyá (Jê setentrional Trans-Tocantins) "organizaram-se na forma de subgrupos que atuavam como unidades políticas autônomas, ocupando cada qual uma determinada extensão territorial".[156] No início do século XX, os Apinajé encontravam-se distribuídos em três subgrupos, "ocupando cada qual uma determinada área contígua às demais".[157] Esses grupos eram: *Rôrcôjoire*, ligado às aldeias da sub-bacia do rio Araguaia; *Côcôjóire*, com aldeias próximas às margens do rio Tocantins; e *Krinjobrêire*, das aldeias localizadas perto dos ribeirões Grande e Mumbuca. Como veremos adiante, essas diferenças internas foram percebidas no processo de demarcação da Terra Indígena na década de 1980, através das reivindicações territoriais que se desdobravam em diferentes territorialidades.

Nos estudos realizados por Maria Elisa Ladeira,[158] foi localizada uma série de aldeias a partir da memória Apinajé. Ladeira aponta que elas representavam as aldeias constituídas em uma história mais recente, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Conforme a indicação:

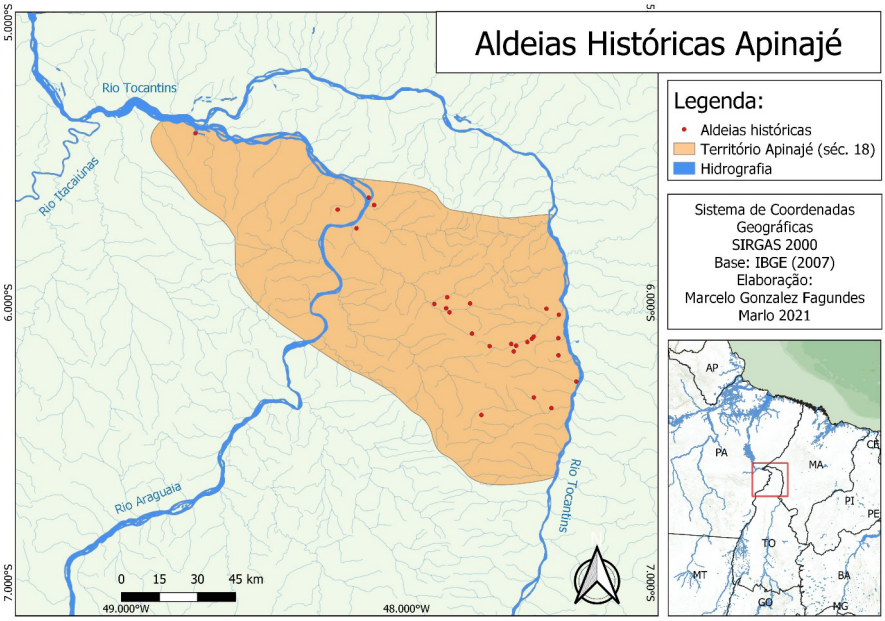
1) Os *Rôrcôjoire*, que possuíam aldeias que se estendia do rio Araguaia até as cabeceiras dos ribeirões São Benedito e São Martinho. Essas aldeias se ligam historicamente aos habitantes da aldeia Cocalinho e eram chefiadas pelo "capitão" *Nindò* (Pedro Laranja). Nessa região havia as aldeias na foz do São Martinho e a aldeia São Paulo, ambas nas margens do rio Araguaia. A pesquisadora destaca que a aldeia São Vicente – que havia sido indicada por Villa Real e de onde se originou a cidade atual de Araguatins – não estava mais presente nos relatos dos Apinajé. "O velho Chiquinho conta que, quando menino, metade do povo saiu da aldeia do São Martinho e foi para a aldeia São Paulo. Era uma aldeia grande, 'mas ninguém dormia sossegado com medo de levar borduna de Kayapó'".[159] Na década de 1920, esse grupo retornou para a região do Cocal, desocupando definitivamente as aldeias próximas ao rio Araguaia.

2) Os *Côcôjóire*, que possuíam território que se estendia a partir do ribeirão Carreira de Pedra até o ribeirão Grande, com suas aldeias localizadas próximas ao rio Tocantins, ligado à aldeia Mariazinha e chefiado pelo "capitão" *Pempkop* (Pedro Corredor). Os Apinajé contaram que "antes havia só uma aldeia, a aldeia Bonita, que por causa de uma briga entre os dois irmãos, *Intopó* e *Intocàre*, se cindiu. Um deles saiu e foi para a beira do ribeirão Pecobo, a aldeia *Wrỳmareidi*. Mesmo separados continuaram brigando até que *Intopó* matou *Intocàre*, mas as aldeias continuaram separadas".[160] Ladeira indica, assim, dois grupos de aldeias ligadas aos *Côcôjóire* ao longo sobretudo dos ribeirões Pecobo e Botica. Após outros deslocamentos, tornaram a se juntar no local da atual aldeia Mariazinha.[161]

3) Os *Krinjobrêire*, com seu território do ribeirão Grande até o ribeirão Curicaca, sob a chefia de Pedro Roxo. Esse subgrupo está ligado aos habitantes da atual aldeia São José. Ladeira indica que a aldeia mais antiga desse subgrupo seria a aldeia Bonita, "que deu o nome à gleba 'fazenda Aldeia Bonita' no município de Nazaré, quase na cabeceira do rio Gameleira. Atualmente no lugar tem uma fila de nome 'Natalco', onde bem no

centro existe ainda o 'limpo' do Pátio".[162] Depois desse local, rumaram para a aldeia Alegria, a partir de onde suas histórias passam a ser descritas nos documentos dos cronistas.

Com base no mapa elaborado por Ladeira e nas informações das fontes etno-históricas, elaborei o mapa a seguir, apontando a localização das aldeias Apinajé e a área de ocupação histórica. Algumas dessas aldeias foram indicadas por cronistas como Villa Real, Cunha Mattos e Castelnau. Uma, em especial, localizada próxima à confluência Araguaia-Tocantins, representa apenas uma inferência a partir das informações das fontes. Nessa referência cartográfica, percebe-se a preponderância das aldeias localizadas ao longo dos ribeirões Botica e São Martinho, sugerindo inclusive uma rota de ligação entre o território do rio Tocantins e do rio Araguaia. Nesse mapa não estão referenciadas as aldeias atuais dos Apinajé, que veremos adiante, apesar de alguns locais serem recorrentes.



Mapa 9: Aldeias antigas Apinajé

Para além de seu território no Bico do Papagaio, os Apinajé se caracterizavam por realizar expedições ao longo do rio Tocantins. Suas habilidades na construção naval e no exercício da navegação propor-

cionavam a eles um meio de aquisição de itens produzidos por outros povos, indígenas ou não. Os caminhos fluviais da bacia do rio Tocantins foram as rotas que levaram os Apinajé, para além do território definido por Nimuendajú. Nesse contexto, exerciam sua territorialidade para além das fronteiras de suas aldeias, permitindo a eles estabelecer certo controle sobre a navegação durante determinado período. No entanto, a consolidação das frentes de expansão e o estabelecimento de um aldeamento próximo ao território Apinajé iriam alterar substancialmente suas relações com a sociedade não indígena, exercendo forte influência na mudança do exercício de sua territorialidade.

Nimuendajú argumenta que os Apinajé entraram em "contato permanente" com a população não indígena a partir de 1797, com a fundação do forte de São João das Duas Barras. Entretanto, se considerarmos a intensidade do ciclo bandeirantista e jesuítico, oriundos do sul e do norte, alcançando a região do interflúvio Araguaia-Tocantins, podemos supor que o contato e a relação se deu em um período muito anterior. As expedições de apresamento e os "descimentos" que se abateram sobre os *Caatingas* e *Poquiguaras*, habitantes da confluência, além de outros povos, aponta que os falantes de língua Apinajé estavam inseridos em uma conjuntura de intensa interação étnica com outros povos indígenas e com os não indígenas, que passavam a ocupar a região cada vez mais. Analisar as distintas denominações utilizadas para referir-se aos Apinajé e as seus vizinhos possibilita um olhar mais ampliado para uma história Jê setentrional integrada. A espacialização dos territórios de influência dos Jê na região do Bico do Papagaio aponta para uma ocupação que data do século XVII.

4. Entre a fé e o progresso

Em 1841, se estabelece o chamado "aldeamento Boa Vista" no território Apinajé. Nessa conjuntura, cabe observar a estrutura da política indigenista imperial e a inserção dos Apinajé no âmbito das relações capitalistas. Os povos indígenas habitantes do extremo norte do interflúvio Araguaia-Tocantins foram direta ou indiretamente impactados pelas ações dos ciclos bandeirantistas e jesuíticos. A política indigenista colonial, transformada pelas reformas pombalinas, em 1754, procurava equiparar os indígenas aos colonos, garantindo-lhes a liberdade, promovendo os casamentos inter-raciais e suprimindo o trabalho dos jesuítas. Essa política pouco impactou os Apinajé, que naquele momento se encontravam às margens do alcance do poder colonial. Mesmo para Goiás como um todo, Karasch afirma que, no final do período colonial, a política indigenista "era uma questão secundária para os ministros do Conselho Ultramarino e funcionários da Fazenda; [...] os índios aparecem nos registros portugueses quando ameaçavam minas de ouro ou cidades mineiras".[1] Com a decadência da mineração em Goiás em fins do século XVIII e o êxodo populacional decorrente desse processo, a questão indígena passou a considerar a assimilação dos indígenas como mão de obra.

4.1 Os preceitos ideológicos e a política indigenista em Goiás

Com a revogação da legislação indigenista pombalina, em Carta Régia de 1798, iniciou-se um período de retomada de métodos violentos de contato com os povos indígenas, considerados "bravos".[2] Esse período coincide com a chegada das primeiras ocupações não indígenas em terri-

tório que se encontrava sob o domínio Apinajé. A ocupação não indígena do Bico do Papagaio – com o estabelecimento de povoações como São João das Duas Barras (1797), São Pedro de Alcântara (1811), Carolina (1816) e Boa Vista (1818) –, inserida no contexto das frentes de expansão, passaram a influenciar no exercício da territorialidade Apinajé. Com a chegada da família real portuguesa à América, em 1808, essa política repressora e violenta se consolidou através de Carta Régia que vigorou até a promulgação do Regulamento da Missões, em 1845.[3] Por volta de meados do século XIX, os Apinajé passaram a ser submetidos ao exercício da política indigenista imperial, através da implementação dos aldeamentos.

Esse processo coincide com a emergência e disseminação das teorias raciais oriundas do contexto de expansão imperialista europeia. Essas ideias influenciaram na forma com que o Estado imperial brasileiro enfrentou a questão indígena. O princípio do século XIX viu a emergência do conceito de "raça" inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os diferentes grupos humanos. Nesse contexto, as informações produzidas pelos viajantes naturalistas procuravam classificar e ordenar as diferenças entre as sociedades humanas. O desenvolvimento de uma vertente de pensamento *poligenista* – que acreditava na existência de distintos centros de criação humana e, portanto, de diferentes raças – foi impulsionado pelas teorias da frenologia e da antropometria, que interpretavam a capacidade humana tomando o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos.[4] Alinhado a esses preceitos, o naturalista francês Francis de Castelnau advogava pela inferioridade das raças indígenas e africanas. Em sua passagem pelo território Apinajé, ele realizou grande quantidade de medições antropométricas. Em suas palavras:

> Como já tínhamos feito com outras tribos, tomamos muitas medidas craniométricas dos índios Apinajés. Houve às vezes bastante dificuldade em conseguir que os selvagens nos permitissem usar o círculo de cobre que forma o instrumento formado para esse fim; não obstante, pudemos reunir durante toda a viagem cerca de trezentas observações desse gênero. Tomamos também, com todo o cuidado a altura de grande número de indivíduos, como também o comprimento dos membros. Procuramos ainda determinar com exatidão o comprimento do pescoço e a posição do umbigo. O número total de mensurações parciais atingiu o total de 18.000.[5]

A descrição que Castelnau faz de seus estudos reafirma sua crença na inferioridade das "raças não brancas". Escrevendo em terceira pessoa, ele indica que "para o naturalista, o estudo fisiológico do crânio prova o fato que a seguir descrevo e é confirmado pela observação de todos os dias". O fato a que se refere versa sobre o desenvolvimento intelectual inferior do negro. Segundo ele, "o fato é que, livre na África ou escravo no Novo Mundo, o negro é sempre preguiçoso, dissoluto, ladrão e mentiroso. [...] Forçado ao cativeiro, o negro engorda, ao passo que o índio da América se deixa morrer".[6] No ímpeto de experimentar suas teorias sobre o desenvolvimento intelectual, Castelnau convence o *pahi* Apinajé a entregá-lo uma criança. Segundo ele:

> [...] consegui que o chefe a Apinagé me desse um menino de seis anos de idade. Meu desejo era levá-lo comigo e poder assim acompanhar o desenvolvimento da inteligência numa criança selvagem. O pequeno *Catama* [*Katàm*], como era chamado, era filho do chefe. Nunca pude saber ao certo sua história; mas, contou-me ele mais de uma vez ter sido confiscado pelo vendedor, pelo fato de ter matado uma galinha a flechada. Cederam-mo em troca de uma espingarda. A pobre criança ficou muito amedrontada desde que se viu no meio de estranhos; mas depressa se consolou diante de algumas laranjas e um pouco de açúcar [...] *Catama* muitas vezes me falou depois dos sustos que experimentou nos primeiros dias que passou conosco. Ele tinha pensado que íamos devorá-lo.[7]

A indicação de que *Katàm* contou-lhe histórias, por mais de uma vez, sugere que o pequeno Apinajé conviveu por alguns anos, ao menos com Castelnau, a ponto de aprender a língua portuguesa. Mais adiante em sua viagem, Castelnau menciona o pavor que sentiu *Katàm* na presença dos Krahô e, posteriormente, constatou que "essa criança era bastante esperta e inteligente" e já esboçava suas primeiras palavras em português. Além disso, *Katàm* tornou-se "ótimo cavaleiro". Não foi possível saber ao certo sobre o destino de *Katàm*, mas supõe-se que tenha vivido mais anos com Castelnau. Ao que tudo indica a experiência americana de Castelnau e, talvez, seu convívio com o jovem *Katàm* tenham alterado um pouco sua percepção sobre os indígenas da América. No entanto, havia ainda para ele certo limite para o desenvolvimento civilizacional desses povos. Segundo ele:

> No que respeita aos índios, a longa permanência que fiz entre os selvagens levou-me a convicção de que não existe na espécie humana nenhum ramo incapaz de adquirir, não direi um grau avançado e completo de civilização, mas, pelo menos, a suficiente para vencer as primeiras etapas do progresso neste sentido, abandonando os recursos precários da caça e da pesca, para tirar o cultivo do solo os meios necessários ao seu sustento. Desta mudança de hábito decorre muitas outras transformações; a família se organiza e nasce o direito de propriedade, formando-se assim aos poucos uma sociedade onde até então havia individualidades esparsas, ou tendo entre si, quando muito, os liames da tribo. Aos missionários é que cabe promover esta regeneração [...].[8]

Todas as "espécies humanas" eram passíveis de serem "regeneradas" de seu estado de barbárie e alcançar "as primeiras etapas do progresso", sedentarizando-se e formando a propriedade privada da terra. Essa missão regeneradora caberia aos missionários cristãos, pois só eles seriam capazes de suportar tantas privações e perigos. Castelnau reforça que esse processo se inicia com o abandono de sua condição de caçador-coletor e a adoção de práticas agrícolas sedentarizadas. A necessidade de sedentarização dos indígenas estava ligada, principalmente, ao controle e acesso sobre os seus territórios.

Nessa perspectiva, a partir da Independência do Brasil, em 1822, a política indigenista passou a dar maior ênfase a questões econômicas, com o objetivo de transformar os indígenas em trabalhadores agrícolas. Essa política foi simbolizada, por exemplo, pela inserção da questão indígena na jurisdição do Ministério da Agricultura. Um dos expoentes da definição da política indigenista estabelecida no Império foi José Bonifácio. Em projeto apresentado à Assembleia Constituinte em 1823, ele apregoava que fossem adotados métodos para aldear e catequizar os "índios bravos".[9] Segundo Bonifácio, esse projeto enfrentava inúmeras dificuldades, entre elas, as derivadas da índole "preguiçosa" dos indígenas, além dos medos arraigados decorrentes dos "cativeiros antigos" e do "roubo contínuo das suas melhores terras".[10] Dessa forma, deveriam mudar a maneira com que eram tratados os indígenas, uma vez que "o homem primitivo nem é bom, nem mau naturalmente, é um mero autômato, cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação e benefícios".[11] Bonifácio destacou que os métodos para alcançar a "civilização dos índios" consistia na compra das terras indígenas, abertura

de comércio, criação de colégios de missionários para a catequização, o incentivo à vinda de missionários, a criação de presídios militares e a organização de bandeiras para localizar "índios bravos dos matos e campos para serem aldeados". Ele apresentou ainda uma série de regras para o estabelecimento do aldeamento missionário. Para Carneiro da Cunha, os "Apontamentos" de José Bonifácio foram aprovados "em princípio" pela Assembleia Constituinte, mas não foram incorporados ao projeto constitucional. A Constituição de 1824 apenas declarou a competência das províncias para promover missões e catequese dos indígenas.[12] Mas, como aponta Gagliardi, esse documento foi uma síntese da política indigenista nas primeiras décadas do século XIX. Conforme Alvim e Pompa:

> As ideias de José Bonifácio fizeram eco nos debates do futuro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que foram fundamentais para a elaboração da política indigenista imperial desde 1840, que culminou no programa indigenista imperial de 1845: o regulamento das missões.[13]

Dessa forma, assim como os "Apontamentos" de Bonifácio serviram para indicar os caminhos da política indigenista imperial, a atuação de letrados no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) serviu para moldar uma visão sobre a história dos indígenas no Brasil e sobre a forma como esses deveriam ser civilizados.

As primeiras informações mais consistentes sobre os Apinajé vieram de um militar português que ganhou notoriedade como sendo um dos fundadores do IHGB. Raimundo Jozé da Cunha Mattos, atuante funcionário da Coroa portuguesa e intelectual, chegou ao Brasil em 1817. Tendo aderido ao movimento independentista de 1822, foi nomeado para ser governador das armas da província de Goiás com o objetivo de proteger militarmente as fronteiras do norte goiano de uma suposta invasão de tropas portuguesas que estariam no Maranhão. Em junho de 1823, ao chegar a Vila Boa de Goiás, Cunha Mattos verificou a situação das instalações militares e ao tomar conhecimento das agitações no extremo norte da província iniciou os preparativos de uma expedição para conter a situação. A caminho do norte de Goiás, Cunha Mattos recebeu a notícia de que as tropas aliadas à coroa portuguesa, lideradas pelo major Francisco de Paula Ribeiro, haviam sido derrotadas na altura da cachoeira de Santo Antônio, próximo a povoação de Carolina, por tropas formadas por ho-

mens de Pastos Bons e por indígenas Apinajé. Esse fato, como veremos adiante, parece influir na utilização dos Apinajé como contingente militar ao longo do século XIX.

Cunha Mattos era um militar com habilidades intelectuais e político-administrativas que procurou através de seus escritos servir ao Estado imperial recém-fundado. Por isso, registrou o seu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiaz*, redigido entre 1823 e 1826, e *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*[14] escrito em 1824, mas que só seria publicado em 1874 e 1875. "Como um militar formado na tradição do iluminismo português, ele acreditava que a ciência devia ter uma utilidade social e contribuir para o progresso".[15]

Em 1838, ao lado de Januário da Cunha Barboza, Cunha Mattos, então membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), propôs a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro com o objetivo de contribuir para o progresso do Brasil. Vinculado ao Estado imperial, visava consolidar a soberania territorial e auxiliar na construção de uma identidade histórica nacional. De acordo com Guimarães,[16] o IHGB se propunha a construir uma história do Brasil e para isso iniciou um debate que culminou no lançamento de um concurso, vencido por Karl Friedrich von Martius, com a obra intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicada em 1844.[17] Nesse contexto, Cunha Mattos redigiu a sua *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*, lida na seção do IHGB no fim de 1838 e publicada somente após seu falecimento em 1839. Nesse estudo, ele ressaltou a necessidade de se conhecer o passado dos indígenas brasileiros para a construção de uma história do Brasil. A temática indígena tornou-se uma das prioridades dos artigos da revista do IHGB e foi abordada por diversos membros do instituto, como Januário da Cunha Barbosa e Adolfo Varnhagen.[18]

Em sua proposta "acerca da divisão das épocas da História do Brasil", sugere ordená-las em três: a primeira à dos "aborígenes ou autochthones"; a segunda do "descobrimento pelos portugueses" e da administração colonial; e por fim, a terceira dos acontecimentos depois da formação do sistema de governo imperial. No que tange a época dos indígenas, Cunha Mattos aponta que existem poucas informações pela falta de "monumen-

tos bíblicos lapidares" e que "essa parte da História do Brasil existe enterrada debaixo de montanhas de fábulas". Em suas palavras:

> Se eu houvesse de escrever a história dos aborígenes do Brasil, ver-me hia tão embaraçado. Todos os que em epochas mais ou menos remotas tem dissertado a respeito d'elles, muitos historiadores improvisaram, e quiseram mostrar como factos certos e evidentes, aquelles que nasciam de simples conjecturas. A sciencia da linguistica que agora começa a cultivar se, é aqui ha de mostrarmos a origem das tribos ou nações; nem esperemos que os homens que não possuem monumentos de séculos mais ou menos remotos, nos digam se se reputam autochthones, ou se vieram de terras longínquas estabelecer-se nos lugares que ora se acham. As tradições entre os índios são mui confusas e disparatadas.[19]

Ele exaltava a necessidade de conhecimento das línguas indígenas como forma de não somente compreender seu passado, mas para possibilitar a civilização dos indígenas.[20] Estas concepções de Cunha Mattos sobre a escrita da história dos indígenas apresentam traços dê uma "visão moderna da história", tal como afirma Guimarães. O destaque ao papel revelador que a linguística poderia ensejar, indicando à origem dos povos, traz uma visão inovadora para compreensão do passado pré-colonial. Mas a crítica feita à tradição oral dos indígenas está ligada à concepção própria da época do caráter científico da moderna escrita da história baseada em fontes "fidedignas". No entanto, ele lamenta que o governo colonial português não tenha realizado explorações etnográficas e arqueológicas e que, por isso, pouco se sabe sobre estes temas. Mas as dificuldades de escrita da história dos indígenas em um passado pré-colonial decorrem ainda, segundo ele, porque "a maior parte dos índios é demasiadamente estupida, quase todos são pessimos interpretes, e os chamados mansos e civilisados, tem até certo ponto perdido a sua linguagem". Além disso, tal como afirma Cunha Mattos, muitos naturalistas estrangeiros que vieram ao Brasil e escreveram sobre os indígenas não possuíam conhecimento e, por isso, "[...] alguns d'elles improvisaram, e até se inculcaram conhecedores de tribus, que nunca viram, e de idiomas e dialetos, que nunca examinaram [...]".[21]

Apesar de destacar a importância dos estudos sobre os povos indígenas para compor uma história do Brasil, Cunha Mattos advoga pela necessidade de civilizar os indígenas como forma de aproveitar sua mão

de obra em benefício do progresso nacional. Ele mencionou que, em maio de 1824, os *Apinagés,* instigados por um habitante do Maranhão, atacaram o comandante Moreira, fundador da antiga povoação Carolina. Não tendo êxito, os Apinajé foram em grande número para "a aldeia do Araguaya". Cunha Mattos reafirma que, quando em seu retorno chegou a Porto Real, remeteu "armamentos e munições ao comandante em ordem de trazer os *Apinagés* à paz. Até agora não se tem tratado da civilização destes aborígenes".[22]

Essas ideias sobre os indígenas do Brasil, encampadas por Bonifácio e Cunha Mattos, influenciaram na formatação de uma política indigenista pautada na ideia da necessidade de civilizar os "índios bravos" por meio da catequização. Em 1831, foram revogadas as cartas régias que legitimavam a guerra e a escravidão indígena. Na década de 1840, o governo imperial passou a incentivar a vinda de missionários capuchinhos, que oficialmente começaram a chegar ao Brasil em 1843, com o objetivo de catequizar os indígenas, retirando-os da condição de nômades e errantes, sedentarizando-os e permitindo a utilização de sua mão de obra. Assim, através do estabelecimento dos aldeamentos missionários, acreditava-se que seria possível levar os indígenas à civilização, incorporando-os a sociedade brasileira em gestação.

Em 24 de julho de 1845, foi promulgado o Decreto n. 426, intitulado "Regulamento acerca das Missões de Catechese e Civilização dos Índios", que estabelecia as normas de administração dos povos indígenas com a finalidade de transformá-los em trabalhador. O decreto prolongava "o sistema de aldeamentos e explicitamente o entende como uma transição para assimilação completa dos índios".[23] Como forma de introduzir os indígenas no âmbito das relações capitalistas, o decreto ansiava transformá-los em trabalhadores braçais, concentrando-os nos aldeamentos e liberando suas terras para a colonização. No entanto, grande parte das medidas dos "Regimentos da Missões" não foi efetivamente implementada.

Tal como aponta Carneiro da Cunha, o decreto de 1845 era uma legislação subsidiária de uma política de terras, corporificada pela Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras. Essa lei tornava a terra uma mercadoria que só poderia ser adquirida por meio da compra. O Estado torna-se intermediador entre as terras de domínio público (devolutas) e as terras privadas. A promulgação dessa lei estava

inserida na conjuntura da extinção do tráfico de escravos e da necessidade de substituição de mão de obra.[24] No que se refere à questão indígena, a lei previa que o Estado deveria reservar terras devolutas para a colonização dos indígenas. No entanto, outro dispositivo, o Aviso Ministerial, de 21 de outubro de 1850, "mandava sequestrar e incorporar" as terras dos indígenas que estivessem "confundidos na massa da população".

Dessa forma, a política de aldeamentos permitia a concentração de indígenas próximos às povoações não indígenas, possibilitando a utilização de sua mão de obra e liberando suas terras para a colonização. Aldear os indígenas significava reuni-los e sedentarizá-los sob governo missionário ou leigo. Carneiro da Cunha explica que:

> O processo de espoliação torna-se, quando visto na diacronia, transparente: começa-se concentrar em aldeamentos a chamadas "hordas selvagens", liberando-se vastas áreas, sobre as quais seus títulos eram incontestes, e trocando-as por limitadas terras de aldeias; ao mesmo tempo, encoraja-se o estabelecimento de estranhos em sua vizinhança; concedem-se terras inalienáveis às aldeias, mas aforam-se áreas dentro delas para seu sustento; deportam-se aldeias e concentram-se grupos distintos; a seguir, extingue-se aldeias a pretexto de que os índios se acham "confundidos com a massa da população"; [...]. [25]

Esse processo de espoliação dos territórios indígenas, materializado pela política de aldeamentos, apresentou diferentes características regionais, que variavam em forma e tempo. A política indigenista implementada em Goiás assumiu características próprias, vinculadas às condições sócio-históricas da colonização não indígena. Como afirma Karasch, "a política indigenista refletia cada vez mais os interesses locais".[26] Essa política era geralmente estabelecida por governadores nascidos em Goiás e poderosos fazendeiros e que, portanto, caracterizava-se pelas particularidades locais. Esse localismo auxilia na compreensão das distinções do estabelecimento da política de aldeamentos em Goiás.

A Lei de Terras teve pouca efetividade na expropriação das terras indígenas na província de Goiás, uma vez que a ocupação não indígena, derivada das frentes de expansão, era recente e não havia se estabilizado. Além disso, nesse momento, a população indígena no norte da província superava, em muito, o número de habitantes não indígenas. Conforme

Leandro Rocha, a primeira concessão de terra pública a um particular ocorreu somente em 1873.

> O "esbulho" das terras indígenas nesta área processou-se, isto sim, como resultado do confronto direto entre índios e brancos, que geralmente ocorria de duas maneiras: na primeira, dos choques entre os elementos das frentes e os índios resultava ou a sua resistência ou a sua migração para outro local; na segunda, pela atuação direta do estado, através dos presídios, os índios eram expulsos de determinados locais ou agrupados nos aldeamentos, liberando extensas áreas de perambulação indígena para instalação de colonos brancos.[27]

Na segunda metade do século XIX, Goiás vivenciou um recrudescimento de violências envolvendo os povos indígenas. Entre 1850 e 1860, foram registrados vários ataques dos Xavante e dos Canoeiros aos arraiais do centro-sul da província (Cavalcante, Amaro Leite, São José, Traíras, Pilar, Crixás, Jaraguá, Meia Ponte, Corumbá e Santa Luzia). Com objetivo de resolver o problema indígena na província, organizaram-se bandeiras. "Embora a legislação não permitisse, o Estado, através dos presidentes de província, utilizou-se, não poucas vezes, da força militar contra os índios".[28] Essa incompatibilidade entre a legislação indigenista imperial e a prática estabelecida pelas autoridades provinciais estava assentada no poder das oligarquias rurais.

As diferenças na aplicação da política indigenista variavam também segundo as regiões da província, "sendo o norte [de Goiás] mais independente".[29] No sul da província, apesar dos ataques dos Xavante e dos Canoeiros, a ocupação não indígena já havia "conquistado, escravizado, civilizado ou exterminado os índios, assimilando os sobreviventes 'pacificados'".[30] No norte da província, no entanto, a maior parte dos indígenas não havia sido subjugada. Para que se tenha uma ideia, no *Relatório apresentado á Assemblea Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinária de 1859* o presidente da província Francisco Januário da Gama Cerqueira indicou que uma quantidade considerável de indígenas estava fora do alcance da política de aldeamentos. Sobre a "catequese e civilização dos índios", ele esclarece:

> Pouco se ha conseguido até hoje, senhores, e muito resta ainda fazer-se a bem da civilisação das numerosas tribus aborigenes, que ahi vivem errantes pelas nossas florestas, em uma condição verdadeiramente miseravel.

> Penso que não sou exagerado avaliando em 25 a 30:000 os indios selvagens, que percorrem o território da provincia; ao passo que não chega, provavelmente, a 5:000 o n.º dos que existem aldeados.[31]

O norte da província de Goiás era responsável por boa parte dessa população de "tribos aborígenes" que não estavam sedentarizados. A ameaça de ataques dos indígenas foi um obstáculo constante no estabelecimento de povoações ao longo dos rios Araguaia e Tocantins. Esses canais como vias principais de comunicação da província encontravam-se praticamente inacessíveis até o século XIX. A rota pelo rio Tocantins era mais utilizada, mas sofria com "deficiência de abastecimento para os navegantes, a escassez de mão de obra para a tripulação e os ataques indígenas".[32] No entanto, as povoações do extremo norte do interflúvio possuíam uma comunicação mais efetiva com a província do Pará através do baixo curso do Tocantins. As margens do rio Araguaia, principalmente a partir da ilha do Bananal até sua foz, permaneciam completamente desabitadas de população não indígena até meados do oitocentos.

Como medida para solucionar o problema de isolamento da província e garantir as rotas de ligação fluvial, o governo provincial iniciou, a partir década de 1840, ações para a criação de novos aldeamentos e a fundação de presídios ao longo do curso dos rios. O objetivo da construção de presídios era o de afastar os indígenas hostis e abastecer e prestar assistência às embarcações que utilizavam os rios como rota. Era caracterizado como:

> [...] um misto de estabelecimento penal, colônia agrícola e estabelecimento militar. Constituía um "pequeno mundo", composto de casas arruadas cobertos de telhas e instalações diversas e complexas: residência do comandante, enfermaria, casa de arrecadação, carpintaria, ferraria, quartel, casa de administração, casa de engenho e casa de escola.[33]

A partir de 1850, por ordem do Estado imperial, iniciam-se a construção de presídios no rio Araguaia. São construídos os presídios de Santa Izabel e Leopoldina e, em 1852, o de Januária. Com o objetivo de proteger as vilas dos ataques dos Canoeiros são incentivados a implementação de presídios no alto Tocantins. Durante a administração de Couto Magalhães, o governo provincial criou os presídios de São José

do Araguaia (1861) e Jurupensen (1864), e determinou a reconstrução do presídio de Santa Maria (1861), que havia sido destruído pelo ataque dos Karajá e Xambioá, em 1813. Foi solicitada também a transferência de indígenas Apinajé do aldeamento Boa Vista para Santa Maria devido às inúmeras utilidades que seriam propiciadas pela presença deles neste presídio. O deslocamento de indígenas Apinajé para o presídio de Santa Maria, por volta de 1864, serviria para conter o ataque dos *Gradaús* e para sua utilização como tripulantes das embarcações que navegavam pelo Araguaia. Como veremos adiante, nas relações estabelecidas com a província, os Apinajé serão inseridos na lógica das relações capitalistas através da utilização de sua mão de obra como agricultores, remeiros e tropas militares, o que indica uma relação diferenciada das estabelecidas com outros povos indígenas do norte goiano. Por ora, atentemos para o chamado "aldeamento Boa Vista".

4.2 O(s) aldeamento(s) de Boa Vista

Os primeiros aldeamentos de Goiás foram estabelecidos ainda no século XVIII, no entanto, concentravam-se nas terras ao sul da província. No século XIX, a partir do contexto da política indigenista imperial, novos aldeamentos foram instalados, alcançando os povos indígenas do norte da província. Entre 1840 e 1860, foram criados os aldeamentos de Janimbú (1845) e Santa Maria (1859), no rio Araguaia, e Boa Vista (1841), Pedro Afonso (1849) e Tereza Cristina (1850), no rio Tocantins. Esses aldeamentos ficavam sob a responsabilidade dos monges capuchinhos italianos que foram requeridos pelo governo regencial, em 1840, e que começaram a chegar ao Brasil no mesmo ano. Em junho de 1843, foi promulgado o Decreto n. 285, que legislava sobre a vinda desses missionários.

Esta ordem religiosa, surgida da reforma protestante, já atuava com os indígenas da América desde o século XVII. Mas é no século XIX que os capuchinhos estabeleceram relações próximas com o Estado imperial e serviram como instrumento para a aplicação da política indigenista. Em 1842, em relatório apresentado pelo ministro da Justiça, a atuação dos monges foi exaltada.

> Admiráveis tem sido, nas províncias do Maranhão, Pernambuco, Sergipe e entre os rios Tocantins e Araguaia os frutos colhidos das missões de alguns

> poucos missionários Capuchinhos, que um dos meus predecessores mandou vir da Itália. É também admirável a constância e o fervor evangélico com que esses homens de paz penetraram em nossos Sertões, do meio das maiores provações e trabalhos, unicamente como fim de converter homens perdidos para a religião e para a sociedade.[34]

O documento descreve ainda a entrada desses missionários na província do Maranhão, alcançando as povoações próximas ao rio Tocantins. A missão entre os rios Tocantins e Araguaia a que se refere o relatório é a de Boa Vista. O chamado "aldeamento Boa Vista", fundado em 1841, era uma missão liderada pelo frei capuchinho Francisco do Monte São Vito. A "missão Pacífica", como designada pelo frei, incorporava a população não indígena que migrava para a região. Segundo informa Castelnau, a vila de Boa Vista havia experimentado um rápido crescimento decorrente da ação missionária do frei. Em suas palavras:

> Viera para este lugar não antes de 1841; mas, pouco tempo após a chegada, sua fama espalhou-se de tal modo pelas solidões do norte de Goiás que três anos foram bastantes para a população da aldeia ascender a 1500 almas e o número de casas chegar a 200 ou 300. Os recém-vindos procediam principalmente dos aldeamentos do Rio Tocantins; mas grande número deles havia atravessado os sertões do Maranhão, para vir morar sob sua direção. Eram de profunda veneração, os sentimentos que inspirava frei Francisco à sua gente.[35]

Quanto a sua ação missionária nas aldeias Apinajé, Sant-Adolphe fala que a *Pacífica* "era uma aldeia dos Apinajé, onde este missionário se demorou com o intuito de doutriná-los na religião. [...] determinou a estender as suas conquistas a 3 outras aldeias, a primeira a 3 léguas, a segunda 25, e a terceira à 30".[36] A atuação do frei Francisco sobre as aldeias Apinajé foi descrita em um "extenso ofício", datado de 27 de fevereiro de 1842,[37] onde apresentava o estado de "diversas aldeias" as quais havia visitado a partir de outubro de 1841. Pelas informações trazidas no relatório, o vice-presidente da província de Goiás, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo concluiu que o frei aplicava "verdadeiro zelo no seo Ministerio, e por isso concebereis bem fundadas esperanças de colhermos de sua Missao felizes resultados, dando-se-lhe os necessarios auxilios, como pertendo fazer".[38] Estas primeiras informações da ação missionária do frei Francisco indicavam que a missão era composta por indígenas *Apinagés* e *Caraós* e que já

havia sido instalada. O vice-presidente informou ainda que um não indígena, de nome Pedro Moreira, havia nascido e se criado entre os Apinajé até os 16 anos e que, portanto, dominava sua língua. Moreira conduziu indígenas Apinajé até a capital da província, Vila Boa de Goiás, "vindo quasi nús os ditos oito Indios Apinagés, eu os tenho mandado sustentar, vestir e curar a hum que chegou doente".[39]

Em 1847, seis anos após a fundação da missão, o presidente da província Joaquim Ignacio Ramalho, em seu relatório, informou que a "missão Pacífica" estava situada na vila de Boa Vista, na margem do rio Tocantins e que "o Aldêamento de Boa Vista [...] tem tido algum augmento. Os Indios em numero de 800 já se dao ao trabalho da agricultura, e vão adquerindo amor ao estado social".[40] Essas informações passadas pelo presidente indicavam que muitos Apinajé viviam na missão. No entanto, a localização exata do aldeamento foi esclarecida no ano seguinte, pelo vice-presidente de província. Conforme o relatório:

> A respeito da Aldeia da Boa Vista, sita abaixo da Villa da Carolina 60 legoas pelo Tocartins, as informações que tenho sa que os Indios nao se achao Aldeiados na Boa Vista, mas sim a 2 legoas de distancia; e ainda se conservao sem roupas, e por isso, a excepçao de alguns, de ambos os sexos, que tem obtido de pessoas caridosas, os mais se achao no estado da natureza, nús, e por isso com rasao o Missionario nao consente, que nesse estado appareçao, mormente as mulheres, e refere elle em seo officio, que em 1841 n'aquella povoaçao apenas habitavam onze individuos, e presentemente existem duas mil almas [...].[41]

Dessa forma, a "missão" estabelecida pelo frei se localizava na povoação de Boa Vista, nas margens do rio Tocantins, onde hoje está localizado o município de Tocantinópolis. Já o local que será registrado na documentação oficial como sendo o "aldeamento" Apinajé localizava-se a poucas léguas de distância da vila. Vale ressaltar que o próprio relatório do frei encaminhado às autoridades provinciais indicava a existência de outras aldeias Apinajé no interflúvio. Como lembra Leandro Rocha, essa separação entre as aldeias e as vilas era uma prática adotada pelos capuchinhos com o objetivo de transformar aldeamentos em povoações através da atração de uma população não indígena dispersa pelas margens dos rios. Além disso, a rigidez moral do frei, indicada na docu-

mentação, de não permitir a entrada de indígenas "nús" na vila, além do fato, da informação que os Apinajé se encontravam ainda "em estado selvagem" sugere que o "aldeamento Boa Vista" tratava-se, de fato, de uma aldeia Apinajé.

Apesar da atuação do frei, aparentemente, não se estabeleceu um sistema de aldeamento efetivo. O presidente da província de Goiás Francisco Januário da Gama Cerqueira destacou em 1859 que eram recorrentes as reclamações da falta de informações prestadas pelo referido missionário.

> Nenhuma noticia recente pude, obter a respeito das circunstancias actuaes de algumas d'aquellas aldêas, não obstante haver-me prevalecido da occasião que se me offereceo para exigi-las, quando d'aqui seguio, em junho do anno passado, um official do corpo fixo, em diligencia para Boavista, o qual acaba de regressar, sem que pudesse obter dos reverendos directores das de Pedro Affonso e da Boavista a menor solução ás minhas exigencias.[42]

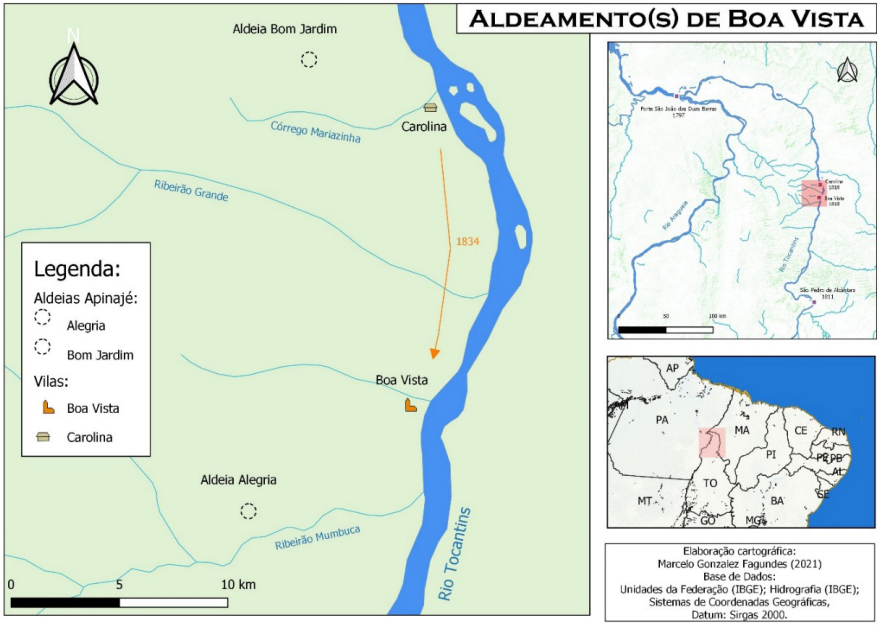
Esse fato aponta para o cuidado na leitura da documentação sobre o aldeamento. Ao analisar os relatórios dos presidentes de província e os relatórios do Ministério da Agricultura, nota-se que as referências ao aldeamento dos Apinajé são confusas. Ora são tratados no plural, indicando a existência de mais de um aldeamento, ora são apresentadas informações específicas de localização e demografia. Portanto, é necessário procurar esclarecer as inconsistências dos documentos para compreender a realidade da relação da missão com as aldeias Apinajé. Além disso, a documentação distingue as aldeias próximas ao rio Tocantins (Alegria e Bom Jardim) composta de "índios mansos", das aldeais dos "índios bravos" do Araguaia. Mas qual era a real localização e condição desse "aldeamento"?

Castelnau visitou, junto com o frei, duas aldeias Apinajé localizadas próximas a vila. Segundo ele, uma dessas aldeias localizava-se a duas léguas e meia à oeste da referida povoação e a outra, a "este-nordeste" dessa primeira, mais duas léguas e meia.[43] Para Castelnau, a primeira aldeia era uma aldeia com as grandes habitações dispostas em círculo e que, pelo número e tamanho de suas casas, indicava uma população de 850 habitantes. A informação de que o aldeamento se encontrava à pouca distância à oeste do povoado Boa Vista indica que, possivelmente, tratava-se da aldeia Alegria. Essa aldeia estava associada ao subgrupo *Krinjobrêire* e

localizava-se nas margens do córrego Pirá, próximo à sua foz no ribeirão Mumbuca. Conforme Ladeira, as histórias contadas pelos Apinajé sobre as relações com os não indígenas de Boa Vista se passam quando os *Krinjobrêire* estavam na aldeia Alegria.

> Tocantinópolis é considerada pelos Apinajé de São José como "agregado do índio". Justificam este parecer com a seguinte narrativa: quando moravam na aldeia do Alegria, às margens do ribeirão Pira, encontraram uma estátua parcialmente enterrada na praia: primeiro pensaram em flechá-la, depois acharam parecida com o padre e foram chamá-lo. Frei Gil chegou acompanhado pelos cupẽ (civilizados) e pediu que eles levantassem a estátua, mas os cupẽ não conseguiram levantar a estátua, eram muitos mas não conseguiram. Aí o padre pediu para o índio. Vieram 5 índios e levantaram o santo, "era maneirinho". Aí o padre bateu palmas e falou: "Alegria, alegria, o santo é de vocês, vocês é que são os donos do santo". Foi por isso que esta aldeia recebeu o nome de "Alegria".[44]

Ainda hoje essa "história da santa" é amplamente contada pelos Apinajé, mas também pelos não indígenas de Tocantinópolis.[45] A menção a frei Gil, que atuou em Boa Vista somente em fins do século XIX, indica uma temporalidade para esse acontecimento. Giraldin aponta para a utilização da "história da santa" como forma de narrar a chegada do "primeiro padre", que havia vindo de Belém para "amansar o índio". Na história, descrita a ele por Grossinho, no momento desse encontro os Apinajé (aqui referindo-se aos *Krinjobrêire*) habitavam a aldeia Alegria. Segundo *Katàm*, essa aldeia havia sido batizada pelo padre com esse nome em virtude das inúmeras cantigas e corridas de tora realizadas. Fato é que a aldeia Alegria constitui-se como referência do contato com os não indígenas e sua localização corrobora a ideia de que era o "aldeamento Boa Vista" presente na documentação oficial.



Mapa 10: Contexto territorial do "aldeamento Boa Vista"

Em alguns relatórios, as informações sobre a localização do aldeamento são mais precisas. Com exceção do já mencionado relatório de 1848, que indica a distância de duas léguas para o aldeamento, os demais relatórios dos presidentes de província de Goiás (1861, 1863, 1869 e 1872) indicam que o aldeamento Boa Vista estaria localizado a uma légua de distância. Porém, nos relatórios do Ministério da Agricultura (1876 e 1877), é informado a distância de meia légua entre Boa Vista e o aldeamento. No relatório, "O aldêamento dos Apuniagés [*sic*], na freguezia de Nossa Senhora da Conceição, municipio da Bôa-Vista de Tocantins, está situado entre 6º 40' e 7' de latitude meridional e 45º de longitude ocidental de Paris". Essas coordenadas geográficas parecem não serem exatas, mas apontam o que seria uma aldeia Apinajé localizada mais ao sul, como é o caso da aldeia Alegria. Além disso, esse documento informa que a área total do aldeamento era de 99 km², e que "não está medida nem demarcada e tem 15 kilometros lavrados".[46]

As estimativas populacionais, ou mesmo informações demográficas mais detalhadas, se encontram embaralhadas pela incompreensão dos

responsáveis por redigirem os dados sobre a real condição do aldeamento. O relatório do Ministério da Justiça, de 1861, informa que:

> Calcula-se a população dos aldeiamentos da Boa-Vista em 2,020 almas, sendo Apinagés, 1,200, Guajajáras 100 e Caracatys 120. Além desses Apinagés mansos, há mais duas tribus da mesma língua que não têm sido domesticadas e que errão pelas margens do Araguaya, tendo no entanto habitações permanentes, onde vivem parte do anno. Há também outras tribus de Guajajáras e Caracatys, que ainda se não quizerão curvar ao jugo da civilisação.[47]

Reparem à referência aos "aldeamentos", no plural. Em seguida comentarei a composição étnica do aldeamento, mas por ora destaco que o dado populacional se refere, provavelmente, ao número de indígenas das duas aldeias próximas a Boa Vista, sendo que não estão consideradas as aldeias do Araguaia. No relatório de 1862 do presidente da província (de Goiás), José Martins Pereira de Alencastre esclarece que "os aldeamentos da Boa-Vista se compoem de quatro tribus da nação Apinagé, duas das quaes, mais adiantadas nos habitos de civilisação, estão proximas a cidade que lhes dá o nome, e as outras duas na margem do Araguaya, a 35 legoas das primeiras, inteiramente sem direcção". Destacava ainda que "o número de indios d'estas differentes tribus calcula-se em 3,220, a saber: Apinagés (Duas aldêas manssas) – 1:800. Idem (Duas tribus selvagens) – 1:200".[48] A população total Apinajé, considerando as aldeias do Araguaia e do Tocantins, somava, em 1862, aproximadamente 3 mil indivíduos.

O relatório do Ministério da Agricultura, de 1861, fala que a população do total "dos aldeamentos da Boa Vista tem 2020 almas". Essa informação, possivelmente refere-se a população de duas aldeias, localizadas próximas a vila de Boa Vista. Uma delas localizada próxima à antiga povoação de Carolina, nas margens do ribeirão Mariazinha, dos *Côcôjóire*, que chamaremos de Bom Jardim, em referência a denominação adotada por Cunha Mattos.

Se analisamos as informações populacionais do aldeamento, procurando perceber as distinções entre "aldeias mansas" e "aldeias selvagens", podemos observar com mais clareza a estrutura das duas aldeias próximas a Boa Vista e, mais especificamente, a aldeia Alegria. Alguns dados populacionais trazidos pelos presidentes de província ou ministros da agricultura parecem ser cópias de dados anteriores, mas outros trazem informa-

ções de localização e demografia que permitem aclarar a composição da aldeia Alegria, mencionada como aldeamento Boa Vista, quando este é tratado no singular. Abaixo, apresento tabela com os dados populacionais do "aldeamento Boa Vista" entre 1847 e 1881.

Tabela 3: População e composição étnica do Aldeamento Boa Vista.

ANO	POPULAÇÃO	POVOS	FONTE
1847	800	*Apinagés*; *Gradahús*	GOIÁS (Província). Presidente (Ignácio Ramalho). Relatório que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1847 o exm. presidente da mesma província, doutor Joaquim Ignacio Ramalho. 1847.
1857	600	*Apinagés*; *Gradahús*	GOIÁS (Província). Presidente (Gomes de Siqueira). Relatório que ao exm. sr. vice-presidente, dr. João Bonifacio Gomes de Siqueira, apresentou no acto de passar-lhe a administração da provincia de Goyaz o ex-presidente, exm. sr. Antonio Augusto Pereira da Cunha, o exm. presidente da mesma província Antonio Candido da Cruz Machado. 1857.
1858	1176	*Apinagés*; *Gradahús*; *Caraós*	GOIÁS (Província). Presidente (Gama Cerqueira). Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinária de 1858 pelo exm. presidente, dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira. 1858.
1861	2020[49]	*Apinagés* (1.200); *Guajajáras* (100); *Caracatys* (120).	BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello. Relatório do anno de 1861 apresentado a assemblea geral na 2ª sessão da 11ª legislatura.
1876	1654	*Apinagés* (1.362) *Guajajaras* (92) *Carahós* (200)	BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Thomaz José Coelho de Almeida. Relatório do anno de 1876 apresentado a assemblea geral na 1ª sessão da 16ª legislatura.
1876	1510	*Apinagés*: Maiores de 10 anos, 758; menores, 752; feminino, 808. Masculino, 702;	BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Thomaz José Coelho de Almeida. Relatório do anno de 1876 apresentado a assemblea geral na 2ª sessão da 16ª legislatura.
1879	1600	*Apinagés; Guajajaras; Carahós*	BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro João Lins Vieira Cansadão de Sinimbú. Relatório do anno de 1877 apresentado a assemblea geral na 1ª sessão da 17ª legislatura.
1880	1500	*Apinagés, Guajajaras; Caraós*	GOIÁS (Província). Presidente (Spindola). Relatório apresentado pelo exm. sr. dr. Aristides de Souza Spindola, presidente da provincia á Assemblea Legislativa Provincial de Goyaz em 1º de março de 1880.
1881	1564	*Apinagés*: Maiores de 10 anos, 1.098; menores, 466; masculino, 758; feminino. 806.	BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Manoel Alves de Araujo. Relatório do anno de 1881 apresentado a assemblea geral na 2ª sessão da 18ª legislatura.

Quanto ao número absoluto de indígenas na aldeia Alegria, percebe-se que sua população oscilou entre 800 e 1.600 pessoas, ao longo desses 34 anos em que há registros. A migração de indígenas do aldeamento para o presídio de Santa Maria, no Araguaia, em 1864, parece não ter sido de 800 Apinajé, como indicado no documento. Os próprios dados demográficos do presídio não sugerem uma migração nesse montante.

Conforme os registros censitários do aldeamento, de 1876 e 1881, percebe-se uma equivalência na proporção da distribuição classificada por sexo. Se consideramos a distribuição por idade, há uma considerável diminuição da população com menos de 10 anos de um registro para outro, o que poderia indicar uma alta mortalidade infantil. Mas, em 1881, a população do aldeamento era estimada em 1.564 pessoas. Se considerarmos ainda a população da aldeia Bom Jardim e das aldeias do Araguaia, podemos supor uma população aproximada de 2.000 indivíduos. É surpreendente observar que ao fim do século restavam apenas cerca de 400 Apinajé. Analisarei o impacto das epidemias na depopulação Apinajé adiante.

No que se refere à composição étnica do aldeamento as confusões nos registros persistem. Os relatórios dos presidentes de província de Goiás, em sua ampla maioria (1855, 1857, 1858, 1859, 1861, 1863, 1869, 1870), indicam que o aldeamento era formado por *Apinagés* e *Gradahús*. As exceções ficam por conta dos relatórios de 1842 que registram *Apinajé* e *Caraós*; do relatório de 1859, que menciona numa segunda ocasião a presença dos *Caraó* e sua aliança com os Apinajé para atacar os *Gavião*, no Maranhão; e, do relatório de 1880, no *Mappa dos aldeamentos existentes na província de Goyaz organizado para satisfazer a exigencia Ministério da Agricultura constante do aviso de 11 de dezembro de 1879*, publicado no relatório do presidente de província, em que a composição étnica do aldeamento é dada como formada por *Apinagés*, *Guajajaras* e *Caraós*. Quanto aos relatórios dos Ministério da Agricultura, o de 1861 indicava a presença dos de *Apinagés* (1.200), *Guajajaras* (100) e *Caracatys* (120); o relatório de 1876 fala de *Apanigés* [*sic*] (1.362); *Guajajaras* (92) e *Carahós* (200), composição étnica repetida nos relatórios de 1877 e 1879.

É necessário elucidar essa suposta confusão de povos que desaparecem e reaparecem no aldeamento. Vimos anteriormente que os *Gradaús* – possível grupo aparentado aos Kayapó setentrionais – são frequentes

nos documentos dos cronistas como sendo vizinhos ao sul dos grupos falantes de língua Apinajé. Portanto, é provável que as menções à sua incorporação ao aldeamento Boa Vista (Aldeia Alegria) tenham de fato ocorrido. Além disso, os Krahô, falantes de língua Timbira, que estiveram por diferentes ocasiões em relações de conflito e aliança com os Apinajé, também se incorporaram ao aldeamento.

A primeira menção a presença dos *Guajajara* no aldeamento ocorre em 1861, no relatório do Ministério da Agricultura, que cita, logo em seguida, a existência de outas aldeias dos *Guajajara* e dos *Caracatys* (Krikati) nas margens do Araguaia. Isso parece ter sido um equívoco, uma vez que os Krikati, em nenhum momento, nem pela documentação oficial (com exceção dessa, por óbvio) e nem mesmo pela sua tradição oral, estiveram localizados na margem esquerda do rio Tocantins, quanto menos nas margens do Araguaia, mais à oeste. Também é muito difícil que os Guajajara, povo falante de língua Tupi, de distinto tronco-linguístico dos falantes de língua Jê setentrionais, estivesse habitando o aldeamento ou mesmo a calha do rio Araguaia. Um fato que ajuda a compreender esse erro se encontra no relatório provincial de 1862. Esse informa que:

> Existem ainda duas tribus da nação Guajajára, e outra conhecida pela denominação de Caracaty, ambas situadas na margem direita do Araguaya, entre montanhas e florestas, e separadas uma d'outra por quasi 120 legoas.
> A nação Guajajára é oriunda da provincia do Maranhão, d'onde emigrou perseguida pelos Gaviões. Os Caracatys, separando-se dos Apinagés em 1835, entranharão-se pelas solidões, e se forão estabelecer na margem do Araguaya no lugar denominado – Martyrio – onde permanecem ainda.[50]

O fato de os Guajajara aparecerem no interior do interflúvio Araguaia-Tocantins, com duas aldeias no Araguaia, parece pouco plausível pelas informações das fontes. Vale lembrar a aliança entre os Apinajé e Krahô para combater os Gavião (ou possivelmente os Krikati, como sugere Nimuendajú) em 1857. Mas menos plausível ainda é a separação entre *Caracatys* (Krikati) e Apinajé em 1835, e a posterior migração dos primeiros para as margens do Araguaia, próximo aos Martírios. Esse fato sugere que o relator os confundiu com os *Gradaús*. Esse equívoco, por indução, parece ter sido cometido nos relatórios ministeriais seguintes. No entanto, os relatórios provinciais dos anos seguintes (1863, 1869 e 1870), falam

da composição étnica do aldeamento formado por *Apinagés* e *Gradaús*. Assim, é forte a evidência que os representantes do Ministério da Agricultura tenham confundido *Guajajara* e *Caracatys*, com *Gradaús* e *Caraós*. E que, portanto, essas duas primeiras nunca tenham feito parte do aldeamento de Boa Vista.

Apesar das disparidades entre as informações apresentadas pelos relatórios provinciais e ministeriais, pode-se perceber que o aldeamento (aldeia Alegria) possuía vínculos estabelecidos com o poder missionário e uma relação intensa com a população não indígena do entorno. No relatório provincial de 1861, o presidente Alencastre escreve que:

> [...] estes aldeamentos, que supponho serem os melhores da provincia, senão pelo numero dos aldeados, ao menos pela importante posição em que se achão collocados, a uma legua da cidade da Boa-Vista, na margem do Tocantins, tendo em seu favor tudo quanto póde favorecer a lavoura, a industria da criação do gado, etc.; [...].[51]

O aldeamento é exaltado como sendo um dos melhores da província, sobretudo pela utilização dos Apinajé como mão de obra, sob diferentes formas, inserindo-os no âmbito das relações capitalistas.

4.3 A inserção dos Apinajé na rede de relações capitalistas

A inserção dos Apinajé na modernidade, na rede das relações capitalistas, que se estruturam no princípio do século XIX, se deu através da utilização de sua mão de obra para o desenvolvimento da colonização não indígena. Como afirmado anteriormente, o descenso populacional na província decorrente da decadência da atividade mineradora, em fins do XVIII, levou os governantes goianos a considerarem a questão indígena como um problema de acesso à mão de obra, necessária ao progresso da província. Apesar dos aldeamentos estarem sob a direção de missionários franceses e italianos, a catequese recebeu pouco incentivo do poder provincial em Goiás. A constituição de uma mão de obra apresentava-se como condição fundamental para o "progresso". Karasch, refletindo sobre questão da mão de obra indígena na província de Goiás, afirmou que:

> Os motivos contraditórios do governo do final do período colonial tinham dado lugar a preocupações capitalistas com os índios enquanto mão-de obra. Em Goiás, novos colonos e criadores de gado continuavam a "desinfestar" a província de seus índios não assimilados, escravizando a quantos podiam, isto é, mulheres e crianças, e destruindo as florestas que os abrigavam. Os índios ficavam sujeitos aos novos invasores, fugiam pelo Araguaia para refugiar-se à oeste do rio, ou então morriam nas violentas guerras do período. O fato de tantos terem sobrevivido aos longos anos de domínio luso-brasileiro em Goiás é prova da força das estruturas sócio-políticas indígenas, que permitiram a alguns resistir a guerras.[52]

Karasch destaca que, para os indígenas da província de Goiás, apresentavam-se duas opções: fugir ou morrer. Mas como prova da consistência das estruturas sociopolíticas indígenas está o fato de haverem sobrevivido à implementação da política indigenista. Para os Apinajé, essa força se revelou na resiliência de sua sociedade para inserir-se nas redes de relações não indígenas sem serem completamente controlados por ela. As informações sobre o "aldeamento Boa Vista" demonstram que os Apinajé mantiveram certa autonomia política, mantendo um distanciamento da "missão" e suas próprias estruturas de organização social. Além do mais, através da comercialização de produtos agrícolas, da prestação de serviços na empresa da navegação e do fornecimento de forças militares ao poder imperial, os Apinajé constituíram importantes estratégias de pacificação das relações com a sociedade não indígena.[53] Para a "missão" em Boa Vista importava mais o progresso e desenvolvimento da colonização do norte da província do que a catequese propriamente dita. Karasch enfatiza que "a política indigenista no norte não era a de assimilar índios à religião ou à cultura, mas apenas ao trabalho".[54]

Desde fins do século XVIII, quando se iniciam as primeiras iniciativas de navegação da bacia Araguaia-Tocantins, que as relações entre o Estado e os Apinajé são ressaltadas como fundamentais para o desenvolvimento da empresa da navegação. Em 1792, Tristão da Cunha Menezes, governador da capitania de Goiás, já apontava a necessidade de estabelecer relações com os *Apinagés* por serem "industriosos" e possuírem "grandes roças de farinhas".[55]

Ao observar o desenvolvimento da navegação fluvial Apinajé, percebe-se as fortes ligações estabelecidas com o Pará, em detrimento das rela-

ções com a província goiana. Conforme as narrativas trazidas por Pinto Magalhães em 1812, Karasch conclui que "o mercado dos índios do norte de Goiás e do Maranhão era Belém do Pará, e envios regulares de escravos índios, especialmente mulheres e crianças, iam para o norte".[56] Em relatório elaborado em 1849 pelo presidente da província do Grão-Pará, Jerônimo Francisco Coelho, informando sobre os povos que habitavam a região, ele destacou que:

> Entre essas tribus contão-se a dos Jacundás, Cupe-lobos, Caraús e Carajás, que são pacificas, e inoffensivas, alem das dos ferozes e traiçoeiros Gaviões, e dos ainda pouco familiarizados Cracatys. Trez grandes aldêas também existem de Indios Apinagés, que são de todos os mais pacificos, os mais civilizados e de mais antigo tracto, e que frequentemente descem ao porto desta Capital, e que muito auxiliao o serviço fluvial das canôas de commercio, que navegao pelo Tocantins e Araguaya. Mas estes indios, posto que estejao na nossa fronteira, e tendo todas as suas relações somente comnosco, estão todavia situados em territorio de Goyaz, por serem as suas aldêas estabelecidas dentro do angulo de confluencia dos ditos rios Tocantins e Araguaia.
> Mas é só o Pará, que eles procurao, e somente daqui tem elles recebido muitas ferramentas, armas, brindes, e fazendas; e se não fôra a difficuldade de perderem elles os seus estabelecimentos e lavouras, já algumas das aldêas se tería passado para terras do Pará, que lhe ficao fronteiras.[57]

Essas indicações apontam que os Apinajé se utilizavam da rota fluvial Tocantins abaixo para a obtenção de bens não indígenas. Se antes agiam como "gentios de corso", nesse contexto valiam-se de suas plantações como moeda de troca para a aquisição de ferramentas e outros utensílios. O relatório do Ministério da Agricultura de 1876 apontava que os Apinajé plantavam algodão, mandioca, milho, amendoim, batatas, inhame, banana, feijão, arroz e cana.

Algumas informações sugerem que os Apinajé possuíam papel estratégico no abastecimento de gêneros agrícolas dos moradores de Boa Vista e das embarcações que cruzavam pelos rios Tocantins e Araguaia. Castelnau escreveu que "estes índios são muito trabalhadores e são eles que, com suas vastas plantações, alimentam não só o povo de Boa Vista, como ainda o pessoal das embarcações que navegam pelo Tocantins, até o posto de São João".[58] Em seu convívio com os Apinajé, ele constatou que eram estes que abasteciam Boa Vista com gêneros agrícolas e

que possuíam grandes roças. Em 1859, Ferreira Gomes, descrevendo o processo de produção de farinha de mandioca, constatou que eles utilizavam o excedente para trocarem por produtos dos não indígenas. Ele escreveu que os Apinajé:

> [...] atualmente plantam mandioca, de que fazem farinha, porém tem poucos instrumentos e dificilmente fazem a plantação: ralam a mandioca em troncos de angico, expremem-a em cesto feitos de talos de palmeiras, fazem a torrefação da farinha em lages de pedra, e assim mesmo tem farinha para se alimentarem e para trocarem por machados, fouces, fumo, aguardente, etc. como eu observei na Boa Vista.[59]

Dez anos depois da constatação de Ferreira Gomes, no *Relatório da Directoria Geral dos Indios em Goyaz*, o diretor geral Joaquim Bueno Pitaluga Caiapó, reafirmou a importância das roças Apinajé para o abastecimento dos não indígenas. Segundo ele, "a industria agricula nesta aldêa tem tido maior incremento do que em qualquer das outras, não só pela fertilidade das mattas circumvizinhas, como pela facilidade de conducção e permuta com os habitantes da cidade da Boa-Vista e navegantes do rio Tocantins".[60] Assim, os Apinajé produziam para si e para os habitantes de Boa Vista, e forneciam gêneros agrícolas às embarcações que cruzavam o rio Tocantins. Podemos supor que o mesmo ocorria com as aldeias do Araguaia.

Os Apinajé foram utilizados como força militar em ocasiões específicas por sua condição guerreira e pelo poder coercitivo exercido sobre o território no Bico do Papagaio. Sua luta no processo de Independência do Brasil aparece como episódio paradoxal, dada a tentativa de "branqueamento" das forças militares goianas promovida por Cunha Mattos. Ele mesmo parece haver se convencido da necessidade de utilização de tropas indígenas para "pacificar" a província. Por sua condição bélica, os Apinajé foram tropas preferenciais em distintas necessidades militares.

Americano Brasil destaca que o novo governador de armas de Goiás, Cunha Mattos, havia determinado que as tropas militares fossem formadas unicamente por homens brancos e pardos, "um duro golpe para a aristocracia indígena". No entanto, em ofício de Raimundo da Cunha Mattos ao comandante de Carolina, ele solicita, assim que chegar à seca, "400 arcos Apinagés" para combater ataques dos "selvagens" nas fazen-

das do Distrito de Pontal e Carmo" e cem guerreiros para desalojar os *Canoeiros* das fazendas de Amaro Leite, Descoberto, São Félix e Palma. "Devem subir o rio Tocantins por terra para afugentar os índios que habitavam o rio Maranhão".[61]

Nas lutas pela Independência do Brasil, Cunha Mattos formou uma expedição em 1823 para deter as tropas revoltosas que apoiavam o governo português, lideradas pelo major Francisco de Paula Ribeiro. Ao chegar em São Pedro de Alcântara, ele descobre que uma tropa formada pelos Apinajé já havia derrotado a tropa do major Paula Ribeiro.

> Surgiu a expedição, pouco depois, em São Pedro de Alcântara, pronta para combater. Já ahi, porém, não estava mais o major Paula, famoso nas usas tropelias na defesa da causa de Portugal; na luta pouco antes travada, e na qual tomaram os índios Apinagés a favor da Independência do Brasil, aquelle cabo de guerra fora completamente batido e feito prisioneiros pelas forças legaes.[62]

Essas tropas mistas formadas por indígenas e não indígenas lutaram contra rebelados e favor da causa portuguesa, possibilitando a dissolução desse movimento. O major que liderava adeptos para a manutenção do governo português era Francisco de Paula Ribeiro, o mesmo que uma década antes havia traçado um rico retrato dos povos indígenas da região. Foram 250 guerreiros Apinajé que combateram na altura da cachoeira de São Antônio e da ilha da Botica. Conforme a informação de Cunha Mattos:

> Tive notícias de haver sido destroçada a força portugueza de que era chefe o sargento mór Francisco de Paula Ribeiro pelos paisanos de Pastos Bons, comandados por José Dias Matos que se intitulava capitão e presidente da independência do mesmo lugar. Este homem atacou as forças do major Paula, compostas do mesmo sargento mór, um capitão, um alferes, um capelão, e 74 officiaes inferiores, e soldados (que seguiam o partido portuguez) na cachoeira de Santo Antônio abaixo da povoação da Carolina. As forças brasileiras consistiam em 450 homens de Pastos Bons, e 250 índios Apinagés da província de Goyaz. [...] A acção da cachoeira de Santo Antonio foi em dias de Maio de 1823.[63]

Em seu *Itinerário*,[64] no entanto, Cunha Mattos informa que o apoio militar dos Apinajé às tropas de Pastos Bons contaram com "500 *Apinagés*

das aldeias de Carolina e de Santo Antônio". Vale recordar que o *Itinerário* foi escrito na forma de diário e publicado em 1836. A notícia presente na *Chorographia* é mais completa e detalhada, sugerindo que possa ser mais precisa. Apesar disso, é possível constatar a presença de um número considerável de guerreiros Apinajé aptos para o combate.

Esses guerreiros também foram requisitados em outras ocasiões. Em 1864, em decorrência da necessidade de refundar o presídio Santa Maria no rio Araguaia, o governo provincial solicitou o estabelecimento de um aldeamento com 800 Apinajé, vindos do "aldeamento Boa Vista". Segundo relatório do Ministério da Agricultura:

> O presidio do Santa Maria, commandado por um intelligente official, o capitão José Manoel da Silva Marques, que póde perfeitamente satisfazer as vistas da administração, está estabelecido em um assentado 40 palmos ácima do nível do rio; [...].
> Na margem esquerda, perto do morro denominado dos Gradaús, cuja base é banhada igualmente por dous abundantes ribeirões, está se estabelecendo o aldeamento de 800 Apinagés da missão da Boavista, que além de offerecer uma tripolação muito acostumada ao serviço da navegação, pelo seu genio guerreiro e pelos justos receios que inspirão ás outras nações, tem de preservar o presidio de Santa Maria dos ataques dos Gradaús, e deixar entregue a um serviço mais util uma parte importante da guarnição, constantemente empregada em uma guarda viva, em todos os pontos em que possa haver algum receio.[65]

O documento acima indica a utilização de mão de obra Apinajé para a guarnição do posto para defender-se de ataques de "outras nações", dado o temor que os Apinajé causavam em outros povos. Assim, como sugerem os documentos do período colonial, os Apinajé representavam uma força guerreira que impunha temor aos colonos não indígenas e a outros povos. Sua grande população e índole bélica tornaram os Apinajé tropas preferenciais no controle militar da região. Apesar de não haver referência diretas nos documentos, pode-se supor que para esses serviços recebiam armas e ferramentas, entre outros itens.

Anteriormente, como "gentios de corso", os Apinajé realizavam excursões guerreiras para a obtenção desses bens. Mas nessa nova conjuntura de relações com os não indígenas, a prestação de serviços servia como meio para a obtenção de tais mercadorias. O relatório citado acima destaca que os Apinajé poderiam compor a tripulação de embarcações, vis-

to que estavam habituados para tal prática. Eles aproveitavam-se de suas habilidades como remeiros e dos conhecimentos da navegação dos rios encachoeirados para receberem "brindes" e pagamentos. No relatório do presidente da província de Goiás em 1850, apontando sobre o estado da navegação do Tocantins, foi mencionado que "o número de indivíduos que se empregao na tripolaçao das embarcações" é composto de cem pessoas, sendo que "a maior parte das pessôas, de que se compoem a tripolaçao das embarcações da Boa-Vista consta de Indios Apinagés".[66]

Essa prestação de serviço era remunerada, provavelmente através do pagamento em ferramentas e espingardas. Em 1846, Rufino Theotonio Segurado, em seu roteiro de viagem de Goiás ao Pará, mencionou que quatro indígenas Apinajé haviam feito parte da tripulação, e que, na viagem de retorno, "tendo recebido seus salários seguiram para as suas aldêas do Tocantins. N'este dia fiz pouso defronte da ponta debaixo da Ilha Grande dos *Apinagés*".[67] Castelnau afirmou que os Apinajé:

> Gabam-se ainda de ser excelentes remadores, muitos deles tendo feito a viagem pelo rio até Belém do Pará. Por esta longa viagem, que dura de seis a oito meses, recebem a título de pagamento uma espingarda ordinária, de cinco ou seis francos. Explica-se deste modo a quantidade de armas de fogo que se veem em suas casas, não obstante o fato de usarem sempre, de preferência, nas caçadas, arcos e flechas.[68]

Os registros iconográficos de Castelnau feitos nas aldeias Apinajé mostravam a disseminação de armas de fogo entre eles, e confirma que eram adquiridas como pagamento por serviços prestados às embarcações que percorriam o rio Tocantins. Ferreira Gomes indicou, no entanto, que por volta da segunda metade do século XIX, essa prestação de serviço cessou devido, sobretudo, às mortes causadas pelas epidemias.

> Estes indígenas, assim como os de outras tribos se prestam a todo o gênero de trabalho, especialmente campear, o de caçar, pescar, remar, etc., sendo como é certo que até 1855 grande parte das tripulações dos barcos, que navegam de Boa Vista para o Pará, era de indígenas, o que não sucede atualmente, por causa da mortandade causada pelo – cholera morbus – nesse ano, o qual ceifando quase todos os indígenas, que desceram ao Pará, fez crer que ali achavam sempre a morte.[69]

As doenças devem ter sido o fator responsável pelo afastamento final dos Apinajé da navegação dos rios. Atualmente, os Apinajé não mais fabricam canoas de ubá e possuem poucas referências na memória a essa característica cultural distintiva. No decorrer do século XIX, devido às pressões exercidas pela colonização não indígena, os Apinajé afastaram-se dos grandes rios e não mais utilizaram a navegação. Porém, na década de 1930, lideranças indígenas utilizaram-se dos rios em viagens para reivindicar o reconhecimento de suas terras e este parece ser o derradeiro sinal da conexão dos Apinajé como os grandes navegadores da bacia do rio Tocantins.

4.4 As epidemias e a depopulação

Como vimos, os Apinajé exerceram controle da navegação fluvial nos rios Tocantins e Araguaia, na altura de sua confluência. O rio Tocantins foi, dessa forma, uma rota de ligação entre os Apinajé com os não indígenas, bem como com outros povos que habitavam a calha do rio Tocantins. No entanto, o incremento da navegação não indígena nos rios Tocantins e Araguaia permitiu a entrada das frentes de expansão oriundas do Pará e de Goiás. Juntos com essas frentes, vieram também as doenças para as quais os povos indígenas não possuíam imunidade. Vindas do Pará, do Maranhão ou de Goiás, as epidemias atingiram com mais virulência a região do interflúvio Araguaia-Tocantins em fins do século XVIII.[70]

Conforme Ribeiro, "a cada população em condições de isolamento corresponde uma combinação peculiar de agentes mórbidos com a qual ela vive associada e cujos efeitos letais parecem atenuados por força mesmo desta associação".[71] Os movimentos migratórios que levam ao deslocamento destas populações "conduzem consigo esta carga específica de germes que, atingindo populações indenes, produz nelas uma mortalidade sensivelmente mais alta".[72]

Quando as sociedades europeias, africanas e indígenas começaram a interagir na América a partir do século XVI, ocorreu aquilo que Alencastro chama de "unificação microbiana do mundo".[73] O autor alertava para a necessidade de um olhar transdisciplinar na análise da "brasilianização das doenças europeias e africanas".[74] Esse processo foi particularmente mais mortífero para os americanos, mas atingiu os povos indígenas de

formas e em tempos diferentes. No caso Apinajé, o relativo atraso da ocupação não indígena do Bico do Papagaio parece os haver poupado de um contato mais intenso com as doenças e epidemias que grassavam no litoral desde os primeiros momentos da invasão.

Conforme Alencastro, já no século XVI na Amazônia oriental ocorreram surtos de *mordexim*, nome luso-asiático do cólera. Fausto[75] analisa o efeito das epidemias que, em momentos diversos, entre os séculos XVI e XVIII, causaram considerável depopulação nos povos indígenas do baixo curso do rio Tocantins. Apoiando-se nas informações de Betendorf, Fausto indicou o processo de depopulação indígena, em fins do século XVII.

> Acabadas já, de todo, as bexigas, entraram uns terríveis catarros, dos quais morreram muitos índios [...]; entrou também uma casta de sarampo que matou a muitos e durou meses e meses, e não somente pela cidade, mas também pelas roças e aldeias, nas quais fez grande estrago, principalmente na gente que ia descendo, de novo, dos sertões, mandando o governador alguns para o fornecimento das aldeias, em lugar dos que as bexigas tinham levado em grande número.[76]

Durante o século XVIII, tem-se registro de diversas notícias de epidemias graves na região de Belém e regiões circunvizinhas. Betendorf indicou a ocorrência de "andanços de bexigas" em 1724. Além dessas, epidemias de varíola atingiram Belém em 1743, levando os indígenas aldeados a fugir para o interior. Outros eventos epidêmicos, de varíola ou sarampo, foram relatados em toda segunda metade do século XVIII.

Sem dúvida, a varíola e o sarampo foram as doenças mais mortíferas para os povos indígenas da região. Sobre o contexto epidemiológico dessa unificação microbiana, Alencastro afirma que:

> Bócio, parasitoses, dermatoses, disenterias e, talvez, tipos brandos de malária ("terçãs simples" e "quartãs") constituíam as enfermidades mais frequentes entre os indígenas antes da descoberta. Os europeus veicularam varíola, rubéola, escarlatina, tuberculose, lepra, doenças venéreas e dermatoses, como a sarna. Por sua parte os africanos transmitiram, diretamente do Continente Negro ou por via do Caribe, outro séquito de doenças. O tracoma; a dracunculose (fllariose do aparelho circulatório, conjuntivo e das cavidades serosas), causando a elefantíase e significativamente chamado de "bicho da costa", isto e, da "costa da África"; o *amarelão,* causado pelo ancilóstomo, parasita intestinal

> cujo nome científico e *Necator americanus* (matador americana), embora sua origem seja africana; a febre amarela e, provavelmente, um subtipo do dengue, e, por fim, a malária mais letal, do gênero *falciparum* ("terças dobres").[77]

A varíola, o sarampo e a cólera foram as doenças que atingiram os Apinajé durante o século XIX. Essas epidemias que grassaram na região do Bico do Papagaio foram fatores que impulsionaram a depopulação indígena. Os contatos originados pelas trocas comerciais através do rio, permitiram que as doenças adentrassem o Brasil central e contaminassem os povos indígenas habitantes da região.

No mesmo ano da fundação do forte de São João das Duas Barras, em 1797, que instalou uma guarnição militar próximo a foz do rio Araguaia, os membros da Câmara dirigiram carta ao governador do Pará solicitando o estabelecimento de quarentena para navios que chegassem ao porto do Pará provenientes da África, devido à uma epidemia de varíola e duas de sarampo que havia matado mais de cem mil pessoas em anos anteriores.[78]

Francisco de Paula Ribeiro mencionou uma epidemia de "bexigas" que atingiu o interior do Maranhão em 1817 e se espalhou pelos povos indígenas da região. Essa epidemia causou "horrorosos estragos" aos indígenas e foi tão longe, como não havia acontecido até então, e ainda em outubro do mesmo havia ultrapassado o rio Tocantins. "Segundo notícias que tivemos vindas de São Pedro de Alcântara, em cujas vizinhanças apareceram sete índios Apinages feridos do sobredito contágio."[79]

Alencastro ressaltou que:

> [...] as doenças mais mortíferas – aqui como em toda a América pós-colombiana – foram as "bexigas": isto é, a varicela, a rubéola e, sobretudo, a varíola. Banal nos dias de hoje, a varicela se manifestava com grande virulência, em especial entre as crianças indígenas, levando os tupis a lhe darem um nome cujo efeito assustador se perdeu na desmemória da língua brasileira: "fogo que salta", *catapora*.[80]

No século XIX, difunde-se em toda o Brasil métodos de vacinação para a varíola, caracterizado pela inoculação da pústula das feridas. Esse método de "variolização" constituiu-se como uma forma de controle das "bexigas", tão comum nos séculos anteriores. Os indígenas, no entanto, possuíam

> [...] o extravagante método porque estes homens brutais haviam pretendido curar-se – que era deitando-se aos rios para refrescar-se, apenas sentiam o calor das febres; ou tirando-se logo as vidas aqueles que apareciam com mais claro sintoma de semelhante moléstia.[81]

A incompreensão sobre o tratamento das doenças fez com que a varíola se tornasse uma das principais doenças que contribuíram enormemente para a depopulação indígena. Porém, além das "bexigas" e das febres, epidemias de sarampo também atingiram os Apinajé na segunda metade do século XIX. No relatório do Ministério da Agricultura de 1881, afirma-se que: "Deram-se no último anno [1880] 114 nascimentos e 120 óbitos. Nos últimos três anos causou o sarampo numerosos óbitos, tendo diminuído muito a população".[82] Sobre os impactos causados pelas epidemias de sarampo, Alencastro destacou que:

> Deve ser notado que o sarampo, de relativa inocuidade nas crianças, apresenta altas taxas de mortalidade nos adultos não imunizados e expostos ao contágio, como acontecia nas aldeias isoladas e, sobretudo, nos aldeamentos estabelecidos na vizinhança dos povoados coloniais. A morte dos adultos por causa da infecção propriamente dita ou par causa de suas sequelas, como a diarreia e a pneumonia, provocava o abandono das roças e as fomes que acabavam dizimando também as crianças.[83]

Assim, é importante considerar que as doenças impactaram nas populações indígenas, não só por seu caráter mortífero, relacionado aos efeitos das doenças nos indivíduos, mas também, como afirmou Alencastro, pelo papel desagregador social gerado pelas epidemias. Ribeiro ressaltou a necessidade de compreender os "efeitos dissociativos da depopulação" provocada nos povos indígenas pelas epidemias que afetaram suas aldeias. Percebe-se que, apesar de esparsas, as informações sobre as doenças e epidemias que atingem os Apinajé são mais frequentes na segunda metade do século XIX, e que, seja pelos efeitos nocivos das doenças, seja pela impossibilidade de produção de alimentos, elas foram responsáveis pela depopulação acentuada por eles vivenciada nesse período.

Observando os dados populacionais, é possível constatar que, em um período de aproximadamente um século – entre 1824 e 1926 –, os Apinajé tiveram um decréscimo populacional de 96,5%, passando de 4.200 pes-

soas para apenas 150 nas primeiras décadas do século XX. O período de depopulação mais acentuado concentra-se, no entanto, entre 1862 e 1897. Nestes 35 anos os Apinajé perderam 87% de sua população.

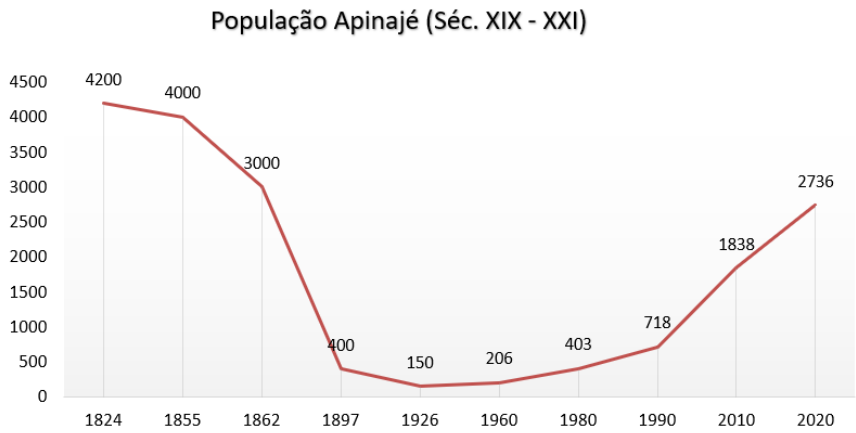


Gráfico 1: População Apinajé entre 1824 e 2020[84]

O período em que a depopulação é mais acentuada coincide com as referências às epidemias que afetaram os Apinajé. Em um período de cerca de um século (entre 1850 e 1950), os Apinajé tiveram uma considerável perda populacional. Os números, que atingiam a marca de milhares de pessoas (considerando apenas as informações das fontes existentes), chegaram a poucas dezenas de indivíduos. Somente a partir da segunda metade do século XX é que se observa um cenário de crescimento populacional.

Dessa forma, constata-se que, na medida que avançaram as frentes colonizadoras na região do interflúvio Araguaia-Tocantins, os Apinajé abandonam as margens do Araguaia e concentram sua população nos territórios mais próximos ao rio Tocantins. A mobilidade exercida através da navegação na bacia do rio Tocantins ao longo – pelo menos – dos séculos XVIII e XIX, foi gradativamente sendo restringida pelo avanço da colonização não indígena. Porém, como é possível observar pela relação estabelecida entre os Apinajé e o "aldeamento", eles mantiveram certo grau de autonomia, pacificando a relação com o mundo não indígena através da sua inserção na rede de relações capitalistas. Foram, de fato, as epidemias as responsáveis pelo colapso populacional do Apinajé e pela al-

teração substancial de sua territorialidade, com o desaparecimento dessa característica cultural distintiva – a navegação – e a concentração de sua reduzida população nas margens próximas do rio Tocantins, onde serão localizados no princípio do século XX por Nimuendajú.

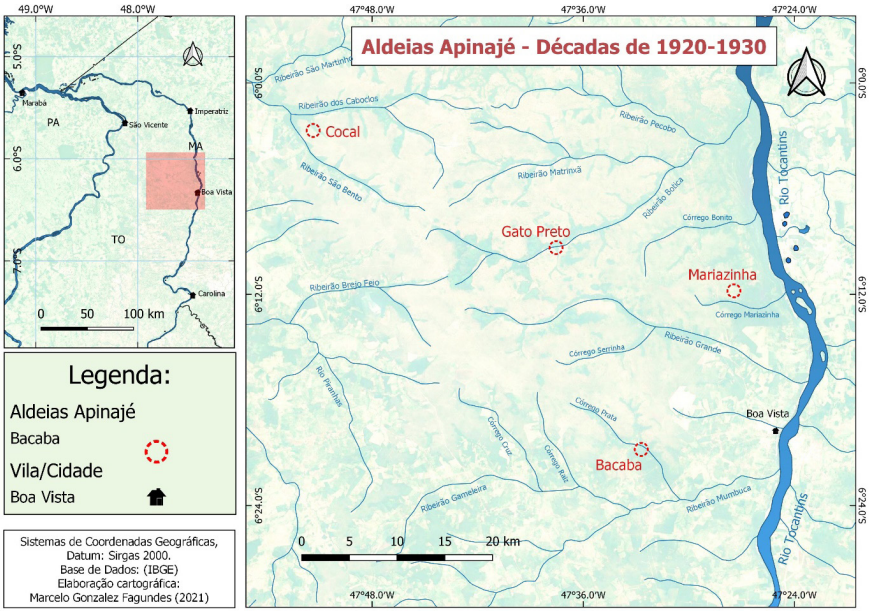
5. Nos tempos do SPI

5.1 A resistência e a re-existência Apinajé

Os Apinajé entraram no século XX com uma população reduzida devido sobretudo às epidemias enfrentadas por eles na segunda metade do século anterior. A presença dos povos indígenas na região do Bico do Papagaio era forte até a chegada mais efetiva das frentes de expansão ao local. Esse fator não impediu, absolutamente, a permanência dos Apinajé, que estabeleceram novas relações com a sociedade não indígena. As relações comerciais e prestações de serviços serviram como uma forma de pacificação dos não indígenas. Mas essas novas levas populacionais trouxeram consigo as doenças, como a varíola e o sarampo, que se tornaram epidemias e foram um inimigo difícil de ser vencido. Nas primeiras décadas do século XX sua população, que não passava de quatro centenas no fim do novecentos, chegou a aproximadamente 150 indivíduos.

Nesse período, sua reduzida população sofreu a invasão de uma ocupação não indígena do território, levando ao desaparecimento das aldeias do Araguaia e confinando-os às terras próximas ao rio Tocantins. Nas décadas de 1920 e 1930, período em que Nimuendajú esteve entre os Apinajé, eles estavam distribuídos em quatro aldeias: Bacaba, Gato Preto, Cocal e Mariazinha. Os *Rôrcôjoire* estavam divididos em duas aldeias: Mariazinha, mais próxima do rio Tocantins, praticamente desabitada, e a aldeia Gato Preto, na margem do ribeirão Botica, que tinha, em 1928, sete casas, com cerca de sessenta habitantes. Os *Côcôjóire* estavam limitados a aldeia Cocal, situada às margens do ribeirão São Bento e possuía 25 habitantes. Já os *Krinjobrêire*, da aldeia Bacaba, estavam situados nas confluências do

ribeirão de mesmo nome com o ribeirão São José, e possuía uma população de cerca de sessenta pessoas.



Mapa 11: As aldeias Apinajé no início do século XX

A pressão de posseiros não indígenas sobre suas terras levou as lideranças Apinajé a partirem atrás do reconhecimento de seu território. Essas andanças foram registradas de diferentes formas pelos etnólogos que os estudaram. Em 1911, o intelectual baiano Teodoro Sampaio recebeu alguns indígenas que chegaram até Salvador (BA) com o objetivo de adquirir "uma espingarda, uma farda de soldado, algumas ferramentas agrícolas e, por cumulo, uns espelhos e miçangas".[1] O chefe deles era *Katàm* e estava acompanhado de mais dois indígenas. A partir das informações passadas, Sampaio indicou que se tratava de indígenas "kraô", oriundos da aldeia Gameleira, no noroeste da Bahia. Eles passaram uma lista de palavras em sua língua, o que levou Nimuendajú a constatar que, na verdade, eram de origem Apinajé (que se pode inferir mesmo pelo nome do *pahi*).[2]

Em 1913, Nimuendajú encontrou esse mesmo Luiz *Katàm* no gabinete do diretor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no Rio de Janeiro,

que reiterou a ele sua origem Krahô, mas que agora habitavam as margens do rio Manoel Alves Pequeno (onde de fato se localizava uma aldeia Krahô denominada Gameleira). Nimuendajú indicou que um dos fatores distintivos que identificava sua origem Apinajé era a perfuração do lábio inferior e que, seguramente, tratava-se de um Apinajé da aldeia Bacaba. Segundo ele, as afirmações inverídicas dadas por *Katàm* a Sampaio foram feitas como uma tentativa de que se reconhecesse sua cidadania baiana e, consequentemente, fossem atendidas suas demandas. Uma vez estabelecida sua origem Krahô, ele julgou sábio manter o fingimento para não serem reconhecidos pelos baianos.

Figura 33: Luiz *Katám* fotografado por Theodoro Sampaio em 1911.[3]

As viagens de Luiz *Katàm* para Bahia e Rio de Janeiro configuravam-se como uma estratégia há muito adotada pelos Apinajé para aquisição de itens, como ferramentas e espingardas. Porém, no princípio do século XX, o problema das terras passou a ser uma demanda constante das andanças Apinajé atrás das autoridades republicanas.

Em 12 de setembro de 1926, *Mãtyk*,[4] junto com outros três Apinajé, dirigiu-se à cidade de Belém, no Pará. Conforme informou o antropó-

logo Carlos Estevão de Oliveira,[5] *Mãtyk* disse a ele que o objetivo de sua viagem era "indagar do governo se as terras nacionais onde eles vivem já tinham sido vendidas aos homens ricos dali, e de lhe solicitar algumas dádivas". *Mãtyk* contou a Oliveira que, diferentemente de outros tempos, esses colonos portavam-se agora como donos das terras, dizendo aos Apinajé que o próprio governo as havia concedido. Sobre o território Apinajé, Nimuendajú apontou em 1939 que:

> Dêste seu antigo território, hoje quase nada lhes resta. Em toda a região acham-se moradores neo-brasileiros, se bem que muito espalhados. Alguns se fixaram na vizinhança das aldeias dos índios. Até há uns vinte anos passados, os Apinayé não se lembrariam de ver nisto um perigo para o futuro da tribo. Devido à sua índole afável, tomavam como verdadeiras, tôdas as promessas de solidariedade dos intrusos e quando abriram os olhos já era tarde: excetuadas duas pequenas áreas em torno das aldeias Bacaba e Gato Prêto, tôda a terra da tribo já tinha seus donos "legais", e também aquêle pouco que ainda lhes resta corre o perigo de ser "legalizado" por qualquer fazendeiro suficientemente poderoso e descarado.[6]

Figura 34: *As mulheres pintam as toras Para-Kapé*[7]

Essa pressão sobre os Apinajé e suas terras levou *Mãtyk* a prosseguir com suas viagens para demandar o reconhecimento de seu território. *Mãtyk* realizou uma nova viagem em 1927, desta vez com destino a Goiás e Rio de Janeiro, com o objetivo de apresentar suas queixas ao próprio presidente da República. No entanto, em São Paulo, *Mãtyk* adoeceu repentina e gravemente, e teve que voltar para a aldeia. Ele recebeu auxílio do SPI e de seu companheiro de viagem, *Katàm*, que após retornar ao território Apinajé ganhou a fama de curandeiro.[8] Após a melhora de saúde, *Mãtyk* retomou a viagem, descendo o rio Araguaia rumo às terras Apinajé. Com a longa ausência do *pahi*, os Apinajé da aldeia Bacaba se desarticularam. Os posseiros não indígenas, interessados na liberação das terras, espalharam o boato de que *Mãtyk* havia sido assassinado durante a viagem, fazendo com que os habitantes da aldeia se dispersassem pelo território.[9]

Figura 35: José Dias *Mãtyk* em 1926

É interessante notar que, nas histórias que *Amnhàk* ouviu, *Mãtyk*, ao chegar próximo de sua aldeia, aportou na propriedade de um *kupẽ* (não indígena) de nome Francisco Garrote, que lhe informou que todos os habitantes da aldeia Bacaba haviam sido mortos. *Mãtyk*, que trazia muitas

coisas da viagem, deixou tudo para trás e correu imediatamente para a aldeia. No entanto, ao chegar percebeu que havia sido ludibriado, mas ficou contente ao ver que estavam todos bem. Depois de constatarem que as histórias de assassinatos eram mentiras espalhadas para desarticular a comunidade Apinajé, *Mãtyk* reuniu então os habitantes da aldeia Bacaba, que estavam dispersos pelo território, organizou uma grande festa "à moda cristã" e convidou os *kupẽ* para assisti-la.[10]

Após essas andanças pelo Brasil, *Mãtyk* "tinha-se convencido da inutilidade das suas viagens, dedicando-se com todos os seus companheiros à lavoura, que lhes proporcionava uma alimentação abundante".[11] Fato que parece marcante na memória dos anciãos Apinajé é a liderança de *Mãtyk* na organização dos trabalhos na aldeia. *Pãx* (Joanita), neta de *Mãtyk*, que ouviu histórias de sua irmã, afirmou que ele era um *pahi* muito dedicado ao bem-estar da comunidade. Ela mencionou a organização das roças comunitárias e o respeito que todos na aldeia tinham por ele.

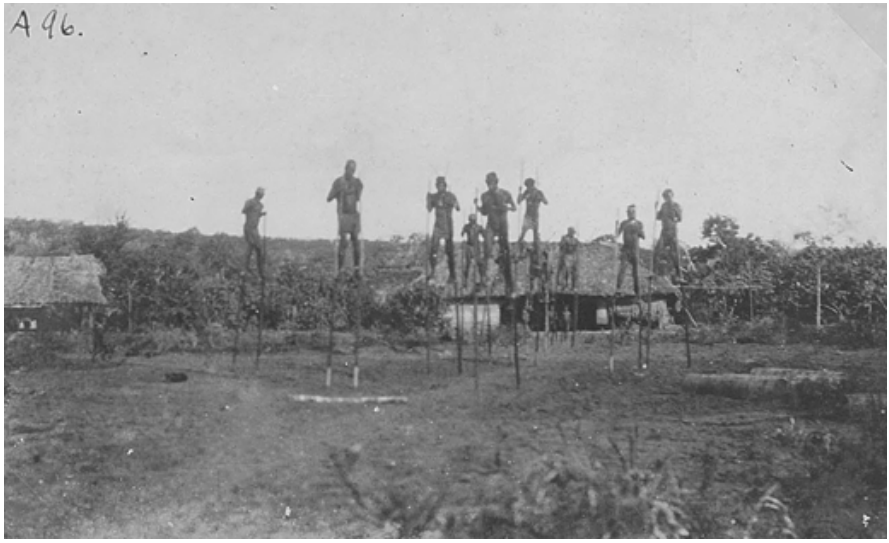


Figura 36: *Índios andando sobre pernas de pau*[12]

Além do problema enfrentado com a invasão de posseiros não indígenas em seu território, havia ainda divergências internas e disputas com outros povos indígenas. O etnólogo alemão Emil Heinrich Snethlage esteve entre os Apinajé no início de 1926. A partir da margem do rio Tocantins, seguiu até a aldeia Gato Preto, no interior do território Apinajé.

Nesta visita, Snethlage registrou o encontro de dois "chefes" Apinajé, que estavam realizando negociações para o restabelecimento de relações entre as duas aldeias, abaladas por eventos ocorridos anos antes.[13]

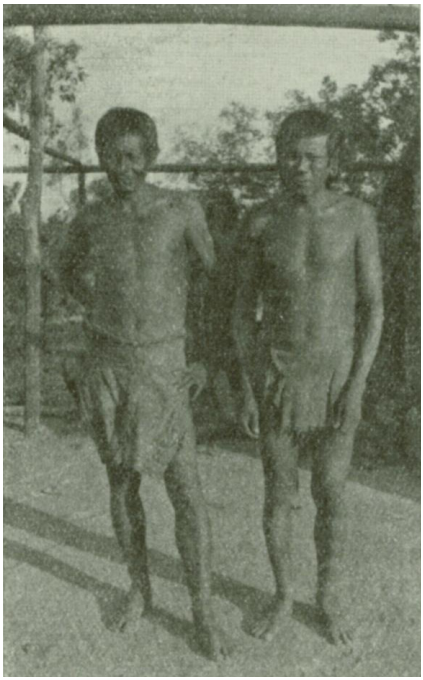


Figura 37: *Dois "chefes" Apinajé*[14]

Em 1923, a aldeia Gato Preto havia sido saqueada pelos Krahô. O episódio teve início quando recaiu sobre indígenas estrangeiros a acusação de feitiçaria, em decorrência de muitas mortes que se sucederam. Em função disso, o chefe *Pebkób* mandou matar dois índios Kayapó que viviam na aldeia, porém, os óbitos na aldeia Gato Preto não cessaram. A desconfiança recaiu então sobre um Krahô de nome Chico. Este, no entanto, conseguiu fugir para o território Krahô e os instigou a uma ação de vingança. Armados de espingardas e bordunas, os Krahô atacaram a aldeia Gato Preto. Os habitantes da aldeia refugiaram-se em uma mata pantanosa e tiveram sua aldeia saqueada, as plantações destruídas e os animais domésticos mortos.[15]

Depois disso, os Krahô marcharam rumo à aldeia Bacaba. No entanto, *Mãtyk*, com um número menor de guerreiros, conseguiu repelir o ata-

que dos Krahô. Em 1930, o chefe Krahô *Krapté* enviou, pelo intermédio de Nimuendajú, uma mensagem de paz e amizade, convidando os chefes Apinajé para uma visita. *Mãtyk*, no entanto, ficou reticente com o convite. Anos mais tarde, alguns indígenas Krahô, visitaram a aldeia Bacaba e reestabeleceram as relações de amizade.[16]

Nimuendajú informou que *Mãtyk* recusou-se a socorrer os Apinajé da aldeia Gato Preto devido a desavenças entre as aldeias, resultado de atos de violência entre estas comunidades. Assim, em 1926, na ocasião da visita de Snethlage, os *pahis* das aldeias Gato Preto e Bacaba reuniram-se para estabelecer a paz. Segundo Snethlage, a situação parecia ter chegado a um "final feliz". No entanto, Nimuendajú afirmou que, em 1930, aconselhou *Mãtyk* a fazer as pazes com o chefe *Pebkób*, o que teria ocorrido naquele ano. "A paz se fez, e *Pebkób* nos visitou com sua gente em Bacaba, onde a longos anos não punha os pés".[17]

Essas animosidades demonstravam os interesses diversos dos distintos subgrupos Apinajé. Nas disputas pelo reconhecimento de suas terras, seus interesses nem sempre convergiam. Estas rivalidades internas perduraram no processo de negociações com as autoridades indigenistas do Estado brasileiro para a demarcação da Terra Indígena, que ocorreria na década de 1980.

Por volta de 1940, o sucessor de *Mãtyk* na chefia da aldeia Bacaba, Estevão, negociou com o padre João Lima, administrador de Boa Vista, as fronteiras entre as terras dos Apinajé e as ocupadas pelos não indígenas. A negociação envolvia ceder parte das terras "para o santo" e basicamente estabeleceu uma linha imaginária que dividia as aldeias Bacaba e Mariazinha da cidade de Boa Vista. Segundo o filho de Estevão, Toim, o padre tirou o território da "praia Grande quase emendando no Mumbuca; cabeceira do Rio Craíba abeirando a mata foi e caiu no Riberãozinho; foi e caiu na cabeceira do Buritirana até cair no Ribeirão Grande e desceu até onde mora o Cristino". Mas ele reclamava que "o padre tirou terreno para o Santo, está certo; agora os *cupẽ* já dizem que é deles, que eles é que são os donos desse terreno e ainda estão querendo tirar mais".[18]

No entanto, o próprio João Lima vendeu posteriormente terras destinadas aos indígenas, conforme várias escrituras paroquiais. As escrituras paroquiais apresentadas pelos pretensos proprietários e herdeiros das terras, no contexto do processo de demarcação das terras, mostravam que o

padre João não respeitou o acordo verbal com Estevão, pois ele mesmo se apoderou e vendeu vários lotes no território pretendido pelos Apinajé.[19] Por outro lado, a linha seca imaginária, estabelecida no acordo, era respeitada pelos indígenas ainda em 1976, conforme constatou o Grupo de Trabalho que estudou a proposta de área.

Mas a pressão sobre as terras Apinajé não se limitava à "grilagem" das terras. Existiam ainda os atentados diretos à vida dos Apinajé como forma de expulsá-los de seu território. Em 1943, posseiros da região de São Bento despejaram substâncias venenosas nas cabeceiras do ribeirão com o objetivo de assassinar os *Côcôjóire* e liberar as terras habitadas por eles. Os Apinajé da aldeia Cocal sofreram com surtos de diarreia e resolveram abandonar a região.[20] Um ancião chamado Chiquinho contou à antropóloga que estudava a delimitação da terra que, na região de Cocalinho, um surto de diarreia, ou "obradeira de sangue", como chamavam os indígenas, quase dizimou por completo os habitantes da aldeia. *Mãtyk* prestou assistência e ajudou a transportar os que sobreviveram. Rogedo informou "ao que parece alguns sobreviventes foram para o Botica, em uma antiga aldeia denominada de Formoso. Tempos depois estes mudaram-se para aldeia São José, [...] habitando o lado direito da aldeia".[21] Rogedo revela que, quando saíram apressadamente, deixaram um indivíduo chamado João Cunha, tratado pelos indígenas como agregado, para cuidar do local até que eles retornassem. Rogedo entrevistou o próprio João Cunha, além de outros moradores locais, que confirmaram a história.[22]

5.2 O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na aldeia

A década de 1940 marcou um momento de profunda transformação nas relações dos Apinajé com a sociedade não indígena e o Estado brasileiro. Depois de um período de cerca de meio século sem a atuação direta da ação indigenista sobre eles, novamente o Estado instalou-se em seu território, com o objetivo de mediar o conflito dos Apinajé com a sociedade não indígena. Dessa vez, sob o signo do regime republicano, o SPI instalou, em 1944 – um século depois da fundação do "aldeamento" –, um Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento (PIT). As ações do PIT concentraram-se no atendimento à saúde dos Apinajé, o estabelecimento de atividades produtivas rentáveis à renda indígena e ao contro-

le de sua territorialidade, procurando concentrá-los em poucas aldeias próximas ao posto.

Em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) havia sido criado a partir da proposta de Cândido Rondon. Desde sua fundação, o órgão indigenista pautava-se na ideia da condição transitória das sociedades indígenas e sua posterior incorporação a "comunhão nacional" como trabalhadores nacionais. A política indigenista instaurada com a República foi institucionalizada sob dois aspectos principais, que permaneceram presentes na ação estatal até a ditadura militar. Em primeiro lugar, caberia a submissão dos povos indígenas ao Estado nacional para, em seguida, tornar efetiva e segura a expansão capitalista nas áreas onde havia conflitos entre os índios e fazendeiros.[23] Assim, articulou-se a necessidade de "pacificação" e "integração" dos povos indígenas ao projeto nacional-desenvolvimentista. Conforme Lima, o novo órgão indigenista representava a consolidação de um "poder tutelar" do Estado sobre os povos indígenas através da ação sobre seus territórios. "Tratava-se de sedentarizar povos errantes, vencendo-lhes – a partir de ações suas ações e não da violência – sua resistência em se fixarem em lugares definidos pela administração [...]". [24] Estas características da política indigenista serão mantidas no processo de modernização do órgão nos anos de 1930.

As transformações sociais e políticas, decorrentes da Revolução de 1930, levaram a uma reorganização e expansão do Estado brasileiro. "É dentro desse processo de reorganização, 'modernização' e de burocratização do Estado, quando diversas agências estatais ampliam sua atuação no território brasileiro, que se insere a política indigenista."[25] Nos anos de 1940, o SPI experimenta "uma expansão sem precedentes, atingindo regiões até então a margem da ação direta do Estado".[26] Conforme Leandro Rocha:

> Também fazem parte do processo de expansão burocrática ações como a criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), da Fundação Brasil Central (FBC) e da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA). O CNPI, criado em 22 de novembro de 1939, passa a desempenhar o papel de assessoramento da política indigenista, seguindo uma tendência da época de criação de grupos técnicos que conselhos consultivos. A FBC, órgão de colonização, vai estabelecer uma estreita colaboração

> com o SPI na implementação de um novo modelo de política indigenista, que vai culminar na criação do Parque Nacional do Xingu. A SPVEA, por sua vez, em ação conjunta com o SPI, possibilitará a aceleração dos trabalhos de "pacificação" de vários povos indígenas da Amazônia ocidental. Ainda pode ser considerada parte deste processo a expansão das atividades do Correio Aéreo Nacional (CAN) da Força Aérea brasileira na Amazônia e centro-oeste brasileiro, em trabalhos de apoio ao SPI ou as missões religiosas, como no caso do trinômio estabelecidos na Amazônia.[27]

A reformulação da política indigenista nos anos 1940 possibilitou a expansão dos Postos Indígenas para novas regiões, inclusive para o território Apinajé. Essa ampliação da atuação indigenista estava ligada ao fenômeno da "Marcha para o Oeste". A "Marcha" se caracterizava como uma política de colonização e desenvolvimento agrário do Estado Novo varguista (1937-1945), vinculada a uma conjuntura nacionalista de ocupação das fronteiras e de exploração das riquezas naturais presentes em seu interior. A ideologia da "nação em marcha" foi incorporada pelo discurso estatal e disseminada por uma estrutura burocrática através da propaganda, "forjando a imagem de uma nação em movimento à procura de sua integração, de seu acabamento, de seu desenvolvimento, da sua interiorização, enfim, do 'progresso' e da 'modernidade'".[28] Visto como uma continuidade de um itinerário místico das bandeiras paulistas, a marcha buscava efetivar a conquista e a integração do território nacional.

A concretização desse movimento se deu através da organização da expedição Roncador-Xingu, que mais tarde foi incorporada à Fundação Brasil Central (FBC), responsável pela política de colonização do Brasil central. A expedição consistia efetivamente numa "Frente de Atração" de grupos isolados e "hostis" com o intuito de "pacificá-los", possibilitando a criação de rotas migratórias de penetração na Amazônia. Desta forma, abria-se caminho para a colonização. E esse processo pode ser visto como precursor das políticas desenvolvimentistas dos governos militares.

De acordo com o Decreto presidencial n. 10.652, de 16 de outubro de 1942, que aprovava o regimento do SPI, caberia aos Postos Indígenas a função de atrair povos indígenas "arredios ou hostis", conservar, fazer respeitar a organização interna das tribos, exercer a tutela sobre os indígenas, estabelecer um ambiente pacífico nas relações interétnicas, garantir a efetividade da posse das terras ocupadas, proceder à demarcação das

terras pertencentes aos indígenas, além de combater o nomadismo e fixar as tribos.[29] O PI era visto como agente de "transformação de civilizações", legitimando sua interferência na territorialidade dos povos indígenas com vistas a integrá-los a sociedade nacional. Conforme documento de Serpa, chefe de setor no SPI em 1945:

> É por intermédio do Posto Indígena que o Serviço de Proteção aos Índios realiza os contatos entre as culturas ameríndia e ocidental europeia. É nele que quase sempre se entrechocam as resistências oriundas dos padrões característicos que estas culturas oferecem. O Posto Indígena é, pois, a célula *mater* onde o SPI apoia toda a sua ação civilizadora, e, por conseguinte, toda a beneficência oficial, em favor dos ameríndios brasileiros. [...] é no Posto Indígena que se iniciam os problemas das concorrências, das competições, dos conflitos, das acomodações, e, por fim, se iniciam a preparação para a assimilação para a miscigenação e para interculturação, com todas as suas imprevisíveis resultantes.[30]

Os Postos Indígenas estavam divididos em: a) Posto Indígena de Atração (PIA); b) Posto Indígena de Fronteira e Vigilância (PIF); c) Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN); d) Posto Indígena de Criação (PIC); e e) Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento (PIT). O PIC consistia em uma "escola de educação econômica social de que o SPI lança mão para fixar e educar economicamente os índios das regiões onde as condições geográficas favorecem a intensificação pecuária".[31] O PIN era onde se efetivavam os trabalhos de "incorporação dos índios". "É nele que a população indígena entra em contato com as mais variadas técnicas, usos, costumes, e onde as influências tentadoras e sugestivas" conduzem os povos indígenas à "civilização". O PIF era destinado a povos nômades que habitam as regiões fronteiriças, e o PIA, "a grupos mais ou menos hostis". O PIT, por sua vez, estabelecido entre os Apinajé entre 1944, era destinado aos:

> [...] grupos de índios que se apresentam em regiões as mais variadas, e em condições tais tão carentes de amparo, que o SPI resolveu criar uma nova categoria de posto indígena, o PIT, isto é, Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento. Por isso mesmo pode ser o PIT considerado como o mais precário de todos os postos, não só pela emergência e simplicidade com que é fundado como por sua economia, a mais barata possível, até que entre em definitivo em

> outra categoria, e nos planos orçamentários regulares. Não obstante, nele se realizam com o mesmo empenho todas as funções do SPI.[32]

Assim, o Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento instalado próximo à aldeia Bacaba, às margens do ribeirão São José, se caracterizava pela sua precariedade e economicidade. Voltados para "diminutos" grupos indígenas localizados em regiões inacessíveis e distantes dos centros urbanos, "na zona sertanejas, em franco contato com os sertanejos mais afastados [...]. Não obstante, [os indígenas] conviverem pacificamente com os sertanejos, não se integram ainda razoavelmente ou suficientemente em nossa civilização".[33] O SPI destinaria os PITs para estes povos. A classificação dos Apinajé a partir de sua condição de "integração" e desagregação cultural constituía o olhar do Estado para a sua condição de vida, observando diversos aspectos.

> Esses índios, para os leigos, constituem uma verdadeira escória, porque desgarrados de suas tribos, perdida aquela coesão primitiva, nada mais representam que indivíduos andejos, vagabundos, maltrapilhos de suspeitos de todas as malversações de que são capazes os párias, sem lei, sem rumo, sem destino, sem planos atuais ou futuros, sem confiança nas instituições, sem padrões de uma vida moral porque desconhecem totalmente os cânones pelos quais nos regemos. No entanto, para os antropologistas sócio-culturais, são eles os lídimos representantes das classes marginais, aquelas que já não podem pertencer a nenhuma civilização em virtude da desintegração porque estão passando.[34]

Essa análise genérica dos povos indígenas assistidos pelos PITs trazia a compreensão da transitoriedade da condição indígena e um avançado processo de desintegração. Caberia assim ao "PIT Apinagés" promover a estabilidade da territorialidade indígena, agrupando-os próximo ao posto e promovendo o desenvolvimento de atividades econômicas capazes de gerar uma condição financeira para completar a transição rumo a "civilização". Segundo Lima:

> O melhor produto da dinâmica tutelar seria, talvez, a figura das *Reservas indígenas,* i.é., porções de terra reconhecidas pela administração pública através de seus diversos aparelhos como sendo de posse de *índios* e atribuídas, por meios jurídicos, para o estabelecimento e a manutenção de povos indígenas específicos. Territórios definidos às custas de um processo de alienação de dinâmicas

> internas às comunidades étnicas nativas compõem parte de um sistema estatizado de controle e apropriação fundiária que se procura construir como de abrangência nacional. Sua finalidade é disciplinar o acesso e utilização das terras, ao mesmo tempo mediando sua mercantilização, aplicando-lhes sistemas de registro e cadastramento (procedimento que não se impõe sem conflitos entre os inúmeros aparelhos de poder estatizados), às diversas unidades sociais surgidas historicamente da(s) conquista(s). As *reservas* são também mananciais de riquezas (terras para agricultura, pecuária e extração de minerais, florestas para extração de madeiras, borracha, castanha etc.) mantidas pela administração tutelar para exploração direta ou indireta (através de arrendamento) sempre em suposto benefício dos nativos e utilizando seu trabalho.[35]

Esse sistema estatizado de controle e apropriação fundiária foi implementado no território Apinajé na década de 1940. Os primeiros documentos oficiais do SPI sobre o "PIT Apinagés", disponíveis no arquivo da FUNAI, datam de 1946. Em relatório da 8ª Inspetoria Regional (IR), que possuía jurisdição sobre os povos indígenas do estado de Goiás, feito pelo chefe substituto Alisio de Carvalho menciona a existência do PIT.[36] Uma ordem de serviço emitida pelo chefe da 8ª IR, datada de 11 de setembro de 1947, encarregou um agente para inspecionar o "PIT Apinagés", para que verifique "todas as deficiências e necessidades existentes e possibilidades econômicas que possam contribuir para o soerguimento do P.I.T. e de sua população indígena".[37]

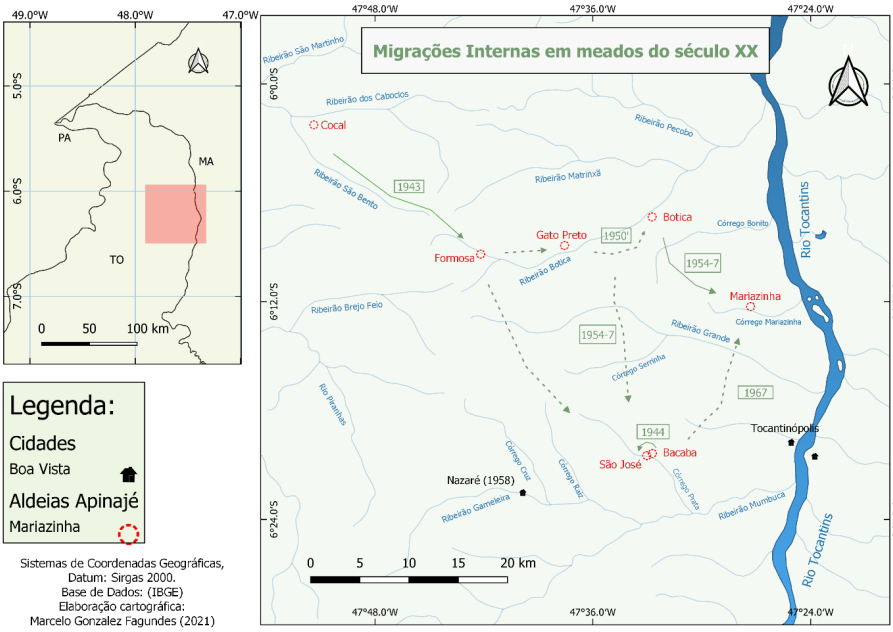
Nesses anos iniciais de funcionamento do posto diversos servidores foram nomeados para atuar nas atividades de auxiliares de sertão ou auxiliares de ensino dos quadros do SPI, ou recrutados na população local, possuindo, muitas vezes, laços de parentesco entre si.[38] Em geral, caracterizavam-se por servidores de poucas qualificações e baixo nível de alfabetização, como atesta o próprio relatório da IR. Em 1960, o chefe da IR ressaltava que apenas sete encarregados de posto possuíam qualidades quanto ao nível de trabalho, produção e capacidades para exercer a função, os demais eram, apesar de dedicados, "semi-analfabetos e não possuem o menor ângulo de visão administrativa, não sabendo sequer interpretar as instruções que a IR lhes dá". Cícero Coelho dos Santos, encarregado do posto Apinagés, não estava, segundo o chefe, entre os que possuíam condições de exercer a função. No entanto, um servidor designado encarregado no PI Getúlio Vargas, Jonas Ferreira Bonfim, estava incluído

entre aqueles que possuíam capacidade.[39] Em maio de 1962, Bonfim, tornou-se o encarregado do "Posto Apinagés", substituindo Cícero Coelho de Castro, que, no entanto, permaneceu a serviço do posto. De fato, pelo nível dos relatórios e documentos elaborados, verifica-se que Bonfim ao menos subsidiou com informações a situação dos Apinajé, buscando de forma contundente expor a necessidade de regularização fundiária das terras. Em 1966, o posto contava com sete funcionários.

Quanto à fundação da escola na aldeia, uma professora recebeu recursos da renda indígena para ministrar aulas na aldeia somente nos meses de agosto e dezembro de 1961. Em novembro de 1965, o encarregado do posto Jonas Bonfim informou haver recebido carteiras escolares do governo estadual, mas que não havia condições para o funcionamento da escola pela falta de todas as demais coisas. Em acordo com o poder executivo municipal, ele conseguiu a indicação de uma professora para ensinar as crianças da aldeia, utilizando-se da renda indígena para o pagamento do salário, com previsão do início das aulas em janeiro de 1966. Mas ela só passou a funcionar de fato em 30 de novembro, quando "foi inaugurada a Escola para os Índios Apinagés". Em fevereiro de 1968, Bonfim reclamava ainda que "este Poind dispõe de uma ampla sala de aula, equipada com 10 carteiras escolares duplas, doação da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, por nós conseguida, entretanto não está funcionando por falta de professor e material escolar".[40]

Entre as funções exercidas pelo encarregado do posto estava o controle da movimentação dos Apinajé para fora de suas terras. Essa mobilidade Apinajé foi uma característica do exercício da política dos Apinajé por muito tempo. Como vimos, desde o século XVIII eles realizavam longas viagens em busca de itens e para realizar negociações políticas com as autoridades não indígenas. Esse padrão persistia ainda no século XX, como no caso de *Katám* e *Mãtyk* nas primeiras décadas do século. Um telegrama enviado pelo órgão indigenista de Belém, no Pará, informou a presença de Estevam Laranja e Benerdino Coelho, da aldeia São José, que tinha ido até lá em busca de "ferramentas, roupas e espingardas".[41] Além disso, eram recorrentes as reclamações da inspetoria quanto a "visita de índios", e "como essas visitas são irregulares e provocam, em consequência, distúrbios disciplinares",[42] assim, recomendava-se o máximo de empenho para evitar tais fatos.

Além do controle das saídas dos Apinajé para fora de seu território, inúmeras foram as iniciativas dos servidores do SPI para remover aldeias e concentrá-las próximas ao posto. Está presente na memória dos Apinajé a transferência dos moradores da aldeia Bacaba para as margens do ribeirão São José, onde hoje se encontra a aldeia de mesmo nome. A antiga aldeia Bacaba localizava-se a cerca de 500 metros de distância desta, em terreno mais elevado. Esse padrão de aldeamento, ligeiramente distante dos cursos d'água, foi indicado por Nimuendajú em sua etnografia sobre os Apinajé. A chegada do posto, em 1944, significou a mudança da aldeia e a tentativa constante do encarregado do posto em transferir os demais Apinajé para esse local.



Mapa 12: Migrações internas entre as décadas de 1940-60

Naquele momento, além da aldeia São José, sede do PI, havia ainda a aldeia Botica, localizada nas margens do ribeirão de mesmo nome e, ao contrário do que indicam as etnografias sobre os Apinajé, não era a mesma aldeia Gato Preto, mas estava localizada próxima à antiga habitação. Em 23 de janeiro de 1954, o chefe da 8ª IR do SPI encaminhou "instruções de serviço" para o encarregado do posto Cícero de Castro,

alertando para a necessidade de "fiscalizar" a aldeia Botica, que se localizava distante do posto, sendo que um novo servidor poderia ser enviado para lá a fim de atender àqueles indígenas.[43]

Ainda em 1954, o chefe da IR visitou a aldeia Botica e, "vendo o estado em que se encontravam", convidou-os para se mudarem para o posto, o que os indígenas da aldeia recusaram. Insistindo na ideia, ordenou que o posto ampliasse sua produção de alimentos para garantir o abastecimento de novos moradores. Finalmente, parece haver conseguido convencer parte dos Apinajé da aldeia Botica a mudaram-se para a aldeia São José e comemorou o fato de que em breve teria todos "os índios reunidos em um só bloco, que muito facilitará nossos serviços".[44] DaMatta afirmou que Grossinho, originário da aldeia Botica havia se tornado *Pahi* da aldeia São José, nestes anos, por intervenção do chefe da IR que "o colocou no poder, substituindo Toim, filho de *Mãtyk*".[45] No entanto, em junho de 1957, ainda eram necessário prestar serviços na aldeia Botica, indicando que nem todos haviam se mudado.[46]

As alegações dos representantes do SPI para a mudança da aldeia pautavam-se no fato que havia "pouca mata e muito pouco babaçu" naquele local, base do sistema econômico do posto. Além disso, a aldeia encontrava-se "fora dos limites da área proposta".[47] Como veremos, a justificativa de que deveriam retirar-se do local "para não serem mais explorados por seus vizinhos fazendeiros" vinculava-se às relações do chefe da IR com fazendeiros locais para liberar as terras do ribeirão Botica para posseiros não indígenas.

A aldeia Mariazinha, que Nimuendajú indicou ter poucos moradores em 1937, foi abandonada em algum momento após esse período. Porém, no processo de dissolução da aldeia Botica, alguns dos que haviam migrado para aldeia São José resolveram reocupar o local da antiga aldeia Mariazinha. Em 1967, o auxiliar de sertão Cícero de Castro mudou-se com alguns Apinajé para a aldeia Mariazinha, onde construiu uma casa para sede do posto. Em maio de 1968, foi aberto um ramal que ligava a aldeia até a rodovia GO-136, entre Tocantinópolis e Itaguatins, que passa a cerca de 2 km da aldeia. No mês seguinte, máquinas do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás (DERGO) melhoraram a picada aberta pelos Apinajé. Em julho de 1968, dez cabeças de gado foram transferidas do posto da aldeia São José para a aldeia Mariazinha.

A partir desse momento, as duas aldeias passarão a monopolizar o exercício político dos Apinajé nas relações com os não indígenas e chegarão a rivalizar em alguns momentos nas estratégias de reconhecimento de seus territórios. Fato é que, em 1960, quando surge o primeiro censo populacional mais consistente dos Apinajé, eles estavam já reunidos em apenas duas aldeias: São José e Mariazinha. A sede do posto, São José, possuía 119 pessoas e a aldeia Mariazinha, 86 habitantes. Abaixo pode-se observar a tabela com distribuição de gênero e classe de idade das duas aldeias.

Tabela 4: Distribuição da população Apinajé por sexo e classes de idade (1960)[48]

Classes de Idade	Feminino	Masculino	Total
de 0 a 4	23	15	38
de 5 a 9	16	20	36
de 10 a 14	9	14	23
de 15 a 19	9	9	18
de 20 a 24	11	8	19
de 25 a 29	7	9	16
de 30 a 34	5	6	11
de 35 a 39	4	5	9
de 40 a 44	3	3	6
de 45 a 49	3	2	5
de 50 a 54	5	5	10
de 55 a 59	2	6	8
> 60	5	1	6
Total	102	103	205

Os dados indicam que houve um crescimento populacional entre as décadas de 1940 e 1960, padrão de recrudescimento que permanece até o presente. Ribeiro, refletindo sobre os aspectos demográficos dos povos indígenas, afirmou que "alguns grupos indígenas alcançam uma acomodação que lhes permite sobreviver, enquanto outros continuam diminuindo até desaparecer",[49] e que as chaves para a compreensão desse processo residem, ao menos em alguns casos, "pela atuação de condições estruturais e funcionais anteriores ao contato".[50]

Como vimos, as relações relativamente estáveis entre os Apinajé e os não indígenas, não parece haver sido um fator considerável de depopulação. Esse cenário se alterou dramaticamente nas últimas décadas do século XIX, quando houve uma perda de cerca de 90% de sua população, considerado a partir dos primeiros registros. Nesse curto espaço de tempo, as epidemias parecem ter tido um papel significativo na depopulação Apinajé. No entanto, a resistência e a busca por formas de re-existência dos Apinajé foram capazes de reverter a tendência de decréscimo populacional.

Nas análises das pirâmides etárias dos *Gorotire* e dos *Kubén-kran-ken* (subgrupos Mẽbêngôkre), Ribeiro nota que os diferentes períodos de contato com os não indígenas não parecem ter sido um fator relevante na composição da distribuição de suas classes de idade. Na comparação de composições percentuais de classe de idade de treze distintos povos indígenas, Ribeiro percebe três padrões. O primeiro, com o predomínio de jovens na população total, o segundo, em que há um equilíbrio entre as classes de idade, e um último, em que há um predomínio de indivíduos mais velhos, indicando uma estabilidade populacional.

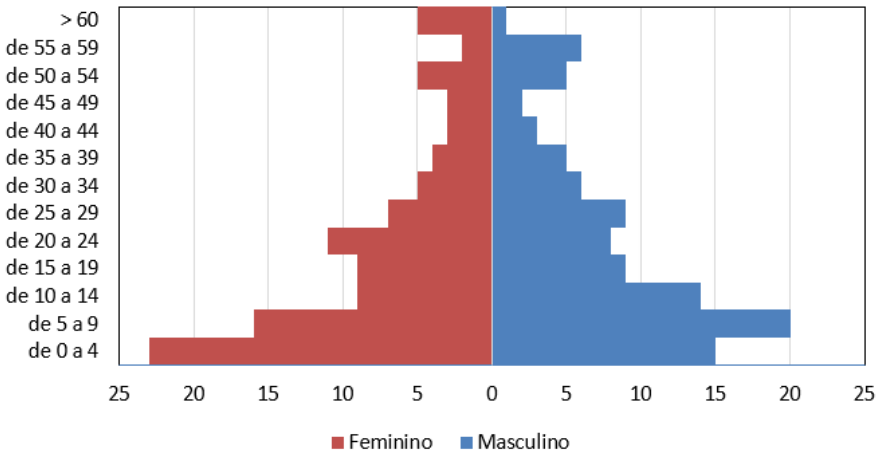


Gráfico 2: Pirâmide etária Apinajé (1960)[51]

Se observarmos a pirâmide etária dos Apinajé em 1960, percebe-se que estes se enquadram na primeira dessas categorias, o que reforça a tendência de recuperação populacional. As "condições estruturais" des-

te crescimento, que neste caso são posteriores ao contato, parecem estar vinculadas também ao caráter da inserção dos Apinajé nas relações econômicas locais. Foi através da exploração extrativista do babaçu que os Apinajé adquiriram condições materiais para reverter a depopulação. E como lembra DaMatta, os Apinajé se aproveitaram da exploração do babaçu sem alterar fundamentalmente seu modo de produção tradicional. Isso, segundo ele, teria salvado os Apinajé de um intenso processo de integração com a sociedade não indígena.[52]

5.3 Os postos indígenas como unidades produtivas

A reformulação do SPI nos anos 1940 fazia parte de uma nova conjuntura de modernização dos organismos estatais brasileiros. Nesse cenário, era necessário garantir uma exploração das riquezas existentes nas áreas indígenas e, para isso, o SPI procurou organizar a "renda indígena".[53] Conforme o já mencionado Decreto n. 10.652, de 1942, caberia aos postos: "Promover [...] a exploração das riquezas naturais, das indústrias extrativas ou de quaisquer outras fontes de rendimento, relacionadas com o patrimônio indígena dele provenientes, no sentido de assegurar, quando oportuno, a emancipação econômica das tribos", além de realizar registro e fiscalização da renda "proveniente de lavoura, criação, indústria extrativa ou exploração do subsolo, bem como o de outros proventos oriundos de fontes diversas e que constituem o patrimônio do índio".[54]

Estas atribuições assumiram características distintas conforme a realidade específica da exploração da renda indígena nos diferentes PIs. A exploração do trabalho indígena através da atuação dos Postos Indígenas se dava pela apropriação da Renda Indígena. Uma circular do SPI, emitida pelo diretor José Luis Guedes, orientava sobre as operações da renda, indicando que:

> 1º) Toda a operação oriunda de labor coletivo, do índio, sob o estímulo e a administração do Posto Indígena, em qualquer campo de atividades, pertence, obrigatoriamente, à RENDA INDÍGENA, [...] 2º) produção individual, indígena, é obra exclusiva do orçamento doméstico do índio, servindo, tão somente, a sua subsistência, [...] 3º) as rendas do trabalho coletivo, são aplicadas em benefício do índio, como um todo, como sociedade, de forma indiscriminada. Tais rendas, tanto podem ser úteis aos índios que, de fato,

> produziram, como pode suprir necessidades de índios distantes, por força de contingência especial.[55]

Para os Apinajé, as formas de aquisição de recursos para a renda se davam através da criação de gado, da venda de artesanato e produtos agrícolas e, principalmente, a comercialização da amêndoa do babaçu.

A criação de rebanho bovino no "Posto Indígena Apinagés" iniciou-se em 1953, conforme informações do plano de trabalho elaborado em 1969. Em comunicado do chefe da 8ª IR do SPI ao encarregado do "Posto Apinagés", foi informado que o rebanho do Posto Indígena Estibarríbia poderia ficar na aldeia São José,[56] apontando que a criação dos Apinajé teve início com a transferência do gado do Posto Krahô. No entanto, a criação nunca excedeu algumas dezenas de cabeças, sendo pouco representativa na ação econômica do PI.

A venda de artesanato e produtos da roça Apinajé ao posto também se constituía como uma forma de aquisição de recursos para a compra de produtos não indígenas. Entre os itens de artesanato presentes nas planilhas de "Movimentação da Renda Indígena", estavam arcos de patí, flechas de canajuba, colares de penas e peles de veado, de felinos e de caititu. Os produtos da roça vendidos ao posto eram constituídos de abóbora, aipim, farinha de mandioca, inhame, feijão, amendoim, banana e melancia. No entanto, tanto o artesanato, como os produtos agrícolas não eram comercializados com regularidade. O posto possuía também uma roça feita a partir do trabalho coletivo dos Apinajé que produzia basicamente farinha de mandioca, arroz e leite de vaca. Porém, o posto também não possuía uma produção regular. Sem dúvida, a principal forma de composição da renda se dava pela comercialização da amêndoa do babaçu no comércio de Tocantinópolis. Conforme informações do encarregado do posto Bonfim:

> A existência de grande número de palmeiras de babaçu na área a ser legalizada para os índios Apinagés e a extração de amêndoas feita pelos mesmos para comércio com Tocantinópolis, representa o esteio principal na economia indígena do Posto "Apinagés" única fonte de renda deste como intermediário no comércio.[57]

Figura 38: Babaçuais na Terra Indígena Apinajé, próximas a aldeia São José[58]

O babaçu é um tipo de palmeira da família botânica *Arecaceae* presente em diversos países da América Latina. No Brasil, seu uso é bastante difundido na Amazônia, na Mata Atlântica, no Cerrado e na Caatinga, ocupando cerca de 24% do território brasileiro. Nessas regiões, o babaçu é encontrado principalmente em formações conhecidas como babaçuais, na região conhecida como Mata dos Cocais (transição entre Caatinga, Cerrado e Amazônia). Entre as espécies da família, o babaçu (*Attalea speciosa Mart.*) destaca-se por ser uma das palmeiras mais abundantes da Amazônia.[59]

A base social da atividade extrativista do babaçu caracteriza-se pela pequena produção familiar, tendo o trabalho feminino importância fundamental nas comunidades. O crescimento da economia do babaçu se deu a partir da década de 1920, mas sofreu um crescimento significativo somente na década de 1950. Sua expansão está ligada às frentes migratórias oriundas do semiárido nordestino, que iriam ocupar o Bico do Papagaio, região com grande incidência da espécie.[60] O ciclo de exploração do babaçu gerou um choque entre a população indígena e a não indígena

migrante. Porém, este embate foi distinto daquele vivenciado pelos indígenas no contexto da economia de exploração da castanha ou mesmo nos seringais da Amazônia. A exploração do babaçu não se utilizava do sistema de barracão e podia ser realizada durante todo o ano, voltada para o mercado nacional, e não requeria uso excessivo de capitais.[61]

Inicialmente, a produção de babaçu do município de Tocantinópolis anterior a 1965 era exportada para centros como Pará, Piauí ou Ceará, onde já existiam fábricas de beneficiamento. No entanto, nessa época, pequenas indústrias de beneficiamento começaram a se instalar em Tocantinópolis. Em 1971, foi criada a Tobasa S/A, uma indústria com maquinário sofisticado que rapidamente eliminou a concorrência e passou a absorver toda a produção de coco de babaçu. Em 1977, a Tobasa recebeu incentivo da SUDAM para produzir álcool e carvão na fábrica de Tocantinópolis. Ainda hoje a Tobasa compra o coco de babaçu da TI Apinajé.

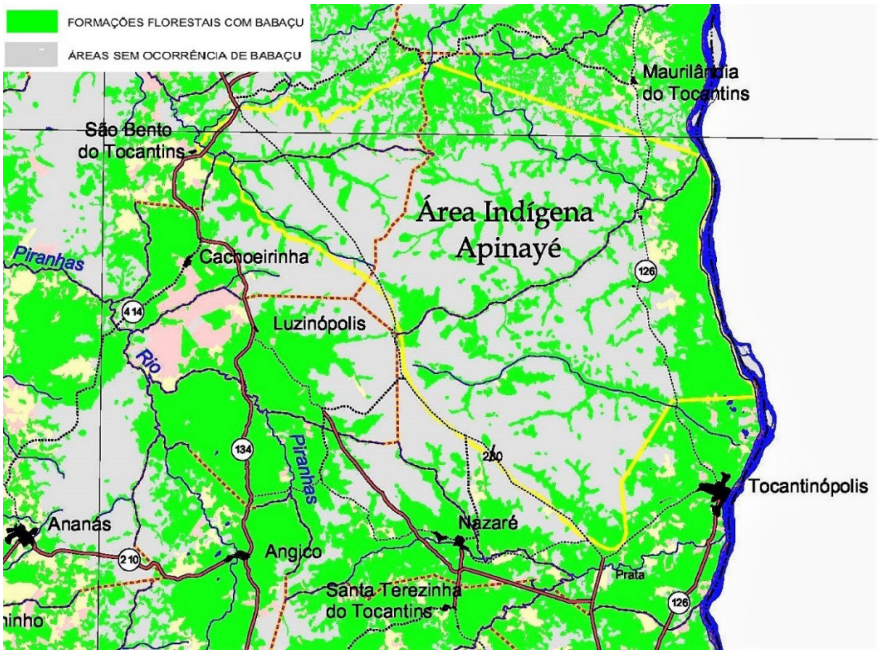


Figura 39: Ocorrência de babaçu na Terra Indígena Apinajé[62]

A forma como o posto administrava a exploração do babaçu variou com o tempo. Em telegrama enviado ao encarregado do posto José Fábio em 2 de outubro de 1951, informava-se que o comércio do "coco babaçu

deverá ser livre entre índios e civilizados", de preferência pelo melhor preço pago aos Apinajé. Mas ressaltava que a IR não deveria receber mais reclamações dos compradores que se sentiam prejudicados na transação.[63] Este comunicado indicava a existência de uma atividade extrativista que se revertia em renda pela venda direta da produção Apinajé aos comerciantes de Tocantinópolis. Mas esse sistema foi visto como prejudicial aos Apinajé. Bonfim informava a IR que

> [...] antigamente este comércio era feito diretamente do índio ao comerciante ambicioso que na maioria das vezes trocava o produto de dias de trabalho, por mercadorias de valor triplicado ou cachaça, levando o índio ao vício e consequentemente a indolência, desacato e ao crime.[64]

O SPI passou paulatinamente a controlar essa negociação e colocou-se como intermediário na transação comercial, padronizando o preço pago pela amêndoa aos Apinajé e revendendo na cidade, com vistas a obtenção de lucro.

Figura 40: Coco do babaçu[65]

Em telegrama encaminhada ao posto em 29 de novembro de 1957, a Inspetoria Regional solicitava informação da modalidade de depósito do recurso para iniciar a exploração da renda através da intermediação da

venda do babaçu.[66] O recurso seria utilizado para comprar as amêndoas extraídas pelos Apinajé e posteriormente revendê-las na cidade para auferir lucro. Bonfim esclareceu a forma com que se iniciou a intermediação da venda do babaçu. Segundo ele:

> Em 1958, a 8ª Inspetoria Regional, deu um crédito de DEZ MIL CRUZEIROS (CR$ 10.000,00), ao então encarregado para financiamento das safras, para a administração do Posto como intermediária no comércio. Os lucros, em sua maioria percentual resultantes do frete gratuito feito em animais do serviço, representaria a Renda Indígena. Foi uma medida certa em todos os seus ângulos, mesmo apesar da insuficiência do capital em movimento, porém o principal objetivo fora alcançado, isto é, afastou o intermediário sem escrúpulos. Com o mesmo capital de início, pois os lucros foram convertidos em renda e enviados ou a Inspetoria Regional ou convertidos em materiais, pagamento de serviços e empreitas para este P.I., faz-se comércio idêntico, agravado pela desvalorização do Cruzeiro, sendo necessário fazer-se cerca de 10 viagens por mês a Tocantinópolis, em poucos animais já cansados, para não pararem as compras. A insuficiência do capital fixo e a falta de um veículo para transporte das safras, impede-nos de ter um armazém bem organizado e sortido para comércio com o índio sem vantagem lucrativa, de dar maior vulto e conseguir melhores preços no mercado, de estender financiamento idêntico aos índios da aldeia Mariazinha que se encontram em situação igual ou pior a que se encontravam os índios da aldeia São José anteriormente, isto é, à mercê de comerciantes exploradores.[67]

Esse relatório sobre a comercialização feito pelo encarregado do posto indicava que a transação se constituía vantajosa para os Apinajé, mas que as dificuldades de transporte e a falta de recursos impediam a melhoria do sistema comercial. Um outro problema encontrado dizia respeito ao valor pago pelos comerciantes de Tocantinópolis ao babaçu explorado pelos Apinajé. Conforme memorando, de 1959, o "babaçu em Tocantinópolis tem tempo que está mais caro, e outro tempo está mais barato. Não tem preço tabelado".[68] O chefe da IR, no entanto, contestava o encarregado, afirmando que a cotação do produto estava subestimada.[69] Bonfim destacou que a partir do financiamento feito pelo SPI, em 1958, houve uma movimentação de capital na ordem de Cr$ 1.243.600,00 (um milhão, duzentos e quarente e três mil e seiscentos cruzeiros) e gerou um lucro de Cr$ 379.481,00, dos quais somente 16,6% foram empregados diretamente no posto. O restante foi remetido à IR.

Os dados da "Movimentação da Renda Indígena", presentes na documentação oficial, são esparsos e incompletos. O ano de 1960 constitui-se uma exceção, uma vez que traz informações detalhadas para todos os meses do ano. A análise da "Movimentação da Renda" durante esse ano permite compreender, de maneira detalhada, a forma de composição da renda e a destinação de seus lucros.

Tabela 5: Movimentação da Renda Indígena. PI Apinagés (1960)[70]

Mês	Babaçu (Kg)	Receita (Cr$)[71]	Saldo Anterior (Cr$)	Despesa (Cr$)	Saldo final (Cr$)
Janeiro	2020	10000	16360,4	24610[72]	1750,4
Fevereiro	1718	9115	1750,4	10261,7[73]	603,7
Março	1500	8000	603,7	7885,8[74]	717,9
Abril	1500	8000	717,9	7492,3	1225,6
Maio	886	7000	1225,6	7631,6	594
Junho	1656	13535	594	13751[75]	378
Julho	1020	11000	378	10665	713
Agosto	1214	11576	713	11713,1[76]	575,9
Setembro	1222	12219	575,9	12490	304,9
Outubro	1822	17220[77]	304,9	17.460	64,9
Novembro	1600	12800	64,9	12105	759,9
Dezembro	1318	11000	759,9	11759,9[78]	0

Na descriminação da movimentação é possível observar a destinação dos lucros auferidos pela intermediação da comercialização do babaçu. Estes lucros eram destinados ao custeio de outros postos e mesmo de serviços administrativos não ligados ao atendimento dos Apinajé. O encarregado alertava "que este Poind não arrecada Renda Indígena, propriamente dita. Até junho de 1966, essa Regional, exigia que o pequeno saldo proveniente da venda do babaçu feita pelos índios, fosse recolhido à sede, sem nenhuma vantagem para os mesmos".[79] Em relatório elaborado pelo chefe da IR, Iridiano de Oliveira, sobre a situação dos Postos Indígenas sob sua jurisdição, ele afirmou que o "PI Apinagés" "possui um grande babaçual, única fonte de renda natural do P.I. e da própria Regional". [80]

Em sua maioria, os postos tinham produções agrícolas esparsas e voltadas para a subsistência e eram incapazes de gerar renda para o custeio de suas operações. O que gerava maiores rendimentos era o PI Getúlio

Vargas (Karajá), na ilha do Bananal, que possuía um rebanho de cerca de 1.500 reses. Os PIs Tocantínia e Rio Sono (Xerente) somados possuíam 170 cabeças de gado. O PI Pedro Estigarríbia (Krahô) extraía sua renda do arrendamento de pastos para o gado, mas era um recurso intermitente. O PI Apinagés, apresentado como "única fonte de renda natural da Regional", possuía uma renda constante da comercialização do babaçu, utilizado pela IR para financiar outros postos.

Parte da renda extraída da comercialização do babaçu era empegada na compra de itens para uma "Cantina do Posto", onde eram vendidos produtos que os Apinajé consumiam dos mercados da cidade. Esse "sistema", como menciona Iridiano Oliveira, era segundo ele bem-sucedido, garantindo uma renda aos Apinajé que coletavam e extraíam as amêndoas e vendiam ao posto, que, por sua vez, revendia na cidade. Além disso, procurava evitar que os Apinajé se deslocassem para Tocantinópolis, dedicando-se às atividades da roça e da coleta do coco de babaçu.[81] A cantina havia sido criada com o objetivo de fornecer produtos industrializados, como açúcar, sabão, querosene etc., que antes tinham que ser adquiridos pelos Apinajé na cidade, e agora podiam ser comprados na própria aldeia. Já durante a transição do SPI para a FUNAI, em que esse "sistema" estava ameaçado de extinção, Bonfim alertava que:

> É de salientar que o ex-SPI, não forneceu dinheiro para ser feito esse movimento e nem tão pouco recursos do posto, ou auxílio dos trabalhadores aqui lotados, trata-se, portanto, de uma produção de propriedade particular dos índios. [...] Em virtude de nunca ter sido enviada a verba prometida, criamos sob nossa responsabilidade, uma pequena cooperativa para os índios, conseguindo crédito em Tocantinópolis para comprar as mercadorias de primeira necessidade dos mesmos, e pagamos quando vendemos o babaçu entregue pelos referidos índios. O pequeno lucro que apresenta, reverte em favor da tribo, através da compra e fornecimento de medicamentos, roupas, e outros artigos, especialmente para os velhos, que também na compra de combustível para o Jeep inclusive reparos de manutenção. Em virtude, porém do alto preço do babaçu, já estamos tendo condições financeiras para manter esse negócio, [...] o fechamento dessa forma de transação será um desastre, porque os índios terão que ir vender o babaçu no comércio vizinho, voltando para a casa sem nada embriagados, como acontecia anteriormente, além da exploração e o tempo perdido.[82]

Assim, pode-se constatar que os Apinajé aproveitaram-se da condição natural de seu território, com seus babaçuais, para auferir uma renda que lhes permitisse adquirir as mercadorias não indígenas. Em última instância, o recurso da venda das amêndoas extraídas pelos Apinajé e vendidas no posto proporcionava uma renda que permitia a eles certa autonomia na gestão da "renda indígena".

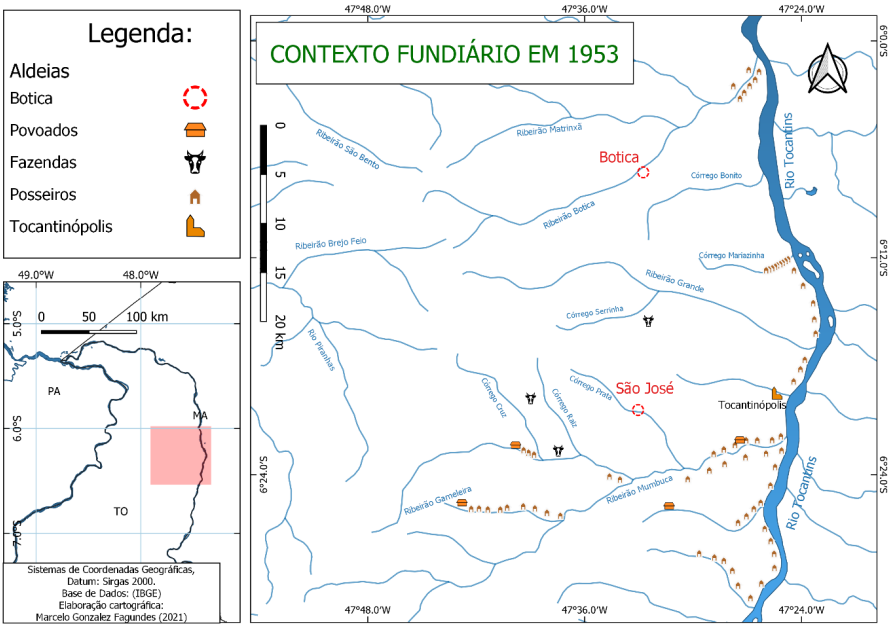
Se pensamos nas "condições estruturais" para a sobrevivência do povo, pensadas por Darcy Ribeiro, pode-se supor que, no caso dos Apinajé, isso se deveu ao exercício de um protagonismo nas relações com os não indígenas que possibilitaram a manutenção de certa autonomia em diversos momentos históricos, mesmo naqueles em que eles eram poucos. Porém, o reconhecimento do seu território ainda não havia sido alcançado. Conforme Lima, o "poder tutelar" se materializava na ação do SPI através da intervenção no controle dos espaços, estatizando territórios e exercendo o monopólio do poder através do controle do patrimônio e das terras indígenas.[83]

5.4 O SPI e a demarcação da terra

O Decreto de 1942, citado anteriormente, estabelecia que o SPI teria por finalidade "garantir a efetividade da posse das terras" e "utilizar os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam" as terras ocupadas pelos indígenas. Uma vez que a reorganização administrativa estava ligada à expansão para novas áreas, caberia ainda "estudar as regiões onde houver tribos, do ponto de vista geográfico e econômico, e fazer a demarcação das terras pertencentes ao índio, conforme determina o art. 154 da Constituição" de 1937, que timidamente afirmava que "será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas".[84]

Os documentos do SPI indicam que o primeiro processo de demarcação formalmente instaurado ocorreu através da demanda da IR junto ao Departamento de Terras e Colonização em Goiás (DTC/GO), em 1948. O Processo n. 1.5.06386/48 versava sobre as "Terras de índios Cherentes e Apinagés" e foi utilizado diversas vezes pelo órgão indigenista nas constantes negociações frustradas para solucionar os problemas com as terras indígenas no estado goiano.

Em 1953, o chefe da IR encaminhou às instâncias superiores do SPI "informação sobre as terras indígenas (Cherente e Apinagés)", contendo um croqui com dados sobre a localização de fazendeiros, povoados e outros moradores. Naquele momento, sua população encontrava-se reduzida e circunscrita a apenas duas aldeias: uma no próprio posto, na margem esquerda do ribeirão São José, e a outra, a aldeia Botica, na margem direita do ribeirão de mesmo nome.



Mapa 13: Contexto fundiário em 1953[85]

O texto diz que "desde tempos imemoriais" os Apinajé habitavam a área apresentada, mas que com o avanço da população não indígena eles foram recuando e perdendo controle sobre seu território. Os limites antigos, identificados pela linha tracejada ("original", na figura 35 abaixo)

> [...] eram da foz do ribeirão Pecobo, até suas nascentes, e destas, em direção Norte-Sul até encontrar as nascentes do ribeirão Mumbuca, e destas até as nascentes do ribeirão Santa Rita e, mais além, contornando em seguida para o Tocantins, por este abaixo até a foz do Pecobo, ponto de partida.[86]

Essa delimitação da extensão do território *Panhĩ* ocupado no passado não incluía, evidentemente, os territórios do Araguaia. Esses limites antigos eram definidos pelas áreas do ribeirão Pecobo, englobando a aldeia Botica. Mas esses limites não reconheciam as áreas às margens do rio Tocantins, deixando de fora o local da aldeia Mariazinha, que se encontrava abandonada naquele momento. Vale ressaltar que no limite oeste dessa proposta incluíam-se as áreas dos ribeirões Raiz e Gameleira. Essa região, que se encontra atualmente em litígio, esteve sempre presente nos diversos procedimentos administrativos demarcatórios, demonstrando que o órgão indigenista sempre reconheceu esta área como território Apinajé.

No entanto, alegando a viabilidade da demarcação de uma terra para os Apinajé, Raimundo Miranda indicava que área que "mais interessa" aos Apinajé, "para que fiquem inteiramente descansados", era:

> [...] da foz do ribeirão Prata, abaixo 4 quilômetros dali por uma reta até ao divisor do Prata e Ribeirãozinho, seguindo pelo mesmo divisor até alcançar o divisor de águas do São José e Serrinha, até acima das nascentes dos últimos, de lá por uma reta até as nascentes do Bacaba, vindo por uma reta até encontrar as nascentes do Ribeirão Raiz por este abaixo até encontrar o Ribeirão Gameleira e por este até o Ribeirão Mumbuca, por este abaixo 4 quilômetros, abaixo da Foz da prata, ponto de partida.[87]

A delimitação limitava ainda mais o território, confinando os Apinajé às terras próximas ao PI. A aldeia Botica, que era habitada, deveria ser transferida para a aldeia Apinajé, liberando suas terras para os posseiros. Como justificativa para essa escolha, Miranda afirmava que havia "bastante babaçu, mato para a lavoura e campo para criação". Nas outras partes, existiam "muitos moradores, povoados e lavradores diversos", o que tornava "difícil de conseguir que desocupem, mesmo porque há anos que ali se encontram com suas lavouras e mesmo comércio". O chefe da IR constatou que as terras dos Apinajé se encontravam "reduzidas ao mínimo necessário ao seu único meio de vida", a exploração do babaçu. Conforme o documento, o pouco de terra que restava aos Apinajé era "extremamente cobiçado pelos civilizados pela abundância de babaçu, fonte de renda para o indígena, que é dali que tiram o produto para adquirirem o que necessitam, além de as lavouras".[88]

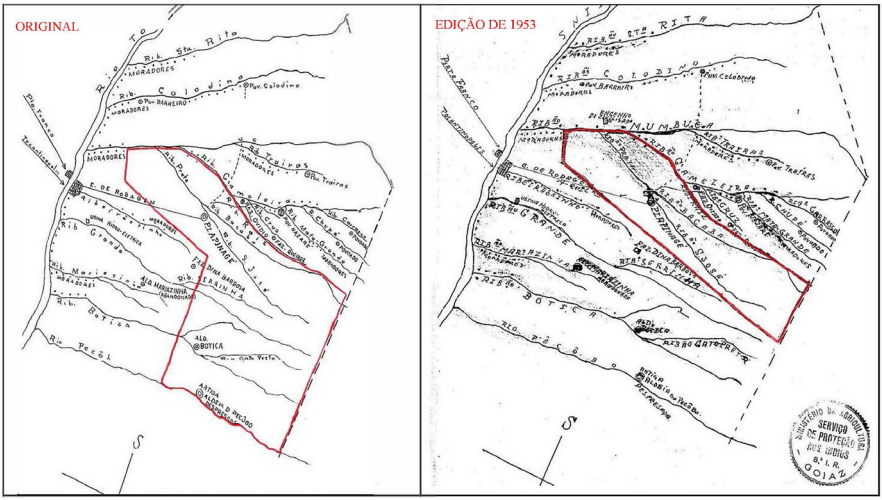


Figura 41: Os dois croquis com as propostas de demarcação para o território Apinajé

O documento de Miranda é acompanhado de um croqui ("edição de 1953", na figura 41 acima) que, segundo ele, foi uma alteração do original. Ambos os croquis, nos arquivos do SPI, são acompanhados de um texto anônimo que, ao que parece, foi escrito pelo chefe da IR. O texto aponta que as "vantagens" da proposta da "edição de 1953" consistiam em possuir poucos moradores, ao passo que fora desses limites havia "vários núcleos de civilizados e até mesmo povoados, com mais de 600 habitantes, com comércio e lavoura já bem desenvolvida" e que, portanto, seria muito difícil retirá-los. O documento menciona ainda que "na IR8, nada foi encontrado, sobre providências, para aquisição de terras para estes índios, somente um croqui, que copiamos, melhorando um pouco com as localizações de fazendeiros e moradores bem assim de povoados".[89] O croqui "original", do qual havia sido extraído as informações para a elaboração do segundo, indicava uma outra área para a demarcação do território Apinajé, incluindo as terras da aldeia Botica. Isso demonstra que o chefe da Inspetoria manipulou os dados para beneficiar os fazendeiros e expulsar os Apinajé das terras do ribeirão Botica. O "melhoramento" a que se refere o texto significava a diminuição das terras destinadas aos Apinajé.

Mas nem todos os chefes da 8ª IR foram coniventes com as aspirações dos políticos influentes e das oligarquias locais. Em 10 de setembro de

1959, em ofício sobre a situação das terras dos Apinajé encaminhado as instâncias superiores do SPI, Iridiano de Oliveira afirmava que:

> As observações por nós realizadas nesta I.R., através dos elementos vivos de informações, quanto a situação das terras dos índios e, também, dos vulgos escassos registros existentes na mesma, convenceram-nos de que também aqui o problema é sério, e requer um cuidado especial. Nada possuímos de concreto e real, no campo de propriedade territorial.
> Os aventureiros e influentes políticos vem se valendo da nossa fraqueza neste terreno e dela tem tirado toda sorte de vantagens, sempre contando com o amparo oficial o que é mais grave.
> Somos daqueles que consideram a posse real definitiva das áreas indígenas através das demarcações e registros de títulos, o seu maior patrimônio e sentido assistencial. [...] Finalmente, Sr. Chefe, qualquer outra providência que não seja esta despretensiosamente aqui registradas e, salvo melhor juízo, o SPI estará fazendo o jogo político dos interesses na manutenção das coisas.[90]

O apelo de Oliveira expressava o desconforto com a morosidade nas demarcações das terras indígenas do Estado. A influência política nos processos era um empecilho para o reconhecimento das terras dos indígenas no âmbito do DTC/GO. Ele solicitava a intervenção do Ministro da Agricultura, além de recursos especiais para a imediata demarcação e titulação das terras indígenas do estado de Goiás. Vale lembrar que a área indígena Krahô foi reconhecida a partir das instituições estaduais que, em 1949, concederam áreas para a demarcação. No caso do processo das terras Xerente e Apinajé, os interesses políticos impediam o andamento da concessão de terras para a demarcação. Uma semana depois, o mesmo Oliveira, ressaltava em relatório que:

> No decorrer dos dias mais e mais se agrava o problema, com violência e constância tais, que se torna até infantil ou pueril, qualquer reação invocando-se a Lei Magna outras posteriores, tantos e tão fortes são as forças oficiosas – para não falar em oficiais – a incentivar os sôfregos "posseiros" via de regra, "testa de ferro" de influentes na política.[91]

As críticas eram lançadas as "forças oficiosas e oficiais" que incentivavam o processo de invasão das terras indígenas do estado. Eram recorrentes as reclamações do chefe da IR de interferências políticas nos processos de demarcação das terras indígenas sob sua jurisdição, mas também pela

falta de recursos do SPI para a execução dessas titulações. Em ofício encaminhado ao diretor do SPI em 1960, Oliveira alertava sobre a necessidade de legalização das terras indígenas sob sua jurisdição. Informava que "os arquivos do SPI são ricos de sugestões de pronunciamento de falações bem imaginadas e coordenadas" das terras indígenas, contendo um "volumoso amarrado de processos" que aguardavam dotação orçamentária específica para demarcação e titulação. Ele alertava que "as maiores ou menores barreiras na obstrução das legalizações, estão em razão direta com o tempo, já que é indisfarçável procura e valorização das terras cujo fenômeno está, via de regra, vinculado a poderes político-administrativos".[92] Portanto, deveria o SPI colocar todo os esforços na demarcação e registro das áreas do "PI Apinagés", entre outras.

Essas interferências políticas na definição dos limites do território Apinajé a ser demarcado eram antigas. Em 1948, o chefe da IR designou um servidor "para apurar sumariamente fatos ocorridos, na reserva indígena do P.I.T. 'Apinagés', entre civilizados circunvizinhos e os índios do dito posto". Era necessário apurar "as irregularidades denunciadas pelo Presidente do Diretório da U.D.N".[93] Esse fato levou ao afastamento do encarregado do posto que havia feito a denúncia da invasão de posseiros quinze dias depois de expedida a ordem de serviço. As autoridades oficiais, que possuíam interesses pessoais na área, buscavam de todo modo legitimar a grilagem das terras Apinajé. Em 1958, o promotor público da comarca de Tocantinópolis proferiu ameaças ao encarregado do PI, em virtude da invasão das terras da aldeia Mariazinha, que estava desabitada.

Em "carta anônima" encaminhada da IR ao agente João Malheiros Mota, encarregado do PI Apinagés, descrevia-se que a grilagem das terras contava com a conivência das autoridades judiciais locais, o que levou o órgão indigenista determinar à não intervenção do encarregado do posto.

> Esta Inspetoria, recebeu a vossa carta de 20 de dezembro de 1958 findo, encaminhando a mesma para a diretoria do SPI, juntamente com a certidão de autos de manutenção de posse, que corre no Juizado de Tocantinópolis, ação esta de manutenção de posse, que move o Sr. Raimundo Borges de Sousa e outros, por seu advogado Gerson de Figueiredo Milhomem, contra VSa. trabalhadores desse Posto e outros, o Sr. Consultor Jurídico do SPI, na Diretoria, no Rio, julgou em parecer constante do processo no. 69/59, de 5 de janeiro de 1959, que, diante da certidão anexa ao citado processo, as terras não perten-

> cem aos índios, nem por eles é ocupada. Não tem como se envolver o SPI. É uma questão nitidamente particular.
> Assim, esta IR determina a Va., de maneira nenhuma seja envolvidos os indígenas, em questões criadas por VSa., como se depreende da certidão de manutenção de posse, contra VSa. e outros.
> Convém ressaltar, que até há pouco tempo, havia aí uma maneira de vida de boa vizinhança, entre índios e civilizados, não havendo choques nem ameaças, como o que agora acontece, com perigo de envolver índios em questões diferentes dos seus interesses.[94]

As ações judiciais movidas contra os servidores do posto constituíam-se como uma forma de pressionar o SPI ao não reconhecimento da demanda territorial do Apinajé. Assim, o departamento jurídico do SPI desconsiderava a ocupação das terras próximas a aldeia Mariazinha como território Apinajé e orientava os servidores locais a não mais interferirem em questões "particulares".

O contexto da construção da rodovia Belém-Brasília, que se aproximou das terras Apinajé em 1959, alterou a dinâmica de ocupação da região e, consequentemente, a pressão sobre eles. Até por volta do início dos anos de 1960, a única forma de acessar as terras Apinajé se dava por via área – Tocantinópolis contava com um pequeno aeroporto – e fluvial, através das embarcações que trafegavam pelo rio Tocantins.

Além do acesso ao território Apinajé, a BR-14 (Belém-Brasília) trouxe um incremento a ocupação não indígena na região. Em relatório de Walter Velloso de 13 de julho de 1959 a respeito do cumprimento das atribuições estabelecidas ao SPI pelo Decreto Presidencial n. 45.771, de 9 de abril de 1959, ele descrevia a reunião com o Estado Maior do Exército em que tinha sido estabelecido a criação de uma série de "núcleos de colonização" ao longo da rodovia Belém-Brasília. A administração desses núcleos ficaria sob responsabilidade do Exército, que deslocaria uma centena de militares para cada um destes núcleos. Um deles estava localizado em Estreito, no Maranhão, onde estava sendo concluída a ponte que cruzava o rio Tocantins. Esse local, onde a rodovia cruza o rio, está localizado a cerca de 30 km ao sul de Tocantinópolis. É curioso o fato de que o local da travessia que os Apinajé fizeram no rio Tocantins, na história narrada por Grossinho, seja o mesmo local onde, em fins dos anos 1950, estava sendo construída a ponte sobre o rio.

Porém, caberia ao SPI criar postos nesses núcleos com o objetivo de "evitar conflitos entre os civilizados que se fixarão nos Núcleos, e os índios existentes nas regiões que são cortadas pela BR-14". O Núcleo do Estreito era visto como estratégico, "do ponto de vista militar", porque era o local em que estava sendo construída a ponte.

> Fica o Estreito, devido à sua relativa proximidade de Tocantinópolis, e a presença da ponte (que servirá como elemento de ligação entre duas regiões separadas pelo Rio Tocantins), em situação de favorecer no futuro, condições excelentes para travessia de grupamentos indígenas, não só daquelas paragens, como os Apinajé, Xerente e Kraô, como também, outros mesmos do Maranhão. [...] os moradores, já observaram movimentos de índios pelas redondezas.[95]

Entre as atribuições do SPI estava o controle da mobilidade dos povos indígenas da região, que seria facilitada pela construção da ponte. A tarefa de "evitar conflitos" consistia em impedir a movimentação de indígenas pelos núcleos de colonização.

A distância entre a ponte e o PI Apinajé impedia, caso necessária, uma ação rápida do SPI, portanto, era necessário colocar um servidor do SPI no Estreito. Velloso refletiu que a Belém-Brasília representava um grande avanço para o país e que a rodovia iria beneficiar as populações que habitavam suas proximidades com as "conquistas da civilização". E o SPI deveria aproveitar-se desse "surto progressista" para melhorar o atendimento aos povos da região. "Entretendo, a BR-14 poderá significar também, para as tribos indígenas em suas imediações não o progresso esperado, mas sim o mais rápido aniquilamento daqueles povos primitivos". A solução encontrada era a "fixação dos índios o quanto possível nas imediações dos Postos Indígenas criados para assisti-los e, principalmente, um trabalho mais rápido na integração dessas tribos, a economia regional existente".[96] Assim, residia no trabalho de integração econômica dos indígenas existentes ao longo do percurso da rodovia a solução para a sobrevivência deles.

> Atualmente, como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Governo Federal atribuiu ao Serviço de Proteção aos Índios a tarefa de assegurar na BR-14, em colaboração com o Estado Maior do Exército, a ordem entre os nossos

índios naquela região, sem o que seria problemático o seu crescimento, além dos perigos desagradáveis e previsíveis a que se expunham.[97]

A mudança de posicionamento do órgão indigenista relacionada à alteração na chefia da IR em princípios da década de 1960, se refletiu nas ações do SPI quanto a grilagem de suas terras. No Plano de Trabalho apresentado por Bonfim, com data de 20 de setembro de 1962, ele relatava a situação das aldeias e os mecanismos de tomada das terras dos Apinajé.

> Na parte sul, isto é, nas terras que circundam este PI e a aldeia São José, não constatamos haver objeções de vulto, quanto a legalização das posses ocupadas, não acontecendo o mesmo na aldeia de Mariazinha, onde civilizados há, reivindicam para si e se dizem únicos proprietários das glebas primitivas e atualmente habitadas pelos índios. Não há contudo apoio legal que ampare a pretensão dos invasores pois todas as terras onde se situa a área indígena são devolutas e até o momento não é do nosso conhecimento que tenham sido demarcadas pagas ou legalizadas em nome de ninguém, não podendo haver portanto documento comprobatório destas posses em poder dos pseudos--donos.
> Tal pretensão dos civilizados tem causa da importância que aquela zona representa como rica em babaçu e fertilidade do solo. O que acontece é fato corriqueiro na invasão de terras indígenas; por meio de engodo e promessas vantajosas, civilizados vão aos poucos penetrando nestas reservas, apossando-se lentamente das terras dos índios para depois dizerem-se seus proprietários, expulsando das próprias aldeias os legítimos donos das terras que lhe foram cedidas temporariamente, tendo sido "bugingângas" o alto preço da displicência dos antigos. Na aldeia Mariazinha acontece exatamente isso.
> Sendo a legalização das terras, no nosso entender, à medida preliminar para que se assista e proteja verdadeiramente grupos indígenas, ou melhor, o marco inicial para uma assistência adequada, pois dela depende todas as outras formas assistenciais, e considerando ainda, que dia a dia o problema se agrava pelo avanço natural da civilização em demanda de terras para colonizar, determinado pelo desenvolvimento regional, onde é expresso por todos erradicados para aqui, o desejo de posse de terras férteis para trabalhar e explorar suas riquezas naturais, no caso o babaçu, não permite mais delongas por parte do SPI, a equação de problema de tão fundamental importância, verificando se serem as terras onde se localizam as aldeias Apinagés, as por sua indiscutível boa qualidade.[98]

O Plano de Trabalho de Bonfim alertava para o crescimento dos problemas decorrentes das terras em posse dos Apinajé. Além da falsificação de documentos para a legitimação da ocupação dos fazendeiros, a presença de posseiros ia aos poucos restringindo o acesso Apinajé a áreas ocupadas historicamente.

Mas as demandas Apinajé enfrentavam problemas internos relacionados à administração das terras pelo órgão indigenista. Em princípios de 1962, o chefe da IR prestou esclarecimentos ao diretor do SPI, tenente-coronel Moacyr Coelho, sobre supostos desvios de recursos que haviam sido destinados a IR para a "medição e demarcação de terras pertencentes aos indígenas" e que haviam sido denunciados pelo Tribunal da União. Iridiano de Oliveira afirmava que o recurso havia sido entregue para a contratação de uma empresa prestadora de serviços de demarcação fundiária. A empresa havia atuado no acampamento técnico da BR-14 das divisórias dos rios Araguaia e Tocantins onde realizou estudos técnicos. Por esses trabalhos foram expedidos os títulos definitivos para o PI Pedro Ludovico e o título concernente ao PI Apinagés seria expedido assim que fosse processado no departamento de terras, conforme o Processo DTC n. 1.5.06386/48.[99] Em julho de 1962, o chefe da IR solicitava ainda ao DTC/GO providências quanto ao andamento do processo.[100]

Em novembro de 1963, o chefe da IR escreve para o diretor do SPI informando sobre a situação das terras indígenas, que estava tensa e havia conflitos entre "grupos indígenas e a população nacional". Porém, "não se trata, aliás, de toda a população e sim de um grupo de fazendeiros e 'grileiros' de terras que agridem não só os silvícolas, mas os lavradores pobres de um modo geral". Dessa forma, Irio Dutra apontava que o principal problema para o reconhecimento do território Apinajé era oriundo de grandes proprietários e não de pequenos posseiros. Sobre a situação das terras Apinajé, Dutra destacou que:

> O advogado constituído por esta Inspetoria, já tomou as medidas preliminares para defender os direitos e interesses dos índios Xavante, Craô e Apinagé, sendo que os últimos, habitantes do município goiano de Tocantinópolis, tiveram suas terras, em grande parte, ocupadas por "grileiros", inclusive a sede de um de seus aldeamentos. [...] Em Tocantinópolis, verificou que os "documentos" em que se baseiam os invasores das terras dos Apinagé, não tem qualquer consistência legal.[101]

O método de "grilagem" de terras adotado por fazendeiros era evidenciado como forma de expulsão dos Apinajé de suas terras. A ironia no usa das aspas para se referir aos "documentos", apresentado por pretensos proprietários, evidenciava a estratégia adotada por fazendeiros para apossar-se das terras indígenas. Em ofício de abril de 1968, encaminhado pelo chefe da IR ao governador do estado de Goiás, em resposta a solicitação de informações sobre conflito entre posseiros e os Apinajé, ele esclarecia que:

> Outrossim, é interessante frisar, que o Sr. Teodomiro Carneiro é um dos inúmeros invasores de terras indígenas naquela região do Tocantins, por cuja ilegalidade constou da relação dos demais no mandado de citação feito em 1964, pelo então advogado do ex-SPI, Dr. Haroldo de Brito Guimarães; alguns indígenas, talvez sabedores disso, importunam-lhe pelo motivo de sua fazenda achar se bem próxima aldeia denominada "Baixão".[102]

A ameaça de fazendeiros levava à mudança de localização de aldeias e à alteração das lideranças políticas nas aldeias Apinajé. DaMatta presenciou a pressão sofrida pelo *pahi* da aldeia Mariazinha, Zezinho, que em 1964 tentou mudar a aldeia por causa da ameaça de fazendeiros. Júlio enfrentou a situação e acabou por tornar-se líder.[103] As terras da aldeia Mariazinha sofriam com a presença cada vez maior de invasores e posseiros. Em 1968, foi relatado um caso de invasão de terras há apenas dois quilômetros da aldeia Mariazinha, fato que fez o dr. juiz de direito da comarca mandar que o invasor se retirasse.[104]

A pressão das oligarquias locais indicava que o caminho para o reconhecimento do território Apinajé passava pela negociação com as autoridades locais. Em 1961, o chefe da IR solicitou ao encarregado do posto Cícero de Castro, "tendo em vista entendimento ultimamente havido com o Governador", a elaboração de um "croqui" indicando de antemão que nos limites da área deveria "ficar previsto, também, o aldeamento 'Botica' – Rio Tocantins – Ribeirão Grande até a embocadura do Ribeirão Morro Pelado e desta até onde couber e, e pela parte de baixo, o Ribeirão 'Botica', tirando uma linha reta da Botica ao Ribeirão Morro Velho".[105] Essa proposta, supostamente negociada com o governo do estado de Goiás, previa a inclusão do ribeirão Botica, incorporando a an-

tiga aldeia, e reestabelecia parte das terras às margens do rio Tocantins, onde estava localizada a aldeia Mariazinha.

A requisição ao encarregado do posto para a elaboração de um croqui das terras reivindicadas pelos Apinajé só foi realizada pelo substituto de Cícero Coelho, Jonas Bonfim, alguns anos depois. No croqui *Terras reclamadas pelos índios Apinagés*, elaborado em 1962, eram apontadas as áreas constantes na requisição expedida pelo chefe da IR, indicando a incorporação das terras da aldeia Botica e também da aldeia Mariazinha, restituindo o acesso às margens do rio Tocantins, excluídas dos limites de 1953.

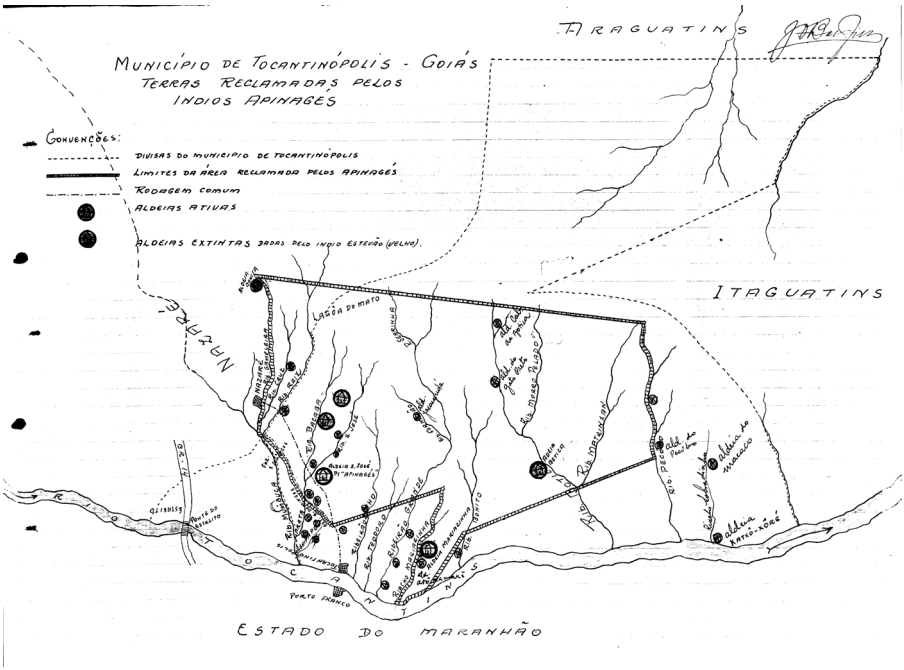


Figura 42: Croqui elaborado pelo encarregado do posto em 1962

Conforme a complementação das informações prestadas por Bomfim, eram reconhecidas regiões importantes para as atividades de caça e pesca, além das terras ricas em babaçu. Descrevia Bonfim no seu Plano de Trabalho:

> Pelo mapa, verifica-se que a área pretendida pelos índios é relativamente grande, pois aqui esta abrange regiões destinadas a caça, pesca, etc, entre-

tanto é de suma importância que se demarque uma só gleba, mesmo que se diminua a área das suas cabeceiras dos ribeirões ou na parte norte, mas se mantenha intacta as regiões vizinhas a aldeia Mariazinha, até o Tocantins, pois somente pela exploração do babaçu poderá sobreviver este grupo tão perseguido e desamparado.
Antes que se iniciem as demarcações das glebas devolutas deste município, lembramos a V.Sa, que esta é a hora propícia para serem legalizadas estas terras, sem mais protelações, pois muito mais difícil e talvez impossível seja desapropriar-se terras futuramente para que se cumpra o artigo 216 da Constituição brasileira, que garante aos índios a posse das terras por eles habitadas e necessárias às suas sobrevivências.

A partir da memória dos anciãos Apinajé, como Estevão, Bonfim remontou a ocupação das antigas aldeias Apinajé, apresentando um cenário muito mais complexo e dinâmico daqueles apresentados pelos cronistas do século XIX e de princípios do século XX.

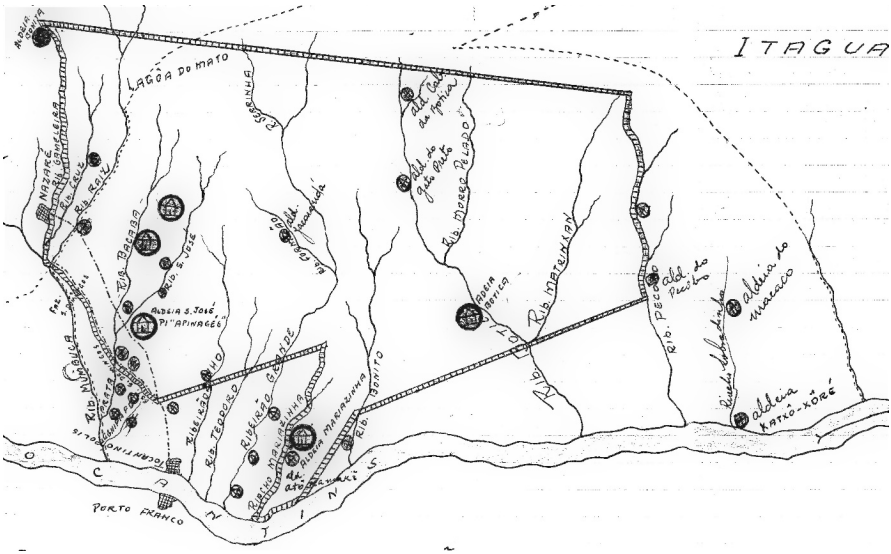


Figura 43: Detalhe do croqui das *Terras reclamadas pelos Apinagés*

O mapa de Bonfim trazia a presença de uma série de aldeias nas regiões próximas a Tocantinópolis, ocupando as margens do ribeirão Grande e do ribeirão Mumbuca. Além disso, mostrava a ocorrência de aldeias ao norte do ribeirão Pecobo. O mapa indicava ainda que, ao contrário das afirmações de Nimuendajú e DaMatta, a aldeia Botica não era

a mesma aldeia Gato Preto, e localizava-se em região diferente. Em 1963, em um ofício sobre a situação dos PIs, o chefe da IR esclarece que o PI Apinagés presta assistência aos Apinajé da aldeia Botica, do PI Mariazinha e do Posto,[106] indicando que aldeia Botica ainda era habitada. No que se refere às terras reclamadas pelos Apinajé da aldeia São José, Bonfim incorpora as terras dos ribeirões Cruz e Raiz, reforçando a ideia do reconhecimento oficial do Estado brasileiro às terras reivindicadas até o presente pelos Apinajé.

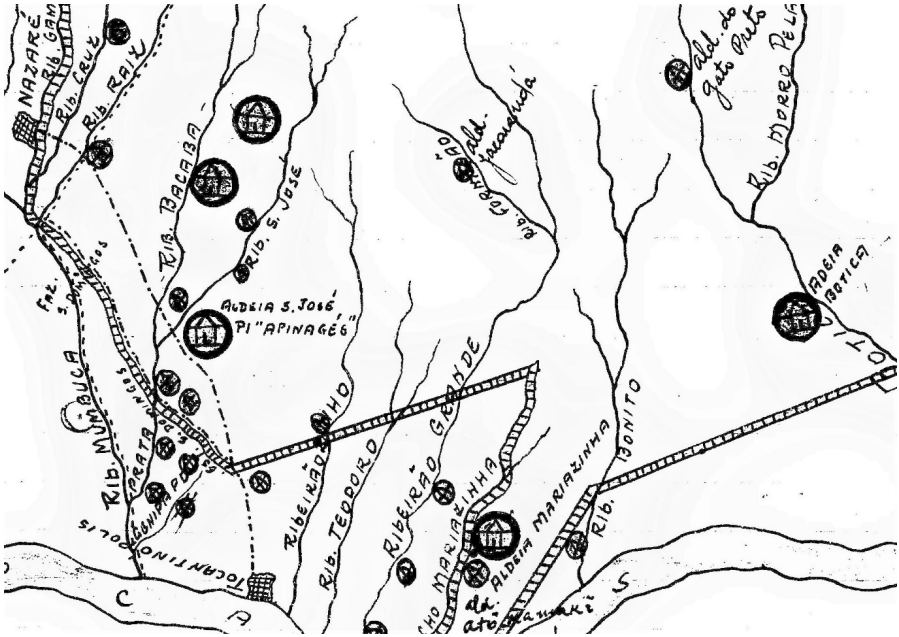


Figura 44: Detalhe indicando as "aldeias extintas" e as "aldeias ativas" (São José e Mariazinha) dos Apinajé

Apesar das constantes demandas do SPI diante das autoridades estaduais, os Apinajé teriam que aguardar mais alguns anos até verem suas terras reconhecidas. Em maio de 1968, Bonfim relatou a visita do major Jonathas Pereira da Costa, quando o chefe da IR se comprometeu a resolver os problemas vivenciados pelos Apinajé "dentro da nova orientação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), especialmente o que diz respeito a demarcação das terras. Os índios ficaram satisfeitos com essa promessa, confiantes na concretização da mesma o mais breve possível".[107] Mas como ressalta Lima:

> Até aquele momento o padrão fundiário implícito à imposição de uma territorialidade aos grupos indígenas supunha a demarcação de pequenas porções de terra em que os povos indígenas deveriam se dispor em sua suposta transição para pequenos trabalhadores rurais, resumindo-se a famílias nucleares. Nestas *reservas* seriam fixados, abandonando o *nomadismo* e extraindo sua subsistência básica pela agricultura, de acordo com os processos ensinados pelo *Serviço.* Outras necessidades seriam complementadas pela inserção dos nativos no mercado regional, mediada pelo *encarregado do posto.* Os finais da década de 1940/inícios da de 1950 retomariam propostas para o uso do trabalho indígena nos próprios *postos,* com a busca de crescente extração de *renda indígena,* i.e., recursos gerados a partir do *patrimônio indígena,* cujo controle centralizado a direção do SPI procuraria ampliar.[108]

Assim, o padrão de atuação tutelar do SPI consistia na imposição de uma noção territorialidade advinda do Estado e de estratégia de controle do trabalho indígena através da ação do Encarregado do posto. Veremos a seguir como se constituiu essa nova orientação decorrente da extinção do SPI e da criação da Fundação Nacional do Índio, pautada nos preceitos ideológicos do regime militar instaurado no Brasil em 1964.

6. O desenvolvimentismo e a luta pela terra

6.1 A política indigenista militar e a Amazônia

A partir da segunda metade do século XX, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o estabelecimento de políticas desenvolvimentistas[1] procurou incentivar a ocupação da Amazônia legal. A construção da rodovia Belém-Brasília proporcionou o surgimento de diversos núcleos populacionais ao longo das margens do rio Tocantins. O golpe de 1964 e a posterior instauração do regime militar promoveu uma mudança significativa na política para a Amazônia, pela intensidade desse processo de colonização. A intenção dos militares era promover a industrialização, a modernização agrícola e expandir a infraestrutura com o objetivo de resolver desequilíbrios regionais e garantir, dessa forma, a "segurança nacional".

Tal como no fenômeno da "Marcha para o Oeste", os militares incorporaram a ideia da necessidade de conquista e integração da Amazônia, caracterizada por eles pelo "vazio demográfico", e procuraram empreender seu desbravamento através dos grandes projetos econômicos. A noção de "vazio demográfico" foi forjada por intelectuais e agentes estatais na década de 1930. Essa compreensão sobre a realidade amazônica constituía-se com uma ideologia que procurava invisibilizar a presença indígena na região, suprimindo suas histórias e territórios. A política indigenista implementada pelos militares procurava justificar a expansão desenvolvimentista pela necessidade de ocupação das terras "desabitadas".[2] A con-

dição "indígena" era vista apenas como transitória até a sua completa integração a "comunhão nacional". Como aponta Garfiled, "para os povos indígenas, sob a tutela do governo federal, a centralização do poder de Estado sob o regime autoritário comprometido com o desenvolvimento do interior representava uma nova era".[3]

Os governos militares desenvolveram uma ideologia pautada na necessidade de integração da região na economia nacional. Os projetos dos militares para a Amazônia tiveram inspiração nos escritos de Golbery de Couto e Silva, um dos protagonistas do golpe de 1964 e criador do Serviço Nacional de Informações (SNI). Ele escreveu, nos anos de 1960, um texto intitulado *Geopolítica do Brasil*, em que qualificava a Amazônia como um "deserto verde", como "um Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar à nação".[4] Os povos indígenas não foram mencionados no documento.

Castello Branco, primeiro presidente do regime militar instaurado, discursava por estímulos fiscais para incentivar "homens de negócios" a investir na região. Em 1966, Castello Branco lançou a "Operação Amazônia" (OPAN) que se constituiu de um conjunto de medidas que deveriam criar condições para o povoamento e garantir a "segurança nacional". Três medidas principais foram adotadas: a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que substituiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com a abertura de linhas de financiamento nas áreas de agropecuária e serviços e a formação de um fundo econômico. Estas medidas foram adotadas em uma vasta região que incluía o estado de Goiás.[5]

A fim de atrair capital privado, foram concedidos isenção total de imposto de renda àqueles que investissem em projetos de agricultura e pecuária na região amazônica. Créditos subsidiados foram concedidos para a aquisição de terras em larga escala, inclusive para empresas estrangeiras. Os recursos para esses empreendimentos eram originários, principalmente, de organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou do Banco Mundial. Esses incentivos concedidos a projetos agropecuários na Amazônia elevaram o número de autorizações concedidas pela SUDAM. A criação de gado era vista como a atividade que viria a promover o desenvolvimento da região Amazônica e

contou com imensos incentivos financeiros. Somente as duas instituições financeiras citadas emprestaram mais de um bilhão de dólares para projetos desse tipo, nas décadas de 1960 e 1970.[6]

Figura 45: Cartaz da SUDAM (1970) buscando promover a ocupação da Amazônia

A OPAN visava criar polos de desenvolvimento estimulando a imigração e a formação de núcleos de povoação autossuficientes, financiando investimentos privados e construindo a infraestrutura necessária. A colonização dirigida ao longo do traçado da Transamazônica fracassou por diferentes fatores, mas contribuiu para aumentar a "grilagem" e o conflito social decorrente da disputa pela terra. Hall alerta que alguns estudiosos viram nesse processo um tipo de ocupação caótica, desordenada e sem planejamento. Mas, como o autor defende, a OPAN significou a reserva de terras para a exploração por interesses comerciais e demonstrou que os militares pouco se preocuparam com as massas de camponeses "famintos de terra, que começaram a chegar a região em grandes levas durante a década de 1960".[7]

Essa estratégia de ocupação da Amazônia que beneficiava o latifúndio e subsidiava a concentração de terras gerou um quadro de violento conflito rural na região do Bico do Papagaio. A construção de estradas, a ocupação da terra e a inserção marginal da região no sistema capitalista provocou uma intensificação do conflito interétnico entre a sociedade não indígena e os Apinajé. Nesse processo, os povos indígenas enfrentaram os problemas do desenvolvimentismo e foram vistos como um obstáculo ao "progresso". Shelton Davis publicou em 1977 o resultado de sua pesquisa intitulada *Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil,* cuja tese central era que, "para compreender a situação dos índios brasileiros, é necessário examinar a história econômica da região Amazônica"[8] e, também, discutir o fenômeno do aclamado "milagre econômico" do Brasil.

O "milagre econômico" brasileiro, fenômeno associado às altas taxas anuais de crescimento econômico entre os anos de 1968 e 1973, teve seu preço marcado pela acentuada concentração de renda. Entre um dos fatores que impulsionaram esse processo estava a criação do Programa de Integração Nacional (PIN). Lançado em 1970 durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974), o PIN previa a destinação de mais de um bilhão de dólares, entre 1971 e 1974, para a construção da rodovia Transamazônica e tinha como objetivo promover a intensa colonização da Amazônia. A rodovia pretendia ser uma rota de migração da região Nordeste, atingida por uma forte seca, para a região Amazônica, unindo "homens sem terra a terra sem homens". Essas ações vieram acompanhadas da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento

(PND) e do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDAM), em 1971, que intensificaram as medidas de distribuição de terras devolutas ao longo do traçado das rodovias.

A partir de 1974, o governo abandonou essa estratégia de povoamento e passou a incentivar a iniciativa privada, devido à pressão de setores empresariais sulistas. Com a ascensão de Geisel ao poder foi lançado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II, 1975-1979), que procurou "desenvolver" a Amazônia a partir da "ampliação dos meios de transporte e comunicação, na expansão das atividades orientadas para as exportações, tais como carne de vaca, madeira e minerais, e na concentração geográfica dos investimentos em áreas específicas da região". Um desses polos de crescimento foi Carajás, um imenso depósito de ferro descoberto em 1967, no sudeste do Pará. Com afirma Hall, esse plano significou um aprofundamento da concentração de terras, que eram vendidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a grandes fazendeiros ou empresas. "Sob a nova administração, o INCRA, entre 1975 e 1979, vendeu um total de 1,7 milhão de hectares, em lotes de 500 a 3.000 hectares, ou duas vezes mais que a área distribuída a pequenos agricultores até 1974."[9]

No entanto, a pecuária na Amazônia, baseada no modelo de criação em grandes propriedades rurais, demonstrou a fragilidade das intenções de povoamento e criação de polos econômicos. A degradação do solo, proporcionado pelo desmatamento para abertura de pastagens, impossibilitava a utilização da terra por mais de dez anos. Além disso, "as dificuldades de administrar eficientemente imensas fazendas de criação sem a apropriada perícia gerencial" levaram a maioria dos projetos agropecuários ao fracasso. Os subsídios obtidos com facilidade por grandes fazendeiros criavam uma distorção no mercado com a "explosão artificial de empresas pecuárias", que na verdade tinham apenas a finalidade de lucrar através da especulação do valor da terra. Esse cenário levou a acirramento dos conflitos relacionados à terra.

Os militares não podiam ignorar o problema cada vez mais grave da violência rural. Para resolver essa questão, criou-se, em 1980, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) que, através de uma política de colonização da bacia do rio Tocantins, pretendia amenizar os conflitos fundiários.[10] Ao que tudo indica, quando os militares tomaram

conhecimentos de grupos de guerrilheiros na região do sul do Pará, passaram a adotar uma política de ocupação e desenvolvimento que buscava amenizar o foco de tensão social existente na região.[11] O GETAT foi responsável pela titulação das terras e colonização de uma área de 45 milhões de hectares, concentrada na "mais fluida zona de conflito rural no Brasil, está no ponto onde se encontram os estados do Maranhão, Goiás e Pará, popularmente conhecido como 'bico do papagaio'".[12] Sua atuação na titulação das terras consolidou uma estrutura de concentração de terras nas mãos de grandes proprietários.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) apontou que a política de "colonização dirigida" fez parte dos planos governamentais que sistematicamente desencadeavam esbulho de terras, favorecendo a invasão e titulação de territórios indígenas a terceiros. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada em 1977, constatou que "a Fundação Nacional do Índio (Funai) segue, de certa maneira, a prática do órgão antecessor, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Mas 'moderniza' esta prática e a justifica em termos de 'desenvolvimento nacional', no intuito de acelerar a 'integração' gradativa [...]".[13]

> A subordinação do órgão tutor dos índios, encarregado de defender seus direitos, em relação às políticas governamentais fica evidente quando se nota que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) era órgão do Ministério da Agricultura e que a Fundação Nacional do Índio (Funai), que substituiu o SPI em 1967, foi criada como órgão do Ministério do Interior, o mesmo ministério a cargo do qual estavam a abertura de estradas e a política desenvolvimentista em geral. [...].[14]

Assim, a concentração de duas atribuições aparentemente contraditórias – proteger os povos indígenas e promover a expansão capitalista para Amazônia –, na verdade, revela a mais pura faceta da política indigenista do regime militar: a submissão dos interesses indígenas aos poderes econômicos. O livro *A política de genocídio contra os índios do Brasil*, de autoria desconhecida e publicado em 1976, foi escrito como forma de denúncia contra o governo brasileiro perante o Tribunal Penal Internacional (Tribunal Russel II). Neste documento é citada portaria interna da Funai, datada de 25 de janeiro de 1971, que afirma que "a assistência ao índio, que deve ser a mais completa possível, não visa e não

pode obstruir o desenvolvimento nacional nem os eixos de penetração para a integração da Amazônia".[15] Essa prática de esbulho do território é, segundo a CNV, "a força motriz para todas as graves violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas".[16] O arrendamento de terras e a emissão de títulos implica a vinculação direta do Estado nessas violações. Esse processo de supressão de direitos territoriais está também no cerne dos crimes investigados pelo procurador-geral Jáder Figueiredo, em 1967. Tal como afirma Davis, as repercussões internacionais do Relatório Figueiredo produziram uma onda de protestos no mundo e obrigou o regime militar a promover mudanças na política indigenista, resultando na própria criação da FUNAI.[17]

Segundo Rocha,[18] para além das denúncias de corrupção, a extinção do SPI estava vinculada à uma busca pela racionalização da política indigenista. A modernização dos organismos estatais fazia parte de uma nova conjuntura de internacionalização da economia brasileira. Neste novo contexto, era necessário garantir uma exploração das riquezas existentes nas áreas indígenas e, para isso, o novo órgão procurou reorganizar a "renda indígena".[19] A Lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que criou a FUNAI, procurou superar as dificuldades administrativas e orçamentárias dos órgãos indigenistas anteriores, incluindo o dízimo da renda líquida anual do "patrimônio indígena", destinado ao custeio dos serviços de assistência. Esse mecanismo de exploração das riquezas naturais e transformação dos Postos Indígenas em unidades produtivas, voltadas ao custeio da assistência, procurou legitimar-se no ordenamento jurídico internacional que tratava das relações entre Estados nacionais e essas populações.

A preocupação do regime militar com os direitos indígenas se deveu, sobretudo, à pressão internacional exercida por movimentos de defesa dos direitos humanos a partir dos dispositivos legais internacionais. Como nos informa Lima, "a ação [desses movimentos] sobre o *establishment* desenvolvimentista, notadamente o Banco Mundial, repercutiu nos dispositivos financiadores da expansão governamental rumo à Amazônia, ameaçando cortar os recursos financeiros ao regime militar [...]".[20] Dessa forma, os militares se viram obrigados a incorporar diretrizes da legislação internacional no intuito principal de preservarem suas fontes de financiamento para projetos de desenvolvimento.

Segundo Bigio,[21] a Convenção n. 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi referência para a criação da FUNAI. Com o objetivo de *proteger* e *integrar* as populações indígenas no seio dos Estados nacionais, a OIT estabeleceu, em 26 de junho de 1957, a convenção que só seria substituída, em 1989, pela de n. 169. De forte teor evolucionista e assimilacionista, a Convenção n. 107 esteve em vigor no Brasil entre 1966 e 2003 e foi o principal instrumento jurídico internacional utilizado pelo Estado brasileiro no tratamento dos povos indígenas durante esse período.

Através do Decreto n. 58.824, de julho de 1966, o governo militar de Castelo Branco ratificou a Convenção n. 107. Segundo o artigo 11º da referida convenção, "o direito de propriedade, coletivo ou individual, será reconhecido aos membros das populações interessadas sobre as terras que ocupem tradicionalmente" e no artigo subsequente aponta para a impossibilidade de deslocamento forçado dessas populações, "a não ser em conformidade com a legislação nacional, por motivos que visem à segurança nacional".[22] Não é estranho que os militares tenham incorporado a convenção à legislação nacional, uma vez que ela subordinava a posse do território indígena aos interesses de "desenvolvimento" e da "soberania nacional". Em 1973, o Estatuto do Índio incorporou essas premissas.

Em fins de 1968, o governo havia decretado o Ato Institucional n. 5 (AI-5), que aumentava a repressão dos movimentos de oposição ao regime. Segundo Relatório da CNV, este fato foi um marco que endureceu a política indigenista tornando-a mais agressiva. A partir da criação da FUNAI, intensificou-se um processo de aparelhamento do órgão com a ocupação dos cargos por militares vindos do SNI. Nesse processo, os militares passaram a dar destaque à questão indígena por sua vinculação com a segurança nacional, mas também por sua relação com o projeto de desenvolvimento econômico. As terras ocupadas por indígenas e suas riquezas naturais tornam-se questões estratégicas. Por isso a política de ocupação da Amazônia torna-se fundamental para compreender a política indigenista.[23]

Portanto, através da política do regime militar para a Amazônia, é possível vislumbrar a conjuntura territorial em que viviam os Apinajé no período entre a construção da Transamazônica e a derradeira luta pela demarcação do território, na primeira metade da década de 1980. Essa

política significou o apogeu da militarização da questão de terras no Brasil,[24] em que os povos indígenas foram invisibilizados. O processo de concentração de terras e de violência extrema no campo marcou o território habitado pelos Apinajé.

6.2. A Transamazônica e o Programa Grande Carajás

Em princípios dos anos 1970, durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974), foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN), que destinou mais de um bilhão de dólares entre 1971 e 1974, para a construção da rodovia Transamazônica.[25] Já em 1969, o ministro dos Transportes, Mario Andreazza, apresentou na Escola Superior de Guerra (ESG) um plano nacional viário, com a previsão de uma "grande transversal" que cortaria a Amazônia. Não haviam sido planejadas ações referentes à presença dos povos indígenas ao longo do traçado da rodovia. Em 1970, as empreiteiras se reuniram com o governo para encontrar uma forma de evitar que "29 tribos atrapalhem os trabalhos na região".[26]

O coronel José Costa Cavalcanti, ministro do Interior, organizou a elaboração de um plano para responder à imprensa sobre a obra e a questão indígena. Esse projeto foi marcado por uma aceleração do processo de "atração" e "pacificação" de povos indígenas, com o objetivo de possibilitar a construção da rodovia. O extermínio de grupos (eufemisticamente chamado de "atração" e "pacificação") como os Parakanã e os Krenakoré, ao longo do traçado da rodovia, foi parte de um esquema mais amplo de destruição étnica intensificado a partir de 1970. "Entre 1970 e 1974, o governo brasileiro tentou acelerar o processo de 'integração nacional' construindo uma série de estradas que cortavam os parques e terras indígenas".[27] Os Apinajé, que se encontravam no trecho inicial da obra, não estavam nas preocupações do Estado, uma vez que eram considerados "integrados".

A rodovia Transamazônica, conforme comunicado publicado no *Jornal do Brasil* em março de 1970, atravessaria a "Belém-Brasília, na altura de Marabá, às margens do Tocantins (mais precisamente em Estreito, no Maranhão [...])". O comunicado prossegue afirmando que a rodovia "será uma vereda aberta ao nordestino para a colonização do enorme vazio demográfico e o início da exploração de potenciais até então inacessíveis".[28]

A rodovia permitiu um aumento da população dos municípios do entorno. Tocantinópolis tinha, em 1970, por volta de 24 mil habitantes, sendo que 18.500 viviam na área rural. A população que chegava a Tocantinópolis era originária, principalmente, dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. De características essencialmente rurais, essa população migrante ocupou as margens dos ribeirões, vivendo da agricultura de subsistência e da extração da amêndoa do coco babaçu. Essa atividade ocupava grande parte da mão de obra dessa população rural durante o ano todo. Trabalhavam também como peões nas fazendas de gado. Em 1970, o município contava com um rebanho de 60 mil cabeças de gado, conforme levantamento estadual.

A população urbana do município era composta por profissionais liberais e comerciantes, muitos dos quais "proprietários" de terras. O controle sobre as terras e as atividades econômicas a ela associadas garantia a essa aristocracia rural o poder político. A produção agrícola do município, naquele momento, concentrava-se na atividade pecuária e extrativista, ligada à coleta do coco babaçu, além de outros gêneros agrícolas, como arroz, milho, mandioca etc. Mas a atividade econômica principal, em que se assentava a subsistência da população mais pobre, era na exploração do babaçu. As quebradeiras de coco eram as pessoas que coletavam os cocos nos babaçuais das fazendas, extraíam a amêndoa e revendiam localmente. A criação de gado se utilizava de pastagens naturais que se desenvolviam no cerrado, mas o baixo valor proteico da terra obrigava o gado a fazer grandes andanças.[29]

A construção da rodovia ficou sob a responsabilidade de grandes companhias de engenharia, Camargo Côrrea, Andrade Gutiérrez e Mendes Júnior. Esta última ficou responsável pela construção da rodovia no trecho que cortava o território Apinajé. A obra foi iniciada em fins de 1970, simultaneamente em diversos trechos, e em outubro de 1971 já estava sendo entregue ao tráfego. Velho afirma que, "do outro lado do rio Araguaia, em Goiás, de um ponto situado oito quilômetros acima de Araguatins abria-se também a ligação com a Belém-Brasília, com a construção de estrada nova e o aproveitamento do ramal que ligava Tocantinópolis à localidade do Estreito".[30]

Figura 46: Início da Transamazônica no trecho do entroncamento com a Belém-Brasília[31]

Além do incremento populacional decorrente da chegada da Transamazônica, os Apinajé sofreram outros percalços com a construção da rodovia. Em memorando encaminhando por Izaltino Bidirá, chefe da cantina do Posto Apinagés, ele denunciava os problemas decorrentes da construção da estrada, afirmando que:

> a) os tratores estão trabalhando na Transamazônica nesse trecho, passam no centro de duas aldeias do Posto Apinagés, a distância de 1 km da mais populosa que é a São José, com 211 índios, e mais próxima ainda da aldeia Abacaba [*sic*] com cerca de 30 índios. b) a turma de trabalhadores também já montou acampamento no mesmo local.[32]

Esse trecho, mencionado acima, atravessou o território de uso permanente dos Apinajé, passando a cerca de dois quilômetros da aldeia São José, sua comunidade mais populosa. Dada a proximidade com as habitações, pode-se imaginar o impacto da chegada de grandes máquinas abrindo caminho em meio ao cerrado. *Kangrô* – que naquele tempo era vice-cacique da aldeia – relatou um episódio sobre a intenção de passar a estrada pelo meio da aldeia, o que foi rechaçado pelos indígenas. O *pahi* pediu, então, aos trabalhadores que abrissem um ramal para a aldeia. No entanto, o militar do Exército responsável pela supervisão dos trabalhos não autorizou a estrada. Este militar era o coronel Clodo-

miro Bloise, que chefiava a Base de Pucuruí, responsável pela "pacificação" dos Parakanã. Ele foi enviado a Tocantinópolis para averiguar a denúncia que havia sido feito pelo funcionário local da FUNAI. Foi ele que impediu a empreiteira Mendes Junior de abrir um ramal da rodovia Transamazônica até a aldeia São José, conforme acordo feitos entre os Apinajé e o encarregado da obra.

O Relatório de Bloise, datado de 27 de novembro de 1970, tinha por objetivo avaliar denúncias dos impactos causado pela Transamazônica. Após sobrevoar as aldeias registrando várias fotografias, ele dirigiu-se ao escritório da construtora Mendes Junior, responsável pela construção daquele trecho da rodovia, e solicitou veículo para ir até a aldeia São José. Conforme informou no relatório, na aldeia realizou reunião com o chefe do posto e o "capitão da tribo" José Laranja, conhecido por Grossinho, onde aplicou um questionário. Afirma ter sido informado que não houve nenhum problema com a passagem das máquinas abrindo a estrada. Quando questionado sobre a demarcação das terras indígenas, disse que já havia sido solicitado "e carece urgência caso contrário esta área vai sendo invadida por elementos estranhos".[33] Além disso, o coronel Bloise fez uma verificação da distância entre aldeia São José e a estrada e conclui que era de quatro quilômetros e atravessava a terra em outros quatorze quilômetros. Ele mencionou o equívoco na definição do traçado da rodovia afirmando que:

> Quero deixar bem claro que a demarcação da estrada não é feita pela empresa construtora e sim pela Rodobraz que determina o local por onde deve passar, portanto, se houve algum culpado da diferença de metragem, conforme consta do processo cabe unicamente ao órgão responsável pela execução do projeto e não de quem vai executar a estrada.[34]

Mas tranquilizava as autoridades estatais, considerando que:

> Contudo ao meu ver esta mudança não veio afetar em nada a situação da tribo Apinagés, porém irá solicitar mais rigor do cumprimento das ordens que deverão ser emanadas pelo capitão e o chefe do posto.
> Absolutamente os tratores não passaram no centro de duas aldeias do posto Apinagés, muito menos na distância anunciada pelo mesmo, como também esta aldeia possui somente 130 índios e também não existe nenhuma tribo com 30 índios, e sim uma roça onde a estrada (na parte mais próxima) passa

a +/- entre 6 a 8 km, sendo que os índios se deslocam da aldeia para o local de trabalho diariamente. O que existe neste local são alguns barracões de palha para repouso pessoal, ficando livre aos que quiserem dormir na roça, porém não vivem neste local.[35]

A distância mencionada pelo coronel foi superdimensionada, provavelmente para ignorar a demanda dos Apinajé. A distância entre a aldeia São José e a rodovia, construída em 1970, não ultrapassa os três quilômetros, o que denuncia a parcialidade do relator. A "outra aldeia", *Abacaba* segundo o documento, foi considerada área de roça, não se constituindo uma aldeia de fato. Conforme os Apinajé, nesse local, próximo de onde hoje se localiza a aldeia Bacabinha, vivia "o povo do Cocalinho", liderados por Maria Barbosa, que se tornou uma liderança fundamental na inserção da região noroeste do que hoje é a Terra Indígena. A estrada foi construída sobre o território Apinajé, passando próximo à sua aldeia mais populosa e sobre outras habitações.

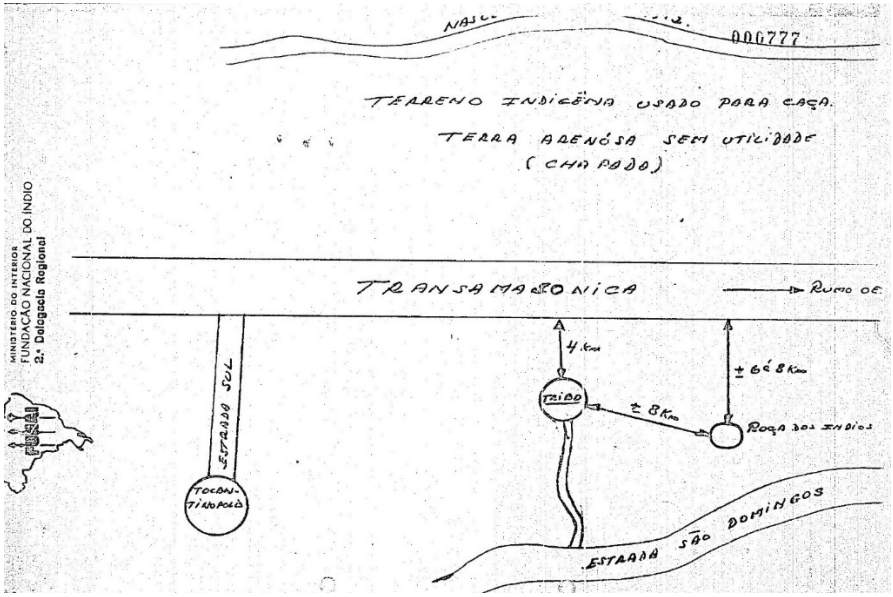
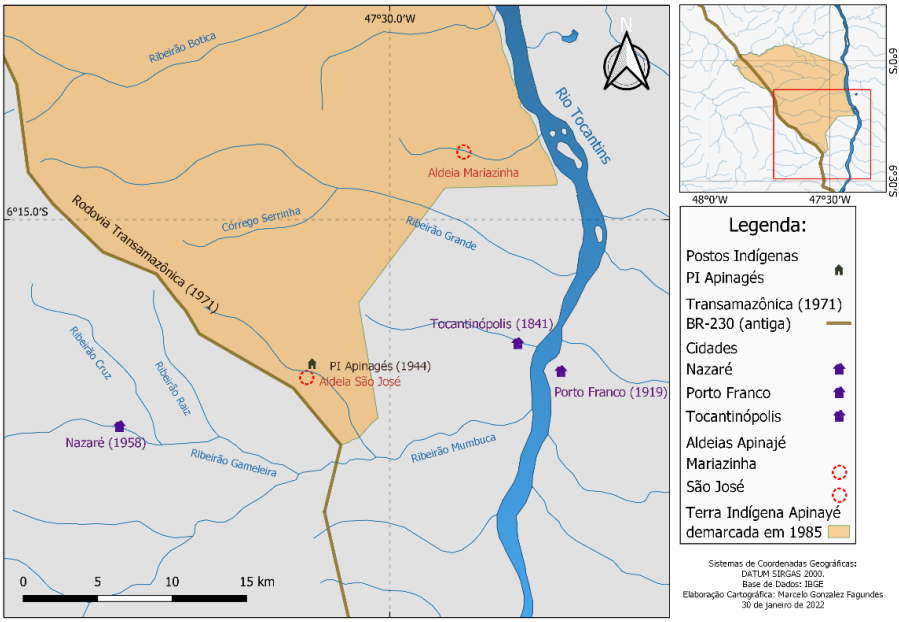


Figura 47: Croqui elaborado pelo coronel Bloise

Uma das consequências diretas da construção da rodovia Transamazônica para os Apinajé foi a restrição do uso de seu território de ocupação permanente. Muitos Apinajé afirmam que os *kupẽ* passaram a considerar

a rodovia como limite do território que poderia ser utilizado pelos índios. As terras a oeste foram cercadas com arame farpado e os posseiros proibiam a entrada dos Apinajé. Efetivamente, em 1985, quando a área indígena foi demarcada, a Transamazônica serviu de limite. Mas no próprio croqui elaborado por Bloise, a margem esquerda da rodovia aparece como "terreno indígena".



Mapa 14: A Transamazônica e os Apinajé

No entanto, considerando mais uma vez apenas o seu juízo de valor, o coronel afirmava que essa área não tinha "nenhum valor" para os indígenas, uma vez que se tratava "de uma zona árida e não utilizada pelos índios pois se trata de uma Chapada arenosa, consequentemente sem nenhuma utilidade para os mesmos". De fato, o que é relevante em seu relatório é a reincidência do reconhecimento do Estado sobre as terras a oeste da hoje "antiga" Transamazônica.[36] A luta do presente demonstra que Bloise se equivocou em indicar que a área não tinha importância para os Apinajé.

Logo após sua abertura, a Transamazônica passou a receber um fluxo intenso de carga e de passageiros neste trecho.[37] Antes da construção

da rodovia, o único acesso dos Apinajé ao município de Tocantinópolis era por uma picada que ligava a uma estrada rural, conhecida como São Domingos, em direção à cidade. A proximidade da estrada como os indígenas era uma preocupação do funcionário do posto. Ele ressaltou a periculosidade da situação devido "[a]os costumes primitivos" dos Apinajé e pela possibilidade de "poluição dos costumes tribais". Ele sugeriu, assim, medidas de precaução, dentre elas: a construção de uma cerca de arame farpado ao longo da margem esquerda da estrada, de aproximadamente 50 quilômetros, além de informar aos responsáveis que os trabalhadores da obra não poderiam fornecer bebidas alcoólicas aos indígenas, ou mesmo ter contato com eles, e que seriam processados por corrupção de menores se algo acontecesse com as indígenas. Além disso, os trabalhadores não poderiam atravessar a cerca, e os Apinajé também não poderiam frequentar as margens da estrada. Essas medidas de isolamento dos Apinajé foram criticadas por Bloise:

> Conforme estamos observando a tribo está relativamente distante da estrada e a colocação de uma cerca de arame farpado em toda a sua extensão seria bastante oneroso, e dentro de pouco tempo a Funai teria que manter elementos só para a sua manutenção. Quero crer que um serviço de vigilância seja pela construtora neste momento como pela própria tribo mais tarde ainda utilizando a Funai elementos contratados para este fim também seria impraticável. [....] a colocação de placas "PROHIBITIVAS" de km em km seria o suficiente para alertar a todos que aquela área pertence aos índios e como tal proibida qualquer penetração.
> O caso é manter moralmente a proibição da invasão das terras, porém os que a desejarem fazer o farão, quer com as placas, quer com a apli-[?] de cerca de arame farpado, devido à sua grande extensão.[38]

O coronel apelava para a proibição "moral" da invasão das terras, legitimando a posse das terras à oeste da rodovia. No entanto, essas medidas proibitivas não surtiram o menor efeito e, como era de se esperar, os Apinajé utilizaram-se da rodovia. Os Apinajé passaram a utilizar a estrada para vender artesanato e, em alguns casos, dirigiam-se a cidade de Marabá ou Belém. *Kangrô* contou um episódio em que ele e o cacique pegaram a estrada rumo a Marabá para trazer de volta algumas indígenas Apinajé que haviam partido com um caminhoneiro. Além disso:

> [...] a menos de 2 km da aldeia, do outro lado da estrada, um senhor de apelido "Totonho" instalando uma dezena de fornos para fabricação de carvão vegetal – utilizando-se da mão de obra indígena e – óbvio – da madeira farta do outro lado da estrada. Seus peões maranhenses construíram suas casas ao longo da transamazônica este embrião de povoado é hoje o ponto de prostituição de algumas jovens Apinayé.[39]

Mas o malefício mais evidente da rodovia estava vinculado à restrição das terras. A abertura da estrada permitiu a chegada e o estabelecimento de muitos posseiros que se fixaram nos dois lados da rodovia. A antiga reivindicação dos Apinajé pelas suas terras tornava-se algo de fundamental importância no contexto da construção da Transamazônica. Conforme alertava Bloise, "haverá problema sim se não for feita de imediato a demarcação da área indígena não só na tribo Apinagés como também na tribo Mariazinha".

> Os índios não se conformam em desconhecer as suas terras e ficam alucinados quando alguém procura se apoderar de parte que eles julgam lhes pertencer. Assim sendo o maior problema no momento, que tem que ser sanado de imediato, é a demarcação do que realmente pertence ao índio, solicitação que segundo os seus capitães de há muitos anos eles vêm pedindo e não são atendidos. [...]
> Aconselharia que é melhor meta a ser tomada neste instante [...] é a demarcação da área indígena pois toda a tribo não mais acredita nas nossas palavras, alegam que há muitos anos vem pedindo essa demarcação. Assim sendo a fim de evitar um colapso nos ânimos dos indígenas, eu peço, só imbuído na missão que estou desempenhando, mas também como cidadão, que essa demarcação seja iniciada imediatamente a fim de tranquilizar os ânimos nas duas tribos.[40]

Apesar dos apelos, os Apinajé teriam que esperar mais quinze anos para conseguirem a demarcação da terra, o que, no entanto, não resolveu o problema dos posseiros. O plano de trabalho elaborado em 1972 pelo encarregado do PI Apinagés, Sebastião, previa a construção de uma série de estruturas (enfermaria, fossas sanitárias, escola, casa do posto), tendo em vista que a rodovia Transamazônica, que passava somente a três quilômetros da aldeia São José, deveria beneficiar os Apinajé. "Sabemos que, nesta situação, beneficiar o índio Apinagés significa principalmente tomar medidas urgentes em relação a posse de suas terras o que aliás este departamento já vem realizando".[41]

Os Apinajé vivenciaram as distintas etapas do projeto dos militares para a Amazônia. A construção de infraestrutura e o reordenamento fundiário do norte goiano estavam associadas ainda a um contexto mais amplo de "desenvolvimento" da região amazônica. Em 1980 foi criado o Programa Grande Carajás (PGC)[42] que consistia em um projeto de desenvolvimento "integrado", formado por quatro grandes projetos: um depósito de minério de ferro, duas fábricas de alumínio e a hidrelétrica de Tucuruí, no baixo Tocantins. No entanto, as reservas minerais foram os principais pilares do Programa. Descoberta acidentalmente em 1967, na Serra de Carajás, no Pará, o depósito de minério de ferro era, naquele momento, uma das maiores reservas do mundo. Assim, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79), criado pelo governo Geisel, deu prioridade aos recursos minerais e à infraestrutura necessária à sua exploração. A empresa era controlada principalmente pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e financiada majoritariamente pelo capital japonês, além de contar com subsídios do governo federal. O projeto foi complementado em 1985 com a inauguração da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que ligava a mina ao porto de Itaqui em São Luís, no Maranhão.[43]

A construção da Estrada de Ferro Carajás estabeleceu um programa, conhecido como Grande Carajás, que reconhecia o impacto sobre diversos territórios indígenas, entre eles o território Apinajé. A assinatura do Convênio entre a FUNAI e a CVRD em 1982 previa a disponibilização de US$ 13,6 milhões para viabilizar a demarcação física do território, bem como para o desenvolvimento das comunidades em longo prazo. Estavam incluídos na área de influência do PGC quinze diferentes grupos indígenas, totalizando 13 mil indivíduos.[44] As autoridades empresariais relutaram em reconhecer a presença indígena na área de influência do programa. Devido às recomendações do Banco Mundial, os recursos do PGC tinham como finalidade principal garantir a demarcação das áreas indígenas. Apesar do empenho dos antropólogos contratados para executar o plano, a maior parte dos recursos foi destinado a cobrir as próprias deficiências orçamentárias e para manter ou ampliar a infraestrutura da FUNAI. Contudo, devido aos desvios do projeto e à pressão dos antropólogos, o convênio foi suspenso em 1986.

Para os Apinajé, a aplicação dos recursos significou a adoção de um projeto de desenvolvimento voltado para melhorias nas instalações

de saúde e educação, pertencentes à FUNAI, aquisição de materiais diversos, instalação de uma cantina para venda de produtos, aquisição de cabeças de gado e compra de maquinário agrícola pesado para implantação de projeto de monocultura de arroz. Dito de outra forma, os recursos foram utilizados para a manutenção da estrutura e execução de ação do órgão indigenista.

Durante os anos em que convivi com o povo Apinajé, percebi o quanto eram emblemáticas as marcas do chamado "tempo da Vale", em referência à empresa que financiava o projeto. Pouco havia sobrado do maquinário agrícola – sucateado ou vendido –, das construções, da cantina ou do gado. Eram fortes, no entanto, as lembranças das roças Apinajé "antes da Vale" e dos tempos "da roça mecanizada" de arroz.

6.3 A luta pela demarcação do território

6.3.1 Os estudos de identificação da Terra Indígena

Através do Decreto n. 58.824, de julho de 1966, o governo militar de Castelo Branco ratificou a Convenção n. 107. Segundo o artigo 11º da referida convenção, "o direito de propriedade, coletivo ou individual, será reconhecido aos membros das populações interessadas sobre as terras que ocupem tradicionalmente". As Constituições Federais de 1967 e 1969 reconheceram que "as terras habitadas pelos silvícolas" eram garantidas à posse permanente e o usufruto exclusivo dos recursos naturais, sendo elas inalienáveis, uma vez que se caracterizam como bens da União. Caberia, pois, ao poder público identificar, delimitar e demarcar essas terras indígenas. Em 1973, com a promulgação da Lei nº 6.001 – o Estatuto do Índio –, surge pela primeira vez na legislação indigenista a ideia de "consenso histórico" de ocupação. Conforme o artigo 25:

> O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do artigo 198, da Constituição Federal [1969], independerá de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação.[45]

A introdução de uma noção de "consenso histórico", incorria na necessidade de estudos de natureza diacrônica sobre a territorialidade dos povos indígenas, conduzidos por profissionais com formação em ciências humanas. Em 1976, através do Decreto presidencial n. 76.999, foi sistematizado os procedimentos referentes à demarcação oficial, mas somente em 1978, através da portaria da FUNAI n. 517, que determinava a participação dos indígenas na identificação e a averiguação da imemorialidade da ocupação. Conforme o Decreto n. 76.999/76:

> Art. 1º. As terras indígenas, de que trata o artigo 17, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, serão administrativamente demarcadas por iniciativa, e sob a orientação, do órgão federal de assistência ao índio, de acordo com as normas deste Decreto.
> Art. 2º. A demarcação das terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, item IV, e 198, da Constituição, será precedida de reconhecimento prévio da área a ser demarcada.
> § 1º O Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nomeará um antropólogo e um engenheiro ou agrimensor, incumbidos do reconhecimento prévio, que apresentarão relatório contendo a descrição dos limites da área, atendidos a situação atual e o consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação dos índios.[46]

A categoria "terra indígena" surgiu na legislação indigenista brasileira na década de 1960, e como nos alerta Pacheco de Oliveira, constitui-se como uma categoria jurídica e não sociológica.[47] Definida pelo Estatuto do Índio, categoriza três diferentes formas: a) as áreas de domínio da comunidade indígena; b) as áreas reservadas; e c) as terras habitadas ou ocupadas pelos indígenas. Assim, como vimos, o Decreto n. 76.999/76, foi o primeiro a sistematizar os procedimentos referentes à demarcação oficial da terra indígena. Note-se que o reconhecimento prévio seria feito por um antropólogo e um engenheiro ou agrimensor, imbuídos de apresentar descrição dos limites físicos. Além disso, a concepção de consenso histórico trouxe questionamentos. Entretanto, conforme apontou Pacheco de Oliveira e Almeida (2006), em 1985, o consenso histórico:

> É um critério externo ao universo de conhecimento dos nativos, uma definição a partir de textos de viajantes e cronistas. Sua veracidade é problemática, pois esses autores frequentemente confundem tribos com segmentos de

> tribos, espaço geográfico com território tribal. Para realizar um tratamento efetivamente rigoroso e científico dessas fontes, é necessário um conjunto de conhecimentos metodológicos (sobre sociologia do conhecimento, etno-história e metodologia histórica) que a maioria dos antropólogos de campo não possui. [...] por outro lado, não existem narrativas ou reconstituições históricas formuladas pelos próprios indígenas para caracterizar a imemorialidade da ocupação e seu direito histórico. Rejeita-se a possibilidade de história oral, entendida como a memória social do grupo. (tradução do autor).[48]

Os autores já alertavam, na década de 1980, sobre a necessidade da adoção de conhecimentos transdisciplinares na identificação de territórios indígenas. Além disso, destacavam a invisibilidade das histórias indígenas no processo de definição de limites. Estas normativas administrativas para instauração de procedimentos demarcatórios se desenvolveram concomitantemente ao longo processo de demarcação da "TI Apinayé". Neste novo contexto indigenista começaram a ser formulados estudos mais aprofundados para a identificação do território. No entanto, como veremos adiante, nem sempre os regramentos foram seguidos à risca. As frustradas tentativas de demarcação do território Apinajé durante o tempo do SPI esbarraram na pressão de políticos influentes. No início dos anos de 1970 foram formalizados novos procedimentos para a demarcação do território Apinajé a partir da atuação da FUNAI e de uma nova legislação territorial.

Em setembro de 1970, o antropólogo Roberto DaMatta, que havia retornado há pouco de pesquisa de campo com os Apinajé, encaminhou ao general Clodomiro Flores, então diretor da FUNAI, relatório identificando o território e solicitando sua demarcação. Neste documento ele destacou a economia da pecuária e da extração do babaçu como sendo os principais fatores da perda das terras dos Apinajé.[49] Alertas oriundos do PI Apinagés já pediam providências urgentes para demarcar a área, uma vez que esta encontrava-se "totalmente invadida". O relatório feito por DaMatta deu origem ao "Processo FNI 003/71" para regularização da área Apinajé. Em 1973, o então diretor da FUNAI, general Demócrito Oliveira foi até o "PI Apinagé", onde realizou vários sobrevoos da área e concluiu que as pretensões territoriais definidas a partir de indicações de DaMatta eram inviáveis.

Em 1974, no entanto, foi publicado edital em Tocantinópolis que solicitava aos posseiros e proprietários que estivessem ocupando território reivindicado pelos Apinajé que apresentassem documentação. Muitos o fizeram. Em virtude do andamento do processo demarcatório, aumentaram a pressão sobre os Apinajé e sobre os servidores do Posto Indígena. Relatórios e ofícios encaminhados pelo chefe do posto, ao longo dos anos 1974 e 1975, reforçavam o aumento da tensão na região devido à indefinição sobre a demarcação do território Apinajé. Novamente, as influências políticas iriam interferir no processo de reconhecimento da terra. Como no passado, as lideranças Apinajé foram em busca das autoridades estatais pelo reconhecimento de suas terras. Em abril de 1975, Grossinho, *pahi* da São José, e Júlio, *pahi* da Mariazinha, foram a Brasília para pressionar o presidente da Funai com o objetivo de acelerar o processo de demarcação.

Em agosto de 1975, Ivan Baiocchi, delegado regional da 8ª IR, descreveu em relatório um conflito ocorrido entre indígenas Apinajé e uma equipe de topógrafos, contratada por Tibério Maranhão Azevedo, para demarcar uma propriedade nas imediações do ribeirão Botica, na gleba conhecida como "Vão Fundo", a 18 km da aldeia Mariazinha, local de caça dos Apinajé. O referido senhor possuía um documento de posse, datado de 1968, que lhe foi vendida em 1975. Não satisfeitos com a situação, 21 indígenas das aldeias São José e Mariazinha, liderados pelo *pahi* Júlio da Mariazinha, foram até o local para interromperem os trabalhos e expulsar a equipe. Houve confronto e os membros da equipe foram feridos. Baiocchi concluía que esse local, especialmente rico em caça, "desperta nos Apinagé um especial interesse em conservá-lo virgem, sem qualquer tipo de intromissão". A invasão dessa região levou a uma reação imediata dos Apinajé movidos por um desejo de proteger esse local.[50] O relato destaca a importância do ribeirão Botica na territorialidade Apinajé. Esse acontecimento foi noticiado no jornal *O Estado de São Paulo*, que o descreveu da seguinte forma:

> Os índios Apinayé, radicados no norte de Goiás, expulsaram a tiros dezenas de colonos que, nos últimos meses, invadiram suas terras ainda não demarcadas pela Funai – Fundação Nacional do Índio. Um posseiro saiu ferido no tiroteio, mas está fora de perigo, segundo informações chegadas ontem a presidência da Funai em Brasília. Os índios, já em adiantado estágio de aculturação, vivem

> nas proximidades de Tocantinópolis, numa região que está sendo ocupada por frentes pioneiras. Os Apinayés ficaram irritados depois que surgiu um povoado – Vila Mariazinha – em suas terras. A Funai anunciou que demarcará agora a reserva indígena, para evitar novas invasões.[51]

No mesmo dia em que a matéria foi publicada no jornal saiu a Portaria n. 71, de 14 de agosto de 1975, que designava o antropólogo Antônio Pereira Neto para verificar *in loco* a situação da área Apinajé, sob a chefia de Ivan Baiocchi. Os membros do Grupo de Trabalho (GT) estiveram no território Apinajé por vinte dias, em fevereiro de 1976. Seus trabalhos basearam-se no Decreto n. 76.999/76 para elaboração do estudo. "Nesse período, procuramos entrar em contato com os chefes das duas aldeias, e fatalmente mantivemos contato com o Sr. Prefeito Municipal, Emanuel Silva e com representantes diversos dos vários setores de influência de Tocantinópolis". Essa fala indica a pressão exercida pela elite local aos membros do GT na definição dos limites a serem demarcados.

> O GT, ao tentar verificar "in loco" a melhor área a ser demarcada para os Apinayé, levou em consideração diversos fatores: a) a antiguidade da ocupação da área (consenso histórico) pelos Apinayé; b) a área indispensável para que os Apinayé pudessem manter um "modus vivendi" de acordo com a sua estrutura social, econômica (área de pesca, caça, agricultável, pastoril e extrativa); c) a organização social e política independente de cada aldeia; d) O desejo das duas comunidades indígenas; e) o nível do avanço de civilizados sobre a área pretendida pelos índios; f) a conjuntura social, econômica e política de Tocantinópolis e os interesses dos grupos fortes da cidade sobre a área pretendida pelos índios; enfim, procuramos conciliar os dois interesses regionais: do índio e da sociedade nacional.[52]

Para o GT era necessário considerar "os interesses dos homens fortes da cidade", o que era de difícil conciliação com a antiguidade de ocupação da área e indispensável ao modo de vida Apinajé. Com base nesses critérios, no relatório, finalizado em 20 de abril de 1976, a comissão analisou a situação dos Apinajé e acabou concluindo com a designação de três distintas áreas a serem demarcadas. A primeira, "sugerida pelos índios"; a segunda, "mais viável com o contexto regional e indígena"; e a terceira, que atenderia somente os interesses dos Apinajé da aldeia Mariazinha e beneficiaria os ocupantes não indígenas. A distinção dada às

pretensões territoriais das duas aldeias Apinajé demonstrava interesses conflitantes entre elas.

> [...] em termos práticos – terras, por exemplo – a Júlio não interessa nenhum pouco se São José vai ter muitas terras ou não. Ele só quer saber da área da Mariazinha. E vice-versa, com Grossinho. [...] Essa peculiaridade da natureza política Apinayé que não encara a tribo como um todo político, mas, as duas aldeias, como unidades políticas independentes, é responsável pelas divergências entre Gato Preto e Bacaba, tempo de seus chefes Matuk e Pedro Corredor (Nimuendaju, 1956:11) e atualmente, esta situação pouco beneficia os Apinayé, pois cada chefe tem como interesse, apenas sua comunidade.[53]

As aldeias enquanto "unidades políticas independentes" defendiam os interesses de suas comunidades. A aldeia Mariazinha, chefiada por Júlio, tinha, em 1975, 129 habitantes. Conforme o relatório, "é a aldeia que mais produz babaçu, que tem maiores roças, onde existe maior fartura e, devido ao caráter altivo de seu chefe e a própria condição de estarem se expandindo em todos os níveis, é onde surgem os maiores problemas com os habitantes civilizados". A aldeia São José, chefiada por Grossinho, possuía, em 1975, 230 habitantes, tinha "poucas e pequenas roças" e a maior parte estava envolvida na fabricação de artesanato para ser vendido na Transamazônica. "Será impossível na solução dos problemas de terras Apinayé contentar os dois 'estados'".[54]

Os responsáveis pelo relatório sugeriram, então, transferir a aldeia São José para próximo da Mariazinha, com a justificativa da existência de solos mais férteis e de grandes babaçuais nesse local. Obviamente, essa ideia foi rechaçada por Grossinho. Havia uma pretensão do chefe do PI mudar a sede da aldeia São José para Mariazinha. A atuação de Grossinho como *pahi* era criticada pelos membros do GT. Eles afirmavam que um colapso político da aldeia "fatalmente arrasaria a já tão combalida São José e seria o golpe político mais importante de toda a conhecida história Apinayé".[55] Os relatores sugeriram a criação de um Posto Indígena na aldeia Mariazinha, alegando que existiam condições e os custos seriam mínimos, além disso, "transferir os índios de São José, poderia ser feito, mas implicaria no mais profundo desrrespeito à tradição e a inalienabilidade das terras indígenas, ao consenso histórico e ao próprio sistema social do grupo".[56] Mesmo reconhecendo o descompasso com a defesa dos interes-

se dos Apinajé, concluem pela solução de tentar removê-los para próximo da aldeia Mariazinha.

Assim, levando em consideração as particularidades locais, o GT propôs três diferentes soluções, sendo que uma delas foi eleita como a mais viável. Os autores destacaram que as áreas indicadas por DaMatta "eram tão grandes em sua extensão que dificilmente passaria pelo crivo de qualquer julgamento mais prático e realista". Portanto, com base em critérios "realistas, e sem romantismo ou utopias", definiram as áreas: a primeira área era a "pretendida pelos índios de Mariazinha e São José", e incluía, no limite leste, toda a margem do rio Tocantins, na altura da cachoeira das Três Barras até a foz do ribeirão Botica; o limite sul era definido uma linha reta das Três Barras até a foz do Serrinha, e então, outra linha até o entroncamento da "estrada velha" para Nazaré e São Domingos. Nos limites oeste, estavam incluídas as terras na margem esquerda da rodovia Transamazônica, do ribeirão Gameleira até o Raiz; e no limite norte definido pelo ribeirão Pecobo. A segunda área, que "seria a área indicada a ser demarcada", diferia da primeira pela exclusão das terras definidas pelo Gameleira e pelo Raiz, usando a rodovia como limite, e pelo uso do ribeirão Matrinchã como limite norte. Essa área "realista e não romântica" retirava os Apinajé das margens da Transamazônica e suprimia áreas do Pecobo. A terceira área, "que atenderia os interesses da maioria dos proprietários e políticos de Tocantinópolis", no limite oeste excluía a aldeia São José da área demarcada, obrigando ter que deslocá-los para próximo da aldeia Mariazinha.

> [...] apesar de terem ocupado pelo menos todo o extremo norte Goiano desde um tempo remoto, chegamos à conclusão que seria impossível acatar e sugerir como solução área pelos Apinayé pretendida. [Esses limites iriam] afetar profundamente a ordem social e econômica no município, inclusive estrangulando-o geograficamente, sugerimos então uma área menor, [...] mais fáceis de ser demarcada e legalizada, embora mesmo assim fira tanto o interesse do índio [...] como do civilizado. [...] uma segunda opção ainda deve ser considerada (área 3); entretanto sua delimitação fere todos os princípios antropológicos, uma vez que deixaria de fora a aldeia São José, trazendo em consequência, o problema de sua transferência para dentro da área referida contra a vontade do grupo que habita aquela aldeia. Apesar de ser considerada de péssima qualidade os terrenos que circundam a aldeia São José, seus ocupantes insistem em ali permanecer justamente pela sua proximidade da rodovia Transama-

zônica (2km), que eles utilizam teimosamente para venda de seu artesanato a preços aviltantes mas de resultados imediatos.[57]

Além disso, o GT destacou que os Apinajé não abriam mão da área localizada entre o riacho Matrinchã e o ribeirão Botica, onde se encontravam matas e, consequentemente, caça. Os Apinajé defendiam com ardor essa região "a ponto de não aceitarem qualquer tentativa de invasão, como se verifica pelos mais sérios choques já havidos com o elemento branco, todos ocorridos naquela área, que representa para eles, a própria sobrevivência do grupo".[58] Dessa forma, tal como sugerido pelo GT no âmbito do Processo n. BSB/2029/76, o procurador-geral do órgão indigenista, para identificação da área Apinajé, encaminhou a proposta para elaboração do memorial descritivo, destacando que deveria ser considerada a área 2, acrescida da região do ribeirão Pecobo.

Mesmo não atendendo ao interesse dos Apinajé da aldeia São José, a pretensão de demarcar utilizando a rodovia como limite não agradou aos políticos locais, que queriam a remoção da aldeia São José. As autoridades locais se valiam de suas funções públicas para defender interesses particulares. O então prefeito de Tocantinópolis, José Ribamar Marinho, solicitou em 1978 providências à FUNAI para o cumprimento do acordo firmado naquele ano com o presidente da fundação, general Ismarth Araújo de Oliveira, sobre a área a ser demarcada para os Apinajé. O documento se referia a proposta da terceira área. A Câmara Municipal de Tocantinópolis, em 1979, alegou ao presidente da FUNAI que a área que estava sendo demarcada era "estimada em 85.800 ha, para um total de 356 índios", e que dentro da área habitavam 2.111 não indígenas, conforme a SUDAM local.[59]

A mobilização da Câmara Municipal se deu devido ao começo dos trabalhos de demarcação, que haviam sido iniciados através da empresa contratada. Em uma reunião realizada na aldeia São José, em fevereiro de 1979, entre a empresa Patraty e as lideranças indígenas, *Krinjobrêire* não aceitaram os limites que estavam sendo postos, pois excluía a região do Gameleira. A empresa iniciou os trabalhos nas regiões acordadas, à norte e a leste, suspendendo os trabalhos na área sul e oeste da terra, de interesse da São José.[60] Grossinho disse que "nós falamos pra eles não botarem o marco, mas eles acabaram botando no escuro, de noite, escondido da

gente e foram embora, sem se despedir".[61] A empresa Patraty havia suspendido o serviço de demarcação devido a não concordância dos Apinajé da aldeia São José. Após esses acontecimentos, Romão Sotero (*pahi* da aldeia São José), Chiquinho Dias (ex-*pahi* da mesma aldeia) e Santana Laranja (secretário do *pahi*) foram a Brasília "solicitar alteração dos limites da área, por considerá-las inadequadas". "A pretensão dos índios da aldeia São José", anexada ao documento através de um mapa, instigou as oligarquias locais a pressionarem o órgão indigenista pela redução da terra destinadas aos Apinajé. Segundo documento a FUNAI

> [...] os limites já homologados para demarcação que não tiveram os trabalhos concluídos pela reação dos índios, causou, aos políticos e entidades de classe de Tocantinópolis/GO, os mais veementes apelos à FUNAI para alterar para menos os limites da RESERVA APINAYÉ.[62]

A informação dizia ainda que essa "nova alteração" iria aumentar a reação dos "civilizados", que manteriam a pressão sobre a FUNAI independente da alteração. Prevendo os "inevitáveis conflitos de ordem social, econômica e política", a FUNAI deu andamento ao processo.

Nesse momento, em fins de 1979, houve a transferência do PI Apinagé para a aldeia Mariazinha. Segundo Ladeira, a transferência foi o modo encontrado pelo chefe do posto para "punir" os *Krinjobrêire* por não aceitarem os limites propostos e a implementação do "projeto de desenvolvimento" proposto pelo órgão. Segundo Grossinho, "nós dávamos muito desgosto para a Funai, então o Sebastião (chefe do posto) roubou o nosso posto e mudou de noite, no escondido, para aldeia da Mariazinha". Fato esse que deixou os indígenas da São José muito descontentes, sentindo-se lesados. Somente em 1983, a FUNAI reinstalou um posto na aldeia São José, fazendo com que a assistência do órgão ficasse com dois postos indígenas na área Apinajé.

O impasse causado pela não aceitação da proposta da "área 2", feita pelo GT de 1976, levou a uma paralisação dos trabalhos. Com o conhecimento de que uma área seria demarcada para os Apinajé, muitos posseiros passaram a invadir a região com a expectativa de receber indenização, em decorrência da desapropriação. Grossinho apelou aos antropólogos Roberto DaMatta e Reginaldo Gonçalves, escrevendo-lhes uma carta. Dizia *Katàm*: "Eles estão invadindo por tudo entrando sem

pedir [para] nós. Muita gente quer entrar [...] querem entrar na força [...] para depois ficar falando que comprou o terreno [...]. Aqui está para sair a briga por causa do terreno [...]. Se a Funai não demarcar o terreno logo aqui vai dar pau e vai morrer gente".[63]

Roberto DaMatta e Reginaldo Gonçalves redigiram um documento para encaminhar a carta de Grossinho à FUNAI como um "pedido de socorro vindo de dentro do próprio grupo tribal",[64] além de servir para contextualizá-la. Eles esclareceram que os trabalhos de demarcação, iniciados em 1978, haviam sido interrompidos devido a divergência entre a área pretendida pela FUNAI e a que os Apinajé da São José queriam.

> De fato, é pretensão justa dos Apinayé da Aldeia de São José que a delimitação oficial de seu território ultrapasse um trecho de terra rico em floresta e caça, situado à margem esquerda da rodovia Transamazônica, ao passo que a demarcação projetada não incluía esse trecho em seu traçado. Justamente por ser uma área boa para atividades agrícolas e caça, tradicionalmente explorada pelos índios, tal região está hoje invadida por posseiros e fazendeiros que a estão disputando com os membros desta aldeia. Por outro lado, a área planejada para demarca, neste lado da reserva, apenas incluía trechos de terra de cerradão agreste, de difícil aproveitamento, seja para agricultura, seja para caça ou coleta.[65]

DaMatta e Gonçalves afirmaram que o caso das terras Apinajé era "anômalo", uma vez que somente uma "metade" do povo teria seu território demarcado. Eles acreditavam que havia a possibilidade, naquele contexto, de diálogo entre a FUNAI e os antropólogos, e por isso decidiram encaminhar a carta ao órgão indigenista. A repercussão da demarcação da terra Apinajé ganhou a imprensa nacional naquele ano. Duas semanas após o envio da carta de DaMatta e Gonçalves, o *Jornal do Brasil* realizou uma extensa matéria em que expôs a situação dos Apinajé e tornou públicas as cartas de Grossinho.

OS ÍNDIOS APINAJÉS E A COMPLICADA DIVISÃO DAS TERRAS DE SÃO JOSÉ

Em a aldeia São José, dos apinajés

A localização da área que ameaça dividir ainda mais os índios e os fazendeiros

Norma Couri

O índio apinajé está a barlavento. Ao mudar-se, adotou os problemas do Capitão Grossinho, chefe índio há quase 20 anos da aldeia de São José.

Porque, embora saiam sempre estrangeiros, já viveram entre eles e escreveram teses, livros, muito sobre os **pacos** ou **Apinajé**. Nisso-que (nome de tribo indígena) e kabaga-kete (cabeça vermelha) são igualmente antropólogos que estão de chinelos (conserto assinado pelo próprio Capitão Grossinho) são meio combatidos como José Reginaldo Gonçalves e Roberto da Matta.

Problema, é o Pará Grande (pode ser Deus ou o Presidente, do Brasil ou da Funai) que talvez tem chegar a ser a chefia do Capitão, ainda não localizada nos "diversos departamentos do país".

Problema, ainda, é a cidade quando decide dividir o terreno (erro historicamente pertencente aos apinajés, leia-se, desde que a Funai nasceu) em 1972 uma Comissão para cuidar da divisão.

— Ao reunirem dessa Comissão contávamos com o chefe da posto, políticos locais, o bispo, o prefeito e nenhum representante apinajé — disse José Reginaldo e Roberto da Matta.

E assim, das propostas de demarcação — a dos índios e de Roberto da Matta — foi sistematicamente inserível pela comissão, a dos fazendeiros transitáveis pelos índios — vingou a da Funai, conciliatória, mas meio tanta.

Os índios não se conformaram. Não que aceitem pregadores ou ignorantes, como com a tenda do circo na alguma forma de Matéria. Capitão Grossinho, 58 e poucos anos, é dos índios mais inteligentes que o antropólogo da Matta já conheceu.

— E aquele índio que todo antropólogo quer encontrar, o indivíduo que pensa na sua sociedade, que usa seu poder com o exemplo, a palavra, a exortação.

Se é preciso mejar a aldeia, Capitão Grossinho é o primeiro a pegar o barco. Se há riqueza, Capitão Grossinho é o primeiro a pegar a adiação.

E o Sinedrio que ensina aos antropólogos a lingua e a cultura apinajé, aliás de generosidade e paciência.

— Bom o é expressar um gesto de revolta diante da inesgotabilidade dos políticos brasileiros na relação ao problema indígena, diz da Matta.

Mas os apinajés foram diminuindo — então é mil 300 por volta de 1823 — as aldeias existentes — são de Santo Antonio, Coral, Bom Jardim, Gato Preto, Ex-Boa Esperança, entretanto, as de São José e Mariazinha (a aldeia-sede) — ao terreno encolhendo aos apinajés, que haviam todo o extenso Rio grande do Araguaia ao Tocantins, quando os primeiros visitantes (a Companhia de descobrimento datados de 1774) se coube bem um pedaço de terra dentro a direita do Tocantins-Araguaia.

De branco (segundo Maria — 24 anos que substituiu Teodora (noiva Carmen, Carmen, Kritato, Kraho Kanapi) os apinajés enfrentaram, mas ainda não conseguiram chegar à região, já encontra os índios. Bem compreensível: haver vigorar a sugestão do viajante Thomas de Souza Vila Real em relação aos Pisam ou Pisa-pé "índios trabalhadores e fortes" de que com eles se fazem pai "pois estes poderiam abastecer as expedições".

E a pacífica também foi incluída na proporção da redução das terras onde se casou de bilha de baboso e pau, formada de estreito cada vez encolhe-vam menos espaço, à onde a caça de veado, para, onde, ficou se tornara mais difícil.

— Terra para os apinajés é fundamental, por causa da caça, fonte de proteínas — disse o antropólogo José Reginaldo e Roberto da Matta. A terra está integrada ao seu sistema de relações sociais e sobre a caserta para o interior(ial, como a aranha para o caranguejo. Nunca sociedade tribal, terra não é bem transacionada ou movimento. Por parte do sistema mitológico. E segredo".

E na terra que o sol e a lua criaram os homens, onde a mulher estava desses para matar agricultura, onde o primeiro homem aprendeu a arte de curar através de urubu que o levaram para o céu e a trouxeram ("os apinajés montam o boné").

— A terra não existe separada das pessoas, não é um lote em Ipanema, é a próprio grupo.

A área ocupada pelos apinajés, não demarcada, estimula a invasão de camponeses, fazendeiros. É o depoimo pelo pedaço mais fértil (a esquerda do Tocantins) do camponês pois a área de cerrado, serrado, árido, alegou de Roberto Grossinho, que com sua instrumentação tecnológica é índio não pode cultivar, nem conseguir produzir.

— A composição do GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins) não inclui representantes indígenas mesmo mesmo na questão da reforma. E todas as intervenções e de crise para baixo, diz José Reginaldo Gonçalves. "Assim, a reforma é antigo Nota do cunhado do grupo (índio)".

Os antropólogos defendem a questão mais ou menos assim: os camponeses estão sem terra, os índios estão perdendo a terra, e se equacionar o problema do campo, também se equacionar o do índio. Mas as minas já denunciaram a tenuíra dos fazendeiros de evitar a fazenda de posseiros e estão declarar: "Vai só quatro posseiros? Por que dar terra para os índios se há tanto posseiro?" E assim tirou o índio da história porque do posseiro é sempre mais fácil se livrar.

— Estava na região dos apinajés quando o plano do GETAT foi elaborado, no início do ano, e lá as pessoas ignoravam solenemente essa discussão ou tudo o que se passava em torno da reforma agrária — diz José Reginaldo. "Não sabiam o que se passava e provavelmente hoje devem continuar sem o saber. São quem sabe o Brasil lá. E os grandes fazendeiros."

Este é o equilíbrio: achar que os planos elaborados na cidade não funcionar no vasto.

— E só resta o problema da mediação — diz Roberto da Matta. "Quem a faz? Quem faz a mediação entre o nível regional e nacional? Brasília é uma coisa. Tocantinópolis é achar que a lei muda a realidade, mas ao ira são bitas aos mínimo e a realidade continua lá, como está. Assim, os mediadores são os donos dos índios."

Os antropólogos são um aparte:

— Aqui não são bisnetos em norma dos índios. Não traduzimos o que eles dizem, usamos o jornal, por exemplo, ou uma reportagem que pode ou não ser publicada. Tradução não pressiona, somos os cavalos dos Apinajé. Mas não somos seus donos. Eles são capazes, e muito, de se organizar, de se articular. Não vem é voz. Não acima seu microfone. Aliás, é esse o papel do antropólogo.

E onde fica, então, o papel do encarregado da Funai, em contato constante com os Apinajé?

— Fica num papel mal definido, sem critério ou ética, entre a sociedade e o grupo tribal. Numa relação de antropólogo com os regionais, foram atendendo à patronagem. Muitas vezes são clientes dos fazendeiros, dependem deles para conseguir medicos para seus filhos, inscaporte. "É subido que a em Tocantinópolis quem fica do lado dos fazendeiros "vai ter esperto" está com todo. "só não tá certo se se meta com os índios". A expectativa é de que um branco fique naturalmente do lado dos brancos. Para o antropólogo é fácil ficar com os índios, ele está numa posição confortável, vai e volta. Os encarregados da Funai Eram, Um filho, morram lá. E assim, quando a extrema simbólica, é sempre do lado do mais fraco, os índios, do índio.

E fica a desconfia de que a Funai "é ainda a tutela do índio, e engendra não mudar sua aspiração de tutelar para a de representar a situação vai continuar lá como está no ponto.

Mesmo a responsabilidade do índio é bem do à Funai, que por sua vez é ligado ao Ministério, que é desenvolvimentista e quer terra para outros fins. E a coisa se resume mais confusa de instituição — ZICBA, Banco do Brasil, Funai etc. — deixando ao índio a chance de sobreviver através das brechas que a sociedade oferece. Ou seja, as contradições entre as muitas agências de contato (igreja, Estado).

Ou de sobreviver através de seus próprios conflitos e de seu próprio extermínio. Por exemplo, foi por causa de um massacre dos índios Kinahl, na década de 40, organizado pelos fazendeiros locais, que o Governo de Goiás resolveu dar terras a essa tribo, mais ao Sul da região de Pedro Afonso.

— Essa a trajetória dos grupos criptoindios, como os índios, os operários, os camponeses, que eventualmente são jogados uns contra os outros como no caso das terras entre índios e camponeses. A vitória é o último elo da cadeia da exploração, quando abaixo desse grupo só se encontram a floresta, que não pode gritar, e os animais, que não falam. Não os índios, parte da natureza, que ainda magem, antes que a violência chegue a seu limite. O índio que enfrenta todo tipo de preconceito na cidade, todo tipo de idealizações ecológica ou sexual, sendo ainda o índio da lata de biscoito Apinajé em muitos lugares.

Os antropólogos, a quem a carta foi endereçada, vêem nela um apelo aos ("essa criança têm fome e estão doentes porque não tem terra, mas a terra é prenha, cheia e terra e a terra ainda não foi demarcada, de haver conflito, todo mundo sofre por que").

— E na Cidade Social existe uma capacidade máxima de povoado: em 1970 — diz Roberto da Matta — na aldeia as pessoas para o conflito, quando demarquei a terra que os índios queriam ter, a sequenta de Tocantinópolis. Mas de nada adiantou.

Tanto um quanto outro antropólogo têm conhecimento da região e vivência entre os Apinajé. Da Matta trabalha com o tribo desde 1962 e José Reginaldo morou lá em 1978. Os dois acompanham situações da época da criação da comissão da Funai.

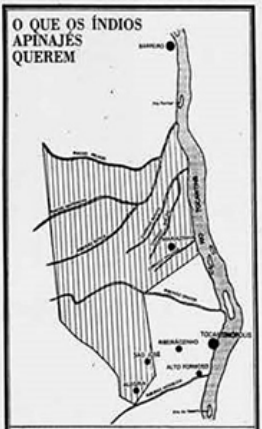
Os projetos relatórios do Grupo de Trabalho, datados de 31 de abril de 1978, continuam:

"Ocupando uma área, rica ou não, os Apinajé, do ponto-de-vista da sociedade nacional, são um obstáculo, uma tarefa à predação de bebeco com fins lucrativos, como a exploração da peroxida, para o que, aqui se o território ocupado por eles estar quase todo invadido, ainda insistem em manter residência a esta área."

O relatório ainda fala das dificuldades encontradas no processo trabalho de medição daquelas áreas e dos problemas criados a partir da própria presença da comissão naquele município conflitado.

E em aprovar uma demarcação que lem aellam não ser aquela pretendida pelos índios apinajés, esperavam "com a ajuda de Deus, ter cumprido com o nosso dever", mas quatro anos depois a carta de Capitão Grossinho ("aqui está para sair briga, lá para morrer gente, aqui lá civilizado e índio") revelava não ser a comissão sicsi-

O QUE OS ÍNDIOS APINAJÉS QUEREM



A PROPOSTA DOS FAZENDEIROS

A SOLUÇÃO DA FUNAI

DUAS CARTAS DE CAPITÃO GROSSINHO

Aldeia São José, 2.10.80
NUNDO PÔ

Amigo Reginaldo, aqui vai tudo em paz e com saúde. Nós não estamos muito alegre aqui só porque o nosso terreno nunca foi demarcado. Aqui nós estamos brigando duro para que o nosso terreno seja demarcado do jeito que queremos e por onde nós falamos. Aqui a nossa preocupação mais forte é só o terreno, não aqui não queremos que a demarcação só logo para nós não ficar mais calhadas: pelos civilizados.

Eles estão invadindo por tudo, entrando sem pedir nós. Muita gente quer entrar por tudo, quer entrar na força. Por causa disso nós duro não não queremos abrir mais nós para que eles não entrem para cercar o terreno para depois ficar falando que comprou o terreno nós não compria. Por causa disso nós não queremos que entre ninguém no terreno.

Aqui está para sair a briga por causa do terreno, eles estão duro e nós estamos batendo duro. Tá para morrer gente, aqui tá civilizado o índio.

Se a FUNAI não demarcar o terreno logo aqui vai dar pau e vai morrer gente.

A FUNAI não está colaborando conosco. Ela está colaborando somente mas não quer demarcar o terreno do jeito que nós queremos que eles demarcem. para nosso ficar dentro do que é nosso.

Agora não sei quando vai ser demarcado o terreno aqui.

Somente isto sobre o terreno.

Assina Capitão Grossinho e Augustinho.

Capitão Grossinho, o chefe índio apinajé

Aldeia São José, 2.10.80
KRÃNGA-BRÉN

Amigo Roberto eu lo pesso um fiover para vocês porque eu quero ir ao Rio de Janeiro para falar com o Pai Grande.

Se tá que vocês pode, me ajudar para eu ir para lá.

Se tá que não pode mande a resposta imediata.

Eu quero ir para saber como é que vai ficar a demarcação do nosso terreno. Se não tá bom.

Aqui nós já balemos no peito do fazendeiro.

Nesse dia quase que não tá longe só por causa disso. Nós estamos (...) para que o terreno seja logo.

Somente isto sobre o terreno.

Eu quero que vocês mande remédio para nós. Por que aqui só as crianças está doente, muita criança dando febre e gripe. Os velhos também tem muito estado também doente.

Somente isto, um forte abraço para nóvo do Capitão Grossinho e do Augustinho Fernandes.

FUNAI NÃO ACHA CARTA E CRIA OUTRA COMISSÃO

BRASÍLIA — De Brasília, o Jornal do Brasil recebeu informe da Fundação Nacional do Índio (Funai) — Ébrio Rocha, diz que o índio ainda não localizou a carta enviada pelo Capitão Grossinho: deve estar circulando entre os diversos departamentos.

Da norma forma, o Departamento Geral de Operações e o Departamento Geral de Proteção Comunitária não deram nenhum parecer sobre a proposta do Capitão Grossinho.

Quanto a área pleiteada pelos apinajés, a Funai informa que outra Comissão será constituída pelo Coronel Claudio Pagano — diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena — para inspecionar uma vez mais a aldeia São José e ver a real dimensão das terras. Mas, segundo assessores da direção da Funai, evita-se comentar a atuação de áreas indígenas. A razão, dada por eles, é impedir repetição de massacres como os que ocorreram no Xingu e no Guaritá (Para) e, também, para que os índios não fiquem muito-

Figura 48: *Jornal do Brasil*, Caderno JB, 10 de novembro de 1980

Além das cartas escritas por Grossinho, a reportagem trazia as três propostas apresentadas pelo GT de 1976 e alertava para o clima de tensão gerado pelos conflitos com posseiros da região. Um dia após a publicação da matéria no *Jornal do Brasil*, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional encaminhou telegrama a FUNAI pedindo providências. Assim, em 11 de novembro de 1980, foi publicada a Portaria n. 884/E, que instaurou um novo GT. Em 21 de novembro de 1980, a FUNAI lançou uma Instrução Técnica Executiva, com o objetivo de "reestudar e definir a área" Apinajé, sob a coordenação da antropóloga Jane Lúcia Faislon Galvão, que publicou o relatório em 25 de março de 1981. O objetivo principal do relatório era reavaliar a área reclamada pelos *Krinjobrêire*, uma vez que, como disseram os indígenas, "o mapa não estava ajudando o engenheiro". Por causa, da inconsistência da área, resolveram paralisar a demarcação e isso acirrou os ânimos entre as duas aldeias.

> Os Apinaye da aldeia Mariazinha acham que, devido ao fato de a área não estar totalmente demarcada, os antigos invasores não saem e novos invasores estão chegando. Por seu lado, os Apinayé da aldeia São José não abrem mão dos seus limites, não aceitando nenhum acordo pois, segundo eles, já fizeram acordo demais.[66]

O relatório de Galvão indicou que o grupo de ocupantes não indígenas no território Apinajé era formado "por pessoas bastante carentes do ponto de vista material, mas, há também alguns com maiores recursos financeiros e que estão, a todo custo, ocupando a área".[67] Na aldeia Mariazinha, um posseiro "paulista de nome Sérgio" estava fazendo a derrubada de babaçu e cercando terras a seu bel-prazer, com auxílio de um caminhão e trator. Na aldeia São José, o caso era mais complexo, visto que o número de ocupantes com boas condições financeiras era maior, entre eles Tibério Azevedo, presidente do sindicato rural que encaminhou telegrama ao presidente da FUNAI em 1978, reclamando dos limites propostos. A área do Gameleira, requerida pelos *Krinjobrêire*, possuía "4 fazendas e 6 "mini-proprietários". Galvão apresentou um levantamento da SUCAM, de novembro de 1980, que contava 2.293 pessoas vivendo nas terras inseridas nos limites do processo de 1978. Existiam, segundo esse levantamento, 18 fazendas, 32 sítios e 4 povoados, totalizando 459

habitações.[68] Em 1981, Grossinho escreveu para a Jane Galvão, dizendo que não estavam mais atacando os posseiros, mas que cada dia mais avançavam no território.[69]

Galvão apontou que "a reivindicação dos Apinajé da aldeia São José, no tocante à revisão de parte dos limites de sua aldeia, visa a inclusão de suas áreas de pesca, coleta, caça e agricultura". Segundo ela, é dessa área que os *Krinjobrêire* suprem suas necessidades. Essas áreas não foram incluídas nos croquis elaborados em 1976, porque, segundo Galvão, os mapas apresentavam distorções, localizações incorretas e projeções mal estabelecidas. Como exemplo cita o fato de que, se tivessem sido seguidos, a aldeia Mariazinha ficaria de fora dos limites da área, além de erros na localização e identificação dos cursos d'água usados como referência.

> O que constatamos é que as áreas reivindicadas pelos Apinayé são necessárias à sua subsistência: são terras férteis como as da Gameleira; são áreas de caça como perto do Ribeirão Grande e no Vão Fundo; são rios piscosos como o Mumbuca e o Gameleira; são locais onde coletam o babaçu como do Riachinho até a barra do Raiz.[70]

A antropóloga destacou ainda que a reivindicação dos Apinajé não devia ser vista como um "acréscimo de área" e que a justificativa utilizada pelos relatores de 1976 para excluir a margem esquerda da rodovia Transamazônica seria a dificuldade para a FUNAI demarcar a área. As dificuldades encontradas pela FUNAI para a não demarcação da área a oeste da rodovia BR-230 estavam vinculadas mais ao poder político dos fazendeiros do que com a quantidade de pessoas vivendo nessa área. Além disso, o argumento de que era necessário afastar os Apinajé da rodovia Transamazônica tinha somente o intuito de favorecer os fazendeiros da região. Mas para Galvão o fato de a rodovia cortar a reserva não deveria ser visto como um problema, uma vez que:

> A Transamazônica, além de haver desmembrado a área dos Apinayé, amputando-lhe parte de suas terras, fica a apenas 1 km da aldeia São José, o que não preserva os índios da possível nocividade da rodovia. Para os índios Apinayé "a estrada é estrada; é apenas um caminho" e eles não entendem porque este "caminho" separou-lhes de suas terras da outra margem.[71]

Para os Apinajé, a estrada era apenas um caminho, não um limite. Tendo em vista essas considerações o estudo para a demarcação, realizado em 1981, propôs uma área de 101 mil ha, incluindo as terras entre os ribeirões Matrinchã e Pecobo no norte e as áreas à oeste da rodovia Transamazônica, tendo o Gameleira e o Raiz como fronteira (conforme figura 49). "Convencer os Apinajé que não têm direito a essas terras é tarefa impossível, pois os mesmos andam, conhecem e vivem naquelas terras onde seus antepassados viveram, e que esperam ver demarcadas para quando morrerem 'saberem onde seus netos irão andar'."[72] Galvão concluiu que:

> O não alargamento dos limites sul/oeste aos parâmetros pretendidos pelos Apinayé implicará, ainda, na exclusão das áreas mais férteis da Aldeia de São José, onde concentram-se, também, numa só área, caça, pesca, coleta e agricultura. Toda a outra destinada aos Apinayé de São José constitui-se de cerradão [...].
> Outro argumento que se poderia levantar como impedimento a demarcação requerida pelos Apinayé é a da grande incidência de população regional na área em demanda [...]. Ocorre, no entanto, como fica evidenciado nos últimos relatórios [...], que essa ocupação é decorrente da própria indefinição da situação e da consequente demora na demarcação, quando os posseiros procuram criar uma situação de fato que impossibilite uma decisão deste órgão que viria a beneficiar a população Apinayé.[73]

Este parecer serve para referendar a proposta apresentada pelo GT de 1981, em que considera demarcar uma área de 101 mil ha, nos limites definidos conforme mapa abaixo. Ao contrário dos documentos oficiais, que procuravam inviabilizar a demanda dos *Krinjobrêire* alegando que a região do Gameleira era infértil, a área indicada por Galvão era fértil e cobiçada pelos posseiros locais.

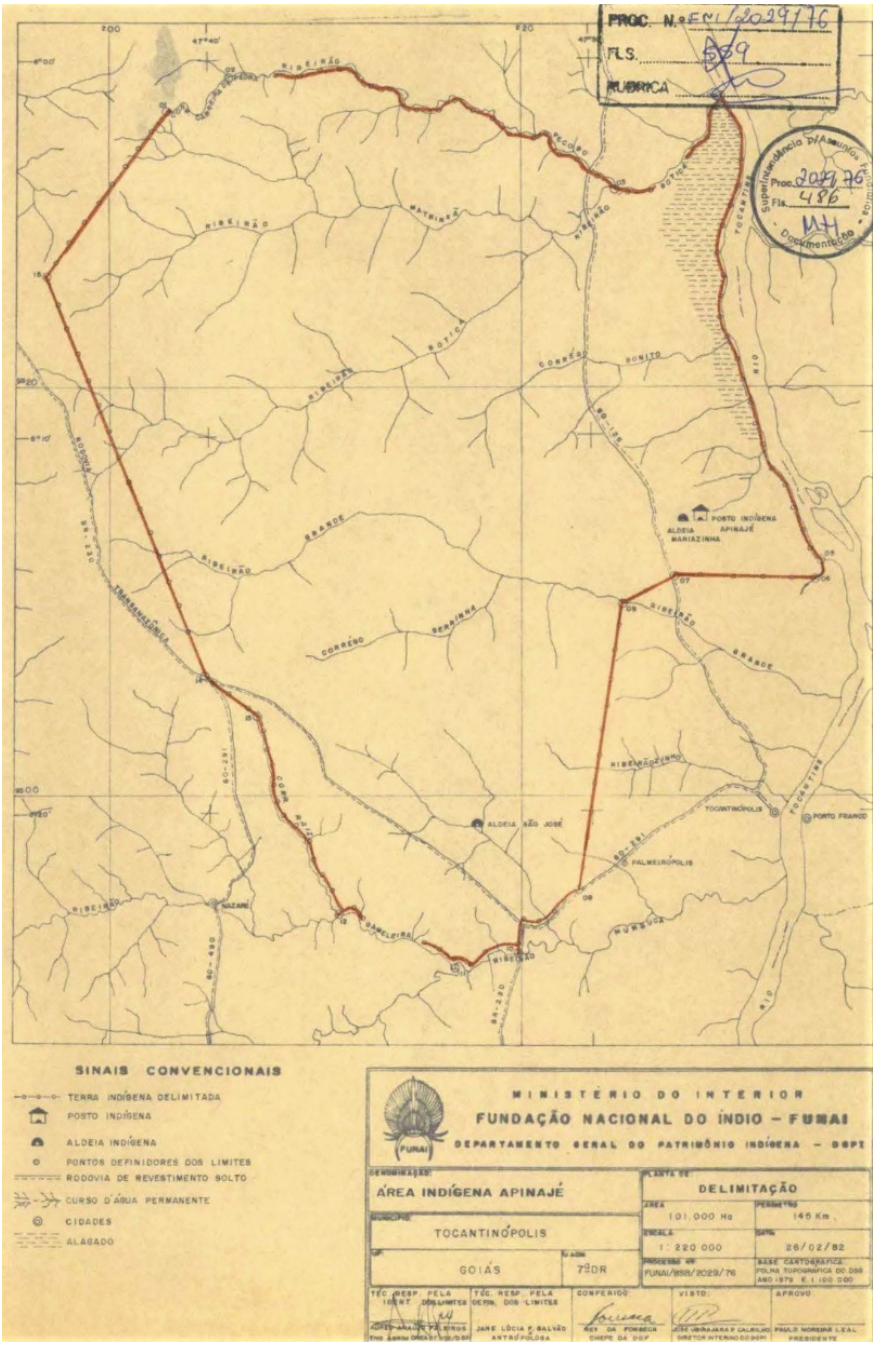


Figura 49: A proposta de demarcação do GT de 1981

Os políticos locais, por sua vez, se mobilizavam para garantir a demarcação da área que excluía a aldeia São José. Em janeiro de 1983, posseiros e fazendeiros de Tocantinópolis emitem uma declaração fazendo um "humanitário apelo" na manutenção do acordo com os limites, estabelecidos em 1978, firmado com o presidente da FUNAI na época, que previa a demarcação de uma área de 85.800 ha. Informavam, ainda, que as áreas que estavam fora desses limites receberiam investimentos dos proprietários, contando inclusive com empréstimos federais, e que qualquer tentativa de demarcar uma área superior a essa acarretaria "tensões sociais e consequências incalculáveis".[74] As ameaças abertas aos Apinajé se refletiam em um estado de conflito e tensão na região.

Os Apinajé das duas aldeias reagiram, tentando pressionar o órgão indigenista a concluir o processo de demarcação. Em março de 1983, lideranças Apinajé foram novamente à Brasília para "fechar" a área. Da aldeia São José, foram Agostinho e Francisco (representando o *pahi* Romão), e da aldeia Mariazinha, o *pahi* José Ribeiro e José Moraes, que propunham uma alteração na linha seca mais próxima a Tocantinópolis. Além disso, reafirmaram as áreas a oeste da Transamazônica como sendo áreas imprescindíveis para segurança e sobrevivência do povo.[75]

> Há muitos invasores na área do P.I. Apinajé – mesmo na parte de Mariazinha cujos limites já estão demarcados, e alguns, contando com a demora da definição dos limites, tentam legalizar uma situação de fato, ou seja, que a FUNAI ao ver que boa parte da área está invadida não consiga tomar outra atitude que não a permissão da invasão.[76]

A indefinição da demarcação incentivava a invasão de novos posseiros, que iam cercando suas terras e restringindo cada vez mais o acesso dos Apinajé ao seu território. O chefe da AJARINA,[77] em setembro de 1983, informava que os Apinajé estavam amedrontados devido às ameaças de morte feita pelos posseiros. Todos os dias novas cercas eram construídas dentro da reserva, impedindo inclusive a coleta de babaçu, e para todos os lados que se dirigiam eles se deparavam com cercas, posseiros, fazendeiros e caçadores que alegavam não saber os limites da área.[78]

Na aldeia Mariazinha, em setembro de 1983, liderados pelos *pahi* José, os Apinajé expulsaram Sérgio "Paulista" e seus funcionários da área indígena e derrubaram seu rancho. Ele alegava que não tinha conheci-

mento que aquela era uma área indígena. Em virtude disso, circularam por Tocantinópolis notícias de represália aos Apinajé.[79]

Os *Krinjobrêire* denunciavam atritos entre indígenas, posseiros e fazendeiros. Com a indefinição da demarcação, os posseiros levantaram "cercas novas em todas as direções, limitando seu espaço de perambulação e diminuindo sua área de coleta de babaçu". Em 1983, havia sido reinstalado o Posto Indígena na aldeia São José, desmembrado do posto que estava na Mariazinha. Antes da chegada do novo chefe no PI, a aldeia São José estava sem fiscalização e "todos da vizinhança faziam o que bem entendiam dentro da reserva, tais como caçadas indiscriminadas, roubo de madeira, invasão de gado, etc". A notícia da definição da área "suscitou uma corrida geral de levantamento de cercas às pressas, cerceando e limitando a liberdade dos índios".[80]

A partir de meados de 1982 começam a surgir informações quanto a presença dos Apinajé na área de influência do Projeto Carajás: "Sendo a questão socio-econômica que envolve as áreas afetas ao Projeto Ferro Karajá das mais complexas, torna-se inadiável a resolução dos limites da área Apinajé".[81] Os acordos firmados entre a CVRD e o Banco Mundial visavam garantir aos povos indígenas situados na área de influência do PGC um mínimo de condições para que pudessem enfrentar as alterações em seu meio ambiente decorrentes da implantação deste projeto. Por isso, a CVRD, através da atuação da antropóloga Maria Elisa Ladeira, deu prioridade máxima a regularização das terras indígenas.[82] Ladeira ressaltou que o convênio entre CVRD/FUNAI estabelecia como obrigatória a demarcação dos territórios indígenas que eram afetados pela implantação do Projeto Carajás.

Em 29 de agosto de 1983, a CVRD enviou a FUNAI uma nova proposta de demarcação a partir dos estudos de campo realizados pela antropóloga contratada. Ladeira apresentava nessa proposta a possibilidade de extensão da área, incluindo as cabeceiras dos rios São Benedito (Bento?) e São Martinho, incorporando as terras dos *Rôrcôjoire*.[83]

A ideia de incorporar a região da antiga aldeia Cocal na demarcação surgiu pela primeira vez em 1981. Naquele momento, a aldeia estava abandonada. Porém, "o que alguns índios alegam é que seus pais e avós moravam no Cocal, e, mesmo que atualmente residam fora do Cocal, eles conseguiram impedir que a área do Cocal fosse totalmente inva-

dida e, se 'branco deixa e recebe herança por que o índio também não pode'".[84]

Ladeira afirmava que os indígenas da aldeia São José foram pressionados pela FUNAI a aceitar os limites propostos em 1978. "O Delegado regional alegava que não se podia transpor o limite fixado pela rodovia Transamazônica – pois era uma estrada federal e que portanto os índios 'não poderiam ir contra a vontade do Presidente da República'".[85] As demandas dos *Krinjobrêire* foram assim preteridas pelo órgão indigenista, que transferiu o posto indígena para aldeia Mariazinha "menos populosa e de menor expressão política", além de terem sido ameaçados pelo chefe do PI com a perda do direito de usufruírem dos recursos do convênio CVRD/FUNAI, caso não assinassem um documento aceitando os limites propostos. Os Apinajé assinaram o documento, mas ele não foi reconhecido pela Ajudância de Araguaína (AJARINA), criada em substituição da 7ª Delegacia Regional. A partir de então, ressurge a demanda pelo território a oeste da Transamazônica, limitados pelos ribeirões Gameleira e Cruz.

Essa área estava ocupada por pequenos agricultores e criadores de gado. Com o envio, em abril de 1983, de um pedido de análise da situação fundiária ao GETAT, os posseiros e fazendeiros mobilizaram-se pela manutenção dos limites negociados em 1978. O GETAT apresentou um anteprojeto para a demarcação de uma gleba chamada "Aldeia Bonita", no município de Nazaré, próximo ao Gameleira, o limite sul de área Apinajé, e uma área já regulamentada, o loteamento "Fazenda Serra", que está próxima ao ribeirão são Martinho o limite norte de área Apinajé.[86]

Ladeira descreveu a dificuldade de obter os registros paroquiais das terras nos órgãos responsáveis, mas revelou a forma como se deu o processo de transferência de propriedade dos primeiros ocupantes não indígenas para os comerciantes, profissionais liberais e fazendeiros de Tocantinópolis. Poucos eram os antigos posseiros que se estabeleceram como "agregados" dos Apinajé e reconheciam eles como legítimos donos do território, solicitando permissão para "se assentarem". Ladeira entrevistou José Bastos, antigo morador do Ribeirão Grande, que deu o seguinte depoimento:

> Quando cheguei aqui, em 1917, esse lugar era mata topada, só se via o sol se olhasse para cima. Os índios gostavam de caçar no Formigão (nome de um afluente do Ribeirão Grande) onde matavam muito caitetu. Os Brandão foram os primeiros a se apossar do terreno dos índios, vendendo as terras que diziam ser deles, eles compravam as taperas dos moradores que saíam e foram se apossando, mas sempre em cima de *berarubú*, sempre em cima da terra do índio. Aqui perto mesmo tem uma carreira de croatá e um pé de jatobá plantado pelos índios, tinha também a "fazenda" do índio Xavito, cujo mourão do curral e jirau comprova. Foi a velha Felipa Brandão que começou a vender terra, sua filha Alipaldina continuou e agora seu filho, o Lucas Brandão, já vendeu a Jardineira, a Buritirana, o Teodósio, o Jacarandá, vendeu até chegar na beira do Ribeirão. [...]
> Meu pai, o João Bezerra, teve permissão do velho Estevo para levantar morada, eu vim para cá pixotinha, me criei aqui, dentro da terra do índio [...] Eu agradeço muito os índios, sempre foram bons. Se não fosse eles terem deixado a gente ficar aqui, para onde a gente tinha ido?[87]

O relatório identificou ainda a existência dos três subgrupos Apinajé e demonstrou através dessas subdivisões as aceitações e divergências quanto aos limites propostos para a demarcação.

> Pensando a história recente dos Apinayé como a movimentação das suas aldeias em 3 espaços politicamente definidos (a área sob a chefia do Pedro Laranja; a área sob a chefia do Pedro Corredor e a área do Pedro Roxo) podemos entender o porque do povo da aldeia da Mariazinha não estar "brigando" pelo aumento da área, somente os de São José e porque a região do Cocalinho, onde existem dados recentes sobre as aldeias que lá existirem até o início da década de 50, não estava incorporada em nenhuma das propostas de demarcação do território.[88]

As disputas políticas entre as aldeias Apinajé se refletiam nas articulações para o reconhecimento do território a ser demarcado. Os *Côcôjóire* da Mariazinha se sentiam contemplados pelo memorial descritivo de 1978. No entanto, reclamavam dos limites do ribeirão Grande, que não incorporou antigos assentamentos, e do Pecobo, que deveria ficar inteiramente dentro da área. Como veremos, essas áreas serão parcialmente contempladas na demarcação definitiva. Os *Krinjobrêire* da São José haviam perdido áreas da foz do ribeirão Grande até a foz do Mumbuca, na zona urbana de Tocantinópolis, e as regiões circunvizinhas ao município

de Nazaré e reivindicavam justamente a inclusão de parte dessas áreas não contempladas no memorial de 1978. Os *Rôrcôjoire* do Cocalinho, no entanto, não conseguiram mobilizar os *Krinjobrêire* na defesa de suas terras, já envolvidos nas suas próprias reivindicações. Conforme relatório, eles acreditaram na argumentação da FUNAI que, por não morarem mais na região, não tinham direito às terras. No entanto, continuavam a fazer incursões na região. Ladeira trouxe o depoimento de um morador das margens do ribeirão São Bento, que afirmou que em 1917, quando chegou na região havia duas aldeias nas margens do ribeirão. Na época, Pedro Laranja era o *pahi* da aldeia do Cocalinho. Em 1939, o posseiro teve a permissão do *pahi* para que ficasse na área, como "agregado do índio". Devido à morte de muitos indígenas, a aldeia se desfez e, em 1959, não indígenas ocuparam a região onde ainda havia "tapera" da aldeia. Na década de 1970, as terras foram vendidas a um morador de Tocantinópolis, fato esse que fez os Apinajé irem até o local para ressaltar que aquelas terras eram deles.

Em documento escrito pelo chefe da AJARINA, ele afirmou que os *Krinjobrêire* representavam um foco de resistência cultural. Ele constatou que:

> O Apinagé, apesar do tempo de contato, resistiu e resiste a qualquer forma de mudança. E a idiossincrasia do grupo da aldeia São José é bastante peculiar e por curiosidade, após demonstrarem certa flexibilidade, fazem posterior recuos drásticos como se estivessem ameaçados e temendo os agentes transformadores. Por sinal aldeia São José é o foco principal da resistência cultural.[89]

De fato, os sinais de resistência cultural viriam da união das demandas dos *Krinjobrêire* e dos *Rôrcôjoire*, que desempenharam um papel significativo na articulação que culminaria na demarcação da terra.

6.3.2 O confronto final

Em de 23 de fevereiro de 1983, o Decreto n. 88.118 instituiu uma nova sistemática para a demarcação das terras indígenas, substituindo o Decreto n. 76.999/76. A justificativa para essa mudança estava assentada no ajustamento e na compatibilidade com a política agrária, exemplificada pela criação do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários

(MEAF). Conforme o Decreto, para procedimentos demarcatórios deveriam ser criados um GT-Interministerial, que ficou conhecido como "Grupão", para a emissão de um parecer conclusivo sobre a área a ser demarcada.[90] Em seu artigo primeiro, parágrafo terceiro, o decreto definia:

> A proposta da FUNAI será examinada por um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério do Interior, do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Fundação Nacional do Índio e de outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes, que emitirá parecer conclusivo encaminhando o assunto à decisão final dos Ministérios do Interior e Extraordinário para Assuntos Fundiários.[91]

Na prática o "Grupão" era o responsável pela decisão final sobre as áreas a serem demarcadas. A FUNAI passou a ter sua ação restringida a ações de caráter consultivo e de elaboração de informes e pareceres para as decisões do GT-Interministerial. Esse decreto refletia a centralização mais geral da questão fundiária no país e impunha ao processo decisório a possibilidade para uma articulação de órgãos fundiários, como o INCRA e o GETAT. Estes órgãos recorriam constantemente ao MEAF para o alinhamento de decisões. Pacheco de Oliveira e Almeida indicam que a omissão do GETAT no caso Apinajé é exemplar dessa situação.[92] De fato, a ingerência do "Grupão" foi decisiva na definição dos limites da área Apinajé. Os limites propostos pelo relatório de Ladeira foram encaminhados pela CVRD, mas a proposta enviada pela FUNAI ao GT-Interministerial não mencionou o relatório da CVRD, propondo unicamente os limites do GT de 1980.[93]

No território Apinajé, a situação tornava-se cada vez mais crítica. A tensão entre os posseiros e os Apinajé só aumentava. Livalcir, o novo chefe do posto na aldeia São José, fez um relatório sobre como se encontrava os *Krinjobrêire*. Ele relatou que foi constatado a inexistência de sinalização da área indígena e, por conta disso, todos "perambulavam livremente pela reserva, como caçadores que fizeram da região denominada Patizal campo de caça". Sob a liderança de Grossinho, os *Krinjobrêire* organizaram uma caçada nessa região próxima às cabeceiras do ribeirão Grande. Chegando lá, se depararam com caçadores, que foram rendidos e tiveram suas armas apreendidas pelos Apinajé. Eles colocaram ainda um cadeado na porteira de um cercado usado como retiro pelo deputado Alziro Go-

mes. Esse fato desencadeou comentários de que o chefe do posto estaria insuflando os indígenas contra os posseiros e fazendeiros da região. Livalcir denunciava que:

> Desde o momento em que cheguei na referida região o que mais tenho ouvido dos habitantes é não saberem os limites da reserva, como consequência vão entrando, caçando, fazendo roças, colhendo babaçu e pior que isso fazendo cercas, novas, que poderá ser verificado por qualquer pessoa, a comunidade Apinajé a tudo assiste perplexa sem nada poder fazer.[94]

Os fatos ocorridos no Patizal fizeram surgir boatos sobre um levante Apinajé contra as fazendas, que foram alardeadas e veiculadas na rádio da cidade. A denúncia, feita através da administração municipal por secretários, vereadores e pelo próprio prefeito, que possuíam retiros e terras cercadas na área indígena, havia mobilizado inúmeras órgãos federais. Alziro Gomes, ex-deputado, era "um dos mais ardorosos timoneiros na campanha de mobilização geral contra os índios e o chefe do PI".[95]

Posseiros e vereadores do município organizaram uma reunião para tomar posição sobre a suposta tentativa de revolta dos Apinajé contra as fazendas. Na ausência do órgão indigenista, a agente da pastoral do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Marilita de Jesus, participou da reunião, redigindo posteriormente a memória do encontro. Em 12 de setembro de 1983, a reunião ocorreu nas dependências de uma escola de Tocantinópolis. Bonifácio, vereador e ex-agente federal, incitou a população a tomar providências quanto ao que dizia ser uma tentativa de invasão dos Apinajé às suas propriedades. Queriam ainda a demarcação da área indígena nos limites estabelecidos em 1978. Marilita então tomou a palavra e disse que aquelas informações eram falsas e que "a demarcação da área, defendida pela CVRD, dentro do Projeto Grande Carajás [...] era favorecido pelos bancos internacionais financiadores do Projeto e devido a demora desse necessário as demarcações das reservas no Brasil estavam em compasso de espera". Em seguida, Bonifácio incitou o debate "contra o capital estrangeiro e contra os índios, dizendo que se as autoridades brasileiras estivessem vendendo o país ao capital estrangeiro, que pegasse os índios e levasse para o Xingu, para o Japão. Os japoneses eram os maiores financiadores do PGC". Bonifácio argumentou ainda que se necessário fosse "lutaria contra todos as autoridades constituídas

do país e como bem dizia os bandeirantes, 'índio bom é aquele que está morto', e era bem fácil colocar 'timbó' nas águas que êles bebem e assim não restaria nenhum". Ele foi aplaudido ao coro de "timbó para o índio" pelos presentes.[96]

O aumento da tensão na região e a morosidade do Estado para resolver a questão fundiária, levou os Apinajé iniciarem um processo de autodemarcação. Em dezembro de 1983, mais de 300 indígenas dos povos Krahô, Karajá, Xerente e Apinajé ocuparam a sede da AJARINA em Araguaína, para reivindicar a resolução das questões das terras Apinajé e Xerente e a substituição de vários servidores da Ajudância. Após a frustração de não verem atendidas suas reivindicações, decidiram que um grupo se deslocaria para o território Apinajé para iniciar a abertura de picadas nos limites da reserva. Ao chegarem na aldeia São José, procuraram uma forma de pressionar a vinda de técnicos da FUNAI para a demarcação. Conforme o indigenista Fernando Schiavini:

> Em reunião com a comunidade da aldeia, decidimos comunicar ao presidente da Funai que as fazendas e posses que estivessem dentro das terras reivindicadas pelos Apinajés seriam atacadas daí a dois dias, caso não viessem técnicos de Brasília para demarcar a terra. Por telefone, entramos em contato com a imprensa e anunciamos esse intento, acrescentando que os índios estavam fortemente armados e que um grande número de guerreiros das etnias Canela, Gavião e Krinkati, parentes dos Apinajés, estavam se deslocando para a região. Isso na verdade era um blefe, depois praticamente não tínhamos armas, condições de transporte, nem tempo hábil para a chegada de seus grupos, que habitam o estado do Maranhão.[97]

A precipitação dos fatos ameaçava irromper em confronto direto entre indígenas e posseiros. Para evitar o confronto, as forças policiais negociaram uma trégua com os indígenas, mediante uma promessa, por telefone, do presidente da FUNAI de iniciar um levantamento fundiário e a demarcação ainda em março de 1984. O levantamento fundiário realizado considerou, no entanto, apenas a área de 102 mil ha, onde estavam cerca de 500 posseiros.[98]

1983

Índios preparam ataque a posseiros

Dos correspondentes e da sucursal

Índios das tribos gavião e canela, do Maranhão, juntaram-se ontem aos apinajé, craô, xerente e carajá, num total de mais de 300 homens, com o objetivo de atacar os quase três mil posseiros instalados na reserva apinajé, a 18 quilômetros de Tocantinópolis, Norte de Goiás. Eles saíram em caminhões do posto da ajudância da Funai na vizinha cidade de Araguaína, divididos em dois grupos, e chegaram à reserva prontos para iniciar o ataque, caso os agricultores não abandonem a área.

Venceu ontem ao meio-dia o prazo dado pelos indígenas para o atendimento de outra reivindicação: eles querem que André Villas Boas, ou Lúcio Flávio Coelho, seja o chefe da ajudância da Funai, mas o órgão nem deu resposta ao pedido. Se essa reivindicação fosse atendida, os índios aceitariam negociar a demarcação da reserva dos apinajé, de 102 mil hectares. Eles querem também a ampliação da reserva para 300 mil hectares.

Denúncia ao papa

A CNBB enviou uma carta ao papa João Paulo II comunicando o assassínio, em Manaus do índio guarani Marçal de Souza — o mesmo que apresentou os problemas indígenas ao pontífice, quando ele esteve na capital do Amazonas, há três anos. "É lamentável a série de assassinatos de líderes indígenas — diz a carta. Neste ano foram mortos índios caingangs, pataxós, maxacalis e xucuru-cariri. Os crimes praticados contra os índios ficam geralmente impunes. E os povos indígenas vivem ameaçados e espoliados de seus direitos".

Indenização insuficiente

Os índios sateré mauee enviaram um relatório ao governo federal pedindo que as autoridades obrigem a Elf-Aquitaine (empresa estatal da França) a indenizar-lhes por todos os prejuízos causados numa área de 240 quilômetros, avaliados em Cr$ 320 milhões. Os indígenas não ficaram satisfeitos com o dinheiro que receberam da empresa, que suspendeu os trabalhos de prospecção de petróleo na área de contrato de risco com a Petrobrás, na região do rio Negro. O relatório lembra que morreram quatro índios e um ficou inválido em conseqüência da explosão de dinamites no levantamento sísmico, que também provocou intoxicações com substâncias químicas. Os indígenas perderam produtos agrícolas, madeiras de lei e outros valores.

Figura 50: Jornal *O Estado de São Paulo*, 8 de dezembro de 1983

Índios fazem acordo com Funai

Da Sucursal de Brasília

Os caciques das tribos Apinagé, Craô, Xerente e Carajá, que há 15 dias ocuparam a sede da Ajudância da Funai em Araguaína (GO), protestando contra a saída do chefe daquela unidade, decidiram ontem fazer um acordo com o órgão. O acordo é baseado em algumas condiçoẽs, entre elas a aceitação, por parte da Funai, de um Conselho Indígena formado por representantes de cada tribo, para fiscalizar o novo chefe da ajudância, Wilker Célio.

Além disso os caciques exigiram uma indenização de 500 mil cruzeiros para cada tribo, pelos dias que ficaram parados em Araguaína. Segundo informaçoẽs do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Funai aceitou estas condiçoẽs e ontem mesmo liberou parte da indenização, entregando 380 mil cruzeiros a cada um dos caciques.

Quanto à demarcação da reserva apinagé, em Tocantinópolis, uma das reivindicaçoẽs feitas pelos índios, a Funai já mandou telegrama para a Ajudância informando que a demarcação deverá ser iniciada até o próximo mês de março. A reserva tem 102 mil hectares, mas os apinagés estão pretendendo 300 mil, com base em proposta feita pelos técnicos da Companhia Vale do Rio Doce, que estão implantando o Projeto Carajás. A area apinagé está localizada na região de influência do projeto.

O Cimi informou também que o cacique Romão, dos apinagés, está enviando cartas ao presidente da Vale do Rio Doce e do Banco Mundial, pedindo às duas instituiçoẽs que fiscalizem a aplicação dos recursos doados à Funai para as tribos atingidas pelo Projeto Carajás.

Figura 51: Jornal *Folha de São Paulo*, 16 de dezembro de 1983

Em maio de 1984, novamente, os Krahô, Xerente, Karajá e Apinajé invadiram a AJARINA para exigir a demissão de alguns servidores. Após conseguirem êxito em suas reivindicações, dirigiram-se para o território Apinajé e interromperam por três dias o fluxo na rodovia Transamazônica.

Nesta conjuntura, em maio de 1984, a antropóloga Isa Maria Pacheco Rogedo foi enviada para mapear (novamente) os limites da área Apinajé, uma vez que os *Krinjobrêire* não estavam de acordo com as propostas anteriores. Os estudos de Rogedo reconheceram a proposta da CVRD, a chamada "saída Maria Elisa". Com essa proposta em mãos, os Apinajé voltaram a Brasília e conseguiram o apoio do novo presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, para o estabelecimento de roças nas áreas consideradas de litígio: a região do ribeirão Gameleira, que utilizaria recursos da Vale e no Cocal, com recursos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).[99] Em agosto de 1984, Gilberto Azanha, que tinha desempenhado importante papel no reconhecimento da área de 148 mil ha, assumiu a administração da AJARINA, promovendo um maior incentivo do órgão indigenista à causa Apinajé.

Dessa forma, os Apinajé passaram a ter mais controle do seu território, conseguido impedir a saída de madeira e de folhas de jaborandi retiradas pelos invasores.

> [...] esta decisão altera profundamente a relação dos Apinayé com o seu território. Depois de muito tempo, eles voltam a percorrê-lo integralmente, sem receios e tratando de impedir que regionais continuassem a extrair madeiras e outros recursos.[100]

Fortalecidos pelos acontecimentos, os Apinajé passaram a colocar placas nos limites da área reivindicada, inclusive para além da Transamazônica. Instigados pelos políticos locais, as placas foram derrubadas à tiros por um grupo de posseiros.

Os *Rôrcôjoire*, que haviam conseguido o apoio para reocuparem a região do Cocal, refundaram, sob a liderança de Maria Barbosa (*Irepxi*) a aldeia, denominando-a Cocalinho. Essa reocupação do Cocalinho foi descrita em depoimento de *Irepxi* dirigido ao presidente da FUNAI em 1984:

> Sr. Presidente eu quero falar com o Senhor porque quero um apoio para mim. Eu vou morar agora no meu sertão e já sou uma velha Apinajé, nascida no Cocalinho, então, eu nunca me esqueci e já vou mudar para lá. No dia 30 estarei lá, e quero ver se o Senhor dará apoio para mim porque tenho muitos netos, bisnetos, genros, os filhos, muitos filhos, e quero o meu lugarzinho que os brancos estão tornando conta e agora eu quero ir até lá, quero que o Senhor me ajude a ter uma vaga, o meu lugar. Já estou muito velha e quero estar lá e

> quando eu morrer meus netos já tenham um lugar sossegado. [...]
> No nome dos civilizados eu me chamo Maria Barbosa de Souza, do Cocalinho. É isso que eu quero. No dia 30 o Senhor pode me procurar lá porque quero que o Senhor me cuide de me tirar da demarcação de lá, porque sou de Cocalinho, e tenho muitos familiares lá.
> E o Delegado deve ajudar também do mesmo jeito que estou dizendo aqui. Ele tem que confirmar comigo, porque não sou de desprezar meu lugar, eu nasci lá e quero estar lá sossegada, mas o branco está muito aperreado comigo, então eu estou dizendo aqui assim para vocês ouvirem o que estou dizendo, essa velhinha, e se vocês tiverem dó dessa velhinha, vocês falem por ela e cuidem de demarcar o meu lugar. [...]
> Agora quem vai tomar conta lá de Cocalinho sou eu. Agora vou ser representante igual a um cacique, e vou tomar conta de lá e quem vai mandar lá em Cocalinho sou eu. Além de mim ninguém vai mandar, só eu vou mandar lá.[101]

O depoimento de Maria Barbosa demonstra uma ligação ancestral estabelecida com o território natal, no noroeste da área Apinajé. Além disso, a ideia de "ser a representante igual a cacique" indica uma transformação nas relações políticas dos Apinajé, através da emergência de *pahis* mulheres.[102] Maria Barbosa possui um papel significativo na luta pelo processo de demarcação da área. *Irepxi* articulou a mobilização e a mobilidade dos Apinajé na luta pelo reconhecimento da terra, pela significação ancestral que ela e seu grupo familiar estabeleciam com esse território. Ela havia nascido na antiga aldeia Cocal, na década de 1920, mas mudou-se na década de 1940 para a aldeia São José. Em maio de 1984, em meio à luta pela demarcação, refundou a aldeia Cocalinho.

Porém, em fins de novembro de 1984, a aldeia Cocalinho foi invadida por cerca de 25 homens armados. Conforme informações do jornal *O Popular*, de Goiânia, aparentemente embriagados, esses homens eram liderados por João de Deus, ex-prefeito do município de Araguatins. Após ameaças, os cerca de 40 Apinajé da aldeia Cocalinho foram colocados em um caminhão sob ameaças e deixados às margens da rodovia Transamazônica próximos à aldeia São José. *Irepxi* narrou para a antropóloga Raquel Rocha a história da invasão da aldeia Cocalinho, no episódio em que João de Deus tentou intimidá-la e a seus familiares para sair daquelas terras:

> "Quem lhe mandou morar aqui?" [disse-lhe João de Deus] Eu respondi: "Escuta, vocês estão nos atacando? Pois, essa terra é minha! Agora você me conta,

> onde foi que você deixou seu 'companheiro'?[103] Você está vendo aquela tapera, onde tem um pé de coco? Foi ali que eu nasci e que tirei meu companheiro. Aqui, eu aumentei minha família. Você está vendo o tanto da minha família?" "Ah! Mas, você tem que ir embora". Eu disse: "Pois é, mas você tá vendo o lugar das taperas? Eu ainda estou viva! É o lugar das minhas avós e avôs. Eu fiquei uma moça, me casei aqui e sai daqui atrás do marido. Agora, retornei onde deixei meu 'companheiro'. Nós, de cada qual, procura onde deixou seu 'companheiro', não toma o lugar dos outros. Vocês são os derradeiros. [...] Mas, eu tenho muita cobertura, tenho muita gente espalhada.[104]

A territorialidade definida pela relação com a maternidade e com a ancestralidade funcionava como motivador na luta pela demarcação. Conforme Rocha argumenta, os Apinajé "acreditam que a placenta, que cresce no útero materno e envolve a criança é um 'companheiro'. Após o parto é enterrada, e o local onde é enterrada passa a ser ponto de referência para a pessoa, o lugar aonde um dia ele deverá voltar".[105] Observamos a relação constituída entre Maria Barbosa e seus familiares com a região do Cocalinho, da territorialidade materializada na luta pela terra e na persistência através do tempo em ocupar essa região. Mas a violência não estava restrita aos *Rôrcôjoire*. Em fins de dezembro de 1984, o chefe do PI São José e o *Pahi Kangrò* foram agredidos em frente a prefeitura de Tocantinópolis pelo vereador José Bonifácio Gomes. "Para os Apinayé do São José, este episódio representou a gota d'água no volume de atenção e humilhação a que estavam sujeitos".[106]

Este estopim os levou a organizarem um plano de alianças e uma autodemarcação para forçar o Estado a reconhecer uma área de 148 mil ha, incorporando as áreas do Cocalinho e as reivindicações não atendidas da região do ribeirão Gameleira. Utilizando-se da promessa de que os serviços seriam pagos pela CRVD, Maria Barbosa, José Sotero e outros foram até a terra Krahô e retornaram com 40 deles. Depois se dirigiram aos Xerente e os Canela, no Maranhão. Durante 40 dias, os indígenas abriram picadas, colocaram placas nos limites desejados, interromperam a rodovia Transamazônica e mobilizaram os órgãos de imprensa com o objetivo de pressionar o governo para a demarcação.

> Enquanto isso, uma nova comitiva, composta pelo Capitão Francisco e 3 velhos Apinagé saiu para o Xingu, convidar os Txucarramãe. Na volta, via Brasília e já trazendo consigo Raoni e vários velhos Txucarramãe (além de dois Kre-

nakore e um Trumai), encontraram aquela concentração de índios da capital, mobilizados pelos indigenistas para protestar contra o decreto autorizando a mineração em áreas indígenas, assinado pelo Presidente Figueiredo.[107]

Após estes protestos em Brasília, um ônibus partiu com destino a Tocantinópolis, levando estes, além de mais sete Xavante, dois Fulniô e um Tuxá, completando uma "babel de povos" composta por 140 pessoas.

Figura 52: *Irepxi* discursa, enquanto Raoni Txucarramãe observa ao fundo[108]

Como nos lembra Carelli, o caso Apinajé representou uma experiência original e única para o movimento indígena brasileiro. A política de alianças com outros povos foi organizada com o objetivo de promover uma autodemarcação do território, uma vez que a FUNAI, e a pressão dos grupos políticos e econômicos dificultava a concretização do reconhecimento estatal. Conforme as palavras de Maria Barbosa:

> Então, chamei minha gente pra demarcar meu lugar. [...] Os do Mato Grosso, os Kayapó, os Terena, vieram tantas nações, que eu nem conhecia. De avião, eu andei tudo lá em cima [...] chegaram muitos Krahô e Xerente também. Veio um Karajá e o povo do Maranhão [...] Todos vieram nos ajudar a tirar os *Kupẽ*

> que estava querendo acabar com a gente para ficar com a terra [...] Chegou o Raoni [...] E nós lutamos, lutamos [...] O povo de Tocantinópolis estava com vontade de acabar com a gente [...] Nós enfrentamos e fizemos demarcar.[109]

Assim, Raoni e outros líderes Txukarramãe, além dos Krahô, Xerente, Karajá, Apanjekrá, Rankokamekrá, Xavante, Terena e outros povos, se deslocaram para Tocantinópolis e auxiliaram 340 Apinajé a iniciarem a autodemarcação.

Os habitantes de Tocantinópolis, por sua vez, preparavam o contra-ataque. Dois caminhões da prefeitura municipal, com 40 homens armados, saíram da cidade dispostos a invadir a aldeia São José. No entanto, estes foram barrados pela polícia militar. Telegramas de 25 de janeiro de 1985 falavam do clima de tensão entre os e indígenas, com ameaças de invasão da aldeia São José. Uma barreira policial foi armada na estrada que liga Tocantinópolis à aldeia São José. Dois caminhões da prefeitura municipal conduzindo cerca de 40 homens fortemente armados tentaram invadir a aldeia São José e foram barrados pelo pelotão da Polícia Militar.[110]

Figura 53: Posseiros armados barrados pela Polícia Militar[111]

A iminência do confronto entre indígenas e posseiros levou às autoridades a promoverem um acordo para parar as hostilidades até que o Exército realizasse o levantamento topográfico. No entanto, a pressão exercida sobre os indígenas permaneceu. Um helicóptero do GETAT realizou um sobrevoo e fez "manobras ousadas" sobre a aldeia São José com o objetivo de intimidar os indígenas. Os políticos locais, por sua vez, mantinham as ameaças aos Apinajé e planejavam inclusive assassinar o cacique Raoni. "Na aldeia, contudo, o cacique Raoni, mostra-se disposto a enfrentar todas as ameaças e, com sua borduna, risca no chão o mapa do que seria os limites das terras dos Apinajé".[112]

10 — O ESTADO DE S. PAULO

Trégua entre índios e fazendeiros em Goiás

BARTOLOMEU RODRIGUES
Enviado especial

Até segunda-feira, índios e fazendeiros em pé-de-guerra no extremo Norte de Goiás prometem não pegar em armas para resolver a disputa por terras ainda não demarcadas pelo governo Federal. A trégua é decorrente da reunião mantida, quinta-feira, por representantes do Ministério de Assuntos Fundiários, Grupo Executivo de Terras do Araguáia-Tocantins (Getat) e da própria Funai, que resolveram continuar os entendimentos até que seja feito, pelo Exército, um levantamento topográfico da região em conflito.

Mas nem isso contribuiu para acalmar os ânimos em Tocantinópolis, localizada a 1.300 quilômetros de Brasília. O clima é de verdadeira guerra e, para piorar a situação, um helicóptero do Getat, sem nenhum razão oficial, sobrevoou pela manhã a aldeia São José, dos apinajé, onde estão reunidas oito importantes lideranças indígenas sob o comando do cacique Xavante Raoni. O helicóptero fez manobras ousadas, como um vôo rasante que irritou profundamente os índios e motivou o sertanista Cláudio Romero, minutos após, a enviar mensagem à Brasília, advertindo para esse tipo de procedimento. Os índios, já pintados para a guerra, não admitem incursões aéreas em seu território sem autorização expressa.

O momento está servindo, também, para as duas partes em conflito articularem estratégias de luta, executadas sob o olhar apreensivo de um contingente de mais de cem homens da Polícia Militar de Goiás. Grupos indígenas são aguardados neste final de semana por Raoni, que calcula a possibilidade de reunir não mais três mil guerreiros em São José, mas até dez mil. Enquanto isso, as lideranças políticas dos fazendeiros — os vereadores Agostinho Araújo Rodrigues (PMDB) e José Bonifácio (PDS) — recebem reforços: pistoleiros contratados andam pela cidade não escondendo os objetivos de sua missão: "Lutar contra índios, se possível matá-los".

Sob esse clima, crescem os rumores em Tocantinópolis de que o principal objetivo dos pistoleiros é o cacique Raoni, cuja liderança levou os apinajés, de índole calma, a se preparar para a guerra. Preocupado com isso, o sertanista Cláudio Romero redigiu uma mensagem — confidencial — à presidência da Funai, alertando para a possibilidade de uma perseguição implacável — ou mesmo atentado — contra a vida do líder xavante.

Na aldeia, contudo, Raoni mostra-se disposto a enfrentar todas as ameaças e, com sua borduna, risca no chão o mapa do que seria os limites das terras dos Apinajés, dentro dos quais até Tocantinópolis estaria incluída, procurando demonstrar o que representa a aceitação pacífica da demarcação de 85 mil hectares propostos pelo governo de Goiás e pelos fazendeiros: o confinamento total dos nativos, além da violação de terras imemoriais onde estão os restos mortais de seus ancestrais.

Se isso não ocorrer, conforme ameaçou ontem o vereador Agostinho Rodrigues, do PMDB, haverá derramamento de sangue. Ele considera inevitável que grupos armados resolvam a questão pela força (caso sejam mantidos os 148 mil hectares que os índios querem. E, nesse caso, assegura contar com o apoio incondicional das populações das cidades de Nazaré, Taguatins e Araguatins (no lado de Goiás); Montes Altos, Porto Franco e Imperatriz (no Maranhão), capazes de formar um verdadeiro exército de mais de 200 mil homens.

Colado a um rádio no centro da aldeia São José, o cacique Raoni mantém contato com outras lideranças indígenas e não poupa ataques aos brancos. Mas ele recebe pacificamente os jornalistas, dos quais se considera amigo. Na verdade, Raoni é atualmente a figura central dos apinajés, embora o verdadeiro chefe da aldeia se chame Francisco.

CSN insiste em reduzir área apinajé

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Conselho de Segurança Nacional não abre mão da proposta que reduz a área dos índios apinajés, deixando fora dos limites da reserva a rodovia Transamazônica, segundo informou ontem fonte do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. O mesmo informante confirmou a ida de representantes do grupo interministerial à região, na próxima segunda-feira, adiantando que, se a Funai não concorda com as posições defendidas pelo Conselho de Segurança Nacional, as duas propostas serão submetidas aos ministros Mário Andreazza e Danilo Venturini.

A Funai defende uma área de 148.600 hectares para os apinajés, que abrange um longo trecho da rodovia Transamazônica. A posição do CSN é a de que a rodovia é vital para o desenvolvimento da região e que a reserva, da forma como foi proposta, deixará o município de Tocantinópolis espremido entre a reserva indígena e o rio Tocantins. A Funai não aceita a ponderação e acha que o município tem condições de continuar se expandindo para o Sul, enquanto o trecho da Transamazônica poderá ser desativado, pois existe uma variante que passa fora dos limites da área que os índios pleiteiam.

A fonte do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários argumenta, ainda, que em 1978, durante a gestão do general Ismarth Araújo Oliveira na Funai, foi firmado um acordo entre a Fundação e líderes de Tocantinópolis para que a área indígena tivesse o limite de 85.800 hectares. Em 1982, no entanto, a antropóloga Maria Eliza Ladeira, que fez um levantamento da área para a Companhia Vale do Rio Doce, depois de ouvir os índios aumentou os limites para 148.600 hectares.

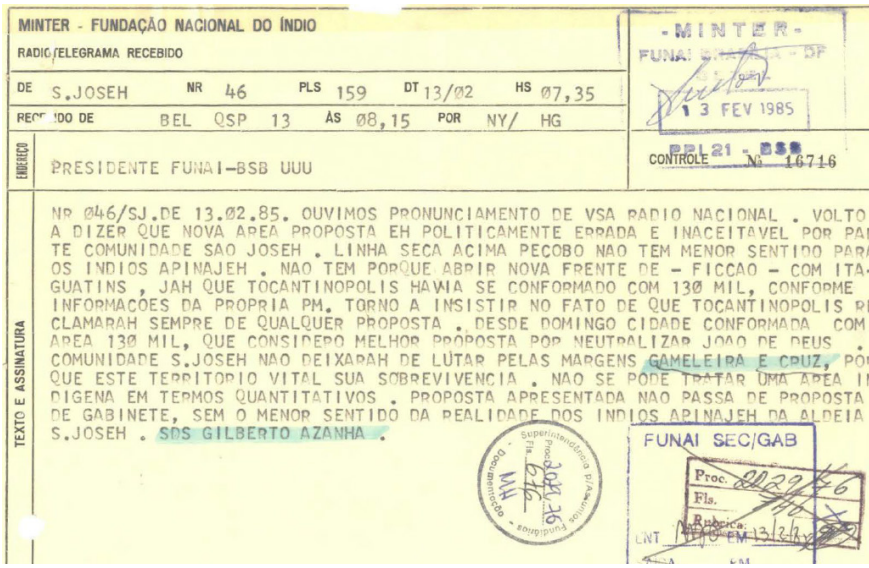
Foi confirmado que o grupo interministerial que visitará a região voltará a se reunir na terça-feira. E, se não houver solução favorável à Funai, segundo disse ontem o antropólogo Cláudio Romero — ele está no local — ao chefe do gabinete do órgão, Marcos Terena, os índios reiniciarão o trabalho de demarcação por conta própria, podendo surgir um sério conflito na região.

Figura 54: Jornal *O Estado de São Paulo*, 2 de fevereiro de 1985

Conforme o jornal *O Estado de São Paulo*, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) insistia na exclusão das áreas a esquerda da rodovia Transamazônica, alegando motivos de "segurança nacional". No dia 5 de fevereiro de 1985, ocorreu a reunião do "Grupão", com a presença do MINTER, MEAF, GETAT e FUNAI. Conforme a ata da reunião, o MEAF e o GETAT corroboravam a proposta do CSN de exclusão da região do Gameleira em defesa do "desenvolvimento nacional". Alegavam ainda o fato de que uma estrada de "integração nacional" não poderia estar exposta às paralizações dos indígenas.

> Por outro lado, o Representante do MEAF, assessorado pelo Representante do GETAT, cuja região de atuação abrange a área em questão, entendeu que da proposta originária apresentada pela FUNAI, parte dos limites sul e oeste em toda a sua extensão, sejam balizados pela BR-230 (Transamazônica), até o cruzamento do Ribeirão dos Caboclos, por tratar-se de rodovia federal de interesse ao desenvolvimento nacional, e no restante do limite sul, o constante do memorial descritivo da FUNAI, de 24 de maio de 1978 com a finalidade de evitar a proximidade da população indígena da sede do município, através de uma expansão de sua área rural.[113]

A reunião terminou de maneira inconclusiva, mas, em 12 de fevereiro, Gilberto Azanha, chefe da AJARINA, encaminhou um telegrama solicitando esclarecimentos sobre a área de 143 mil ha que seria demarcada, com a exclusão da área do *Krinjobrêire*. Azanha alertava que eles não desistiram de lutar pela área dos ribeirões Gameleira e Cruz, pois era um território imprescindível à sua sobrevivência.



MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
RADIO/TELEGRAMA RECEBIDO

DE S.JOSEH NR 46 PLS 159 DT 13/02 HS 07,35
RECEBIDO DE BEL QSP 13 ÀS 08,15 POR NY/ HG

ENDEREÇO: PRESIDENTE FUNAI-BSB UUU

TEXTO E ASSINATURA:
NR 046/SJ.DE 13.02.85. OUVIMOS PRONUNCIAMENTO DE VSA RADIO NACIONAL . VOLTO A DIZER QUE NOVA AREA PROPOSTA EH POLITICAMENTE ERRADA E INACEITAVEL POR PARTE COMUNIDADE SAO JOSEH . LINHA SECA ACIMA PECOBO NAO TEM MENOR SENTIDO PARA OS INDIOS APINAJEH . NAO TEM PORQUE ABRIR NOVA FRENTE DE - FICCAO - COM ITAGUATINS , JAH QUE TOCANTINOPOLIS HAVIA SE CONFORMADO COM 130 MIL, CONFORME INFORMACOES DA PROPRIA PM. TORNO A INSISTIR NO FATO DE QUE TOCANTINOPOLIS RECLAMARAH SEMPRE DE QUALQUER PROPOSTA . DESDE DOMINGO CIDADE CONFORMADA COM AREA 130 MIL, QUE CONSIDERO MELHOR PROPOSTA POR NEUTRALIZAR JOAO DE DEUS . COMUNIDADE S.JOSEH NAO DEIXARAH DE LUTAR PELAS MARGENS GAMELEIRA E CRUZ, PORQUE ESTE TERRITORIO VITAL SUA SOBREVIVENCIA . NAO SE PODE TRATAR UMA AREA INDIGENA EM TERMOS QUANTITATIVOS . PROPOSTA APRESENTADA NAO PASSA DE PROPOSTA DE GABINETE, SEM O MENOR SENTIDO DA REALIDADE DOS INDIOS APINAJEH DA ALDEIA S.JOSEH . SDS GILBERTO AZANHA .

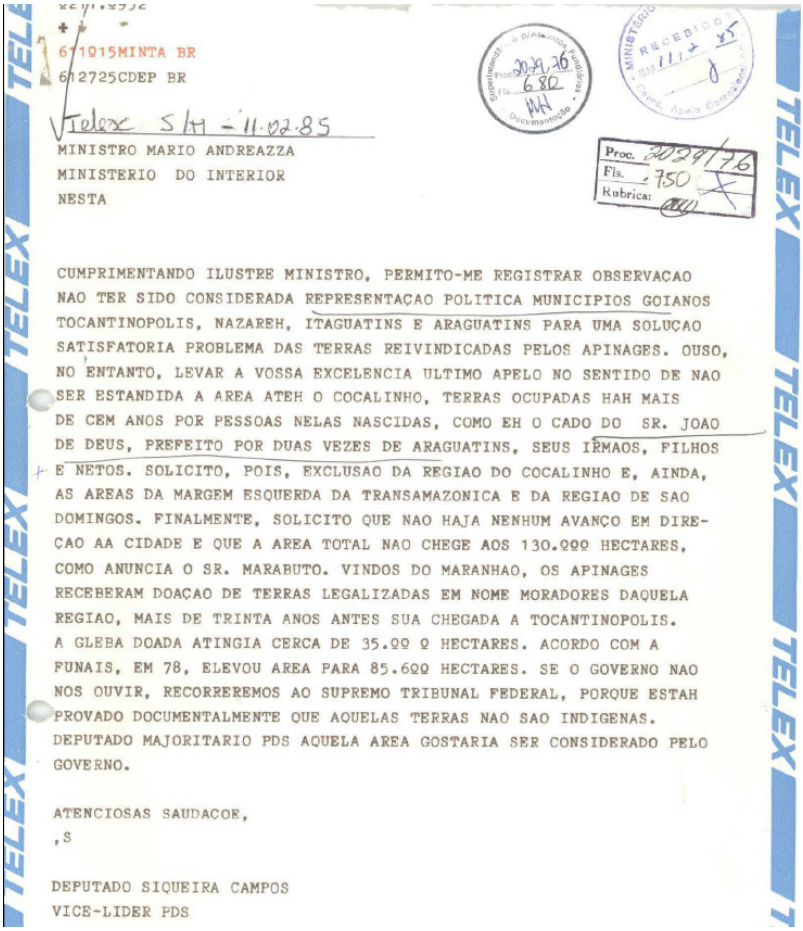
-MINTER- FUNAI 13 FEV 1985
CONTROLE Nº 16716
FUNAI SEC/GAB

Figura 55: Telegrama do chefe da AJARINA indicando a frustração dos *Krinjobrêire* com a área demarcada

No dia 14 de fevereiro de 1985, o presidente João Figueiredo assinou e publicou o Decreto presidencial n. 90.960, que demarcava a Terra Indígena, mantendo a área estabelecida pelo Grupão. A demarcação, realizada pelas forças do Exército uma semana após a publicação, foi feita conforme posição do decreto. Os limites definidos incluíram a margem esquerda do ribeirão Pecobo não reivindicadas pelos Apinajé. De fato, esta era uma região que eles habitavam no passado, como demonstravam as memórias de Estevão em 1962. O próprio nome do ribeirão significa um aportuguesamento do *pahi Pep Cob* (o Pedro Corredor), que possuía uma grande aldeia nessa área no final do século XIX. O estabelecimento de uma linha seca entre a foz do Botica e a cabeceira do Pecobo foi uma manobra política para, segundo Ladeira:

> Atender às alianças políticas entre o Sr. Governador de Goiás, Iris Resende, e seu Secretário de Segurança, José Freire, candidato virtual do então possível estado do Tocantins, com os políticos de Tocantinópolis e Nazaré, que exigiam a exclusão da faixa de Terras da região Mumbuca/Gameleria, e,
> Satisfazer a opinião pública, fazendo crer que os órgãos competentes concordavam com o total da área exigida pelos índios, já que dos 153.000 ha encaminhados pela FUNAI ao MEAF foram aprovados 148.000 ha.[114]

O “Grupão”, através de Danilo Venturini, então ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, e de Mário Andreazza, ministro do Interior, teve papel preponderante na definição final sob a área demarcada. As considerações de Ladeira demonstravam a interferência direta do próprio governador de Goiás na decisão sob os limites definitivos da área. Além deles, o deputado Siqueira Campos, que seria o principal promotor da criação do estado do Tocantins, encaminhou para Andreazza telegrama solicitando a exclusão das áreas do Cocalinho e o Gameleira, alegando que os Apinajé chegaram do Maranhão após a ocupação dos não indígenas.



611915MINTA BR
612725CDEP BR

Telex SM - 11.02.85

MINISTRO MARIO ANDREAZZA
MINISTERIO DO INTERIOR
NESTA

CUMPRIMENTANDO ILUSTRE MINISTRO, PERMITO-ME REGISTRAR OBSERVAÇAO NAO TER SIDO CONSIDERADA REPRESENTAÇAO POLITICA MUNICIPIOS GOIANOS TOCANTINOPOLIS, NAZAREH, ITAGUATINS E ARAGUATINS PARA UMA SOLUÇAO SATISFATORIA PROBLEMA DAS TERRAS REIVINDICADAS PELOS APINAGES. OUSO, NO ENTANTO, LEVAR A VOSSA EXCELENCIA ULTIMO APELO NO SENTIDO DE NAO SER ESTANDIDA A AREA ATEH O COCALINHO, TERRAS OCUPADAS HAH MAIS DE CEM ANOS POR PESSOAS NELAS NASCIDAS, COMO EH O CADO DO SR. JOAO DE DEUS, PREFEITO POR DUAS VEZES DE ARAGUATINS, SEUS IRMAOS, FILHOS E NETOS. SOLICITO, POIS, EXCLUSAO DA REGIAO DO COCALINHO E, AINDA, AS AREAS DA MARGEM ESQUERDA DA TRANSAMAZONICA E DA REGIAO DE SAO DOMINGOS. FINALMENTE, SOLICITO QUE NAO HAJA NENHUM AVANÇO EM DIRECAO AA CIDADE E QUE A AREA TOTAL NAO CHEGE AOS 130.000 HECTARES, COMO ANUNCIA O SR. MARABUTO. VINDOS DO MARANHAO, OS APINAGES RECEBERAM DOAÇAO DE TERRAS LEGALIZADAS EM NOME MORADORES DAQUELA REGIAO, MAIS DE TRINTA ANOS ANTES SUA CHEGADA A TOCANTINOPOLIS. A GLEBA DOADA ATINGIA CERCA DE 35.00 0 HECTARES. ACORDO COM A FUNAIS, EM 78, ELEVOU AREA PARA 85.600 HECTARES. SE O GOVERNO NAO NOS OUVIR, RECORREREMOS AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, PORQUE ESTAH PROVADO DOCUMENTALMENTE QUE AQUELAS TERRAS NAO SAO INDIGENAS. DEPUTADO MAJORITARIO PDS AQUELA AREA GOSTARIA SER CONSIDERADO PELO GOVERNO.

ATENCIOSAS SAUDACOE,
,S

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS
VICE-LIDER PDS

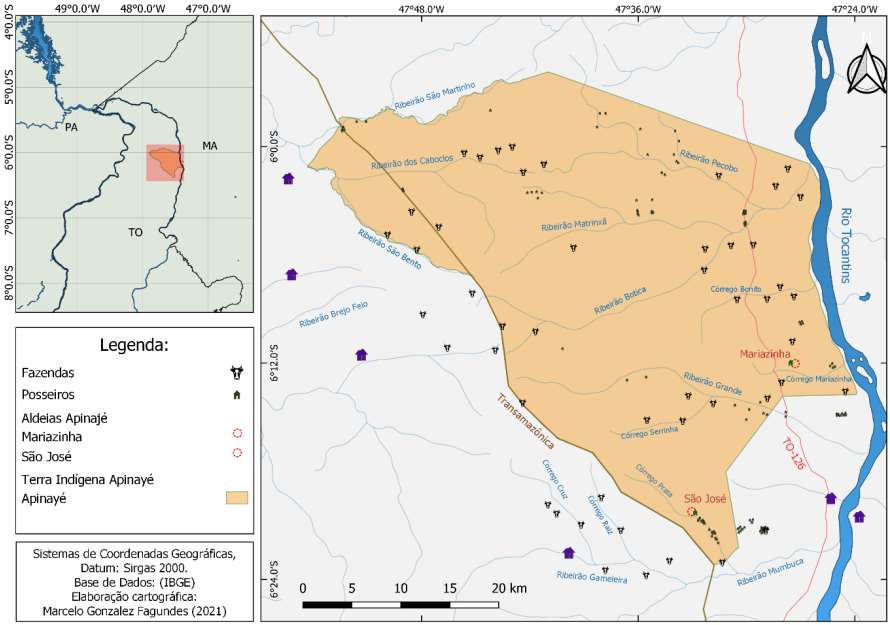
Figura 56: Telegrama de Siqueira Campos ao ministro do Interior

A convite do ministro Andreazza, lideranças da aldeia São José foram a Brasília. Em virtude de não conseguirem um encaminhamento para a inclusão da área do Gameleira, foram destituídos assim que retornaram às aldeias. As novas lideranças passaram a pressionar o presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, a reconhecer a legitimidade da demanda dos *Krinjobrêire*. Conforme a carta escrita por Marabuto:

> As fronteiras do território Apinayé identificadas pela FUNAI, foram definidas a partir da comunidade indígena de acordo com a história de sua ocupação imemorial e recente. Mas, quando analisado pelo MEAF e MINTER, contando desta feita com a participação do Sr. Governador de Goiás, IRIS REZENDE, o território tribal Apinayé sofreu perda irreparável em favor do Município de Tocantinópolis. Pretendendo tirar da área indígena a rodovia Transamazônica, o GT acabou por retirar também as principais terras agricultáveis dos indígenas, terminando fora dos limites aprovados pelo GT áreas de roças financiadas pelo Banco Mundial, através da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. Em troca dessas terras, acrescentaram à área Apinayé outras sobre as quais não tinham os indígenas qualquer interesse e que, além do mais, são de muito baixa produtividade.[115]

Marabuto destacava que as áreas excluídas representavam terrenos férteis e propícios ao desenvolvimento das roças indígenas e que, em troca, receberam um território de pouca utilidade agrícola. No entanto, a demarcação não resolveu a situação de restrição ao uso do território Apinajé e seria necessário um longo período para realizar a desintrusão de grande parte dos posseiros que se encontravam no interior do território demarcado. A partir do levantamento fundiário realizado pela FUNAI em setembro de 1985, é possível perceber que o território Apinajé estava ainda naquele momento ocupado por uma grande quantidade de posseiros e fazendeiros, havendo inclusive quatro pequenos povoados.

Em 1991, existiam ainda 35 posses ativas na região norte da área (entre os ribeirões Grande e São Martinho). Alguns desses ocupantes alegavam não terem recebido indenização por falhas no levantamento ou por recusa do valor estipulado para a indenização. Na faixa de terras ao norte do ribeirão Pecobo havia 73 "posses". Na região da aldeia São José havia apenas um ocupante e na aldeia Mariazinha, cerca de 50 famílias viviam como "arrendatários".



Mapa 15: Situação fundiária da TI Apinayé em setembro de 1985

Além destes problemas fundiários, os Apinajé continuavam a sofrer ameaças de vingança por parte das autoridades municipais. Em 28 de junho de 1985, Waldemar foi baleado e morto por uma ação da Polícia Militar, liderada pelo delegado de Tocantinópolis, Sebastião Lima. Outras lideranças (Sabino, Romão e Vicente) foram feridas e espancadas no interior da delegacia. Além de ter assassinado o indígena Apinajé, o delegado prendeu os feridos mantendo-os por três dias na delegacia. Esse delegado já havia acobertado o tiro disparado pelo vereador Bonifácio contra um policial militar que fazia a segurança dos servidores da FUNAI. O indigenista Fernando Schiavini, que naquele momento era o chefe da AJARINA, narrou o episódio dizendo que:

> Fui informado, então, que acontecera um tiroteio na cidade de Tocantinópolis, próximo às terras dos Apinajés, isso tarde do dia anterior. Durante o incidente a polícia havia matado um Apinajé e prendido nove deles. Entre os presos, havia dois homens feridos, além de velhos e mulheres. O corpo do Apinajé assinado continuava retido na delegacia. Segundo os Apinajés me disseram pelo rádio, as autoridades só o entregariam em minha presença.

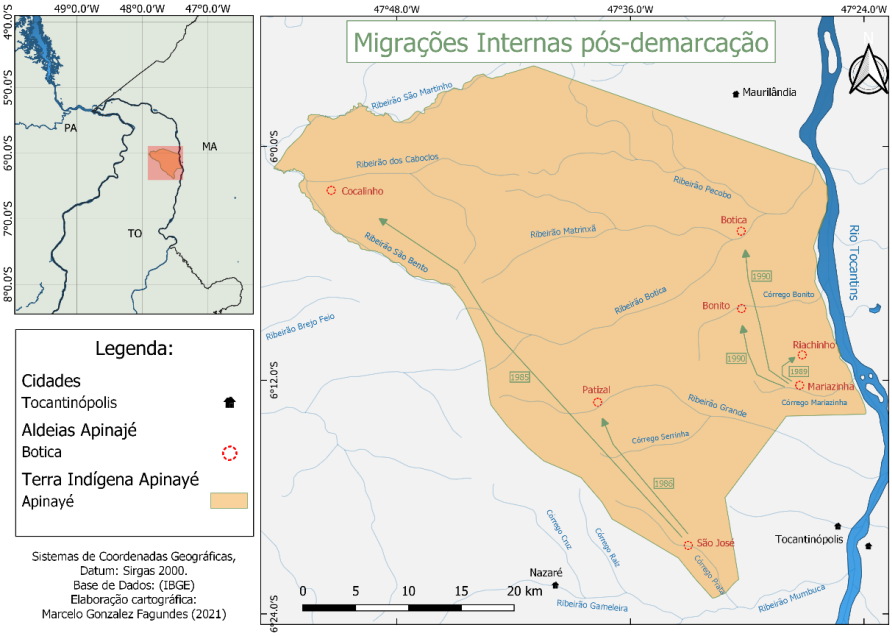
havia ainda um Apinajé gravemente ferido, que fora internado no hospital da cidade.[116]

Servidores da FUNAI que haviam sido deslocados para averiguar a situação foram surpreendidos por uma barreira formada por um grupo de militares e civis armados. Escoltados até a cidade, eles presenciaram centenas de pessoas armadas com revólveres e espingardas na praça principal aguardando a chegada de Schiavini para liberação do corpo de Valdemar. Corria o boato que se tratava de uma emboscada para o chefe da AJARINA como forma de vingança pela incitação da violência na região. Após a impetração de uma *habeas corpus*, os Apinajé presos foram liberados e retornaram para a aldeia. Schiavini indicou que o incidente foi gerado por uma armadilha arquitetada para que fosse executada a "vingança" dos fazendeiros pela demarcação da terra Apinajé.[117]

Apesar da indignação das elites locais com a demarcação da terra, o "Grupão" (com representantes do MINRAD, GETAT, IDAGO e FUNAI) reuniu-se novamente em 5 de julho de 1985, com o objetivo de iniciar estudos para redefinição dos limites da área Apinajé, visando a incorporação de uma faixa de terras na região do Ribeirão Gameleira (limite sul) e a redefinição do limite norte, retirando da área aprovada pelo Decreto n. 90.960 as terras além do ribeirão Pecobo, não pleiteada pelos índios. Na reunião, o representante do GETAT afirmou que havia sido uma falha não ter participado do levantamento fundiário realizado pela FUNAI na área. Quanto à incorporação das áreas do ribeirão Gameleira, o GETAT considerou a proximidade da área urbana de Nazaré, mas afirmou que era viável que a cabeceira e o médio curso deste ribeirão permanecessem como área indígena. Portanto, não parecia haver objeção direta à incorporação da área do Gameleira. "Depois que o GETAT verificou no mapa do levantamento praticamente a inexistência de moradores nesta faixa de Terra e a pouca distância desta linha seca em relação à Transamazônica, considerou também viável esta proposta da Funai". Dessa forma, se decidiu pela constituição de um novo GT para os estudos de redefinição dos limites (norte, sul e sudoeste), além do reassentamento dos não indígenas, com a participação de todos os órgãos presentes na reunião.[118]

Em meados 1985 foi instituído um GT (Portaria 1926/E, de 16 de agosto de 1985) para realizar estudos de redefinição de limites e levan-

tamento fundiário. Em 5 de novembro de 1985 é instaurado um novo GT (Portaria 1969/E) somente com representantes da IDAGO, GETAT, MINRAD e FUNAI, excluindo a antropóloga contratada pela Vale, Maria Elisa Ladeira. O levantamento fundiário ocorreu em novembro de 1985, mas após essa ação não houve mais encaminhamentos. Esse novo GT excluiu a área a sudeste, utilizando o córrego Raiz e não o córrego Cruz como fronteira da área.



Mapa 16: Migrações internas pós-demarcação

Em 1994, foi instaurado um novo GT (Portaria nº 429/PRES, de 27 de abril), sob coordenação do antropólogo Adolfo de Oliveira Junior e com a participação de Ladeira, para o reestudo da terra Apinajé, visando incorporar as áreas do Gameleira. Durante a realização do levantamento em Tocantinópolis, o GT sofreu graves ameaças à integridade física de seus participantes e teve que deixar o local às pressas. No entanto, o relatório foi publicado, mas não houve encaminhamentos posteriores.

Desde princípios do século XX, os Apinajé buscaram o reconhecimento de suas terras juntos as autoridades do Estado. A partir do estabelecimento do SPI na aldeia, na década de 1940, os primeiros processos

de demarcação se iniciaram com a negociação entre o órgão indigenista e as autoridades estaduais. Mas foi principalmente com a FUNAI, depois das transformações da legislação indigenista no que tange a delimitação de territórios, na década de 1970, que esses procedimentos demarcatórios ganharam impulso. Porém, as pressões políticas faziam com que prevalecesse a indefinição dos limites e a morosidade do Estado para resolver a questão. Os Apinajé empreenderam então uma reação que iria tensionar definitivamente a relação com os não indígenas. Com o auxílio de diversos parceiros institucionais e de outros povos indígenas, eles organizaram um "mutirão guerreiro" para promover a autodemarcação do território. Essa emblemática ação do movimento indígena ganhou repercussão nacional devido à dramaticidade dos acontecimentos. Contudo, a demarcação da Terra Indígena Apinayé não representou o fim dos problemas vivenciados pelos Apinajé.

7. A gestão ambiental e territorial *Panhĩ*

Apesar da demora para realizar a desintrusão da TI após a demarcação, os Apinajé foram, paulatinamente, reocupando regiões que antes estavam nas mãos de posseiros e fazendeiros. Uma nova dinâmica de relações se estabeleceu entre os Apinajé e a população não indígena, agora vivendo nos limites do território. Porém, como veremos, esse processo mantém o padrão conflituoso e violento de períodos anteriores. Estas transformações representaram a necessidade de readaptação das estratégias Apinajé para garantir a integridade de seu território, valendo-se da ocupação de áreas importantes do ponto de vista histórico e de proteção das fronteiras da TI. Além disso, as inúmeras demandas desenvolvimentistas, executadas a partir de um novo regramento ambiental, levaram os Apinajé a terem que lidar com a gerência de compensações ambientais.

Para Pacheco de Oliveira, "territorialização" significa "todos os atos e conhecimentos através dos quais um aparato de poder estabelece uma relação necessária entre uma população e um determinado espaço geográfico" (tradução do autor).[1] Esses processos de territorialização são frutos de uma imposição pelo aparato estatal de uma noção de territorialidade (jurídico-política) sobre as territorialidades indígenas,[2] e implica em um processo de reorganização social, com a adoção de novos padrões do uso dos recursos ambientais e outros modos de organização política. Essa nova compreensão do território, associado a um novo contexto de assédio da sociedade não indígena, promoveu uma reorganização territorial e política dos Apinajé.

A demarcação do território permitiu aos Apinajé acelerar o processo de crescimento demográfico. Nos últimos 40 anos, sua população passou de cerca de 500 indivíduos para quase 3 mil pessoas. Entre 1990 e 2020,

sua população quase quadruplicou. Os dados populacionais indicam uma taxa de natalidade muito acima da realidade brasileira, atingido taxas de crescimento de 10% ao ano.[3]

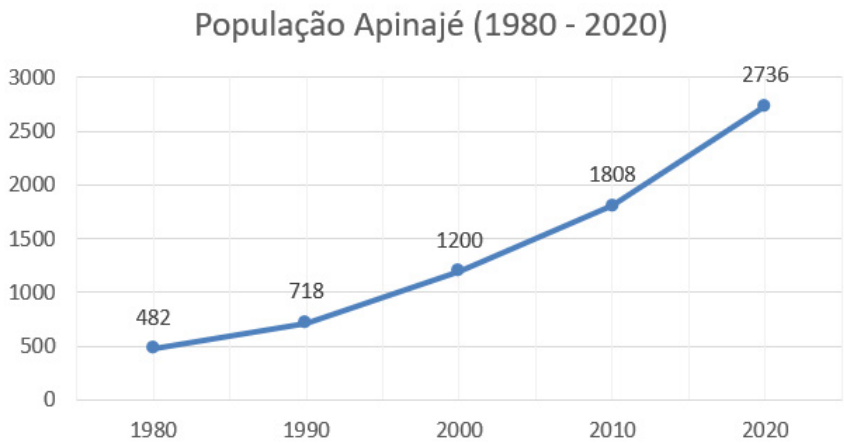


Gráfico 3: População Apinajé nos últimos 40 anos

Em 2010, os *Krinjobrêire* estavam concentrados principalmente nas aldeias São José, com 463 habitantes, além da aldeia Abacaxi, localizada próxima da antiga aldeia Bacaba, com mais de 100 habitantes. Os *Côcôjóire* concentravam-se principalmente nas aldeias Mariazinha (263), Bonito (108) e Girassol (127), mas enfrentavam ainda problemas com não indígenas no interior da área, muitos deles inclusive morando nas aldeias. Esse problema persiste até os dias de hoje. Em 2013, iniciamos o cadastramento de não indígenas que habitavam a área. Muitos eram casados com indígenas e o tempo em que estavam na área variava entre 40 anos a poucos meses. As fortes relações de compadrio estabelecidas com a população não indígena tem sido uma constante na história Apinajé. Os *Rôrcôjoire*, por sua vez, haviam reocupado a região noroeste da terra com a recriação das aldeias do Cocalinho (1985) e Buriti Cumprido (2000). No entanto, como veremos, os conflitos com a população do entorno levaram a um novo abandono da região em 2007. Na tabela 5 abaixo, com a distribuição da população Apinajé pelas aldeias em 2010, as aldeias dos *Rôrcôjoire* aparecem computadas nos dados da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI). Eles, porém, estavam habitando então as imediações da aldeia São José, somando um total de 94 pessoas.

Os Apinajé apresentavam significativa taxa de natalidade fazendo com que sua população absoluta atingisse a marca de 2.700 indivíduos, chegando próximo aos números registrados no século XIX. Seu território, no entanto, permanecia com os limites estabelecidos em 1985, em que pese a contestação destes limites.

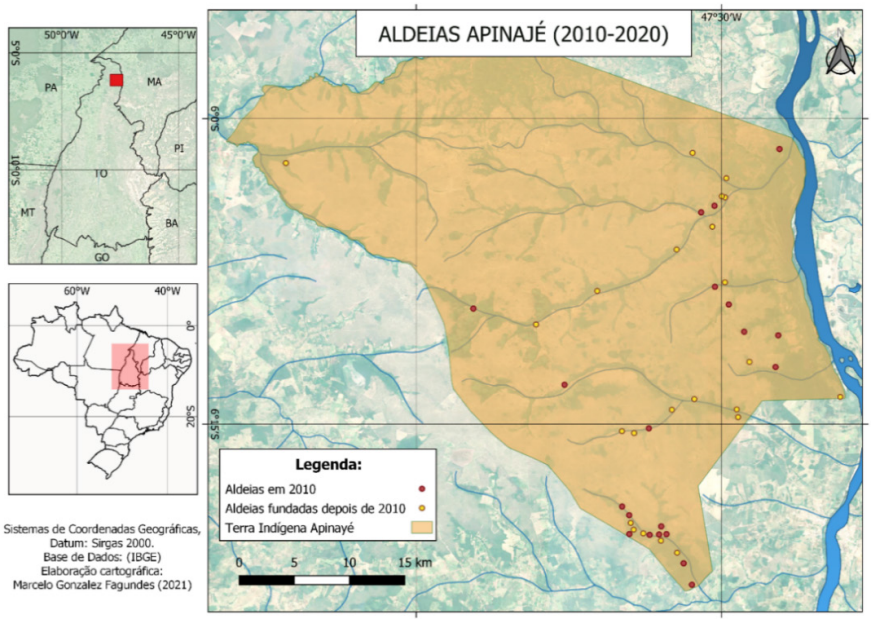
Tabela 6 : Aldeias e população Apinajé (2010)[4]

Aldeias *Krinjobrêire*		**População**	**Masc.**	**Fem.**
1	Abacaxi	101	54	47
2	Bacabinha	57	27	30
3	Boi Morto	40	20	20
4	Cocal Grande	33	17	16
5	Palmeiras	89	51	38
6	Patizal	57	30	27
7	Prata	55	29	26
8	São José	463	230	233
9	Serrinha	61	33	28
Aldeias *Côcôjóire*				
10	Barra do Dia	19	10	9
11	Bonito	108	64	44
12	Botica	76	37	39
13	Brejão	29	11	18
14	Girassol	127	60	67
15	Mariazinha	263	135	128
16	Mata Grande	62	32	30
17	Riachinho	74	35	39
Aldeias *Rôrcôjoire* (desabitadas)				
18	Buriti Cumprido	34	21	13
19	Cocalinho	60	29	31
TOTAL		1808	925	883

Além do crescimento populacional, os Apinajé experimentaram um aumento do número de aldeias, promovido pela dispersão através do território. Em 2000, eram sete aldeias. Em 2010, registrou-se dezenove aldeias. Essa dispersão pelo território levou à reocupação de áreas que eram habitadas pelos Apinajé em tempos passados. Áreas que ainda não

estavam completamente desintrusadas. Inicialmente, a abertura de novas áreas se deu através da criação de roças, e com a migração interna estes locais passaram a concentrar mais pessoas.

Todas as novas aldeias Apinajé são projetadas no formato circular ou retangular, como vimos no terceiro capítulo, e vão sendo formadas ao longo do tempo, na medida em que novas casas vão sendo construídas. Algumas aldeias existentes naquele momento não foram registradas nos dados da SESAI. As aldeias Bacaba, Aldeinha e Areia Branca, ao lado da aldeia São José, foram identificadas por Raquel Rocha. As aldeias que surgiam a partir da dispersão dos habitantes da aldeia São José concentraram-se sobretudo nas margens do córrego Prata, como podemos observar no mapa 17. Um dos fatores que favorece essa concentração de aldeias tem relação com a assistência de saúde, prestada pelo Posto de Saúde da aldeia São José, e da escola indígena *Mãtyk*, que concentra a maior parte dos alunos. Além disso, o acesso às estradas que levam à cidade torna-se um fator na escolha do local para o estabelecimento de aldeias. No entanto, é fundamental considerar a identificação dos Apinajé com as terras do ribeirão Gameleira e a necessidade delas para a sobrevivência dos *Krinjobrêire*.



Mapa 17: Aldeias Apinajé no século XXI

Na aldeia Mariazinha, as confluências dos ribeirões com a TO-126 tornaram-se regiões preferenciais para o estabelecimento de aldeias. As margens do ribeirão Botica voltaram a ser ocupadas pelos *Côcôjóire* com as aldeias Botica, Mata Grande e Barra do Dia, está última, na foz do ribeirão com o rio Tocantins.

Os *Rôrcôjoire*, que haviam retomado seu território nas margens do ribeirão dos Caboclos, na região noroeste da TI demarcada, abandonaram a área em 2007 devido a conflitos com o município vizinho. Em 2016, após os fatos que narrarei adiante, reconstruíram novamente a aldeia.

Atualmente, segundo os dados organizados pela Coordenação Local da FUNAI (Anexo A), os Apinajé habitam mais de 50 aldeias distribuídas pela Terra Indígena homologada. Algumas destas "aldeias" constituem-se apenas de poucas casas, onde o círculo central ainda não está definido, e possuem geralmente apenas um grupo familiar, sendo utilizadas como áreas de roça. Essa dispersão pelo território e multiplicação de aldeias é influenciada por diversos fatores, que não cabe aqui analisar detalhadamente. E o próprio crescimento populacional influencia nesse processo. Como vimos, DaMatta indicou que o crescimento era um fator que gerava tensões que culminavam em divisões das aldeias, com a mudança de um ou mais grupos familiares. No entanto, a aplicação de recursos de compensação ambiental dos empreendimentos também exerce influência neste processo de dispersão, na expectativa de que estas novas "aldeias" pudessem acessar os recursos.

Foi nessa conjuntura que, em 2011, ingressei na Coordenação Técnica Local (CTL) de Tocantinópolis para trabalhar como indigenista. Com o processo de reestruturação da FUNAI, iniciado em 2009, diversas mudanças ocorreram no atendimento do órgão indigenista. O fechamento dos Postos Indígenas das aldeias São José e Mariazinha e a locação de um imóvel na cidade foi vista por muitos indígenas como um abandono. A falta de pessoal, estrutura administrativa e veículos corroboravam as visões das comunidades indígenas sobre a atuação da FUNAI.

A reestruturação do órgão, datada de 28 de dezembro de 2009, foi implementada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assinou o Decreto n. 7.056 e promoveu uma profunda mudança na assistência prestada pelo Estado aos povos indígenas. A mudança mais emblemática dessa reestruturação talvez tenha sido a extinção dos Postos Indígenas

(PINs) que se localizavam no interior das Terras Indígenas, e eram o principal instrumento de uma atuação tutelar da fundação. A FUNAI herdou a estrutura do antigo SPI, extinto em 1967. Na antiga estrutura, os chefes de postos exerciam a administração das aldeias com o objetivo de orientar o trabalho de uma gama de auxiliares, como motoristas, barqueiros, vaqueiros, atendentes de enfermagem, professores etc. Na década de 1990, a FUNAI perdeu a atribuição de coordenar os serviços de saúde e educação, esvaziando a função do "chefe de posto" e tornando os PINs obsoletos. Na nova estrutura, foram criadas 36 Coordenações Regionais que eram responsáveis por administrar 297 Coordenações Técnicas Locais, que pretendiam modernizar o órgão indigenista. Além disso, foram criados 3.100 novos cargos e autorizados a realização de concurso para a contratação de 425 novos servidores.[5] A política indigenista brasileira, entendida como a atuação dos órgãos oficiais junto às comunidades indígenas, possuía, e por vezes ainda possui, um caráter assistencialista e tutelar. Em outras palavras, a atuação do antigo SPI e, a partir de 1967, da FUNAI, não privilegiou o protagonismo indígena e apresentou-se de maneira assistencialista perante a comunidade indígena.

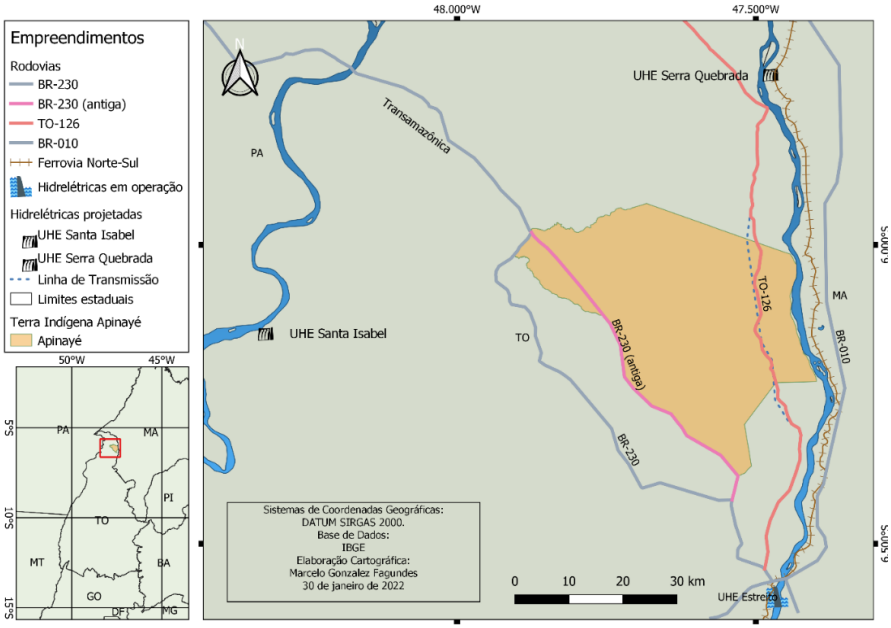
Essa atuação indigenista coincidiu com o contexto de expansão capitalista para a região, através de um novo ciclo desenvolvimentista que privilegiou a implementação de grandes empreendimentos, como a pavimentação de rodovias e a construção de hidrelétricas e ferrovias, e gerou novos desafios para o exercício da territorialidade Apinajé.

7.1 Um novo ciclo desenvolvimentista

O planejamento e a implantação de projetos econômicos de Estado fazem parte de diferentes contextos. De alguma forma, os Apinajé tiveram que enfrentar distintos momentos de expansão econômica "desenvolvimentista". No século XXI, um novo ciclo desenvolvimentista trouxe desafios diferentes na gestão do território, agora homologado pelo Estado brasileiro.

Como vimos, a ditadura militar procurou implementar projetos de desenvolvimento na Amazônia que impactaram os Apinajé. A rodovia Transamazônica, construída em 1970, fragmentou o território *Panhĩ*, restringindo o acesso a importantes recursos. A justificativa utilizada

pelo “Grupão” para usar a rodovia como limite era o interesse à segurança nacional, uma vez que a estrada, tão importante para o desenvolvimento nacional, não poderia ficar inteiramente dentro da área indígena. Nos anos 2000, iniciou-se os procedimentos para a pavimentação da BR-230 no trecho entre Estreito e Araguatins, que corta o interflúvio. Os *Krinjobrêire* recusaram-se a permitir a pavimentação do trecho que passava pela TI. Isso levou o DNIT a realizar o desvio da rodovia, passando seu traçado para fora da área (mapa 18). A justificativa usada pelo Estado brasileiro para a exclusão das áreas do Gameleira já não mais existia.



Mapa 18: Os empreendimentos e a TI Apinayé

Porém, antes mesmo da construção da rodovia federal, outra estrada já havia cortado o território Apinajé. Ligando os municípios de Itaguatins a Tocantinópolis a então GO-136 foi construída, ao que tudo indica, na década de 1950. O certo é que, em 1968, quando foi feito o ramal ligando a aldeia Mariazinha, a rodovia já estava operacional. Em 2012, já com a denominação de TO-126, a rodovia entrou no radar do governo estadual para um projeto de pavimentação. Em maio daquele ano, participei de uma audiência pública, na condição de servidor da FUNAI, para

debater a proposta do governo para a pavimentação do trecho, de 45 km, que cortava a Terra Indígena Apinayé. A audiência pública havia sido convocada pelo Ministério Público Federal de Tocantins (MPF/TO) e contou ainda com a presença de representantes do IBAMA e do órgão de infraestrutura do estado, além de cerca de 30 *pahis* Apinajé. As lideranças indígenas estavam divididas quanto à proposta: os *Côcôjóire*, que tinham aldeias próximas a estrada, tendiam a concordar com a proposta de pavimentação, enquanto as aldeias do "outro lado", os *Krinjobrêire*, desconfiavam dos benefícios vendidos pelo governo estadual. Os *Côcôjóire* alegavam que não haviam se intrometido na decisão da pavimentação da Transamazônica e que, portanto, os *Krinjobrêire* não deveriam participar da decisão da pavimentação da TO-126.

Os representantes do governo apontaram a importância da obra para o desenvolvimento regional, alegando que os indígenas seriam beneficiados com a rodovia e teriam o mínimo de impacto social e ambiental. Uma das principais líderes Apinajé conduziu o debate e apresentou, de maneira contundente, a posição de que os *pahis* concordavam com a realização de estudos de impacto ambiental e queriam a pavimentação da rodovia, afirmando que os indígenas não queriam mais ser vistos como um "empecilho ao progresso".

Em 2014, instigados por políticos e moradores dos povoados vizinhos, as aldeias localizadas próxima a rodovia, ligadas à aldeia da Mariazinha, organizaram uma interdição da estrada, para pressionar pela execução dos estudos de viabilidade da obra.[6] No entanto, a participação da FUNAI no processo dizia respeito à intervenção do órgão indigenista federal no processo de licenciamento ambiental. Após uma reunião muito tensa no local do bloqueio, foi esclarecido a necessidade da realização de estudos de impacto ambiental para então ser analisada a viabilidade da obra. Mas essa não parecia ser a intenção do governo do Estado, que jamais realizou tais estudos, alegando que esta seria "uma estrada consolidada".

A construção de rodovias que impactaram diretamente o território Apinajé permitiu a chegada de muitos posseiros e invasores, ao longo das décadas de 1970 e 1980. Após a demarcação do território, elas proporcionaram aos indígenas um acesso mais fácil aos centros urbanos e a diferentes regiões da TI. Essas estradas que ligam as aldeias entre si ne-

cessitam de constante manutenção e todos os anos, após a temporada de chuvas, os Apinajé têm que pressionar as autoridades municipais para arrumá-las, pois, devido às péssimas condições em que se encontram, elas não permitem a circulação do ônibus escolar.[7] Estas reivindicações por melhorias nas estradas vicinais levaram os Apinajé a realizar um movimento inédito, pressionando as autoridades municipais em uma manifestação pelas ruas de Tocantinópolis. Sem dúvida, um importante divisor de águas na conflituosa relação dos Apinajé com o município.[8]

As estradas não pavimentadas, algumas vezes cascalhadas, tornam-se vias de acesso mais facilitado a diferentes regiões do interior do território, facilitando também a ação de invasores que entram na área com o objetivo de extrair madeira, caçar ou pescar. Os projetos de abertura de estradas ou mesmo a sua pavimentação geram, além da pressão de invasores, uma série de impactos ambientais, tais como o impacto sobre os cursos d'água, atropelamento de animais, intensificação dos incêndios, aumento do desmatamento, entre outros.[9]

No entanto, não são apenas rodovias que cruzaram o território *Panhĩ*. Em meio aos conflitos pela demarcação do território, foi negociado com os *Côcôjóire* a passagem de uma linha de transmissão elétrica. No início de 1984, a empresa Centrais Elétricas de Goiás (CELG) iniciou as negociações para passar uma linha de transmissão margeando a rodovia estadual. Em março daquele ano, foi assinado convênio entre a CELG, FUNAI e os indígenas da aldeia Mariazinha, que acordava a autorização para passagem da linha, através do pagamento de uma indenização de 10 milhões de cruzeiros aos representantes indígenas "através da Funai", e a construção de uma rede monofásica de energia elétrica, saindo da subestação de Tocantinópolis com destino à aldeia Mariazinha.[10] Essa cláusula permitia a isenção de cobrança de energia elétrica na aldeia.

A chegada de energia elétrica nas aldeias é vista pelos Apinajé como uma compensação permanente pela instalação da linha de transmissão. Em 2012, a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (CELTINS) apresentou projeto para a eletrificação de doze aldeias no âmbito do Programa Luz Para Todos. No entanto, a morosidade na execução da obra levou os moradores da aldeia Macaúba a realizar uma manifestação com o objetivo de pressionar a empresa. Há três dias das eleições municipais, em 3 de outubro de 2012, Maria de Jesus (*Djè*), *pahi* da aldeia, armou

uma imensa fogueira ao pé de uma torre da linha de transmissão e gravou um vídeo informando que a CELTINS tinha três dias para iniciar a obra.[11]

A ameaça à linha de transmissão que abastecia todo o norte do estado levou diversas organizações estatais, da Força Nacional de Segurança ao Exército, a se mobilizarem em direção a Tocantinópolis. O MPF/TO articulou então a assinatura de um Termo de Compromisso garantindo a execução imediata do projeto de eletrificação das aldeias. Como no passado, a estratégia de pressionar as autoridades através desse tipo de mobilização se mostrou eficaz. Em muitos casos, foi a única forma encontrada pelos Apinajé para garantir seus direitos. Menos de uma semana após a manifestação, iniciaram-se a instalação de energia em catorze aldeias.

Porém, em alguns casos, os empreendimentos não consideraram as compensações e mitigações aos impactos sobre o território Apinajé. Em 1987, a construção da Ferrovia Norte-Sul (FNS), idealizada ainda em 1973, teve sua construção iniciada. O projeto previa uma ferrovia com extensão aproximada de 1.550 km, ligando o Brasil central aos portos do litoral norte. Em 1987, o trecho entre Açailândia e Imperatriz, ambas no Maranhão, teve sua construção interrompida por falta de recursos, sendo retomada somente em 1996. Em 1998, foi retomada a construção do trecho de Imperatriz até Estreito (MA). Mas esse trecho somente foi entregue em 2002.[12] A ferrovia, que margeia o rio Tocantins, não realizou os estudos entre os Apinajé para verificação dos impactos da obra.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2002, levou ao reestabelecimento de projetos desenvolvimentistas na região Amazônica. Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tinha por objetivo "a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável". Na política energética privilegiou-se a construção de usinas hidrelétricas nas principais bacias hidrográficas brasileira, localizadas principalmente na Amazônia Legal.

É significativo o impacto que este processo teve nas mudanças socioculturais e na restrição do uso do território Apinajé. Os rios Tocantins e Araguaia estavam nos planos do Estado para a implantação de uma série de projetos de infraestrutura. Desde uma imensa hidrovia ligando os rios até a construção de uma série de hidrelétricas: o Aproveitamento Hi-

drelétrico (AHE) de Santa Isabel, no Araguaia; Estreito, Serra Quebrada e Marabá, no rio Tocantins. Esses projetos, se fossem todos executados, trariam enormes impactos ao povo indígena Apinajé e à integridade de seu território.

O AHE de Santa Isabel, localizado no rio Araguaia, nas proximidades da vila de Santa Isabel do Araguaia (PA), era um projeto antigo dos militares, elaborado ainda na década de 1970, sendo refeito em 1989. Porém, somente em 2001 foi concedida à GESAI a exploração do AHE de Santa Isabel. A GESAI era um consórcio de empresas formado pela Vale do Rio Doce, BHP Billiton Metais, Alcoa, Votorantim Cimentos e Camargo Corrêa Geração. O projeto previa a geração de energia elétrica com capacidade instalada de 1.087 MW e a formação de um reservatório de 250 km^2. Esse reservatório iria inundar os importantes sítios arqueológicos dos Martírios, localizados no município de São Geraldo do Araguaia, no Pará.

Em ofício da FUNAI enviado ao IBAMA, em que encaminhou o Termo de Referência do componente indígena para os estudos de Santa Isabel, o órgão indigenista se manifestou pela inclusão das Terras Indígenas Sororó (Aikewara), Apinayé, Mãe Maria (Gavião Parkatêjê) e Xambioá (Karajá), nos estados do Pará e Tocantins, entre os povos impactados. A inclusão dos Apinajé se justificava, principalmente pela pressão populacional decorrente da obra, localizada a cerca de 50 km da TI. O documento informava ainda que "pelo menos duas das comunidades afetadas – os Apinajé e os Gavião Parkatêjê – já vêm se manifestando contrariamente em relação a outros empreendimentos similares (UHEs) que incidem suas terras",[13] o que traria dificuldades para a realização dos estudos. No entanto, em 2011, foi publicado o relatório final dos estudos do componente indígena. Reunidos em assembleia, em setembro de 2011, os Apinajé rechaçaram a obra e publicaram no documento final que:

> Também nos preocupa a proposta da construção da UHE de Santa Isabel, essa obra se construída afetará o único grande rio brasileiro de nossa região, que ainda não sofreu agressões dos grandes projetos de hidrelétricas. Não aceitamos que aconteça com o Araguaia o mesmo que já aconteceu com o Tocantins. Queremos que o Araguaia não faça parte da lista daqueles rios que já foram destruídos pela ganância empresarial e governamental. Pois a defesa política dessas obras está baseada no discurso do "desenvolvimento" que as mesmas prometem trazer para o Brasil, justificando assim, a sua construção a

> qualquer custo. Mas experiências anteriores provam justamente o contrário, pois os benefícios são para as empresas. Os povos atingidos ficam com os prejuízos e ainda pagam a conta.[14]

Os Apinajé alertavam para o fato de que não deveria acontecer com o rio Araguaia o mesmo que estava acontecendo com o Tocantins. Além dos problemas decorrentes da resistência indígena ao empreendimento, a GESAI encontrou dificuldades com a emissão das licenças ambientais da obra, o que levou o empreendedor a desistir da construção da hidrelétrica.[15] Informalmente, alegava-se que um dos empecilhos à realização da obra estava no alagamento dos sítios arqueológicos dos Martírios e da guerrilha do Araguaia.

Outro empreendimento hidrelétrico que ameaçava impactar diretamente os Apinajé era o projeto da UHE Serra Quebrada. Projetada para ser construída no rio Tocantins, próximo as cidades de Governador Edson Lobão (MA) e Itaguatins (TO), Serra Quebrada pretendia uma potência instalada de 1.328 MW, com a formação de um reservatório de 386 km^2, impactando diversos municípios da região. O empreendimento tinha como empresa responsável a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE).[16] O barramento seria localizado a apenas 30 km da foz do ribeirão Botica, limite nordeste da TI Apinayé. O lago formado impactaria diretamente os Apinajé com a supressão de 15% do território demarcado (figura 57).

Em 2003, quando começou a se falar oficialmente do projeto em Serra Quebrada o IBAMA, em relatório de vistoria, alertou a ELETRONORTE sobre os trâmites legais para a viabilidade do empreendimento. Na Nota Técnica n. 010/2003, o órgão aconselhou: "o aproveitamento hidrelétrico de Serra Quebrada possui restrições ambientais, com interferências em áreas indígenas, necessitando, portanto, de regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal, que dispõe sobre os direitos indígenas, para sua viabilização e posterior integração em futuros programas de licitação". O artigo citado da Constituição versa sobre o usufruto exclusivo às terras indígenas.

Figura 57: Mapa que indica área de alagamento da TI

As manifestações oficiais da instituição responsável pelo licenciamento ambiental não foram suficientes para impedir as investidas do Ministério das Minas e Energia (MME) na tentativa de impor a construção da hidrelétrica. Em visita as obras de construção da UHE Estreito, o então ministro emitiu sua opinião sobre a construção a usina:

> Lobão disse que também espera a conclusão da usina de Serra Quebrada, localizada no município de Imperatriz. Ele lembrou que as obras da usina de Serra Quebrada estão paralisadas há cinco anos, por conta de divergências com o Ibama e alguns poucos indígenas que habitam a área. [...] Lobão destacou ainda que a obra está próxima à ferrovia Norte-Sul e à rodovia Belém-Brasília. A inundação das terras agricultáveis, segundo o senador, será pequena e não exigirá grande remanejamento da população rural que habita a região, além de aumentar a navegabilidade do rio Tocantins.[17]

Em novembro de 2009 foi realizada reunião entre representantes Apinajé e da ELETRONORTE, a pedido desta, na sede da FUNAI em Bra-

sília com o objetivo de obter a autorização dos Apinajé para a realização do estudo prévio para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Nesse debate, os Apinajé rejeitaram os estudos e foram pressionados de diversas formas pelos representantes da ELETRONORTE. Nas falas das lideranças Apinajé, destaca-se a reivindicação da conclusão das negociações de outra barragem que impactou o povo Apinajé. Carlos Tepkryt rejeitou o estudo e comparou ao processo de construção da UHE Estreito, afirmando que "[...] de Estreito foi assim, o estudo era somente para ver se vai ter impacto. Esse estudo é porta, então não queremos estudo sobre Serra Quebrada. Já sofremos com Estreito. Foi através do estudo que tudo aconteceu, o estudo foi o início da obra. O povo Apinajé não aceita estudo".[18] O representante da ELETRONORTE respondeu afirmando que não desistiriam facilmente, destacou que a empresa quer construir Serra Quebrada e tentou convencer os Apinajé apresentando outros programas que envolvem povos indígenas.

> Existe o Programa Paracanã. Esse Programa tem mais de 20 anos. Eram 240 índios, hoje são 750 índios. Eles recebem vacina, recebem educação, produzem semente de mogno com o programa de produção, possuem floresta preservada, fiscalizam a terra eles mesmos. Também existe o Programa dos Waimiri-Atroari. Vocês poderiam fazer uma visita. Perguntem diretamente para eles se gostam ou não.[19]

E sobre os impactos a Terra Indígena, ele acrescenta:

> Aqui pouca terra será alagada. Não precisa sair, nem irão ficar sem água. A usina provoca confusão, principalmente durante a fase de construção que dura aproximadamente cinco anos. Depois disto, ficam somente 100, 200 pessoas para trabalhar na usina. Existe planejamento para compensar tudo isso. Tudo será discutido com vocês. E saibam que o acordo não será para piorar a vida de vocês. Podemos mostrar até onde a água vai. Por tudo isso, vamos precisar de mais conversa e assim sendo todas as dúvidas serão retiradas. O lago de Tucuruí tem um tamanho muito diferente de Serra Quebrada. Serra Quebrada será 10 vezes menor. Podemos mostrar tudo isso para vocês, basta que aceitem o nosso convite para conhecer o Programa Paracanã e Tucuruí. A FUNAI acompanha essa visita, apresentaremos as pessoas para vocês. Nos dias de hoje muitas barragens serão construídas. Estas barragens não são construídas em qualquer lugar. Os estudos servem para garantir o melhor lugar para a construção, neste caso está na Terra Indígena.[20]

Diante da insistente negativa dos Apinajé, o representante da ELETRONORTE afirmou, de forma mais enfática, que "nós vamos insistir, pois queremos fazer a barragem. [...] É em nome do governo que eu trabalho. Governo que foi eleito e reeleito. Vocês estão indo contra a hidrelétrica mais barata, limpa e renovável. A suja é a que tem petróleo. Todos precisamos de energia. Quem tem geladeira aqui? Camiseta? Televisão? Rádio? Celular?". Oscar Apinajé se exaltou: "Não entendeu o que falamos? Não Serra Quebrada! Estamos sofrendo pressão. Insistir é teimar. Vocês estão teimando conosco!". O representante da ELETRONORTE reitera: "Vamos insistir, pois precisamos da energia que será gerada".[21]

A reprodução de parte do diálogo entre indígenas Apinajé e representantes da ELETRONORTE aponta para duas reflexões. A primeira refere-se à menção de dois programas de compensação vinculados à empresa: o programa Paracanã e o Waimiri-Atroari. Em segundo lugar, a referência que os Apinajé fazem ao processo de construção da UHE Estreito e a negociação decorrente. A dimensão paradigmática deste debate remonta ao atropelo dos processos de implementação dos grandes empreendimentos que remetem ao período militar. Silvio Coelho dos Santos percebeu os impactos futuros da implementação de uma política energética nacional que se aflorava em fins da década de 1980. Mais do que isso, ele apontou para as diretrizes que moviam (e ainda movem) a relações entre megaprojetos e povos impactados. Segundo Santos:

> É nessas condições que a convergência de interesses econômicos e ideológicos, assumidos objetivamente por empresas construtoras e consultoras, acabam por tornar certas possibilidades de aproveitamento hidrelétrico em decisões acabadas. Os custos sociais e ambientais são assim minimizados, escamoteados e/ou na melhor das hipóteses, adiados seu enfrentamento para após a implantação das obras da barragem e consequente criação de uma situação inevitável.[22]

Tal como a fala do representante da ELETRONORTE para os indígenas Apinajé, a construção de Serra Quebrada era uma decisão acabada. Em 2011, reunidos na aldeia Patizal, representantes dos povos indígenas impactados pela Usina de Serra Quebrada e de outros movimentos sociais emitiram um documento de repúdio a inúmeras investidas da ELETRO-

NORTE e do governo federal na tentativa de liberar a construção da usina. Em setembro do mesmo ano, na mesma aldeia, reunidos na assembleia geral da PEMPXÀ, os representantes de mais de vinte comunidades Apinajé manifestaram-se diante do MPF solicitando medidas mais enérgicas que garantissem o arquivamento do projeto inconstitucional de construção da usina. As lideranças Apinajé se manifestaram informando que:

> Entendemos que caso a UHE de Serra Quebrada seja construída, a mesma provocará supressão de grande parte de nosso território, que será inundado pelo lago, gerando graves e irreversíveis impactos sociais, econômicos e ambientais, para nosso povo e território. Lembrando que na história do Brasil posterior a Constituição de 1988, nunca um povo indígena foi removido de seu território de ocupação tradicional. Dessa forma esse projeto promete ser um duro e doloroso golpe na Constituição Federal do Brasil, e uma grave violação de direitos indígenas. [...] Percebemos que o que existe é a simples defesa de interesses econômicos e políticos de grupos específicos. Porém acreditamos na construção de uma nação plural e justa, caracterizada pela defesa de nossos direitos originários sobre nossos territórios já demarcados. [...]
> Dessa maneira solicitamos às instituições e órgãos públicos, que doravante não permitam qualquer ação ou projeto que ameace, comprometa e prejudique nossas vidas e nosso futuro. Exigimos que qualquer processo, ação ou medida sobre o projeto da UHE de Serra Quebrada seja paralisado imediatamente, e que seja nos fornecido a garantia que esse projeto não vai sair do papel.[23]

A partir dessa assembleia, o MPF/TO, no âmbito do Inquérito Civil Público instaurado para fiscalizar o licenciamento ambiental de Serra Quebrada, emitiu recomendação ao empreendedor ELETRONORTE, ao IBAMA e à FUNAI para que arquivasse o processo de licenciamento da usina. Conforme Recomendação n. 10/2011, do Ministério Público Federal:

> Considerando que a execução da obra, caso autorizada, representará violação direta aos dispositivos constitucionais transcritos uma vez que a inundação do território indígena ocasionará as seguintes consequências:
> Perda da posse da comunidade indígena sobre parte significativa de seu território, impedindo o usufruto dos recursos naturais nele existentes, violando o parágrafo segundo. Observe-se que a parte eventualmente alagada será aquela situada às margens dos rios, sabidamente mais férteis e onde se situam as matas ciliares, *habitat* natural de fauna e flora;

> A indisponibilidade das terras indígenas, garantida pelo parágrafo quarto, impede qualquer negociação quanto a sua destinação e, ainda, sua permuta por qualquer outra área;
> Segundo informações da comunidade indígena, o alagamento implicará na remoção de três aldeias indígenas de seus locais tradicionais, o que é vedado pelo parágrafo quinto;
> A criação do reservatório constitui ato de ocupação do território indígena, afetado por isso a posse dos índios sobre ela, o que é explicitamente proibido pelo parágrafo sexto. Eventuais atos dessa natureza somente seriam possíveis em caráter excepcional, segundo relevante interesse público da União a ser disciplinado em lei complementar, que ainda não existe;
> Considerando, por fim, que a comunidade indígena Apinajé, reunida em assembleia geral nos dias 25 a 28 de setembro de 2011, na aldeia Patizal, no município de Tocantinópolis, manifestou sua repulsa à construção do empreendimento e solicitou ao Ministério Público Federal a adoção de medidas tendentes a impedir as graves violações da Constituição Federal.[24]

A recomendação emitida pelo MPF/TO sugeriu o arquivamento do processo de licenciamento ambiental e a abstenção à continuação do projeto de construção da UHE Serra Quebrada por parte da ELETRONORTE. Apesar das graves violações constitucionais, como a supressão territorial e o deslocamento de população indígena, o governo federal, através do MME, insistiu na construção da hidrelétrica.

Em evento realizado na cidade de Estreito (MA), em 16 de outubro de 2012, em virtude da (re)inauguração da UHE de Estreito, onde estava presente a então presidenta Dilma Rousseff, o secretário-executivo do MME Márcio Zimmermann afirmou que "a hidrelétrica de Estreito serve de exemplo de desenvolvimento econômico e social. [...] o governo pode usar o mesmo modelo para a construção de três novas usinas na região. [...] Hoje, tenho certeza de que a população torce para quer saia a usina de Santa Isabel, Serra Quebrada". Na ocasião, o governador do estado do Tocantins, Siqueira Campos, pediu à presidenta urgência na construção da Usina de Santa Isabel e de Serra Quebrada.[25] No relatório de avaliação do PAC, publicada em agosto de 2013, Serra Quebrada aparecia com previsão de conclusão até 2020, apesar da recomendação do MPF/TO.

Apesar dessas investidas, a Recomendação do MPF/TO gerou manifestação do IBAMA que, em 11 de novembro de 2011, respondeu ao procurador federal informando que, em decorrência dos impactos diretos aos

Apinajé, a obra ficaria condicionada a manifestação da Advocacia Geral da União (AGU) e da FUNAI.[26] Em 18 de novembro, a FUNAI declarou a nulidade do Termo de Referência, necessário para o licenciamento da obra, que havia sido emitido em dezembro de 2008.[27] A articulação política dos Apinajé, em associação com outras populações afetadas e organizações indigenistas, pressionou os órgãos responsáveis a manifestar-se diante da inconstitucionalidade da supressão de área indígena e da remoção de população. A associação PEMPXÀ assumiu o papel de canalizar as reivindicações diante das ameaças dos grandes empreendimentos.

O arrefecimento temporário das pretensões governamentais de construir Santa Isabel e Serra Quebrada não impediu que os Apinajé sofressem os impactos dos grandes projetos hidrelétricos. Em 2010, houve a inauguração da UHE Estreito, que trouxe impactos aos povos indígenas sobre sua área de influência. A usina localiza-se na cidade de Estreito (MA), no médio curso do rio Tocantins, no local onde as histórias Apinajé descreveram a travessia do rio Tocantins. O reservatório de 590 km^2 impactou diversas cidades ao longo do rio. A usina foi projetada para uma potência instalada de 1.097 MW de energia, à um custo aproximado de 2 bilhões de reais. A UHE está sob a administração do Consórcio Estreito Energia (CESTE), formado pelas empresas Tractebel, Energia Global Internacional South America, Companhia Vale do Rio Doce, Alcoa Aluminium, Billiton Metais e Camargo Corrêa Energia. A obra despertou o interesse destas grandes empresas devido à frequência das chuvas na região, o que permite manter a regularidade na produção de energia. Além disso, é estratégica devido à sua proximidade de reservas de alumínio, ferro e bauxita e das grandes fazendas de monocultura de soja do sul do Maranhão e norte do Tocantins. O processo de licenciamento teve início em 2000 e, em princípio, não incluiu os povos indígenas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA).[28]

Tabela 7: Os empreendimentos e os Apinajé

Tipo	Período	Projeto	INFORMAÇÕES
Linha de Transmissão	1984	Tocantinópolis-Itaguatins (CELG)	Entre os municípios de Tocantinópolis/TO e Itaguatins/TO, paralela à rodovia TO-126, cortando em sentido norte-sul. Construída em 1984 pela CELG. Atualmente em operação e administrada pela CELTINS.
Ferrovia	1982	Estrada de Ferro Carajás (VALE)	Durante a fase de implementação da estrada de ferro Carajás, que liga a mina da Vale ao porto de Itaqui em São Luís/MA. A TI Apinajé foi incluída dentro da área de influência do empreendimento recebendo benefícios do Convênio CVRD/FUNAI (1982-1986), como aquisição de equipamentos agrícolas etc.
	2002	Norte-Sul (VALEC)	A ferrovia Norte-Sul passa na margem direita do rio Tocantins. A TI Apinajé situa-se dentro da área de influência e aparentemente seus impactos foram objetos de estudos por parte da VALEC.
Rodovia	1960	BR-153 (Belém-Brasília):	Trecho do norte de Goiás, concluída na década de 1960, passando a cerca de 30 km do território Apinajé. Incentivou o crescimento populacional no Bico do Papagaio e a disputa de terras na região.
	1970	BR -230 (Transamazônica)	Construção na década de 1970, foi projetada pelo DNIT a sua pavimentação. Os *Krinjobrêire* não aceitaram a proposta do DNIT, que acabou por desviar o traçado pelos municípios de Nazaré, Cachoeirinha.
	1960'	GO-136 (TO-126)	A GO-136 foi, possivelmente, construída na década de 1960. Atravessou o território dos *Côcôjóire*, ligando os municípios de Tocantinópolis-Itaguatins. Em 2013, o governo do estado do Tocantins manifestou interesse em sua pavimentação.
Usina Hidrelétrica	2001	Santa Isabel (Projetada)	Planejada na década de 1970, teve sua concessão emitida em 2001 à GESAI. Os Apinajé rejeitaram o empreendimento. Fica a 50 km da TI e causa aumento da pressão da população não-indígena na TI. No município de Santa Isabel do Araguaia (PA), seu reservatório inundaria importantes sítios arqueológicos. Concessão devolvida à União em 2013.
	2003	Serra Quebrada (Projetada)	Projeto da década de 1970, teve seu processo de licenciamento ambiental iniciado em 2003. Entre os municípios Gov. Edson Lobão (MA) e Itaguatins (TO), fica cerca de 30 km da TI, no rio Tocantins. Seu reservatório alagaria 15% da TI. Por pressão, o procurador federal emitiu, em 2011, uma Recomendação informando a inconstitucionalidade da supressão de área indígena.
	2010	Estreito	Entrou em atividade em 2010. Localizada no município de Estreito (MA), fica a cerca de 30 km da TI. Apesar de desconsiderar inicialmente impacto sobre os povos indígenas, o consórcio indenizou os Apinajé, Krahô, Krikati e Gavião através do que ficou conhecido como "PBA Timbira".

Os trabalhos para a elaboração do EIA/RIMA iniciaram-se em 2001. Inicialmente, a CENEC Engenharia S.A., empresa responsável pelo estudo contratada pelo CESTE, considerou apenas a TI Kraolândia (povo Krahô) como estando presente na área de indireta do empreendimento. A FUNAI, após vistoria, ressaltou que o território Apinajé deveria ser incluído nos estudos de impacto. Pressões oriundas de representantes dos povos Apinajé, Krikati, Gavião e Krahô, apoiados por membros do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e da Associação Wyty-Catë resultaram na inserção dos Krikati e Gavião Pykobjê nos estudos de impacto. O IBAMA ignorou as demandas indígenas e concedeu a Licença de Operação.[29]

Posteriormente, após inúmeras manifestações dos Apinajé e demais populações impactadas, foram revistas diversas diretrizes do programa planejado pelo CESTE. Assim, em 2012 foi assinado o Termo de Compromisso entre CESTE, FUNAI e Associação Indígena Wyty-Catë, que estabelecia as regras do Plano Básico Ambiental (PBA) referente à construção e operação do Aproveitamento Hidrelétrico do Estreito. O PBA tinha como o objetivo compensar financeiramente pelos danos ambientais e sociais e de criar ações de mitigação. Esse PBA previa a instituição de uma agência implementadora de projetos etnoambientais com os recursos de compensação da construção da UHE.

O PBA Timbira se propunha a ser um programa de compensação original, onde o recurso da compensação do empreendimento não seria "distribuído" diretamente as comunidades afetadas. Conforme a cartilha elaborada para as lideranças indígenas:

> Pensando nisso, a ideia do PBA Timbira é inovadora, pois, primeiro, prevê a execução de projetos e recursos através de uma associação indígena (Associação Wyty-Cate dos Povos Timbira), garantindo autonomia; segundo, porque é sustentável, ou seja, prevê a formação de um Fundo com o dinheiro da compensação, que se for bem administrado, nunca será gasto e poderá financiar projetos para as gerações futuras apenas com os rendimentos; e terceiro, porque é um processo participativo, onde todas as decisões são discutidas e aprovadas em reuniões com representação indígena.[30]

O Termo de Compromisso previa o repasse de R$ 15 milhões, divididos em dez parcelas (entre 2010 e 2020) e R$ 1 milhão para a aquisição de

equipamentos de monitoramento e fiscalização. A opção foi pela inovadora proposta de utilização somente dos rendimentos anuais de um fundo formado pelos recursos repassados pelo CESTE. Foi definido, para isso, uma proporcionalidade referente ao tamanho do impacto, numa proporção de 50% para os Apinajé, 30% para os Krahô, 10% para os Krikati e 10% para os Gavião.[31] Houve um debate em torno das vantagens e desvantagens do recurso ficar vinculado à renda indígena, mas foi consenso que o repasse seria feito à agência implementadora. Os equipamentos adquiridos através do montante de R$ 1 milhão seriam patrimoniados pela FUNAI, mas poderiam ser repassados às associações indígenas quando estas o demandassem.

A estrutura de funcionamento do PBA consistia na atuação de um Conselho Gestor, formado por 14 conselheiros: três representantes da FUNAI, quatro representantes do povo Apinajé, três representantes do povo Krahô, dois representantes do povo Krikati e dois representantes do povo Gavião. Este conselho possuía "caráter deliberativo e político, isso significa que é responsável por tomar decisões relacionadas ao PBA Timbira". O Conselho Gestor deveria se reunir semestralmente para aprovar os projetos e prestações de contas apresentados pela Agência Implementadora. O Conselho Gestor também seria responsável por fiscalizar o trabalho da Agência Implementadora. Essa agência era constituída pela Associação Wyty-Cate e desempenhava a função de gerir o PBA Timbira. A aplicação do recurso se dava pela utilização de rendimentos do fundo para a aplicação de pequenos projetos nas aldeias, através das associações indígenas das respectivas terras, no caso Apinajé seria a PEMPXÀ.

> Associações indígenas – responsáveis pela apresentação de projetos das aldeias representadas para Agência Implementadora. As associações serão as proponentes de projetos, isso significa que receberão os recursos para custeio dos projetos na sua conta bancária e deverão atuar principalmente fazendo as compras e pagamentos necessários para a execução dos projetos que enviou, através do trabalho do presidente e tesoureiro.[32]

Nos debates em torno da construção do convênio, foi decidido que toda aldeia tinha direito de apresentar seus projetos através da associação que a representava. Para isso, deveria indicar um responsável pelo projeto que resida na própria comunidade. As decisões sobre qual projeto deveria

ser aprovado em cada ano eram políticas e seriam articuladas entre os caciques e diretores da associação proponente. Os projetos inseriam-se em diversos eixos temáticos: segurança ambiental, segurança territorial, segurança cultural, segurança alimentar e fortalecimento institucional.

Neste programa estava incluída ainda a aquisição de equipamentos no valor de R$ 500 mil para o povo Apinajé e conforme solicitação das comunidades foram adquiridos os equipamentos. Após diversas reuniões ocorridas entre o Conselho Gestor do Programa, a FUNAI e a Associação Wyty-Catë, foi decidido que os equipamentos seriam patrimoniados pela FUNAI como Patrimônio da Renda Indígena e que seriam doados à Associação PEMPXÀ assim que fossem requisitados pela mesma. O objetivo dessa estratégia era permitir a manutenção dos equipamentos, uma vez que a FUNAI disporia de contratos que possibilitassem essa manutenção periódica. Entretanto, inúmeros problemas surgiram após esses equipamentos serem entregues à FUNAI, o que comprometeu a utilização e manutenção dos equipamentos.

A assinatura do convênio entre os povos através das associações indígenas (Apinajé, Krahô, Krikati e Gavião Pykobjê), a FUNAI e a empresa responsável pela construção da UHE gerou intensos debates. Devido às controvérsias sobre a minuta do convênio que seria assinado, a reunião de março de 2012 contou com a presença do MPF. Parte das reivindicações era originária das dúvidas quanto a quem seria responsável pela elaboração e execução dos projetos, sendo que os indígenas defendiam que eles deveriam ser elaborados pelas associações de base, e não pela agência implementadora, garantindo a autonomia das comunidades na execução dos recursos. A minuta inicial apresentada pela FUNAI para a assinatura do convênio trazia uma cláusula de unanimidade para as decisões do conselho. Em caso de não haver consenso caberia a FUNAI decidir. Por razões óbvias, essa cláusula tornava extremamente desproporcional o peso das deliberações, sendo que a FUNAI teria sempre a possibilidade de contrariar a decisão da maioria para ser a única com voz nas decisões.

O procurador federal alertou que isso feria a autonomia indígena. As lideranças se posicionaram pelo fortalecimento do conselho e das decisões dos caciques indiretamente.

> Edimar Apinajé, presidente da Associação Pempxà, informou que serão feitas consultas à comunidade, através do Conselho Deliberativo da Pempxà, formado pelos caciques de todas as aldeias da Terra Indígena Apinajé. Assim, os projetos do povo Apinajé a serem apresentados ao Conselho Gestor do Programa já serão decididos com base nos recursos disponíveis e a partir das prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo da Pempxà.[33]

Divergências quanto à aplicação do recurso entre os Apinajé e a Agência implementadora, representada pela associação Wyty-Catë, levaram os Apinajé a exigir a separação de sua porcentagem do fundo, para a criação de um programa específico, tendo a PEMPXÀ como agência implementadora. Esse processo culminou na criação de um programa de projetos realizados através da aplicação dos rendimentos de um fundo de R$ 7,5 milhões, exclusivo para os Apinajé.[34] Não cabe analisar aqui detalhadamente esse processo, mas é importante destacar que os Apinajé já haviam elaborado uma estratégia para a gerência desse recurso, com o objetivo de enfrentar os violentos conflitos com a população não indígena.

7.2 A crise do cocalinho e a fundação da Pempxà

O contexto de violência da relação entre os Apinajé e os não indígenas que habitam os municípios do entorno da TI permaneceu existindo, mesmo passados duas décadas da demarcação. A violenta relação com os não indígenas levou ao abandono da região noroeste da TI e à restrição ao uso do território reconhecido. Essa região ligada a sub-bacia do rio Araguaia, rica em fauna e flora, estava ligada a territorialidade *Rôrcôjoire* e havia sido reocupada em 1985, durante o processo de demarcação. Mas o século XXI traria novas ameaças aos *Rôrcôjoire*, que culminaram com o desmantelamento das aldeias Cocalinho e Buriti Comprido.

Esse clima de tensão atingiu seu auge em 2007, quando um grupo de homens armados invadiu a aldeia Buriti Comprido para reaver um trator apreendido pelos indígenas. Tudo começou com a promessa do prefeito do município de Cachoeirinha, Messias de Oliveira, de melhoria das estradas e eletrificação de aldeias Cocalinho e Buriti Comprido. O não cumprimento da promessa fez com que os *Rôrcôjoire* da aldeia Cocalinho, em novembro de 2007, apreendessem o trator, alegando que só devolveriam na presença do prefeito. A prefeitura enviou ofício ao MPF/TO infor-

mando o ocorrido e a FUNAI passou a intermediar as negociações para a devolução do trator. Mas antes que isso ocorresse, o prefeito organizou uma ação oferecendo dinheiro a quem se dispusesse a invadir a aldeia para reaver o trator. No dia 15 de dezembro, cinco homens encapuzados e armados, entre eles o motorista e o secretário de Finanças do município, invadiram a aldeia Buriti Comprido atirando, onde os Apinajé das duas aldeias estavam reunidos. A "tresloucada" ação resultou na morte de quatro não indígenas e em dois indígenas feridos a bala. O trator foi levado pelo único sobrevivente, que conseguiu escapar atirando nos Apinajé. No dia seguinte, os moradores das aldeias Buriti Comprido, Cocalinho e Palmeiras abandonaram suas casas com medo de represálias e se refugiaram na aldeia São José. Uma semana depois, servidores da FUNAI encontraram a aldeia Cocalinho incendiada.

TENSÃO ▸ POLÍCIA FEDERAL INVESTIGA CASO; HIPÓTESE É DE REPRESÁLIA PELAS MORTES OCORRIDAS EM RESERVA NO DIA 15

Aldeia apinajé é incendiada no Norte

JOSELITA MATOS
Araguaína - Correspondente

A aldeia Cocalinho, situada na Reserva Apinajé, na região do município de São Bento do Tocantins, a 548 quilômetros de Palmas, Extremo Norte do Estado, foi incendiada. As casas foram queimadas na última segunda-feira, mas a Polícia Federal (PF) só foi informada do ocorrido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) na madrugada de terça-feira. Até ontem, o local ainda não havia passado pela perícia.

A PF investiga a ação, mas por enquanto não sabe quantas pessoas teriam entrado no local e por qual motivo. Há hipótese é de represália pelas mortes ocorridas na aldeia Buriti Comprido, no último dia 15. Na aldeia Cocalinho não havia nenhum índio, pois todos tinham sido transferidos para outro local, por medida de segurança, após o massacre que deixou quatro mortos.

A PF tinha marcado para esta semana os depoimentos dos indígenas, que falariam sobre as mortes na aldeia Buriti Comprido, mas devido ao incêndio ocorrido na outra aldeia, foram suspensos. De acordo com a Polícia Federal, a Funai teme outras represálias e por motivo de segurança não quer que os índios sejam ouvidos em Araguaína. A PF pediu reforço para que sejam feitos os depoimentos dos indígenas.

Ontem à tarde, o administrador regional da Funai, Cleso Fernandes, se reuniu com o procurador da Funai, Luzmar Soares Filho, para fazer um levantamento da situação dos índios apinajé envolvidos nessa questão.

MPF

O Ministério Público Federal (MPF) tinha pedido apoio das Forças Armadas para garantir a segurança na região da reserva apinajé. O **Jornal do Tocantins** procurou a assessoria do órgão para saber se havia confirmação por parte das Forças Armadas, mas não conseguiu obter informações.

Entenda o caso

Os secretários da Agricultura e de Finanças do município de Cachoeirinha, Walfredo Rodrigues da Silva, 32 anos, e Jonas Pereira dos Santos, 29, respectivamente, Gutierre Leônidas de Sousa, 24, de Cachoeirinha, e Silveira Cordeiro da Silva, 35, de São Bento do Tocantins, foram mortos a pauladas na aldeia Buriti Comprido, na Reserva Apinajé, a cerca de 11 quilômetros de São Bento do Tocantins, a 548 quilômetros de Palmas, Extremo Norte do Estado, há cerca de 15 dias. Segundo os indígenas, as vítimas entraram na aldeia para recuperar um trator da cidade de Cachoeirinha que havia sido apreendido. Os índios reivindicavam a construção de estradas e a instalação de energia elétrica nas aldeias da região.

Figura 58: *Jornal do Tocantins*, 27 de dezembro de 2007

A partir daquele momento, os Apinajé tiveram que abandonar à região noroeste da TI, devido as ameaças dos vizinho não indígenas. O episódio trouxe muitos traumas de ambos os lados. Os Apinajé não mais utilizavam essa área da terra com medo e os moradores de Cachoeirinha, revoltados, ameaçavam vingança. Na assembleia da PEMPXÀ em setembro de 2011, os Apinajé reivindicaram junto aos órgãos federais que fossem:

> tomadas medidas pelo MJ, FUNAI, MPF e PF com relação às ameaças e constrangimentos que estamos sofrendo por parte dos moradores da cidade de Cachoeirinha/TO. Estamos passando por transtornos, medo e impedidos de circular e viver (trabalhar na roça, caçar, pescar e morar) dentro de nossas próprias terras já demarcadas.[35]

Atendendo à demanda dos Apinajé, em outubro de 2011, o MPF instaurou um inquérito civil com o objetivo de "resolver o problema de ocupação territorial, ameaças e constrangimentos sofridos pela comunidade indígena Apinajé", devido ao "conflito violento ocorrido em dezembro de 2007, na aldeia Buriti Comprido". O MPF/TO designou audiência pública a ser realizada em Cachoeirinha, para o qual deveriam ser convidados autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário do município, além de outros órgãos federais como IBAMA e FUNAI.[36] Participei da audiência na condição de servidor da CTL, e pude constatar o forte ressentimento da população municipal. A audiência pretendia "comunicar" o retorno dos Apinajé ao seu território demarcado. Mesmo em frente a autoridades policiais e judiciais, os habitantes da cidade recusavam-se a aceitar o retorno dos Apinajé e proferiam ameaças de toda ordem.

Figura 59: Placa federal perfurada de tiros no limite da TI[37]

Em 2013, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em 2ª estância, condenou o município de Cachoeirinha ao pagamento de indenização decorrente do incêndio da aldeia Cocalinho e por danos morais decorrentes do abandono do território ancestral, fundamental para a sobrevivência do grupo. A responsabilização civil de servidores municipais no episódio foi vista como ação do próprio Estado, que culminou na morte dos quatro invasores e na destruição da aldeia Cocalinho. Conforme resumo voto da relatora:

> 1. Em exame apelação interposta contra sentença que julgou improcedente pedido de indenização por danos morais e materiais a ser paga pelo Município de Cachoeirinha/TO aos indígenas da comunidade Apinajé 2. Conflito ocorrido em 15 de dezembro de 2007 entre indígenas da comunidade indígena Apinajé e cinco cidadãos (sendo dois agentes públicos do Município de Cachoeirinha/TO) culminou com a morte de quatro não índios e posterior destruição – oito dias depois, por incêndio – da aldeia Cocalinho, (com 24 anos de existência, população de 90 habitantes em 11 casas), localizada na Reserva Indígena Apinajé, situada no referido município. 3. Os documentos

acostados aos autos revelam que não há como dissociar a destruição da aldeia das condutas comissiva e omissiva do então prefeito do município. Sua conduta comissiva consistiu em, sem autorização da FUNAI, adentrar na aldeia, fazer promessas aos indígenas e, em seguida, não cumpri-las, gerando, por consequência, conflito entre indígenas e não indígenas. 4. Mais grave ainda, sua conduta omissiva consistiu em não impedir a tresloucada ação de resgate de trator retido pelos índios, uma vez que restou sobejamente comprovado nos autos que o motorista da prefeitura e amigo do alcaide, em seu nome organizou a ação (oferecendo dinheiro e emprestando um veículo e armas) e aliciou os outros integrantes do grupo (dentre eles o Secretário de Finanças do Município de Cachoeirinha/TO). 5. Da conduta inicial organizada por um servidor da prefeitura e perpetrada por cinco cidadãos do município (sendo um secretário municipal) – adentrar na aldeia atirando para reaver o trator – derivam todos os acontecimentos que poucos dias depois culminaram na destruição da aldeia Cocalinho por um incêndio criminoso. 6. A responsabilidade civil da Administração Pública é objetiva, na medida em que prescinde da demonstração de culpa ou dolo do ente estatal. Para sua configuração deve estar evidenciada a conduta da administração, o dano e o nexo de causalidade. Provados os três elementos, deve o Estado indenizar. 7. O nexo de causalidade, na espécie, encontra-se suficientemente demonstrado não se afigurando necessária a individualização dos agentes que provocaram o incêndio na aldeia. O incêndio consistiu na óbvia e rápida consequência da ação levada a efeito pelos servidores do município no resgate do trator retido pelos índios. 8. Houve evidente depauperação da condição social da comunidade Apinajé como decorrência do incêndio da aldeia de Cocalinho e da fuga em massa dos índios para aldeia São José, a mais distante do foco do conflito. Cabível a condenação em danos morais, que decorrem do sofrimento e da angústia da comunidade indígena decorrente da destruição de sua aldeia, aptos a configurar o dever de indenizar. 9. Os danos materiais indubitáveis e consistiram na total destruição de uma aldeia composta por onze casas onde residiam noventa índios, bem como de suas plantações e objetos de uso pessoal. Deverão ser apurados em sede de liquidação do julgado por arbitramento mediante nomeação de perito que deverá aferir o valor das casas e das plantações destruídas. 10. Apelação do Ministério Público Federal parcialmente provida.[38]

A "evidente depauperação da condição social" dos *Rôrcôjoire* foi consequência direta do conflito. A desagregação das aldeias Cocalinho e Buriti Comprido fez com que seus habitantes tivessem novamente estabelecer novos vínculos fora de seu território ancestral. Como apontou relatório da FUNAI, a evacuação das aldeias ocorreu em dezembro, quando as ro-

ças já estavam plantadas. Quando estas famílias se realocaram na aldeia São José não possuíam roças que lhes garantissem sua subsistência.

> [...] passaram um ano de muita fome, pois já havia passado o período de plantio das roças. Nesse sentido, a população dessas aldeias não tinha o produto das roças, não tinha possibilidade de comercialização de excedentes, tampouco de produtos da atividade extrativista realizada em sua região de origem, assim como não tinha mais a renda decorrente dos contratos na área de educação e de saúde. Tendo que depender durante todo o ano de 2008 do suporte de outras famílias da Aldeia São José, passaram um ano de muita privação e de fome de modo que, podemos constatar que o conflito teve impacto direto na segurança alimentar desse grupo.[39]

Com os ribeirões São Martinho, São Bento e dos Caboclos que desaguam no rio Araguaia, a região noroeste da TI é uma área de grande diversidade biológica. Ela possui concentrações de bacuri, muito requisitados nos mercados locais e regionais para a produção de polpa. Muitos não indígenas invadem a TI para coletar o fruto. "Além do bacuri, eram produtos do extrativismo a bacaba, buritirana, o pequi e o buriti, que eram consumidos pela comunidade e também vendidos nas cidades vizinhas", e apresenta também a incidência de uma espécie de uso medicinal: a fava danta.

> As condições ambientais da região possibilitavam ainda uma maior produtividade das roças. O excedente produzido, juntamente com os produtos derivados do extrativismo, a farinha e as ervas medicinais eram comercializados principalmente no município de São Bento, de modo que o recurso obtido era uma fonte de renda para as famílias, para aquisição de produtos que não eram produzidos diretamente por elas. [...] A região onde estavam localizadas as Aldeias Buriti Comprido e Cocalinho apresentavam uma abundância maior de caça e de peixes, devido a condições ambientais e também porque era uma região com menor densidade populacional. Os ribeirões São Martinho e Ribeirão dos Caboclos eram bastante utilizados para a prática da pesca.[40]

O abandono dessa região trouxe impactos para a população *Rôrcôjoire*. Até meados do século XIX, estes possuíam aldeias que atravessavam o rio Araguaia, possuindo grande concentração de aldeias nessa região. A pressão exercida pelas frentes de expansão levou ao abandono do Araguaia. Em 1943, a reduzida população da aldeia Cocal teve que abandonar

a região devido ao envenenamento de suas águas. Eles somente retornaram para fundar a aldeia Cocalinho em 1985 e a aldeia Buriti Comprido em 2000. O conflito dos *Rôrcôjoire* com as autoridades municipais de Cachoeirinha provocou, novamente, um esvaziamento do noroeste da TI, gerou um sentimento de insegurança e tolheu a plena ocupação e uso do território, tornando este local "extremamente vulnerável à entrada de não indígenas, que praticam diversas atividades ilícitas no local, como a retirada de madeira, caça e pesca ilegais".[41] No final de 2017, dez anos após o conflito, os *Rôrcôjoire* refundaram a aldeia do Cocalinho, demonstrando que não se intimidaram com as ameaças. No entanto, a situação de insegurança e vulnerabilidade permanecia.[42]

Este contexto conflituoso e a pressão dos empreendimentos instaurados, em construção ou projetados, levaram os Apinajé a buscar novas estratégias de enfrentamento frente a estas ameaças. As rivalidades dos distintos subgrupos Apinajé foram postas de lado para a criação de uma associação que trazia em seu nome a ideia de "união das aldeias". A Associação União das Aldeias Apinajé, chamada de PEMPXÀ foi criada em 2008 e, por divergências internas, teve uma nova diretoria empossada em setembro de 2009, no local onde ficava a antiga aldeia Gato Preto. PEMPXÀ significa "o lugar onde vive o guerreiro". A associação foi constituída como forma de lidar com os problemas contemporâneos enfrentados pelos Apinajé. Essa pressão sobre o território demarcado dava-se pela invasão de caçadores e coletores, pela extração ilegal de madeira e pela incursão de rebanhos de gado no interior da TI. Os grandes empreendimentos, além dos impactos diretos, proporcionavam o crescimento populacional das cidades do entorno, com trabalhadores que migravam para região para trabalhar no canteiro de obras, mas ao final acabavam por ter que encontrar outros meios de se estabelecer na região. Esse fenômeno potencializou a invasão da TI e levou os Apinajé a buscarem outra forma para lidar com esses problemas. Conforme documento final da 2ª assembleia:

> Diante dessa realidade, a Associação *PEMPXÀ,* preocupada com a Proteção do Território e com a segurança das comunidades e das pessoas da etnia Apinajé, assumiu esse grande desafio de articular e unir as aldeias, para proteger e defender esse patrimônio ancestral, que foi morada dos antepassados e continuará sendo o lugar das presentes e futuras gerações.[43]

Em setembro de 2011, estive envolvido na organização da 2ª assembleia geral da PEMPXÀ, que reuniu *pahis* de todas as aldeias existentes naquele momento. Além da eleição de uma nova diretoria, a assembleia tinha por pressuposto discutir os diversos problemas relacionados à integridade territorial dos Apinajé.

Figura 60: Oscar *Wahmẽ* discursa para as lideranças Apinajé[44]

Foram convidados representantes de diversos órgãos estatais e da sociedade civil, com o objetivo de cobrar ações efetivas para os problemas que afetavam os Apinajé. No documento final da assembleia, os Apinajé manifestaram que:

> No momento esse território, (mesmo demarcado) está sendo cada vez mais pressionado e explorado pela população não indígena que vivem nestas cidades e povoados do entorno, que invadem a terra indígena para coletar frutas nativas, explorar madeira, caçar, pescar, colocar gado e roças, especialmente nos limites noroestes da TI, próximo às aldeias (desativadas) Cocalinho e Buriti Cumprido e região do Pontal. E os locais às margens do rio Tocantins próximos as aldeias Barra do Dia, Botica e Riachinho, alvo de caçadores, pescadores e outros invasores, oriundos do estado do Maranhão, que atravessam o rio Tocantins e invadem o território indígena, para plantar maconha, caçar, pescar, e praticar outras irregularidades.[45]

As ameaças à integridade territorial Apinajé dominaram os debates da assembleia. Além das reclamações de invasões rotineiras da TI, havia ainda o debate em torno do impacto dos grandes empreendimentos, planejados ou em execução, que afetariam os Apinajé. O conselho de lideranças deliberou pela construção de uma aldeia no centro do território com a finalidade de abrigar a sede da PEMPXÀ. Essa discussão havia sido acordada na elaboração do Plano de Proteção, feito em 2008, como veremos.

Em 2012, *Nhirò* (Creuza) e suas filhas fundaram no centro do território Apinajé, às margens do ribeirão Botica, uma aldeia formada quase que exclusivamente por mulheres. Sua criação foi decidida mediante consulta ao que os Apinajé chamam de "conselho" da associação, formado pelos caciques de todas as aldeias. Após dias debatendo, o local da antiga aldeia Gato Preto foi rejeitado pelo histórico de mortes ocorridas naquela área. Assim, foi decidido pela fixação da aldeia em local próximo à antiga ocupação e que deveria se chamar PEMPXÀ.

Figura 61: Aldeia *Irepxi*, onde foi construída a sede da associação PEMPXÀ[46]

No entanto, Creuza, filha de Maria Barbosa, contrariou o conselho e batizou a aldeia com o nome de sua mãe, *Irepxi*, como reconhecimento na sua luta pela demarcação. Alguns caciques ficaram contrariados, mas

por fim todos concordaram com a nomeação. A construção da sede da PEMPXÀ tinha por objetivo o estabelecimento de uma base para ações de formação e de monitoramento da TI. As estratégias adotadas pelos Apinajé passavam pela organização de um plano de proteção, onde a Associação PEMPXÀ possuía um papel primordial.

No documento final da assembleia, os Apinajé alardeavam a preocupação com os projetos de desenvolvimento planejados pelo Estado brasileiro, que ameaçavam impactar o seu território. Diz o documento que:

> Cada vez mais estamos sendo "encurralados", cercados e pressionados pelos chamados grandes projetos de "desenvolvimento", a ganância das grandes empresas transformou nosso território Apinajé, na TI mais impactada do Brasil. São os grandes empreendimentos, construídos de maneira ilegal e sem Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA), exemplos; Ferrovia Norte-Sul, monoculturas de eucaliptos, asfaltos, linhas de transmissão e hidrelétricas. Depois da construção da UHE Estreito, nosso território vem sofrendo mais invasões de madeireiros, caçadores e pescadores, e até agora as questões da compensação com a FUNAI/CESTE não foram resolvidas. Vivemos preocupados também com as constantes ameaças de construção de mais (02) duas grandes hidrelétricas projetadas aqui na região; Santa Isabel e Serra Quebrada.[47]

Relevante considerar a percepção de que a Terra Indígena se constituiu uma das "mais impactadas do Brasil". A região de ocupação tradicional Apinajé caracterizou-se por ser uma zona de confluência de projetos econômicos de Estado, chamado de "corredor do desenvolvimento norte-sul". Localizadas a poucas dezenas de quilômetros da Terra Indígena está a interseção das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e ferrovia Norte-Sul, além da usina hidrelétrica do Estreito, mostrando o quanto é emblemática a pressão dos projetos econômicos sobre o seu território. Estes projetos desenvolvimentistas, inseridos em um novo ciclo, traziam novos desafios na busca pela integridade territorial Apinajé. No entanto, analisados em seu conjunto, colocavam os Apinajé como um dos povos indígenas mais afetados por empreendimentos no Brasil, legando ao povo um enorme passivo ambiental.

7.3 Os conflitos socioambientais e a revisão dos limites

O fortalecimento da associação PEMPXÀ passava pela adoção de uma estratégia que visava o estabelecimento de um sistema de proteção territorial para fazer frente as ameaças trazidas pelos grandes empreendimentos, através do uso dos recursos da compensação dos impactos destes projetos. Além disso, se constituía como um plano estratégico de proteção e pacificação, tendo em vista os conflitos recentes com a população não indígena. Para tanto, foi planejada pela FUNAI a elaboração de um Plano Permanente de Proteção e Controle Territorial, entre setembro e outubro de 2008. Conforme os *pahis* Apinajé, o Plano visava:

> Minimizar os impactos decorrentes da pressão que sofreremos com a construção da UHE de Estreito devido ao grande aumento de pessoas que terão "negócios" na região e a pressão que isso representa para nosso povo, além das atividades predatórias dos recursos naturais da flora, fauna e hídricos do entorno da terra indígena. Precisamos formar recursos humanos indígenas e nos organizar para: lidar com estrutura administrativa e financeira; obter recursos materiais, tecnológicos e logísticos; e, nos capacitar para exercer atividades que contemplem nossa segurança alimentar, cultural e territorial.[48]

Como objetivos específicos, o plano visava sobretudo a) estruturar a associação PEMPXÀ, através da construção de uma sede no centro da TI; b) estruturar uma Coordenação de Segurança e Proteção Territorial, para a realização de ações de monitoramento indígena do território; c) realizar cursos de formação de Agentes de Segurança e Proteção Territorial, para a realização de ações de educação ambiental.

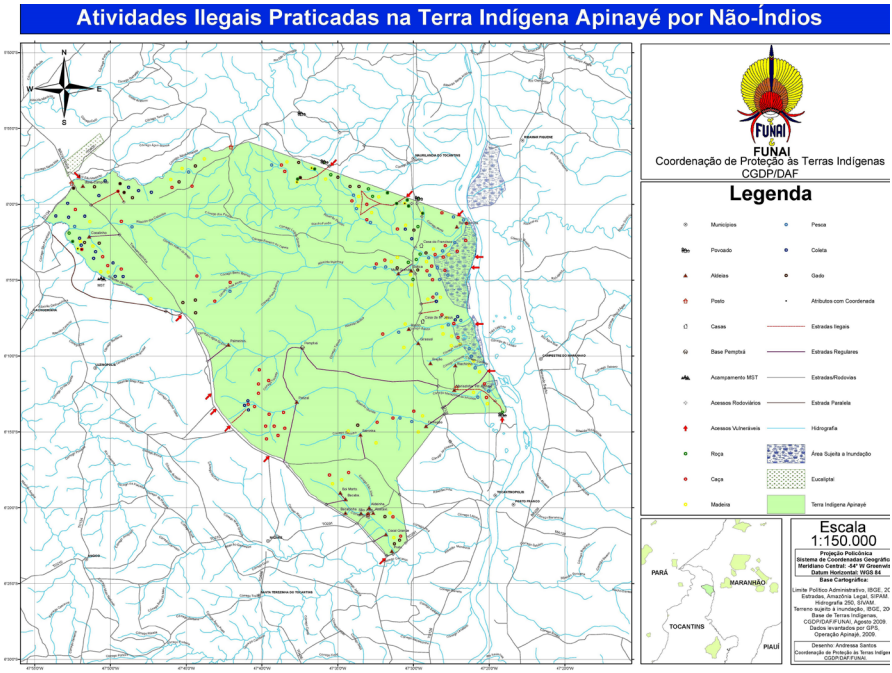


Figura 62: Mapa elaborado no âmbito do Plano Permanente.

Dessa forma, através da aplicação do recurso da compensação da Usina Hidrelétrica do Estreito, o plano visava minimizar os impactos decorrentes da pressão que sofriam os Apinajé com a construção da usina, devido ao grande aumento de pessoas que se deslocaram para a região e faziam ações predatórias dos recursos da flora, fauna e hídricos no entorno da Terra Indígena. O plano também realizou um levantamento detalhado dos ilícitos praticados pela ação de não indígenas no interior da TI, entre eles, caça, pesca, coleta, extração de madeira, roças de não indígenas e invasão de rebanhos bovinos.

Através deste Plano Permanente de Proteção, entre os anos de 2012 e 2015, planejamos e executamos uma série de ação de fiscalização, monitoramento e proteção da TI, com o auxílio dos "vigilantes" Apinajé. As ações de fiscalização e monitoramento realizadas na FUNAI permitiram observar os delitos ambientais e violações do uso exclusivo da TI pelos Apinajé. Essas ações de invasores variavam desde pequenos delitos até intervenções mais contundentes, como plantações de eucalipto e carvoarias, ambas atividades ligadas ao desmatamento da vegetação de cerrado.

Esses planos eram orientados também pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), regulamentada pelo Decreto n. 7.747, de 5 de julho de 2012. A PNGATI tinha como objetivo fortalecer a autonomia indígena na gestão de seus territórios através da elaboração do Plano de Gestão de Terras Indígenas (PGTA). Entre as diretrizes da PNGATI estavam o reconhecimento às crenças, usos e costumes de cada povo, de suas organizações sociais e políticas, das mulheres indígenas e seus conhecimentos e práticas, do direito a consulta livre, prévia e informada e uma valorização de suas formas próprias de manejo do ambiente e de seu território. Em 2012, durante a realização do Rio+20, os povos Timbira (os Apinajé estavam incluídos entre eles) apresentaram seu PGTA,[49] elaborado pela Associação Wyty-Catë e pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Percebe-se, assim, que as estratégias de gestão dos territórios indígenas estavam em evidência naquele momento.

Figura 63: Ação de monitoramento indígena na antiga aldeia Gato Preto[50]

As ações de monitoramento e fiscalização baseavam-se em dois aspectos principais: a) operações de fiscalização, com apoio de forças policiais, para coibir atividades ilícitas na TI e em seu entorno; e b) ações de

vigilância indígena voltadas para atividades de caça, pesca e coleta, promovendo a ocupação indígena do território. As atividades de "vigilância indígena" estavam em consonância com as diretrizes pensadas pelo Plano Permanente de Proteção e visavam financiar expedições de caça, pesca e coleta em áreas críticas e limítrofes da TI, procurando promover um efetivo usufruto dos recursos naturais do território. A chegada dos equipamentos e dos recursos oriundos do chamado "PBA Timbira" permitiram a realização de diversas dessas incursões. A ocupação do seu território levou, inevitavelmente, ao contato entre os Apinajé e os invasores da TI. Nas considerações sobre estas ações enviadas pela PEMPXÀ, destacam como procediam nestas situações:

> Ficou acertado também, que todos os equipamentos apreendidos pela Equipe Indígena de Vigilância, não serão negociadas e nem devolvidas aos invasores, pelas seguintes razões:
> 1) Todos os moradores circunvizinhos são informados e são sabedores da existência desta Área Indígena.
> 2) Alguns são reincidentes e teimam em continuar invadindo, mesmo já tento sidos flagrados, pescando ou caçando na área indígena, outras vezes.
> 3) Portanto ao invadir a área, esses indivíduos assumem por conta própria os riscos e as responsabilidades; inclusive sabendo que correm os riscos de perderem seus equipamentos e gerar conflitos com as comunidades indígenas.
> 4) As comunidades indígenas nunca são ressarcidas pelas madeiras, caças, peixes e outros recursos que são retirados, roubados e subtraídos do território Apinajé.
> 5) Qualquer pessoa flagrada dentro da área indígena, sem autorização, e praticando alguma atividade suspeita; poderá também ser presa pela Polícia Ambiental, FUNAI e IBAMA, conduzida a delegacia e responder criminalmente pelos seus atos. Portanto estão sujeitas as penalidades das leis em vigor.
> Apesar das dificuldades e desencontros, todos da equipe avaliaram como proveitosa e positiva essa etapa da Vigilância Indígena e aguardamos para breve novas etapas. E nossa mobilização dentro do território, causou grande repercussão e inquietação em toda região limítrofe da TI. Motivados entendemos que precisamos intensificar essas ações, atuando de maneira permanente e articulada com os órgãos públicos. Porém precisamos de mais suporte e transportes adequados; terrestres e fluvial, (viaturas 4x4, motos e lanchas rápidas) comunicação, equipamentos fotográficos e de informática. Qualificação e preparação dos membros das Equipes Indígenas.[51]

Figura 64: Ação de vigilância indígena intercepta invasor da TI

De fato, as ações de vigilância indígena causaram repercussão no entorno da TI. Em contatos esporádicos com invasores, equipamentos, como motosserras, barcos e redes, foram apreendidos. Por vezes, um gado de rebanhos colocados por proprietários vizinhos a TI era abatido. Porém, além de coibir a ação de invasores, as incursões indígenas pelo território tinham outra finalidade. Conforme, relatório de vigilância:

> As andanças e incursões no território são necessárias para que a Equipe de Monitoramento e Vigilância também possa conhecer de perto os ribeirões, os campos e as matas dessa região, patrimônio ancestral do Povo Apinajé. Nessa perspectiva a Equipe de Monitoramento composta por homens e mulheres na faixa etária entre 18 a 35 anos percorreram os mesmos itinerários feitos por nossos antepassados que antigamente caminhavam por essa mesma região com a finalidade de buscar a caça, o pescado, as frutas, remédios e expulsar os invasores e intrusos (kupẽ) não-índios que adentravam o território com intenção de roubar os recursos naturais.[52]

O monitoramento do território trazia elementos que remetiam à territorialidade ancestral Apinajé e permitia aos mais jovens uma reco-

nexão com esse território através destas expedições. Por outro lado, a partir de ações promovidas pela FUNAI, com o apoio da Polícia Militar Ambiental, operações de fiscalização foram realizadas com o objetivo de coibir ilícitos, conscientizar moradores do entorno da TI. Estas ações foram planejadas para cobrir três diferentes regiões da TI: a região leste, representada pela fronteira do rio Tocantins, onde a invasão ocorria por não indígenas que adentravam a TI em barcos para caçar e pescar; a região norte-noroeste, caracterizada por um limite de linha seca e pelas áreas das aldeias Cocalinho e Buriti Comprido; e, por fim, a região leste-sul da fronteira TI, onde está localizada as áreas reivindicadas do ribeirão Gameleira.

Na região norte e noroeste, além da ocorrência de pequenos ilícitos de coletores e caçadores, abriam-se novas frentes de pressão sobre o território Apinajé. A instalação de uma fábrica da Suzano Celulose, em Imperatriz (MA) e de siderúrgicas da Companhia Vale do Rio Doce no Pará levaram a um aumento na demanda por carvão e celulose, provocando uma corrida na região para devastar o cerrado com a instalação de carvoarias e posteriormente,plantações de eucalipto. No limite noroeste da TI existem grandes plantações de eucalipto, que impactam diretamente os ribeirões São Martinho e São Bento.

A partir de denúncias realizadas pelos Apinajé de que estaria havendo um enorme desmatamento nas áreas reivindicadas por eles,[53] foram realizadas operações de fiscalização na região leste da TI, onde foram localizadas duas carvoarias instaladas.

Figura 65: Carvoarias instaladas na região leste da TI

Como já anunciaram em 1985, após a frustração da retirada das áreas do Gameleira da demarcação, os Apinajé não desistiriam desse território essencial à sua sobrevivência. Com base na legislação federal, que permitia a FUNAI realizar ações mesmo em áreas ainda não demarcadas, constantemente percorríamos as propriedades do entorno para averiguar possíveis danos ambientais ao território ainda não demarcado.

Novamente, após denúncias dos Apinajé em 2014, em uma operação de vigilância em uma propriedade rural localizada às margens do antigo traçado da BR-230 (Transamazônica), nos limites da TI, verificou-se que estava ocorrendo um grande desmatamento irregular.

Figura 66: Ação de fiscalização no entorno da TI para verificar desmatamento ilegal[54]

As denúncias eram procedentes. Tratava-se de duas fazendas, ambas conhecidas pelo nome de Góis. No local foram apresentadas autorizações de exploração florestal emitidas pelo Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, assim como o Certificado do Cadastro Ambiental Rural. Trabalhadores que estavam no local afirmaram que o desmatamento tinha como objetivo o plantio de eucalipto. No mesmo dia foi encaminhado solicitação de embargo da licença do NATURATINS. As pressões exercidas pelo órgão indigenista não foram suficientes para paralisar as atividades na propriedade. Assim, em dezembro de 2014 as lideranças Apinajé se reuniram na aldeia São José para debater medidas para combater o desmatamento na região do Gameleira. A associação PEMPXÀ, que já havia encaminhado ofício ao NATURATINS, MPF/TO e FUNAI, emitiu nota pública no dia 30 de dezembro de 2014, dando prazo de quinze dias para o embargo das atividades de desmatamento. Conforme manifestação, os Apinajé exigiam:

> *a)* Imediata presença das autoridades representantes do IBAMA, FUNAI, MPF-AGA e do NATURATINS principais órgãos responsáveis e envolvidas nos processos de licenciamentos de empreendimentos que estão ameaçando afetando a Terra Apinajé;

b) A cassação e anulação das licenças ambientais que foram emitidas de forma irregular pelo NATURATINS em favor das empresas (e/de pessoas) para desmatar parte de nossa área reivindicada, e o embargo definitivo dessas atividades;
c) Que o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS seja desautorizado e impedido de emitir novas licenças ambientais para desmatar essas áreas próximas a nossa terra e aldeias;
d) Pedimos urgência da Fundação Nacional do Índio-FUNAI/BSB e CRAT de Palmas, na reabertura e retomada do processo de demarcação e regularização fundiária da área Apinajé II, (Gameleira) que não foi incluída na demarcação ocorrida em 1985;
e) Solicitamos urgência da Fundação Nacional do Índio-FUNAI/BSB e CRAT de PALMAS/TO, na efetivação das Ações Emergenciais de Fiscalização e Proteção Territorial da Terra Apinajé.[55]

Como não receberam respostas satisfatórias aos ofícios encaminhados, no dia 15 de janeiro de 2015, os indígenas Apinajé decidiram pelo bloqueio da TO-210, no trevo com o antigo traçado da BR-230 (Transamazônica), para pressionar os órgãos competentes sobre o desmatamento da área do entorno da TI. Os Apinajé solicitavam ainda a retomada do processo de regularização fundiária da TI Apinayé II.

Figura 67: Interdição na TO-210 contra desmatamento na área reivindicada[56]

Prontamente, a FUNAI recorreu ao MPF/TO para intermediar as negociações junto ao NATURATINS para o embargo das licenças. A procuradora emitiu recomendação as órgão licenciador para que não emitisse nenhuma licença no entorno de área indígena sem a devida consulta a FUNAI. Em fevereiro, realizou-se um Audiência Pública com participação do MPF/TO, FUNAI, NATURATINS, e representantes indígenas Apinajé e Krahô, para debater essas questões.

Figura 68: Interrupção da TO-210, em 15 de janeiro de 2015[57]

As questões envolvendo as licenças ambientais nas áreas reivindicadas pelos Apinajé permanecem sem solução.[58] No entanto, essa mobilização reacendeu o debate em torno do processo de demarcação da área Apinajé II, que havia sido estabelecida em 1994.

O MPF/TO intimou recentemente a FUNAI para dar prosseguimento ao procedimento demarcatório, paralisado há mais de duas décadas. As

pressões de fazendeiros abastados, assim como no passado, seguem exercendo influência nas questões fundiárias que envolvem o povo Apinajé. As terras do Gameleira, imprescindíveis à sua sobrevivência, seguem sobre a pressão dos empreendimentos agropastoris que desmatam o cerrado e ameaçam o ecossistema e as comunidades Apinajé.

Esse cenário de intensa pressão sobre o território, oriundo de pequenos e grandes empreendimentos, levou os Apinajé a uma reorganização de suas formas de luta. Esta nova estratégia se constituiu na criação de uma instância organizativa que representasse uma "unidade Apinajé". A União das Aldeias canalizou as demandas da gestão de recursos decorrentes destes projetos e procurou organizar a gestão ambiental e territorial do território Apinajé demarcado. Estas problemáticas remetem aos desafios enfrentados pelos povos indígenas na contemporaneidade e às persistências dos padrões de conflito e de restrição das territorialidades indígenas. Mas a resiliência da sociedade Apinajé parece, constantemente, encontrar formas de enfrentar os desafios na luta pela manutenção de seu território ancestral.

Considerações finais

O percurso que nos trouxe até aqui partiu do anseio de analisar uma história indígena em uma perspectiva temporal longa. O território, em suas dimensões materiais e imateriais, constitui o veículo que conduz o olhar na diacronia, consubstanciando duas dimensões inseparáveis: espaço e tempo. As concepções de território dos povos indígenas diferem daquelas trazidas pela sociedade não indígena, e na interação entre essas duas visões se desenrolam os processos históricos. Esta história apresenta processos de mobilidade nas migrações, ocupações e reocupações, nos conflitos e interações entre distintos povos. E isso nos leva a relativizar às próprias noções de etnicidade.

Nas distintas formas de analisar as interações surgem os diferentes ritmos em que operam as "dialéticas das durações". Braudel reivindica ao historiador uma mudança de atitude frente ao estudo das velocidades que o tempo pode assumir. Assim, a construção de uma história indígena de longa duração ou profunda não significa a procura por uma visão totalizadora da realidade. De outra forma, ela concentra-se em um olhar particular, limitado pelos arbítrios do etno-historiador no uso das fontes disponíveis e das velocidades do tempo. Eleger o território como objeto de análise em perspectiva diacrônica representa uma escolha frente ao processo de construção da narrativa histórica que busca responder à complexificação das fontes no contexto da história global no século XXI. A construção de uma história indígena de longa duração é, desta forma, um processo eminentemente transdisciplinar e, portanto, necessita ser construído de maneira coletiva. Dadas às características desta pesquisa, essa interação interdisciplinar se deu pelo uso de distintas fontes etno-histó-

ricas e pela revisão bibliográfica relevante, objetivando observar aspectos específicos do povo Apinajé.

Assim, parti da premissa de que a proposta de história Apinajé de longa duração é parcial e subjetiva, ancorada em uma perspectiva conceitual que procura articular as possibilidades distintas de análise, sem, no entanto, pretender caracterizar-se enquanto uma história totalizante. Além disso, a profissionalização acadêmica cada vez maior dos próprios Apinajé propicia a emergência de perspectivas próprias sobre a história e a territorialidade do grupo. Propus, no entanto, uma construção da história Apinajé que assume uma dimensão política na medida em que problematiza as distintas relações estabelecidas com o território, incorporando também suas conotações do passado, possibilitando a criação de ferramentas que sirvam na luta constante pela integridade do território ancestral.

Ao nos depararmos com as distintas histórias indígenas que possibilitam a reflexão sobre as origens, os processos migratórios e as cisões dos povos, observamos similaridades simbólicas e de marcadores territoriais. As narrativas engendram distintos momentos históricos, que aproximam o "tempo dos antigos" à contemporaneidade, emaranhados em distintas camadas de significação. Como no conceito de *Mẽ ixàhpumuhn*, onde o processo histórico interconecta conhecimento, luta e terra. A história topográfica Apinajé possui o caráter de relacionar este espaço em distintos tempos. Nas histórias de surgimento da humanidade, os elementos do território, como pedras, cursos d'água, cavernas e serras, são cenários onde se desenrolam processos de cisão que marcam a distintividade dos Apinajé com relação a seus parentes mais próximos. O refúgio do *Ken Klima-ti*, onde os Apinajé se abrigaram do dilúvio, levou-os a transformarem-se em povos distintos. Assim como o conjunto de conhecimentos a serem repassados pelo *Kupẽ Nhêp*, que ensina uma língua própria aos Apinajé.

Essas narrativas de origem nos levam a analisar as especificidades linguísticas desses povos e suas relações genéticas. Os dados das pesquisas de linguística histórica indicam que os Apinajé diferem dos povos Timbira e devem ser compreendidos como povos únicos. Portanto, é necessário rever a classificação antropológica, que se constituiu "por inércia", engessando-os sob o rótulo de Timbira. Além disso, estes estudos linguísticos

aproximam os Apinajé dos povos de língua Jê setentrional Trans-Araguaia, demonstrando sua relação com os Kayapó. A glotocronologia sugere que esse processo de cisão ocorreu no período histórico da invasão europeia do continente americano e, talvez, não necessariamente decorrente dele, mas de um faccionalismo próprio dos povos Jê setentrionais.

Contudo, pode-se concluir que essa cisão dos povos Jê setentrionais Trans-Tocantins, ocorridos já na era colonial, foi precedido de um processo migratório que, cruzando o rio Tocantins, ocupou o extremo norte do interflúvio dos rios Araguaia e Tocantins. As evidências arqueológicas nessa região corroboram essa visão, indicando que estas terras foram ocupadas por povos de origem Tupi, identificados pela correlação entre o vestígio arqueológico e as filiações linguísticas. Esse avanço dos Jê setentrionais pelo Bico do Papagaio e, posteriormente, para o bioma amazônico, ocasionou uma interação com os povos Tupi, habitantes da região há muitos séculos, evidenciados pela aquisição das rodelas de fuso pelos Apinajé, por exemplo. Mas essas interações nos alertam para um outro aspecto nas correlações possíveis entre os vestígios arqueológicos e os povos indígenas contemporâneos: a cultura material. Compreendidos como "povos marginais" pela etnografia clássica, foram vistos como povos que possuíam uma cultura material pouco desenvolvida. Os estudos arqueológicos indicam, no entanto, que a tradição ceramista Aratu, associada aos povos falantes de língua Jê, caracterizavam-se por uma cultura material mais complexa do que se pensava. As aldeias circulares do Brasil central apontavam para grandes ocupações que povoaram a região a partir do século IX da nossa era. Dessa forma, os padrões culturais dos povos indígenas contemporâneos devem ser analisados com cautela nas análises de uma história indígena de longa duração. É importante considerar os padrões dinâmicos da cultura material desses povos para evitar observá-los como culturas a-históricas.

Essa compreensão da natureza cambiante das definições de etnicidade e da própria cultura material dos povos Jê setentrionais nos permitem observar as fontes coloniais sob outra perspectiva. Ao tentar reconstituir as dinâmicas históricas em que interagem os povos Jê, percebe-se a relevância da desconstrução dos etnônimos atribuídos aos povos indígenas nos documentos coloniais. A partir da percepção dos aspectos geográficos, culturais e linguísticos nota-se a presença dos povos Jê setentrionais

na margem esquerda do rio Araguaia, portanto, no interior do bioma amazônico, já nos primeiros séculos da era colonial. As fontes documentais oriundas dos ciclos jesuítico e bandeirantista, paulista ou amazônico, indicam a possibilidade de que os Jê setentrionais já se encontravam no interflúvio Itacaiúnas-Araguaia em princípios do século XVII e que, por volta do mesmo período, os povos falantes de língua Tupi estavam no interior do interflúvio Araguaia-Tocantins, provavelmente como vizinhos imediatos dos Apinajé.

A partir de fins do século XVIII, os Apinajé aparecem com mais clareza nos documentos dos cronistas. Essas fontes indicam que diferentes subgrupos de língua Apinajé habitavam uma ampla área, que ia do interflúvio Itacaiúnas-Araguaia até a margem esquerda do rio Tocantins. Com territorialidades específicas, esses subgrupos Apinajé possuíam relações distintas com a política indigenista do período imperial. Os *Krinjobrêire*, que ocupavam as regiões dos ribeirões Mumbuca e Gameleira, e os *Côcôjóire*, com suas aldeias próximas ao rio Tocantins, passaram a ter um contato mais intenso a partir do estabelecimento das primeiras povoações ao longo do rio. Já os *Rôrcôjoire* estavam ligados à sub-bacia do rio Araguaia e possuíam diversas aldeias nas margens direita e esquerda do rio.

Os cronistas dos séculos XVIII e XIX indicaram que os Apinajé eram populosos, produtores de roças extensas e exerciam um controle territorial no Bico do Papagaio. Além disso, dominavam a técnica de construção de canoas de ubás, utilizadas em expedições para aquisição de bens indígenas e não indígenas. A extensão das expedições cobria uma grande parte da bacia do rio Tocantins, chegando a realizar ataques em Cametá, na foz do rio, e no seu médio curso. Fortes foram construídos para impedir as 'correrias' dos 'gentios de corso', como Alcobaça e São João das Duas Barras. Os 'corsários' do rio Tocantins realizavam expedições guerreiras contra outros povos indígenas, como é o caso dos *Kupẽ rop*, aonde iam em busca miçanga, entre outras coisas. A força da significação desse acontecimento histórico, reside na cosmovisão Apinajé representado no ritual do *Mẽokrepox rundi*. Os ataques Apinajé direcionaram-se também aos quilombolas de Pederneiras, no baixo Tocantins. Estas expedições guerreiras rio abaixo em busca de ferramentas e espingardas, lhes permitiram estabelecer contatos recorrentes não-hostis com as populações de Cametá e Belém. Isso abriu um canal de trocas comerciais que se consolidou no

princípio do século XIX. Os Apinajé valeram-se ainda de seus conhecimentos como exímios remeiros para prestarem serviços as embarcações que desciam o rio Tocantins rumo a sua foz.

Disso decorre a relação de relativa autonomia Apinajé perante o Estado. A política indigenista do período imperial promoveu a instalação de aldeamentos, para catequisar e civilizar os povos indígenas. Sob a direção de um monge capuchinho, foi criado em Boa Vista, na margem do Tocantins, uma missão religiosa. Algumas léguas para o interior, estabeleceu-se o conhecido na documentação do período como 'aldeamento Boa Vista'. Este aldeamento era a aldeia Alegria, mencionada em diversas histórias dos *Krinjobrêire*, em formato circular com grandes casas, onde viviam muitas famílias. Viveram ali também, os Gradaús (provavelmente um grupo aparentado aos Kayapó) e os Krahô que, ainda hoje, possuem fortes vínculos sociais com os Apinajé. Mas essa não era a única aldeia Apinajé. Próximo dali, estava a aldeia dos *Côcôjóire*, que impressionou o visitante naturalista com um ritual de cantoria no pátio, com mulheres perfiladas entoando cânticos e de outros guerreiros exibindo cada qual sua espingarda, no meio o 'cantor' com seu maracá. Havia ainda as aldeias do Araguaia *Rôrcôjoire*, mas estes eram considerados 'índios bravos', onde não houve uma relação direta com a política de aldeamentos, devido a ocupação não indígena tardia no rio Araguaia.

Mas em verdade, todos os subgrupos de língua Apinajé puderam exercer certa autonomia diante da política indigenista exercida na época. Os Apinajé foram utilizados pelas forças coloniais e imperiais como tropas regulares em diferentes momentos, chegando a ter um papel significativo na própria luta pela independência do Brasil. Mas também foram 'contratados' para coibirem o ataque de outros povos, devido sua capacidade de persuasão militar. Esse modo de inserção na rede de relações capitalistas, através da 'prestação de serviços', foi utilizada no trabalho como remeiros nas embarcações, como deve ter sido no caso das tropas militares. Mas além disso, as propaladas grandes roças dos Apinajé abasteciam a vila de Boa Vista e eram comercializadas nas embarcações que desciam e subiam o rio. Dessa forma, pode-se notar que os Apinajé possuíam certa autonomia política diante da ação indigenista dos missionários capuchinhos.

Mas essa rota comercial estabelecida no rio Tocantins, que tinha Belém como centro irradiador, trouxe para os Apinajé o contato com as

doenças endêmicas provenientes da 'unificação microbiana do mundo'. O sarampo e a varíola, aparentemente, foram as mais mortíferas paras os Apinajé. Mas outras doenças como febres intermitentes e cólera também aparecem nas fontes como causadoras de grande número de óbitos. Essas epidemias levaram os Apinajé a uma redução de cerca de 90% de sua população em um período de 35 anos. Pareciam fadados ao desaparecimento.

No princípio do século XX, sua reduzida população sofreu com a ocupação não indígena na região, decorrente do ciclo econômico ligado à palmeira de babaçu. As lideranças Apinajé saíram de seu território em busca dos *pahi* dos *kupẽ* para reconhecerem seu território que estava sendo invadido. Foi nesse período que receberam a visita de Curt Nimuendajú, que esteve entre eles, outras quatro vezes entre as décadas de 1920 e 1930. Os Apinajé estavam, neste momento, distribuídos em quatro aldeias, com menos de duas centenas de indivíduos. Mas a resiliência de sua sociedade, encontrou formas de resistir a invasão das terras e recuperar sua população e história. Esse processo foi favorecido pela instalação do SPI na aldeia, em 1944.

Na conjuntura da reformulação estatal dos anos de 1940, o Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento, voltado aos povos considerados integrados, caracterizava-se por sua precariedade. Este PIT tinha como atribuições o atendimento à saúde, o desenvolvimento das atividades produtivas e o controle sobre o exercício da territorialidade *Panhĩ*. Como forma de promover a 'estabilidade territorial', o SPI dedicava-se a agrupar todos os Apinajé próximos ao posto. A transferência dos moradores da aldeia Botica para a aldeia São José, na década de 1950, e o reocupação da aldeia Mariazinha, instituiu entre os Apinajé o binômio das "aldeias-mãe" que dividiram o exercício político do povo. A aldeia São José dos *Krinjobrêire* com uma maior população, abrigava ainda os *Rôrcôjoire da* aldeia Cocal. A aldeia Mariazinha do *Côcôjóire* foi formada pela cisão da aldeia Botica.

Esse momento representou para os Apinajé uma virada histórica na tendência de depopulação, vivenciada por eles desde a segunda metade do século XIX. As condições históricas que lhes permitiram um recrudescimento populacional estavam ligadas às estratégias de resistência e re-existência adotadas pelos Apinajé. A comercialização das amêndoas

de babaçu, extraídas por eles, em Tocantinópolis permitia a aquisição de uma renda que não interferia substancialmente na sua forma de produção. Os lucros auferidos pelo PI eram, em sua maioria, revertidos ao custeio de outros postos. O pouco que permanecia no 'Posto Apinagés' era utilizado na compra de produtos para o abastecimento de uma cantina, voltada aos indígenas. No entanto, esse 'sistema' representou a instauração do "poder tutelar" do Estado brasileiro sobre os Apinajé através do controle do trabalho e de sua territorialidade.

A chegada do SPI no território Apinajé representou ainda a instauração dos primeiros processos oficiais de demarcação. Em 1948, através das negociações do órgão indigenista com o governo do Estado de Goiás, foi aberto processo com a finalidade de viabilizar uma terra para os povos Xerente e Apinajé. No entanto, as pressões das oligarquias rurais visavam restringir ao máximo estes territórios, contando inclusive com a colaboração do próprio SPI para limitar as terras disponíveis aos Apinajé. Estas interferências políticas nos procedimentos de demarcação inviabilizaram a conclusão do processo. Isto levou a um aumento progressivo da tensão entre os Apinajé e a população não indígena, potencializada pela abertura da rodovia Belém-Brasília e a instalação de novos núcleos de povoamento. Métodos sistemáticos de grilagem de terras e o apoio das instituições judiciais promoveram muitas mudanças na territorialidade Apinajé. Com a dissolução da aldeia Botica, a população Apinajé foi circunscrita as aldeias São José e Mariazinha, ambas pressionadas pela chegada de fazendeiros e posseiros.

Na década de 1960, o SPI negociou com o governo estadual o reconhecimento de uma área mais ampla para os Apinajé, representada pelo croqui de 1962. Através das memórias de Estevão, o encarregado do posto Bonfim, representou as aldeias antigas habitadas pelos Apinajé indicando um cenário dinâmico de ocupação. No entanto, as promessas de demarcação não se concretizaram e foi necessário a implementação de um novo regramento jurídico para que os procedimentos demarcatórios pudessem viabilizar uma terra para os Apinajé. Esse novo contexto estava marcado pela chegada de uma ameaça ainda maior: os grandes projetos de 'desenvolvimento' da Amazônia.

O desenvolvimentismo, como política de ocupação da Amazônia, caracterizou a ação estatal durante o regime militar brasileiro. Estes

projetos de colonização estavam vinculados a execução de grandes empreendimentos como rodovias e hidrelétricas. A abertura da Transamazônica teve a função de servir como rota de penetração da Amazônia, oriunda das regiões áridas do Nordeste. O fracasso da 'política de colonização dirigida' voltada a uma massa migrante significou o sucesso da política de concentração e grilagem de terras. Os conflitos fundiários decorrentes dessa política levaram os militares a mudarem as estratégias de 'desenvolvimento' da Amazônia. O incentivo ao setor privado financiou a expansão pecuária para a região e, novamente, favoreceu a formação de latifúndios improdutivos consolidados pela atuação do GETAT. A violência rural no Bico do Papagaio afetava também os Apinajé. Este *modus operandi* com que o Estado promoveu o esbulho de territórios indígenas marcou a política indigenista dos militares na Amazônia.

No entanto, os canais internacionais financiadores destes projetos de 'desenvolvimento' fizeram com que os militares tivessem que adotar novos regramentos jurídicos para realizar a regularização das terras indígenas. A convenção 107 da OIT, referendada no Brasil e principal instrumento internacional jurídico da política indigenista do período, reconhecia o direito dos povos indígenas aos seus territórios ancestrais. No entanto, subordinava estas demandas aos 'interesses do desenvolvimento nacional'. Esta política indigenista tornou-se mais hostil aos povos indígenas a partir da militarização promovidas pelo AI-5.

Neste contexto, de desenvolvimento e segurança, as obras de infraestrutura atravessaram o território Apinajé. A rodovia Transamazônica, construída em 1970, passou a dois quilômetros da aldeia mais populosa dos Apinajé. Os impactos dessa rodovia sobre a territorialidade Apinajé significaram a restrição ao uso de parte de seus territórios ancestrais e o favorecimento para a instalação de posseiros ao longo do traçado da rodovia. Além disso, a instalação de um grande projeto de mineração em Carajás gerou consequências aos povos indígenas da região, afetados pelas ondas migratórias de não indígenas. O Programa criado para amenizar os impactos de Carajás foi utilizado para a criação de 'projetos de desenvolvimento' nas aldeias Apinajé, através da aquisição de maquinário agrícola para implementação de monocultura de arroz. Por outro lado, o PGC disponibilizou recursos para viabilizar a demarcação do território Apinajé.

As consequências diretas desses empreendimentos foram um aumento da violência entre os Apinajé e os posseiros e fazendeiros da região. O clima crescente de tensão e a indefinição da demarcação, decorrente das interferências políticas, levou o órgão indigenista proceder estudos de identificação a partir de um novo regramento demarcatório. No entanto, as dificuldades de conciliação dos interesses da oligarquia rural e das demandas territoriais Apinajé, trouxeram a necessidade de realização de diversos estudos de identificação ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Cansados da morosidade estatal para o reconhecimento de seu território, os Apinajé adotaram a uma política de alianças com outros povos indígenas para efetivar a demarcação. Esta emblemática aliança precipitou a reação das oligarquias locais contra os indígenas. O conflito direto era eminente. As autoridades estatais brasileiras, preocupados com a repercussão do caso nos meios de comunicação nacional, reuniram-se através do 'Grupão' para dar limites finais a área Apinajé. A militarização da questão agrária durante a ditadura militar limitou o poder da FUNAI no processo de demarcação. Por isso, a justificativa de defesa da 'segurança nacional' permitiu ao 'Grupão' excluir as terras a oeste da rodovia Transamazônica, reivindicada pelos fazendeiros e políticos. No entanto, os *Krinjobrêire* não iriam desistir da inclusão da região do Gameleira, imprescindíveis a sua sobrevivência. O clima de violência permaneceu mesmo após o reconhecimento das terras dos Apinajé e seriam necessários muitos anos ainda para que a maioria dos posseiros deixassem o território.

Os Apinajé adentraram o século XXI com seu território demarcado e homologado, mas tiveram que enfrentar ainda um novo ciclo desenvolvimentista. Esse novo padrão na relação dos Apinajé com a sociedade não indígena manteve o padrão violento de períodos anteriores. No entanto, o processo de territorialização decorrente da demarcação da terra permitiu um rápido recrudescimento populacional e a dispersão dos Apinajé pelo território. Mas os grandes empreendimentos permaneciam como uma ameaça a integridade territorial Apinajé. O antigo projeto hidrelétrico de Serra Quebrada ganhou novo impulso nesse contexto. A supressão de cerca de 15% do território demarcado, levou os Apinajé se manifestarem de forma contundente contra o empreendimento. Mas foi no local em que os Apinajé cruzaram o rio, que foi implementada um grande empreendimento hidrelétrico. Estreito prometia ser um caso exemplar de gestão de

impactos, mas foi necessária muita luta do movimento indígena para verem reconhecidos seus direitos nos planos de compensação. O Programa criado para gerir os impactos do empreendimento nas terras indígenas foi inovador em seu formato.

Para a utilização dos recursos de compensação de Estreito, os Apinajé construíram um plano, com auxílio da FUNAI, de proteção da Terra Indígena. Este Plano previa o fortalecimento da associação *PEMPXÀ* e a formação de vigilantes indígenas para monitorar o território. A Associação 'União das Aldeias' foi uma inovação política dos Apinajé – que não funcionou sem dificuldades – utilizada como estratégia de luta pela integridade de seu território ancestral. A partir de 2011, estive envolvido diretamente na execução desses planos de proteção. As ações, organizadas a partir de fiscalização e monitoramento indígena, procuravam coibir ilícitos nas áreas fronteiriças da rodovia. Nestas ações verificou-se a existência de carvoarias e plantios de eucalipto que impactam diretamente a aérea a oeste do antigo traçado da rodovia Transamazônica. Dispostos a continuar a luta pelo território deixado de fora na demarcação, os Apinajé promoveram manifestações pelo reconhecimento do Apinajé II. Estes são elementos e uma história que ainda está sendo escrita.

Uma evidente vantagem da utilização de uma perspectiva de longa duração para a história indígena reside no fato de possibilitar um olhar não maniqueísta de sua história, onde as narrativas sobre o passado constituem-se apenas um olhar sobre a relação com os não indígenas. De outra forma, a resiliência da sociedade Apinajé se mostra evidente se observamos sua relação ao longo dos séculos. Os Apinajé foram protagonistas efetivos de seu processo histórico e não vítimas passivas da imposição da sociedade ocidental e capitalista. Suas estratégias de luta e resistência na manutenção de seu território ancestral transformaram-se ao longo do tempo e permanecem atuantes nos desafios territoriais do futuro.

Notas

INTRODUÇÃO

(1) HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. [s.l.]: Bertrand Brasil, 2004; SURRALLES, A.; GARCÍA HIERRO, P. (org.). **Tierra Adentro**: Territorio indígena y percepción del entorno. Copenhagen: IWGIA (Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas), 2004.

(2) Utilizaremos no decorrer desse texto a denominação Apinajé ou *Panhĩ* para referir-se ao povo. Nimuendajú popularizou a grafia Apinayé (com *y*), no entanto, atualmente é largamente utilizado por pesquisadores e pelos próprios indígenas a grafia com *j* para referir-se ao povo. A Terra Indígena, enquanto entidade jurídica, é grafada com *y*. Jornais e documentos do século passado trazem ainda a grafia com *g* (*apinagé*), que também é largamente utilizada pelos indígenas como sobrenome no registro civil (mas também há a utilização do *j* nesse caso). Ao longo do livro, manterei a grafia original conforme são dadas na documentação.

(3) Os povos Timbira (Apanjekrà, Ramkokamekrà, Gavião Pykobjê, Krikati e Krahô) se autodenominam *mehin*, onde o *"me"* é indicativo da coletividade e *"hin"* significa "carne/substância". Todos os Timbira utilizam a expressão *mepanin* quando se referem a uma coletividade timbira. APINAJÉ, Julio. **Mẽ ixpapxà mẽ ixàhpumunh mẽ ixujahkrexà**: território, saberes e ancestralidade nos processos de educação escolar Panhĩ. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. p. 31.

(4) Segundo classificação linguística, eles são falantes da língua Apinajé, de família Jê-setentrional, Tronco linguístico Macro-Jê. Cf. RODRIGUES, Ayron. D. Macro-Jê. *In*: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. (orgs.). **The Amazonian Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 165–206.; RODRIGUES, Ayron. D. Para o estudo histórico-comparativo das línguas Jê. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 279-288, 2018. No entanto, nos estudos antropológicos, os Apinajé são comumente classificados como Timbira e ficaram conhecidos, em vir-

tude dos estudos de Curt Nimuendajú, como Timbira Ocidentais, por sua localização em referência ao rio Tocantins. Porém, distinguem-se linguisticamente dos Timbira Orientais (Apanjekrà, Ramkokamekrà, Gavião Pykobjê, Krikati e Krahô), possuindo similaridades com os Kayapó setentrionais (Mẽbêngôkre). NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Apinayé**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983. Como veremos, essa consideração sobre a distintividade das línguas Apinajé e Timbira é importante para olhar a história Apinajé profunda.

(5) O Bico do Papagaio é o nome dado à região norte do interflúvio Araguaia-Tocantins. Apesar da caracterização de microrregião do Estado do Tocantins, qualifica também sudoeste do Estado do Maranhão e Sudeste do Pará. O território de ocupação histórica dos Apinajé está inteiramente localizado entre os rios, ultrapassando, no limite noroeste, o rio Araguaia.

(6) BRASIL. Justiça Federal. Subseção Judiciária de Araguaína. 1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Araguaína/TO. Processo: 1004819-29.2019.4.01.4301. **Ação Civil Pública**. Disponível em: <http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20112416564430100000375115054> Acesso em: 30 nov. 2021.

(7) MCGRATH, Ann. Deep Histories in Time, or Crossing the Great Divide? *In*: **Long history, deep time**: deepening histories of place. Camberra: ANU Press; Aboriginal History; The Australian National University, 2015. p. 1-31.

(8) HAM, Patricia. **Apinayé Grammar**. s.l.: Summer Institute of Linguistic, 1961; HAM, Patricia.; WALLER, Hellen; KOOPMAN, Linda. **Aspectos da Língua Apinayé**. Brasília: Summer Institute of Linguistic, 1979.

(9) OLIVEIRA, Christiane. C.D. **The Language of the Apinajé People of Central Brazil**. Tese (Doutorado em linguística) – University of Oregon, Eugene, 2005.

(10) DAVIS, Irvine. Comparative Jê phonology. **Estudos Lingüísticos**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 10-24, 1966; DAVIS, Irvine. Some Macro-Jê relationships. **International Journal of American Linguistics**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 42-47, [s.d.]; RODRIGUES, Ayron. Para o estudo histórico-comparativo das línguas Jê. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 279-288, 2018. NIKULIN, Andrey. **Proto-Macro-Jê**: um estudo reconstrutivo. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília/D.F., 2020.

(11) Curt Unkel Nimuendajú foi um dos mais importantes etnógrafos dos povos indígenas brasileiros. Nascido na Alemanha, emigrou para o Brasil no início do século XX e fez estudos com diferentes povos indígenas, como os Guarani, Tembé, Apinajé, Timbira, Xerente, Kayapó, Parintintim, Ticuna, entre outros. Realizou trabalhos para o Serviço de Proteção dos Índios (SPI) e para o Museu Paulista. Viajou a diferentes regiões do país, fazendo missões para museus e universidades, produzindo inúmeros trabalhos de etnografia, linguística e arqueologia. Dentre os estudos de maior relevância destacam-se as pesquisas com os Jê do Brasil central, em particular os Timbira Ocidentais e os Apinajé. Morreu em 1945, no rio Solimões, quanto estudava os

Ticuna. SCHRÖDER, Peter. (Re)aproximando-se e afastando-se da Alemanha: Curt Nimuendajú como parte de redes transnacionais de antropólogos, **Horizontes Antropológicos** [Online], 62 - 2022, consultado 06 janeiro 2024. URL: http://journals.openedition.org/horizontes/6098.

(12) Publicado originalmente em inglês. NIMUENDAJÚ, Curt. **The Apinayé.** Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1939. NIMUENDAJÚ, 1983.

(13) O acervo de fotografias de Curt Nimuendajú sobre os Apinajé está localizado no Centro de Documentação de Línguas Indígenas (CELIN) do Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

(14) Acervo Fotográfico Curt Nimuendajú – Apinajé. Fonte: CELIN, Museu Nacional/UFRJ. Conjunto A45 0004.

(15) DAMATTA, Roberto. **Um mundo dividido**: a estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1976.

(16) GONÇALVES, José. **A luta pela identidade social**: o caso das relações entre índios e brancos no Brasil Central. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.

(17) GIRALDIN, Odair. **Axpen Pyrak**: história, cosmologia, onomástica e amizade formal Apinajé. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

(18) GIRALDIN, Odair; APINAGÉ, Cassiano Sotero. Perspectivas históricas sob a perspectiva dos Apinajé. **Tellus**, v. 19, n. 38, p. 237-288, 2019.

(19) ROCHA, Raquel Pereira. **O "Tempo do primeiro" e o "tempo de agora"**: transformação social e etnodesenvolvimento entre os Apinajé. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2012.

(20) ROCHA, Raquel Pereira. **A questão de gênero na etnologia Jê**: a partir de um estudo sobre os Apinajé. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2001.

(21) ROCHA, Welitânia de Oliveira. **O movimento das mulheres indígenas Apinajé**: tempo, política e chefia feminina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2019.

(22) SANTOS, Carolina Alvim. **Os Apinajé e a História**: reflexões sobre a historicidade Apinajé na documentação histórica e na literatura antropológica. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Guarulhos/SP, 2018.

(23) A adoção da política de cotas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) está relacionado à luta dos povos indígenas do Tocantins ao acesso à universidade. A UFT estruturou-se a partir da antiga Universidade do Tocantins (Unitins) criada em 1990. A Unitins, com diversos *campus* distribuídos pelo estado, instituiu em 1999 uma po-

lítica de cotas para indígenas. Assim, as primeiras experiências de estudantes Apinajé no ensino superior ocorreram nessa conjuntura. Dois indígenas Apinajé ingressaram na Unitins em 1999, um no curso de Pedagogia em Tocantinópolis e outro no curso de Direito, em Palmas. Apesar das dificuldades ambos concluíram os estudos. Dez estudantes Apinajé concluíram cursos de graduação: sete no curso de Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Goiás (UFG), um no curso de Direito da UFT, em Palmas, e dois no curso de Pedagogia da UFT, *campus* Tocantinópolis. Atualmente, mais de 20 estudantes Apinajé cursam nível superior, nos cursos de Licenciatura Intercultural da UFG, no curso de Educação do Campo e de Ciências Sociais da UFT, em Tocantinópolis. Dois Apinajé concluíram cursos de pós-graduação. Cassiano Apinagé concluiu o mestrado em Ciências do Ambiente na UFT/Palmas e Julio *Kamer* Ribeiro concluiu o mestrado em Antropologia pela UFG.

(24) APINAGÉ, Cassiano S. **Escola, meio ambiente e conhecimentos**: formas de ensinar e aprender na teoria e na prática entre os Apinajé. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas/TO, 2017.

(25) APINAGÉ, Cassiano S.; GIRALDIN, Odair. As narrativas e histórias das redes de relações dos Apinajé com outros povos. *In*: PIMENTEL DA SILVA, M.; LORENA SOUZA (orgs.). **Diálogos Interculturais**: reflexões docentes. Goiânia: Imprensa Universitária, 2018. p. 19-31.

(26) APINAJÉ, 2019.

(27) APINAJÉ, Maria dos Reis. P. **Histórias Apinajé**: formas de contar, registrar e conhecer o mundo. Trabalho de Conclusão de Curso – Núcleo Takinahaky de Educação Superior, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

(28) FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil. Os Apinajé e os projetos de desenvolvimento econômico durante o regime militar no Brasil. **Revista Memorare**, v. 4, n. 3, p. 25-43, 2017.

(29) BARBOSA, João Mitia Antunha; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez. Uma revoada de pássaros: o protagonismo indígena no processo Constituinte. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais,** v. 10, n. 20, p. 175-196, 2018.

(30) MONTEIRO, John. M. O desafio da história indígena no Brasil. *In*: GRUPIONI, L.; SILVA, Aracy. (orgs.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/ MARI/UNESCO, 1995. p. 223.

(31) CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (orgs.). **Amazônia**: etnologia e história indígena. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, 1993.

(32) Com o objetivo de celebrar os 25 anos da publicação do livro *História dos índios no Brasil*, realizou-se em 2017, na USP, um evento que se propunha fazer um balanço e traçar as novas perspectivas da história indígena no Brasil. Estiveram presentes nesse evento diversos pesquisadores que publicaram trabalhos na primeira edição da obra,

além de outros novos pesquisadores indígenas e não indígenas. As mesas propostas para o evento contemplavam distintas temáticas sobre a história indígena e reuniu pesquisadores de diferentes campos de conhecimento.

(33) CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. *In*: _____. (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 22í

(34) VIEGAS, Susana de Matos. Territorialidad no topográfica en la reivindicación de uma Tierra Indígena (Tupinambá de Olivença, Bahía, Brasil). *In*: OROBIGT, Gemma; CELIGUETA, Gemma (orgs.). **Autoctonía, poder local y espacio global frente a la noción de ciudadanía**. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2010. p. 131-157.

(35) CAVALCANTE, Tiago L. V. Etno-história e história indígena: Questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 349-371, 2011.

(36) OLIVEIRA, Jorge E. de. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 178-218, 2012.

(37) CAVALCANTE, op. cit., 2011; ROJAS, Juan L. de. **La Etnohistoria de América**: Los indígenas, protagonistas de su historia. Buenos Aires: SB Editorial, 2015.

(38) CAVALCANTE, 2011; OLIVEIRA, J., 2012; ROJAS, 2015.

(39) ZEDEÑO, María Nieves. Landscapes, land use, and the history of territory formation: An example from the Puebloan Southwest. **Journal of Archaeological Method and Theory,** v. 4, n. 1, p. 67-103, 1997; SHOEMAKER, Nancy (org.). **Clearing a Path**: Theorizing the Past in Native American Studies. Nova York: Routledge, 2002; HARKIN, Michael E., Ethnohistory's Ethnohistory: Creating a Discipline from the Ground Up. **Social Science History**, v. 34, n. 2, p. 113-128, 2010.

(40) CARMACK, R. M. Ethnohistory: A Review of Its Development, Definitions, Methods, and Aims. **Annual Review of Anthropology**, 1, p. 232, 1972. http://www.jstor.org/stable/2949243

Robert M. **Ethnohistoria y teoría antropológica**. (Cuadernos, 26). Guatemala: Ministerio de Educación, 1979. p. 232.

(41) WILDE, G.; LORANDI, A. M. Desafío a la isocronía del péndulo acerca de la teoría y de la práctica de la Antropología histórica. **Memoria Americana: Cuadernos de Etnohistoria**, [s. l.], v. 9, p. 37–78, 2000. p. 44-45.

(42) OLIVEIRA, J., 2012. p. 137.

(43) Ibid., p. 198.

(44) Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=-museudoindio>. Acesso em: 31 maio 2020.

(45) NOELLI, Francisco Silva; SOUZA, Jonas Gregório de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emílio**

Goeldi. Ciências Humanas, v. 12, n. 1, p. 57–84, 2017.

(46) SANTOS, Rodrigo Martins. **O Gê dos Gerais - elementos de cartografia para a etno-história e etnolinguística do Planalto Central**: contribuição à antropogeografia do cerrado. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2013.

(47) BARBOSA, João Mitia Antunha; MEZACASA, Roseline; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil. A oralidade como fonte para a escrita das Histórias Indígenas. **Tellus**, v. 18, n. 37, p. 121-145, 2018.

(48) TRIMBLE, Terence; SOMMER, Barbara; QUINLAN, Mary Kay. **The American Indian Oral History Manual**: Making Many Voices Heard. Nova York: Routledge, 2008.

(49) MILLER, Bruce Granville. **Oral history on trial**: recognizing Aboriginal Narratives in the Courts. Toronto: UBC Press, 2011.

(50) SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovani José da. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 43, 2010.

(51) OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

(52) BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *In*: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, R. F. (orgs.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v. 1. p. 98.

(53) Ibid., p. 88.

(54) BARROS, José. D. **Teoria da História** – vol. V: A escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2012. p. 267.

(55) "Um acontecimento, a rigor, pode vir carregado de uma série de significações e elos. Às vezes, ele é testemunha de movimentos muito profundos, e, pelo jogo factício ou não das 'causas' e dos 'efeitos' tão caros aos historiadores do passado, anexa-se a ele um tempo muito superior à sua própria duração. Extensível ao infinito, ele se liga, livremente ou não, a toda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes e, ao que parece, impossíveis de se destacarem, desde então, umas das outras". BRAUDEL, 2011, p. 90.

(56) BRAUDEL, 2011, p. 95.

(57) BARROS, 2012, p. 164.

(58) GULDI, J.; ARMITAGE, D. **The History Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 9.

(59) WACHTEL, Nathan. **El regreso de los antepasados**: los indios urus de Bolivia, del siglo XX al XVI: Ensayo de história regressiva. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2001. p. 22.

(60) WACHTEL, 2001, p. 22.

(61) MCGRATH, 2015, p. 9.

(62) CORRÊA, Ângelo. A. Longue durée: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura**, [s.l.], v. 65, n. 2, p. 26-29, 2013. p. 26.

(63) BARRETO, Cristina. A construção de uma passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, 1999. p. 49.

(64) CORRÊA, 2013, p. 27.

(65) Ibid., p. 26.

(66)STUCHI, Francisco. **A ocupação da Terra Indígena Kayabi MT/PA**: História indígena e etnoarqueologia. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; BESPALEZ, Eduardo. **As formações territoriais na Terra Indígena Lalima, Miranda, MS**: os significados históricos e culturais da Fase Jacadigo na Tradição Pantanal. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014; FARIA, Eliane. da S. S. **Viagem Etno-histórica e arqueológica ao Médio Xingu:** memória e História Indígena na Amazônia. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia). Área de concentração Arqueologia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016; GARCIA, Lorena. L. W. G. **Paisagens do médio-baixo Xingu**: arqueologia, temporalidade e historicidade. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

(67) SILVA, Fabíola Andréa, O plural e o singular das arqueologias indígenas. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n. 2, p. 24-42, 2012; MACHADO, Juliana S., História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1, p. 72-85, 2013.

(68) GARCIA, 2017. p. 41.

(69) BESPALEZ, 2014. p. 24

(70) HECKENBERGER, Michael. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na *longue durée*, 1000-2000 d.C. *In*: FRANCHETTO, Bruna (orgs.). **Os povos do Alto Xingu**: História e Cultura. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. p. 21-62.

(71) WHITEHEAD, Neil L. Introduction. *In*: **Histories and historicities in Amazonia**. Lincoln: University of Nebraska, 2003. p. vii-xx.

1. AS HISTÓRIAS *PANHÎ* E O TERRITÓRIO

(1) KRENAK, Ailton. Antes o mundo não existia. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 201-204.

(2) APINAJÉ, 2019. Glossário em Pahnĩ Apinajé.

(3) A categoria analítica de "regimes de historicidade", entendida como as formas

como indivíduos e sociedades compreendem-se na passagem do tempo, interconectam presente, passado e futuro e representam a experiência histórica, desenvolveu-se no âmbito da história indígena, procurando observar as distintas acepções que os esquemas temporais têm para as diferentes culturas humanas. FAUSTO, C.; HECKENBERGER, M. Introduction: Indigenous History and the History of the "Indians". *In*: _____. (orgs.). **Time and memory in indigenous Amazonia**: Anthropological perspectives. Gaineville: University Press of Florida, 2007. p. 11.

(4) DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. p. 138.

(5) Ibid., p. 138.

(6) LEVI-STRAUSS, Claude. **De perto e de longe**. São Paulo: Cosac & Naify, 2005. p. 177.

(7) GOLDMAN, M. Lévi-Strauss e os sentidos da História. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 42, n. 1-2, p. 223-238, 1999.

(8) DAMATTA, 2010. p. 125.

(9) Ibid., p. 139.

(10) ROCHA, Raquel, 2012.

(11) Ibid., p. 241.

(12) GIRALDIN, 2000. GIRALDIN; APINAGÉ, 2019.

(13) Ibid., p. 238.

(14) GIRALDIN; APINAGÉ, 2019. p. 243-261.

(15) APINAGÉ, 2017, p. 56-57.

(16) GIRALDIN; APINAGÉ, 2019, p. 182.

(17) APINAGÉ, 2017, p. 58.

(18) Ibid., p. 36.

(19) APINAGÉ; GIRALDIN, 2018. p. 19-31.

(20) Ibid., p. 19.

(21)APINAJÉ, Júlio, 2019.

(22) Ibid., p. 34.

(23) FAUSTO; HECKENBERGER, 2007, p. 10-11.

(24) SANTOS-GRANERO, Fernando. Escribiendo la historia en el paisaje: espacio, mitología y ritual entre la gente yanesha. *In*: SURRALES, A.; GARCÍA HIERRO, P. (orgs.). **Tierra Adentro**: Territorio Indígena y Percepción del Entorno. Copenhage: IWGIA (Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas), 2004. p. 189

(25) Ibid., p. 190.

(26) CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da his-**

tória oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 162.

(27) APINAGÉ, 2017, p. 50.

(28) Esse sítio foi registrado pelo IPHAN somente em 2017 (CNSA: TO2014).

(29) Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – T02014. Foto: Marcelo Gonzalez.

(30) A organização das narrativas dos Jê setentrionais (Kayapó, Apinajé e Timbira) foi publicada a partir da contribuição de investigadores que coletaram essas histórias de diferentes narradores, em distintos momentos históricos. No caso específico dos povos Jê setentrionais, pesquisadores já amplamente conhecidos, como Curt Nimuendajú, desempenharam papel importante nesse registro. Outros como Lux Vidal, Vanessa Lea, Anthony Seeger, Gustaaf Verswijver, Julio Cezar Melatti, Horace Banner e Willian H. Crocker complementaram um quadro amplo de narrativas do povo Apinajé, dos Timbira e dos Kayapó.

(31) WILBERT, Johannes; SIMONEAU, Karin (orgs.). **Folk Literature of the Gê Indians**. Volume 2. Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications; University of California, 1984. p. 11.

(32) Ibid. p. 12.

(33) Ibid. p. 13.

(34) APINAGÉ, 2017, p. 19.

(35) Ibid., p. 25.

(36) Nas citações da obra de Nimuendajú mantive a grafia original, incluindo colchetes explicativos quando necessário. NIMUENDAJÚ, 1983. p. 124.

(37) GIRALDIN, 2000, p. 30-38.

(38) OLIVEIRA, Carlos E. Os Apinagé do Alto-Tocantins: Costumes, crenças, artes, lendas, contos e vocabulario. **Boletim do Museu Nacional**. [*s. l.*], v. VI, n. 2, p. 61-110, 1930. p. 69.

(39) Foto: Tiago Rodrigues (2013).

(40) NIMUENDAJÚ, 1983. p. 127.

(41) Os Krikati (ou krĩkati) são um povo Jê setentrional, de língua Timbira. Vivem atualmente em Terra Indígena homologada no município de Montes Altos/MA. Conforme Ladeira e Azanha, eles se autodenominam *Krĩcatije*, que significa "aqueles da aldeia grande".

(42) NIMUENDAJÚ, 1983. p. 127.

(43) Ibid., p. 127.

(44) Ibid., p. 127-128.

(45) NIMUENDAJÚ, Curt. **The Eastern Timbira**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1946. p. 12-13.

(46) "Ambas as denominações remetem para a antiga tradição de uma única grande aldeia outrora habitada conjuntamente por todos os Timbira. O assassinato de uma

avestruz mansa é suposto ter precipitado uma rixa sangrenta, de onde a maioria partiu em grupos separados, tomando diferentes direções e formando novas tribos. Apenas os atuais Krĩkateye permaneceram na antiga povoação. É com referência a esta tradição que os Apinaye chamam a este povo mãkraya (tribo de avestruzes)" (tradução do autor). Ibid., p. 16.

(47) APINAGÉ, 2017, p. 43.

(48) Acervo Centro de Trabalho Indigenista – CTI. Entrevista realizada por Odair Giraldin na década de 1990.

(49) APINAGÉ, 2017. p. 46.

(50) APINAGÉ, loc. cit.

(51) Ibid., p. 47-48.

(52) Ibid., p. 50.

(53) Carlos Estevão de Oliveira denomina o Sol como *Mebapame* e a Lua como *Bruburé*.

(54) OLIVEIRA, Carlos, 1930. p. 70-71.

(55) Conforme o autor, a denominação Kayapó é de origem Tupi e possui sentido pejorativo – significa literalmente "como macaco". "O nome que os Kayapó dão a si mesmos é 'Mebengokre', que significa literalmente 'gente do espaço dentro da(s), ou entre a(s), água(s)'". TURNER, Terence. Op. cit., 1992. Lux Vidal afirma que "*me*: gente, categoria; *be*: indica estado, ser; *ngô*: água; *kre*: buraco. Os que vêm do buraco d'água". Vidal explica ainda que "Todos os Kayapó(s) Setentrionais autodenominam-se *Me-be-ngô-kre*. Por outro lado, denominações como *Irã-ã-mray-re*, *Pore-kru*, *Gorotire*, *Kokorekre*, *Djore*, *Purucarús* (na verdade *Pot-Karôt*), *Chicris*, correspondem a diferentes subgrupos. As vezes duas denominações correspondem ao mesmo grupo, outras vezes as denominações correspondem a épocas históricas diferentes". *Irã-amrãnhre* e Pau d'arco são o mesmo grupo Kayapó, localizado, em princípios do século XX, nas proximidades do rio Pau d'arco, afluente do rio Araguaia. *Put-karôt* (*Pur-Karwỳt*) é o nome dado a um dos três principais grupos Kayapó setentrional. *Xikrĩn* foi o nome adotado por outros ao *Put-karôt*. *Irã-amrãnhre*, *Gorotire* e *Put-karôt* seriam os três principais grupos Kayapó que se dividiram de um grupo ancestral comum, chamado de *Gorotire-Kumren*. VIDAL, Lux. **Morte e vida de uma sociedade brasileira**: os Kayapó-Xikrin do rio Cateté. São Paulo: Hucitec;, Edusp, 1977. p. 14.

(56) BANNER, Horace. Mitos dos índios Kayapó. **Revista De Antropologia**, 5(1), p. 37-66. 1957.

(57) Curt. Mitos indígenas inéditos na obra de Curt Nimuendajú. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 21, p. 64-111, 1986.

(58) Fonte: OLIVEIRA, 1930. p. 77.

(59) NIMUENDAJÚ, 1983. p. 137.

(60) Conforme Nimuendajú, os Kayapó Setentrionais, referindo-se aos Apinayé,

usam o termo Ken-tug, que significa "pedra preta" ou "serra negra". Ibid., p. 8.

(61) GIRALDIN, 2000. p. 122.

(62) APINAGÉ, 2017, p. 38.

(63) NIMUENDAJÚ, 1983, p. 134.

(64) Creuza Apinagé (*Nhirò*) falou-me que visitou o local da caverna há cerca de dez anos e afirmou que ela possuía as mesmas características descritas na história, com a presença de duas entradas. Falou ainda que nessa ocasião encontraram no interior da caverna um jacaré que os Apinajé logo mataram. Ao abrirem o estômago do animal, ela disse que encontraram uma quantidade de sementes (miçangas) e prontamente concluiu que o jacaré havia comido um *Panhĩ* e que aquelas sementes eram miçangas que pertenciam a ele. *Nhirò* parecia dessa forma propor uma confirmação das relações mágicas entre homens e animais presentes naquela caverna.

(65) Ver nota de rodapé 126.

(66) A narrativa sobre a origem da risada entre os Kayapó, narrada por Horace Banner, apresenta a história dos homens-morcego (*Kuben-niêpre*) que viviam em uma "casa de pedra alta", com paredes adornadas por desenhos e figuras. Nessa versão, um Kayapó que havia ido trabalhar na roça teve um encontro com o *Kuben-niêpre*. Nesse encontro, o *Kuben-niêpre*, que não falava a língua humana, começou a esfregar suas mãos frias no indígena provocando-lhe cócegas. "Foi a primeira risada ouvida no mundo". Sendo levado à aldeia dos *Kuben-niêpre*, as carícias se multiplicaram, acabando por esgotá-lo. Por muito tempo não teve força para sair do local. A seguir, a narrativa é bem similar à história contada pelos Apinajé, com a realização da expedição punitiva, a utilização da fogueira na entrada da caverna para asfixiar os *Kuben-niêpre*, que escapam por uma saída no alto, e o aprisionamento de um menino que só conseguia dormir pendurado. A partir dessa história, segundo Banner, os Kayapó afirmam que a risada é indigna para os guerreiros. (BANNER, 1957)

(67) NIMUENDAJÚ, 1983. p. 127-128.

(68) APINAGÉ, 2017. p.

(69) Acervo Fotográfico Curt Nimuendajú – Apinajé. Fonte: CELIN, Museu Nacional/UFRJ. Conjunto A102 0001.

(70) NIMUENDAJÚ, 1983. p. 134-135.

(71) GIRALDIN, 2000, p. 123.

(72) APINAGÉ, 2017, p. 41.

(73) O que sugere uma proximidade entre os Apinajé e Kayapó. Não identifiquei na pesquisa bibliográfica qualquer referência à existência de histórias sobre homens-morcego entre os povos Timbira.

(74) NIMUENDAJÚ, 1986, p. 76.

(75) WILBERT; SIMONEAU, 1984.

(76) TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de co-

munidades autônomas para a coexistência interétnica. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992, p. 313-314.

(77) TURNER, Loc. cit.

(78) BANNER, Horace. Mitos dos índios Kayapó. **Revista De Antropologia**, 5(1), 37-66. 1957.

(79) VIDAL, 1977, p. 4-18.

(80) VERSWIJVER, Gustaaf. **Consideratians on Mekrãgnoti warfare**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universiteit Gent, Gante, Bélgica, 1985.

(81) SANTOS-GRANERO, 2004.

2. LINGUÍSTICA E ARQUEOLOGIA

(1) O verde-claro representa os falantes da família Jê e, em laranja, os falantes da língua Tupi. Trecho selecionado e editado. Fonte: IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

(2) Sobre a elaboração do mapa, Nimuendajú afirmou que "o mapa não se baseia em trabalho etnográfico de nenhum outro autor. As bibliografias, as informações particulares e os estudos e minhas observações pessoais a respeito foram acumuladas durante decênios. [...] A classificação linguística da quase totalidade das tribos linguisticamente documentadas foi examinada ou mesmo feita por mim. Só em alguns casos em que o material não me foi ainda acessível adotei a classificação de autoridades como Rivet, Koch-Grünberg, etc".. Nimuendajú. Apud: FARIA, L. de Castro. Curt Nimuendajú. IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE. 1981. A publicação do *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*, em 1981, pelo IBGE, foi iniciativa da Fundação Nacional Pró-Memória do antigo SPHAN e contou com o apoio do Museu Nacional e do Museu Paraense Emílio Goeldi. Esta publicação é o resultado da análise de três mapas elaborados por Nimuendajú entre 1942 e 1944, para o Museu Emílio Goeldi, para o Smithsonian Institution e para o Museu Nacional, este último o mais completo. Ele utilizou a hidrografia como forma de localizar os povos indígenas relacionando-os às cabeceiras dos rios, aos interflúvios, às margens e ao litoral. Este minucioso trabalho do etnólogo artesão é considerado um dos mais importantes documentos sobre os ameríndios no Brasil e indispensável fonte de consulta.

(3) RODRIGUES, 1999, p. 165-206; SALANOVA, Andrés Pablo. **A nasalidade em Mebengokre e Apinayé:** o limite do vozeamento soante. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campi-

nas, Campinas, SP, 2001; OLIVEIRA, Christiane, 2005; RODRIGUES, 2018; NIKULIN, 2020.

(4) NIKULIN, 2020. p. 7.

(5) RODRIGUES, 2018. p. 279.

(6) URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 87-102.

(7) Ibid. p. 89.

(8) Conforme Rodrigues, as línguas Jê seriam uma ramificação do tronco Macro-Jê e estão divididas em Jê meridional (Kaigang, Xokleng), Jê central (Xavante e Xerente) e Jê setentrional (Timbira, Apinajé, Kayapó ou Mebengokré, Panará e Suyá). RODRIGUES, 1999.

(9) Fonte: URBAN, 1992. p. 88.

(10) Ibid., p. 90.

(11) RODRIGUES, 1999.

(12) Ibid. p. 167. As grafias das línguas indígenas estão representadas conforme texto original de Rodrigues.

(13) NIKULIN, 2020. p. 8.

(14) Ibid., p. 83.

(15) LOWIE, Robert H. The northwestem and central Ge. *In*: **Handbook of South American Indians**. Vol. 1: the marginal tribes. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1946, v. 1, p. 477-517.

(16) NIMUENDAJÚ, 1983. p. 7.

(17) NIMUENDAJÚ, 1946. p. 6.

(18) OLIVEIRA, Christiane, 2005. p. 28.

(19) SALANOVA, 2001. p. 2.

(20) LEA, Vanessa. Problematizando a classificação das línguas Jê setentrionais e o rótulo Timbira. *In*: BRAGIO, Silvia; SOUZA FILHO, Sinval (orgs.). **Línguas e culturas Macro-Jê**. Goiânia: Editora Vieira, 2009.

(21) Conforme Salanova, Mẽbêngôkre é o nome da língua falada pelos Xikrin e Kayapó, e que apesar de falarem a mesma língua, geralmente não se identificam como pertencentes ao mesmo povo. Tal como apontado pelo autor, "O termo Mebengokre e a autodenominação dos membros destas duas nações é empregado no nosso trabalho para evitar a ambiguidade habitual no termo Kayapó, que ora se refere a todos os Mebengokre, ora apenas aos indivíduos da nação Kayapó, a exclusão dos Xikrin". Os Xikrin não se reconhecem como "Kayapó" em nenhuma circunstância, mas todos se autodenominam Mẽbêngôkre e são referidos em estudos etnográficos ora como "Kayapó-Xikrin", ora somente como "Xikrin". SALANOVA, 2001. p. 1.

(22) LEA, 2009. p. 214.

(23) Ibid., p. 223.

(24) Ibid., p. 225.

(25) ALVES, Flávia de Castro, **O Timbira falado pelos Canela Apãniekrá: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 7.

(26) TURNER, 1992. p. 311.

(27) Ibid., p. 313-314.

(28) FACUNDES, Sidney da Silva. Historical Linguistcs and its contribution in to improving the knowledge of Arawak. *In*: **Comparative Arawakan Histories**: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia. Urbana: University of Illinois Press, 2002. p. 74-96.

(29) NIMUENDAJÚ, 1983. p. 9.

(30) SCIENTIA, 2008.

(31) SCIENTIA. Diagnóstico arqueológico interventivo para Licença Prévia do AHE Santa Isabel, PA/TO – Relatório Final, 2009.

(32) Ibid. p. 45.

(33) Ibid. p. 24.

(34) Esse ritual não é realizado pelos Apinajé há muitas décadas. Ouvi históricas de dois Apinajé que fizeram treinamentos ligados ao *pempkaàg*, mas o ritual, como descrito por Nimuendajú, não foi mais realizado. Em 2013, tendo em vista a necessidade de elaboração de projetos culturais e o desejo dos Apinajé de voltarem a realizar esse ritual, Oscar *Wahmẽ* realizou uma série de entrevistas gravadas com os anciãos que traziam memórias sobre sua realização. Esses vídeos são reproduzidos ocasionalmente em encontros nas aldeias. Segundo as anotações de *Wahmẽ*, esse é um ritual de treinamento e formação do "soldado guerreiro Apinajé". Conforme Nimuendajú, "este nome significa 'semelhante (*kaág*) a guerreiro (*pemb*)' ou 'imitando guerreiros'. Quando os velhos e homens maduros reconhecem que a nova geração alcançou a idade necessária, combinam, em segredo, o começo das iniciações. O primeiro ato consiste na nomeação, ou melhor, investidura dos dois Instrutores (*Peb-kaág-krãtúm*), um de cada metade, membros da classe dos guerreiros. São sempre os cabos das iniciações anteriores". NIMUENDAJÚ, 1983. p. 34. Todas as etapas do ritual são descritas por Nimuendajú entre as p. 34-57.

(35) NIMUENDAJÚ, Curt. Novelo de lã, varetas e fuso Fonte: CELIN, Museu Nacional/UFRJ. Conjunto 13/A67/0001. (1927-1938).

(36) NIMUENDAJÚ, 1983. p. 40.

(37) Segundo Almeida e Neves: "*Tradição*: referente a estilos (incluindo técnicas) politéticos com persistência temporal e abrangência espacial. Um conjunto de fases dis-

tribuídas por áreas vastas e com grande amplitude cronológica. *Subtradição*: frequentemente usada e raramente definida, tende a indicar um conjunto de fases (ou sítios) em uma região mais restrita (e.g. a bacia de um rio). Pressupõe a existência de uma Tradição que a englobe. [...]. *Fase*: é um conjunto de atributos recorrentes em uma área restrita (e.g. um trecho de rio), em um período que é determinado pela manutenção de uma coerência politética nos elementos estudados. Assim, [...] fase tem um caráter mais espacial (o tamanho e a quantidade de sítios relacionados encontrados em uma área) do que temporal, ainda que o último seja fundamental. Não se restringe necessariamente a um único coletivo ou grupo étnico". ALMEIDA, Fernando Ozorio de; NEVES, Eduardo Góes. Evidências Arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. **Mana**, v. 21, n. 3, p. 499-525, 2015. p. 519.

(38) ALMEIDA, Fernando. **O complexo tupi da Amazônia oriental**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008; ALMEIDA, Fernando; GARCIA, Lorena. Aspectos do Espaço Tupinambá no Leste Amazônico. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 97-119, 2008; PEREIRA, Edithe; *et al.* A tradição tupiguarani na Amazônia. *In*: **Os ceramistas Tupiguarani.** Volume I–Sínteses Regionais, v. 1, p. 49-66, 2008; SILVEIRA, Maura; et al. Seqüência Cronológica de Ocupação na Área do Salobo (Pará). **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 1, 2008; GARCIA, Lorena. **Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins:** a ocupação tupi no Cateté. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012; ALMEIDA; NEVES, 2015.

(39) Almeida e Neves usam o conceito de *elementos politéticos*, relacionados às características das cerâmicas arqueológicas, padrões de reocupação e formato dos assentamentos como possibilidade de identificação de categorias étnicas ou linguísticas no estudo arqueológico. Segundo eles, a correlação entre a língua Tupi-Guarani e a tradição ceramista Tupiguarani é um dos exemplos mais evidentes para os povos indígenas sul-americanos. ALMEIDA; NEVES, 2015.

(40) A correlação entre a tradição ceramista Aratu e os povos falantes de língua Jê central e setentrional foi dada inicialmente por Brochado. BROCHADO, José Proenza. **An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America.** University of Illinois: Urbana-Champaign, 1984. BROCHADO, José Proenza. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. *In*: **Anais I Simpósio de Pré-História do Nordeste. CLIO**, v. 4, p. 85-87, 1991. Wüst reafirma esta correlação a partir dos estudos das grandes aldeias circulares. WÜST, Irmhild. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Suplemento, v. 3, p. 303-317, 1999.

(41) WÜST, 1999; WÜST, Irmhild; BARRETO, Cristiana. The ring villages of central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology. **Latin American Antiquity**, v. 10, n. 1, p. 3-23, 1999.

(42) WÜST, Irmhild. A ocupação de Goiás antes da Chegada do Europeu (Goiás Pré-

-Colonial). *In*: ROCHA, Leandro Mendes (Org.). **Atlas Histórico**: Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: Editora do CECAB, 2001. p. 21.

(43) WÜST, 1999. p. 303.

(44) Ibid., p. 304.

(45) MORALES, Walter Fagundes. Um estudo de Arqueologia Regional no médio curso do rio Tocantins, TO, Planalto Central brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 17, p. 69-97, 2007. p. 81.

(46) PEREIRA, 2008.

(47) SILVEIRA, 2008.

(48) Ibid., p. 22-23.

(49) ALMEIDA; NEVES. op. cit., 2017. p. 517-518.

(50) ALMEIDA; NEVES, 2017, p. 516.

(51) Ibid., p. 510.

(52) Ibid., p. 513.

(53) ALMEIDA, 2008.; ALMEIDA; GARCIA, 2008.

(54) ROBRAHN-GONZALEZ, Erika, **A ocupação ceramista pré-colonial no Brasil Central**: origens e desenvolvimento. 1996. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

(55) Outros dados e estudos de investigação arqueológica dos Programas SALTIFENS, SALTIMINS (linha de transmissão entre Imperatriz/MA e Miracema/TO). Ver: DIAS, Ondemar. et al. Pesquisas arqueológicas no Estado do Tocantins. Projeto de salvamento arqueológico no trecho da linha de transmissão de Imperatriz (MA) à Miracema do Tocantins (TO), interligação Norte/Sul – SALTIMINS (Relatório Final). **Acoéme**: Revista de Divulgação Científica do Núcleo Tocantinense de Arqueologia – NUTA/UNITINS, [s.l.], n. 2, 2004.

(56) PEDREIRA, Antonia Custódia *et al.* As urnas do sítio arqueológico Abrigo Santa Helena: análises de ossos salvaguardando a história de episódios de vida e morte. *In*: **A região da UHE Estreito**: investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana, Palmas/TO: UNITINS, 2014, p. 61-116.

(57) Ibid, p. 115.

(58) Acervo NUTA. Fonte; PEDREIRA; et.al., 2014. p. 86.

(59) PRADO, Ruth Alcantara de Almeida. Contribuições para o estudo do "tembetá". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, ano 7, vol. 84, pp. 139-154. 1942.

(60) A maioria das fontes coloniais que trata sobre o tembetá foi produzida a partir dos povos indígenas do Tupi do litoral; isso ajudaria explicar a associação com esses povos. A própria denominação do artefato (*tembé* = lábio; *itá* = pedra) é de origem Tupi. Acredito que o aprofundamento dessa discussão possa ser relevante na compreensão das relações dos vestígios arqueológicos com os povos indígenas da bacia do

rio Tocantins.

(61) HARTMANN, Tekla (ed.). **Cartas do Sertão**: de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira. Lisboa: Museu de Etnologia. 2000. p. 151.

(62) PEDREIRA, op. cit. 2014, p. 110.

(63) Ibid, p. 101.

(64) LOWIE, Robert H. The northwestern and central Ge. *In*: **Handbook of South American Indians**. Vol. 1: the marginal tribes, Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1946, v. 1, p. 477-517. p. 479.

(65) LOWIE, loc. cit.

(66) BROCHADO, 1984, 1991. WÜST, 1999. WÜST; BARRETO, 1999. ROBRAHN-GONZALEZ, 1996. ALMEIDA, 2013.

(67) "Os recipientes cerâmicos da tradição Aratu incluem grandes jarros piriformes utilizados para a estocagem de líquidos e, eventualmente, para a fermentação de bebidas e que foram reutilizados para enterrar os mortos. Os recipientes globulares menores foram empregados principalmente para processar alimentos sobre o fogo, enquanto as tigelas abertas eram usadas para servir e guardar alimentos. Um recipiente cerâmico conjugado, característico da maioria dos sítios dessa tradição, parece ter sido utilizado, entre outros, também para fins cerimoniais, como indicam vestígios de corantes minerais no seu interior. Na manufatura da cerâmica, foram empregados temperos minerais e uma cinza vegetal, variando a popularidade desses temperos no espaço e no tempo. Os elementos decorativos são muito reduzidos e se limitam a algumas incisões contínuas sobre a borda, impressões de unha, pequenos apliques e, ocasionalmente, apresentam um engobo vermelho ou listras pretas". WÜST, 2001. p. 23.

(68) ROBRAHN-GONZALEZ, 1996. p. 13.

(69) Ibid., p. 18.

(70) WÜST, loc. cit.

(71) WÜST, 2001. p. 20.

(72) BARBOSA, Altair; SCHMITZ, Pedro Ignácio; *et. al.* Projeto Médio-Tocantins: Monte do Carmo, GO. Fase cerâmica Pindorama. **Pesquisas**. Antropologia, Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, RS, n. 34, 1982. p. 49-92.

(73) "No conjunto mais antigo das antigas aldeias anulares [...] destacam-se recipientes com ombros lisos ou com decoração ungulada, sendo que as grandes urnas piriformes parecem estar ausentes ou ter uso muito reduzido, sendo a areia e o antiplástico predominante num segundo conjunto, predominam os recipientes globulares e piriformes, ocorrendo também aqui, como no conjunto anterior, as formas duplas, enquanto os temperos podem ser de origem mineral ou de cariapé. Um terceiro conjunto destaca-se principalmente por sua espessura elevada das paredes, que podem atingir 3,5 cm, sendo que o tempero vegetal é predominante. Permanecem as formas básicas dos recipientes do conjunto anterior, mas essa cerâmica – e a cerâmica em geral – está associada a sítios menores". WÜST, 2011, p. 18.

(74) BROCHADO, 1989.

(75) Ibid., 1989. p. 86.

(76) WÜST; BARRETO, 1999.

(77) WÜST, 2001.

(78) Ibid., p. 3-5.

(79) ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika; DE BLASIS, Paulo. Pesquisas arqueológicas no médio vale do Rio Tocantins. **Revista de Arqueologia**, v. 10, n. 1, p. 7-50, 1997. p. 8.

(80) Ibid., p. 18.

(81) "A organização das atividades domésticas cotidianas e o uso do espaço doméstico têm profundas implicações para a interpretação dos contextos arqueológicos". DE BLASIS, Paulo. Prefácio. *In*: MOI, Flavia Prado. **Os Xerente**: um enfoque etnoarqueológico. São Paulo/Porto Seguro: Annablume; ACERVO, 2007. p. 15.

(82) DE BLASIS, loc. cit.

(83) DE BLASIS, loc. cit.

(84) MOI, 2007. p. 22.

(85) MOI, loc. cit. Alguns olhares sobre a cultura material dos Jê setentrionais voltaram-se para o registro etnográfico e possíveis relações com as evidências arqueológicas. Para a cestaria e as flechas Xikrin-Kayapó: SILVA, Fabíola Andréa. **As tecnologias e seus significados**: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000; SILVA, Fabíola Andréa. A tecnologia da cestaria entre os Xikrin-Kayapó. *In*: GORDON, C. (org.). **Xikrin Uma Coleção Etnográfica**. São Paulo: Edusp, 2011, p. 173-207. BUENO, Lucas de Melo Reis. Estilo, forma e função: das flechas Xikrin aos artefatos líticos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 13, p. 211-226, 2003.

(86) TURNER, 1992, p. 311-338.

(87) GARCIA, p. 54.

(88) SILVA, 2012. MACHADO, 2013.

(89) Essas correlações estão mais desenvolvidas nos estudos do Jê meridionais, em detrimento aos Jê setentrionais por exemplo: Segundo Noelli e Souza, o processo de expansão dos povos falantes do tronco linguístico Macro-Jê possui uma extensão geográfica que se assemelha aos Tupi, Arawak e Karib. As informações linguísticas, etnográficas e históricas indicam que uma diversidade cultural e uma ampla dispersão geográfica a partir do Brasil central. As pesquisas arqueológicas têm contribuído para elucidar "aspectos materiais tão complexos e sofisticados quanto os verificados em termos sociais e cosmológicos pela etnologia" (NOELLI; SOUZA, 2017, p. 58).

3. TERRITÓRIO E MOBILIDADE

(1) KARASCH, Mary. **Before Brasília**: frontier life in central Brazil. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.

(2) Giraldin e Mead utilizam a grafia "Caiapó" (com *c*) para referir-se aos povos modernos Panará e Kreen-akrore. Os "Kayapó" (com *k*) referem-se aos povos Jê setentrionais os quais nos referimos nessa pesquisa. Vale destacar que os Caiapó (ou Caiapó do sul) são grupos que aparecem nos documentos coloniais nas regiões do oeste de São Paulo, triângulo mineiro e sul de Goiás e diferem dos Kayapó "do norte" relacionados aos Jê setentrionais. GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panará:** luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. MEAD, David. **Caiapó do Sul**: an ethnohistory (1610-1920). Doctorade degree on Philosophy – University of Florida, 2010. As línguas dos povos historicamente identificados como "Caiapó do Sul", atualmente conhecidos como Panará, diferem dos Jê setentrionais, sendo, portanto, fruto de uma cisão muito anterior das demais famílias Jê setentrionais. NIKULIN, 2020.

(3) MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra*:*** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

(4) Ibid., p. 36.

(5) KARASCH, 2016. p. 61-66.

(6) Ibid., p. 65.

(7) HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 19.

(8) Ibid., p. 23.

(9) SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. São Paulo: Editora Nacional, 1987. p. 68-69.

(10) MONTEIRO, 1994., p. 79.

(11) FERREIRA, Manoel Rodrigues. **As bandeiras do Paraupava**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1977.

(12) Ibid., p. 44.

(13) Ibid., p. 105.

(14) NEME, Mário. Dados para a história dos índios Caiapó. **Anais do Museu Paulista**, v. 23, 1969, p. 103-147.

(15) D'ARAÚJO, Antonio. Informação da entrada que se pode fazer da vila de S. Paulo ao grande Pará, que é o verdadeiro Maranhão, chamado também rio das Almazonas, [...]. Dada por Pero Domingues um dos trinta portugueses que da dita vila o foram descobrir no ano de 1613. [...]. [1623] *In:* LEITE, Serafim. **Páginas da História do Brasil**. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª, v. 93. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. pp. 103-110.

(16) Ibid., p. 104.

(17) D'ARAÚJO, loc. cit.

(18) D'ARAÚJO, loc. cit.

(19) Ibid., p. 105.

(20) D'Abenville narra a entrada que os franceses teriam feito no mesmo período rio Tocantins acima, possivelmente alcançando a confluência com o rio Araguaia. D'ABBEVILLE, Cláudio. **Historia da Missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. Typografia do Frias: Maranhão, 1874.

(21) D'ARAÚJO, [1623] 1937. p. 105.

(22) Para um olhar deste aspecto na historiografia recente sobre a Amazônia colonial ver: SOMMER, Barbara A. Colony of the Sertão: Amazonian expeditions and the indian slave trade. **The Americas**, v. 61, n. 3, p. 401-428, 2005. CHAMBOULEYRON, Rafael; et. al. Pelos sertões "estão todas as utilidades". Trocas e conflitos no sertão amazônico (século XVII). **Revista de História.** São Paulo. n. 162, 2010, p. 13-49. ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. **Revista de História**, n. 168, p. 201-243, 2013. CHAMBOULEYRON, Rafael. Rivers and Land Grants in the Colonial Amazon Region (Late Seventeenth and First Half of the Eighteenth Century). *In*: _____; SOUSA, Luís Costa (orgs.). **River and Shores**: 'fluviality' and the occupation of Colonial Amazonia. Bound, Canadá: Baywolf, 2019.

(23) MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966. Apud: CHAMBOULEYRON, 2010. p. 17-18.

(24) Ibid., p. 18.

(25) Ibid., p. 20.

(26) ATAÍDE, Bartolomeu Barreiros de. Memória para o rei [D. Pedro II], relatando o que observou na sua estadia no Maranhão e Grão Pará, participando a descoberta de uma mina de ouro, a existência de grande quantidade de madeiras e paus odoríferos, as condições de navegação, e os índios do sertão. Apud: FERREIRA, 1977. p. 195-199.

(27) Ibid., p. 197.

(28) VIEIRA, António. CARTA LXXIV, Ao Rei D. João IV, 8 de dezembro de 1655. *In*: AZEVEDO, J. (org.). **Cartas do Padre António Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. p. 451.

(29) Até onde foi possível levantar nessa pesquisa os *Catingas* ou *Caatingas* serão localizados no interior do interflúvio até fins do século XVII. Em 1671, padre Gonçalo de Veras, Sebastião Teixeira e a tropa comandada pelo sargento-mor Francisco Valadares, com dez canoas e numerosos indígenas, subiram o Tocantins. Essa expedição menciona os *Caatingas* habitando o interflúvio. KARASCH, 2016. p. 81.

(30) VIEIRA, [1655] 1925, p. 554.

(31) Loc. cit.

(32) Loc. cit.

(33) Apud: FERREIRA, Manoel. **op. cit**., p. 205.

(34) VIEIRA, António. CARTA LXXXVI – Ao Rei D. Afonso VI – 28 de novembro de 1659. *In*: AZEVEDO, J. (org.). **Cartas do Padre António Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. p. 554-555.

(35) As fontes mostram outros momentos em que os *Poquiguaras* ou *Poquis* se inter-relacionam com os não indígenas: Em 1668, o Padre Gaspar Misch e João de Almeida, subiram o Tocantins até o território dos *Poquis* que estavam em rebelião. Em 1669, o sargento-mor João de Almeida Freire penetrou o rio Tocantins perseguindo os Poquizes. KARASCH, 2016. P. 81

(36) SAMPAIO, 1978, p. 305-306.

(37) HEMMING, Jonh. **Red Gold**: the conquest of the Brazilian indians. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1978. p. 608.

(38) FERREIRA, 1977, p. 206. *Guara* como sufixo indica procedência, nacionalidade. SAMPAIO, 1978, p. 237. "*Turí*: o facho, a fogueira, o farol. Turi é também o nome de uma árvore, conhecida igualmente por *Turiuva* (*Licania turiuva*)". Não encontrei significado específico para o prefixo *Inhei*. Mas *Nheen* significa "a fala, a língua, o idioma" (como em *Nheen-gatu*). Um dos povos encontrados nas ilhas do delta do rio Amazonas foi designado como *Nheengaíbas*, ou aqueles que falam uma língua ruim ou incompreensível, o que talvez sugerisse um sentido para o etnônimo.

(39) FERREIRA, 1977, p. 210.

(40) Não se pode afirmar ao certo, mas *Guapinhaxés* poderia ser designativo de habitantes das cabeceiras. Conforme Sampaio: "*Gua-apira*: o começo do vale; as cabeceiras; as nascentes. *Alt*. *Guapi*, *Guapy*". SAMPAIO, 1987. p. 237.

(41) **Mappa Geografico da Capitania de Villa Boa de Goyaz**, combinado com partes de outros, que denotão as Capitanias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pelo Ilmo. E Exmo. Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania no anno de 1819. Acervo da Biblioteca Nacional. Localização: ARC.028,11,010. Disponível em:

<http://www.arpdf.df.gov.br/mapa-vila-boa-de-goias/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

(42) Sobre essas hipóteses de interação Jê-Tupi no baixo Araguaia, Baldus sugere que os *Caatingas* seriam os antepassados dos Tapirapé, que, fugindo dos ataques dos Jê setentrionais, migraram mais para o sul. BALDUS, Hebert. **Os Tapirapé**: tribo Tupi no Brasil central. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Edusp, 1970. p. 21-25. Toral aponta um circuito de trocas e visitas entre os Tupi e os Jê em virtude dos traços comuns da cultura material (cestaria, plumária, armas) e de organização social (casa dos homens, grupos de idade, organização dual). Ao analisar a procedência e contato dos Karajá com outros povos, ele esclarece ainda que estes, conforme suas narrativas, seriam oriundos de terras ao norte de onde se encontram atualmente. TORAL, André Amaral. **Cosmologia e Sociedade Karajá**, Dissertação (Mestrado em Antropologia

Social) – Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

(43) NIMUENDAJÚ, 1983. p. 9.

(44) Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 (Identificação da TI Apinayé). 1º Volume. fls. 14.

(45) VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

(46) Ibid.

(47) Em 1726, Bueno organizou uma segunda expedição e fundou a Vila Boa de Goiás. Em 1729, Manoel Rodriguez Thomaz, que fundara o arraial de Meia-Ponte e fora expulso de lá pelo governador, deslocou-se para o norte com grande número de homens, criando entre 1732 e 1737 uma série de localidades: Crixás, Traíras, São José do Tocantins, Cachoeira, Santa Rita, Água Quente. As minas de Natividade são descobertas em 1734 por Antônio Ferraz de Araújo, sobrinho do *Anhanguera*. Em 1736, Carlos Marinho estabeleceu o aldeamento de São Félix. Em 1740, foram descobertas quatro jazidas em Arraias, Conceição, Chapada e Cavalcante. ROCHA, Leandro Mendes (org.). **Atlas Histórico**: Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: Editora do CECAB, 2001.

(48) MASCARENHAS, Luiz. Registro de um bando que se mandou publicar nos arraies de Natividade e S. Luiz sobre as bandeiras para a conquista do Gentio Pinaré, de 19 de março de 1740. *In*: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. Volume XXII. Bandos, regimentos e Ordens dos Capitães-Generaes Conde de Sarzedas e D. Luiz Mascarenhas (1732-1748). São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896. p. 146.

(49) MASCARENHAS, Luiz. Registro de uma portaria que se passou para o descoberto de Natividade sobre a boa forma com que se deve conservar a gente que se for na bandeira que via aos Pinarés. de 19 de março de 1740. *In*: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. Volume XXII. Bandos, regimentos e Ordens dos Capitães-Generaes Conde de Sarzedas e D. Luiz Mascarenhas (1732-1748). São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896. p. 146-147.

(50) BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Relatório para expedição de Portaria Declaratória para a Terra Indígena Apinajé II**. Adolfo Neves Oliveira Júnior. Brasília, D.F., 13 de outubro de 1995. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76/Identificação da TI Apinajé. Fls 04-78.

(51) EVREUX, Yves D'. **Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614**. Leipzig & Paris: Librairie A. Franck, 1864. p. 73.

(52) SAMPAIO, 1987, p. 300.

(53) TAUNAY, Affonso de. **História das bandeiras paulistas**. Tomo II. São Paulo: Edição Melhoramentos, [s.d.]. p. 248.

(54) FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do** Brasil: Séculos XVI – XVII – XVIII. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. 1954. p. 128.

(55) ALMEIDA, Cândido Mendes. **A Carolina**: ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goyaz. Rio de Janeiro: Typografia Episcoal de Agostinho Guimarães, 1852. p. XIV-XV.

(56) DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. **A Ligação Centro-Norte pela Via Araguaia--Tocantins no Período Colonial**. Campinas: V Simpósio Nacional dos Profissionais de História, ANPUH, 1969. p. 254.

(57) BAENA, Antonio Ladislao Monteiro. Respostas dadas ao Exmo. Presidente da Província do Pará sobre o caminho mercantil entre a dita província e a de Goyaz. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro, Tomo X, 1º. Trimestre de 1848. pp. 80-107. JARDIM, Jerônimo Moraes. Synthese historica das tentativas feitas para a utilização, como vias navegáveis, dos grandes rios que banham o Estado de Goyaz. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil.** Rio de Janeiro. Tomo Especial. Consagrado ao Primeiro Congresso de Historia Nacional. Parte II, 1915. pp. 409-432. p. 425.

(58) LISBOA, Antonio Luiz Tavares. Roteiro da viagem que descendo pello rio Tocantins mandou fazer o Illmo. Governador da capitania de Goyaz José de Almeida Vasconcellos [...] anno de 1774. *In*: VILHENA, Luiz dos Santos. **Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas contidas em XX Cartas** [...]. Livro II, Anno de 1802. Bahia: Imprensa Official do Estado. 1921.

(59) BAENA, Antonio Ladislao Monteiro. **Compêndio das eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, [1838] 1969. p. 201.

(60) **Descrição do Rio Tocantins, desde Alcobaça, emthé Pontal**. [Post. A 1780]. No mapa estão assinalados os povoados de "S. Bernardo de Pederneiras" (fundado em 1781 pelo governador José de Napoles Tello de Menezes) e "N.S. de Nazareth do llugar de Alcobaça (fundado em 1781 pelo major João Vasco Manoel de Braum, por determinação do mesmo governador, região em que foi construído um forte de faxina, que se vê desenhado no mapa). Acervo do Ministério das Relações Exteriores. BR DFMRE RIO-MAP-MCAR-8463. Disponível em: <https://atom.itamaraty.gov.br/index.php/8463>. Acesso em: 16 maio 2022.

(61) DOLES, 1969. p. 254.

(62) VILLA REAL, Thomaz de Souza. Diário da navegação que fez Thomaz de Sousa Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho, desde Villa Boa, capital de Goyazes, até a cidade do Pará. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. Supplementar, Tomo XI, 1848a. pp. 418-422.

(63) Ibid., p. 418.

(64) Ibid., p. 419.

(65) Ibid., p. 420.

(66) Isto pode ser um fator que inviabiliza uma maior precisão da localização de suas aldeias, uma vez que as expedições de não indígenas cruzavam os rios e não adentravam o interior.

(67) VILLA REAL, Thomaz de Souza. Diário da viagem que fez pelos tios Tocantins e Araguaya a transportar os índios silvestres da nação Carajás às suas habitações. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. Supplementar, Tomo XI, 1848b. pp. 423-432.

(68) COUTINHO, Francisco de Souza. Carta. 7 de março de 1793. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. Supplementar, Tomo XI, 1848 p. 433.

(69) VILLA REAL,1848b, p. 428.

(70) BAENA, [1838] 1969. p. 230-231.

(71) MATTOS, Raimundo Jozé. Cunha. Chorographia historica da província de Goyaz. [1824]. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo 37, Parte primeira. 1874. p. 335-336.

(72) SILVA E SOUZA, Luiz Antônio. Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz [1812]. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Tomo V, vol. 16, 1º. Trimestre de 1849. p 495.

(73) POHL, Johann Emanuel. **Reise im innern von Brasilien**. Vol. 2. Wien: [?], 1837. p. 168-169.

(74) COUDREAU, Henri. **Voyage au Tocantins-Araguaya** (31 décembre 1896 – 23 mai 1897). Paris: A. Lahure, Imprimeur-Editeur, 1897. p. 82.

(75) Segundo Nimuendajú, os *Macamecrans* são os Krahô. Ribeiro foi o primeiro a referir-se aos *Caraús* ou *Carâous* e afirmou que no Tocantins eram conhecidos como *Pepuxis* ou *Temembos*. Mas como percebe Nimuendajú ele mesmo havia reconhecido que *Pepuxis* e *Caraús* são povos distintos. Silva e Souza indica a existência de *Capepuxis* e *Temimbós*. Ele fala que os *Temimbós* vivem em 5 aldeias próximas a Pastos Bons. Pohl, que visitou o Krahô afirma que eram os mesmos *Temimbós*. Conforme Nimuemdajú, a associação dos *Temembó* com os *Krahó* repousa, sobretudo, no fato de o primeiro nome ocorrer apenas nos relatos de 1812 a 1824, ou seja, justamente no período em que os Krahô aparecem no Tocantins, espalhando-se pelas duas margens do rio Tocantins. Nimuendajú não dá crédito a distinção feita por Cunha Mattos entre esses dois grupos, porque o mesmo descreveu os Apinajé, como três distintos grupos. Logo conclui que *Temembó* e *Krahô* designavam o mesmo povo. Mas indica que os *Pepuxi* (*Capepuxi*, *Puxiti*, *Petuxi*), indica a designação Timbira para os povos Xerente-Xavante. Os Xavante foram localizados por Ribeiro, como habitando terras entre os

Apinajé e os Krahô. NIMUENDAJÚ, 1946. p. 23.

(76) MAGALHÃES, Francisco Pinto. **Memoria sobre a descoberta e fundação da povoação de São Pedro de Alcântara.** [1812] Apud: ALMEIDA, 1852, p. 49.

(77) Ibid. p. 55

(78) RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. Memoria sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: analyse de algumas tribus mais conhecidas : processo de suas hostilidades sobre os habitantes : causas que lhes tem difficultado a reducção, e unico methodo que seriamente poderá reduzil-as [1816]. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo 3º, n. 10, p. 184-197; n. 11, p. 297-322; n. 12, p. 442-456. Rio de Janeiro. p. 450. [reimpressa em 1860]

(79) RIBEIRO, loc. cit.

(80) Sobre o etnônimo *Coroty*, Karasch sugere que pode ser uma associação a metade cerimonial Apinajé *Kore* (em oposição à *Koti*). No entanto, Nimuendajú indica a possibilidade de significar *Gorotire*, subgrupo Kayapó. (*Gorotire Kunren* = grupo original da divisão Kayapó).

(81) RIBEIRO, [1816] 1841.

(82) Ibid., p. 56.

(83) SILVA E SOUZA, [1812] 1849.

(84) O mapa deve ter sido elaborado depois de 1797, pois aparece o destacamento de São João das Duas Barras criado nesse ano, e antes de 1809, porque ainda não aparecia a povoação na margem direita da foz do rio Itacaiúnas (hoje Marabá, no Pará).

(85) **Configuração do rio Tocantins, desde a villa de Cametá athé os portos reaes dos arraes de Pontal e Carmo.** Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart515174/cart515174.jpg>. Acesso em: 17 fev. 2021.

(86) **Mapa do interior da capitania do Maranham**: entre parte daquelas de que ella se divide, formado para mostrar os pontos que a limitão com a de Goiáz. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart525801/cart525801.jpg>. Acesso em: 13 maio 2022.

(87) RIBEIRO, [1815] 1848. p. 37.

(88) **Mappa geographico da capitania do Maranham**: que pode servir de memoria sobre a população, cultura, e couzas mais notáveis da mesma capitania. Autor: Francisco de Paula Ribeiro. 1819. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529483/cart529483.jpg>. Acesso em: 25 jan. 2021.

(89) NIMUENDAJÚ, 1946. p. 36.

(90) VERSWIJVER, 1985. p. 23.

(91) MATTOS, Raimundo Jozé da Cunha. 1924. Resumo dos trabalhos do governador

das armas. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil**, tomo 96, Parte primeira. Rio de Janeiro. p. 226.

(92) MATTOS, Raimundo Jozé da Cunha. **Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Vileneuve e Cia., 1836. p. 166.

(93) MATTOS, [1824] 1874. p. 358.

(94) **Carta Corografica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes**, organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos, Governador das Armas de Goyaz, par acompanhar os seus Itnerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Medidas 40 cmx81 cm, localização CO-GO-10.01.2064. Disponível em: <http://www.arquivopublico.df.gov.br/carta-corografica-plana-da-provincia-de--goias/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

(95) Francis de Castelnau dirigiu uma expedição científica realizada entre 1843 e 1847 sob ordens do governo francês que percorreu regiões do Brasil, Bolívia e Peru. Publicou seis volumes com informações etnográficas, geográficas e zoológicas, intitulados originalmente *Expédition dans les Parties Centrales de l'Amérique du Sud de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para – exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847 sous la direction de Francis de Castelnau*. (1850). Parte dos registros, como os diários pessoal e oficial da expedição, foram perdidos após um dos membros ser roubado e assassinado no rio Maranhão (Tocantins). CHARTIER, Roger. Prefácio. *In*: MELLO, Maria Elizabeth Chaves (org.). **Um francês nos trópicos**: Francis de Castelnau: o olhar de um viajante no século XIX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 9 -12.

(96) CASTELNAU, Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul** [1844]. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000. p. 141.

(97) A mesma documentação indica que o aldeamento se encontrava a duas léguas da Vila de Boa Vista. No próximo capítulo, analisarei a política indigenista e o estabelecimento do "aldeamento Boa Vista".

(98) CASTELNAU, [1844] 2000, p. 91.

(99) Ibid., p. 245.

(100) GOMES, [1859]1862. p. 491-495.

(101) APINAGÉ; GIRALDIN, 2018, p. 21.

(102) GOIÁS (Província). Correspondência do Governo Provincial aos Capitães-Mores, Comandantes de Distritos e Diretores de Aldeias (1829-1834). Arquivo Histórico de Goiás (manuscrito), p. 03 (v). *In*: ATAÍDES, Jézus Marco. **Documenta Indígena do Brasil Central**. Goiânia: Editora da UCG, 2001. p. 28.

(103) CASTELNAU, Francis. **Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud**: de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para. 2. ptie. Vues et scènes. Paris: P. Bertrand, libraire-éditeur, 1850. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.

org/item/125007#page/53/mode/thumb>. Acesso em: 12 maio 2022.

(104) GOIÁS (Província). Ofício do Governador Francisco Jannuário da Gama Cerqueira ao Missonário Frei Francisco do Monte São Vito das aldeias Apinayé e Krahô, de 26 de junho de 1858. Ministério dos Negócios da Guerra/Correspondência da Presidência aos encarregados da catequese (1858). A.H. – GO (manuscrito), p. 4/v. *In:* ATAÍDES, Jézus Marco. **Documenta Indígena do Brasil Central**. Goiânia: Editora da UCG, 2001. p. 31.

(105) CASTELNAU, [s.d.]. p. 341.

(106) "As declarações de Snethlage obtidas de um velho Apinaye sobre supostas relações da sua tribo com os Gaviões selvagens são incorretas. Os Apinaye têm medo dos Gaviões mansos, quanto mais dos seus irmãos selvagens, que são evitados mesmo pelos seus congêneres pacíficos na parte superior do Pindaré". (tradução do autor). NIMUENDAJÚ, 1946, p. 11

(107) KARASCH, Mary. Os quilombos do Ouro na capitania de Goiás. *In:* REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombolas no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 247.

(108) BAENA, [1838]1969, p. 231. Fausto afirma que "a localização dos *cupenlobos* corresponde, aproximadamente, ao território em que os Parakanã seriam encontrados anos depois". FAUSTO, Carlos. **Inimigos fiéis**: guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2014. p. 51-52.

(109) *Pẽp* é uma categoria de jovens guerreiros que são submetidos ao processo de reclusão na mata, sob orientação de líder (*Mẽ Krãtum*), para aprender os cantos rituais, além de outros conhecimentos necessários aos guerreiros.

(110) APINAGÉ; GIRALDIN, 2020, p. 25.

(111) APINAGÉ; GIRALDIN, loc. cit.

(112) Ibid., p. 27.

(113) Foto: Marcelo Fagundes.

(114) Segundo Nimuendajú, "dos seus parentes mais próximos só as possuem as hordas ocidentais dos Kayapó do Norte, no Alto Xingu". NIMUENDAJÚ, 1983, p. 3.

(115) AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 297.

(116) BERREDO, Bernardo Pereira. **Annaes Historicos do Estado do Maranhão**: em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nelle tem sucedido desde o anno em que foi descoberto até o de 1718. Maranhão: Typographia Maranhense, 1849. p. 12.

(117) LISBOA, [1774] 1921. p. 882.

(118) CASTELNAU, [1844] 2000, p. 229.

(119) LISBOA, [1774] 1921. p. 890-891.

(120) NIMUENDAJÚ, 1983.

(121) SILVA E SOUZA, [1812] 1849. p. 495.

(122) AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Carta do Estado de Goyaz**. 1902.

(123) COUTINHO, [1793] 1848, p. 433.

(124) A noção de pacificação faz referência ao conceito de "pacificação às avessas" pensado originalmente no contexto norte-amazônico, mas ressignificadas aqui a partir da adoção de estratégias políticas, econômicas e sociais pelos Apinajé nas relações com a sociedade não indígena. Conforme Albert pacificação significa a "domesticação simbólica e ritual da alteridade dos brancos e neutralização dos seus poderes nefastos (pestilência e violência)". ALBERT, 2002, p. 10.

(125) Ibid., p. 208.

(126) CASTELNAU, Francis. op. cit. 347.

(127) CASTELNAU, Francis. **Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud**: de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para. 2. ptie. Vues et scènes. Paris: P. Bertrand, libraire-éditeur, 1850. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/item/125007#page/53/mode/thumb>. Acesso em: 12 maio 2022.

(128) Ibid., p. 209.

(129) CASTELNAU, Francis. **Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud**: de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para. 2. ptie. Vues et scènes. Paris: P. Bertrand, libraire-éditeur, 1850. Disponível em : <https://www.biodiversitylibrary.org/item/125007#page/53/mode/thumb>. Acesso em: 12 maio 2022.

(130) Foto: Tiago Rodrigues e Fonte: Google Maps.

(131) DAMATTA, 1976, p. 61.

(132) BUSCALIONI, Luigi. **Una escursione Botanica nell'Amazzonia.** Roma: La Società Geografica Italiana, 1901. p. 58.

(133) NIMUENDAJÚ, 1983. p. 14.

(134) NIMUENDAJÚ, loc. cit.

(135) Fonte: Google Maps e Foto: Tiago Rodrigues.

(136) Ele não informa o nome nem o local da aldeia, portanto não foi possível identificá-la.

(137) GOMES, Vicente Ferreira. 1862. Itinerário da cidade de Palma, em Goyaz, à cidade de Belém no Pará, e breve notícias da província de Goyaz. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo XXV, v. 25, p. 485-514, 1862. Rio de Janeiro. p. 492.

(138) CASTELNAU, Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. Tomo 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [s.d.]. p. 342.

(139) CASTELNAU, p. 348.

(140) OLIVEIRA, Carlos, 1930. p. 73.

(141) Fonte: Google Maps.

(142) LADEIRA, Maria Elisa. Perícia Antropológica referente a ação de Demarcação que Leon Delix Milhomen e outros movem contra a Fundação Nacional do Índio. Processo n. 1875/81. 1989. p. 16. Disponível em: <https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/sites/5/2018/06/terra_krikati.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

(143) RIBEIRO, [1816] 1841. RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 [...]. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro**, tomo X, 1º Trimestre de 1848. p 5-80. Rio de Janeiro. [segunda edição 1870]

(144) NIMUENDAJÚ, 1946.

(145) LADEIRA, 1989, p. 16.

(146) Ibid., p. 18.

(147) Sobre o faccionalismo entre os Kayapó, Neves estabeleceu reflexões para a compreensão das cisões históricas dos Kayapó no século XX, indicando os motivos e as formas como o grupo deve se relacionar com os não indígenas, casos de adultério, luta por mulheres e disputas políticas entre líderes distintos. NEVES, Eduardo Goes. Village fissioning in Amazonia: a critique of monocausal determinism. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 5, p. 195-209, 1995.Verswijver remonta os conflitos históricos dos distintos povos Kayapó no século XX, a partir das narrativas orais. VERSWIJVER, 1985.

(148) NIMUENDAJÚ, 1983. p. 15.

(149) DAMATTA, 1976, p. 201.

(150) Ibid., p. 206.

(151) Ibid., p. 221.

(152) RIBEIRO, [1815] 1848.

(153) MATTOS, [1824] 1874.

(154) Essas distintas denominações podem significar diferentes situações. Podem tanto representar distinções internas dadas pelos próprios indígenas ao observador que os registrou, quanto representar equívocos e imprecisões na grafia ou na localização geográfica. Essas considerações nos relembram das fronteiras fluidas entre as classificações das aldeias e dos povos que os invasores passam a conhecer.

(155) BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Relatório para expedição de Portaria Declaratória para a Terra Indígena Apinajé II**. Adolfo Neves Oliveira Júnior. Brasília, D.F., 13 out. 1995. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76/Identificação da TI Apinajé. Fls 37.

(156) Ibid., p. 34.

(157) Ibid., p. 35.

(158) BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Algumas observações sobre a situação atual dos índios Apinayé** [1983]. Maria Elisa Ladeira. Processo Nº FUNAI. BSB.2029.76/Identificação da TI Apinajé, 3º Volume, fls. 519-590.

(159) Ibid., fls. 535-536.

(160) Ibid., fls 535.

(161) DaMatta também falou sobre a cisão da aldeia Bonito (escrito no masculino por ele), no entanto, apresenta os nomes dos líderes "*Dokô-re* (representante do estabelecimento e do abuso no uso da força) e *Nindo-pó* (seu rival e representante da sagacidade e do desejo de como proceder quando se deseja efetivamente tomar o poder e liquidar a opressão)". DAMATTA, 1976, p. 221. Essa narrativa é utilizada para representar os aspectos ligados à cisão de aldeias entre os Apinajé.

(162) BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Algumas observações sobre a situação atual dos índios Apinayé** [1983]. Maria Elisa Ladeira. Processo Nº FUNAI. BSB.2029.76/Identificação da TI Apinajé, 3º Volume, fls. 519-590. fls 536.

4. ENTRE A FÉ E O PROGRESSO

(1) KARASCH, Mary. Catequese e Cativeiro: Política indigenista em Goiás: 1780-1889. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 397-412; p. 398.

(2) GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec: Edusp: Secretaria do Estado da Cultura, 1989. p. 29. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. *In*. _____. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p.133-154.

(3) GAGLIARDI, 1989.

(4) SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 47.

(5) CASTELNAU, [1844] 2000, p. 213.

(6) Ibid., p. 14.

(7) Ibid., p. 211-212.

(8) Ibid., p. 247

(9) SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brasil [1823] *In*: Dolhnikoff, M. (org.). **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. p. 47-77.

(10) Ibid. p. 48.

(11) Ibid. p. 50.

(12) CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 138.

(13) ALVIM, Carolina; POMPA, Cristina. De "métodos improfícuos" ao novo método: a questão indígena em Goiás, 1835-1850. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-26, maio/ago. 2021.

(14) MATTOS, [1824] 1874, p. 213-398.

(15) VIEIRA, Martha Victor. Os escritos de Raymundo José da Cunha Mattos e a temática indígena no IHGB. **História Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 19, n. 2, p. 314-331, mai/ago, 2019. p. 319.

(16) GUIMARÃES, Manoel. **Historiografia e Nação no Brasil** (1939-1857). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

(17) VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillipe. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, 6 (24), p. 381-403.

(18) GUIMARÃES, 2011.

(19) MATTOS, José Raymundo da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil [1838]. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.** Rio de Janeiro: Tipografia de D. Luiz dos Santos, tomo XXVI, v. 150, p.121-143, 1863. p. 133.

(20) Ele supõe que os indígenas americanos eram descendentes dos *Mongólicos* ou *Togures* e teriam chegado ao continente pelo Estreito de Bering. Os aborígenes brasileiros seriam descendentes dos "Tártaros da Sibéria ou das ilhas próximas", mas eram distintos desses. Foram esses Tupinambás, considerados o mais poderoso, que povoaram a parte oriental de Goiás, onde tomaram os nomes de "Chavantes, Cherentes, Gês, Acroás e outros que se subdividiram". A base do idioma desses povos seria a mesma. Contudo, "Carajás, Carajais, Xambiuás, Javahés, Tapirapés, e Coritis" pareciam ser de tronco diferente. MATTOS, [1838] 863, p. 77.

(21) Ibid., p. 136.

(22) MATTOS, [1824] 1874. p. 358.

(23) CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 139.

(24) ROCHA, Leandro Mendes. **O Estado e os índios**: Goiás (1850-1889). Goiânia: Editora da UFG, 1998. p. 50.

(25) CARNEIRO DA CUNHA, 1992. p. 146.

(26) KARASCH, 1992. p. 402.

(27) ROCHA, Leandro, 1998. p. 53.

(28) Ibid., p. 57.

(29) ROCHA, loc. cit.

(30) ROCHA, loc. cit.

(31) GOIÁS (Província). Presidente (Gama Cerqueira). **Relatório apresentado á Assemblea Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinária de 1859 pelo exm. presidente província Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira.** Goyaz. Typographia Goyazense. 1859. Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3410?from=000001&to=000095>. Acesso em: 29 abr. 2022. p. 47.

(32) ROCHA, Leandro,1998. p. 59.

(33) Ibid., p. 72.

(34) BRASIL. Ministério da Justiça. Relatório. Apud: ROCHA, Leandro,1998. p. 87-89.

(35) CASTELNAU, [1844] 2000, p. 207.

(36) SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet. **Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil**. Tomo II. Paris: Casa de J.P. Aillaud Editor, 1845. p. 187.

(37) Documento não encontrado.

(38) GOIÁS (Província). Presidente (Santos Azevedo). **Relatório que á Assemblea Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1842 o exm. vice-presidente da mesma província Francisco Ferreira dos Santos Azevedo.** Goyaz. Typographia Provincial. 1842. *In:* Center for Research Libraries. Global Resources Network. p. 11. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3392?from=000001&to=000018 >. Acesso em: 29 abr. 2022.

(39) GOIÁS (Província). Presidente (Santos Azevedo), 1842, loc. cit.

(40) GOIÁS (Província). Presidente (Ignacio Ramalho). **Relatório que á Assemblea Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1847 o exm. presidente da mesma província Doutor Joaquim Ignacio Ramalho.** Goyaz. Typographia Provincial. 1847. *In*: Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível em: < http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3396?from=000001&to=000037> . Acesso em: 29 abr. 2022. p. 14.

(41) GOIÁS (Província). Presidente (Padua Fleury). **Relatório que á Assemblea Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1848 o exm. vice-presidente da mesma província Antonio de Padua Fleury.** Goyaz. Typographia Provincial. 1848. In: Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível em: < http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3397?from=000001&to=000046 >. Acesso em: 29 abr. 2022. p. 28.

(42) GOIÁS (Província). Presidente (Gama Cerqueira). **Relatório apresentado á Assemblea Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinária de 1859 pelo exm. presidente da província Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira.** Goyaz. Typographia Goyazense. 1859. *In:* Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3410?from=000001&to=000095 . Acesso em: 29 abr. 2022. p. 48.

(43) Em princípio do século XIX, não existia uma uniformidade nos valores estabelecidos para a légua. O sistema métrico francês, criado em fins do século XVIII, só foi adotado no Brasil em 1862. Castelnau não esclarece a qual sistema de medida ele se refere. A légua imperial inglesa era 4,82 km e a légua terrestre adotada no Brasil imperial variava entre 4,82 e 6,60 km. Em relatório do Ministério da Agricultura, de 1877, a localização do aldeamento era de meia légua. Já no relatório de 1878 está indicado a distância de 3,3 km, o que sugere, apesar do aparente erro na distância da aldeia, que a légua utilizada nos documentos dos oficiais do império era de 6,6 km.

(44) BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Algumas observações sobre a situação atual dos índios Apinayé** [1983]. Maria Elisa Ladeira. Processo Nº FUNAI. BSB.2029.76/Identificação da TI Apinajé, 3º Volume, fls. 533.

(45) A sede paroquial de Tocantinópolis, recentemente reformada, instalou um letreiro com os dizeres "Alegria, alegria..". na fachada da entrada, ao lado da igreja matriz.

(46) BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Thomaz José Coelho de Almeida. **Relatório do anno de 1876 apresentado a assemblea geral na 2ª sessão da 16ª legislatura**. p. 183-184. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/2062?from=000001&to=000386 . Acesso em: 30 abr. 2022.

(47) BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello. **Relatório do anno de 1861 apresentado a assemblea geral na 2ª sessão da 11ª legislatura**. p. 84. Disponível em: < http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/2054?from=000501&to=000796> . Acesso em: 30 abr. 2022.

(48) GOIÁS (Província). Presidente (Alencastre). **Relatório lido na abertura d'Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo presidente da provincia o exm.o sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1º de junho de 1862.** Goyaz. Typographia Provincial 1862. *In:* Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3445?from=000001&to=000151. Acesso em: 30 abr. 2022. p. 42.

(49) Provavelmente refere-se ao total indígenas nas "aldeias mansas" (Alegria: 1.420 pessoas, incluindo os *Guajajara* e os *Caracaty*; e Bom Jardim: 600 pessoas).

(50) GOIÁS (Província). Presidente (Alencastre). **Relatório lido na abertura d'Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz o pelo presidente da provincia, o exm.o sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1º de junho de 1862.** Goyaz. Typographia Provincial 1862. p. 42. *In:* Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3445?from=000001&to=000151 . Acesso em: 30 abr. 2022.

(51) GOIÁS (Província). Presidente (Alencastre). **Relatório lapresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinaria de 1861 pelo exm. presidente da provincia, José Martins Pereira de Alencastre.** Rio de Janeiro. Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1861. p. 17. *In:* Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3412?from=000001&to=000040 . Acesso em: 30 abr. 2022.

(52) KARASCH, 1992, p. 397.

(53) Ver nota 124 do capítulo 3.

(54) KARASCH, loc. cit.

(55) MENEZES, Tristão da Cunha. Carta dirigida ao governador da capitania do Pará, Francisco de Souza Coutinho, em 6 de outubro de 1792. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. Supplementar, Tomo XI, 1848. p. 409.

(56) KARASCH, 1992, p. 404.

(57) PARÁ (Província). Presidente (Coelho). **Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, prezidente da provincia do Gram Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849.** p. 83. Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=20&s=0&cv=0&r=0&xywh=-143%2C-1%2C2781%2C1962>. Acesso em: 25 jun. 2021.

(58) CASTELNAU, 2000, p. 208.

(59) GOMES, [1859]1862.

(60) GOIÁS (Província). Directoria Geral dos Índios (Pitaluga Caiapó). Relatório da Directoria Geral dos Indios em Goyaz. Joaquim Bueno Pitaluga Caiapó (Director Geral). 28 de abril de 1869. **Relatório que o exm. sr. dr. Ernesto Augusto Pereira, presidente da provincia de Goyaz, leu na abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia a 1º de junho de 1869**. Goyaz. Typographia Provincial, 1869. p. 4. *In:* Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3420?from=000001&to=000120 . Acesso em: 30 abr. 2022.

(61) GOIÁS (Província). Correspondência do Govenador das Armas com o Comandante dos Distritos (1823-1829) Arquivo Histórico de Goiás. *In*: ATAÍDES, Jézus Marco. **Documenta Indígena do Brasil Central**. Goiânia: Editora da UCG, 2001. p. 28.

(62) BRASIL, Americano. Cunha Mattos em Goiás. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1924, p. 196-197.

(63) MATTOS, [1824] 1875. p. 92.

(64) MATTOS, 1836.

(65) BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. **Relatório do anno de 1864 apresentado á Assembléa Geral na 3ª sessão da 12ª legislatura [...]**. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/2057?from=000001&to=000500 . Acesso em: 30 abr. 2022.

(66) GOIÁS (Província). Presidente (Machado). **Falla que recitou o presidente da provincia de Goyaz, o doutor Eduardo Olimpio Machado, n'abertura da Assemblea Legislativa da mesma provincia em 1º de maio de 1850.** p. 29. Center for Re-

search Libraries. Global Resources Network. Disponível em: < http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3399?from=000001&to=000055>. Acesso em: 30 abr. 2022.

(67) SEGURADO, Rufino Theotonio. Viagem de Goyaz ao Pará: roteiro escrito pelo Dr. Rufino Theotonio Segurado. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro, tomo X, 1º trimestre de 1848. p 184.

(68) CASTELNAU, [s.d.]. p. 348.

(69) GOMES, [1859] 1862, p. 493.

(70) KARASH, 2016, p. 28.

(71) RIBEIRO, Darcy. **Convívio e Contágio**: efeitos dissociativos da depopulação provocadas por epidemias em grupos indígenas. Comunicação da II Reunião Brasileira de Antropologia, 1955. p. 3. Artigo publicado posteriormente no livro *Os índios e a civilização*.

(72) RIBEIRO, 1955, loc. cit.

(73) ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 128.

(74) ALENCASTRO, loc. cit.

(75) FAUSTO, 2014.

(76) BETENDORF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão** [1699]. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

(77) ALENCASTRO, 200, p. 128.

(78) BAENA, [1838] 1969, p. 217.

(79) RIBEIRO, [1815] 1848. p. 45.

(80) ALENCASTRO, 2000, p. 129.

(81) RIBEIRO, loc. cit.

(82) BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Manoel Alves de Araujo. **Relatório do anno de 1881 apresentado a assemblea geral na 2ª sessão da 18ª legislatura**. Disponível em:<http://ddsnext.crl.edu/titles/108/items. Último acesso.25 de junho de 2021.

(83) ALENCASTRO, 2000, p. 129.

(84) Os dados populacionais utilizados foram extraídos de: **1824** – CUNHA MATTOS, [1824], 1974, p. 358; **1855** – GOIÁS (Província). Presidente (Cruz Machado). **Relatório que a Assemblea Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1855 o exm. presidente da mesma província Antonio Candido da Cruz Machado**. Goyaz. Typographia Goyazense. 1855. p. 29; **1862** – GOIÁS (Província). Presidente (Alencastre). **Relatório lido na abertura d'Assemblea Legislativa Provincial de Goyaz o pelo presidente província o exm. Sr. José Martins Pereira de Alencastre no dia 1º de junho de 1862**. Goyaz. Typographia Provincial 1862. p. 42; **1897** – COU-

DREAU, 1987, p. 82; **1926** – NIMUENDAJÚ, 1983, p. 11-12; **1960** – BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Recenseamento indígena**, de 12 de outubro de 1960. Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls 20-28; **1980** – GALVÃO, Jane Lúcia Failson. **Relatório de reestudo e definição dos limites do Posto Indígena Apínayé**. 25 de março de 1981. Processo Nº FUNAI. BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 1º Volume. Fls. 150-317; 2º. Volume; **1990 –** Atlas das Terras Indígenas do Tocantins, 1997; **2010** – Sistema de Informação de Assistência de Saúde Indígena (SIASI/FUNASA); **2020** – Coordenação Técnica Local de Tocantinópolis (FUNAI).

5. NOS TEMPOS DO SPI

(1) SAMPAIO, Theodoro. Os Kraôs do Rio Preto no Estado da Bahia. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil**, Rio de Janeiro, tomo 75, parte primeira. 1912. p. 143-206.

(2) NIMUENDAJÚ, 1946. p. 25-26.

(3) SAMPAIO, 1912. p. 147.

(4) José Dias *Mãtyk* foi um importante *pahi* da aldeia Bacaba na luta pelo reconhecimento do território Apinajé. A biografia de *Mãtyk* contém episódios significativos para a história Apinajé: ele destacou-se na liderança de seu povo em momentos difíceis, repelindo o ataque de invasores, além de colaborar com o estabelecimento da paz entre as aldeias Apinajé, empreender viagens para reivindicar o reconhecimento das terras e dedicar-se a organização de sua comunidade. Apesar das incertezas quanto à periodização de sua biografia, alguns episódios de sua vida foram registrados por etnólogos como Snethlage (1931), Oliveira (1930) e Nimuendajú (1956), demonstrando sua luta pela segurança territorial e pelo bem-estar de sua comunidade. Ao lado da professora *Pãxre*, elaboramos uma pesquisa da memória dos Apinajé sobre o cacique José Dias *Mãtyk*, que resultou no texto publicado no projeto "Os Brasis e suas memórias", voltado a biografias indígenas. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/category/etnias/apinaje/>. Acesso em: 31 maio 2020.

(5) Da interação entre *Mãtyk* e Oliveira, surgiu o artigo "Os Apinagé do Alto Tocantins", em que, a partir de encontros diários, o *pahi* da aldeia Bacaba informou sobre os hábitos, costumes e crenças dos Apinajé. *Mãtyk* e outros Apinajé que o acompanhavam (estes Apinajé eram "Pedro Chavita (*Pepicôpô-Díutí)*, Salvador Luiz (*Peemborê--Pempicurutí*) e José Joaquim (*Teetoni-Cupurêkini*)") permaneceram em Belém por 33 dias. OLIVEIRA, Carlos, 1930. p. 63.

(6) NIMUENDAJÚ, 1983, p. 9.

(7) Fonte: NIMUENDAJÚ, Curt. CELIN, Museu Nacional/UFRJ. Conjunto 18 – A87 0004. (1928-37).

(8) Ibid., p. 109.

(9) Ibid., p. 12.

(10) NIMUENDAJÚ, loc. cit.

(11) Ibid. p. 13.

(12) Fonte: NIMUENDAJÚ, Curt. CELIN, Museu Nacional/UFRJ. Conjunto 20 – A96 0002 (1928-1937).

(13) SNETHLAGE, Emil Heinrich. Unter nordostbrasilianischen Indianern. **Zeitschrift für Ethnologie**, LXII, 1931. p. 117.

(14) Provavelmente, a imagem registra o encontro dos caciques *Mãtyk* e *Pebkób*, *pahis das* aldeias Bacaba e Gato Preto, respectivamente. Ibid., p. 148.

(15) NIMUENDAJÚ, 1983, p. 11.

(16) Ibid., p. 12.

(17) Ibid., p. 13.

(18) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. AJARINA. **Relatório de Viagem.** 29 de maio de 1984. Isa Maria Pacheco Rogedo (antropóloga/AESP). Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. fls 674.

(19) No processo FNI 003/71 e "inventário" de Gregório Peres da Rocha, registrado no livro de Transcrição de Transmissões (páginas 29 e 30, expedido em Boa Vista a 18/09/1940). Cf. BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório**. de 20 de abril de 1976. Ivan Baiocchi, Antonio Pereira Neto, Sebastião Fernandes. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 (Identificação da TI Apinayé). 1º Volume. fls. 31.

(20) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Memorando 39/ Coord. Do GT/ 84**. 12 de setembro de 1984. Jurandy Marcos da Fonseca. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. fls. 710.

(21) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. AJARINA. **Relatório de Viagem.** 29 de maio de 1984. Isa Maria Pacheco Rogedo (antropóloga/AESP). Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. fls. 671.

(22) Ibid., fls. 672.

(23) GAGLIARDI, 1989. p. 253.

(24) LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz:** poder tutelar e indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 74.

(25) ROCHA, Leandro Mendes. **A política indigenista no Brasil** (1930-1967). Goiânia: Ed. UFG. 2003. p. 49.

(26) ROCHA, loc. cit.

(27) Ibid., p. 49-50.

(28) Ibid., p. 164.

(29) BRASIL. **Decreto n. 10.652, de 16 de outubro de 1942**. Aprova Regimento do

Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro--1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 jan. 2022.

(30) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. Secretaria de Estudos. **O SPI em 1945**. H. Serpa. Microfilme 380, fls. 919.

(31) Ibid., fls. 926.

(32) Ibid., fls. 922.

(33) Loc. cit.

(34) Loc. cit.

(35) LIMA, 1994. P. 76.

(36) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional**. Relatório de atividades de 1946 e Plano de Trabalho de 1947.** 25 de janeiro de 1947. Alisio de Carvalho (chefe substituto). Microfilme 380, IR-8 fls. 136-159

(37) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ordem de Serviço No. 1.** 11 de setembro de 1947. Microfilme 270, IR-8, P.I. 152, fls. 1868.

(38) Maximiano Gomes da Silva Joaquim (auxiliar de sertão, encarregado do posto até abril de 1946) Julião Gonçalves Noleto (auxiliar de Ssrtão) transferido do PIN Tocantínia para o PIT Apinagés; Lopes Leão e Olga Gutemberg, ambos auxiliares de ensino e Almir José Bruno de Azevedo, auxiliar de sertão, são alguns dos servidores que atuaram no posto. BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás). **Ordem de Serviço, no. 49**. 9 de abril de 1946. Posto Indígenas Apinagés. Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 438-441.

(39) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício-Relatório**, de 26 de dezembro de 1960. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls 1838.

(40) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Memo no. 4/68, de 8 de fevereiro de 1968**. Jonas Ferreira Bonfim. Posto Indígenas Apinagés. Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls 659.

(41) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. **Telegrama**. 29 de abril de 1953. Microfilme 274, fls. 1224.

(42) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Memo Circular no. 1/62, 15 de janeiro de 1962**. Walkiria Lobo (Chefe substituta). Posto Indígenas Apinagés. Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 457.

(43) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás). **Instruções de Serviço.** 23 de janeiro de 1954. Chefe da 8ª. IR do SPI. Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 444.

(44) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício s.n.** 23 de julho de 1954. Raimundo Nonato Miranda (Che-

fe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1400.

(45) DAMATTA, 1976, p. 309.

(46) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ordem de Serviço no. 7.** 01de junho de 1957. Raimundo Nonato Miranda (Chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1537.

(47) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 153**. 19 de setembro de 1953. Raimundo Nonato Miranda (Chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1352-1354.

(48) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Recenseamento indígena**, de 12 de outubro de 1960. Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls 20-28.

(49) RIBEIRO, Darcy, 1955. p. 17.

(50) RIBEIRO, Loc. cit.

(51) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Recenseamento indígena**, de 12 de outubro de 1960. Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls 20-28.

(52) DAMATTA, 1976. p. 39.

(53) ROCHA, 2003. p. 63.

(54) BRASIL. **Decreto No. 10.652, de 16 de outubro de 1942**. Aprova Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro--1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 jan. 2022.

(55) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. Diretoria**. Circular no. 808.** 11 de novembro de 1957. José Luis Guedes (Diretor). Microfilme 274, fls. 1747.

(56) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Comunicado.** 4 de março de 1954. Chefe da 8ª. IR do SPI. Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls. 445.

(57) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Plano de Trabalho**. 20 de setembro de 1962. Jonas Ferreira Bonfim. Anexos Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1968. p. 334-335.

(58) FAGUNDES, Marcelo. Fotografia. 2012.

(59) CARRAZZA, Luis Roberto; SILVA, Mariane Lima da; ÁVILA, João Carlos Cruz. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu**. Brasília/DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Brasil, 2012.

(60) MESQUITA, Bejamin Alvino. **A crise da economia do babaçu no Maranhão** (1920-80). Comunicação apresentada na XVIII Annual Student Conference of Latin America, patrocinado pelo ILASSA — Institute of Latin Studies Student Association, da Universidade do Texas, Austin, [s.d.].

(61) DAMATTA, 1976, p. 34-39.

(62) TOCANTINS. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. Zoneamento Econômico Ecológico do Tocantins. Ocorrência de babaçu. 2001. (detalhe)

(63) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Telegrama.** 2 de outubro de 1951. 8ª. Cildo Meireles (chefe). Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 1255

(64) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás). **Plano de Trabalho**. 20 de setembro de 1962. Jonas Ferreira Bonfim. Anexos Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1968. pp. 334-335

(65) Foto: PILOTO, Juliano. IV Encontro das Mulheres Apinajé. Aldeia Girassol (2014).

(66) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Telegrama.** 29 de novembro de 1957. Chefe da 8ª. IR do SPI. Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 453.

(67) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Plano de Trabalho**. 20 de setembro de 1962. Jonas Ferreira Bonfim. Anexos Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1968. pp. 334-335

(68) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Memorando no. 05**, de 6 de maio de 1959. Posto Indígenas Apinagés. Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, p. 22.

(69) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 8ª. Inspetoria Indígena (Goiás)**. Ofício no. 138/59**, de 12 de setembro de 1959. Iridiano de Oliveira. Microfilme 274, IR-8, fls 1091-1092.

(70) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Movimento da Renda Indígena**. Posto Indígenas Apinagés. Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls 31-45.

(71) Adquiridas da intermediação do encarregado do SPI na comercialização do babaçu entre os indígenas e comerciantes de Tocantinópolis.

(72) Incluem despesas do PI Capitão Vasconcelos (Cr$ 6.650,00); PI Pimentel Barbosa (Cr$ 6.090,00), entre outros gastos

(73) Incluem despesas PI Getúlio Vargas, Apinagés, entre outras despesas.

(74) Incluem despesas PI Capitão Vasconcelos (Cr$ 3.920,00).

(75) Incluem despesas PI Getúlio Vargas (Cr$ 1.500,00) e P.I. Cacique Doble (RS) (Cr$ 1.440,00).

(76) Incluem despesas PI Getúlio Vargas (Cr$ 580,00) e P.I. Capitão Vasconcelos (Cr$ 1.750,00).

(77) A receita está dividida em Cr$ 12.530,00, referente a venda de 1.822 kg de babaçu e Cr$ 4.690,00, referente a venda de 300 kg de farinha de mandioca.

(78) PI Capitão Vasconcelos, PI Pimentel Barbosa (Cr$ 4.860,00) e PI Damiana da Cunha (Cr$ 2.380,00)

(79) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Ínido. 8ª. Inspetoria Indígena (Goiás**). Memo no. 11/68, de 30 de abril de 1968**. Jonas Ferreira Bonfim. Posto Indígenas Apinagés (Poind "Apinagés"). Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls. 660.

(80) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás**). Relatório**, de 18 de setembro de 1959. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1678-1682

(81) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás**). Relatório que faz o Sr. Inspetor Iridiano de Oliveira (chefe) da 8ª. IR do SPI.** 12 de junho de 1961. Microfilme 273, IR-8, fls. 1924.

(82) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 8ª. Inspetoria Indígena (Goiás). **Memo no. 11/68, de 30 de abril de 1968**. Jonas Ferreira Bonfim. Posto Indígenas Apinagés (Poind "Apinagés"). Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls. 660.

(83) LIMA, 1994, p. 295.

(84) BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. de 10 de novembro de 1937. Artigo 154. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 22 nov. 2021.

(85) Elaborado a partir do Croqui de 1953. BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás). [?] Microfilme 323, Posto 146, fls 002.

(86) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás**). Ofício no. 153**. 19 de setembro de 1953. Raimundo Nonato Miranda (Chefe). Microfilme 273, IR-8, fls 1353.

(87) Loc. cit.

(88) Ibid., fls. 1352-1354.

(89) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás**).** [?] Microfilme 323, Posto 146, fls 002.

(90) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás**). Ofício no. 135/59**, de 10 de setembro de 1959. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1667-1668.

(91) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás**). Relatório**, de 18 de setembro de 1959. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1682

(92) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás). **Ofício no. 99/60**, de 11 de julho de 1960. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1805.

(93) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás). **Ordem de Serviço, no. 23**. 16 de junho de 1948. Microfilme 273,

IR-8, fls. 1141.

(94) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. **Carta**. Anônimo. Microfilme 274, IR-8, fls. 1395-1440.

(95) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. **Relatório** de 13 de julho de 1959. Walter Velloso. Microfilme 274, IR-8, fls. 1395-1404.

(96) Ibid.

(97) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional**. Ofício 145/59**, de 21 de setembro de 1959. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1684

(98) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Plano de Trabalho**. 20 de setembro de 1962. Jonas Ferreira Bonfim. Anexos Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1968. pp. 332-333.

(99) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 29/62**, de 22 de fevereiro de 1962. Iridiano Amarinho de Oliveira. (Chefe). Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 719.

(100) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 114/62**, de 3 de julho de 1962. Microfilme 274, IR-8, fls 18.

(101) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 168/63**, de 20 de novembro de 1963. Irio Dutra (Chefe). Microfilme 274, IR-8, fls 278-279.

(102) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 8ª. Inspetoria Indígena (Goiás)**. Ofício n. 59/68**. Jonatas Pereira da Costa. (Maj.R1) (Chefe) Microfilme 274, IR-8, fls 1018.

(103) DAMATTA, 1976, p. 44.

(104) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Ínido. 8ª. Inspetoria Indígena (Goiás)**. Memo no. 54/68, de 22 de setembro de 1968**. Jonas Ferreira Bonfim. Posto Indígenas Apinagés (Poind "Apinagés"). Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls 685.

(105) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 78/61**, de 13 de junho de 1961. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls 1957.

(106) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 87/63**, de 10 de junho de 1963. Irio Dutra. (Chefe). Microfilme 274, fls 259.

(107) BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Avisos do Posto Apinagés**. Jonas Ferreira Bonfim. 31 de maio de 1968. Posto Indígenas Apinagés. Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls 547.

(108) LIMA, 1994, p. 293.

6. O DESENVOLVIMENTISMO E A LUTA PELA TERRA

(1) Como afirma Escobar, "entende-se 'desenvolvimento' como uma categoria coerente de fenômenos sociais, que deve ser observado em seu processo histórico, mas também como prática discursiva, que constituem elementos da realidade social". É necessária "uma visão de desenvolvimento como invenção, como experiência historicamente singular que não foi nem natural, nem inevitável, senão o produto de processos históricos bem identificáveis". ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercero Mundo**: construcción y desconstrución del desarrollo. Bogotá: Editorial Norma, 1996. p. 11.

(2) Conforme Heck, a política indigenista durante o regime militar pode ser dividida em cinco fases distintas: a) 1ª fase (1964-1967): caracterizada pela busca da autossuficiência e crise do Serviço de Proteção aos Índios (SPI); b) 2ª fase (1967-1969): marcada pela reforma administrativa do governo Costa e Silva, que criou o Ministério do Interior, voltado ao projeto de interiorização e desenvolvimento; c) 3ª fase (1969-1974): a política indigenista passa a ser fortemente influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional; d) 4ª fase (1974-1979): período de adaptação e consolidação do modelo indigenista, através do binômio desenvolvimento e segurança; e) 5ª fase (1979-1984): marcado pela crise do modelo e aprofundamento do controle militar. HECK, Egon Dionisio. **Os índios e a caserna**: políticas indigenistas dos governos militares (1864-1985). Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

(3) GARFIELD, Seth. Beholding the miracle: Xavante indians and economic "development" under Brazilian military rule. **The Americas**, v. 57, n. 4, pp. 551-580, abr. 2001. p. 210.

(4) Apud: VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 25.

(5) Ibid., p. 25-26.

(6) HALL, Anthony. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. p. 27.

(7) HALL, 1989, p. 28.

(8) DAVIS, Shelton H. **Vítimas do Milagre**: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Trad. Jorge Alexandre Pontual. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 40.

(9) HALL, 1989, p. 40

(10) MAGALHÃES, Antônio Carlos. As nações indígenas e os projetos econômicos de Estado: a política de ocupação da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, 6 (2), 1990.

(11) Vale ressaltar a proximidade da região de eclosão da guerrilha do Araguaia com o território Apinajé, porém, ao que indica historiografia sobre o tema, não há indícios de participação direta nos eventos.

(12) HALL, 1989, p. 52.

(13) BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Texto 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. pp. 203-262. p. 208.

(14) Loc. cit.

(15) **A política de genocídio contra os índios do Brasil**. Portugal: Associação de ex--presos políticos antifascistas (AEPPA), Centro de Referência Virtual, 1974. p. 9.

(16) BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Texto 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. pp. 221.

(17) DAVIS, 1978, p. 35-36.

(18) ROCHA, 2003.

(19) Ibid., p. 63.

(20) LIMA, Antônio Carlos de Souza. Povos Indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a organizados? *In:* SOUSA, C. *et. al.* (orgs.), **Povos Indígenas***:* projetos e desenvolvimento, II. Brasília/Rio de Janeiro: Paralelo 15/GTZ/LACED-Museu Nacional-UFRJ, 2010. p. 32.

(21) BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v. 4, n .2, p.13-93, dez. 2007.

(22) SUESS, Paulo. **Em defesa dos povos indígenas**: documentos e legislações. São Paulo: Loyola, 1980. p. 109.

(23) HECK, 1996, p. 68.

(24) MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984. p. 49.

(25) Sobre a rodovia Transamazônica e/ou seus impactos aos povos indígenas: VELHO, 2009; GOMEZ, Flávio Alcaraz. **Transamazônica:** a redescoberta do Brasil. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1972. MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro:** ditadura militar, transamazônica e a construção do "Brasil grande". Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, 2007.

(26) VALENTE, 2016.

(27) DAVIS, 1978, p. 101.

(28) VELHO, 2009, p. 139.

(29) Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios Goianos. governo de Goiás. Secretaria de Indústria e Comércio, série D, n. 1 a 6, Goiânia, 1970. Apud: BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório**, de 20 de abril de 1976. Ivan Baiocchi, Antonio Pereira Neto, Sebastião Fernandes. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 (Identificação da TI Apinayé). 1º Volume. fls. 15.

(30) Loc. cit.

(31) BRITO, Orlando. (13/10/1973). Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/construcao-da-transamazonica-9406097>. Acesso em: 3 maio 2022.

(32) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Memo no. 547/DGAS.** 29 de outubro de 1970. [?]. Microfilme 323, fls. 785-787.

(33) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório da viagem [...] no que diz respeito a situação dos índios Apinagés e a Transamazônica no setor Tocantinópolis.** 01 de dezembro de 1970. Cel. Clodomiro Bloise. Microfilme 323. Fls 767-777.

(34) Ibid., fls 768.

(35) Ibid., fls 774.

(36) A rodovia foi pavimentada na década de 1990 e teve seu trecho desviado para fora da Terra Indígena.

(37) VELHO, 2009. DODDE, Paula Arrais Moreira. **Impactos de empreendimentos lineares em Terras Indígenas na Amazônia Legal**: o caso da BR-230/PA e das Terras Indígenas Mãe Maria, Nova Jacundá e Sororó. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012.

(38) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório da viagem [...] no que diz respeito a situação dos índios Apinagés e a Transamazônica no setor Tocantinópolis.** 01 de dezembro de 1970. Cel. Clodomiro Bloise. Microfilme 323. Fls. 771.

(39) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório sobre a situação atual do Apinayé**. Maria Elisa Ladeira (antropóloga). 19 de Junho de 1991. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. Fls 732-733.

(40) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório da viagem [...] no que diz respeito a situação dos índios Apinagés e a Transamazônica no setor Tocantinópolis.** 01 de dezembro de 1970. Cel. Clodomiro Bloise. Microfilme 323. Fls. 772

(41) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 8ª. Inspetoria Indígena Posto Indígena Apinagés**. Projeto**. 22 de fevereiro de 1972. Sebastião Aparecido Fernandes (Chefe). Microfilme 294, IR-8, P.I. 146, fls 256-260.

(42) Algumas referências levantadas sobre o PGC: COTA, Raymundo Garcia: **Carajá*s***: a invasão desarmada. Petrópolis; Vozes, 1984; TREECE, David. **Bound in misery and iron**: the impact of the Greater Carajás Programme on the indians of Brazil. Londres: Survival Internacional, 1987; FERRAZ, Iara; LADEIRA, Maria Elisa. **Os povos indígenas na Amazônia Oriental e o Programa Grande Carajás**: avaliação e perspectiva. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, CTI. Apresentado no 46º Congresso Internacional de Americanistas. Amsterdan, julho de 1988; HALL, 1989; TREECE, 1987.

(43) HALL, 1989.

(44) TREECE, 1987.

(45) BRASIL**. Lei nº 6.001**, de 19 de setembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:-text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art.,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional>. Acesso em: 21 maio 2021.

(46) BRASIL. **Decreto nº 76.999**, de 8 de janeiro de 1976. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e da providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76999-8-janeiro--1976-425608-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20processo%20administrativo,ind%C3%ADgenas%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em: 21 maio 2021.

(47) PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Hacia una Antropología del Indigenismo:** estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas y actuales de los indígenas en Brasil. Rio de Janeiro/Lima: Contracapa/Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Prática, 2006. p. 18.

(48)PACHECO DE OLIVEIRA, João; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Demarcación y reafirmación étnica: uma etnografia de la agencia indigenista. *In*: PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Hacia una Antropología del Indigenismo:** estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas y actuales de los indígenas en Brasil. Rio de Janeiro/Lima: Contracapa/Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Prática, 2006. p. 68.

(49) DAMATTA, Roberto. **Demarcação das terras dos índios Apinayé**. Setembro de 1970. In: Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 (Identificação da TI Apinayé). 1º Volume. Fls. 266-273.

(50) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 7ª. Delegacia Regional. **Relatório que o Delegado Regional da Funai em Goiânia apresenta ao Senhor Diretor do Departamento Geral de Operações**. 5 de agosto de 1975. Ivan Baiocchi (Delegado). *In:* Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 (Identificação da TI Apinayé). 1º Volume. Fls. 275-280.

(51) JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Índios expulsam colonos a tiros**. 14 ago. 1975.

(52) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório**, de 20 de abril de 1976. Ivan Baiocchi, Antonio Pereira Neto, Sebastião Fernandes. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 (Identificação da TI Apinayé). 1º Volume. Fls. 36.

(53) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório**, de 20 de abril de 1976. Ivan Baiocchi, Antonio Pereira Neto, Sebastião Fernandes. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 (Identificação da TI Apinayé). 1º Volume. Fls. 32.

(54) Ibid., fls 34.

(55) Loc. cit.

(56) Ibid., fls 35.

(57) Ibid., fls. 48.

(58) Loc. cit.

(59) TOCANTINÓPOLIS. Câmara Municipal de Tocantinópolis. Antônio José Rodrigues Filho (presidente da câmara). **Requerimento**. De 07 de março de 1979. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 1º Volume. Fls. 52.

(60) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Ata de reunião**. 24 de fevereiro de 1979. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 (Identificação da TI Apinayé). 1º Volume. Fls. 260.

(61) LADEIRA, Maria Elisa. Algumas observações sobre a situação atual dos índios Apinayé. [1983]. *In:* **Relatório:** para expedição de Portaria Declaratória para a Terra Indígena Apinajé II. Brasília, D.F., 1995. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76/Identificação da TI Apinajé. 3º Volume. fls. 519-590. Acervo: Setor de Documentação, Fundação Nacional do Índio.

(62) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Papeleta no. 34/DGPI**, de 20 de junho de 1979. Valter Ferreira Mendes (assistente). Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 1º Volume. Fls. 03-04.

(63) GROSSINHO, Capitão; Augustinho. **Carta à Reginaldo Gonçalves**. 02 de outubro de 1980. *In:* Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 1º Volume. Fls. 142.

(64) DAMATTA, Roberto; GONÇALVES, José Reginaldo. **A situação das terras dos índios Apinayé.** 23 de outubro de 1980. *In:* Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 1º Volume. Fls. 136-141.

(65) Ibid., fls. 138.

(66) GALVÃO, Jane Lúcia Failson. **Relatório de reestudo e definição dos limites do Posto Indígena Apínayé**. 25 de março de 1981. *In:* Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 1º Volume. Fls. 150-317; 2º. Volume. Fls. 155.

(67) Ibid., fls 203.

(68) Ibid., fls 205-206.

(69) KATÀM, Grossinho Apinagé. **Carta à Jane Lúcia Galvão**. 4 de fevereiro de 1981. *In:* Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 392.

(70) GALVÃO, Jane Lúcia Failson. **Relatório de reestudo e definição dos limites do Posto Indígena Apínayé**. 25 de março de 1981. *In:* Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 1º Volume. Fls. 210.

(71) GALVÃO, Jane Lúcia Failson. **Relatório de reestudo e definição dos limites do Posto Indígena Apínayé**. 25 de março de 1981. *In:* Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 1º Volume. Fls. 212.

(72) Loc. cit.

(73) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Informação no. 141/DID/DGPI**. Benedito Tadeu César. 27 de maio de 1981. *In:* Processo Nº FUNAI. BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 430-436. Fls. 435.

(74)BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Carta ao Ministro do Interior**. 10 de janeiro de 1983. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 486-88.

(75) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Informação no. 119/DID/DGPI/83**. 22 de março de 1983. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 490-491.

(76) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Informação no. 121/DID/DGPI/83**. 22 de março de 1983. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 493.

(77) Em 1982, a 7ª Delegacia Regional foi transferida para Araguaína (GO), onde recebeu a denominação de AJARINA (Ajudância de Araguaína e, posteriormente, 16ª Delegacia Regional). Estava destinada a atender os Krahô, Apinajé, Xerente e Xambioá.

(78) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 7ª. Delegacia Regional. **Radiotelegrama no, 78**. 13 de setembro de 1983. Processo Nº FUNAI. BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 521.

(79) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Ajarina. **Radiotelegramas**. 03 e 4 de outubro de 1983. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 532-533.

(80) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Ajarina. **Relatório de viagem.** 14 de setembro de 1983. **Reginaldo Costa.** Processo Nº FUNAI. BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 537-538.

(81) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 7ª. Delegacia Regional. **Informação no. 5/DID/DGPI/83**. 06 de janeiro de 1983. Antônio Flávio Costa. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 479.

(82) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Algumas observações sobre a situação atual dos índios Apinayé.** Relatório relativo a viagem ao campo realizada no período de 12 de junho a 26 de junho de 1983. Maria Elisa Ladeira (Antropóloga). Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. Fls 593.

(83) COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Ofício DEURK-EXT-421/83**. Área Indígena Apinagé/Proposta de demarcação de terras. 29 de agosto de 1983. *In:* Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 524.

(84) Ibid., 1º Volume. Fls 220-221.

(85) COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1983. 3º Volume. Fls. 595-596,

(86) Ibid., fls 600.

(87) Maria dos Anjos Bezerra de Araújo, moradora da área do Ribeirão Grande, apud: LADEIRA, 1983. Fls 597-598.

(88) LADEIRA, 1983. fls 607.

(89) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Ajarina. **Memo no. 144/AJARINA/83.** 3 de junho de 1983.Antônio João de Jesus. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. Fls 585.

(90) PACHECO DE OLIVEIRA, João; ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno. Demarcações: uma avaliação do GT-Interministerial. CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos Indígenas no Brasil.** São Paulo: CEDI, 1984. (Série Aconteceu Especial, n. 15). p. 48-52.

(91) BRASIL. **Decreto nº 88.118**, de 23 de fevereiro de 1983. Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88118-23-fevereiro-1983-438548-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 mar. 2022.

(92) PACHECO DE OLIVEIRA; ALMEIDA, 2006. p. 82-83.

(93) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Ajarina. **Relatório de Viagem.** 29 de maio de 1984. Isa Maria Pacheco Rogedo (antropóloga/AESP). Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. Fls 663-677.

(94) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório ao Chefe da Ajarina** 14 de setembro de 1983. Livalcir Gomes Soares. Processo Nº FUNAI. BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 541-544.

(95) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Ajarina. **Relatório sobre a viagem à Tocantinópolis – PIs São José e Apinagé na reserva Apinagé**. 14 de setembro de 1983. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 536-540.

(96) JESUS, Marilita Neves. **Relatório da reunião**. 12 de setembro de 1983. *In:* Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 2º Volume. Fls 545-551.

(97) SCHIAVINI, Fernando. **De longe toda a serra é azul**: memórias de um indigenista. Goiânia: Kelps, 2015. p. 138.

(98) CARELLI, Vicent. Mutirão guerreiro conquista demarcação Apinayé. CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos Indígenas no Brasil.** São Paulo: CEDI, 1984. (Série Aconteceu Especial, n. 15). p. 262.

(99) ONG indigenista fundada, em 1979, por Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira que atua com os povos Timbira, Apinajé, Guarani, entre outros povos. Disponível em <https://trabalhoindigenista.org.br/home/>. Acesos em: 13 maio 2022.

(100) CARELLI, 1984. p. 263.

(101) Depoimento de Maria Barbosa e seus familiares índios Apinayé de Cocalinho. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da Terra Indígena Apinayé. 3 volumes Serviço de Documentação. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. 788 p. Pro-

cesso Nº 08620.000516.1990-44 - Homologação da Demarcação Topográfica da TI Apinayé. 3º Volume. Fls 682-688.

(102) GONZALEZ, Marcelo. Mulheres Indígenas e a luta pela terra: a luta de *Irepxi* na demarcação do território Apinajé. **Fag. Tar.** n. 1, v. 1, abr. 2020. Disponível em: <https://fagtar.org/historiascompartilhadas/alutadeirepxi/>. Acesso em: 12 mar. 2022. Ver também ROCHA, Welitânia, 2020.

(103) *Irepxi* faz referência a placenta, que os Apinajé chamam de "companheiro:". ROCHA, R. 2002, p. 78.

(104) Apud: ROCHA, R. 2002, p. 78.

(105) Ibid., p. 79.

(106) CARELLI, 1984. p. 263.

(107) CARELLI, loc. cit.

(108) Foto: Hélio Nunes, jornal *O Popular* (Apud: CARELLI, 1984).

(109) Apud: ROCHA, R. 2002, p. 78.

(110) BRASIL. Ministério do Interior. **Radiotelegrama**, no. 12, do posto de 25 de janeiro de 1985. *In:* Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. Fls 737.

(111) NUNES, Hélio. Fotografia. Jornal *O Popular*, Goiânia (GO), 1983. Apud: CARELLI, 1985.

(112) *O Estado de São Paulo*, 2 de fevereiro de 1985. p. 10.

(113) BRASIL. Ministério do Interior. **Ata da reunião do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto n. 88.118/83**. 5 de fevereiro de 1985. *In:* Processo Nº FUNAI. BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. Fls 741-742.

(114) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório sobre a situação atual do Apinayé**. Maria Elisa Ladeira (antropóloga). 19 de junho de 1991. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. Fls 728.

(115) BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Carta no. 64/ PRES/DPI/85.** Nelson Marubo Rodrigues (Presidente). 1º de março de 1985. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. Fls 753-754.

(116) SCHIAVINI, 2015. p. 161.

(117) Ibid., p. 166.

(118) LADEIRA, Maria Elisa. **Resumo da reunião**. 5 de julho de 1985. *In:* Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 – Identificação da TI Apinayé. 3º Volume. Fls 694-696.

7. A GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL PANHÎ

(1) PACHECO DE OLIVEIRA, J. **Hacia una Antropología del Indigenismo:** estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas y actuales de los indígenas en Brasil. Rio de Janeiro/Lima: Contracapa/Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Prática, 2006. p. 10-11.

(2) ALBERT, Bruce. Territorialidad, etnopolítica y desarrollo: a propósito del movimiento indígena en la Amazonía brasileña. *In*: SURRALLÉS, A.; GARCÍA HIERRO, P. (orgs.). **Tierra Adentro: Territorio indígena y percepción del entorno**. Copenhage: IWGIA (Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas), 2004. p. 221-258.

(3) AZANHA. Gilberto; LADEIRA, Maria Elisa. **Apinayé**. Instituo Socioambiental. Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apinaj%C3%A9>. Acesso em: 12 nov. 2021.

(4) Fonte: Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), 2010.

(5) AZANHA, Gilberto. Sobre a reestruturação da FUNAI. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2036-sobre-a-reestruturacao--da-funai>. Acesso em: 1 jun. 2020.

(6) *Entrevista a liderança indígena Júlio Apinajé durante bloqueio da TO-126*. 25 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=znI6jIUApg8>. Acesso em: 12 fev. 2022.

(7) *Cacique Emílio Apinajé explicando porque interditaram duas rodovias em Tocantinópolis*. 24 de março de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-FrUnuYJM8Hw>. Acesso em: 12 fev. 2022.

(8) *I Movimento pela educação escolar Apinajé*. 19 de março de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VT1ssQ8JRig>. Acesso em: 12 fev. 2022.

(9) DODDE, Paula Arrais Moreira. **Impactos de empreendimentos lineares em Terras Indígenas na Amazônia Legal**: o caso da BR-230/PA e das Terras Indígenas Mãe Maria, Nova Jacundá e Sororó. Dissertação (Mestrado em Planejamento Estratégico). COPPE/UFRJ, 2012.

(10) CELG. Centrais Elétricas de Goiás. S.A. **Termo de convênio no. 007/84**, que entre si celebram à CELG e FUNAI, objetivando autorização para construção de linhas de transmissão em áreas indígenas. 14 de março de 1984. Brasília. DF.

(11) *Índios Apinajé ameaçando queimar torre de energia da CELTINS em Tocantinópolis*. 3 de outubro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j1oyKWTAR_E>. Acesso em: 12 fev. 2022.

(12) RADAR BRASIL. Monitoramento e Obras Públicas. Ferrovia Norte Sul. Disponível em: <http://radarbrasil.fiesp.com.br/ferrovia-norte-sul-relatorio-completo#_ftn3.>. Acesso em: 6 fev. 2022.

(13) BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Ofício no. 832/CGPIMA/DAS/08**. 29 de setembro de 2008.

(14) PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Documento final da 2ª Assembleia Geral.** 28 de setembro de 2011.

(15) *UH Santa Isabel, licitada há 10 anos, é devolvida à União*. **O Eco**. 14 de agosto de 2013. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/27473-uh-santa-isabel-licitada-ha-10-anos-e-devolvida-a-uniao/>. Acesso em: 14 fev. 2022. FLEURY, Vasco. **UHE Santa Isabel**: a história real da devolução da Concessão. 25 de outubro de 2016. Disponível em: <http://chromaeng.com.br/uhe-santa-isabel-a-historia-real-da-devolucao-da-concessao/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

(16) A ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A.), subsidiária da ELETROBRÁS, foi criada em 1973 e possui área de atuação nos estados do Amazonas, Pará, Acre, Maranhão, Tocantins, Amapá, Roraima e Rondônia.

(17) *O Estado do Maranhão*, 22 fevereiro de 2005.

(18) ROCHA, Raquel. op. cit. 2012. p. 103.

(19) Ibid. p. 104.

(20) Loc. cit.

(21) Loc. cit.

(22) SANTOS, Silvio Coelho dos; NACKE, Analiese. **Projetos hidrelétricos e povos indígenas na Amazônia**. Apresentado no 46º Congresso Internacional de Americanistas. Amsterdã jul. 1988. Disponível em: <www.trabalhodindigenista.org.br>. Acesso em: 5 maio 2022.

(23) PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Documento final da 2ª Assembleia Geral.** 28 set. 2011.

(24) MPF. Ministério Público Federal do Tocantins. **Recomendação nº 10/2011**. ICP: n. 08127.001106/99-74. 4 de outubro de 2011. Álvaro Manzano. Palmas, TO.

(25) MACHADO, Cristiano. **Governador Siqueira Campos pede à presidente Dilma Rousseff duplicação da BR-153, hidrovia e três usinas**. 17 de outubro de 2012. Secretária de Comunicação do Governo do Estado do Tocantins. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/governador-siqueira-campos-pede-a-presidente-dilma-rousseff-duplicacao-da-br-153-hidrovia-e-tres-usinas/28ucy4lmzi10>. Acesso em: 16 fev. 2022.

(26) BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Ofício no. 1052/2011 GP-IBAMA**. Brasília, 11 de novembro de 2011.

(27) BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Ofício no. 1161/2011/DPDS-FUNAI-MJ**. Brasília. 18 de novembro de 2011.

(28) LAMONTAGNE, Annie. **Os impactos do processo de Licenciamento Ambiental**: análise da administração estatal do conflito socioambiental, interétnico e multicultural da Usina Hidrelétrica de Estreito. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados. Universidade de Brasília. 2010.

(29) ALMEIDA, Graziela Rodrigues. **Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito**: análise etnográfica de um conflito socioambiental. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília. 2007.

(30) BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Material de apoio** das oficinas de capacitação para gestores indígenas de associações e projetos no âmbito do PBA Timbira (CESTE/FUNAI/WYTY-CATE). Bruno Aroni. Maio de 2013.

(31) BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Coordenação Regional de Palmas. Coordenação Técnica Local de Carolina. **Ata da reunião referente ao programa de Proteção e Monitoramento dos Povos e Terras Indígenas**. 18 e 19 de maio de 2011.

(32) BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Material de apoio** das oficinas de capacitação para gestores indígenas de associações e projetos no âmbito do PBA Timbira (CESTE/FUNAI/WYTY-CATE). Bruno Aroni. Maio de 2013.

(33) BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Coordenação Regional de Palmas. Coordenação Técnica Local de Carolina. **Ata da reunião do Conselho Gestor do Programa de Proteção e Monitoramento dos Povos e Terras Indígenas/ AHE Estreito**. 20 a 22 de março de 2012.

(34) PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **A UHE Estreito**: a execução do Programa Básico Ambiental PBA-Timbira na TI Apinajé. 20 de setembro de 2019. Disponível em: <http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com/2019/09/pba-timbira.html>. Acesso: 23 maio 2020.

(35) PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Documento final da 2ª Assembleia Geral.** 29 de setembro de 2011.

(36) MPF. Ministério Público Federal do Tocantins. **Portaria no. 354**. 17 de outubro de 2011. Procurador Álvaro Manzano.

(37) FRAGOSO, Bruno. Fotografia. Março de 2013.

(38) TRF-1. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Apelação Cível** (AC): AC 0001416- 50.2011.4.01.4301. Relator: Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, data de Julgamento: 07/10/2013, Quinta Turma, Data de Publicação: 16/10/2013). Disponível em: <https://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/913103855/apelacao-civel-ac-ac-1416502011401430>. Acesso: 21 fev. 2022.

(39) BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Coordenação Técnica Local de Tocantinópolis/TO. **OFÍCIO no. [?]/CTL-TOCANTINÓPOLIS/2017.** 13 de março de 2018. Encaminha relatório sobre a Aldeia Cocalinho ao MPF/TO.

(40) Loc. cit.

(41) Loc. cit.

(42) PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Território Apinajé**. Disponível em: http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com/2018/06/territorio-apinaje.html. Acesso em: 6 mar. 2022.

(43) PEMPXÀ, 2011.

(44) FAGUNDES, Marcelo. Fotografia. Aldeia Patizal. Setembro de 2011.

(45) PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Relatório de Atividades (2008-2012)**. Terra Indígena Apinajé, fev. 2013. p. 3.

(46) RODRIGUES, Tiago. Fotografia. Junho de 2013.

(47) PEMPXÀ, 2011.

(48) BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Plano Permanente de Segurança e Proteção da Terra Indígena Apinajé**. Maurício Wilke (indigenista). Fevereiro de 2010.

(49) **Plano de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas Timbira: Hëmpeixà ampô Pjë inpej**. Brasília: Associação Wyty-Catë dos Povos Timbira do Maranhão e do Tocantins e Centro de Trabalho Indigenista, 2012.

(50) FAGUNDES, Marcelo. Fotografia. Setembro de 2011.

(51) PEMPXÀ. Relatório de Vigilância indígena da Área Apinajé. 16 de junho de 2012.

(52) PEMPXÀ. Relatório de Vigilância indígena da Área Apinajé. 21 de outubro de 2014.

(53) PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Denúncia do Povo Apinajé, contra desmatamento do cerrado no entorno da Terra Indígena**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zprNN6iMtk0>. Acesso em: 23 maio 2020.

(54) FAGUNDES, Marcelo. Fotografia. Setembro de 2014.

(55) PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Carta Aberta do povo Apinajé a sociedade**. Disponível em <http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com/2015/01/mobilizacao.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

(56) FAGUNDES, Marcelo. Fotografia. Janeiro de 2015.

(57) FAGUNDES, Marcelo. Fotografia. Janeiro de 2015.

(58) PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Desmatamento**: conflitos nas fazendas Góis I e II. Disponível em <http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com/2018/02/direito-ambiental.html>. Acesso em: 22 jan. 2022. PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Conflito**: fazendo Goes: tratores e máquinas estão em atividade no local. Disponível em: <http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com/2016/01/conflito.html?zx=a8618fb75eeb52e7>. Acesso em: 22 jan. 2022.

Fontes

ALMEIDA, Cândido Mendes. **A Carolina**: ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goyaz. Rio de Janeiro: Typografia Episcoal de Agostinho Guimarães, 1852. p. XIV-XV.

ATAÍDE, Bartolomeu Barreiros de. **Memória** para o rei [D. Pedro II], relatando o que observou na sua estadia no Maranhão e Grão Pará, participando a descoberta de uma mina de ouro, a existência de grande quantidade de madeiras e paus odoríferos, as condições de navegação, e os índios do sertão. Apud: FERREIRA, 1977.

BAENA, Antonio Ladislao Monteiro. **Compêndio das eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, [1838] 1969.

_____. Respostas dadas ao Exmo. Presidente da Província do Pará sobre o caminho mercantil entre a dita província e a de Goyaz. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro, tomo X, 1º Trimestre, 1848. pp. 80-107.

BERREDO, Bernardo Pereira. **Annaes Historicos do Estado do Maranhão**: em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nelle tem sucedido desde o anno em que foi descoberto até o de 1718. Maranhão: Typographia Maranhense, 1849.

BETENDORF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão** [1699]. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BRASIL, Americano. Cunha Mattos em Goiás. **Revista Trimensal do Ins-**

tituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil. Rio de Janeiro, 1924, p. 196-197.

BUSCALIONI, Luigi. **Una escursione Botanica nell'Amazzonia.** Roma: La Società Geografica Italiana, 1901.

CASTELNAU, Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. Tomo 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [?].
_____. **Expedições às regiões centrais da América do Sul** [1844]. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.

COUDREAU, Henri. **Voyage au Tocantins-Araguaya** (31 décembre 1896 – 23 mai 1897). Paris: A. Lahure, Imprimeur-Editeur, 1897. p. 82.

COUTINHO, Francisco de Souza. Carta. 7 de março de 1793. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. Supplementar, tomo XI, 1848 p. 433.

D'ARAÚJO, Antonio. Informação da entrada que se pode fazer da vila de S. Paulo ao grande Para, que é o verdadeiro maranhão, chamado também rio das Almazonas, [...] dada por Pero Domingues um dos trinta portugueses que da dita vila o foram descobrir no ano de 1613 [...]. [1623] *In:* LEITE, Serafim. **Páginas da História do Brasil**. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª, v. 93. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

EVREUX, Yves D'. **Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614**. Leipzig & Paris: Librairie A. Franck, 1864.

GOMES, Vicente Ferreira. Itinerário da cidade de Palma, em Goyaz, à cidade de Belém no Pará, e breve notícias da província de Goyaz. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo XXV., v. 25, p. 485-514; Rio de Janeiro. 1862.

JARDIM, Jerônimo Moraes. Synthese historica das tentativas feitas para a utilização, como vias navegáveis, dos grandes rios que banham o Estado de Goyaz. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil.** Rio de Janeiro. Tomo Especial. Consagrado ao

Primeiro Congresso de Historia Nacional. Parte II, 1915. pp. 409-432.

LISBOA, Antonio Luiz Tavares. Roteiro da viagem que descendo pello rio Tocantins mandou fazer o Illmo. Governador da capitania de Goyaz José de Almeida Vasconcellos [...] anno de 1774. *In*: VILHENA, Luiz dos Santos. **Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas contidas em XX Cartas** [...]. Livro II, Anno de 1802. Bahia: Imprensa Official do Estado. 1921.

MAGALHÃES, Francisco Pinto. Memoria sobre a descoberta e fundação da povoação de São Pedro de Alcântara [1812]. Apud: ALMEIDA, 1852.

MASCARENHAS, Luiz. Registro de um bando que se mandou publicar nos arraies de Natividade e S. Luiz sobre as bandeiras para a conquista do Gentio Pinaré, de 19 de março de 1740. *In*: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. Volume XXII. Bandos, regimentos e Ordens dos Capitães-Generaes Conde de Sarzedas e D. Luiz Mascarenhas (1732-1748). São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896. p. 146.

_____ . Registro de uma portaria que se passou para o descoberto de Natividade sobre a boa forma com que se deve conservar a gente que se for na bandeira que via aos Pinarés. de 19 de março de 1740. *In*: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. Volume XXII. Bandos, regimentos e Ordens dos Capitães-Generaes Conde de Sarzedas e D. Luiz Mascarenhas (1732-1748). São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896. p. 146-147.

MATTOS, Raimundo Jozé. Cunha. MATTOS, Raimundo Jozé da Cunha. **Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Vileneuve e Cia., 1836.

_____. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil [1838]. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.** Rio de Janeiro: Tipografia de D. Luiz dos Santos, tomo XXVI, v. 150, p.121-143, 1863.

_____. Chorographia historica da província de Goyaz. [1824]. **Revista**

Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil, Rio de Janeiro, tomo 37, parte primeira. 1874.

_____. Resumo dos trabalhos do governador das armas. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil.** Rio de Janeiro. tomo 96, parte primeira. 1924.

MENEZES, Tristão da Cunha. Carta dirigida ao governador da capitania do Pará, Francisco de Souza Coutinho, em 6 de outubro de 1792. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. Supplementar, tomo XI, 1848.

POHL, Johann Emanuel. **Reise im innern von Brasilien**. V. 2. Wien: [?], 1837.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memoria sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: analyse de algumas tribus mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes tem difficultado a reducção, e unico methodo que seriamente poderá reduzil-as [1816]. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo 3º, n. 10, p. 184-197; n. 11, p. 297-322; n. 12, Rio de Janeiro. 1841.

_____. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 [...] **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro, tomo X, 1º Trimestre de 1848. p 5-80.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet. **Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil**. Tomo II. Paris: Casa de J.P. Aillaud Editor, 1845.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brasil [1823] *In*: _____. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. p. 47-77.

SEGURADO, Rufino Theotonio. Viagem de Goyaz ao Pará: roteiro escri-

to pelo Dr. Rufino Theotonio Segurado. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro, tomo X, 1º Trimestre de 1848

SILVA E SOUZA, Luiz Antônio. Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz [1812]. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Tomo V, v. 16, 1º. Trimestre de 1849.

VIEIRA, António. Carta LXXIV, ao Rei D. João IV, 8 de dezembro de 1655. *In*: AZEVEDO, J. (org.). **Cartas do Padre António Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

_____. Carta LXXXVI, ao Rei D. Afonso VI – 28 de novembro de 1659. *In*: AZEVEDO, J. (org.). **Cartas do Padre António Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

VILLA REAL, Thomaz de Souza. Diário da navegação que fez Thomaz de Sousa Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho, desde Villa Boa, capital de Goyazes, até a cidade do Pará. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. Supplementar, tomo XI, 1848a. pp. 418-422.

_____. Diário da viagem que fez pelos tios Tocantins e Araguaya a transportar os índios silvestres da nação Carajás às suas habitações. **Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geográphico Brazilerio.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. Supplementar, tomo XI, 1848b. pp. 423-432.

VON MARTIUS, Karl Friedich Phillipe. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil.** Rio de Janeiro. 6 (24) p. 381-403.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIE/GLOBAL RESOURCES NETWORK

BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello. Relatório do anno de 1861 apresentado a assemblea geral na 2ª sessão da 11ª legislatura. 1861.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Relatório do anno de 1864 apresentado a assemblea geral na 3ª sessão da 12ª legislatura. 1864.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Thomaz José Coelho de Almeida. Relatório do anno de 1876 apresentado a assemblea geral na 2ª sessão da 16ª legislatura. 1876.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Manoel Alves de Araujo. Relatório do anno de 1881 apresentado a assemblea geral na 2ª sessão da 18ª legislatura. 1881.

GOIÁS (Província). Presidente (Santos Azevedo). Relatório que a Assemblea Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1842 o exm. Vice-presidente da mesma província Francisco Ferreira dos Santos Azevedo. Goyaz. Typographia Provincial. 1842.

GOIÁS (Província). Presidente (Ignácio Ramalho). Relatório que a Assemblea Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1847 o exm. presidente da mesma província Doutor Joaquim Ignacio Ramalho. Goyaz. Typographia Provincial. 1847.

GOIÁS (Província). Presidente (Padua Fleury). Relatório que a Assemblea Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1848 o exm. Vice-presidente da mesma província Antonio de Padua Fleury. Goyaz. Typographia Provincial. 1848.

GOIÁS (Província). Presidente (Machado). Falla que recitou o Presidente da Província de Goyáz, o doutor Edurado Olimpio Machado, N'abertura da Assemblea Legislativa da mesma província. Em 1º de Maio de 1850.

GOIÁS (Província). Presidente (Gama Cerqueira). Relatório apresentado a Assemblea Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinária de 1859 pelo exm. presidente província Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira. Goyaz. Typographia Goyazense, 1859.

GOIÁS (Província). Presidente (Alencastre). Relatório lido na abertura d'Assemblea Legislativa Provincial de Goyaz o pelo presidente província o exm. Sr. José Martins Pereira de Alencastre no dia 1º de junho de 1862. Goyaz. Typographia Provincial, 1862.

GOIÁS (Província). Directoria Geral dos Índios (Pitaluga Caiapó). Relatório da Directoria Geral dos Indios em Goyaz. Joaquim Bueno Pitaluga Caiapó (Director Geral). 28 de abril de 1869. Relatório que o exm. Sr. Ernesto Augusto Pereira presidente província de Goyaz leu na abertura da Assemblea Legislativa da mesma provincia a 1º de junho de 1869. Goyaz. Typographia Provincial, 1869.

GOIÁS (Província). Presidente (Assis). Relatório apresentado a Assemblea Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis Presidente da Provincia em 1º de junho de 1875. Goyaz. Typographia Provincial, 1875.

GOIÁS (Província). Correspondência do Governo Provincial aos Capitães-Mores, Comandantes de Distritos e Diretores de Aldeias (1829-1834). Arquivo Histórico de Goiás (manuscrito), p. 03 (v). *In*: ATAÍDES, 2001.

PARÁ (Província). Presidente (Coelho). Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, prezidente da provincia do Gram Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1849.

ACERVO ARQUIVÍSTICO DO MUSEU DO ÍNDIO/ FUNAI

MICROFILME 270

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ordem de Serviço No. 1.** 11 de setembro de 1947. Microfilme 270, IR-8, P.I. 152, fls. 1868.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª.

Inspetoria Regional (Goiás)**. Memo no. 4/68**, de 8 de fevereiro de 1968. Jonas Ferreira Bonfim. Posto Indígenas Apinagés. Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls 659.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Memorando no. 05**, de 6 de maio de 1959. Posto Indígenas Apinagés. Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, p. 22.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 8ª. Inspetoria Indígena (Goiás). **Memo no. 11/68**, de 30 de abril de 1968. Jonas Ferreira Bonfim. Posto Indígenas Apinagés (Poind "Apinagés"). Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls. 660.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 8ª. Inspetoria Indígena (Goiás)**. Memo no. 54/68**, de 22 de setembro de 1968. Jonas Ferreira Bonfim. Posto Indígenas Apinagés (Poind "Apinagés"). Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls 685.

MICROFILME 273

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás). **Ordem de Serviço, no. 49**. 9 de abril de 1946. Posto Indígenas Apinagés. Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls. 438-441.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás). **Ordem de Serviço, no. 23**. 16 de junho de 1948. Microfilme 273, IR-8, fls. 1141.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Telegrama.** 02 de outubro de 1951. 8ª. Cildo Meireles (chefe). Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 1255.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 153**. 19 de setembro de 1953. Raimundo Nonato Miranda (Chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1352-1354.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás). **Instruções de Serviço.** 23 de janeiro de 1954.

Chefe da 8ª. IR do SPI. Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 444.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício s.n.** 23 de julho de 1954. Raimundo Nonato Miranda (Chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1400.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Comunicado.** 04 de março de 1954. Chefe da 8ª. IR do SPI. Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls. 445.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ordem de Serviço no. 7.** 01de junho de 1957. Raimundo Nonato Miranda (Chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1537.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Telegrama.** 29 de novembro de 1957. Chefe da 8ª. IR do SPI. Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 453.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 135/59**, de 10 de setembro de 1959. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1667-1668.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional**. Ofício 145/59**, de 21 de setembro de 1959. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1684

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás). **Ofício no. 99/60**, de 11 de julho de 1960. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1805.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Relatório**, de 18 de setembro de 1959. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls. 1678-1682

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Relatório que faz o Sr. Inspetor Iridiano de Oliveira (chefe) da 8ª. IR do SPI.** 12 de junho de 1961. Microfilme 273, IR-8.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 78/61**, de 13 de junho de 1961. Iridiano Amarinho de Oliveira (chefe). Microfilme 273, IR-8, fls 1957.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Memo Circular no. 1/62**, 15 de janeiro de 1962. Walkiria Lobo (Chefe substituta). Posto Indígenas Apinagés. Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 457.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 29/62**, de 22 de fevereiro de 1962. Iridiano Amarinho de Oliveira. (Chefe). Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 719.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 111/67**, de 22 de dezembro de 1967. Jonatas Ferreira da Costa. (Chefe). Microfilme 273, IR-8, P.I. 146, fls 863.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Avisos do Posto Apinagés**. Jonas Ferreira Bonfim. 31 de maio de 1968. Posto Indígenas Apinagés. Microfilme 270, IR-8, P.I. 146, fls 547.

MICROFILME 274

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. **Carta**. Anônimo. Microfilme 274, IR-8, fls. 1395-1440.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. **Telegrama**. 29 de abril de 1953. Microfilme 274, fls. 1224.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. Diretoria**. Circular no. 808.** 11 de novembro de 1957. José Luis Guedes (Diretor). Microfilme 274, fls. 1747.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. **Re-**

latório. de 13 de julho de 1959. Walter Velloso. Microfilme 274, IR-8, fls. 1395-1404.

BRASIL. Ministério do Interior. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Indígena (Goiás)**. Ofício no. 138/59**, de 12 de setembro de 1959. Iridiano de Oliveira. Microfilme 274, IR-8, fls. 1091-1092.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 114/62**, de 3 de julho de 1962. Microfilme 274, IR-8, fls. 18.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 87/63**, de 10 de junho de 1963. Irio Dutra. (Chefe). Microfilme 274, fls. 259.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. Ofício no. 168/63**, de 20 de novembro de 1963. Irio Dutra (Chefe). Microfilme 274, IR-8, fls. 278-279.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 8ª. Inspetoria Indígena (Goiás)**. Ofício n. 59/68**. Jonatas Pereira da Costa. (Maj.R1) (Chefe) Microfilme 274, IR-8, fls. 1018.

MICROFILME 294

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 8ª. Inspetoria Indígena Posto Indígena Apinagés**. Projeto**. 22 de fevereiro de 1972. Sebastião Aparecido Fernandes (Chefe). Microfilme 294, IR-8, P.I. 146, fls 256-260.

MICROFILME 323

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás)**. [?]** Microfilme 323, Posto 146, fls 002.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Memo no. 547/DGAS.** 29 de outubro de 1970. [?]. Microfilme 323, fls. 785-787.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório da viagem [...] no que diz respeito a situação dos índios Apinagés e a Transamazônica no setor Tocantinópolis.** 01 de dezembro de 1970. Cel. Clodomiro Bloise. Microfilme 323, fls. 767-775.

MICROFILME 380

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. Secretaria de Estudos. **O SPI em 1945**. H Serpa. Microfilme 380.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional**. Relatório de atividades de 1946 e Plano de Trabalho de 1947.** 25 de janeiro de 1947. Alisio de Carvalho (chefe substituto). Microfilme 380, IR-8 fls. 136-159.

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO (SEDOC/FUNAI)

Processo Nº FUNAI.Bsb.2029.76/Identificação Da TI Apinajé.

1º VOLUME

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório**, de 20 de abril de 1976. Ivan Baiocchi, Antonio Pereira Neto, Sebastião Fernandes.

DAMATTA, Roberto. **Demarcação das terras dos índios Apinayé**. Setembro de 1970. Fls. 266-273.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 7ª. Delegacia Regional. **Relatório que o Delegado Regional da Funai em Goiânia apresenta ao Senhor Diretor do Departamento Geral de Operações**. 5 de agosto de 1975. Ivan Baiocchi (Delegado). Fls. 275-280.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório**, de 20 de abril de 1976. Ivan Baiocchi, Antonio Pereira Neto, Sebastião Fernandes. Fls. 36.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Ata de reunião**. 24 de fevereiro de 1979. Fls. 260.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Papeleta no. 34/DGPI**, de 20 de junho de 1979. Valter Ferreira Mendes (assistente). Fls. 03-04.

TOCANTINÓPOLIS. Câmara Municipal de Tocantinópolis. Antônio José Rodrigues Filho (presidente da câmara). **Requerimento**. De 07 de março de 1979. Fls. 52.

GROSSINHO, Capitão; Augustinho. **Carta à Reginaldo Gonçalves**. 02 de outubro de 1980. Fls. 142.

DAMATTA, Roberto; GONÇALVES, José Reginaldo. **A situação das terras dos índios Apinayé.** 23 de outubro de 1980. Fls. 136-141.

2º. VOLUME

GALVÃO, Jane Lúcia Failson. Relatório de reestudo e definição dos limites do Posto Indígena Apínayé. 25 de março de 1981. Fls. 417.

KATÀM, Grossinho Apinagé. **Carta à Jane Lúcia Galvão**. 4 de fevereiro de 1981. Fls. 392.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Informação no. 141/DID/DGPI**. Benedito Tadeu César. 27 de maio de 1981. Fls. 430-436.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Carta ao Ministro do Interior**. 10 de janeiro de 1983. Fls. 486-88.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Informação no. 119/DID/DGPI/83**. 22 de março de 1983. Fls. 490-491.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Informação no. 121/DID/DGPI/83**. 22 de março de 1983. Fls. 493.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 7ª. Delegacia Regional. **Radiotelegrama no, 78**. 13 de setembro de 1983. Fls. 521.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Ajarina. **Radiotelegramas**. 3 e 4 de outubro de 1983. Fls. 532-533.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. 7ª. Delegacia Regional. **Informação no. 5/DID/DGPI/83**. 06 de janeiro de 1983. Antônio Flávio Costa. Fls. 479.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Ofício DEURK-EXT-421/83**. Área Indígena Apinagé/Proposta de demarcação de terras. De 29 de agosto de 1983. Fls. 524.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório ao Chefe da Ajarina.** 14 de setembro de 1983. Livalcir Gomes Soares. Fls. 541-544.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Ajarina. **Relatório sobre a viagem à Tocantinópolis – PIs São José e Apinagé na reserva Apinagé**. 14 de setembro de 1983. Fls. 536-540.

JESUS, Marilita Neves. **Relatório da reunião**. 12 de setembro de 1983. Fls. 545-551.

3º VOLUME

LADEIRA, Maria Elisa (antropóloga). **Algumas observações sobre a situação atual dos índios Apinayé** [1983]. Relatório relativo a viagem ao campo realizada no período de 12 de junho a 26 de junho de 1983. Fls. 519-590.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. AJARINA. **Relatório de Viagem.** 29 de maio de 1984. Isa Maria Pacheco Rogedo (antropóloga/AESP). Fls 663-677.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Memorando 39/Coord. Do GT/ 84**. 12 de setembro de 1984. Jurandy Marcos da Fonseca. Fls. 710.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Ajarina. **Memo no. 144/AJARINA/83.** 3 de junho de 1983.Antônio João de Jesus. Fls. 541-544

Depoimento de Maria Barbosa e seus familiares índios Apinayé de Cocalinho. Fls. 682-686.

BRASIL. Ministério do Interior. Ata da reunião do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto n. 88.118/83. 5 de fevereiro de 1985. Fls 741-742.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Relatório sobre a situação atual do Apinayé**. Maria Elisa Ladeira (antropóloga). 19 de junho de 1991. Fls. 728-733 .

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. **Carta no. 64/PRES/DPI/85.** Nelson Marubo Rodrigues (Presidente). 1º de março de 1985. Fls. 753-754.

LADEIRA, Maria Elisa. Resumo da reunião. 5 de julho de 1985. Fls. 694-696.

OUTROS

GOIÁS (Província). Correspondência do Govenador das Armas com o Comandante dos Distritos (1823-1829) Arquivo Histórico de Goiás. *In*: ATAÍDES, 2001.

GOIÁS (Província). Ofício do Governador Francisco Jannuário da Gama Cerqueira ao Missonário Frei Francisco do Monte São Vito das aldeias Apinayé e Krahô, de 26 de junho de 1858. Ministério dos Negócios da Guerra/Correspondência da Presidência aos encarregados da catequese (1858). A.H. – GO (manuscrito), p. 4/v. *In*: ATAÍDES, 2001.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Relatório para expedição de Portaria Declaratória para a Terra Indígena Apinajé II**. Adolfo Neves Oliveira Júnior. Brasília, D.F., 13 de outubro de 1995. Fls. 4-78.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. 8ª. Inspetoria Regional (Goiás). Posto Indígena Apinagés. **Plano de Trabalho**. 20 de setembro de 1962. Jonas Ferreira Bonfim. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a estudar a legislação do indígena investigar a situação em que se encontram as remanescentes tribos de índios do Brasil. **Diário do Congresso Nacional**, Seção I, Suplemento no. 15, 28 de abril de 1971. p. 1 – 76. (Anexo).

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Coordenação Técnica Local de Tocantinópolis/TO. **OFÍCIO no. [?]/CTL-TOCANTINÓPOLIS/2017.** 13 de março de 2018. Encaminha relatório sobre a Aldeia Cocalinho ao MPF/TO.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Ofício no. 832/CGPIMA/DAS/08**. 29 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Material de apoio das oficinas de capacitação para gestores indígenas de associações e projetos no âmbito do PBA Timbira (CESTE/FUNAI/WYTY--CATE)**. Bruno Aroni. Maio de 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Coordenação Regional de Palmas. Coordenação Técnica Local de Carolina. **Ata da reunião referente ao programa de Proteção e Monitoramento dos Povos e Terras Indígenas**. 18 e 19 de maio de 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Coordenação Regional de Palmas. Coordenação Técnica Local de Carolina. **Ata da reunião do Conselho Gestor do Programa de Proteção e Monitoramento dos Povos e Terras Indígenas/AHE Estreito**. 20 a 22 de março de 2012.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Plano Permanente de Segurança e Proteção da Terra Indígena Apinajé**. Maurício Wilke (indigenista). Fevereiro de 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Ofício no. 1161/2011/DPDS-FUNAI-MJ**. Brasília. 18 de novembro de 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Ofício no. 1052/2011 GP-IBAMA**. Brasília, 11 de novembro de 2011.

CELG. Centrais Elétricas de Goiás. S.A. **Termo de convênio no. 007/84**, que entre si celebram à CELG e FUNAI, objetivando autorização para construção de linhas de transmissão em áreas indígenas. 14 de março de 1984. Brasília. DF.

ASSOCIAÇÃO UNIÃO DAS ALDEIAS APINAJÉ (PEMPXÀ)

PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Documento final da 2ª Assembleia Geral.** 29 de setembro de 2011.

PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Relatório de Vigilância indígena da Área Apinajé**. 16 de junho de 2012.

PEMPXÀ. Associação União das Aldeias Apinajé. **Relatório de Atividades (2008-2012)**. Terra Indígena Apinajé, fevereiro de 2013.

DOCUMENTOS JUDICIAIS

MPF. Ministério Público Federal do Tocantins. **Portaria no. 354**. 17 de outubro de 2011. Procurador Álvaro Manzano.

MPF. Ministério Público Federal do Tocantins. **Recomendação nº 10/2011**. ICP: no. 08127.001106/99-74. 04 de outubro de 2011. Álvaro Manzano. Palmas, TO.

TRF-1. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Apelação Cível** (AC): AC 0001416- 50.2011.4.01.4301. Relator: Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, data de Julgamento: 07/10/2013, Quinta Turma, Data de Publicação: 16/10/2013).

BRASIL. Justiça Federal. Subseção Judiciária de Araguaína. **Ação Civil Pública**. 1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Araguaína/TO. Processo: 1004819-29.2019.4.01.4301.

FONTES CARTOGRÁFICAS

Configuração do rio Tocantins, desde a villa de Cametá athé os portos reaes dos arraes de Pontal e Carmo. Acervo da Biblioteca Nacional.

Mapa do interior da capitania do maranham: entre parte daquelas de que ella se divide, formado para mostrar os pontos que a limitão com a de Goiáz. Acervo da Biblioteca Nacional.

Mappa Geografico da Capitania de Villa Boa de Goyaz, combinado com partes de outros, que denotão as Capitanias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pelo Ilmo. E Exmo. Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania no anno de 1819. Acervo da Biblioteca Nacional.

Mappa geographico da capitania do Maranham: que pode servir de memoria sobre a população, cultura, e couzas mais notáveis da mesma capitania. Autor: Francisco de Paula Ribeiro. 1819. Acervo da Biblioteca Nacional.

Carta Corografica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes, organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos, Governador das Armas de Goyaz, par acompanhar os seus Itnerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro, IBGE. 1981.

TOCANTINS. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. Zoneamento Econômico Ecológico do Tocantins. Ocorrência de babaçu. 2001.

Referências

ALBERT, Bruce. Introdução: cosmologias do contato Norte-Amazônico. *In*: RAMOS, Alcida Rita (org.). **Pacificando o branco:** cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Ed. UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 9-21.

_____ . Territorialidad, etnopolítica y desarrollo: a propósito del movimiento indígena en la Amazonía brasileña. *In*: SURRALLÉS, A.; GARCÍA HIERRO, P. (orgs.). **Tierra Adentro:** Territorio indígena y percepción del entorno. Copenhagen: IWGIA (Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas), 2004. p. 221-258.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Fernando. **O complexo tupi da Amazônia oriental**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

ALMEIDA, Fernando; GARCIA, Lorena. Aspectos do Espaço Tupinambá no Leste Amazônico. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 97-119, 2008.

ALMEIDA, Fernando Ozorio de; NEVES, Eduardo Góes. Evidências Arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. **Mana**, v. 21, n. 3, p. 499-525, 2015.

ALMEIDA, Graziela Rodrigues. **Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito**: análise etnográfica de um conflito socioambiental. Dissertação (Mestrado em Antropologia). – Pro-

grama de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília. 2007.

ALVES, Flávia de Castro, **O Timbira falado pelos Canela Apãniekrá**: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) –Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ALVIM, Carolina; POMPA, Cristina. De "métodos improfícuos" ao novo método: a questão indígena em Goiás, 1835-1850. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-26, maio/ago. 2021.

AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

A política de genocídio contra os índios do Brasil. Portugal: Associação de ex-presos políticos antifascistas (AEPPA), Centro de Referência Virtual, 1974.

ATAÍDES, Jézus Marco. **Documenta Indígena do Brasil Central**. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

APINAGÉ, Cassiano S. **Escola, meio ambiente e conhecimentos**: formas de ensinar e aprender na teoria e na prática entre os Apinajé. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas/TO, 2017.

APINAGÉ, Cassiano. S.; GIRALDIN, Odair. As narrativas e histórias das redes de relações dos Apinajé com outros povos. *In*: PIMENTEL DA SILVA, M.; LORENA SOUZA (orgs.). **Diálogos Interculturais**: reflexões docentes. Goiânia: Imprensa universitária, 2018. p. 19-31.

APINAJÉ, Julio. **Mẽ ixpapxà mẽ ixàhpumunh mẽ ixujahkrexà**: território, saberes e ancestralidade nos processos de educação escolar Panhĩ. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

APINAJÉ, Maria dos Reis. P. **Histórias Apinajé**: formas de contar, registrar e conhecer o mundo. Trabalho de conclusão de curso – Núcleo Takinahaky de Educação Superior, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

AZANHA. Gilberto; LADEIRA, Maria Elisa. **Apinayé**. Instituo Socioambiental. Povos Indígenas do Brasil.

BALDUS, Hebert. **Os Tapirapé**: tribo Tupi no Brasil central. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da USP, 1970.

BANNER, Horace. Mitos dos índios Kayapó. **Revista de Antropologia**, 5(1), p. 37-66. 1957.

BARBOSA, João Mitia Antunha; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez. Uma revoada de pássaros: o protagonismo indígena no processo Constituinte. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais,** v. 10, n. 20, p.175-196, 2018.

BARBOSA, João Mitia Antunha; MEZACASA, Roseline; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil. A oralidade como fonte para a escrita das Histórias Indígenas. **Tellus**, v. 18, n. 37, p. 121-145, 2018.

BARRETO, Cristina. A construção de uma passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista da USP**, [s.l.], n. 44, p. 32-51, 1999.

BARROS, José. D. **Teoria da História**: vol. V: A escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2012.

BESPALEZ, Eduardo. **As formações territoriais na Terra Indígena Lalima, Miranda, MS**: os significados históricos e culturais da Fase Jacadigo na Tradição Pantanal. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) –Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2014.

BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). **Revista de Estudos e Pesquisas**,

FUNAI, Brasília, v. 4, n. 2, p.13-93, dez. 2007.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *In*: NOVAIS, Fernando. A.; SILVA, R. F. (orgs.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v. 1.

BROCHADO, José Proenza. **An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America.** Urbana-Champaign: University of Illinois, 1984.

_____. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. *In*: Anais I Simpósio de Pré-História do Nordeste. **CLIO**, v. 4, p. 85-87, 1991.

BUENO, Lucas de Melo Reis. Estilo, forma e função: das flechas Xikrin aos artefatos líticos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 13, p. 211-226, 2003.

CARELLI, Vicent. Mutirão guerreiro conquista demarcação Apinayé. *In*: CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos Indígenas no Brasil.** São Paulo: CEDI, 1984. (Série Aconteceu Especial, n. 15).

CARMACK, R. M. Ethnohistory: A Review of Its Development, Definitions, Methods, and Aims. **Annual Review of Anthropology**, 1, p. 227–246, 1972. http://www.jstor.org/stable/2949243

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992a.

_____. Introdução a uma história indígena. *In*: _____. (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992b.

_____. Política indigenista no século XIX. *In*: _____ . (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992c. p.133-154.

CARRAZZA, Luis Roberto; SILVA, Mariane Lima da; ÁVILA, João Carlos Cruz. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu**. Brasília/DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Brasil, 2012.

CAVALCANTE, Tiago L. V. Etno-história e história indígena: Questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, [s.l.], v. 30, n. 1, p. 349-371, 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Rivers and Land Grants in the Colonial Amazon Region (Late Seventeenth and First Half of the Eighteenth Century). *In*: _____.; SOUSA, Luís Costa (Eds.) **River and Shores**: 'fluviality' and the occupation of Colonial Amazonia. Bound, Canadá: Baywolf, 2019.

CHAMBOULEYRON, Rafael; et. al. Pelos sertões "estão todas as utilidades". Trocas e conflitos no sertão amazônico (século XVII). **Revista de História.** São Paulo. n. 162, 2010, pp. 13-49.

CHARTIER, Roger. Prefácio. *In*: MELLO, Maria Elizabeth Chaves (org.). **Um francês nos trópicos**: Francis de Castelnau: o olhar de um viajante no século XIX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

CORRÊA, Ângelo. A. Longue durée: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura**, [s.l.], v. 65, n. 2, p. 26-29, 2013.

COTA, Raymundo Garcia: **Carajás**: a invasão desarmada. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DAMATTA, Roberto. **Um mundo dividido**: a estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1976.

_____. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DAVIS, Irvine. Comparative Jê phonology. **Estudos Lingüísticos**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 10-24, 1966.

_____. Some Macro-Jê relationships. **International Journal of American Linguistics**, [s.l.], v. 34, n. 1, p. 42-47, [s.d.].

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do Milagre**: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Trad. Jorge Alexandre Pontual. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DE BLASIS, Paulo. Prefácio. *In*: MOI, Flavia Prado. **Os Xerente**: um enfoque etnoarqueológico. São Paulo: Porto Seguro: Annablume; ACERVO, 2007.

DIAS, Ondemar. et al. Pesquisas arqueológicas no Estado do Tocantins. Projeto de salvamento arqueológico no trecho da linha de transmissão de Imperatriz (MA) à Miracema do Tocantins (TO), interligação Norte/Sul – SALTIMINS (Relatório Final). **Acoéme**: Revista de divulgação científica do Núcleo Tocantinense de Arqueologia – NUTA/UNITINS, [s.l.], v. [?], n. 2, 2004.

DODDE, Paula Arrais Moreira. **Impactos de empreendimentos lineares em Terras Indígenas na Amazônia Legal**: o caso da BR-230/PA e das Terras Indígenas Mãe Maria, Nova Jacundá e Sororó. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012.

DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. **A Ligação Centro-Norte pela Via Araguaia-Tocantins no Período Colonial**. Campinas: V Simpósio Nacional dos Profissionais de História, ANPUH, 1969.

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercero Mundo**: construcción y desconstrución del desarrollo. Bogotá: Editorial Norma, 1996.

FACUNDES, Sidney da Silva. Historical Linguistcs and its contribution in to improving the knowledge of Arawak. *In*: **Comparative Arawakan Histories**: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia. Urbana: University of Illinois Press, 2002.

FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil. Os Apinajé e os projetos de desenvolvimento econômico durante o regime militar no Brasil. **Revista Memorare**, v. 4, n. 3, p. 25-43, 2017.

_____. Ditadura Militar e povos indígenas no norte goiano: uma análise do relatório final da Comissão Nacional da Verdade. *In:* BRASÍLIO, Lisa; *et. al.* (orgs.). **Direitos Humanos e diversidades**. Editora da Universidade Federal do Tocantins, Palmas/TO, 2018. pp. 233-266.

FARIA, Eliane. da S. S. **Viagem Etno-histórica e arqueológica ao Médio Xingu:** memória e História Indígena na Amazônia. 2016. Tese (Doutorado em antropologia). Área de concentração Arqueologia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FARIA, L. de Castro. Curt Nimuendajú. IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE. 1981.

FAUSTO, Carlos. **Inimigos fiéis**: guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2014. p. 51-52.

FAUSTO, C.; HECKENBERGER, M. Introduction: Indigenous History and the History of the "Indians". *In*: _____. (orgs.). **Time and memory in indigenous Amazonia**: Anthropological perspectives. Gaineville: University Press of Florida, 2007. p. 1-46

FERRAZ, Iara; LADEIRA, Maria Elisa. **Os povos indígenas na Amazônia Oriental e o Programa Grande Carajás**: avaliação e perspectiva. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, CTI. Apresentado no 46º Congresso Internacional de Americanistas. Amsterdã, julho de 1988.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **As bandeiras do Paraupava**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1977.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**: Séculos XVI – XVII – XVIII. São Paulo: Comissão

do IV Centenário da cidade de São Paulo. 1954.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1989.

GARCIA, Lorena. L. W. G. **Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins:** a ocupação tupi no Cateté. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Paisagens do médio-baixo Xingu**: arqueologia, temporalidade e historicidade. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GARFIELD, Seth. Beholding the miracle: Xavante indians and economic "development" under Brazilian military rule. **The Americas**, v. 57, n. 4, pp. 551-580, abr. 2001.

GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panará:** luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Axpen Pyrak**: história, cosmologia, onomástica e amizade formal Apinajé. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

GIRALDIN, Odair; APINAGÉ, Cassiano Sotero. Perspectivas históricas sob a perspectiva dos Apinaje. **Tellus**, v. 19, n. 38, p. 237-288, 2019.

GOMEZ, Flávio Alcaraz. **Transamazônica:** a redescoberta do Brasil. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1972.

GONÇALVES, José. **A luta pela identidade social**: o caso das relações entre índios e brancos no Brasil Central. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.

GUIMARÃES, Manoel. **Historiografia e Nação no Brasil** (1939-1857). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GULDI, J.; ARMITAGE, D. **The History Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. [s.l.]: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Anthony. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HAM, Patricia. **Apinayé Grammar**. s.l.: Summer Institute of Linguistic, 1961.

HAM, Patricia.; WALLER, Hellen.; KOOPMAN, Linda. **Aspectos da Língua Apinayé**. Brasília: Summer Institute of Linguistic, 1979.

HARTMANN, Tekla (ed.). **Cartas do Sertão**: de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira. Lisboa: Museu de Etnologia. 2000.

HECK, Egon Dionisio. **Os índios e a caserna**: políticas indigenistas dos governos militares (1864-1985). Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

HECKENBERGER, Michael. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na *longue durée*, 1000-2000 d.C. *In*: FRANCHETTO, Bruna; _____ (orgs.). **Os povos do Alto Xingu**: História e Cultura. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. p. 21-62.

HEMMING, Jonh. **Red Gold**: the conquest of the brazilian indians. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KARASCH, Mary. Catequese e Cativeiro: Política indigenista em Goiás: 1780-1889. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992. p. 397-412.

_____. Os quilombos do Ouro na capitania de Goiás. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.) .**Liberdade por um fio**: história dos quilombolas no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Before Brasília**: frontier life in central Brazil. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.

KRENAK, Ailton. Antes o mundo não existia. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 201-204.

LADEIRA, Maria Elisa. Perícia Antropológica referente a ação de Demarcação que Leon Delix Milhomen e outros movem contra a Fundação Nacional do Índio. Processo n. 1875/81. 1989.

LAMONTAGNE, Annie. **Os impactos do processo de Licenciamento Ambiental**: análise da administração estatal do conflito socioambiental, interétnico e multicultural da Usina Hidrelétrica de Estreito. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados. Universidade de Brasília. 2010.

LEA, Vanessa. Problematizando a classificação das línguas Jê setentrionais e o rótulo Timbira. *In*: BRAGIO, Silvia; SOUZA FILHO, Sinval (orgs.). **Línguas e Culturas Macro-Jê**. Goiânia: Editora Vieira, 2009.

LEVI-STRAUSS, Claude. De Perto e de Longe. São Paulo: Cosac & Naify, 2005. p. 177.

GOLDMAN, M. Lévi-Strauss e os sentidos da História. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 42, n. 1-2, p. 223-238, 1999.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz:** poder tutelar e indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. Povos Indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a organizados? *In:* SOUSA, C. *et. al.* (orgs.). **Povos Indígenas***:* projetos e desenvolvimento, II. Brasília/Rio de Janeiro, Paralelo 15/GTZ/LACED-Museu Nacional-UFRJ, 2010.

LOWIE, Robert H. The northwestem and central Ge. *In*: **Handbook of South American Indians**. Vol. 1: the marginal tribes. Washignton: Smithsonian Institution, 1946, v. 1, p. 477-517.

MACHADO, Juliana S. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de arqueologia**, v. 26, n. 1, p. 72-85, 2013.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. As nações indígenas e os projetos econômicos de Estado: a política de ocupação da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, 6 (2), 1990.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

MCGRATH, Ann. Deep Histories in Time, or Crossing the Great Divide? *In*: **Long history, deep time**: deepening histories of place. Australia: ANU Press and Aboriginal History Inc. The Australian National University, 2015. p. 1-31.

MEAD, David. **Caiapó do Sul**: an ethnohistory (1610-1920). Doctorade degree on Philosophy – University of Florida, 2010.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro:** ditadura militar, transamazônica e a construção do "Brasil grande". Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, 2007.

MESQUITA, Bejamin Alvino. **A crise da economia do babaçu no Maranhão** (1920-80). Comunicação apresentada em XVIII Annual Student Conference of Latin America, patrocinado pelo ILASSA – Institute of Latin Studies Student Association, da Universidade do Texas, Austin, [?].

MILLER, Bruce Granville. **Oral history on trial**: recognizing Aboriginal Narratives in the Courts. Toronto: UBC Press, 2011.

MONTEIRO, John. M. **Negros da terra*:*** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____ O desafio da história indígena no Brasil. *In*: GRUPIONI, L.; SILVA, Aracy (orgs.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de de 1º e 2º graus. Brasília: MEC: MARI:UNESCO, 1995.

MORALES, Walter Fagundes. Um estudo de Arqueologia Regional no médio curso do rio Tocantins, TO, Planalto Central brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 17, p. 69-97, 2007.

NEME, Mário. Dados para a história dos índios Caiapó. **Anais do Museu Paulista**, v. 23, 1969.

NEVES, Eduardo Goes. Village fissioning in Amazonia: a critique of monocausal determinism. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 5, p. 195-209, 1995.

NIKULIN, Andrey. **Proto-Macro-Jê**: um estudo reconstrutivo. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília/D.F., 2020.

NIMUENDAJÚ, Curt. **The Apinayé.** The Catholic University of America Press: Washington, D.C., 1939.

_____. **The Eastern Timbira**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1946.

_____. **Os Apinayé**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

_____. Mitos indígenas inéditos na obra de Curt Nimuendaju. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 21, p. 64-111, 1986.

NOELLI, Francisco Silva; SOUZA, Jonas Gregório de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Boletim do**

Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 12, n. 1, p. 57-84, 2017.

OLIVEIRA, Carlos E. Os Apinagé do Alto-Tocantins: Costumes, crenças, artes, lendas, contos e vocabulario. **Boletim do Museu Nacional**. [s.l.], v. VI, n. 2, p. 61-110, 1930.

OLIVEIRA, Christiane. C. D. **The Language of the Apinajé People of Central Brazil**. Tese (Doutorado em linguística) – University of Oregon, Eugene, 2005.

OLIVEIRA, Jorge. E. de. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço ameríndio**, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 178-218, 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2000

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Hacia una Antropología del Indigenismo:** estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas y actuales de los indígenas en Brasil. Rio de Janeiro/Lima: Contracapa/Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Prática, 2006. p. 10-11.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Demarcación y reafirmación étnica: uma etnografia de la agencia indigenista. *In*: PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Hacia una Antropología del Indigenismo:** estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas y actuales de los indígenas en Brasil. Rio de Janeiro/Lima: Contracapa/Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Prática, 2006.

PEDREIRA, Antonia Custódia *et al*. As urnas do sítio arqueológico Abrigo Santa Helena: análises de ossos salvaguardando a história de episódios de vida e morte. *In*: **A região da UHE Estreito**: investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana, Palmas/TO: UNITINS, 2014, p. 61-116.

PEREIRA, Edithe; *et al*. A tradição tupiguarani na Amazônia. *In*: **Os ce-**

ramistas Tupiguarani. Volume I–Sínteses Regionais, v. 1, p. 49-66, 2008.

PRADO, Ruth Alcantara de Almeida. Contribuições para o estudo do "tembetá". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, ano 7, v. 84, pp. 139-154. 1942.

RIBEIRO, Darcy. **Convívio e Contágio**: efeitos dissociativos da depopulação provocadas por epidemias em grupos indígenas. Comunicação da II Reunião Brasileira de Antropologia, 1955.

ROBRAHN-GONZALEZ, Erika, **A ocupação ceramista pré-colonial no Brasil Central**: origens e desenvolvimento. 1996. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika; DE BLASIS, Paulo. Pesquisas arqueológicas no médio vale do Rio Tocantins. **Revista de Arqueologia**, v. 10, n. 1, p. 7-50, 1997.

ROCHA, Leandro Mendes. **O Estado e os índios**: Goiás (1850-1889). Goiânia: Editora da UFG, 1998.

_____ (org.). **Atlas Histórico**: Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: Editora do CECAB, 2001.

_____. **A política indigenista no Brasil** (1930-1967). Goiânia: Ed.UFG, 2003.

ROCHA, Raquel Pereira. **A questão de gênero na etnologia Jê**: a partir de um estudo sobre os Apinajé. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001.

_____. **O "Tempo do primeiro" e o "tempo de agora"**: transformação social e etnodesenvolvimento entre os Apinajé. Tese (Doutorado em antropologia social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2012.

ROCHA, Welitânia de Oliveira. **O movimento das mulheres indígenas Apinajé**: tempo, política e chefia feminina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2019.

RODRIGUES, Ayron. D. Macro-Jê. *In*: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. (orgs.). **The Amazonian Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 165-206.

_____. Para o estudo histórico-comparativo das línguas Jê. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, [s l.], v. 4, n. 2, p. 279-288, 2018.

ROJAS, Juan. L. de. **La Etnohistoria de América**: Los indígenas, protagonistas de su historia. Buenos Aires: SB Editorial, 2015.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. **Revista de História**, n. 168, p. 201-243, 2013.

SALANOVA, Andrés Pablo. **A nasalidade em Mebengokre e Apinayé: o limite do vozeamento soante.** Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2001.

SANTOS, Carolina Alvim. **Os Apinajé e a História**: reflexões sobre a historicidade Apinajé na documentação histórica e na literatura antropológica. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

SANTOS, Silvio Coelho dos; NACKE, Analiese. **Projetos hidrelétricos e povos indígenas na Amazônia**. Apresentado no 46º Congresso Internacional de Americanistas. Amsterdã, Julho de 1988.

SANTOS-GRANERO, Fernando. Escribiendo la historia en el paisaje: espacio, mitología y ritual entre la gente yanesha. *In*: SURRALES, A.; GARCÍA HIERRO, P. (orgs). **Tierra Adentro**: Territorio Indígena y Percepción del Entorno. Copenhagen: IWGIA (Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas), 2004.

SAMPAIO, Theodoro. Os Kraôs do Rio Preto no Estado da Bahia. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil**, Rio de Janeiro. Tomo 75, Parte primeira. 1912.

_____. **O tupi na geografia nacional**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SCHRÖDER, Peter. (Re)aproximando-se e afastando-se da Alemanha: Curt Nimuendajú como parte de redes transnacionais de antropólogos, **Horizontes Antropológicos** [Online], 62 - 2022, consultado 06 janeiro 2024. URL: http://journals.openedition.org/horizontes/6098.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCIENTIA. Diagnóstico arqueológico interventivo para Licença Prévia do AHE Santa Isabel, PA/TO – Relatório Final, 2009.

SHOEMAKER, Nancy (org.). **Clearing a Path**: Theorizing the Past in Native American Studies. New York: Routledge, 2002; HARKIN, Michael E., Ethnohistory's Ethnohistory: Creating a Discipline from the Ground Up. **Social Science History**, v. 34, n. 2, p. 113-128, 2010.

SILVA, Fabíola Andréa. **As tecnologias e seus significados**: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica. Tese (Doutorado em antropologia social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

_____. A tecnologia da cestaria entre os Xikrin-Kayapó. *In*: GORDON, C. (org.). **Xikrin Uma Coleção Etnográfica**. São Paulo: Edusp, 2011.

_____. O plural e o singular das arqueologias indígenas. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n. 2, p. 24-42, 2012.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovani José da. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no

diálogo com o tempo presente. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 33-51, 2010.

SILVEIRA, Maura; et al. Seqüência Cronológica de Ocupação na Área do Salobo (Pará). **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 1, 2008.

SNETHLAGE, Emil Heinrich. Unter nordostbrasilianischen Indianern. **Zeitschrift für Ethnologie**, LXII, 1931.

SANTOS, Rodrigo Martins. **O Gê dos Gerais - elementos de cartografia para a etno-história e etnolinguística do Planalto Central**: contribuição à antropogeografia do cerrado. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2013.

SOMMER, Barbara A. Colony of the Sertão: Amazonian expeditions and the indian slave trade. **The Americas**, v. 61, n. 3, p. 401-428, 2005.

STUCHI, Francisco. **A ocupação da Terra Indígena Kayabi MT/PA**: História indígena e etnoarqueologia. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Univesidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2010.

SUESS, Paulo. **Em defesa dos povos indígenas**: documentos e legislações. São Paulo: Loyola, 1980.

SURRALLES, A.; GARCÍA HIERRO, P. (orgs.). **Tierra Adentro**: Territorio indígena y percepción del entorno. Copenhage: IWGIA (Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas), 2004.

TORAL, André Amaral. **Cosmologia e Sociedade Karajá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

TAUNAY, Affonso de. **História das bandeiras paulistas**. Tomo II. São Paulo: Edição Melhoramentos. [s.d.].

TREECE, David. **Bound in misery and iron**: the impact of the Greater Carajás Programme on the indians of Brazil. Londres: Survival Internacional, 1987.

TRIMBLE, Terence; SOMMER, Barbara; QUINLAN, Mary Kay. **The American Indian Oral History Manual**: Making Many Voices Heard. Nova York: Routledge, 2008.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992, p. 87-102.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VERSWIJVER, Gustaaf. **Consideratians on Mekrãgnoti warfare**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universiteit Gent, Gante, Bégica, 1985

VIDAL, Lux. **Morte e vida de uma sociedade brasileira**: os Kayapó-Xikrin do rio Cateté. São Paulo: HUCITEC, Edusp, 1977.

VIEGAS, Susana de Matos. Territorialidad no topográfica en la reivindicación de uma Tierra Indígena (Tupinambá de Olivença, Bahía, Brasil). *In*: OROBIGT, Gemma; CELIGUETA, Gemma (orgs.). **Autoctonía, poder local y espacio global frente a la noción de ciudadanía**. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2010. p. 131-157.

VIEIRA, Martha Victor. Os Escritos de Raymundo José da Cunha Mattos e a Temática Indígena no IHGB. **História Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 19, n. 2, p. 314-331, mai/ago, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (orgs.). **Amazônia**: etnologia e história indígena. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, 1993.

WACHTEL, Nathan. **El regreso de los antepasados**: los indios urus de Bolivia, del siglo XX al XVI: Ensayo de história regressiva. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2001.

WILBERT, Johannes; SIMONEAU, Karin (orgs.). **Folk Literature of the Gê Indians**. Volume 2, Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications, University of California, 1984.

WILDE, G.; LORANDI, A. M. Desafío a la isocronía del péndulo acerca de la teoría y de la práctica de la Antropología histórica. **Memoria Americana: Cuadernos de Etnohistoria**, [s.l.], v. 9, p. 37-78, 2000. p. 44-45.

WHITEHEAD, Neil L. Introduction. *In*: **Histories and historicities in Amazonia**. Lincoln: University of Nebraska, 2003. p. vii–xx.

WÜST, Irmhild. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Suplemento, v. 3, p. 303–317, 1999.

_____. A ocupação de Goiás antes da Chegada do Europeu (Goiás Pré-Colonial). *In*: ROCHA, Leandro Mendes (org.). **Atlas Histórico**: Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: Editora do CECAB, 2001.

WÜST, Irmhild; BARRETO, Cristiana. The ring villages of central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology. **Latin American Antiquity**, v. 10, n. 1, p. 3-23, 1999.

ZEDEÑO, María Nieves. Landscapes, land use, and the history of territory formation: An example from the Puebloan Southwest. **Journal of archaeological method and theory,** v. 4, n. 1, p. 67-103, 1997.

ANEXO A – Aldeias e População Apinajé (2020)[1]

			CLASSES DE IDADE			
	ALDEIAS	**POPULAÇÃO**	**0 a 12**	**13 a 39**	**40 a 59**	**60 +**
1	Prata	111	51	46	13	1
2	Cocal Grande	80	34	33	6	7
3	Jacaré					
4	Baixa Funda	58	24	27	5	2
5	Gôkriré	21	8	10	3	
6	Areia Branca	78	37	33	6	2
7	Furna Negra	42	12	23	6	1
8	Boi Morto	79	41	31	5	2
9	Bacaba	53	27	21	4	1
10	Aldeinha	60	26	25	6	3
11	São José	263	127	105	26	5
12	Porto Franco	52	22	23	5	2
13	Paraíso	46				
14	Abacaxi	97	44	44	7	2
15	Serrinha	60	28	24	6	2
16	Pintada	46	17	20	6	3
17	Bacuri	50	26	20	3	1
18	Piaçava	27	12	12	2	1
19	Formigão	19	8	8	1	2
20	Bacabinha	48	17	24	5	2
21	Mangal	35	20	13	1	1
22	Brejinho	47	19	22	5	1
23	Água Limpa	16	7	7	2	0
24	Betânia					

1. Fonte: Fundação Nacional do Índio. Coordenação Técnica Local de Tocantinópolis (TO). Os dados ausentes constam da tabela original.

25	Lagoa do Mato					
26	Patizal	64	27	29	7	1
27	Palmeiras	140	70	56	10	4
28	Mata Verde	14	6	5	2	1
29	Irepxi	36	19	15	2	
30	Cocalinho	6	3	1	2	
31	Cipozal	37	13	18	4	2
32	Águas Lindas	41	17	17	4	3
33	Recanto	54	28	22	2	2
34	São Raimundo	108	52	49	4	3
35	Botiquinha	5		2		3
36	Juçaral	22	11	9	2	
37	Mariazinha	192	90	82	17	3
38	Riachinho	19	6	9	2	2
39	Represa	33	17	14	1	1
40	Serra Dourada	17	7	5	3	2
41	Brejão	40	19	18	3	
42	Girassol	91	37	40	9	5
43	Bonito	75	31	38	4	2
44	Macaúba	65	29	30	4	2
45	Encontro das Águas	24	11	11	2	
46	Morro Grande					
47	Olho D'água	8	2	2	2	2
48	Botica	126	56	56	8	6
49	Aldeia Nova					
50	Mata Grande	49	21	23	5	
51	Cristo Rei	22				
52	Recanto da Natureza					
53	Pecobo	17	6	7	2	2
54	Barra do Dia					
55	Inhuma					
56	Divisa	43	17	22	3	1
	TOTAL	**2.736**	**1.202**	**1.151**	**227**	**88**

Lista de figuras

FIGURA 1: OS *PEBKAAG* JUNTO DAS TORAS *GRAMÃNATI*

FIGURA 2: O *KÊN KAGÀ*, LOCALIZADO NAS MARGENS DO RIBEIRÃO MUMBUCA

FIGURA 3: RIO TOCANTINS, COM A CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS AO FUNDO (ANTIGA BOA VISTA)

FIGURA 4: DESENHO FEITO POR JOSÉ DIAS (*MÃTYK*) DA BALSA QUE TERIA SALVADO UM GRUPO DE APINAJÉ DO DILÚVIO

FIGURA 5: MACHADO SEMILUNAR, GRANDE. ARMA DE GUERRA

FIGURA 6: LÍNGUAS E POVOS INDÍGENAS NO SUDESTE AMAZÔNICO

FIGURA 7: DISTRIBUIÇÃO DAS LÍNGUAS MACRO-JÊ

FIGURA 8: CLASSIFICAÇÃO DAS LÍNGUAS "JÊ DE GOYAZ"

FIGURA 9: RODELAS DE FUSO ESCAVADAS NO ÂMBITO DAS PESQUISAS DA LINHA DE TRANSMISSÃO TUCURUÍ-AÇAILÂNDIA

FIGURA 10: *NOVELO DE LÃ, VARETAS E FUSO*

FIGURA 11: CRÂNIO COM ADORNO TEMBETÁ.

FIGURA 12: URNA FUNERÁRIA ENCONTRADA NO ABRIGO SNATA HELENA

FIGURA 13: MACHADO SEMILUNAR, TEMBETÁ DE QUARTZO E RODELA DE FUSO ENCONTRADOS EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS ASSOCIADOS À TRADIÇÃO ARATU.

FIGURA 14: DETALHE DO MAPA DE BARTOLOMEU VELHO (1561)

FIGURA 15: MAPA DE JOÃO ALBERNAZ (1666?)

FIGURA 16: DETALHE DO *MAPPA [...]DE GOYAZ* (1819), INDICANDO OS

GUAPINDAYÉS NA BACIA DO RIO XINGU.

FIGURA 17: REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO APINAJÉ SEGUNDO NIMUENDAJÚ.

FIGURA 18: TRECHO DO MAPA DO TRAJETO DE ALCOBAÇA AO PONTAL.

FIGURA 19: OUTRO TRECHO DO MAPA *DESCRIÇÃO DO RIO TOCANTINS*

FIGURA 20: TRECHO DO MAPA *CONFIGURAÇÃO DO RIO TOCANTINS* [...] [18??]

FIGURA 21: DETALHE DO *MAPA DO INTERIOR DA CAPITANIA DO MARANHAM*, DE 1819.

FIGURA 22: DETALHE DO *MAPPA GEOGRAPHICO DA CAPITANIA DO MARANHAM* [...] (1819). EM DESTAQUE *APINAGÉS*, *NOROCOAGÊS* E *AUGUTGÊ*.

FIGURA 23: CARTA COROGRAFICA PLANA DA PROVÍNCIA DE GOYAZ.

FIGURA 24: GUERREIRO APINAJÉ, FRANCIS DE CASTELNAU.

FIGURA 25: COLAR DE MIÇANGAS DE OSSO DO KUPÊ ROP

FIGURA 26: MAPA DO INÍCIO DO SÉCULO XX COM REFERÊNCIAS AO APINAJÉ

FIGURA 27: UMA HABITAÇÃO APINAJÉ, CASTELNAU

FIGURA 28: O RITUAL PRESENCIADO POR CASTELNAU, POSSIVELMENTE NA ALDEIA BOM JARDIM

FIGURA 29: VISTA AÉREA DA ALDEIA IREPXI EM JUNHO DE 2013, UM ANO APÓS SUA FUNDAÇÃO, E IMAGEM DE SATÉLITE DA MESMA ALDEIA EM 2021

FIGURA 30: VISTA DE SATÉLITE DA ALDEIA PATIZAL EM 2021 E VISTA AÉREA DA ALDEIA SERRINHA EM JUNHO DE 2013

FIGURA 31: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ALDEIA BACABA FEITA POR JOSÉ DIAS *MATYK*, EM 1930

FIGURA 32: IMAGEM DE SATÉLITE DA ALDEIA SÃO JOSÉ EM 2022

FIGURA 33: LUIZ *KATÁM* FOTOGRAFADO POR THEODORO SAMPAIO EM 1911

FIGURA 34: *AS MULHERES PINTAM AS TORAS PARA-KAPÉ*

FIGURA 35: JOSÉ DIAS *MÃTYK* EM 1926

FIGURA 36: *ÍNDIOS ANDANDO SOBRE PERNAS DE PAU*

FIGURA 37: *DOIS "CHEFES" APINAJÉ*

FIGURA 38: BABAÇUAIS NA TERRA INDÍGENA APINAJÉ, PRÓXIMAS A ALDEIA SÃO JOSÉ

FIGURA 39: OCORRÊNCIA DE BABAÇU NA TERRA INDÍGENA APINAJÉ

FIGURA 40: COCO DO BABAÇU

FIGURA 41: OS DOIS CROQUIS COM AS PROPOSTAS DE DEMARCAÇÃO PARA O TERRITÓRIO APINAJÉ

FIGURA 42: CROQUI ELABORADO PELO ENCARREGADO DO POSTO EM 1962

FIGURA 43: DETALHE DO CROQUI DAS *TERRAS RECLAMADAS PELOS APINAGÉS*

FIGURA 44: DETALHE INDICANDO AS "ALDEIAS EXTINTAS" E AS "ALDEIAS ATIVAS" (SÃO JOSÉ E MARIAZINHA) DOS APINAJÉ

FIGURA 45: CARTAZ DA SUDAM (1970) BUSCANDO PROMOVER A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

FIGURA 46: INÍCIO DA TRANSAMAZÔNICA NO TRECHO DO ENTRONCAMENTO COM A BELÉM-BRASÍLIA

FIGURA 47: CROQUI ELABORADO PELO CORONEL BLOISE

FIGURA 48: *JORNAL DO BRASIL*, CADERNO JB, 10 DE NOVEMBRO DE 1980

FIGURA 49: A PROPOSTA DE DEMARCAÇÃO DO GT DE 1981

FIGURA 50: JORNAL *O ESTADO DE SÃO PAULO*, 8 DE DEZEMBRO DE 1983

FIGURA 51: JORNAL *FOLHA DE SÃO PAULO*, 16 DE DEZEMBRO DE 1983

FIGURA 52: *IREPXI* DISCURSA, ENQUANTO RAONI TXUCARRAMÃE OBSERVA AO FUNDO

FIGURA 53: POSSEIROS ARMADOS BARRADOS PELA POLÍCIA MILITAR

FIGURA 54: JORNAL *O ESTADO DE SÃO PAULO*, 2 DE FEVEREIRO DE 1985

FIGURA 55: TELEGRAMA DO CHEFE DA AJARINA INDICANDO A FRUSTRAÇÃO DOS *KRINJOBRÊIRE* COM A ÁREA DEMARCADA

FIGURA 56: TELEGRAMA DE SIQUEIRA CAMPOS AO MINISTRO DO INTERIOR

FIGURA 57: MAPA QUE INDICA ÁREA DE ALAGAMENTO DA TI

FIGURA 58: *JORNAL DO TOCANTINS*, 27 DE DEZEMBRO DE 2007

FIGURA 59: PLACA FEDERAL PERFURADA DE TIROS NO LIMITE DA TI

FIGURA 60: OSCAR *WAHMÊ* DISCURSA PARA AS LIDERANÇAS APINAJÉ

FIGURA 61: ALDEIA *IREPXI*, ONDE FOI CONSTRUÍDA A SEDE DA ASSOCIAÇÃO *PEMPXÀ*

FIGURA 62: MAPA ELABORADO NO ÂMBITO DO PLANO PERMANENTE

FIGURA 63: AÇÃO DE MONITORAMENTO INDÍGENA NA ANTIGA ALDEIA GATO PRETO

FIGURA 64: AÇÃO DE VIGILÂNCIA INDÍGENA INTERCEPTA INVASOR DA TI

FIGURA 65: CARVOARIAS INSTALADAS NA REGIÃO LESTE DA TI

FIGURA 66: AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO NO ENTORNO DA TI PARA VERIFICAR DESMATAMENTO ILEGAL

FIGURA 67: INTERDIÇÃO NA TO-210 CONTRA DESMATAMENTO NA ÁREA REIVINDICADA

FIGURA 68: INTERRUPÇÃO DA TO-210, EM 15 DE JANEIRO DE 2015

Lista de mapas

MAPA 1: MAPA DA TERRA INDÍGENA APINAYÉ E SUAS ALDEIAS ATUAIS

MAPA 2: ROTA DE MIGRAÇÃO PARA O INTERIOR DO INTERFLÚVIO

MAPA 3: ELEMENTOS DA PAISAGEM NA HISTÓRIA APINAJÉ

MAPA 4: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO NORTE DO INTERFLÚVIO ARAGUAIA-TOCANTINS

MAPA 5: INDICAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO INTERFLÚVIO ITACAIÚNAS-ARAGUAIA CONFORME INFORMAÇÕES DE ARAÚJO (1623) E ATAÍDE (1646)

MAPA 6: FRENTES DE EXPANSÃO ORIUNDAS DO PARÁ, MARANHÃO E GOIÁS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

MAPA 7: POSSÍVEL LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS APINAJÉ, COM BASE NO RELATO DE VILLA REAL E COUDREAU

MAPA 8: MOBILIDADE APINAJÉ NA BACIA RIO TOCANTINS

MAPA 9: ALDEIAS ANTIGAS APINAJÉ

MAPA 10: CONTEXTO TERRITORIAL DO “ALDEAMENTO BOA VISTA”

MAPA 11: AS ALDEIAS APINAJÉ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

MAPA 12: MIGRAÇÕES INTERNAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1940-60

MAPA 13: CONTEXTO FUNDIÁRIO EM 1953

MAPA 14: A TRANSAMAZÔNICA E OS APINAJÉ

MAPA 15: SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA TI APINAYÉ EM SETEMBRO DE 1985

MAPA 16: MIGRAÇÕES INTERNAS PÓS-DEMARCAÇÃO

MAPA 17: ALDEIAS APINAJÉ NO SÉCULO XXI

MAPA 18: OS EMPREENDIMENTOS E A TI APINAYÉ

Lista de gráficos

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO APINAJÉ ENTRE 1824 E 2020

GRÁFICO 2: PIRÂMIDE ETÁRIA APINAJÉ (1960)

GRÁFICO 3: POPULAÇÃO APINAJÉ NOS ÚLTIMOS 40 ANOS

Lista de tabelas

TABELA 1: ETNÔNIMOS POSSIVELMENTE ASSOCIADOS AOS POVOS JÊ SETENTRIONAL TRANS-TOCANTINS

TABELA 2: CRONISTAS DOS SÉCULOS XVIII E XIX COM REFERÊNCIAS AOS APINAJÉ

TABELA 3: POPULAÇÃO E COMPOSIÇÃO ÉTNICA DO ALDEAMENTO BOA VISTA

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO APINAJÉ POR SEXO E CLASSES DE IDADE (1960)

TABELA 5: MOVIMENTAÇÃO DA RENDA INDÍGENA. PI APINAGÉS (1960)

TABELA 6 : ALDEIAS E POPULAÇÃO APINAJÉ (2010)

TABELA 7: OS EMPREENDIMENTOS E OS APINAJÉ

Lista de abreviaturas e siglas

AEC – ANTES DA ERA COMUM

AGU – ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AHE – APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO

AI-5 – ATO INSTITUCIONAL N. 5

AJARINA – AJUDÂNCIA DE ARAGUAÍNA

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

CAN – CORREIO AÉREO NACIONAL

CELIN – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DE LÍNGUAS INDÍGENAS

CELG – CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS

CELTINS – COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS

CESTE – CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

CNPI – CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

CNV – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

CPI – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CSN – CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

CTI – CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

CTL – COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL

CVRD – COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

DTC/GO – DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO EM GOIÁS

EIA/RIMA – ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IM-

PACTO AMBIENTAL

EC – ERA COMUM

EFC – ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

ELETRONORTE – CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ESG – ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

FBC – FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

FNS – FERROVIA NORTE-SUL

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

GETAT – GRUPO EXECUTIVO DE TERRAS DO ARAGUAIA TOCANTINS

GT – GRUPO DE TRABALHO

IDAGO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE GOIÁS

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

IR – INSPETORIA REGIONAL

MEAF – MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

MME – MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MPF/TO – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE TOCANTINS

NATURATINS – INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

OPAN – OPERAÇÃO AMAZÔNIA

PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

PBA – PLANO BÁSICO AMBIENTAL

PDAM – PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

PEMPXÀ – ASSOCIAÇÃO UNIÃO DAS ALDEIAS APINAJÉ

PGC – PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

PGTA – PLANOS DE GESTÃO DE TERRAS INDÍGENAS

PI – POSTO INDÍGENA

PIA – POSTO INDÍGENA DE ATRAÇÃO

PIC –POSTO INDÍGENA DE CRIAÇÃO

PIF – POSTO INDÍGENA DE FRONTEIRA E VIGILÂNCIA

PIN – POSTO INDÍGENA DE ASSISTÊNCIA, NACIONALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

PIN – PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

PIT – POSTO INDÍGENA DE ALFABETIZAÇÃO E TRATAMENTO

PND – PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

PNGATI – POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

PRONAPABA – PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA BACIA AMAZÔNICA

SESAI – SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA

SIL – SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTIC

SNI – SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

SPI – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

SPILTN – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NACIONAIS

SPVEA – SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

TI – TERRA INDÍGENA

UHE ESTREITO – USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO

Observar a história dos povos indígenas a partir de uma perspectiva transdisciplinar possibilita um olhar profundo sobre o passado destes povos. Para além de um história indígena estabelecida somente na relação com o mundo não indígena, a longa duração reconstitui o protagonismo histórico destes povos no passado. A história Apinajé é apresentada aqui considerando a relação intrínseca entre história e território para os povos indígenas, e observa a formação, a luta pela consolidação e manutenção de seu território. Através da utilização de distintas fontes históricas, *Fragmentos de uma história Panhĩ* analisa as narrativas indígenas que versam sobre a separação e a migração de grupos Jê setentrionais e as evidências arqueológicas na região do norte do interflúvio Araguaia-Tocantins, além dos documentos coloniais e governamentais que demonstram aspectos da territorialidade Apinajé e do processo de supressão territorial promovido pela colonização não indígena da região.

UFSC

CAPES

ISBN 978-65-5380-188-2